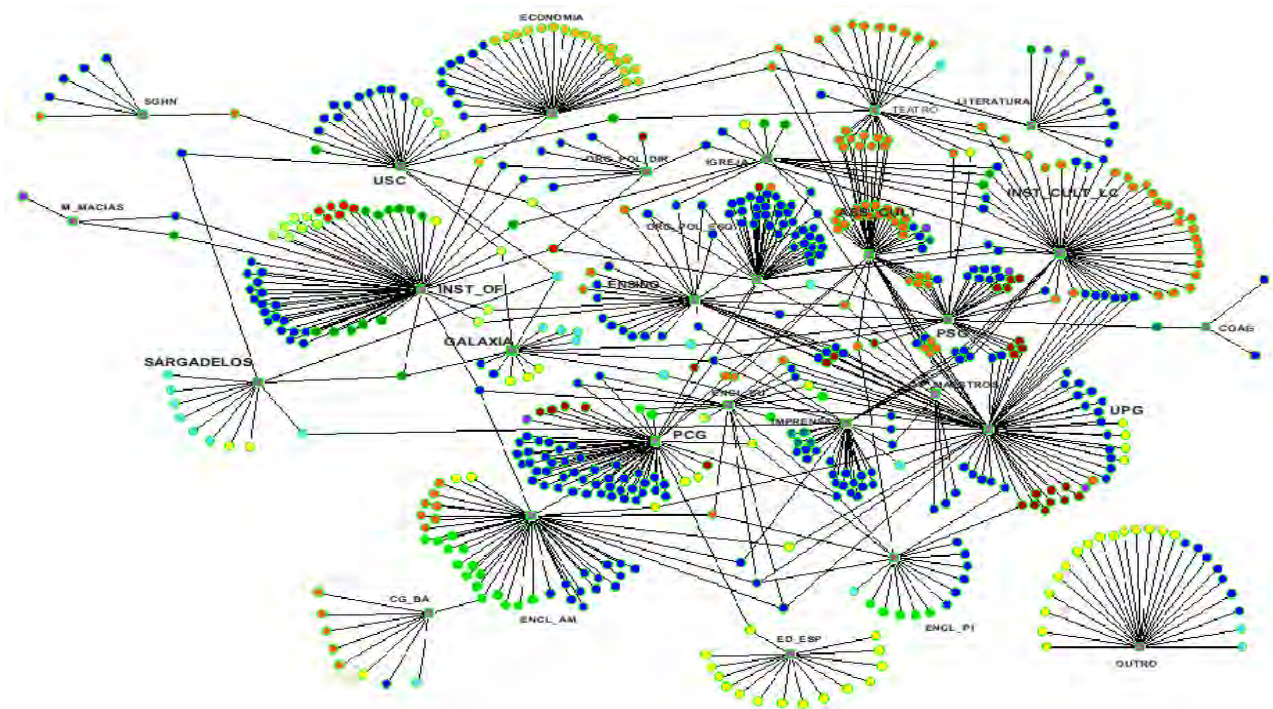


O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO SISTEMA LITERÁRIO GALEGO ENTRE O FRANQUISMO E A TRANSIÇÃO (1974-1978).

Margens, Relaçons, estrutura e Estratéguas de planificación cultural



Roberto López-Iglésias Samartim, *Grupo Galabra (USC)*

Faculdade de Filologia - Departamento de Filologia Galega (USC)

Santiago de Compostela 2010



**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO SISTEMA
LITERÁRIO GALEGO ENTRE O
FRANQUISMO E A TRANSIÇÃO (1974-1978).**

*Margens, Relações, estrutura e Estratégias de
planificação cultural*

TESE DE DOUTORAMENTO

realizada por **Roberto López-Iglésias Samartim** sob a orientação do **Prof. Doutor Elias J. Torres Feijó**
Grupo Galabra (USC)
Julho de 2010

Faculdade de Filologia - Departamento de Filologia Galega (USC)
Santiago de Compostela 2010



**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO SISTEMA
LITERÁRIO GALEGO ENTRE O
FRANQUISMO E A TRANSIÇÃO (1974-1978).**

*Margens, Relações, estrutura e Estratégias de
planificação cultural*

TESE DE DOUTORAMENTO

realizada por

sob a orientação do

Roberto López-Iglésias Samartim

Prof. Doutor Elias J. Torres Feijó

(visto e praze)

Faculdade de Filologia - Departamento de Filologia Galega (USC)

Santiago de Compostela 2010

Para Ugha e para Sisa. Ainda están.

Para Mucha e para Tito. Sempre están.

Para Mara, para Lucía e para Rubén. Continuarán estando.

E para Charo, polo seu canto contra a rocha.

[OMNIA OMNIBUS]

Este é um trabalho comunal. Nele participaram nalgum momento e nalgumha medida as numerosas pessoas que integraram os vários projectos desenvolvidos polo Grupo Galabra da USC, nomeadamente o Poluliga/ Fisempoga, mas nom só. Para elas vai também agora o agradecimento que personalizo no professor Elias J. Torres Feijó nom só porque ele tenha orientado esta tese de doutoramento (nem tampouco somente pola inteligêncía e a generosidade com que tem guiado a minha trajectória investigadora desde hai mais dumha década) mas si, sobretudo, porque Elias Torres é em boa medida responsável do orgulho que sinto em poder fazer parte dum grupo humano que entende a investigaçom como um trabalho destinado a devolver à comunidade, convertidos em conhecimento útil, os capitais de vário tipo com que a comunidade nos sustenta; e esse é um trabalho descomunal...

Juntamente com os meus parceiros do Grupo Galabra, quero agradecer igualmente a atençom dos meus colegas do Departamento de Galego-Português, Francês e Lingüística da Universidade da Corunha, e a disponibilidade das várias pessoas e instituiçoms que guardarom e fornecerom os materiais que conformam o corpus tanto desta tese de doutoramento como do projecto de investigaçom em que ela se integra: as várias Bibliotecas da USC (especialmente a da Faculdade de Filologia e a Biblioteca Geral), as Fundaçoms Penzol, 10 de Marzo e Bautista Álvarez, o Arquivo da Emigración Galega e os Museus, Academias e bibliotecas que forom freqüentados por algum dos membros da equipa ao longo destes anos.

Deem-me licença, ainda, para beijar agora, quando menos, aquelas pessoas que tenhem todas as chaves da casa em que vivo: Pablo Couñago Regueira, porque ainda vou onde me levam as suas botas; Raquel Bello Vázquez, porque o meu passo ainda é acorde ao tamanho do seu pé; Rosário Mascato Rey, porque quando acordo na noite ela ainda dorme a meu lado; e Narcisa e Maria Sanmartín Cal, porque oxalá sobre o beijo voltem...

Batalhamos/ por damas que deixaram de estar vivas,/ por pátrias que trocaram os seus mapas

(Ricardo Carvalho Calero)

O que tem menos de trinta anos já não compreende a moderação dos mais velhos

(Albert Memmi)

[Acompáñame al viaducto, te invito a regenerarte con un vuelo (Max Estrella)]

1. INTRODUÇÃO

Desde meados do século XIX uma parte da elite intelectual da Galiza trabalha na elaboração, na difusão e na conservação dum corpus de ideias destinado à justificação, sustentação e promoção da identidade diferenciada da comunidade que habita este território peninsular. Pelo menos desde essa altura, o fragmento do sector dominante empenhado neste processo de defesa e construção identitária utiliza os campos culturais (nomeadamente o literário) como espaço privilegiado para a promoção do conjunto de materiais e regras repertórias com que pretende definir, identificar e coesionar socialmente a comunidade galega. Dum ponto de vista geral, este trabalho enquadra-se dentro da descrição e o estudo deste processo histórico de construção do Sistema Cultural Galego (SCG), em concorrência com o Sistema Cultural Espanhol (SCE) pelo mesmo espaço social.

Num nível já mais particular, o trabalho que aqui apresentamos como tese de doutoramento é resultado das investigações realizadas no seio dumha equipa pertencente ao Grupo Galabra (de Estudos nos Sistemas Culturais Galego, Luso, Brasileiro e Africanos de Língua Portuguesa) da Universidade de Santiago de Compostela (USC) e pretende descrever e analisar o processo de construção do Sistema Literário Galego (SLG) entre os anos 1974 e 1978, focando a sua estrutura e funcionamento, as normas e os materiais que o constituem e as relações internas e externas em função das quais conforma as suas margens, as sucessivas tomadas de posição dos principais grupos actuantes nesse sistema e as estratégias por eles experimentadas para a promoção dos repertórios mais destacados na altura.

O grupo Galabra de que fazemos parte vem estudando o processo de construção do SCG focando diferentes assuntos e períodos e organizando as suas pesquisas quer em trabalhos individuais quer em projectos colectivos (Torres Feijó 2009), como o que acolhe a presente investigação e, sob o acrónimo de FISEMPOGA [*Fabricação e socialização de Ideias num Sistema cultural Emergente durante um período de Mudança Política: Galiza (1968-1982)*], visa conhecer os processos de fabricação e socialização de ideias num sistema cultural deficitário durante um período de mudanças políticas estruturais, fazendo-o através da abordagem do caso do SCG no decurso de 15 anos determinantes no aumento da autonomia relativa e do grau de institucionalização desse sistema cultural periférico.

Desta maneira, os objectivos gerais focados pelo projecto FISEMPOGA em que se enquadra a presente tese de doutoramento podem ser sintetizados no seguinte:

1. Descrever e analisar o processo de construção do SCG (quanto a normas, materiais, margens, relações internas e externas, estrutura...) por meio do estudo das ideias, e das estratégias para a sua socialização promovidas ou experimentadas pelas elites actantes nesse sistema cultural deficitário num lapso da história da Galiza durante o qual foram elaboradas ideias (sobre o ser e o dever ser da Galiza) ainda centrais na configuração actual desta comunidade.

Como derivação deste objectivo central, o projecto Fisempoga pretende também avançar no desenho dum quadro procedimental e metodológico geral, de utilidade para o estudo do processo de autonomização e institucionalização de sistemas culturais localizados na periferia da Europa ocidental que

- ✓ apresentam à partida uma situação deficitária em vários (ou em todos) os elementos constituintes,
- ✓ compartilham (ou disputam) o espaço social com um sistema cultural já relativamente autónomo e institucionalizado,
- ✓ assistem a um período de forte mudança política (nomeadamente quanto à passagem dum regime ditatorial e centralizado para um regime definido pela democracia parlamentar e a autonomia política) e,
- ✓ experimentam um incremento relativo de produção e acúmulo de *energia* (entendida como trabalho social) que se traduz no aumento tanto na intensidade dos labores culturais como no número de agentes e grupos envolvidos na fabricação e promoção de ideias para a comunidade.

Para alcançar os objectivos deste projecto aplicamos a conjunção de várias *linhas metodológicas* que acompanham propostas teóricas diferentes mas que, tal como verificámos em trabalhos anteriores do Grupo Galabra, são susceptíveis de se complementarem entre si, em quanto que todas têm uma base sistémica comum e entendem a cultura (e entom também a literatura) como uma rede de relações de elementos interdependentes; este ponto de partida relacional obriga a atender às ligações tanto intra como intersistémicas, isto é, por um lado, aos vínculos entre os vários elementos constituintes e entre os diversos campos culturais e, destes, com os campos do poder, assim como, por outro lado, entre o sistema deficitário estudado e outros sistemas culturais com ele relacionados. Entre as propostas metodológicas que apresentaremos com maior pormenor no seu lugar correspondente destacam as teorias sobre o campo e as suas derivações em cultura e literatura postuladas inicialmente pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1991 e 1992) e as teorias

sistémicas e os estudos sobre emergência e planificação cultural iniciados com os trabalhos do professor israelita Itamar Even-Zohar (2005 e 2007), integrante da equipa investigadora do projecto Fisempoga e que concebe a literatura como “una institución social muy poderosa e importante, uno de los instrumentos más básicos de la mayoría de las sociedades humanas, para ordenar y manejar su repertorio de organización de vida, es decir, su cultura” (Even-Zohar 2007: 78).

Dentro deste âmbito de análise da função social da literatura como instituição da cultura e das suas relações internas e externas, sobressaem ainda nos trabalhos do projecto as achegas realizadas para a explicação do caso galego polo seu investigador principal, o professor Elias J. Torres Feijó (2000 e 2004a), os numerosos trabalhos de González-Millán (especialmente de 1991 a 2003), os contributos de Antón Figueroa (de 1988 a 2008), os trabalhos de base empírica realizados na Holanda principalmente por Kees van Rees (desde 1983) e Wouter de Nooy (por exemplo 2005), assim como o recurso ao método de Análise de Redes Sociais [ARS] (Borgatti *et al* 2002, Lemieux e Ouimet 2008, Hanneman e Riddle 2005, Rodríguez 2005), utilizado aos efeitos de arrumar e visualizar do ponto de vista relacional as vinculações efectivadas dentro do SCG entre elementos (produtores, instituições, ideias...) no período compreendido entre 1968 e 1982.

Este projecto Fisempoga é continuação da linha de pesquisa iniciada em 2001 com o projecto POLULIGA [acrónimo de *POrtugal e o mundo LUSófono na LIteratura GAlega (1969-2000)*], dirigido também polo Doutor Elias J. Torres Feijó, e com o qual pretendíamos estudar e analisar, através da abordagem dos livros e das revistas editadas entre 1969 e 2000, as presenças e as referências do conjunto da Lusofonia no SLG das últimas três décadas do século XX e os graus e os modos de relacionamento deste sistema com o *Intersistema Literário* (Torres Feijó 2004a) veiculado em português. Porém, em paralelo à trajetória do grupo Galabra que o sustenta (similar à evolução de outros grupos e agentes como os citados Kees van Rees, Wouter de Nooy ou o próprio Itamar Even-Zohar), em coerência com os pressupostos metodológicos de carácter sistémico e sociológico de que parte e em virtude das conclusões parcelares tiradas da análise do SLG feita nos trabalhos saídos do projecto, Poluliga experimentou umha clara evolução desde o estudo concreto do sistema literário até a abordagem do feito literário como umha parte dos estudos na cultura.

As principais conclusões tiradas de Poluliga que sustentam a mudança apontada quanto à focagem e mesmo à selecção do objecto de estudo tenhem a ver com que, nos quase oito anos de andamento do projecto de investigação que antecede directamente Fisempoga:

- 1) Verificamos que as estreitas relações dos vários elementos que integram o SLG, entre si e com os outros campos culturais, assim como as suas acções ou homologias no campo do

poder (político e económico) num tempo de mudanças estruturais no quadro político-institucional, exigem perspectivar a investigação dentro do conjunto do SCG (e nom unicamente nos limites do SLG), e fazê-lo dum ponto de vista relacional e aplicando os métodos e os dispositivos apropriados para isso.

- 2) Confirmamos que a bibliografia existente sobre o estudo do SCG entre o Franquismo e a instauração do regime autonómico tem para nós umha utilidade limitada, já que, em geral, nom contempla este carácter relacional e impede, portanto, avançar no conhecimento da realidade galega deste período histórico. Igualmente, esta bibliografia nom facilita a abordagem dos processos culturais em virtude dos quais determinadas elites sociais elaboram umhas ideias específicas num momento histórico concreto, nem o estudo das condições para o seu sucesso ou fracasso posterior.
- 3) Concluímos que a impossibilidade de mapear o SCG para detectar as relações, assim como de abordar o estudo da fabricação de ideias, das estratégias para a sua socialização e da ação institucional no sistema através da bibliografia existente, exige ampliar o corpus de partida e recorrer directamente a um mais alargado conjunto de materias através dos quais responder às necessidades que coloca o nosso objecto de estudo (epígrafe 2.2.). Por isso, para além de considerarmos todas as publicações periódicas e os livros editados neste período dentro das margens do SCG, incluímos em primeiro lugar entre o corpus do projecto Fisempoga também a imprensa diária; na fase actual, já foi iniciado o levantamento da informação dos dous periódicos de maior difusom e impacto na Galiza entre 1968 e 1982 (*El Faro de Vigo* [EFV] e *La Voz de Galicia* [LVG]), e prevemos também umha fase posterior de recolha sistemática que se centre nos espaços reservados para a cultura (secções específicas, suplementos...) nos restantes jornais sediados na Galiza: *Diario de Pontevedra*, *Ferrol Diario*, *El Ideal Gallego* (Crunha), *El Correo Gallego* (Santiago de Compostela), *La Región* (Ourense) e *El Progreso* (Lugo). Pretendemos também que este corpus de materiais publicados seja completado a meio prazo com entrevistas pessoais ou grupais aos principais agentes actuantes no SCG de 1968 a 1982 (de maneira eventual, mas nom sistemática neste momento, recorreremos também a qualquer outro suporte de carácter cultural que nos permita conhecer o nosso objecto de estudo: correspondência, arquivos sonoros ou audiovisuais, etc.).

Esta mudança de perspectiva, com o conseguinte alargamento do âmbito de estudo (de Poluliga para Fisempoga, da literatura para a cultura), em conjunção com as possibilidades

materiais e humanas da equipa investigadora, determina a restrição do lapso temporal focado no início, limitando o estudo aos anos centrais quanto ao processo de mudança política (1968-1982) e período onde estavam localizados já os trabalhos gerados em Poluliga. Também dos conhecimentos adquiridos nos trabalhos de Poluliga e da própria organização interna do projecto ao longo das suas várias fases (fundamentalmente quanto a disponibilidade e distribuição de recursos humanos) deriva a subdivisão em três *períodos* do intervalo cronológico seleccionado: 1968-1973, 1974-1978 e 1979-1982 (o segundo dos quais enquadrará o presente trabalho). O principal critério para a estruturação de Fisempoga nestes três períodos concretos tem a ver com que as mudanças mais significativas verificadas no funcionamento do SCG nesta altura estão em função da sua heteronomia com respeito aos campos do poder, facto que obriga a uma delimitação básica que parte do estabelecimento de balizas externas aos campos culturais.

Assim, o lapso temporal seleccionado inicia-se com as revoltas estudantis contra a ditadura do General Francisco Franco em 1968 e conclui em 1982, ano da chegada ao governo do Estado do Partido Socialista Obrero Español [PSOE]; esta última baliza é comumente aceite pela historiografia como ponto final do processo de transição do regime franquista à monarquia parlamentar (Prego 1996, Barreiro Rivas 2001) e pode ser completada acrescentando que, na Galiza, esse é também o ano da criação do Bloque Nacionalista Galego [BNG], frente política com a qual o nacionalismo galego inicia o caminho para a sua unidade e institucionalização no regime autonómico estabilizado após o processo de reforma do franquismo (Quintana Garrido 2010).

Este lapso abrange do início dumha abertura relativa no campo político, que possibilita a promoção de determinados campos ou repertórios culturais (como a música moderna em galego ou a poesia social-realista, por exemplo), até o ano prévio à entrada em vigor dumha decisão política que determinará substancialmente o funcionamento do SCG a partir desse momento: a aprovação pelo Parlamento autonómico da Galiza em Abril de 1983 da “Lei de Normalización Lingüística” hoje vigente, em função da qual é desenvolvido um corpo legislativo específico em relação à introdução da língua galega no ensino obrigatório ou, por exemplo, são implementadas decisões legais que afectam tanto à atribuição da autoridade para a elaboração do modelo estándar da língua galega à Real Academia Gallega [RAG] e ao Instituto de la Lengua Gallega [ILG] da USC, como à oficialização pelo poder político autonómico dumha normativa para o galego que já tinha sido aprovada em sessão conjunta por estas duas instituições culturais no ano 1982 em que concluem os trabalhos de Fisempoga.

Ora, um dos mais importantes ensinamentos tirados da experiência colectiva prévia ao

projecto de investigação onde se integra esta tese de doutoramento tem a ver com a necessidade de desenhar um quadro procedimental e teórico-metodológico aplicável a Fisempoga e capaz de abordar também o estudo de sistemas culturais com características similares às apontadas para o SCG nesta altura. Nesse sentido, este trabalho pretende desenvolver, por um lado, esse conjunto coordenado de métodos e ferramentas -já exposto sumariamente em contributos anteriores (Samartim 2009a) e agora desenvolvido com maior pormenor na epígrafe 2.1.- e, por outro lado, apresentar os resultados da sua aplicação geral a um campo cultural concreto (o literário) num período delimitado (1974-1978) com o objectivo de contribuir para umha melhor compreensão do funcionamento do conjunto do SCG num momento determinante no seu processo de autonomização.

O referido quadro procedimental e teórico-metodológico deriva da análise prévia da bibliografia já existente sobre o objecto de estudo seleccionado no projecto Fisempoga e da utilização ou adaptação de metodologias de carácter sociológico e relacional (como as indicadas acima para a elaboração dos trabalhos realizados no seio de Poluliga) aplicadas aqui desde umha base empírica que exige a fixação dum banco de dados e o seu submetimento a análises de tipo quantitativo e qualitativo; destes assuntos (análise bibliográfica e de resultados anteriores) ocuparemos-nos no terceiro capítulo deste estudo. Da confluência destes três elementos (metodologia, bibliografia secundária e resultados de Poluliga) e da experiência acumulada pelo conjunto do Grupo Galabra da USC no estudo do SCG, resulta, portanto, o quadro procedimental e metodológico geral que apresentaremos no início desta tese de doutoramento e aplicaremos nos capítulos posteriores.

Além disto, entendemos que os instrumentos de análise propostos neste trabalho têm alguma utilidade para o estudo do funcionamento de sistemas literários (/culturais) deficitários em processo de autonomização durante um período de mudanças nas *estruturas de oportunidade política* (Tarrow 1994 e 1996) dumha comunidade da periferia europeia, assim como que para o seu correcto acompanhamento e aplicação devem ser atendidas, quando menos, as seguintes questões procedimentais:

1. Descompor o objecto de estudo do projecto em **objectivos** abrangíveis em investigações parcelares (que nom parciais) e específicas.
2. Estabelecer **equipas** de trabalho multidisciplinar capazes de entender (e atender) as necessidades específicas colocadas por um objecto de estudo só acessível por meio da aproximação das acções de grupos e agentes em vários campos (político, económico,

educativo, comunicacional, literário, musical, áudio-visual...) utilizando diferentes técnicas e métodos de análise.

3. Desenhar **protocolos** de abordagem duns materiais caracterizados polo seu volume e a sua natureza dissemelhante; por exemplo: seqüencializaçom de tarefas, estabelecimento de tipologias de informaçom ou de graus, modos e processos de recolha, fixaçom do conhecimento construído e do estado da questom dos vários assuntos que serám analisados, etc.
4. Estabelecer a funçom e a centralidade de cada tipologia de **corpus** e proceder à sua fixaçom, incluindo na selecçom a totalidade dos materiais empíricos através dos quais podam ser resolvidas as necessidades de compreensom do objecto de estudo. No caso de Fisempoga isto inclui bibliografia secundária, publicaçoms periódicas, livros, imprensa diária, a realizaçom de entrevistas, o levantamento de correspondência, o recurso a arquivos sonoros e áudio-visuais, etc.
5. Utilizar, adaptar ou construir **ferramentas** teórico-metodológicas e procedimentais adequadas para resolver as necessidades específicas levantadas no processo de aproximaçom do objecto de estudo. Em Fisempoga destacam neste ponto as achegas metodológicas de base sistémica do professor Elias J. Torres Feijo (2004a) e as Bases de Dados Relacionais construídas no seio da equipa para o levantamento, a abordagem, a organizaçom, a arrumaçom e o tratamento produtivo dumha informaçom mui volumosa e variada (de cuja apresentaçom trataremos na epígrafe 2.1.) que será abordada tanto de forma quantitativa e qualitativa como relacional, para o qual tem especial utilidade no conjunto do projecto a Análise de Redes Sociais.
6. Estabelecer as margens e a estrutura do sistema literário (/cultural) em funçom do conjunto das **relaçoms** verificadas através da informaçom previamente levantada do corpus fixado, assim como dos materiais e das **regras** (os elementos normativos assentes ou propostos) detectadas num estádio concreto do sistema e que explicam o seu funcionamento; neste sentido, para o caso do SLG no período do nosso estudo deve ser prestada especial atençom à funçom atribuída polos diferentes grupos presentes no seu seio à **língua** galega (como principal *norma sistémica* proposta), à **tradiçom** que promovem ou em que se reconhecem os diferentes agentes e grupos actuantes no sistema, e à construçom, defesa e projecçom da **identidade** diferenciada da Galiza (como *normas de repertório* actuantes no sistema literário e elementos legitimadores da açom dos grupos envolvidos) (veja-se Torres Feijó

2004a para os conceitos em itálico).

Os assuntos focados no presente trabalho (em último termo: a delimitação, a estrutura e o funcionamento do SLG entre 1974 e 1978) giram em volta precisamente da combinação das questões apontadas na enumeração anterior. Por um lado, o estabelecimento de relações por meio do corpus seleccionado permite-nos realizar agrupamentos (de produtores, de produtos, de instituições, de repertórios...) e aproximarmo-nos do conhecimento tanto da estrutura interna e a distribuição dessa rede de relações (sistema) como do grau e a natureza das ligações que os grupos estabelecem com outros campos e sistemas em contacto, o qual possibilitará também conhecer o grau de autonomia ou heteronomia relativa (e os elementos que as sustentam) proposto no seio do SLG a respeito tanto dos campos onde é disputado o poder político e económico (em grande medida compartilhados no período em estudo com o SCE) como dos outros sistemas peninsulares, nomeadamente a respeito daquele que concorre ou compartilha o mesmo espaço social e em relação ao qual deverá ser delimitado o SLG.

Por outro lado, juntamente com a função atribuída à determinação das relações, para o conhecimento tanto dos limites (mais difusos a respeito do SCE quanto mais nos aproximarmos dos espaços do SCG com maior grau de institucionalização, adiantamos já) como do próprio processo de construção sistémica, estudamos neste trabalho

1.o conjunto das *normas* com que os diferentes grupos (previamente estabelecidos em virtude das relações formais entre agentes e instituições) pretendem fixar as condições e os critérios tanto de integração (pertença) como de funcionamento (hierarquização, legitimação, etc.) do sistema; e
2.a posição e a função atribuída aos materiais presentes no SLG (nomeadamente aos de maior centralidade enquanto que objecto ou resultado do processo de canonização) para estudar a construção voluntária da tradição, isto é, os elementos a que os vários agentes atribuem valor e consideram necessários e *legítimos* para a sua configuração e reprodução (susceptíveis de constituírem, portanto, a *memória* do sistema literário [Aguiar e Silva 1999: 258-265], de pertencerem à tradição).

Em última instância, no presente estudo focamos o processo de construção do discurso sobre a própria literatura (e, em função dele, de outros como o da língua ou da identidade diferenciada da comunidade), no entendimento de que isto permitirá valorizar também o grau de autonomia/ heteronomia com que o sistema está a ser construído a respeito dos vários discursos normativos e propostas político-culturais emanadas das instituições (oficiais ou nom) e dos grupos que sustentam e promovem projectos identitários de variado tipo (essencialistas, nacionalitários, de

classe...).

O estudo combinado dos elementos referidos (relaçõs e estrutura, regras e materiais) possibilita a delimitaçõ do sistema focado a respeito doutros sistemas prõximos, das suas áreas de confluência e dos elementos considerados prõprios, compartilhados ou alheios polos grupos activos em cada sector do sistema, e permite o conhecimento da sua estrutura e dos seus modos de funcionamento. Eis a centralidade do quadro teórico-metodolõgico utilizado e a necessidade de nos dedicarmos em primeiro lugar à sua exposiçõ (capítulo 2) e, imediatamente depois, à análise da bibliografica secundária e dos trabalhos de Poluliga (capítulo 3) que, como foi indicado, sustentam em grande medida a elaboraçõ ou adopçõ das ferramentas propostas e dos procedimentos ensaiados.

Apõs esta primeira parte de carácter procedimental, ocuparemo-nos em primeiro lugar (capítulo 4) do estabelecimento dos elementos institucionais que conformam a estrutura geral do sistema em virtude das relaçõs internas (de pertença) verificadas no nosso corpus entre produtores e instituiçõs; valemo-nos, para fixar esta populaçõ institucional, do conhecimento do SLG fornecido polos anteriores trabalhos da equipa, dos atributos que permitem assinalar as nossas bases relacionais e, aqui de maneira funcional e apenas representativa, do método da ARS; fixamos por esse meio os principais sujeitos, grupos e espaçõs do SLG (sejam estes geográficos ou institucionais e estejam na Galiza metropolitana ou nos *enclaves* peninsulares, europeus ou americanos), as suas características mais destacadas, as suas instituiçõs constituintes, as estratégias gerais que aplicam, os campos onde tencem lugar as suas açõs e as relaçõs internas que promovem. Concluímõs este capítulo com o estudo das relaçõs externas promovidas desde cada espaçõ do sistema, localizando assim a posiçõ ocupada e a funçõ referencial atribuída por cada grupo aos diferentes sistemas peninsulares em contacto com o SLG, com o qual nos aproximaremos também do grau de autonomia relativa deste sistema com respeito ao SCE e acabaremos de desenhar assim as suas margens.

Desta maneira, no fim desta tese de doutoramento (capítulo 5) estaremos já em disposiçõ de abordar as características, a funçõ e a centralidade das normas promovidas polos grupos antes estabelecidos para definirem o SLG entre o Franquismo e a Transiçõ, assim como as estratégias canonizadoras presentes nos vários discursos críticos em volta da literatura (campo cultural *ainda* priorizado nas açõs dos grupos empenhados na altura na construçõ da identidade diferenciada da comunidade galega). Dentro deste estudo de carácter normativo, onde interessam os valores de legitimaçõ em jogo no campo da crítica, as regras, as ideias-força e os principais materiais

propostos polos grupos e institucións apresentados previamente, ocupará o noso interesse a abordagem da función atribuída no sistema à língua galega e à reivindicação da identidade diferenciada da Galiza, ao se tratarem dos elementos centrais utilizados polos diferentes grupos para balizar o SLG na altura ou hierarquizar os seus materias constituintes.

Por último, é necessário esclarecer que a própria estrutura e organização deste trabalho está em função dos interesses e da organização do projecto de investigação em que está inserido. Por este motivo não são colocados no foco desta tese de doutoramento elementos que por si mesmos constituem o objecto dumha investigação específica, de carácter monográfico e, portanto, de maior extensão e pormenor do aconselhado num trabalho que foca os objectivos do presente. Referimo-nos ao estudo de assuntos ou de processos sem cujo conhecimento pormenorizado dificilmente poderemos avançar no preenchimento dos vários objectivos focados no projecto Fisempoga e cuja abordagem deverá ser objecto de trabalhos posteriores de membros da equipa: o processo de elaboração lingüística (que já foi abordado em trabalhos prévios e que ainda esperamos poder atender em achegas posteriores de jeito mais demorado), a trajectória e as estratégias de acção de grupos de provada centralidade no SLG do tardofranquismo e da transição (como a Unión do Pobo Galego [UPG] ou Galaxia, este último focado na futura tese de doutoramento da nossa colega Cristina M. Tejero), campos ou espaços concretos e determinantes para o funcionamento do conjunto do SLG (como o campo editorial ou o enclave bonaerense), ou a recuperação que cada grupo realiza da tradição e o uso da função legitimadora e hierarquizadora a ela atribuída pelos diferentes grupos activos no SLG entre 1968 e 1982 (assunto que será abordado de maneira transversal neste trabalho).

Apesar de não estarem focalizados especificamente na presente investigação, assuntos como os que acabamos de referir serão também atendidos neste trabalho, quer através do recurso a resultados anteriores da equipa quer por meio de abordagens específicas, mas sempre em função dos objectivos concretos marcados no presente estudo. Estes objectivos pretendem responder a **perguntas investigadoras** que têm respeito tanto ao conhecimento do processo de construção do SLG entre o franquismo e a transição como aos processos, métodos e ferramentas com que é possível atingir esse conhecimento novo e, em última instância, são susceptíveis de serem sintetizadas numa única questão: Qual é o comportamento (quanto a estrutura, normas e regras de jogo, modos de funcionamento e espaços de possibilidade) dum sistema literário submetido a uma forte tensão externa desde um campo político em mudança e entendido como deficitário quanto à

1) não aceitação unânime tanto da natureza da(s) norma(s) sistémica(s) como da

legitimidade da *estrutura de poder* (isto é, da estrutura institucional);

2)contracção quanto aos campos em que essa norma que se quer sistémica tem presença: ensino, meios de comunicação de massas, Igreja católica, administração pública...;

3)concorrência com outro sistema cultural estável e fortemente institucionalizado num período de mudanças políticas que conduzem da ditadura para a democracia representativa e a autonomia política?

Em geral, no fim do presente trabalho esperamos poder estar em disposição de conhecer como, por quem e com que materiais e regras repertoriais é definida e delimitada a estrutura relacional que chamamos SLG, assim como que elementos caracterizam o funcionamento deste sistema entre 1974 e 1978. Com isso esperamos poder contribuir, em primeiro lugar, para o estabelecimento dum conjunto de procedimentos e conhecimentos de utilidade para posteriores trabalhos do projecto Fisempoga e, depois e de maneira geral, para criar conhecimento novo sobre o processo de autonomização e legitimização do conjunto SCG, também quanto às ideias com que os grupos mais centrais neste sistema pretendêrom definir, identificar e coesionar socialmente a comunidade galega num período histórico em que a mudança nas estruturas de oportunidade política permitiu imaginar que, por um momento, todas as propostas tinham alguma possibilidade de aplicação.

2. QUADRO PROCEDIMENTAL E METODOLÓGICO PARA O ESTUDO DO SLG (1974-1978)

A principal **finalidade** deste trabalho é identificar, descrever e analisar os elementos centrais que determinam a estrutura e o funcionamento do SLG no período histórico 1974-1978 através do estudo dos espaços de actuação e das tomadas de posição das elites nele actuates. Concretamente, os **objectivos gerais** deste trabalho passam por avançar no conhecimento:

- 1) dos elementos que determinam e configuram as margens, a estrutura e o funcionamento entre 1974 e 1978 da rede interdependente de relações que chamamos SLG;
- 2) das relações deste sistema literário com outros sistemas peninsulares, já que estes jogam diferentes funções referenciais (de oposição, analogia ou reintegração [Beramendi 1991: 134-136]) para o SCG historicamente considerado;
- 3) da relação entre o SLG e os diversos campos culturais que conformam o SCG em processo de autonomização, e daquele com os campos onde se disputa o poder político e económico, num período caracterizado pela mudança de regime político-institucional;
- 4) da função, a posição e as relações dos principais agentes, grupos e ideias presentes no SLG, nomeadamente quanto às ideias sobre a própria literatura e aos discursos e práticas envolvidos na sua delimitação e caracterização;
- 5) das estratégias para a promoção, socialização e implementação doutras ideias (sobre a arte, a comunidade, etc.) presentes no SLG e fabricadas ou divulgadas pelos mais importantes grupos e agentes que nele se movimentam entre 1974 e 1978.

De acordo com este **objectivos gerais**, neste trabalho focamos os seguintes **objectivos específicos**:

1)Desenhar um modelo procedimental e teórico-metodológico capaz de estudar o processo de construção de sistemas literários deficitários submetidos a uma forte tensão política e à concorrência doutro sistema cultural com um alto grau de institucionalização, e testar a aplicabilidade desse modelo ao SLG de 1974-1978.

2)Deconstruir o processo de construção do conhecimento sobre os modos e as ferramentas de abordagem, a estrutura e o funcionamento do SLG para o período focado neste estudo, e sintetizar esse conhecimento apontando e preenchendo os défices detectados.

3)Delimitar e caracterizar os diferentes espaços institucionais, as regras, os agentes e a estrutura da rede relacional identificada com o SLG entre 1974 e 1978, apontando as causas e o

resultado da sua eventual evolução.

4) Analisar as práticas e os discursos envolvidos no conceito “literatura galega” e activos nos vários espaços delimitados previamente para o SLG durante 1974-1978.

Por outro lado, o presente trabalho foca a abordagem particular da estrutura e funcionamento do SLG entre 1974 e 1978 como um “estudo de caso” ou, dito por outras palavras, o **objecto de estudo** deste trabalho de investigação, em consonância com o do projecto Fisempoga de que fai parte, está constituído em última instância polo processo de construçom dum sistema literário localizado na periferia da Europa ocidental num período de forte mudança política. Para aproximarmo-nos do conhecimento deste objecto de estudo serám analisadas aqui, como dizemos, as relaçons estabelecidas, as principais ideias (re)produzidas e as estratégias de socializaçom ensaiadas por um fragmento da elite social a partir das suas tomadas de posiçom no SLG de 1974 a 1978. A nossa análise deste sistema literário está baseada na utilizaçom de ferramentas teórico-metodológicas de carácter sistémico, sociológico e relacional que, entendemos, permitem alcançar o conjunto dos objectivos propostos, caracterizando os principais agentes e grupos actantes no campo literário (que ocupa habitualmente umha posiçom central nos sistemas em construçom) e acompanhando em funçom dos objectivos expostos as suas tomadas de posiçom também nos restantes campos em que actuam (culturais ou do poder) num período determinante para a configuraçom posterior do conjunto do SCG.

O facto de colocarmos no centro da configuraçom do objecto de estudo o processo de construçom dum sistema literário em relaçom com a mudança política explica a selecçom do período **1974-1978** para o seu estudo na presente tese de doutoramento. O aumento de expectativas e de energia verificado no SLG neste período justifica a delimitaçom cronológica deste trabalho entre o assassinato em Dezembro de 1973 do Almirante Carrero Blanco (chefe do Governo franquista, homem forte do regime e previsível sucessor do ditador) e o plebiscito constitucional de Dezembro de 1978, polo qual fica institucionalizado o novo quadro legal caracterizado, fundamentalmente, pola monarquia parlamentar e o regime autonómico.

Os dous momentos escolhidos para a individuaçom deste lapso temporal fam referênciam, portanto, a açõs localizadas dentro do campo do poder que mudam de jeito determinante o funcionamento dos campos culturais a respeito dos períodos imediatamente anterior (o tramo final do franquismo, 1968-1973) e posterior (a construçom da autonomia, 1979-1982). Assim, entre essas duas balizas apontadas, é possível caracterizarmos um período de forte instabilidade e importantes mudanças nas estruturas políticas que condicionam a fabricaçom e socializaçom de ideias e

produtos quer quanto ao seu volume e regras de circulação (nomeadamente com a derrogação em 1977 da legislação que ampara a censura franquista¹), quer quanto ao tipo de acções e de repertórios promovidos pelos grupos actuantes no SLG nestes cinco anos (ascenso do ensaio em galego e redução da publicação de poesia social-realista no campo editorial, por exemplo).

Iniciado com a crise económica de 1973-1974 (principal responsável do acusado descenso da produção no campo editorial verificado no primeiro ano do nosso estudo) e concluído com a instauração em 1978 dumha nova realidade legislativa e institucional em que deverá ser enquadrada também a produção e circulação de bens culturais, a acção dos grupos presentes no SLG neste tempo de mudança está determinada, entre outros acontecimentos políticos, pola *Revolução dos Cravos* portuguesa de 25 de Abril de 1974, pola morte do ditador espanhol em Novembro de 1975, pola validação nas eleições gerais de Junho de 1977 de um leque diverso e plural de propostas políticas após quarenta e um anos sem eleições por sufrágio universal no Estado Espanhol², ou pola criação da “Xunta Preautonómica de Galicia” por decreto-lei de 16 de Março de 1978. Este último facto significa a existência de instituições políticas autonómicas por primeira vez na história moderna da Galiza e constitui o ponto de partida do processo de institucionalização do SCG que determinará o seu funcionamento em períodos posteriores.

En geral, este lustro de 1974-1978 abre-se para o campo político com os discursos pró-reformistas feitos por Carlos Arias Navarro (nomeado em inícios de 1974 chefe do governo polo ditador) e encerra-se quando a constituição espanhola referendada em Dezembro de 1978 sanciona, dumha parte, a monarquia parlamentar e a descentralização política como forma de governo e, por outro lado, a distinção entre a “Nación española”, único agente de soberania conformado administrativamente por várias comunidades autónomas, e algumas dessas comunidades perspectivadas como *Nacionalidades*³. De acordo com a doutrina consagrada polos

1 A “Ley de Prensa e Imprenta” de 1966 (conhecida popularmente como “Lei Fraga” em virtude de ter sido Manuel Fraga Iribarne o ministro franquista responsável pola sua elaboração e promulgação) suspende a censura prévia em vigor no Estado Espanhol desde a “Ley de Prensa” de 1938; porém, ao obrigar no seu artigo 2 ao respeito aos «Principios Fundamentales del Movimiento Nacional» ([Espanha] 1966), a legislação amparará as sanções à dissidência até este artigo ser revogado polo Real Decreto-Ley de 1 de abril de 1977, sobre Libertad de Expresión (Cisquilla *et al* 2002).

2 Propostas políticas procedentes também do campo galeguista, entendendo este conceito de galeguismo como o “movimento de reivindicação da identidade diferenciada da Galiza com independência do grau de autonomia política proposto para a colectividade galega polos vários grupos ou agentes autoproclamados galeguistas, assi como o processo de fabricação de ideias que apoiam e justificam os vários graus desta reivindicação. Quando este movimento vise a reivindicação política da Galiza como ente nacional diferenciado dum referente de oposição identificado com o par Castela/ Espanha, estaremos falando em *nacionalismo*, umha das várias ideias possíveis de galeguismo” (Samartim 2005: 10; itálico no original).

3 “La Constitución se fundamenta en la indisoluble unidad de la Nación española, patria común e indivisible de todos los españoles, y reconoce y garantiza el derecho a la autonomía de las nacionalidades y regiones que la integran y la solidaridad entre todas ellas” (*Constitución Española*: Artículo 2 “Unidad de la Nación y derecho a la autonomía”).

constitucionalistas espanhóis em 1978 (Núñez Seixas 2004 e Bastida Freixedo 2007), a constituição hoje vigente sustenta a divisão entre uma única Nação Política (Espanha) e várias Nações Culturais (Galiza, Catalunha e Euskádi) elididas no texto legal, por ele privadas do reconhecimento do direito à soberania política e às quais lhes é *concedido* um grau variável de autonomia⁴; da mão desta autonomia política caminhará desde 1978, com passo desigual, a institucionalização cultural nos respectivos sistemas.

Estes cinco anos de actividade cultural na Galiza estão delimitados entre a proposta *reintegracionista* de Rodrigues Lapa no fim de 1973 (que, como veremos, completa o leque de orientações linguístico-culturais e identitárias em jogo no SCG) e a promulgação do Decreto de Bilingüismo em Agosto de 1979, com o qual era regulada de maneira transitória até a aprovação do Estatuto de Autonomia de 1981 a presença das matérias de língua e literatura galegas no sistema de ensino oficial vigente na Galiza⁵. Igual que acontece no decurso desse período no campo político, também os grupos e agentes actantes no SLG desta altura tomam posições, mantêm relações, desenham estratégias e (re)produzem um conjunto de ideias determinantes para a construção da ideia do ser e do dever ser da Galiza contemporânea (assim como para o funcionamento posterior do SCG). Essas tomadas de posição, relações, estratégias e ideias presentes no SLG configuram, como foi indicado, o objecto de estudo do presente trabalho de investigação.

4 Esta atribuição de dois significados a um único significante (nação) é feita alegando a sua origem nos trabalhos do historiador alemão F. Meinecke (1970), para quem, em rigor, “la nación política y la cultural no conforman estrictamente una tipología nacional, sino que son momentos de un proceso de formación nacional” (Bastida Freixedo 2007: 127); Bastida (*ibidem*) afirma que com esta distinção “Meinecke pretendió subrayar lo que, por otra parte, tan común era en su época; a saber, la virtualidad del principio de las nacionalidades, que consistía en hacer coincidir los límites de una comunidad de cultura -una nación cultural- con los límites políticos de un Estado -una nación política-”, pelo qual com estes conceitos, na obra de Meinecke “no se diferencian dos tipos de nación: simplemente se dice que existen Estados con territorio y territorios que carecen de un Estado (de un Estado deseado)” (Bastida Freixedo 2007: 128). A utilização *desviada* das análises de Meinecke fornece, porém, aos “Padres de la Constitución” os conceitos necessários para a compatibilidade das “nacionalidades” e da “Nación” sem que as primeiras pudessem participar da soberania política (reservada em regime de monopólio para a segunda): “Esta diferenciación entre naciones políticas y culturales allanaba por completo la empresa de los que pretendían la armonía conceptual entre una diversidad de naciones. La objeción que insistía en la imposible coexistencia de soberanías quedaba conjurada por la sencilla razón de que, ahora, con la inestimable colaboración de Meinecke, se concebía la existencia de naciones que no son soberanas y que, además, por su misma esencia [cultural], no podrán llegar a serlo jamás” (Bastida Freixedo 2007: 126).

5 Este “Real Decreto de 20 de Xullo e Orden Ministerial de 1 de Agosto de 1979 polos que se regula a incorporación da Lingua Galega ao sistema educativo de Galicia”, publicado pola Comisión Mixta Ministerio de Educación – Xunta de Galicia (e editado polas Publicacións da Xunta de Galicia, Santiago, Xaneiro 1980 [MEC-XG 1980b]) tem como antecedente o “Decreto 30 de mayo [de 1975] de Educación General Básica-Educación Preescolar. Incorporación de las lenguas nativas a los programas”, com o qual se procedia ao desenvolvimento nesse ponto da Ley General de Educación promovida polo ministro franquista José Luís Villar Palasí em 1970 (B.O.E de 6 de Agosto).

Definimos o reintegracionismo como “a ideia de (re)inclusão da Galiza num intersistema cultural compartilhado com os espaços do sistema linguístico comum conhecido internacionalmente por *Lusofonia*” (Samartim 2005: 34n; *italico no original*).

Julgamos que um objecto de estudo assim configurado permite colocar entre as principais fortalezas deste primeiro trabalho geral de Fisempoga o facto de que os resultados previstos desta investigação contemplem utilidades tanto para a compreensão do conjunto do SCG dum ponto de vista precariamente explorado até a actualidade (como veremos no capítulo seguinte), como para a eventual planificação futura deste Sistema Cultural. Ao mesmo tempo, esses resultados pretendem contribuir também para o estabelecimento dum corpus teórico-metodológico e procedimental geral, de aplicação nomeadamente para a compreensão de outros sistemas culturais europeus secundarizados ou em similar processo de autonomização.

2.1. Métodos e Ferramentas para a abordagem do SLG (1974-1978)

Assim como as teorias de que partimos ajudam a colocar hipóteses e a seleccionar e definir um determinado objecto de estudo, em Fisempoga perspectivamos a metodologia como um modo de olhar, delimitar e alcançar esse objecto de estudo e os objectivos marcados sobre ele, de resolver os problemas surgidos nas várias abordagens e análises do SCG de 1968 a 1982, e de provocar necessidades que ajudem a avançar no conhecimento do processo de construção do Sistema Cultural em foco; isto é, para nós a **metodologia** está composta pelo conjunto de métodos de abordagem e de ferramentas teóricas e conceituais utilizadas para atingir satisfatoriamente o objecto de estudo, solucionando os eventuais problemas que impidam alcançar este objectivo.

Partindo desta perspectiva, à hora de tratarmos o quadro procedimental e metodológico empregado nesta investigação, devemos referir mais uma vez que os trabalhos da equipa prévios ao projecto Fisempoga fornecem um pré-conhecimento do SCG de 1968 a 1982 que nos permite afirmar, ao nível geral e com carácter operativo, o seguinte em relação concretamente com a utilidade e a oportunidade dos métodos e das ferramentas (também das metodológicas) que utilizamos para abordar o SLG entre 1974 e 1978:

- 1) A diversificação das acções dos principais grupos actantes no SLG durante este período histórico, criando ou reforçando consideravelmente campos até entom inexistentes ou pouco desenvolvidos no SCG, obrigam à consideração das relações do campo literário com os restantes campos culturais (principalmente com os campos artístico, musical e cinematográfico) neste período histórico.
- 2) Do mesmo jeito, do carácter claramente heterónimo do conjunto do SCG verificado neste momento de mudança nas estruturas de oportunidade política resulta a necessidade de abordar o estudo das relações entre os campos que conformam este sistema cultural em

construção (no nosso caso com especial incidência no campo literário) e os campos do poder da Galiza de 1974 a 1978, isto é, com os sectores do espaço social onde se concentra a acumulação de recursos (poder económico) e a capacidade para gestioná-los (poder político)⁶.

- 3) Assim mesmo, o conhecimento das margens e das relações do SLG exige:
 - a) aprofundar no estudo das relações deste sistema com Portugal e com a Lusofonia no seu conjunto também em função dos contactos de carácter político estabelecidos entre os grupos destes sistemas no período analisado e não apenas em virtude das relações históricas estabelecidas entre as elites culturais galegas e Portugal, *referente de reintegração* para o galeguismo historicamente considerado em base à proximidade geográfica e ao potencial relacional nos campos culturais entre dois espaços que compartilham (de maneira variável segundo grupos e programas) um conjunto alargado de elementos repertoriais (principalmente, que não unicamente, a língua);
 - b) alargar o estudo destas relações ao sistema cultural (em) espanhol (histórico *referente de oposição* para o galeguismo), que partilha/ disputa espaço social com um SCG em processo dialéctico de autonomização;
 - c) estender, finalmente, este estudo das relações intersistémicas ao conjunto dos sistemas peninsulares envolvidos no mesmo processo de mudança política (principalmente Catalunha e Euskádi, históricos *referentes de analogia* para o galeguismo), em função do carácter heterónimo anteriormente assinalado.
- 4) Por último, a já alegada impossibilidade de mapear o SLG para detectar estas relações unicamente através da bibliografia existente, assim como de abordar o estudo da fabricação de ideias e das estratégias de socialização experimentadas pelos principais grupos e agentes activos nesse sistema sem recorrer a um corpus tão volumoso e diverso como o

6 Para Bourdieu (1994: 28), “la position occupée dans l'espace social, c'est-à-dire dans la structure de la distribution des différentes espèces de capital, [...], commande les représentations de cet espace et les prises de position dans les luttes pour le conserver ou le transformer”. “Pour construire l'espace social, [...], il fallait et il suffisait de prendre en compte les différentes espèces de capital dont la distribution détermine la structure de l'espace social. Du fait que le capital économique et le capital culturel détiennent, en ce cas, un poids très important, l'espace social s'organise selon trois dimensions fondamentales: dans la première dimension, les agents se distribuent selon le volume global du capital, toutes espèces confondues, qu'ils possèdent; dans la deuxième, selon la structure de ce capital, c'est-à-dire selon le poids relatifs du capital économique et du capital culturel dans l'ensemble de leur patrimoine; dans la troisième, selon l'évolution dans le temps du volume et de la structure de leur capital. Du fait de la correspondance qui s'établit entre l'espace des positions occupées dans l'espace social et l'espace des dispositions (ou des *habitus*) de leurs occupants et aussi, par l'intermédiaire de ces dernières, l'espace des prises de position, le modèle fonctionne comme principe de classement adéquat: les classes [e os grupos] que l'on peut produire en découpant des régions de l'espace social rassemblent des agents aussi homogènes que possible non seulement du point de vue de leurs conditions d'existence mais aussi du point de vue de leurs pratiques culturelles, de leurs consommations, de leurs opinions politiques, etc” (Bourdieu 1994: 32; itálico no original).

contemplado em Fisempoga, faz necessário estabelecer procedimentos e mecanismos (um conjunto de conceitos, métodos e dispositivos como os que serão descritos neste trabalho) que possibilitem a recolha, a abordagem e o efectivo tratamento quantitativo e qualitativo dos materiais levantados de acordo com a perspectiva de base empírica (sociológica, sistémica e relacional) que sustenta a equipa do projecto Fisempoga.

Como já foi indicado no início deste trabalho, estas conclusões parcelares tiradas das análises anteriores do SLG de 1968 a 1982, a trajectória do grupo Galabra que sustenta a equipa de investigação do projecto em que está incluída esta tese e a coerência com os pressupostos metodológicos de carácter sistémico, sociológico e relacional que articulam a acção do pessoal de Fisempoga explicam e justificam suficientemente, pensamos, a clara evolução experimentada pelos membros da equipa do projecto do estudo *específico* da literatura para a sua focagem como fazendo parte da análise da cultura. Neste sentido, insistimos em que também o facto de outros grupos e investigadores da literatura realizarem uma evolução similar avaliza esta deriva. Som especialmente destacáveis, nesta passagem, a alegada trajectória de Wouter de Nooy, professor da Universidade de Amsterdam, especialista em Teoria de Campo e em aplicações de análise quantitativa e qualitativa (estatística) à literatura⁷; ou a trajectória do integrante da equipa do projecto Fisempoga e principal elaborador das teorias sistémicas, Itamar Even-Zohar (2007: 70), quem tem verificado que:

No hay ninguna técnica literaria, entendida en términos de ley gobernante para cierto material, descrita por los estudiosos de la literatura, que sea exclusivamente literaria, no hay un solo principio textual que lo sea. Asimismo, la literatura como institución no se comporta de manera diferente de cualquier otra institución socialmente establecida.

De acordo com isto, achamos totalmente viável e oportuno utilizar neste trabalho como **ferramentas teórico-metodológicas gerais** as achegas de carácter sistémico e sociológico feitas pelos professores Itamar Even-Zohar e Pierre Bourdieu; estas teorias sistémicas e sociológicas constituem a base geral teórica de que partimos à hora de “investigar los parámetros de iniciativas tomadas con repertorios culturales en relación a los procesos de cambio en la historia de entidades colectivas” (Even-Zohar 2007: 124), base que foi acrescentada depois com as teorias empíricas a

⁷ Especialmente relevante, como mostra do apontado, parece-nos o caso da revista *Poetics*, dirigida nos últimos anos pelo professor Kees van Rees, a qual, como o seu próprio director explica, incorpora em 1989 o subtítulo «Journal of empirical research on literature, the media and the arts» precisamente para pôr em destaque a ampliação do espectro temático dumha revista inicialmente literária para assuntos relacionados com os média e as artes. Este alargamento no foco tinha sido já iniciado de facto em 1983 com a publicação dum artigo de Pierre Bourdieu (van Rees e Dorleijn 2001).

que acedemos através de trabalhos concretos de investigadores como Kess van Rees ou Wolter de Nooy; igualmente, recorreremos também à Análise de Redes Sociais quando precisamos arrumar, organizar, analisar e visualizar a informação proporcionada polo corpus do projecto Fisempoga para o estudo do SLG de 1974 a 1978. As ferramentas que sustentam a nossa base teórico-metodológica som bem conhecidas no espaço académico peninsular, facto que poupa qualquer apresentação ou explicação ao respeito, e som complementadas neste trabalho com o recurso às propostas doutros investigadores que, adaptando, continuando ou completando os postulados teórico-metodológicos de Even-Zohar ou Bourdieu, contribuem para a correcta resolução das necessidades apresentadas no processo de estudo do SLG no período que abrange esta investigação.

Quanto a estas, consideramos de especial utilidade para atingir o nosso objecto de estudo a adaptação das teorias sistémicas feitas para a abordagem do caso galego polo orientador desta tese de doutoramento, o professor Elías J. Torres Feijó. Nomeadamente, destacamos para o estudo dum sistema cultural deficitário em processo de autonomização a produtividade de conceitos como *tendências proto-sistémicas* e *subsistémicas*, *norma sistémica* e *norma de repertório*, *suficiência sistémica* e *soberania cultural*, *défice projectivo* ou *enclave* porque, com estas categorias, o director do grupo Galabra da USC contribui especialmente para o entendimento das margens e do funcionamento de sistemas culturais periféricos, assim como para a compreensom da natureza das tomadas de posição, das estratégias e dos resultados da acção dos grupos e agentes que trabalham dialecticamente para a (in)dependência dum sistema cultural precariamente institucionalizado⁸.

8 “... entendo que pode ser rendível, sempre sobre a base da variável que proponho sobre a noção de sistema de Even-Zohar, operar com os conceitos de proto-sistema e sub-sistema ou, com o de **tendências proto-sistémicas** ou **subsistémicas** com que no Grupo Galabra vimos trabalhando. Entenda-se por tais, no primeiro caso, a detecção de práticas tendentes à configuração dum novo sistema segregado do sistema a que se está vinculado, ou, no segundo, as práticas que, mantendo especificidades a respeito do sistema originário, nom pretendem impugnar a sua pertença a este (o que, provisoriamente e de forma insuficiente e esquemática, se pode fazer equivaler a «literaturas regionais» tal como entendidas, por exemplo, no contexto cultural ibérico). O que permite balizar cada um desses sistemas, ou, segundo os casos, programas e elaborações proto-sistémicas, é o que denomino *normas sistémicas*” (Torres Feijó 2004a: 429; itálico no original, carregados nossos). As **normas de repertório**, por seu lado, som “elementos que, nom sendo apresentados como delimitadores de sistemas, som promovidos como elementos que dotam de maior genuinidade ao entendimento e elaboração dos produtos dessa comunidade como próprios da mesma ou constituem as especificidades de que se nutrem as tendências subsistémicas” (Torres Feijó 2004a: 437). Da mesma maneira, Torres Feijó (2000: 975) propom o conceito de **défices projectivos** para definir as carências detectadas num sistema cultural “na medida em que indicam um vazio que se quer preencher (ou umha presença que se quer substituir), um projecto que se quer realizar”, e adapta de Naftoli Bassel (1991) o conceito de **enclave** para referir, em boa síntese do Equipo Glifo (1998: 71-72), “o conxunto de actividades literarias desenvolvidas nun espacio social que se vincula a outro que actúa como metrópole, asumindo sempre a pertença de ambos a un único sistema literario”, ou, por outras palavras, toda a “secção do sistema cultural situada num território geograficamente afastado do da comunidade originária, configurando um espaço no qual as pessoas e as instituições presentes mantemem relações específicas entre elas e com os seus homólogos da metrópole” (Samartim e Cordeiro Rua 2009: 179). Por último, “assente «num conjunto de materiais suficientes caracterizados pola sua capacidade diferencial, concorrente e identitária» (Torres Feijó, 2000: 979), o director do grupo Galabra [Torres Feijó 2000: 970 e ss.] define a **soberania cultural** como a capacidade dos intervinientes num sistema cultural de manter a **suficiência**

Ao lado dos vários trabalhos ligados às teorias sistémicas e de campo que iremos referindo ao longo desta tese de doutoramento para sustentar aspectos concretos do nosso discurso, destacamos agora pela sua utilidade para o conjunto do projecto Fisempoga as achegas de vários investigadores que localizam os seus trabalhos no âmbito dos estudos empíricos (ou que utilizam a ARS). Neste sentido, julgamos que vale a pena referir os contributos de Rakefet Sela-Sheffy (1990, 1997 e 2002) sobre os processos de construção sistémica e do cânone; as investigações recolhidas por Lamont e Fournier (1992) sobre fronteiras (*borders*), Lamont e Lareau (1988) e Lamont *et al* (2000) sobre capital cultural e diferenças entre espaços sociais, grupos e práticas culturais; os contributos do já mencionado Wouter de Nooy (2003, 2005 e 2006) e de Padgett (2006), porque utilizam a ARS para o estudo da acção das elites nos campos culturais e para o tratamento de grandes conjuntos documentais (dos quais extraem processos dinâmicos específicos da perspectiva teórica das redes múltiplas para a explicação de factos históricos); e também os trabalhos de representação, geografia cultural e análise estatística de Franco Moretti (2005), porque nos servem de ponto de partida para as abordagens quantitativas e para cartografar os espaços do SLG entre 1974 e 1978.

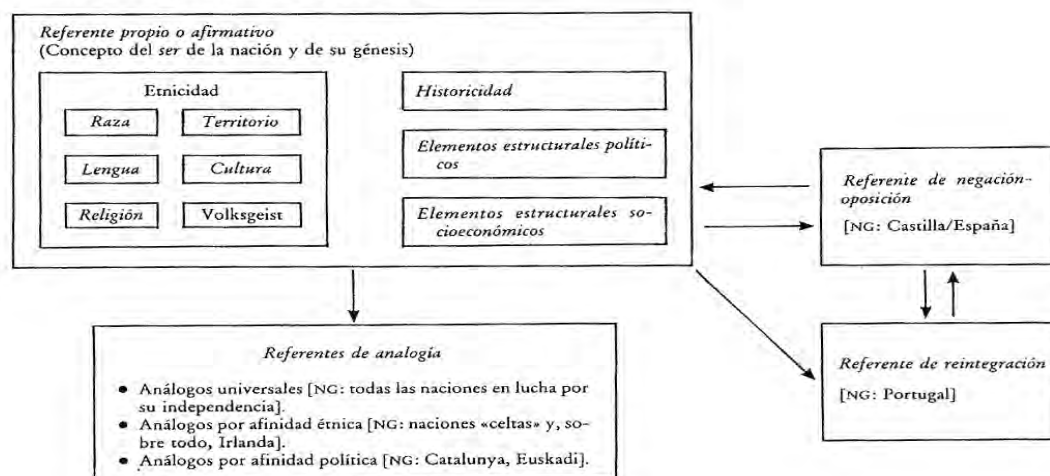
Ao mesmo tempo, para as questões referidas às relações intersistémicas apontamos ainda para Lambert (1995 e 2006) e Pascale Casanova (1999), para as achegas de Arturo Casas (2003) sobre o que ele denomina “sistema interliterário ibérico”, para os estudos de *imagologia* aplicados à análise das relações entre sistemas culturais propostos por Pageaux (2007) e para Cabo Aseguinolaza (2003 e 2004), neste caso tanto pelos seus contributos sobre geografia e comparativismo nos sistemas culturais peninsulares como pela exposição da importância do “giro espacial” experimentado nos estudos historiográficos em literatura para o mapeamento do *espaço cultural* das comunidades. Para as focagens concretas do SLG deveremos acudir ao labor de divulgação e reflexão metodológica com base nas teorias de Bourdieu realizado por Antón Figueroa (1988, [com González-Millán] 1997, 2001, 2002 e 2008) e à numerosa obra de González-Millán (1994, 1994a, 1994b, 1998, 2000 e 2002) centrada no processo de institucionalização do SLG após 1975 em relação com elementos como o nacionalismo literário, a resistência cultural, a emergência dum espaço público autónomo ou a construção da diferença; González-Millán, que em

sistémica, isto é, a existência, funcionamento, continuidade, identidade e estabilidade do próprio sistema sem que estes traços sejam alterados em dependência de agentes, instituições ou sistemas alheios” (Samartim 2005: 26; carregados nossos); com estes conceitos o professor Elías Torres acrescenta às categorias *autonomia/ heteronomia* propostas por Bourdieu para o estudo das relações internas (entre os campos culturais e do poder dum sistema) elementos úteis para o conhecimento das relações entre um sistema cultural em processo de autonomização e o seu concorrente no mesmo espaço social.

finais da década de noventa parte das revisões críticas de Fowler (1997) às teorias de Bourdieu para a cultura, contribui decididamente para o conhecimento da função da literatura na Galiza contemporânea e chega interessantes reflexões, entre outras questões, sobre o grau de (in)dependência do conjunto do sistema a respeito dos discursos ditos nacionalitários nesse processo histórico de institucionalização.

Também os trabalhos do *Centre de Recherche en Littérature Québécoise* som um modelo de grande utilidade para nós porquanto aplicam similares ferramentas teórico-metodológicas ao estudo dos processos e das práticas de constituição dum sistema literário autónomo, dito nacional, num espaço sócio-político similar ao galego. Interessam-nos especialmente, dos trabalhos dirigidos por Clément Moisan e Denis Saint-Jacques (1987), as análises destes processos e práticas constituintes em todo o que di respeito às relações entre literatura e ensino, entre agentes e instituições, e à formação de fronteiras e discursos da/ sobre a literatura (também Moisan e Perkes 1991 para as relações entre literatura, história e canonização).

CUADRO 2. Estructura del concepto de nación propia



Organización e ideología del nacionalismo gallego

135

NG: Nacionalismo gallego.

Figura 1. Estrutura do conceito de nação.

Fonte: Beramendi (1991: 135, quadro 2).

Igualmente, para a abordagem dos processos de construção identitária/ nacional é oportuno apontar para os trabalhos editados por William Safran e Ramón Máiz (2002) e para Anne-Marie Thiesse (1999), Sapiro (2007) ou Beramendi (1991); este último é de especial utilidade para nós já que o professor da USC desenha um quadro conceitual que permite estudar as ideias que sustentam o sentimento de pertença a uma determinada comunidade (neste caso, nacional) e aplica

à Galiza de pré-guerra o instrumental analítico de carácter referencial que acompañamos ao longo deste traballo para a identificación, catalogación e abordagem das ideas sobre a identidade diferenciada da Galiza presentes no SLG entre 1974 e 1978 (Figura 1)⁹.

Eis o quadro procedimental e teórico-metodolóxico que o proxecto Fisempoga utiliza como referencia para a abordagem do SCG entre 1968 e 1982 e que será acompañado en xeral nesta tese de doutoramento no que di respecto ao estudo do SLG de 1974 a 1978. Além disto, partindo deste enquadramento teórico-metodolóxico común ao proxecto em que está inserida esta investigación, as necesidades específicas levantadas por este traballo obrigaron ao desenvolvemento ou à profundización numha serie de cuestións de natureza conceitual ou metodolóxica que serán explicadas inmediatamente na continuación e aplicadas no transcurso desta tese de doutoramento.

2.1.1. Ferramentas teórico-metodolóxicas

Entendemos o estudo do SLG como a aproximación do coñecemento dum sistema dinámico complexo em emerxencia. Um sistema dinámico é um sistema complexo (enquanto que composto por umha pluralidade de elementos interconectados e entretecidos cujos vínculos contemhem información nom presente individualmente nas partes vinculadas) que apresenta variación do seu estado num período dado; para caracterizarmos o comportamento do sistema ao longo dos seus vários estados é necesario determinar os seus límites, elementos e relacións, o que possibilitará a representación da súa estrutura. A delimitación dum sistema passa pola selección dumha poboación de componentes (que estabeleçam relacións verificáveis empiricamente) e pola determinación das condicións em que estas serán estudadas.

Por outro lado, quanto à abordagem da estrutura e das relacións do e no SLG entre 1974 e 1978, devemos levar em conta que um sistema está formado por um conxunto de elementos que interaccionam entre si sujeitos a variáveis exógenas (que afectan o sistema sem serem geradas nele) e variáveis endógenas (provocadas no interior do próprio sistema), assim como que o carácter

9 O **Referente Afirmativo** ou próprio “es el concepto de nación en sentido estricto, pues encierra todo lo que la define como tal y la visión de su génesis. Está formado, a sua vez, por la combinación, completa o no, de los factores constitutivos del ser nacional, que agrupamos en cuatro clases, cada una de las cuales puede abarcar varios elementos ideales simples: a) *estructurales políticos*; b) *estructurales socioeconómicos*; c) de *etnicidad*, y d) de *historicidad*” (Beramendi, 1991: 134). O **Referente de Oposición** é, para Torres Feijó (2004a: 442) -que, ao igual que o grupo Galabra que dirige, acompañha este modelo interpretativo- o “sistema do qual se pretende a emancipación e sobre o que se gera umha atitude de rechaço”. O **Referente de Reintegración**, para Beramendi (1991: 136) “evoca un ente nacional hermano –en realidade, una parte del propio- que se separó en el curso de la historia, a pesar de pertenecer al mismo tronco étnico o nacional” e, em palabras de Torres Feijó (2004a: 442), é “um agregado dos sistemas que se reconhecem utentes dumha mesma norma sistémica, [no caso galego] a língua portuguesa, que na actualidade, constituem um intersistema cultural”. Os **Referentes de Analogía** ou modelos emulativos “son aquellos entes nacionales con los que se compara positivamente el propio” (Beramendi 1991: 136).

complexo do sistema fai que dessas interacções entre elementos surjam também propriedades novas, que nom podem ser explicadas apenas a partir das propriedades dos elementos isolados. Entendemos instrumentalmente que estas propriedades som emergentes em quanto que impredecíveis a partir do estado inicial¹⁰.

A abordagem do SLG feita nesta investigação concreta está limitada àqueles objectivos sintetizados no início do trabalho (pp. 12-13) os quais, lembramos, dim respeito ao conhecimento da estrutura e das margens do sistema (estabelecidas em funçom tanto das normas propostas como das relaços internas e dos vínculos com outros campos sociais e sistemas peninsulares), dos discursos sobre a língua e a literatura e das estratégias propostas ou executadas polos principais grupos para a implementaçom do seu programa.

Para alcançarmos com sucesso os objectivos deste trabalho entendemos que devem ser esclarecidas previamente umha série de conceitos e questons, a começar pola definiçom dos termos grupo e instituiçom, recorrentes na nossa exposiçom e que estám, além do mais, intimamente relacionados. Assim, entendemos em primeiro lugar e de maneira funcional por **grupo** mais de dous objectos da rede (sistema) que estabelecem alguma relaçom ou compartilham algum atributo, seja(m) do tipo que for(em). À hora de agruparmos elementos dumha rede complexa como a conformada polo SLG no período deste estudo, partimos do conhecimento fornecido polos trabalhos prévios desenvolvidos em Poluliga e ajudamo-nos instrumentalmente dalguns conceitos utilizados na teoria da ARS ou nos procedimentos contemplados nos programas informáticos que os aplicam na prática.

Desta maneira, achamos de especial utilidade conceitual para a sua utilizaçom no estabelecimento de agrupamentos num sistema (tanto de instituiçons como de indivíduos) o “princípio dito de *grupabilidade (clusterness)* segundo o qual [numha rede] existem um ou vários blocos, de tal maneira que as relaços internas de um bloco, quando estas existem, são todas positivas ou neutras e as relaços externas, quando existem, são todas negativas ou neutras” (Lemieux e Ouimet 2008: 58; itálicos no original); de igual jeito, ajuda-nos a entender as lógicas de funcionamento dum sistema, nomeadamente quanto à coesom interna dos grupos que nele participam (também e sobretudo polo que tem de actualizaçom da consciência dum projecto compartilhado) a *teoria da coordenaçom* (Lemieux e Ouimet 2008: 61; itálicos nossos):

10 Bedau (1997) fala em “emergência fraca” quando os estados dos sistemas som dedutíveis a partir do conhecimento da sua microdinâmica e das condiços externas em que se desenvolvem. Clayton (2006), por contra, fala na auto-organizaçom e na “emergência forte”, em quanto que sistemas novos e complexos podem ser gerados a partir dos seus próprios mecanismos causais (veja-se o confronto de ambos os conceitos em Chalmers 2006).

uma teoria ainda pouco conhecida em análise estrutural [que] postula uma exigência de coordenação nos conjuntos sociais em que os membros *se considerem* abrangidos por relações de pertença [formalizadas em grau variável] e *julguem* que são diferentes de outros conjuntos sociais no seu ambiente.

Da mesma maneira funcional e abrangente, tanto a nossa ideia de **instituiçom** (que remete para a teoria sistémica do professor Itamar Even-Zohar [2007: 118-120]) como os processos com ela relacionados (nomeadamente os de institucionalizaçom e mudança institucional) partem dumha leitura fundamentalmente instrumental e operacional do *novo institucionalismo*, sobretudo da corrente sociológica e indutiva representada por Powell e DiMaggio (1999)¹¹. Para o professor Itamar Even-Zohar, participante do projecto Fisempoga cujos trabalhos estám na base dos desenvolvimentos feitos nesta tese de doutoramento, esse macrofactor da cultura funciona como um agente de coesom social e identitária, integrando todas a entidades que acolhem individuos interessados em controlar, dominar e regular a cultura; de acordo com isto, a instituiçom é responsável pola sançom de algumas normas concretas ou pola remuneraçom de determinados agentes (à vez que rejeita outras regras e reprime outros produtores) e determina, em última instância, os repertórios que poderám ser conservados como modelares por umha comunidade durante um período longo de tempo. Para Even-Zohar (2007: 36),

en términos específicos, la institución incluye al menos parte de los productores, “críticos” (de cualquier clase), casas editoras, publicaciones periódicas, clubs, grupos de escritores, cuerpos de gobierno (como oficinas ministeriales y academias), instituciones educativas (escuelas de cualquier nivel, incluyendo las universidades), los medios de comunicación de masas en todas sus facetas, y más.

Partindo desta consideraçom básica, a nossa leitura resgata do neoinstitucionalismo o lugar central ocupado pola instituiçom na análise de fenómenos sociais, a superaçom das estruturas formais do velho estruturalismo e, conseqüentemente, a atençom focada para as instituiçoms como entidades normativas de onde emanam as regras de jogo e as ideologias que vam determinar o

11 A estas fontes haveria que acrescentar ainda as interessantes reflexons sobre *L'institution littéraire* aplicadas ao caso do Quebeque e arrumadas por Maurice Lemire e Michel Lord (1986), em especial a sua primeira parte em volta de *La notion d'institution*, composta polos contributos de Lucien Robert (“Institution, forme institutionnelle et droit”), Benoît Melançon (“Théorie institutionnelle et littérature québécoise”) e Denis Saint-Jacques (“L'envers de l'institution”).

comportamento dos actores envolvidos no sistema em causa, legitimando, condicionando e limitando as suas escolhas e o seu horizonte de possibilidades. Essas regras¹² com que as pessoas organizam as suas acções podem ter um grau variável de formalização (e, portanto, de capacidade de constrangimento e de hierarquização social), de precisão, explicitação, conhecimento prévio da parte dos agentes ou impacto no sistema e, neste sentido, compartilham características com as ideologias, às quais também afecta esta diferente graduação de apuramento, formalização, legitimação ou impacto. As ideologias serão entendidas aqui como os “marcos compartidos de modelos mentales que poseen grupos de individuos, que les proveen tanto una percepción del ambiente como una prescripción de cómo tiene que estructurarse ese ambiente” (Denzau e North 1994: 4, in Romero 1999: 18n) ou ainda, dumha maneira mais instrumental, como um corpo organizado e compartilhado de ideias relacionadas (e subjectivas) construído socialmente, reproduzido institucionalmente e que funciona com carácter modelar e legitimador para as pessoas interagirem entre si e com o ambiente que as envolve.

Além disto, de acordo com a base sistémica de que partimos nas nossas análises (relacionada, em última instância, com a Teoria Geral dos Sistemas de Bertalanffy [1993]) interessa-nos do neoinstitucionalismo o seu carácter holístico (aplicável ao conjunto das trocas humanas) e a atenção dedicada às características indutivas pelo quadro teórico articulado em volta do neoinstitucionalismo sociológico de Powell e DiMaggio (1999), que contempla explicitamente a necessidade de observar comportamentos concretos e abordáveis de maneira empírica nas estruturas institucionais; também, achamos de utilidade para os nossos objectivos a atenção que o novo institucionalismo presta à mudança institucional na configuração e no funcionamento de sistemas dinámicos complexos submetidos a stress (tal é o caso do SLG no período estudado). Neste sentido, julgamos oportunas as palavras de North (1993: 13) quando afirma que

Las instituciones son las reglas del juego en una sociedad o, más formalmente, son las limitaciones ideadas por el hombre que dan forma a la interacción humana. Por consiguiente, estructuran incentivos en el intercambio humano, sea político, [cultural,] social o económico. El cambio institucional conforma el modo em que las sociedades evolucionan a lo largo del tiempo, por lo cual es clave para entender el cambio histórico.

12 “By «rules» we mean the routines, procedures, conventions, roles, strategies, organizational forms, and technologies around which political [social and cultural] activity is constructed. We also mean the beliefs, paradigms, codes, cultures, and knowledge that surround, support, elaborate, and contradict those roles and routines. [...] Routines are independent of the individual actors who execute them and are capable of surviving considerable turnover in individuals” (March e Olsen 1989: 22).

Ora, as instituições nom som apenas o quadro normativo (e ideológico) que limita e determina a acção social dos seres humanos, mas também conformam o lugar (a estrutura formal) que é objecto dessa acção. O conjunto interrelacionado de instituições conforma por sua vez a rede institucional dum determinado sistema e dá carácter estruturante e estruturador à interacção humana. Porém, essa interacção também nom se produz de maneira individual, mas colectiva (agregada, agrupada, organizada), no sentido de que os actores se associam e dispõem a sua participação no sistema através do que o novo institucionalismo chama *organizações* e que nós referimos nos trabalhos do projecto Fisempoga por meio do conceito de *Grupos*¹³.

Os sujeitos vinculados ou, em maior medida, aqueles que dirigem estes grupos ou fabricam as ideias que os coesionam¹⁴ e guiam as suas actividades (de acordo com programas e interesses nem sempre explícitos) desenham em maior ou menor medida as estratégias (no básico: de adaptação às características do ambiente, de resistência ou de aceitação, tal como veremos adiante) adoptadas pelo grupo no conjunto de instituições em que actua e, também, tendem a incorporar as regras e as lógicas institucionais (a normativizar, formalizar, reproduzir...) e, portanto, *institucionalizar* (dotar de legitimidade) as suas acções e os seus programas; para este facto contribui notavelmente a continuidade no sistema (a participação na tradição), com a qual os grupos e as instituições que os sustentam perdem progressivamente o seu carácter instrumental para se converterem num fim em si mesmos (na medida em que dedicam menos recursos e energias às actividades relacionadas com a aplicação do seu programa e mais ao mantimento e reprodução do grupo ou da instituição). A medida que os grupos se vām *institucionalizando* a relação entre as instituições e as organizações que actuam no seu contorno torna-se simbiótica, facto que nom facilita a mudança institucional consciente mas, polo contrário, “tiende a perpetuar arreglos ineficientes, pero que se reproducen por inercia durante largos períodos y desarrollan una gran capacidad adaptativa” (Romero 1999: 23-24)¹⁵.

13 Reparese-se em que, na definição proposta por North (1993: 15; itálicos nossos), as organizações ou organismos “son *grupos* de individuos enlazados por alguna identidad común hacia ciertos objetivos”, e continua dizendo que “modelar los organismos es analizar las estructuras de gobernación, las capacidades, y la forma de aprender haciendo determinará el éxito de la organización a lo largo del tiempo”.

14 Itamar Even-Zohar (2005: 210-211) prefere a expressom *idea-marker* (susceptível de ser traduzida por “fabricador de ideias”) face a mais comum de “intelectual”: “at various stages of my work, it seemed to me that the familiar term «intellectuals» could be used, with some modifications, to denote that particular brand or people who are capable of designing new options by brainwork” (pág. 210), acrescentando na continuação (pág. 211): “it is therefore that I suggest leaving the term «intellectuals» to the market use, and henceforth refer to the type of actors I am discussing here by the hardly elegant yet clear term «idea-markes-as-options-devisers», or «idea-markers» for short”.

15 “El cambio institucional tiene una fuerte componente de conciencia; sin embargo, la experiencia histórica no permite ser muy optimista respecto a los procesos de cambio intencionales: [...] la relación simbiótica que existe entre las instituciones y las organizaciones que se han desarrollado como consecuencia de la estructura de incentivos provista por esas instituciones tiende a reproducir los comportamientos rutinarios. [...] Puede suceder también que,

Neste sentido, resulta interessante para os objectivos concretos focados neste trabalho a possibilidade de estudar a capacidade reprodutiva de redes institucionais concretas (e do sistema no seu conjunto) quando a força de inércia acumulada pelas instituições dum sistema (e também a *energia* [entendida como força de trabalho social] envolvida no seu funcionamento) se enfrenta, por exemplo, a um forte relevo geracional nos agentes sociais (com a conseguinte alteração de expectativas) ou a fortes pressões do ambiente exterior (para o caso, provenientes do campo político, que sustenta outra rede institucional mais estável e naturalizada, aqui o SLE); assim mesmo, também destacamos a possibilidade de nos aproximarmos da mudança institucional em contraste com a tendência a manter/ transformar repertórios herdados (tradicionalistas), sejam considerados inerentes ao sistema (essenciais), estratégicos para a sua reprodução ou sentidos como inadequados por uma parte dos participantes na rede (nomeadamente para os grupos com as novas expectativas); ou se verifiquem ineficazes para o mantimento e a reprodução do sistema em relação tanto com as suas novas características internas como com uma realidade ambiental em processo de mudança.

Ainda, o institucionalismo fornece algum conceito de especial relevância na hora de estudar o funcionamento e a evolução de sistemas sociais caracterizados pelo seu dinamismo; interessa-nos, neste sentido, nomeadamente o de *institucionalização*, enquanto que entendido como um processo de alargamento da legitimidade¹⁶ ou, por outras palavras, como o conjunto dos processos experimentados num sistema concreto dirigido a reproduzir uma determinada estrutura normativa mais ou menos formal ou formalizada e o alargamento e a aceitação inconsciente (a naturalização e a estabilidade) dela e dos seus efeitos¹⁷. De acordo com Jepperson, porém, os

como afirma Tsebelis [1990], la opción de modificar el escenario institucional no siempre resulte interesante a los actores, los cuales pueden preferir en primer término cambiar sus estrategias para obtener sus recompensas dentro del mismo conjunto de reglas de juego; puede ocurrir también que la posibilidad de transformar el entorno institucional simplemente no esté a su alcance debido a la limitación de recursos” (Romero 1999: 25).

16 “En la tradición sociológica, la institucionalización es un «proceso fenomenológico por el cual algunas relaciones y acciones sociales llegan a darse por sentado» y un estado de cosas en que los conocimientos compartidos definen «lo que tiene significado y las acciones que son posibles» (Zucker 1983: 2)” (DiMaggio e Powell 1999: 43). “Las instituciones inevitablemente conllevan obligaciones normativas, pero a menudo ingresan en la vida social principalmente como hechos que los actores deben tener en cuenta. La institucionalización conlleva procesos por los que los procesos sociales, las obligaciones o las realidades llegan a tomar un estatus de reglas en el pensamiento y la acción sociales” (Meyer e Rowan 1999: 80).

17 Para Jepperson (1999: 195-196; itálicos no original) “la *institución* representa un orden o patrón social que ha alcanzado cierto estado o propiedad; la *institucionalización* indica el proceso para alcanzarlo. Por *orden o patrón* me refiero, como se acostumbra, a secuencias de interacción estandarizadas. Por tanto, una institución es un patrón social que revela un proceso de reproducción particular. Cuando se contrarrestan las desviaciones respecto de este patrón en forma regulada, por medio de controles reiteradamente activados, socialmente construidos -es decir, por algún conjunto de recompensas y sanciones-, decimos que un patrón está institucionalizado. Expresado de otra forma, las instituciones son esos patrones sociales que, cuando se reproducen crónicamente, deben su supervivencia a procesos sociales que se activan relativamente por sí mismos. De modo notable, su persistencia no depende de la

sistemas sociais tenham diferente capacidade para se reproduzirem de maneira legítima (isto é, para se institucionalizarem), sendo mais fraca quando produzida apenas pela *acção* e mais forte e duradoura quando a inércia acumulada permite a estabilidade de alguma forma de institucionalização (seja esta gerada desde a organização formal, desde o aparato de Estado -entendido neste trabalho como o conjunto de instituições políticas- ou desde a cultura)¹⁸. Neste sentido, convém referir que, com a institucionalização, os programas construídos socialmente são reproduzidos de maneira rotineira e convencional (como *lógicos*, *naturais* e, tal como demonstra Bourdieu [1994], legitimadores das diversas formas de dominação), enquanto que “un patrón social se reproduce por medio de la acción si las personas, en forma reiterativa[,] (re)mobilizan y (re)intervienen en el proceso histórico para asegurar su persistencia” (Jepperson 1999: 200), o que indica um escasso reconhecimento como legítima dessa imposição concreta, fruto (como todas) da violência simbólica envolvida em todo processo de reprodução social.

Além disto, é importante para os nossos objectivos a compreensão da institucionalização como uma propriedade relativa (e relacional) e, nesse sentido, atribuída pelo investigador a determinados objectos, em grau variável e em função (tal como aponta Jepperson 1999: 197), em primeiro lugar do contexto analítico concreto, e em virtude deste:

Dentro de cualquier sistema que tiene múltiples niveles u órdenes de organización, 2) los niveles primarios de organización pueden funcionar como instituciones en relación con los niveles secundarios de organización. [...]. Además, que un objeto sea una institución está 3) vinculado con la dimensión particular de una relación [quando a legitimidade é reconhecida apenas pelos agentes vinculados, por exemplo] [...]. Por último, el que un objeto sea una institución está 4) en relación con la centralización. En los sistemas, las partes centrales son instituciones en relación con las periferias.

Desta maneira, além de apontar para a estreita relação entre os elementos que intervinem na institucionalização e os mecanismos através dos quais é exercida a dominação social, e para

mobilización colectiva periódica, movilización que reiteradamente se reconstruye y reactiva con el fin de asegurar la reproducción de un patrón. Es decir, las instituciones no se reproducen por la «acción», en el sentido estricto de la intervención colectiva en una convención social. Más bien, los procedimientos reproductores rutinarios apoyan y sustentan el patrón, favoreciendo su reproducción -a menos que la acción colectiva obstruya, o el choque ambiental interrumpa, el proceso reproductor-”.

18 Jepperson (1999: 203), a quem acompanhamos neste ponto, entende que “Se pueden delimitar tres portadores primarios de la institucionalización: la organización formal, los regímenes y la cultura. [...] La institucionalización también se puede llevar a cabo por medio de la «cultura»: en este caso [de institucionalização informalmente organizada], simplemente por las reglas, procedimientos y metas sin representación primaria en la organización formal y sin el control y la sanción por parte de alguna autoridad «central» [como o Estado, tal como acontece no caso dos regimes]”.

como tanto esta como aquela assentam no consentimento e o reconhecimento tidos por legítimos (assuntos também estudados por Bourdieu 1994), interessa-nos chamar a atençom, agora, para a institucionalizaçom como um processo relativo e gradual, gradaçom que Jepperson (1999: 205-206) explica em termos de maior ou menor *vulnerabilidade* em relaçom à intervençom social (e às agressions do ambiente, apontaríamos nós)¹⁹. Achamos esta questom útil para os nossos objectivos no sentido de que tanto o grau de institucionalizaçom como, de maneira equivalente, a estabilidade relativa e a incerteza quanto ao seu futuro alcançadas por um sistema estám em funçom, em grande medida, das ameaças (e oportunidades) a que se enfrentam os elementos estruturais e normativos que o conformam, e que estas instituicons serám menos vulneráveis, em primeiro lugar, quanto maior seja a sua integraçom com outras entidades equivalentes, o que afecta tanto a densidade como o tipo de rede conformada polo sistema, que será mais robusta quando for distribuída (numha estrutura em que todos os nodos estám interconectados sem passarem necessariamente por um ou vários centros) e mais fraca e inestável quando tiver umha estrutura centralizada (em que todos os nodos menos um som periféricos).

Para além disto, entendemos que a fortaleza dumha instituicon também está em dependência da centralidade relativa alcançada por essa entidade normativa (e pola funçom por ela desempenhada) na rede institucional em que participa, polo nível de referencialidade na tradiçom atingido ao longo da sua permanência no sistema ou, enfim, polo seu grau de identificaçom com a estrutura social incorporada, (re)produzida e legitimada polos agentes envolvidos. Igualmente, entendemos com North (1993: 16) que “la función principal de las instituciones en la sociedad es reducir la incertidumbre estableciendo una estructura [relativamente] estable (pero no necesariamente eficiente) de la interacción humana”. Porém, essa estabilidade relativa nom exclui

19 “La institucionalización total es, arquetípicamente, liturgia -la ausencia total de «acción»-. [...] Una institución está altamente institucionalizada si presenta un umbral de acción colectivo casi insuperable, un problema de acción colectiva muy grande debe ser enfrentado antes de permitir la intervención en, y la obstrucción de, los procesos reproductores.

Es menos probable que una institución determinada sea vulnerable a la intervención si se halla más incorporada en una estructura de instituciones. Se halla más incorporada si há estado instituida por largo tiempo (de manera que otras prácticas se han adaptado a ella) o está establecida más centralmente dentro de una estructura (de manera que está muy arraigada). Se halla más incorporada si está integrada dentro de una estructura por meio de explicaciones unificadoras basadas en principios y reglas comunes. Además, cuanto mayor sea el vínculo de esta institución com las restricciones concebidas para ser socialmente exógenas -es decir, ya sea a una autoridad moral (trascendental) socialmente exógena o a las supuestas leyes de la naturaleza -menor será la vulnerabilidade a la intervención.

El grado de institucionalización depende también de la forma en que se da por hecho. Si los miembros de una colectividad dan por hecho una institución porque no están conscientes de ésta y por tanto no la cuestionan, o porque se ha interrumpido cualquier propensión a ponerla en tela de juicio debido a la eliminación de instituciones o principios alternativos (por ejemplo, al quitarles legitimidad mediante referencias a la ley natural o espiritual), la institución será sin duda menos vulnerable al reto y la intervención y tendrá más probabilidad de permanecer institucionalizada” (Jepperson 1999: 205).

nem contradi a mudança permanente tanto das instituições que conformam a estrutura dum sistema como do sistema mesmo, nem que esta mudança poida ser efectuada no sentido dumha maior debilidade estrutural (nem sempre controlável internamente), produzida tanto polas aççõs dos grupos que nele participam como polo choque ambiental (ou pola conjunçom variável de ambos os factores que, se superado um determinado umbral, pode levar ao colapso do sistema)²⁰.

Ainda neste sentido, sabemos que as instituições, quanto entidades normativas, trabalham na legitimaçom de programas e discursos sociais e, de acordo com isto, som centros emanadores de ideologia e conformam espaços de *poder*²¹. Da nossa parte, entendemos este conceito no sentido de Foucault (1977: 113), isto é, nom como um aparato ou um sistema de dominaçom, um conjunto de instituições que garantem a sujeiçom a um único centro produtor de autoridade (o Estado), mas como umha relaçom desigual, como um contínuo diferencial de forças distribuídas socialmente, como

la multiplicidad de las relaciones de fuerza inmanentes y propias del dominio en que se ejercen y que son constitutivas de su organización; el juego que por medio de las luchas y enfrentamientos incesantes las transforma, las refuerza, las invierte; los apoyos que dichas relaciones encuentran las unas en las otras de modo que formen cadenas o sistema, o al contrario los corrimientos, las contradicciones que aíslan a unas de otras, las estrategias, por último que las tornan efectivas, y cuyo dibujo general o cristalización institucional toma forma en los aparatos del Estado, en la formulación de la ley, en las hegemonías sociales.

20 Repare-se, contudo, em que o colapso dum determinado sistema nom significa *necessariamente* o desaparecimento da comunidade envolvida ou a perda de bem-estar da sua cidadania; para Itamar Even-Zohar (2007: 155), “La consecuencia del fracaso de la planificación cultural no es el colapso de la entidad social sino la creación de energía. Cuando se produce un fracaso, total o parcial, la planificación y sus actividades correspondientes no generan necesariamente consecuencias negativas para el bienestar de la entidad en cuestión, aunque pueden por supuesto perjudicar a individuos concretos involucrados en la planificación y/o su puesta en práctica”.

21 “Los esfuerzos por incorporar el poder en las argumentaciones institucionales comienzan com dos sencillas observaciones: 1) los actores en las instituciones clave obtienen considerables beneficios por la conservación de esas instituciones, y 2) cuando los campos organizacionales son inestables y las prácticas establecidas no están bien formadas, la acción colectiva exitosa suele depender de la definición y elaboración de reglas de juego ampliamente aceptadas. En consecuencia, la adquisición y mantenimiento del poder dentro de los campos organizacionales requiere que las organizaciones dominantes continuamente pongan en práctica estrategias de control, más notoriamente, ya sea mediante la socialización de los recién llegados para compartir una forma de ver el mundo o mediante apoyo del Estado” (Romero 1999: 71).

Repare-se ainda que, de acordo com Ramón Máiz (2003a: 17), “la fusión entre el poder entendido como la capacidad interesada de conseguir objetivos -poder (sobre)- y el poder como expresión de la autonomía individual y colectiva, como acción cooperativa -poder (para)-, se ha traducido muchas veces, en los debates contemporáneos, en la hegemonía de un concepto estratégico de poder que en última instancia hace equivaler poder y dominación, lo que normativamente suscita graves problemas a la hora de pensar las diversas modalidades de poder, su generación y su control” (problemas que som explorados polo professor da USC no trabalho citado).

A umha conclusom similar tinha chegado Gramsci (2001) umhas décadas antes, quando articulava a sua teoria da *hegemonia* social como a explicaçom da dominaçom ideológica dum grupo sobre outros segmentos sociais aos quais consegue impor como legítima umha determinada maneira de visom e divisom do mundo em volta (unindo-os e unificando-os através da ideologia), uns valores concretos, umhas lógicas de açom específicas, umha *cultura* (isto é, um repertório heterogéneo de opçoms com que os seres humanos organizam as suas vidas [Even-Zohar 2007: 97])²². Igual que a ideologia (que coesiona um grupo criando a oportuna consciência de pertença: à classe, ao género, à comunidade, à organizaçom...) é um produto das instituicons, também a hegemonia é sustentada polo bloco social dominante através das instituicons, que actuam no âmbito público, é dizer, no espaço social onde é encenada a articulaçom legitima(da) dos interesses particulares.

Enfim, podemos sintetizar o dito até aqui dizendo que entendemos as instituicons fundamentalmente como entidades normativas²³ e, nesse sentido, como estruturas de poder que regulam (in)formalmente aquilo que pode ser feito e contemplado no seu espaço de influência (ali aonde chegue a sua capacidade normativa ou os efeitos das suas práticas); isto abrange desde o que pode e como pode ser publicado numha revista, as variadas ideias e repertórios que umha editorial contribui para promover e canonizar (atribuindo-lhes valor para a continuidade dumha comunidade específica) até, por exemplo, a ortografia dumha língua (os símbolos em que se reconhece umha comunidade, obviamente também carregados de ideologia). Esse espaço social de influência dumha instituicom ou agregado de instituicons será referido neste trabalho como *espaço institucional* (confronte-se com termos como ambiente, contorno ou paisagem institucional, utilizados indistintamente no neoinstitucionalismo) em quanto que designa, por um lado, a rede de instituicons relacionadas conformada por um conjunto de instituicons (com independência da[s] sua[s]

22 “A hegemonia é então não apenas o nível articulado superior de «ideologia», nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como «manipulação» ou «dominação». É todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores –constitutivo e constituidor– que, ao serem experimentados como prática, parecem confirmar-se reciprocamente. Constitui assim um senso da realidade para a maioria das pessoas na sociedade, um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se, na maioria das áreas da sua vida” (Williams 1979: 113). Williams (1979: 115-116; itálicos nossos), afirma que a hegemonia “também sofre uma *resistência* continuada, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões. Temos então de acrescentar ao conceito de hegemonia o conceito de *contra-hegemonia* e hegemonia alternativa, que são elementos reais e persistentes na prática”.

23 Insistimos por outras palavras: as instituicons correspondem ao sistema de regras em uso. Para Oakerson (1992) o termo instituicom designa o conjunto de regras e normas criadas e usadas pola sociedade para estruturar as suas interacçoms e as suas actividades, isto é, som as coaçoms formais (as leis), as coaçoms informais (as normas de comportamento) e os mecanismos de fazer as leis relativas à gestom de determinado recurso.

tipologia[s] concreta[s]) em maior ou menor medida integradas numha estrutura identificável e, por outro lado, a abrangência social das normas (dos repertórios) que geram essa rede de relações e delimitam um espaço social de possibilidades (no sentido de Bourdieu) e de lógicas de acção, de maneiras de fazer e de pensar, compartilhadas com outros grupos e instituições que se reconhecem nas mesmas lógicas e modos de entender (as relações com) o ambiente e de agir socialmente. Neste sentido, as instituições envolvidas num mesmo espaço institucional, compartilham umha mesma *identidade*, isto é, no sentido que agora nos interessa, a expectativa certa de que aquilo por que cada elemento reconhece os outros será-lhe reconhecido igualmente polos outros a ele²⁴.

É importante indicar, porém, que esse reconhecimento mútuo em que fazemos descansar umha identidade compartilhada nom significa que as várias instituições que conformam um espaço institucional tenham que ser necessariamente do mesmo tipo, que tenham que ter as mesmas características constituintes. Assim, quanto às *tipologias institucionais* que estabelecemos neste trabalho, elas estão em dependência da função desempenhada pola instituição na rede de relações em que se integra, do modelo organizativo de que é dotada cada instituição, assim como dos tipos de capitais (escolar, social, económico, etc.) postos em jogo polos grupos que nela participam e da relação existente entre eles (também, e nom é umha questão menor, quanto a se esses capitais, intercambiáveis, som de natureza pública ou privada). Desta maneira, a combinação da preeminência dumhas determinadas formas de capital, da função institucional e do modelo organizacional mais ou menos definido formalmente e adaptado às suas actividades reais (isto é, com umha integração ou *acoplamento* mais forte ou mais fraco)²⁵, permite assinalar atributos a

24 Veja-se umha caracterização sumária da noção de identidade, real ou imaginada, em redes distribuídas em <http://lasindias.net/indianopedia/Identidad> (consultado em 11/03/2010). Por seu lado, Castells (2003: 34 e ss) define a identidade como “el proceso de construcción del sentido atendiendo a un atributo cultural, o un conjunto de atributos culturales, al que se da prioridad sobre el resto de las fuentes de sentido”. Este conceito opom-se ao de rol (“normas estructuradas por las instituciones y organizaciones de la sociedad”; pp. 34-35) no sentido de que “las identidades organizan el sentido, mientras que los roles organizan las funciones” (pág. 35). Para Manuel Castells, “aunque [...] las identidades pueden originarse en las instituciones dominantes, sólo se convierten en tales si los actores sociales las interiorizan y construyen su sentido em torno a esta interiorización”. Este sociólogo parte na sua exposição do facto de que “todas las identidades son construídas” e, “puesto que la construcción social de la identidad siempre tiene lugar en un contexto marcado por las relaciones de poder”, propom “una distinción entre tres formas y orígenes de la construcción de la identidad”, distinguindo entre “- *Identidad legitimadora*: introducida por las instituciones dominantes de la sociedad para extender y racionalizar su dominación frente a los actores sociales. [...] - *Identidad de resistencia*: generada por aquellos actores que se encuentran em posiciones/ condiciones devaluadas o estigmatizadas por la lógica de la dominación, por lo que construyen trincheras de resistencia y supervivencia basándose em principios diferentes u opuestos a los que impregnan las instituciones de la sociedad [...] - *Identidad proyecto*: cuando los actores sociales, basándose em los materiales culturales de que disponen, construyen una nueva identidad que redefine su posición en la sociedad y, al hacerlo, buscan la transformación de toda la estructura social” (Castells 2003: 35-36; itálicos no original).

25 “Las organizaciones formales suelen estar integradas débilmente (March y Olsen, 1976; Weick, 1976): los elementos estructurales sólo están vinculados débilmente entre sí y con las actividades, a menudo se violan las reglas, frecuentemente no se ejecutan las decisiones o si se ejecutan tienen consecuencias inciertas, las tecnologías son de

cada institución, que será identificada neste traballo de maneira funcional polas súas características básicas neste sentido como “Publicación”, “Editora”, “Asociación”, “Institución Oficial”, “Colégio Profesional”, “Partido Político”, etc. (podendo, quando agrupadas en virtude dum ou outro elemento en xogo, identificar igualmente un espazo institucional privado, público, asociativo, profesional, político partidario...).

Por outro lado, o facto de habilitarmos o concepto de espazo institucional persegue tamén evitar duplicidades, reservando assim o termo “ambiente” para os elementos que interactúan e condicionan desde o exterior a rede institucional obxecto do estudo concreto (neste caso o SLG entre 1974 e 1978)²⁶. Já dixemos que as ameazas (ou oportunidades) do ambiente producen-se no caso do sistema literario galego no período en causa pola conxunción de dous factores principais estreitamente interrelacionados: a interacción con a rede institucional con que compartilha ou concorre pola legitimidade social (SLE) e o proceso de mudanza no quadro político en curso (a transición para a monarquía parlamentaria consagrada con a constitución de 1978)²⁷. As diferentes tomadas de posición quanto a estas dúas cuestións centrais permite identificar varios macro-espazos institucionais no SLG de 1974-1978 (veja-se o dito acima sobre a *grupabilidade*); referiremo-nos a estes bloques institucionais assim conformados como *pólos* para mellor indicar o carácter progresivo, gradativo e non homogéneo destes agrupamentos, conformados por un conxunto variegado de axentes, grupos e institucións caracterizados, no básico, por aceptarem, se adaptarem

eficiencia problemática y los sistemas de evaluación e inspección son subvertidos o son tan vagos que suscitan escasa coordinación” (Meyer e Rowan 1999: 81). Umha institución (un grupo, un sistema, etc.) está debilmente acoplada (*loose-coupling*) quando a súa estrutura hierárquica non está ben definida formalmente. De acordo con Weick (1976), o acoplamento débil consiste numha diversidade de unidades que compartilha umha mesma estrutura mas que tamén teñen un certo grao de identidade e autonomía, preservando características propias e certas formas de autogestom. Este tipo de entrelacemento encontra-se em geral nas organizacións que non actúan directamente pola acumulación de capital económico, as quais teñen (tamén em geral) un funcionamento máis democrático e participativo na toma de decisións do que as institucións fortemente acopladas, onde a hierarquía de mando está ben definida formalmente e vinculada máis directamente cara as súas actividades. Weick (1976) atribuí varias vantaxes ás redes institucionais debilmente acopladas em contraste con as fortemente integradas, nomeadamente no que tem a ver con umha maior capacidade de adaptación e resposta ás interaccións do ambiente das primeiras.

26 “Por definición, los ambientes institucionales son aquellos que se caracterizan por reglas y requisitos a los que se deben ajustar las organizaciones individuales si desean recibir apoyo y legitimidad. Los requisitos pueden tener su origen en agencias reglamentarias autorizadas por la nación-Estado, en asociaciones profesionales o comerciales, en sistemas de creencias generalizados que determina cómo se deben comportar tipos específicos de organizaciones y en otras fuentes similares [...]. Cualquiera que sea la fuente, las organizaciones se ven favorecidas cuando se ajustan a las reglas o creencias” (Scott e Meyer 1999: 170).

27 “Las 34 instauraciones/ transiciones a la democracia, que se producen en la segunda mitad del siglo XX [...] han dado lugar a numerosos estudios empíricos y a un vasto corpus teórico. Sus compiladores más notorios, desde Schmitter y O'Donnell en América a Hermet y Morlino en Europa, consideran que sus rasgos principales son: que se hacen siempre desde arriba y al hilo e la evolución social y económica de los países concernidos; que sus actores principales son las estructuras políticas formalizadas -partidos e instituciones- teniendo las fuerzas populares sólo una participación coyuntural y adjetiva; que su condición esencial es la condonación y el olvido del pasado autocrático por obra de los partidos históricamente democráticos” (Vidal-Beneyto 2007: 164).

ou resistirem em grau variável tanto aos termos em que está a ser processada a mudança política desenhada desde o governo do Estado Espanhol como à participação da comunidade galega na rede institucional identificada como SCE (que tem o castelhana como norma sistémica).

Desenvolvemos na continuação com maior pormenor as implicações teórico-metodológicas desta importante questom (porquanto identifica o SLG de 1974-1978 como um sistema dinámico e complexo submetido a umha série de tensons ambientais que repercutem de maneira determinante no seu funcionamento e configuração *ad intra* e determinam as suas relações *ad extra*), pondo em relação as explicações feitas nas páginas precedentes com a maneira em que conceituamos no projecto Fisempoga o estudo do conjunto do SCG:

1. Nom entendemos o SCG como um objecto previamente construído do qual pretendemos conhecer a sua estrutura e funcionamento. Muito polo contrário (já foi apontado), o projecto Fisempoga estuda precisamente o processo dialéctico de construção dum sistema social (literário, lingüístico, cultural...) *que está a ser fabricado* polas pessoas que habitam o espaço geo-cultural compreendido no território administrativo da Galiza e nos enclaves ligados a esse espaço entre 1968 e 1982²⁸. Este processo de construção envolve práticas sociais e culturais diferentes, entre as quais a *literatura*, que centra o presente estudo para o período 1974-1978 em virtude de verificarmos que as práticas consideradas literárias desempenham (ainda) nesse momento histórico um importante papel na fabricação e no mantimento dessa comunidade imaginada que chamamos Galiza (Anderson 1983).

28 A falta de qualquer outra referencialidade no campo jurídico-político da altura, entendemos a Galiza *administrativa* como o território compreendido polas províncias da Crunha, Lugo, Ourense e Ponte Vedra. No caso galego, a institucionalização político-administrativa na época contemporânea chega em 1978, quando o governo espanhol presidido por Adolfo Suárez “instituye la Junta de Galicia, como órgano de gobierno de Galicia, [...] dentro de los actuales límites administrativos de las cuatro provincias de La Coruña, Lugo, Orense y Pontevedra” ([Espanha] 1978). Esta instituição foi criada “de forma provisional” (*ibidem*, pág. 6502) e funcionou como Xunta pré-autonómica até a aprovação em referendo do Estatuto de Autonomía de Galicia em 21 de Dezembro de 1980 e a sua promulgação como Ley Orgánica 1/1981 em 6 de Abril desse ano 1981. Previamente, o *Consello de Galiza*, entidade política criada no enclave rioplatense em 1944 para agrupar os deputados galegos nas cortes republicanas sobreviventes ao golpe militar franquista, funcionou como governo autónomo galego no exílio amparado na legalidade da República espanhola e na legitimidade fornecida polo Estatuto de Autonomia plebiscitado em Junho de 1936. O *Consello*, presidido até a sua morte em 1950 polo principal líder do galeguismo, Afonso Daniel Rodríguez Castelao, manteve a representação política da Galiza nos foros internacionais que reconheciam o regime republicano e foi tido por legítimo fundamentalmente nos enclaves americanos já que, no interior, os agentes que dêrom continuidade ao galeguismo de pré-guerra discutírom a estratégia marcada por Castelao, abandonárom a opção política partidária e optárom polo trabalho cultural criando em 1950 a editorial Galaxia. Pola sua parte, em 9 de Setembro de 1968 o *Consello de Galiza* resolveu “encarregar a Méndez Ferrín [membro da organização comunista patriótica Unión do Pobo Galego (UPG)] a constitución da delegación do Consello de Galiza na Terra” (segundo reza num fragmento da acta correspondente acessível em http://www.frentepopulargalega.org/autonomicas2009/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=1; consultado em 02/07/2010). A vida do *Consello de Galiza* (Alvajar López 1988) acaba com o suicídio de Antón Alonso Ríos, segundo e último dos seus presidentes, aos 93 anos, em 12 de Outubro de 1980.

2. Os sujeitos envolvidos nesse processo (integrados em grupos ou instituições) som agentes concretos (individuais ou colectivos) que agem de acordo com diferentes *programas de acçom*; estes programas contam com um grau desigual de desenho prévio, explicitaçom ou concretizaçom, e o seu nível de desenvolvimento e aplicaçom também é variável e está em funçom tanto de estratégias próprias como de condicionamentos internos e externos (isto é, varia de acordo com os recursos e as capacidades e com o estado dos vários campos sociais envolvidos em cada fase ou momento do processo).
3. Estes sujeitos da acçom estabelecem redes de *relaçons* de diferente tipologia (entre eles ou com outros agentes), concorrem ou colaboram em diversas formas e graus²⁹, utilizam e atribuem valores a determinados *materiais* e criam instituições que postulam *normas* de diferente natureza com que pretendem caracterizar e fazer funcionar um sistema que se vai organizando, assim, de acordo com umha determinada *estrutura*. Todos os elementos referidos (agentes, relaçons, materias, normas, estrutura...) tenhem umha natureza dinâmica (nom estática) e estám em contínuo processo de mudançã.
4. Este carácter dinámico e dialéctico fai com que o sistema (lingüístico, literário, cultural) seja

29 “Existen seis tipos de interacciones principales entre dos o más especies: competencia, depredación, parasitismo, comensalismo, cooperación y mutualismo. Competencia significa que el resultado de la interacción es negativo para las especies involucradas. La depredación es positiva para el depredador y negativa para la presa. El parasitismo es negativo para el huésped y positivo para el parásito. Comensalismo es una forma simple de interacción positiva en la que una especie se beneficia y la otra no se ve afectada. La cooperación se da cuando las especies se benefician mutuamente, aunque el beneficio no es vital para ninguna de las dos. Mutualismo es una relación vital o muy necesaria para la supervivencia de las especies involucradas (Odum, 1992: 166). Por tanto, tenemos tres tipos de interacción negativa y otros tres de positiva. La teoría darwiniana de «la supervivencia del más apto» o fuerte es una simplificación de la realidad porque se centra exclusivamente en las interacciones negativas (competencia, depredación y parasitismo) (Levin, 2000: 20). [...]. Sin embargo, «la cooperación para el beneficio mutuo está muy difundida en la naturaleza y también es muy importante en la selección natural[»] (Odum y Sarmiento, 1997 [sic 1998]: 199).

Hoy son muchos los ecólogos que consideran que predominan las actuaciones positivas. Las interacciones negativas suponen un riesgo para las especies involucradas. [...]. Las interacciones negativas también suponen un riesgo para los ecosistemas, porque se produciría una fuerte dinámica de reducción de especies y se evolucionaría hacia ecosistemas más simples y especializados. Lo que les convertiría en inestables y sufrirían un alto riesgo de extinción (Rammel y Staudinger, 2002). [...]. Ninguna especie existe en solitario, «de aquí que las fuerzas evolutivas tienen que operar para producir ciertos lazos», como «los mutualismos y otras relaciones estrechas entre pequeños grupos de especies (que) evolucionan para proveer a los participantes de protección frente a las variaciones del medio» (Levin, 2000: 185, 192). Muchos pares o grupos mayores de especies viven juntos para beneficio mutuo como socios obligados, beneficiando además a los ecosistemas de los que forman parte, por lo que el mutualismo «está en extremo generalizado y es muy importante» (Odum y Sarmiento, 1997 [sic 1998]: 187, 201). Las especies se agrupan para poder realizar sus procesos vitales con cierta autonomía, lo que les permite defenderse de los colapsos de otros grupos y, en última instancia, de los cambios en el medio. A este proceso se le denomina organización modular (Levin, 2000: 193). [...]. Así que, debido a la organización modular, a la retroalimentación por recompensa, a la imperfección de los mecanismos de selección, a la existencia de mecanismos sutiles de supervivencia y, en resumen, a «la tendencia a disminuir con el tiempo la intensidad de interacciones negativas (...) no es generalizar demasiado el decir que las cadenas alimentarias en conjunto son mutualistas» (Odum y Sarmiento, 1997 [sic 1998]: 205)” (Bermejo 2005: 49-50).

em maior ou menor medida instável e o seu futuro relativamente incerto, chegando esta *instabilidade* a pôr em risco a própria existência ou continuidade do sistema se sobrepassado um determinado limiar. Ainda que não conhecemos com exactitude o umbral de vulnerabilidade a partir do qual está em causa a continuidade (a reprodução social) dum determinado sistema cultural, entendemos, contudo, que o risco para a permanência e continuidade da rede e das práticas sociais a ela ligadas nessa comunidade será maior quanto menor seja o *alcance social* na comunidade focada dos elementos e factores envolvidos no processo de construção sistémica (agentes e relações, materiais e normas, estrutura institucional...). Esse alcance social, isto é, os espaços do corpo social onde o sistema (linguístico, literário, cultural...) realiza as suas funções e tem os seus efeitos, depende em grande medida da capacidade dos agentes para imporem como legítimos (para *institucionalizarem*) a estrutura, os materiais (incluindo também as ideias e ideologias legitimadoras) e as normas propostas.

5. Assim, entendemos que, quanto maior seja o nível de *institucionalização* e do conseguinte *consenso social* (Fishman 1967: 33) alcançado em volta dos elementos com que o sistema está a ser construído, maior será a estabilidade (e a suficiência sistémica) e menor o risco para a existência e continuidade do sistema (linguístico, literário, cultural...). Neste sentido, o contributo de instituições de natureza política e função central e “totalizadora” como o Estado (sobretudo quanto às funções reprodutoras reservadas para a administração pública e o sistema escolar) e, na actualidade, dos meios de comunicação de massas e dos campos culturais próprios da cultura industrial (naqueles espaços do planeta em que estão presentes), constitui um factor determinante à hora de facilitar o sucesso dum determinado sistema, em quanto que condicionam em grande medida a forma de (di)visão da realidade e permitem a sua universalização e reprodução numa comunidade.
6. Ainda neste sentido, entendemos que, ao igual que os corpos físicos em movimento, um sistema (linguístico, literário, cultural...) está sujeito também a forças de *acção e reacção* como as que refere a terceira lei de Newton, ainda que neste caso as suas intensidades e efeitos não sejam necessariamente equivalentes e, portanto, nem sempre se neutralizam e anulam. Julgamos, pelo contrário, que essa relação de forças gera a *energia* que garante o dinamismo e a evolução do sistema. Este conceito de *energia* é concebido pelo professor Itamar Even-Zohar como o resultado das expectativas, da vontade e do trabalho dos agentes

participantes num sistema concreto³⁰; da nossa parte, complementamos esta ideia de *energia* entendendo-a como a força de trabalho social necessária para fabricar um produto ou desenvolver um processo num determinado sistema. Esta força de trabalho, como os produtos ou processos dela resultantes, pode ser verificada empiricamente no sistema (sobretudo através dos efeitos que produz) e também circula e é valorada no mercado, e o valor a ela atribuído também é trocado por alguma espécie de capital das várias existentes (todas elas convertíveis entre si: capital económico, político, escolar, social, simbólico...; este último mui apreciado em geral para o caso dos campos culturais).

7. Neste sentido, a nossa hipótese é que a *energia de activação* (a força de trabalho social mínima necessária num sistema antes de poder iniciar um determinado processo ou fabricar um determinado produto; como criar um tipo concreto de instituição, por exemplo) é menor naquele sistema (ou naqueles espaços do sistema) onde vigora um maior grau de institucionalização e reconhecimento social, já que nesse caso a rede em causa beneficia do *principio da inércia* (tal como expressado na primeira lei de Newton); ou doutra maneira, a *energia de activação* necessária para iniciar processos ou produtos equivalentes será menor em espaços ou sistemas fortemente institucionalizados do que em espaços ou sistemas deficitários quanto ao seu grau de reconhecimento social, enquanto que a força de inércia será menor no caso dos sistemas (ou espaços dum sistema) em estádios de institucionalização e aceitação social deficientes (lembre-se o dito por Jepperson [1999: 195-196] em relação à inércia na reprodução institucional).
8. Nestes casos de sistemas deficitários, que apresentam à partida insuficiências na sua estrutura e funcionamento mas nos quais hai agentes que trabalham para as superar (é especialmente oportuno aqui o conceito de *défice projectivo* proposto pelo professor Elias Torres [2000 e 2004a]) e que podem ser também considerados “emergentes” na medida em que estão sujeitos a mudanças estruturais auto-organizadas e não planificadas previamente, verifica-se um aumento significativo da força de trabalho social investida quando os agentes

30 “El masivo trabajo invertido en la fabricación de nuevos repertorios, y los esfuerzos por distribuirlos e inculcarlos, pueden eventualmente haber creado una amplia gama de resultados, un nivel alto y vivo de actividad que puede ser denominada «energía» (Even-Zohar 1994 [“La Función de la literatura en la creación de las naciones de Europa”, in 2007: 45-65]). [...] es precisamente esta «energía» la que ha hecho posible en el caso de los grupos estudiados que compitan razonablemente bien con el mundo inmediato” (Even-Zohar 2007: 124). Da mesma maneira, “para el mantenimiento de cualquier entidad sociosemiótica humana, la actividad de planificación *per se* genera a largo plazo una cierta dinámica, un aumento de la vitalidad que posibilita a la entidad en cuestión el acceso a opciones de las que previamente pudo haber sido excluida. Para designar este complejo fenómeno propongo el término «energía», al menos hasta que se encuentre otro mejor” (Even-Zohar 2007: 135-136; itálicos no original).

envolvidos no processo de construção sistémica recebem determinados estímulos externos, sejam estes percebidos como ameaças para manter a sobrevivência ou a configuração existente no sistema (e, com ela, a posição relativa dos agentes ou grupos nele), ou como oportunidades de avançar significativamente no grau de institucionalização e consenso social dos elementos e factores com que desejam balizar e construir o sistema (e, também, de melhorar a posição relativa dos agentes e grupos envolvidos).

9. No caso galego, por exemplo, isto acontece entre 1974 e 1978, quando no horizonte de expectativas desses agentes figura (na medida em que o processo de mudança nas estruturas de oportunidade política assim o permite) o acesso a um grau maior de autonomia ou *soberania política*, ligadas geralmente com a autonomia ou a soberania também cultural (em virtude das relações de dependência dos campos culturais a respeito dos campos do poder que encontramos na base das formulações tanto do marxismo clássico como de Bourdieu). Nesta conjuntura, o trabalho social dos grupos envolvidos no processo de construção sistémica é investido numa variada gama de processos e tomadas de posição, cuja abrangência (ainda que teoricamente também pode contemplar a involução) pode ser delimitada para o caso que agora nos ocupa entre o mantimento da situação política e cultural preexistente ao processo de mudança e a criação dum aparelho de Estado ao serviço exclusivo da institucionalização desse sistema cultural sentido como próprio (incluindo todas as propostas eventualmente existentes entre cada um dos extremos desse eixo em relação ao modelo organizativo dessas redes institucionais político-culturais).
10. Ora, no caso concreto do conjunto do SCG entre 1974 e 1978, o processo de construção sistémica produz-se em estreita relação (de maior ou menor oposição ou, também, integração, segundo grupos e programas) com o aparelho político-institucional que sustenta a rede de elementos que, sem pretensões de exaustibilidade terminológica neste momento, vimos denominando Sistema Cultural (*em*) Espanhol [SCE]. Este facto deverá ser levado em conta igualmente na hora de ser analisada a reacção aos estímulos do ambiente dos grupos e instituições que desenvolvem as suas actividades no âmbito do sistema em causa, no sentido de que às tomadas de posição em relação com a mudança política em curso, haverá que acrescentar também aquelas que dim respeito aos vários graus e tipos de relação propostos entre o SLG e o SLE, não necessariamente homólogas às posições tomadas quanto à mudança política mas si com elas relacionadas, e susceptíveis igualmente de serem balizadas entre aquelas que postulam uma integração relativamente forte (que teoricamente pode

chegar à identidade total) e o afastamento consciente e a alteridade absoluta.

11. Antes de desenvolvermos com maior pormenor alguma questão conceitual que julgamos de utilidade para nos aproximar das diferentes posições e estratégias com que os vários grupos activos na rede institucional que chamamos SLG enfrentam a mudança desencadeada no ambiente entre 1974 e 1978, julgamos preciso indicar ainda o seguinte:

- O sistema dito aqui “Espanhol” possui um maior grau de institucionalização, estabilidade e consenso social que aquele que até o momento vimos identificando como “Galego”, e estende os seus materiais e normas, a sua estrutura e os seus efeitos pelo espaço social e geo-cultural conformado (pelo menos) pelo conjunto das pessoas ligadas administrativamente ao Estado Espanhol, com que a Galiza e os seus enclaves estão vinculados por relações de pertença (Torres Feijó 2004a); destacamos outra vez neste sentido o papel determinante da administração do Estado, do sistema de ensino e dos média (os mesmos campos que, não por acaso, são priorizados nas acções de vários dos grupos envolvidos na construção do SCG nesta fase do seu desenvolvimento). De acordo com isto, o conjunto da cidadania galega participa do SCE, e não o faz apenas realizando funções de consumo, tal como está a indicar o facto de que, não raro, os produtores vinculados às entidades identificadas no censo de instituições deste trabalho como susceptíveis de integrarem a estrutura do SLG participem noutras redes de relações localizadas e referenciadas fora do espaço geográfico e sócio-cultural da Galiza e dos seus enclaves (nomeadamente no território administrativo do Estado Espanhol), fazendo-o com diferentes funções, estratégias, objectivos e de acordo com diversos tipos de ligação.
- Entendemos também que a existência num mesmo espaço social de agentes com programas de acção diferentes (e, comumente, concorrentes, alternativos ou apresentados como excludentes) e com diferentes estratégias face à interacção com o ambiente condiciona em vários sentidos o(s) processo(s) de construção sistémica, quer seja considerado este condicionalismo desde o interior dumha estrutura relacional e normativa concreta (veja-se acima o dito para o *princípio de acção e reacção*), quer este seja analisado em relação com outra(s) rede(s) presente(s) num dado espaço social (para o caso galego, o Estado Espanhol em mudança e o SCE em presença, ambos estreitamente entrelaçados).
- Da mesma maneira, consideramos que o facto de o SCE ocupar o espaço social da comunidade galega (com maior grau de institucionalização e naturalização no período

deste estudo, lembramos, que a rede relacional que chamamos SCG) condiciona o processo de construção no mesmo espaço social do sistema literário focado neste trabalho (e da sua eventual cobertura político-institucional), afectando as estratégias e os programas de todos os grupos e instituições em jogo, sejam estes programas postulados como integráveis, adaptáveis, alternativos ou excludentes em relação tanto com o SCE como com o aparelho de Estado que o sustenta.

- Por último, ainda em relação com os eventuais condicionalismos que o SLE chega ao processo de construção do SLG, não nos parece improvável (o estado das nossas investigações aconselha colocar prudentemente esta questão apenas como hipótese) que essas circunstâncias e elementos condicionantes se verifiquem no sentido de limitar a expansão e a naturalização dos materiais envolvidos na construção do SLG (sobretudo daqueles em maior medida diferenciais e concorrentes), as possibilidades de aplicação das normas em virtude das quais são utilizados e valorados esses materiais e a extensão e a aceitação social da estrutura relacional resultante.

12. Entendemos, então, que o SLG entre 1974 e 1978 está caracterizado pela sua heteronomia a respeito dum campo político em mudança e que essa mudança política determina as modificações verificadas no conjunto do sistema cultural em foco, assim como a sua configuração e funcionamento, tanto no tempo em que esse processo tem lugar como para o seu futuro. Esta mudança, por seu lado, é um processo contingente e sujeito a incertezas que retira os agentes nele envolvidos da sua zona de conforto, obrigando-os a tomar decisões em maior ou menor medida arriscadas e com resultados dificilmente previsíveis, que tanto podem conduzir à perda como ao ganho de poder e centralidade, ao triunfo das suas propostas ou ao falhanço (total ou parcial) dos seus programas. De acordo com isto, identificamos três atitudes possíveis perante a mudança política em curso e, com elas, três grandes espaços institucionais no SLG de 1974-1978: a aceitação da mudança, a adaptação ou *resiliência* as alterações vindas do campo político e a *resistência* aos impactos que a mudança produz no sistema³¹.

31 Em gestão de organizações é de aplicação geral a “regra 20/60/20” expressada por Brent Filson em 2005; esta regra indica que, numa organização submetida a um processo de mudança, 20% dos agentes envolvidos aceitarão a mudança na sua globalidade (os positivos), um grupo de 60% não se comprometerá (os neutros), enquanto o outro 20% resistirá claramente à mudança (os negativos). Fora a questão quantitativa e percentual (a capacidade de mobilização, a energia e os agentes envolvidos activamente na resistência é, no caso galego, consideravelmente maior do que na aceitação oficial da mudança -esta ademais com menor impacto no desenho das características do sistema que aquela) e a designação concreta de cada posição em relação à mudança (ainda aceitando como não absolutos os conceitos de adesão e oposição, consideramos que existem matizes relacionados com graus e

13. Desenvolveremos no lugar correspondente desta tese de doutoramento cada umha destas tomadas de posiçom básicas, os grupos e instituições que participam delas e as questons que com elas se relacionam quanto à estrutura e o funcionamento do SLG no período em causa (epígrafe 4.1.2.). Todavia, é oportuno esclarecermos já agora que as mudanças político-legislativas e culturais geradas desde o campo político som aceites mais pacificamente naqueles espaços institucionais com maior dependência das regras e modos de funcionamento emanados do Estado, estejam estes ocupados, fundamentalmente, polos agentes e grupos que participam da estrutura da rede institucional do Estado na Galiza (actuando dentro da administração cultural oficial, por exemplo ligados aos Museus dependentes dos governos provinciais) ou por instituições de natureza privada mas avalizadas explicitamente pola autoridade estatal (como as várias reais academias activas no período, por exemplo); todas estas instituições conformam um macro espaço institucional que nós identificaremos neste trabalho como o *Pólo da Oficialidade* (em paralelo ao *Pólo da Resiliência* e ao *Pólo da Resistência*), no entendimento de que, ao nom considerarmos o carácter da adesom (ou da adaptaçom ou da oposiçom) como absoluto mas como susceptível de gradaçom, salvamos a heterogeneidade eventualmente produzida no interior de cada posiçom.
14. Os conceitos de *resistência* e de *resiliência* sistémicas com que explicamos as posiçons (também graduais e nom homogéneas) de oposiçom e adaptaçom, respectivamente, ao quadro político-cultural desenhado pola transiçom da ditadura franquista para a monarquia parlamentar que está a ser implementada no ambiente do SLG nessa altura requerem, por seu lado, umha explicaçom maior. Em concreto, o referido conceito de *Resiliência* procede da Física, onde é aplicado à propriedade de que som dotados alguns materiais de acumularem energia quando exigidos ou submetidos a stress sem ocorrer ruptura; deste campo das ciências exactas passou para outros como a Engenharia e a Psicologia (onde representa a capacidade instantânea de recuperaçom e de redefiniçom identitária, respectivamente aplicado à estrutura dos materiais e à psique dos indivíduos) e, deste último, para a Psicologia e a Psicologia Social, sendo situada por investigadores como Walsh (2005) no campo das habilidades interaccionais e dos recursos inerentes às redes sociais dos indivíduos; “com a importância atribuída a redes de suporte social e a crenças construídas

estratégias de envolvimento no funcionamento do sistema em tempos de mudança dificilmente encaixáveis no campo semântico da dita *neutralidade*), julgamos, contudo, que esta regra tem utilidade para nós como ferramenta procedimental.

socialmente, a resiliência deixa de ter um caráter individual absoluto, e passa a ter um caráter sistêmico e ecológico” e a interessar entom também à Sociologia (Souza e Oliveira Cerveny 2006: 120)³².

- Neste ponto, a *resiliência sistêmica* designa já respostas de tipo adaptativo aos desafios do ambiente, seja este conceito aplicado ao potencial adaptativo de sociedades inteiras na hora de enfrentar riscos e ultrapassar eventuais ameaças, ou (de acordo com Holling *et al* 1998) à capacidade dum (ecos) sistema concreto para absorver perturbações externas (surpresas, mudanças, crises...) e persistir no tempo, mantendo a sua estrutura e as suas funções básicas, isto é, a sua estabilidade (entendida assim como a capacidade dos sistemas de manterem as suas funções frente aos impactos exteriores)³³.
- Também nos grupos que participam dumha determinada rede institucional, por seu lado, está presente esta capacidade de adaptação ao impacto produzido pelo meio quando, confrontados num contexto de tomada de decisão entre a tensão do ambiente e a vontade de vencer (Job 2003), demostram flexibilidade para superarem os desafios, para se recuperarem dumha situação adversa e, em último termo, a capacidade da sua rede de relações para suportar tensões. A *resiliência sistêmica* expressa, entom, a capacidade de grupos e instituições de se acomodarem às (novas) condições do ambiente, na medida em que estas organizações adaptam estratégias ou estruturas de forma a manterem ou reforçarem a sua posição de poder ou centralidade relativa no sistema. De acordo com isto, o conceito

32 A Teoria Geral dos Sistemas de Bertalanffy (1993) sustenta que os mesmos conceitos e princípios que orientam umha investigação do ponto de vista sistêmico num campo concreto do saber se encontram também noutras disciplinas científicas, o que fornece ao pessoal investigador umha base para a unificação conceitual. É coerente e oportuna, portanto, trazer aqui a afirmação de Roberto Bermejo (2005: 44) quando di que “los ecosistemas constituyen un modelo para las sociedades por ser la primera unidad básica autónoma” (veja-se C.S. Holling 2004 para as relações entre ecologia e sociedade em contextos de forte mudança).

33 Veja-se, em volta destas questões, o conceito de suficiência sistêmica proposto pelo professor Elias Torres (2004a). Para Bermejo (2005: 44-45), “un sistema, o dicho de otro modo, un conjunto funcional tiene propiedades que no pueden ser inferidas de sus partes. Sus partes tienen diversidad e individualidad y están internamente relacionadas, pero el sistema influye sobre sus elementos. Los sistemas naturales son sistemas autoorganizados, lo que significa que el desarrollo del sistema no está totalmente determinado sino que se produce adaptándose a su medio. Por ello, algunos autores los definen como sistemas complejos autoadaptativos (SCA). La principal característica de los SCA es su estabilidad, es decir, su capacidad de mantener sus funciones frente a los impactos exteriores. Por ello sostenibilidad es, según Holling y otros (2002b [2002]: 403), la «habilidad para crear, testar y mantener la capacidad adaptativa». [...] La capacidad de los SCA para mantener sus funciones frente a los cambios exteriores viene determinada por tres propiedades: el potencial disponible para el cambio; el grado de conectividad entre las variables y procesos; y la resiliencia del sistema. [...] La conectividad define la fortaleza de las conexiones interiores y determina el grado con que un sistema controla su destino o, por el contrario, se ve a merced de agentes exteriores. La resiliencia es la capacidad para mantener las funciones y controles habituales al sufrir una disrupción (Holling y Gunderson, 2002: 49 y ss.)”. De acordo com a translação das achegas de Holling e Gunderson (2002), entendemos que o potencial dum sistema cultural dependerá, *grosso modo*, da natureza dos materiais repertoriais, do grau de institucionalização e da estrutura relacional alcançada pelo sistema ao longo da sua trajetória.

sistêmico da resiliência permitirá caracterizar projectos e programas de intervençom em funçom da capacidade para gestom a adaptaçom, estreitamente relacionada com a estrutura, a autonomia de açom e as possibilidades de auto-organizaçom das agrupaçoms envolvidas no sistema em causa³⁴.

- Em virtude disto, o espaço institucional que demonstra umha gestom adaptativa mais eficaz ao impacto produzido polo processo de mudançã política no SLG entre 1974 e 1978 é aquele cujo centro está ocupado por instituicoms de capital privado e conformadoras dumha rede institucional de integraçom relativamente débil. Estabelecemos, entom, em volta dos espaços institucionais de grupos como Galaxia ou Sargadelos o denominado *Pólo da Resiliência*, assim chamado em tanto que os agentes e instituicoms localizados nas suas proximidades demonstram a sua capacidade para manter a sua posiçom de centralidade no sistema apesar dos impactos exteriores (tanto ao sistema como ao próprio grupo). Os grupos e instituicoms localizados neste macro-espaço institucional gestom a mudançã, em geral, em funçom da análise do ambiente e das possibilidades de aplicaçom (total ou parcial) do programa do grupo, orientam-se pola oportunidade, aceitam as normas impostas desde o campo do poder, acompanham umha estratégia que passa fundamentalmente pola nom exposiçom pública às incertezas procedentes do campo político e, por fim, compartilham a visom da mudançã como umha oportunidade que deve ser explorada (e nom evitada) para reforçar a sua posiçom de privilégio no sistema.
15. Ao lado destes, outros grupos presentes no sistema gestom a mudançã e o impacto do exterior sem aceitarem nem reconhecerem legitimidade às normas emanadas do ambiente, oferecendo resistênciã à sua aplicaçom e trabalhando desde a periferia tanto do sistema cultural como, em maior medida, do campo político para impor como legítimas as suas próprias regras. Enquanto os grupos mais próximos do *Pólo da Resiliência* desfrutam dumha maior autonomia de açom e dumha rede mais distribuída, os agentes e instituicoms

³⁴ Repare-se na diferençã entre a gestom e a co-gestom da adaptaçom ao ambiente (Rebouças *et al* 2006): “Podemos pensar a co-gestom adaptativa [quando “os atores compartilham a responsabilidade e a autoridade nas tomadas de decisom relativas à gestom de um dado sistema”] como um processo experimental guiado por três vetores: a descentralizaçom (pensada como um processo de gestom baseado numa visom sistêmica), a autonomia local e a resiliência ecossistêmica. O traço adicional mais marcante da co-gestom adaptativa, em relaçom ao enfoque anterior - a gestom adaptativa - reside na ênfase concedida à necessidade de se criar sistemas de gestom capazes de incorporar e desencadear uma sinergia positiva entre autonomia e heteronomia. A primeira diz respeito à tomada de decisom no nível local e à capacidade de resoluçom de problemas e conflitos a partir do capital sociocultural e natural local; e a segunda, ao conjunto de coaçoms formais exteriores que escapam a todos e que valem para todos, além da formalizaçom, do apoio institucional e da legitimaçom em diferentes níveis de governo das decisoms tomadas num espaço de compartilhamento de poder e responsabilidades”.

localizados nas proximidades do que denominamos *Pólo da Resistência* (nucleado por organizaçõs de natureza político partidária localizadas ideologicamente na esquerda marxista e no nacionalismo galego, como a UPG) conformam umha rede institucional com um ou vários centros mas, em todo o caso, dotada de menor autonomia para os objectos que a conformam. Estes grupos entendem a mudança como umha (nova) agressõ exterior que ameaça a existêcia mesma do sistema próprio e postulam a confrontaçõ estratégica com as forças procedentes dum sistema de natureza político-cultural que identificam como referente de oposiçõ (aqui o SCE).

- Na hora de analisarmos os parâmetros em que se move a açõ político-cultural desses grupos da esquerda (*autodenominada*) nacionalista galega em relaçõ com as mudançãs no ambiente com que interactua o SCG no período em foco³⁵, partimos das apreciaçõs da nossa colega María Xesús Rodríguez Fernández (1999: 120 e ss.) na tese de licenciatura orientada polo director do Grupo Galabra e, em relaçõ com os termos *resistêcia simbólica* (González-Millán 1991) e *suficiêcia sistémica* (Torres Feijo 2004a), propomos o conceito de *resistêcia sistémica* para identificar as tomadas de posiçõ e as estratégias político-culturais que atribuem ao conjunto dos elementos que participam num sistema periférico em processo de autonomizaçõ (de construçõ da suficiêcia sistémica) umha funçõ eminentemente defensiva a respeito do sistema que funciona como referente de oposiçõ (*vid* também atrás o conceito de *identidade de resistêcia* proposto por Castells [2003: 36]).
- Actuando em virtude dumha lógica heterónoma que fai depender o seu programa (regras, materiais, açõs, posiçõs...) do contraste e da distinçõ com o referente de oposiçõ, os

35 O facto de que o projecto nacional (e cultural) identificado como *nacionalista* seja unicamente o galego está a indicar já (para além doutras questõs relacionadas com o processo de construçõ identitária que nom som objecto deste trabalho) um grau de naturalizaçõ “como una característica estable del ambiente restrictivo” (Jepperson 1999: 200) inferior na comunidade galega do que o representado polo seu equivalente dito “espanhol”. É pertinente, agora, a diferença estabelecida por Jepperson (1999: 200-201) entre a institucionalizaçõ e a *açõ*, duas formas de reproduçõ diferentes enquanto que esta última é umha forma de reproduçõ muito mais fraca (de legitimidade menos abrangente) que a institucionalizaçõ. Por outro lado, será oportuno reparar também em que “las actuaciones de los grupos no dominantes a favor de su lengua, de su cultura y de su independencia política se tildan de nacionalistas, mientras que las de los grupos dominantes se califican como no nacionalistas. Pero es que las actuaciones de los denominados grupos no nacionalistas también se fundamentan en la defensa y promoción de una lengua, una cultura étnica y un poder político de una nación concreta, y por tanto son igualmente nacionalistas. Además, el nacionalismo disimulado [o conceito de “nacionalismo banal” de Michael Billig (1995) chama a atençõ para a quotidianidade dos recordatõrios da identidade nacional] de la nación dominante suele ser mucho más intransigente, antidemocrático y particularista que los nacionalismos dominados, dado que la etnia dominante dispone de los mecanismos políticos, económicos, administrativos y militares adecuados para aplastar por la fuerza cualquier intento de autoafirmación nacionalista de los grupos minoritarios o no dominantes” (Moreno Cabrera 2007: 356).

grupos e agentes que se identificam com posições de resistência reagem quer contra a incorporação de novos elementos repertoriais (sobre resistência às transferências e à planificação *vid* Even-Zohar 1998) quer contra a promoção e legitimação daqueles materiais (sejam repertoriais em sentido alargado ou exclusivamente normativos; quer novos quer procedentes da tradição) que entendem inapropriados por não cumprirem a função defensiva e distintiva indicada; a dita oposição pode estar dirigida, por exemplo, contra um determinado quadro político-institucional (como, no caso galego, o referendado no Estatuto de Autonomia de 1936), ou contra uma determinada forma ou temática literária (como aquelas não identificadas com a reivindicação político-identitária ou com o carácter popular). Em troca, desde as posições assumidas explicitamente como *resistencialistas* são reivindicados como principais elementos constitutivos e legitimadores a identidade diferenciada da comunidade (o que adiante qualificaremos como *critério identitário*), o carácter periférico e dependente do sistema próprio, e o valor modelar daqueles materiais consagrados pela tradição a que são atribuídos os valores defendidos pelos grupos que afirmam resistir(-se) à (maior) assimilação do SCE.

- Estas tomadas de posição e estratégias substanciadas na resistência são verificadas também (no caso galego) com posterioridade a o sistema cultural experimentar um forte aumento no seu grau de autonomia e institucionalização, sendo executadas por grupos que não reconhecem como *suficiente* a autonomia alcançada em virtude de que (ainda) não completaram o programa elaborado na anterior situação de (maior) dependência político-cultural.

16. Por último, interessa-nos insistir mais uma vez, no carácter dialéctico e de *construção social* do processo de elaboração dum sistema (lingüístico, literário, cultural...) pelo que este tem de acto de vontade humana, em que a *consciência* de participação num trabalho social colectivo (verificável através de trajectórias concretas) não constitui critério menor à hora de estabelecermos os elementos que integram uma (ou várias) estrutura(s) em rede (aqui o SLG e/ou o SLE)³⁶. Da mesma maneira, apontamos para a importância que neste processo tem a expansão e a aceitação inconsciente da *autoridade* emanada das instituições porque, julgamos, a expansão e a interiorização do *reconhecimento* social e da *legitimidade* dessa autoridade convertem-se em elementos destacados tanto para avaliar e

³⁶ Veja-se o dito acima sobre a “teoria da coordenação”, o conceito de “consenso repertorial” em Vilavedra (1999: 20) e os comentários que faremos a esta questão nas pp. 94 e ss.

avaliar a integração de elementos na(s) rede(s) em que essa autoridade funciona, como para medir o grau de estabilidade e *naturalização* (aceitação inconsciente) alcançado por um sistema.

17. Todavia, devemos apontar que, se as mudanças num sistema dependem dos efeitos nele produzidos pelas diferentes forças em jogo, a direção e os graus desse condicionamento intra ou intersistémico (estabelecido, em todo o caso, como uma relação de poder) estarão vinculados e serão proporcionais aos níveis de institucionalização alcançados por cada um dos elementos envolvidos; isto é, dele beneficiam mormente os agentes, os programas ou o sistema com maior reconhecimento social, cobertura institucional e refrendo nos campos do poder (remetemos também, neste ponto, para o dito acima sobre o papel do aparelho de Estado e sobre a *inércia* de que goza um sistema uma vez superado um determinado umbral de institucionalização).

Julgamos que era necessário colocar previamente estas questões para poder indicar agora que neste trabalho entendemos, de maneira geral e num sentido funcional, que (como qualquer sistema dinâmico e complexo) *o SLG está a ser construído* entre 1974 e 1978 com diferentes modos e graus de relação (também de oposição ou integração, neste caso, com o SLE) por agentes que compartilham umas determinadas ligações e trabalham para alargar a estrutura dessa rede relacional, a aceitação legítima dos materiais aos quais atribuem valor e o alcance social das normas propostas. Porém, entre os agentes que participam de maneira consciente na construção desta rede, não existe acordo quanto aos materiais e as normas com que deve ser construído e balizado o SLG (nomeadamente sobre a natureza e a função da língua galega) e ao modo de os implementar. Esta falta de consenso sobre os elementos básicos que conformam a estrutura e determinam o funcionamento do sistema (caracterizado por isto mesmo como deficitário) deve ser necessariamente contemplada na hora de estudar a estrutura e, por tanto, as margens do SLG, já que afecta ao reconhecimento da autoridade institucional e, bem mais determinante para a sobrevivência e a configuração do sistema, de respeito directamente à relação que o SLG estabelece, ou deve estabelecer, segundo os vários actores em jogo, com o SLE (e, em menor medida, também com o português). Assim, tal como veremos no capítulo correspondente, a natureza e o nível em que as normas e os materiais em causa são diferenciais (e concorrentes) ou compartilhados com os sistemas que funcionam historicamente para o galeguismo (em diferentes graus segundo o período focado) como referentes de oposição e reintegração (os Sistemas espanhol e português, respectivamente) são assuntos centrais para entender o funcionamento do SLG no período deste

estudo.

Ao longo das páginas seguintes, utilizaremos as ferramentas descritas neste capítulo inicial para alcançarmos os objectivos apontados e avançarmos assim no conhecimento das margens, das relações, da estrutura e das principais ideias e estratégias planificadoras presentes no SLG entre o franquismo e a transição que deu passo à realidade política e cultural actual, a qual, em grande medida, achamos que só poderá ser explicada acertadamente a partir de análises do passado próximo como a que propomos neste trabalho. Em última instância, a selecção, a consulta e a análise dos materiais apropriados para resolver as necessidades levantadas pelo objecto de estudo aqui estabelecido estão na base do quadro procedimental e teórico-metodológico que utilizaremos nesta tese de doutoramento.

2.1.2. Ferramentas relacionais

A diferente natureza e o grande volume de corpus contemplado no projecto de investigação em que está integrado este trabalho (com mais de 1.600 livros e aproximadamente quinhentas publicações periódicas e outras tantas referências bibliográficas apenas para o período 1974-1978, a que deveremos acrescentar no seu momento ainda as consultas efectuadas nos jornais de referência) justificam tanto o estabelecimento dum método como a utilização de ferramentas específicas para a correcta abordagem dos materiais. Se a esta amplitude e variedade do corpus somarmos ainda as diferentes espécies de informação procuradas nos materiais (sobre todos os elementos constitutivos do sistema: agentes, instituições, produtos, repertórios...), os vários modos de análise previstos (quantitativo e qualitativo) e as necessidades próprias de todo trabalho em equipa, concluímos que é imprescindível contarmos com os mecanismos e os dispositivos adequados para a recolha organizada e sistemática da informação, para a sua arrumação e armazenagem, para a análise segundo os pressupostos empíricos (e sistémicos, sociológicos e relacionais) em que se enquadra o projecto Fisempoga e para a sua consulta, sincronização e tratamento compartilhado por todas as pessoas que integram esta equipa de investigação. De acordo com isto, a escolha ou eventual fabricação de ferramentas dá resposta a necessidades concretas surgidas no transcurso da investigação e é feita em função tanto da selecção do objecto de estudo do projecto como das possibilidades e dos modos de o atingir.

Ao igual que outros aspectos do projecto que sustenta este trabalho de investigação, a natureza das ferramentas utilizadas está em dependência da evolução experimentada desde Poluliga a Fisempoga já apontada nestas páginas. Neste sentido, na medida em que foi alargada a tipologia

do corpus utilizado (primeiro livros em galego, publicações periódicas e bibliografia; depois livros em castelhano e noutras línguas; por último a inclusom de materiais da imprensa diária) e ajustada a natureza da informação procurada nos materiais durante o processo de ampliação do âmbito de estudo desde a literatura para o conjunto do sistema cultural (fundamentalmente no que di respeito às relações e às ideias), foi necessário adoptar ou (re)construir diferentes instrumentos para abordar o corpus do projecto de que fai parte este trabalho e alcançar um conhecimento mais apurado do seu objecto de estudo.

O ponto de partida está situado na construção dumha base de dados que permitiu catalogar e localizar fisicamente o corpus de livros e revistas, indicar o estado em que se encontrava o levantamento dos materiais e apontar se entre estes materiais e as anotações recolhidas (em fotocópias e documentos de texto) fora detectada a presença doutros sistemas culturais (nomeadamente presenças que relacionassem o SLG com a lusofonia, objectivo do projecto na sua primeira fase). Após a elaboração deste “Catálogo de Livros e Revistas”, evidenciada a necessidade de recolher de maneira sistemática a informação das publicações periódicas para o seu posterior tratamento relacional (por meio, nomeadamente, da aplicação da Análise de Redes), construímos um dispositivo com o objectivo de relacionar os produtores com as revistas em que intervinham. Descrita e testada por Carlos G. Figueiras (2006) na sua análise do SLG do ano 1968, esta “Base Revistas_Produtores” visava, nessa altura, dous objectivos principais: medir o “índice de impacto” de cada publicação no SLG e acompanhar as principais tomadas de posição dos agentes que participam nas revistas quanto a alguns aspectos concretos das suas acções e da sua trajectória (tipo de língua utilizado, posicionamento político-cultural, temática promovida, relações com outros agentes, presença institucional...).

Umha vez incorporados os jornais ao corpus do projecto, na última fase de Poluliga, foi necessário construir um dispositivo que possibilitasse o levantamento organizado de materiais da imprensa diária, a sua arrumação e a categorização sumária da informação tirada dos jornais de acordo com os campos (culturais ou do poder) com que cada notícia estava relacionada. Esta primeira “Base de Imprensa” estava baseada nos trabalhos de Ramón Máiz (2003), foi descrita por Cristina Martínez Tejero (2006 e 2008) e foi utilizada por esta integrante do projecto para analisar o SCG de 1968 a 1970 através da informação fornecida polo jornal *El Faro de Vigo*.

Por outro lado, quanto às questões técnicas ou de concepção “instrumental” destas três ferramentas, cumpre indicar que num primeiro momento as bases de dados de Poluliga fõrom

fabricadas com o MsAccess. Este Sistema de Gestom de Bases de Dados Relacionais (SGBDR) permite construir, com poucos conhecimentos técnicos, umha aplicaçom de consulta e modificaçom dumha base de dados incluindo as tabelas (dados da aplicaçom) e o sistema de consulta/preenchimento (consultas, formulários) integrados numha única estrutura. Porém, deixando de parte as **limitaçoms** quanto ao sistema operativo (apenas Windows) e ao custo de licença do MsAccess, em termos funcionais e de adaptaçom às necessidades do projecto, este tipo de aplicativos apresenta várias carências no acesso e no tratamento da informaçom armazenada. As deficiências detectadas temhem a ver, fundamentalmente, com problemas de compatibilidade entre aplicativos e de restriçom de funcionalidades que, se nom fossem resolvidos, viriam condicionar a evoluçom do projecto a meio e longo prazo: as novas versoms do MsAccess dificultam o acesso à informaçom armazenada em versoms antigas do software; os aplicativos a que se pode conectar (exportar/importar informaçom) é mui reduzido; o trabalho com bases de dados complexas ou volumosas (como as do projecto) apresenta pouca rendabilidade, com tendência a perder informaçom e dar erros; etc.

Com o objectivo de avançar decididamente nas possibilidades de implementar novas aplicaçoms, de superar estas deficiências técnicas e, sobretudo, de ultrapassar as dificuldades detectadas quanto às possibilidades de aproximaçom do nosso objecto de estudo (relacionadas, fundamentalmente, com o número limitado de tomadas de posiçom que era possível recolher e categorizar com as bases assim construídas, com o carácter aproximativo e, em último termo, subjectivo na mediçom do índice de impacto das publicaçoms, e com a impossibilidade de recolher ideias), na última fase do projecto Poluliga procedemos à migraçom da informaçom já recolhida com as três bases de dados referidas (“Catálogo de Livros e Revistas”, “Base Revistas_Produtores” e “Base de Imprensa”) para umha plataforma L/WAMP (Linux/ Windows+Apache+MySQL+PHP). Para além de optarmos assim por soluçoms multiplataforma (executáveis indistintamente em Linux, Mac ou Windows) e por sistemas operativos livres ou gratuitos, em termos de software isto significa, sinteticamente, que a base de dados é independente dos sistemas de administraçom e de consulta e que optamos por ferramentas sujeitas a estândares (garante-se o acesso futuro à informaçom) e cuja utilizaçom favorece a selecçom de diferentes aplicativos para trabalhar sobre um mesmo problema.

A escolha desta nova tecnologia permite eliminar a dependência do MsAccess e de qualquer software em geral, garantir um melhor funcionamento dos aplicativos, aumentar o necessário grau de conhecimento do conjunto dos integrantes da equipa do funcionamento das bases de dados (cuja

concepção instrumental e fabricação até essa altura dependia em grande medida dum único membro), facilitar a manipulação (consciente) da informação e a autonomia das pessoas que integram a equipa investigadora do projecto e, também e sobretudo, esta plataforma abre a porta a novas funcionalidades até esse momento dificilmente alcançáveis: sincronização e manutenção dos dados, recolha dum número ilimitado de elementos (nomeadamente de ideias e de relações), análise relacional conjunta da informação levantada dos três tipos diferentes de corpus utilizado até essa altura no projecto (livros, revistas e jornais), etc.

Com estes antecedentes, abertas já para Fisempoga as novas possibilidades tecnológicas referidas, para o presente trabalho procedemos à revisão das ferramentas procedimentais e teórico-metodológicas de Poluliga. Apresentamos em primeiro lugar o resultado dos nossos trabalhos quanto às ferramentas relacionais que utilizamos em Fisempoga; não entraremos no pormenor dos procedimentos ensaiados para a sua construção, mas sim nas funcionalidades que têm e nos objectivos que cumprem. Em síntese, e de acordo com o exposto até aqui, interessa-nos destacar agora, por um lado, a estreita relação existente entre a utilização dumha tecnologia (e dumha metodologia) específica e as possibilidades de seleccionar, abordar e compreender um determinado objecto de estudo e, por outro lado, a utilidade de todas as ferramentas empregadas actualmente neste projecto de investigação para a resolução de problemas e a superação de antigas necessidades que diziam respeito, fundamentalmente, à recolha ilimitada de relações e repertórios (temáticas, ideias...) do nosso corpus de livros, revistas e imprensa, e ao seu posterior tratamento compartilhado dum ponto de vista relacional por meio de abordagens tanto quantitativas como qualitativas.

Desta maneira, as **ferramentas relacionais** utilizadas em Fisempoga permitem à equipa investigadora levantar informação de carácter relacional do corpus previamente fixado e atingir assim o objecto de estudo no projecto. Igualmente, a plataforma de bases de dados construída neste projecto do Grupo Galabra permite sistematizar os vínculos existentes entre produtores e qualquer tipo de instituição, assim como anotar os eventos ou produtos com elas relacionados³⁷. Com estes objectivos centrais, e para o que agora nos interessa, estabelecemos a hipótese de partida de que existem, pelo menos, dois tipos básicos de relações entre agentes e instituições:

- 1) Relações de pertença: Agentes que integram formalmente as estruturas institucionais. É

³⁷ Na actualidade temos censadas 924 instituições vinculadas com o SLG no período 1974-1978. Do agrupamento e da caracterização destas entidades envolvidas no control da cultura em função da sua variada natureza e tipologia ocupamo-nos no capítulo 4 desta tese de doutoramento.

um tipo de vínculo entre produtores e instituições de carácter relativamente estável.

2) Relações de colaboração: Agentes que tomam posições através das instituições do SLG ou dos produtos com elas relacionados. É um tipo de relação de carácter não estrutural e menos estável que o anterior (por isso não serão desenvolvidas neste trabalho, fazendo referência a elas apenas em função das nossas necessidades concretas).

As ferramentas de Fisempoga permitem diferenciar o tipo de relação estabelecida e levar em conta o carácter dinâmico do SLG (daí a datação do relacionamento), o tipo de função desempenhada e de posição ocupada pelo agente concreto na (ou em relação à) instituição, assim como a frequência ou as condições de participação dos produtores nas instituições (o que possibilitará, em última instância, responder perguntas básicas do tipo: quanto, quando, como... e mesmo porquê e para quê?).

O sistema utilizado (L/WAMP) torna possível também a troca de informação entre todas as bases fabricadas, o que permite analisar relacionalmente o conjunto dos dados recolhidos e armazenados em toda a estrutura se assim se considerar necessário. Fora as especificidades devidas às características diferenciais de livros, publicações periódicas e jornais (que trataremos na nossa exposição), as ferramentas relacionais de Fisempoga constam de três bases de dados para a recolha de informação de cada um desses tipos de corpus e de outra base específica destinada a sistematizar a pertença de agentes a instituições e a relação entre elas, a catalogar os eventos promovidos ou organizados por estas instituições e a recolher informação sobre a trajetória de cada um dos agentes participantes no SLG entre 1968 e 1982.

As bases de dados de Fisempoga estão constituídas, em geral, por um corpo principal de tabelas relacionadas e um conjunto de tabelas associadas àquelas; estas últimas permitem-nos trabalhar com listagens fechadas de elementos e limitar deste jeito o risco de erro na digitação da informação. A estrutura relacional resultante do processo de (re)construção das bases de dados do projecto está composta, no básico, por um catálogo geral, uma tabela onde categorizar a tipologia da informação catalogada, outra tabela onde registar as relações dos elementos do catálogo com os agentes que participam no SLG (registo_produtores) e outra(s) tabela(s) em que recolher a informação que precisamos sobre os produtos ou os eventos relacionados com os elementos censados previamente. Este desenho das nossas bases de dados faz que podemos abordar a descrição, a localização e a tipologia dos produtos, a natureza dos repertórios e as relações em todos os eixos e entre todos os elementos do esquema (nomeadamente produtores, produtos,

repertórios e instituições).

Para o caso das informações relacionadas com as **instituições** actuautes no SLG, foi elaborado um catálogo (“catálogo_inst_...”, “_74-78” no fixado para o período do nosso estudo) no qual poder fazer constar as características comuns a um dissemelhante conjunto de instituições relacionadas com os campos culturais composto por Academias, Fundações, Centros Galegos e Patronatos, Museus, associações, editoras, publicações periódicas... (estas últimas, maioritárias, serão individualizadas no catálogo correspondente da Base de Revistas). Esta variada tipologia institucional é categorizada numha tabela específica (“tipologia_inst”) que permite a sistematização e o agrupamento quanto a local em que se ubica, âmbito geográfico de actuação, público a que se dirige, língua que veicula (de rendabilidade no caso das publicações), grupo promotor, temática (assuntos ou objectivos focados) ou tipo de instituição de que se trata e com que está relacionada (de especial rendimento para vincular as instituições presentes no catálogo com as publicações periódicas que promovem no campo editorial, por exemplo)³⁸.

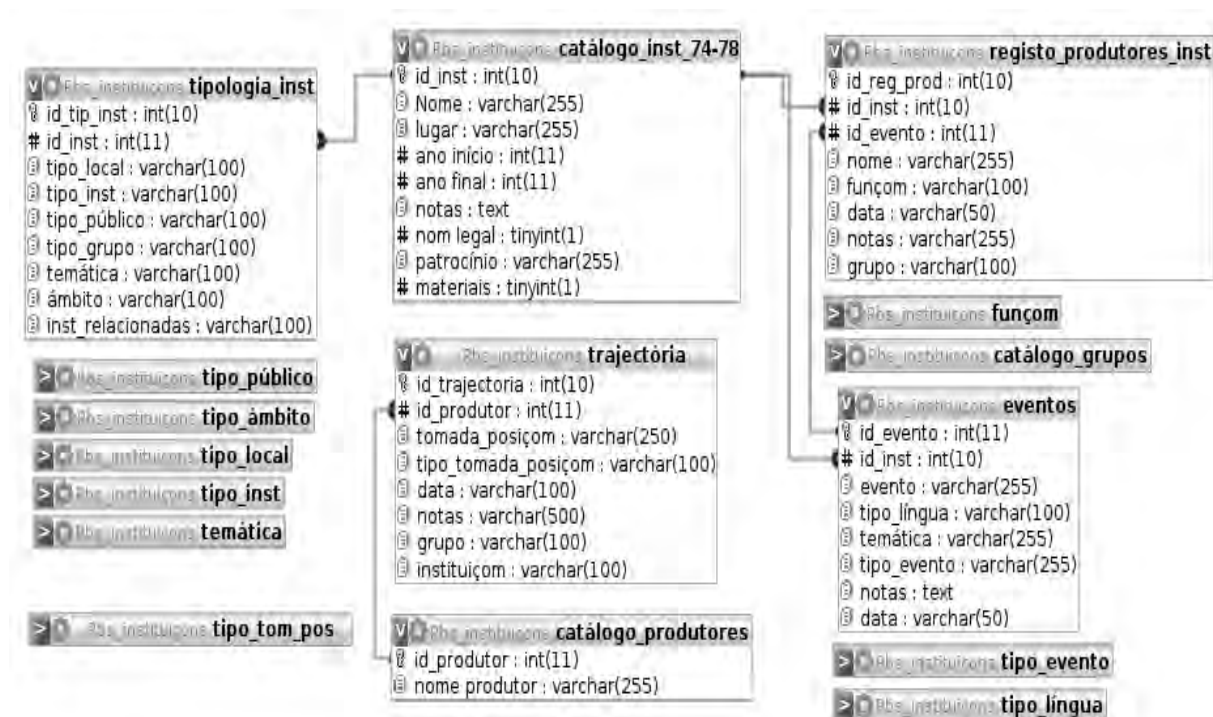


Figura 2. Esquema da Base de Instituições (1974-1978).

Projecto Fisempoga - Grupo Galabra (elaboração própria).

38 As várias tipologias propostas nas bases relacionais do projecto têm um carácter em maior medida analítico do que empírico, na medida em que estão destinadas ao agrupamento de objectos para a sua análise posterior e são estabelecidas no interior da população seleccionada e, em último termo, em virtude do objeto de estudo focado (ver capítulo 4). Repare-se, por exemplo, em que as tipologias «tipo de âmbito» ou «tipo de público» (esta última a de menor rendabilidade neste trabalho) querem indicar, respectivamente, o mercado abrangido por umha determinada instituição em relação a outras e a localização do público ideal dessa instituição com respeito a um determinado espaço social.

Relacionamos também com o referido catálogo, por um lado, o registo de produtores vinculados com instituições (“registo_produtores_inst”), o que faz possível fixar a função que cada agente desempenha de maneira estável nas entidades de referência, as datas entre as quais o faz e o grupo de que faz parte nesse momento da sua trajetória. Por outro lado, recolhemos numa tabela específica os eventos promovidos por cada instituição e os agentes envolvidos neles, fazendo constar também a tipologia das actividades (prémio, concurso, conferência, etc.), a temática e a(s) língua(s) utilizada(s) no evento. Da mesma maneira, e atendendo também à cronologia e ao agrupamento de agentes, construímos uma tabela de apoio (“trajetória”) que facilita e complementa a recolha e a armazenagem cronológica das sucessivas tomadas de posição e de todo o tipo de informação referida ao grau de consagração de cada produtor (prémios e reconhecimentos recebidos, cargos em instituições, depoimentos públicos, etc.), tomadas de posição tiradas fundamentalmente da bibliografia secundária e que teriam alguma dificuldade para serem sistematizadas nas outras bases que conformam a plataforma relacional de Fisempoga, e através das quais acumulamos valiosas informações sobre a trajetória de cada um dos produtores que actuam no SLG entre 1974 e 1978.

Esta Base de Instituições será a mais produtiva e proveitosa para este trabalho concreto já que faz possível sistematizar as acções das instituições no SLG do período do nosso estudo, possibilita a recolha das relações de pertença existentes entre produtores e todo o tipo de instituições (as necessárias para a presente investigação) e, neste sentido, permite estabelecer tanto grupos restritos de produtores como a própria rede de relações institucionais (estruturantes) do SLG entre 1974-1978. Além disto, a adaptação deste esquema relacional básico faz que seja possível atender, igualmente, ao levantamento de materiais (produtos, eventos...) para o conjunto do projecto Fisempoga de acordo com as características específicas e as necessidades apresentadas por cada tipologia de corpus (**livros, revistas e jornais**).

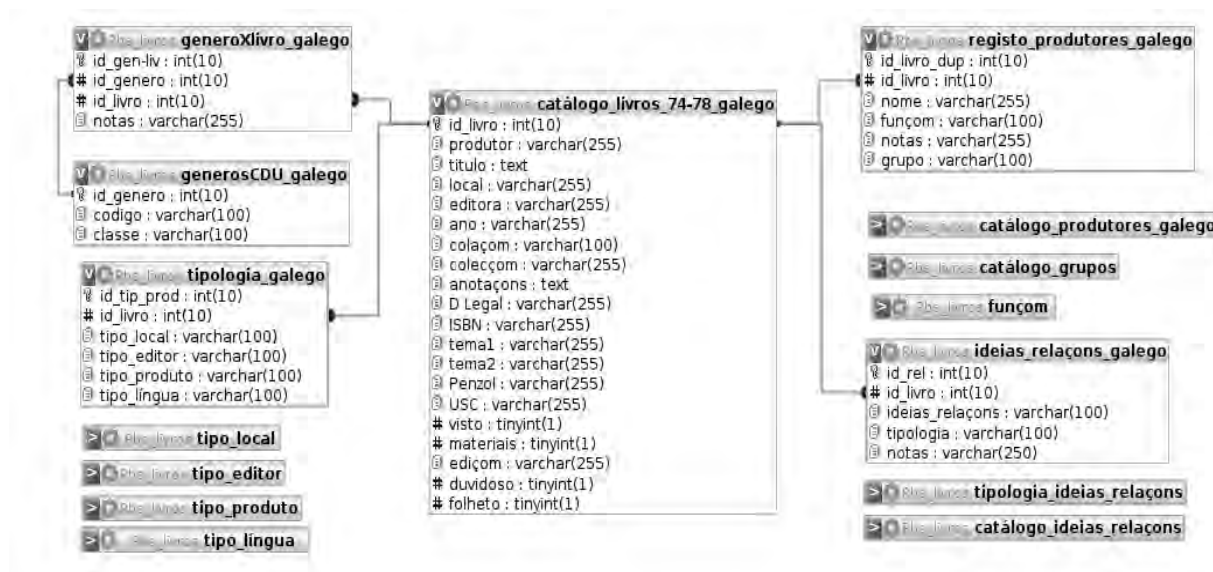
Desta maneira, também as bases com as quais recolheremos informação para Fisempoga de livros e publicações periódicas constam dumha tabela principal na qual incluímos todos os campos que considerarmos necessários para a *catalogação*, descrição, localização e indicação do estado de abordagem do registo. Quanto à questão da catalogação do corpus, é oportuno indicar ainda que para o caso das revistas som estabelecidos no elenco que compartilham como os jornais (a natureza da informação procurada neste material faz desnecessário um catálogo específico para os diários) os campos necessários aos efeitos indicados acima (subtítulo, lema, periodicidade, editor, tiragem, preço, impressor, endereço da redacção, época, colação, números localizados e vistos, e

cotas nas bibliotecas de referência); este catálogo próprio para as publicações periódicas justifica-se porque os campos indicados acrescentam informações específicas não compartilhadas pelo conjunto das instituições que figuram no catálogo correspondente da Base de Instituições (onde são indicados apenas o nome, lugar, anos de início e de fim da actividade, eventuais patrocínios, carácter legal ou nome da entidade e notas ou materiais recolhidos pelo pessoal investigador de Fisempoga).

No mesmo sentido, as características específicas dos livros explicam que os campos que figuram na tabela onde estão censados sejam equivalentes às referências utilizadas em catalogação bibliotecária (título, editora, ano, colecção, temas...). Ainda, de acordo com o pré-conhecimento do SLG que nos fornecem os trabalhos de Poluliga, os registos são catalogados para Fisempoga em função da língua de edição («catálogo_livros_74-78_...» [galego/ castelhana/ outras línguas]). Igualmente, no caso deste tipo de materiais, a necessidade de indicar todos os códigos CDU (código internacional de catalogação para a “Classificação Decimal Universal” das referências bibliográficas quanto ao assunto focado), precisos para a correcta descrição dos livros que fazem parte do nosso corpus principal, foi superada relacionando com cada um dos três catálogos referidos um conjunto formado por duas tabelas criadas ao efeito («generoXlivro_...» e «generosCDU_...»). Completamos, desta maneira, os três catálogos que serão relacionados ao longo dos vários eixos do esquema e onde é censado, descrito e localizado o corpus do projecto: uma tabela geral de instituições na base correspondente, uma específica para revistas e jornais, e outra onde são registados os livros.

Resolvida a questão de catalogar e localizar o corpus que utilizamos para os trabalhos do projecto, a tabela «registo_produtores_...», desempenha a mesma função que na Base de Instituições e permite armazenar o nome e apelidos, o grupo a que pertencem e as funções desempenhadas por todos os *agentes* actuantes no SLG de 1974 a 1978 em relação com os livros, as revistas e a imprensa em que participam. Ao lado dos catálogos e dos registos de produtores, o estudo da variada *tipologia* de livros (a de publicações periódicas é contemplada na Base de Revistas) é possível através do relacionamento do catálogo correspondente com uma tabela (“tipologia_...”) que permite agrupar esta classe de corpus em função do local, editor, tipo de produto (nome apenas género) e língua(s) utilizada(s). Os processos e os resultados desta agrupação da produção quanto à tipologia de livros e publicações periódicas possibilitam uma análise apurada não apenas do Campo Editorial Galego de 1974 a 1978 (e de 1968-1982), mas também do conjunto do SLG de acordo com os objectivos marcados no projecto de investigação em que esta

tese de doutoramento está integrada.

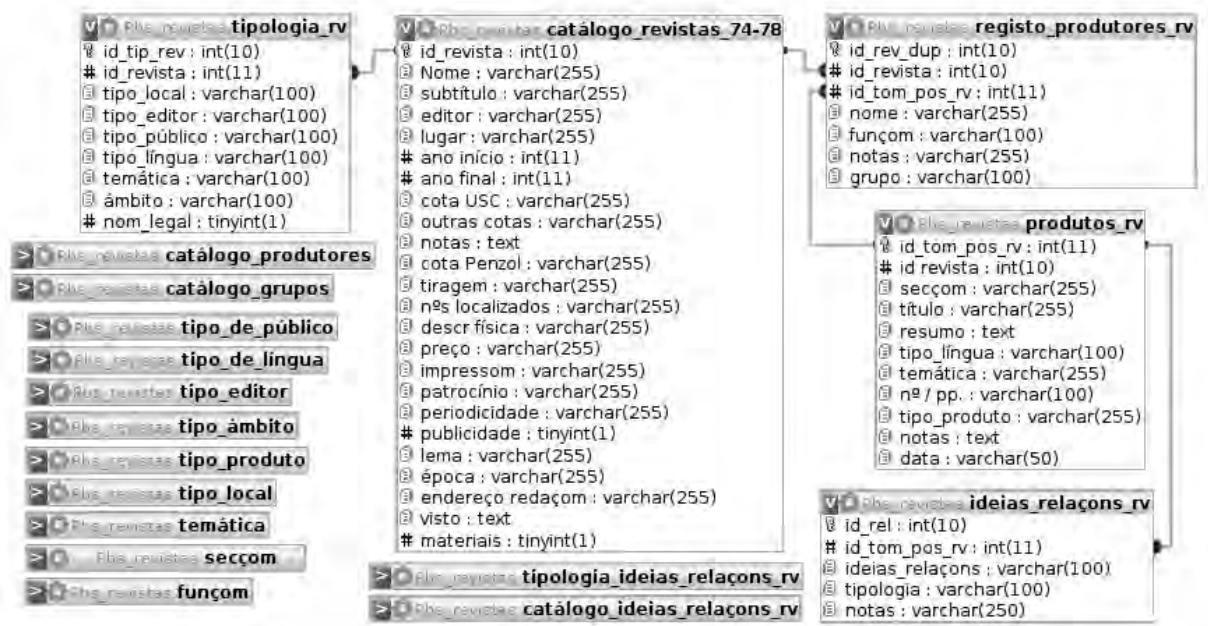


*Figura 3. Esquema da Base de Livros (galego 1974-1978).
Projecto Fisempoga - Grupo Galabra (elaboração própria).*

Outras duas tabelas são necessárias ainda para levantar informação relacional dos produtos literários que circulam no SLG no período de abrangência do projecto Fisempoga. Por meio dumha tabela específica («ideias_relaçons_...») extraímos e categorizamos todas as *ideias e relaçons* que julgamos necessárias para a análise dos materiais do corpus do projecto de acordo com o objecto de estudo e os objectivos procurados no projecto (ideias sobre a língua, a tradiçom, a literatura...; relaçons com campos culturais diferentes do literário e com sistemas em contacto com o SLG). Por outro lado, a natureza periódica de revistas e jornais exige a inclusom no esquema apontado dumha tabela onde seja possível armazenar sucessivamente os dados correspondentes a cada *produto* (do tipo ou formato que for: artigo, nota, notícia, recensom, carta ou outro) de onde podermos tirar informação útil para atingirmos os objectos marcados nos vários trabalhos do projecto³⁹. Estas tabelas contêm os campos necessários para identificar, localizar e caracterizar de maneira sistemática a informaçom procedente de cada número concreto de revistas e jornais (título, resumo, data de publicaçom, nº de exemplar e páginas, secçom, etc.), e estão relacionadas com as tabelas responsáveis de armazenar a informaçom referida aos agentes («registo_produtores_...») e aos repertórios (quanto às «ideias_relaçons_...»), com o qual fica garantida a abordagem relacional ao

³⁹ As tabelas «produtos_...» têm esta funçom tanto na Base de Revistas como na Base de Imprensa, em paralelo à tabela «eventos» da Base de Instituiçoms.

longo de todos os eixos do esquema.

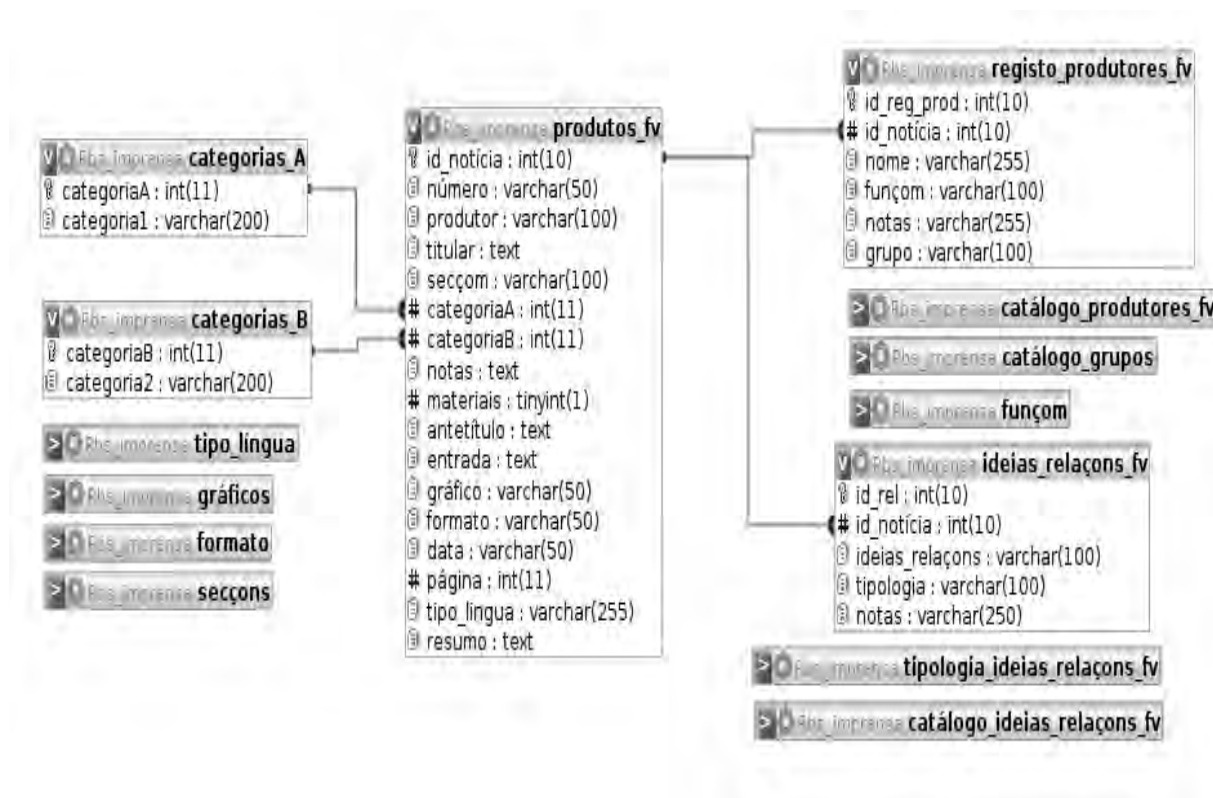


*Figura 4. Esquema da Base de Revistas (1974-1978).
Projecto Fisémpoga - Grupo Galabra (elaboração própria).*

A Base de Imprensa, por sua vez, tem ainda um par de peculiaridades derivadas da natureza dos materiais que permite extrair e armazenar. Por um lado, o carácter geral da informação presente tanto na imprensa nom diária como nos jornais que abordamos com esta ferramenta, aconselha localizar de maneira sistemática o espaço em que esta informação tem os seus efeitos, utilizando para isso tantas tabelas de «categorias_» como julgarmos necessário. No nosso caso, duplicamos as possibilidades de adscrição da informação tanto aos diferentes campos culturais (literatura, teatro, cinema, música, arte, comunicação e ensino) como aos campos do poder político e económico (com referência ao âmbito internacional, de Estado, galego, local ou dos enclaves); atendemos também neste ponto às relações (com a Lusofonia, Espanha, Catalunha, Euskádi e outros sistemas) e a todo um conjunto de elementos que julgamos pertinentes para a análise do SCG de 1968 a 1982 (como a língua, os símbolos identitários, os agentes e grupos, os prémios ou as instituições, sejam estas oficiais, associações culturais, Centros Galegos, etc).

Por outro lado, o reduzido número de publicações nom diárias de informação geral e de jornais abordados com esta Base da Imprensa e, sobretudo, o seu carácter quinzenal, semanal ou diário (que obriga a consultar umha grande quantidade de números para cada publicação), aconselha utilizar umha base específica para cada cabeçalho; isto evita sobrecarregar excessivamente de informação umha única base, facilita o manejo posterior dos dados extraídos deste tipo de corpus e

fai com que a estrutura desta base seja mais simples que a de livros e revistas, ao nom ser tampouco necessário relacionar um «catálogo...» específico com o conjunto dos restantes elementos do dispositivo. Em síntese, a estrutura das relaçons estabelecidas entre as várias tabelas que constituem as nossas bases de dados possibilita tanto a correcta armazenagem como a análise relacional (com abordagens quantitativas e qualitativas) da informaçom de vário tipo recolhida do corpus de livros, publicaçons periódicas e jornais.



*Figura 5. Esquema da Base de Imprensa (1974-1978).
Projecto Fisempoga - Grupo Galabra (elaboraçon própria).*

Aos efeitos de recolher e visualizar com maior facilidade e eficiência esta informaçom utilizamos o sistema OpenOffice Base como frontal onde construímos os **formulários** necessários para cada umha das bases com que abordamos o corpus do projecto. Tanto para a Base de Imprensa como para a Base de Revistas foi necessário construir um formulário para levantar informaçom relacional deste tipo de corpus; em ambos os casos, aquele consta dos campos da tabela «produtos...» e inclui dous subformulários, um aos efeitos de registar as presenças e as relaçons dos produtores no produto concreto publicado na publicaçon periódica (por um lado nas revistas e, por outro, na imprensa nom diária e nos jornais de referência), e outro para a recolha sistemática e ilimitada neste mesmo corpus de todas as ideias e as relaçons detectadas nos materiais consultados (Figuras 6 e 7). Estes frontais incluem, portanto, os subformulários necessários para visualizar e

registar tanto os produtores relacionados com a tomada de posición concreta, como para recoller sistematicamente todos os tipos e categorías de ideas e relacións detectadas no produto em foco. Na Base de Revistas, por seu lado, é necesario aínda outro formulario específico aos efectos de visualizar o catálogo extenso deste tipo concreto de institucións (incluíndo a descriçom e localizaçom do censo e o estado em que se encontra a abordagem de cada registo) (Figura 8).

No que di respeito à Base de Institucións, para aléem de construímos sobre o catálogo correspondente un frontal que nos permite atribuír as tipoloxías comúns a todas elas e o diferente tipo de relacionamento das institucións com os produtores (Figura 9), fabricamos máis dous formularios que possibilitam preencher a informaçom que necesitamos sobre os eventos promovidos e os agentes neles involucrados (Figura 10) e recoller comodamente as várias tomadas de posición que informan da trajectória de todos e cada un dos produtores actuantes no SLG durante o período em foco (Figura 11).

The form contains the following data:

id_noticia: 4
númerc: 73D20012
data: 20-12-1973
categoriaA: 3080 -> Asociacións culturais
categoriaB: 3070 -> Institucións oficiais

produtor: La Voz de Galicia
página: 12
materiais:

antetitulo: Agrupación Cultural O Facho
formato: noticia

titular: Conferencia do xuez D. Gonzalo de la Huerga mañán, no Colexio de Abogados da Cruña
gráfico: sem imaxe
tipo língua: enxebre

entrada: Encol de 'O goberno da Galicia rural. Institucións'

id_reg_prod	id_noticia	nome	funçom	notas	grupo
1	4	Huerga, Gonzalo de la	conferencista	Xuez de Primeira Instancia	
3	4	Garcia-Sabell, Domingo	conferencista	irauguraçom do ciclo em Galaxia	

Registro 1 de 2

id_rel	id_noticia	ideas_relaçons	tipologia	notas
7	4	Institucións	ideia política	Parróquia
8	4	Mundo Rural	ideia identidade	

Registro 1 de 2

resumo: ...rexida polo seguinte guión:
 A perspectiva do mundo rural galego nos foran[e]jos.
 A opinión dos vilegos do país
 Vision persoal.
 que foi o mundo rural galego
 que é na orgaizaci3n aitual
 Pensamentos encol do porvir:
 Institucións
 Artellamento no conxunto
 Conclusións

notas:

**Figura 6. Formulario da Base de Imprensa (1974-1978).
 Projecto Fisempoga - Grupo Galabra (elaboraçom pr3pria).**

id_tom_pos_rv	id_revista	titulo	nº / pp.
3	194	Sobre o escaño de Malonda	Tomo 5/ pp.307-

grupo	notas	data
Galaxia	Tomo 5 dedicado a Ferro Couselo	1975

tomático>	seccion

tipo_produto	temática	tipo_lingua
artigo	literária	RAG 70/71

id_rel	id_tom...	ideias_relacons	tipologia	notas
2	3	Idade Média	tradiçom	

id_rel	id_tom...	ideias_relacons	tipologia	notas
mático>				

Registro 1 | de 1

Registro 1 | de 1

Resumo

**Figura 7. Formulário da Base de Revistas (1974-1978).
Projecto Fisempoga - Grupo Galabra (elaboração própria).**

id_inst	id revista	lugar	Início	Final	notas
99	99	Vigo	1977		

Nome	nom legal	materiais	publicidade
Encrucillada	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

subtítulo	endereço redaçom
Revista Galega de Pensamento Cristiã	

lema	cota USC
	Filologia / G: Public.2005

editor	cota Penzol
SEPT / Irímia (nº61, 1989-)	

periodicidade	outras cotas
Bimensal	Cal253-356 / Vil.168-9

descr física	Localizados	Vistos
21 cm. (Cal: 24cm.)	USC: 1977-2003, nº1-135	1977T: nº1-5 (fot v) 1978T: nº6-10 (pdf ind. v) 1979C: nº11-15 (pdf ind. v)

época	

impressom	

tiragem	
2.000 ex.	

preço	
Variável	

patrocínio	

nº1 (Jan-Fev.1977). Ficha2: 1978T+1979C. "editouse inicialmente en Ferrol, con periodicidade bimestral, para pasar logo a Pontevedra, co sacerdote e teólogo Andrés Torres Queiruga como o director. [...] A revista está sostida fundamentalmente por suscritores (930 nos inicios), cunha tirada próxima ós 2.000 exemplares" (Vil.168)

**Figura 8. Formulário do Catálogo de Revistas (1974-1978).
Projecto Fisempoga - Grupo Galabra (elaboração própria).**

id_inst: 1356, ano início: 1950, ano final: , lugar: Vigo, id_tip_inst: 592, id_inst: 1356, tipo_instituição: Editora, Notas: GEG14, 198-200 http://editorialgalaxia.es/editorial/editorial.php

Nome: Editorial Galaxia, tipo_local: Galiza, tipo_grupo: Galaxia, temática: literária

inst_relacionadas: Grial, ámbito: galego, tipo_público: ilustrado, tipo_língua: , nom legal, materials

id_reg_prod	id_inst	id_evento	nome	função	data	notas	grupo
	1041	1356	O Dónega Rozas, Marino	outros cargos	1974-	vogal	Galaxia
	1042	1356	O Penzol-Labandera, Fermín Fdez	Promoção	1951	"membro do equipo fundador	Galaxia
	575	1356	O Otero Pedrayo, Ramón	Presidência	1950-197		Galaxia
	577	1356	O Martínez-Risco y Macías, Sebast	outros cargos	1974-	vogal	Galaxia
	578	1356	O Fernández López, Antonio	Integrante	1950-	vogal	Galaxia
	2626	1356	O Sixto Seco, Agustín	outros cargos	1974-	vogal	Galaxia
	579	1356	O Ferro Couselo, Xesús	outros cargos	1974	vogal	Galaxia
	2627	1356	O Rey Rodríguez, Salvador	outros cargos	1974-	vogal	Galaxia
	580	1356	O Viñas Cortegoso, Luís	Promoção	Taibo...299 (PSG)		Galaxia
	2628	1356	O Caamaño Suárez, Manuel	outros cargos	1974-	vogal	Galaxia
	581	1356	O García Suárez, Ricardo	Promoção			Galaxia
	2629	1356	O Franco Grande, Xoáe Luis	Secretaría	1974-		Galaxia
	582	1356	O Álvarez Blázquez, Emilio	Promoção			Galaxia

Registro 22 de 28

**Figura 9. Formulário do Catálogo de Instituições (1974-1978).
Projecto Fisempoga - Grupo Galabra (elaboração própria).**

id_evento: 6, id_inst: 1352, data: 1968-, evento: Concurso de Contos Infantís O Facho, notas: VII.372: "Patrocinábo a Caja de Ahorros y Monte de Piedad de la Coruña y Lugo, hoxe Caixa Galicia". 9.000 ptas em 1968, 125.000 ptas em 1992.

tipo_evento: concurso, tipo_língua: galego, temática: literária

id_reg_prod	id_evento	id_inst	nome	função	data	notas	grupo
	1366	6	1352 Alonso, Eliseo	premiado	1975	2º. O cabaliño que fucira do curr	
	1381	6	1352 Avendaño, Alberto	premiado	1978	3º. O Lito e máis as bestas acele	Rompente
	1358	6	1352 Babarro González, Xoán	premiado	1974	1º. Zoca, Zoqueira	
	1354	6	1352 Belda Otero, Rosario	Júri	1978		
	1368	6	1352 Blanco Valdés, Roberto	premiado	1975	m.h. O roxón	
	1378	6	1352 Calvo, Tucho	premiado	1977	3º. Papá Johnny	
	1346	6	1352 Dónega Rozas, Marino	Júri	1974-78		Galaxia
	1369	6	1352 Dono Iglesias, Xosé	premiado	1975	m.h. Anduriña Branca	
	1359	6	1352 Estévez Porto, Xosé S.	premiado	1974	2º. Un soño	
	1350	6	1352 Fernández Ferreiro, Xosé	Júri	1974-76		

Registro 1 de 21 *

**Figura 10. Formulário para Eventos (1974-1978).
Projecto Fisempoga - Grupo Galabra (elaboração própria).**

id_produto: 391 nome produtor: Vázquez, Dora

id_p...	tomada_posiçom	tipo_to...	data	notas	grupo	instituiçom
391	1ª Mención Honorífica no Concurso da Sección de Acción S	Prémio	1971	"En busca de un corazón" (castell		MEC
391	2ª Premio no Concurso de Contos Infantís O Facho	Prémio	1969	"Estrelina do mar"		A. C. "O Facho"
391	Mención Honorífica no I Concurso de Teatro Infantil O Facho	Prémio	1973	"Don rato busca un obreiro"		A. C. "O Facho"
391	1ª Premio no Concurso de Contos Infantís O Facho	Prémio	1976	"Cascabel o cabaliño do circo"		A. C. "O Facho"

Registro 1 de 4

**Figura 11. Formulário para Trajectória (1974-1978).
Projecto Fisempoga - Grupo Galabra (elaboraçom própria).**

Na Base de Livros, por seu lado, a recolha eficiente e a cómoda visualizaçom da informaçom exige a construçom de dous frontais ao efeito; o primeiro formulário permite visualizar e completar os campos necessários para descrever, localizar e catalogar o registo, assim como recolher num subformulário todas as informaçoms precisas para a identificaçom, a atribuiçom da funçom desempenhada e do grupo a que pertencem os produtores relacionados com todos e cada um dos livros e folhetos censados no noso corpus (Figura 12). O segundo formulário construído para a Base de Livros (Figura 13) está formado apenas polos campos do «catálogo_livros_1974-78_...» imprescindíveis para a identificaçom do registo e por três subformulários que permitem

1) a visualizaçom e a recolha da tipologia da produçom quanto a tipo de editor, local, língua(s) e produto;

2) a atribuiçom a cada referênciam de todos os códigos CDU necessários para a sua correcta identificaçom quanto ao assunto abordado e

3) a recolha de todas as ideias e relaçoms presentes no livro em causa.

id_livro 12230 ano 1974 colaçom 186 pág. 1 f. grav. 25 cm. Penzol ?

produtor VV.AA. coleçom USC GA 481; 8699.09 GALA 1

titulo Galaxia. Almanaque 1950-1975 D Legal VG. 149-1974 folheto duvidoso

ISBN 84-7154-226-9 materiais visto

ediçom 1ª ed.

local Vigo tema1 Cultura -- História

editora Galaxia tema2 Literatura galega -- séc.XX

anotaçom Informação tirada de OLG0H 1979. Na BUSC: 185 p. : il. ; 25 cm

id_livro_dup	id_livro	nome	funçom	notas	grupo
476	12230	Fernández Teixeira, Manuel Maria	prod.		UPG
456	12230	Álvarez Pousa, Luís	prod.		PSG
460	12230	Beiras, Xosé Manuel	prod.		PSG
480	12230	Gallego Jorreto, [Xosé] Manuel	prod.		PSG
481	12230	García Bodaño, S.	prod.		PSG
458	12230	Arias López, Valentín	prod.		ILG
455	12230	Ledo, Xohán	il.		Galaxia
459	12230	Barreiros, Cosme	prod.	Pseud. de Fco Fdez del Riego	Galaxia
463	12230	Cabanillas, Ramón	prod.		Galaxia

Registro 1 de 19 *

**Figura 12. Formulário do Catálogo de Livros (galego 1974-1978).
Projecto Fisempoga - Grupo Galabra (elaboração própria).**

id_livro 144 ano 1978 titulo ¿Qué é o imposto sobor do patrimonio neto? = ¿Qué es el impuesto sobre patrimonio neto?

local Compostela ed 1ª ed

produtor Álvarez Corbacho, Xaquín editora Caja de Ahorros de Santiago

id_gen-liv	id_livro	id_genero
1,00	144	128 --> 331 :: Trabajo
4,00	144	127 --> 33 :: Economía. Economía política. Ciencia económica

tomático>

tipo_editor Institucional_economia tipo_local Galiza

tipo_produto Funcional tipo_lingua bilingue

id_rel	id_livro	ideias_relaçom	tipologia	notas
6	144	Mecenato	relaçom economia	editado pola caixa de aforros de Compostela

tomático>

Registro 1 de 1

**Figura 13. Formulário da Base de Livros (galego 1974-1978).
Projecto Fisempoga - Grupo Galabra (elaboração própria).**

Por outro lado, as informações recolhidas nas várias bases que conformam esta plataforma relacional são susceptíveis de serem tratadas para a sua representação por meio tanto de gráficos de dados como de figuras geradas em virtude da aplicação de métodos e ferramentas informáticas próprias da **Análise de Redes Sociais** [ARS], instrumento de análise já ensaiado noutros trabalhos da equipa (Figueiras 2006, Samartim e Cordeiro Rua 2009). No caso concreto deste trabalho, recorreremos aos gráficos de dados para mostrar por meio de diagramas questões tanto quantitativas como qualitativas relacionadas com os objectivos marcados no presente estudo e, da mesma maneira, utilizamos algum dos programas informáticos disponíveis para a ARS com o fim de representar graficamente e mapear os atributos (categorias) e as relações de pertença entre todo tipo de instituições (por meio do PAJEK nas Figuras 30 e 37) e as relações de colaboração entre produtores e editoras (utilizando o UCINET na Figura 18); tanto atributos como relações são aplicáveis e verificáveis nos vários objectos que intervinham na rede relacional que chamamos SLG.

Existem no mercado vários programas informáticos de ARS que permitem representar graficamente as relações dumha grande quantidade de elementos, fazendo constar também outras informações de relevância: atributos, por meio de diferentes formas e cores; número de relações, por volume do objecto; intensidade e direcção do relacionamento, pelo grossor ou a direcção dos arcos; etc.). No nosso caso, os dois programas utilizados permitem visualizar numha única imagem características tanto relacionais como atributivas e trabalhar com redes de modo dous, ou de afiliação (que considera duas categorias a respeito das realidades sociais que relaciona; por exemplo, instituições e grupos). Em concreto, utilizamos o PAJEK não apenas porque está especialmente construído para o mapeamento de redes sociais volumosas (como as contempladas no projecto) mas também porque permite, além do mais, a seqüencialização da rede (visualizar mudanças no tempo), o que nos aproxima do conhecimento da evolução e das alterações experimentadas na estrutura do SLG ao longo do período em foco (o UCINET, por seu lado, apresenta umha maior operatividade no trabalho com matrizes mais reduzidas).

Já foi apontado que no projecto em que está integrada esta investigação particular utilizamos ferramentas teórico-metodológicas e procedimentais também empregadas noutros grupos e por outros investigadores com que compartilhamos interesses investigadores e pressupostos teórico-metodológicos de partida (e foram citados aos efeitos da utilização da ARS Moretti [2005], Wouter de Nooy [2003, 2005 e 2006] e Padgett [2006]). Indicámos igualmente que, no nosso caso, a ARS é utilizada por enquanto, basicamente, aos efeitos de arrumar e visualizar do ponto de vista

relacional as vinculações efectivadas dentro do SCG entre os vários elementos nele envolvidos (produtores, instituições, ideias...) no período de abrangência do projecto Fisempoga (1968-1982), e que, fora esta função principal de mapeamento de atributos e relações para a sua análise posterior, a teoria da ARS também forneceu à equipa uma série de conceitos que, se bem ainda não desenvolvidos através dos mecanismos contemplados nos programas informáticos disponíveis ao efeito, si têm demonstrado já a sua operatividade como instrumentos conceituais para a análise e compreensão do funcionamento do SCG e dos modos como este deve ser abordado de acordo com os nossos interesses (a teoria da coordenação, o próprio conceito de grupo e o princípio de grupabilidade foram referidos atrás).

Ora, nem nesta tese de doutoramento nem, por enquanto, no projecto Fisempoga são desenvolvidas todas as potencialidades deste tipo de ferramentas e dos múltiplos programas informáticos empregados actualmente para o estudo das redes sociais (que permitem achar a coesão e a densidade dumha rede, partiçioná-la, calcular centralidades, a conexidade ou a distância entre elementos, os vários tipos de grupos presentes nela, etc.). Limitamo-nos aqui, apenas, a representar através dalgumas figuras que é possível criar com os programas referidos algumas das questões desenvolvidas ao longo da nossa investigação⁴⁰. Interessa-nos, de qualquer maneira, indicar que a ARS é um instrumento de análise que abre enormes possibilidades para o estudo de sistemas culturais e literários (que com certeza serão desenvolvidas neste projecto em futuros trabalhos da equipa), e que, ainda que nesta fase da nossa pesquisa estas ferramentas sejam utilizadas fundamentalmente, insistimos, para representar categorias relacionais e atributivas graficamente, ainda assim devemos destacar que a ARS facilita a nossa aproximação do conhecimento do SLG no sentido de que permite representar a posição de cada instituição ou agente em virtude das relações que mantém com os outros elementos da rede, permite a atribuição de características e ajuda a visualizar os participantes e a estrutura num sistema complexo⁴¹, a pensar e analisar de maneira relacional um determinado assunto, a elaborar hipóteses e conclusões sobre aspectos concretos dificilmente acessíveis de outra maneira ou por outros meios e a apresentar os resultados da investigação dumha maneira visual, o que facilita a sua melhor e mais completa compreensão.

40 A natureza e o formato em que é apresentado este trabalho (em papel) aconselha também moderação no recurso à Análise de Redes, assim como simplificar quanto possível os mapas e gráficos mostrados ou utilizar a informação por eles fornecida fundamentalmente como suporte e fonte para as nossas argumentações.

41 Nas gráficas elaboradas utilizando a ARS ficam isolados ou na periferia os objectos com nulo ou escasso número de conexões, o que permite conhecer que entidades das previamente seleccionadas, agrupadas e descritas não participam, eventualmente, na rede no período analisado, ou estão situadas nas margens extremas do sistema.

Dito isto, podemos concluir já este apartado afirmando que a Plataforma em que estão integradas as várias bases de dados descritas nestas páginas constitui, em síntese, uma macro-estrutura relacional que possibilita a recolha, a armazenagem, a visualização por meio de gráficos (que esclarecem sobre questões de natureza quantitativa e qualitativa) e através de ARS (com base em dados relacionais) e, em última instância, permite a análise da informação disponível de acordo com a metodologia e os procedimentos utilizados em Fisempoga; nesta fase do trabalho, estas ferramentas resolvem as necessidades tanto desta investigação concreta como do conjunto da equipa investigadora para atingir o objecto de estudo do projecto Fisempoga tal como foi configurado.

2.2. Função e Fixação do Corpus

A verificada impossibilidade de mapear o SLG para detectarmos as relações procuradas e de abordarmos o estudo da (re)produção das ideias, das estratégias de socialização e das acções de carácter institucional(izador) por meio unicamente da bibliografia até agora publicada exige alargar o conjunto de materiais empíricos através dos quais resolvermos as necessidades de compreensão do objecto de estudo tanto deste trabalho concreto como do conjunto do projecto Fisempoga. Ao lado, portanto, da **bibliografia** existente sobre o SLG (de onde serão individualizados para a sua apresentação e análise os trabalhos gerados no projecto Poluliga), acudiremos no presente trabalho de investigação à consulta directa e sistemática dum conjunto alargado de materiais conformado pela totalidade das **publicações periódicas** ao nosso alcance (revistas e imprensa não diária) e dos **livros** relacionados com o SLG editados no período em foco e seleccionados com independência da(s) língua(s) de publicação, temática, consideração legal, grupo promotor, local de edição, etc. Com o fim de reforçar a suficiência do corpus utilizado neste trabalho, realizamos também sondagens em vários **jornais** galegos (sobretudo LVG e EFV, os dois diários editados na Galiza com maior impacto no período de estudo focado neste trabalho de investigação).

Constituído, entom, por livros, revistas, imprensa não diária, bibliografia secundária e as referidas sondagens na imprensa periódica editada na Galiza entre 1974 e 1978, o conjunto de materiais analisados neste trabalho abrange aquelas tipologias do corpus contempladas em Fisempoga que consideramos necessárias para atingir o nosso objecto de estudo e está, por outro lado, condicionado pela fase em que se encontra este projecto quanto ao levantamento de materiais. Em primeiro lugar, quanto à questão das tipologias de corpus seleccionadas, procedemos ao seu agrupamento em virtude da maior ou menor centralidade dos materiais para atingir o objecto de

estudo deste trabalho de investigação e diferenciamos entre corpus primário (livros e publicações periódicas relacionadas com o SLG, distinguindo nesta última epígrafe entre revistas e imprensa nom diária), corpus secundário (bibliografia sobre o objecto de estudo) e corpus de apoio (constituído polas consultas na imprensa de onde tiramos fundamentalmente informação sobre várias tomadas de posição de produtores e notícias sobre eventos relacionados com o SLG).

Ainda neste sentido, o facto de o campo literário ser priorizado no projecto anterior da equipa (Poluliga) explica a recolha em primeiro lugar e de maneira sistemática dos materiais de livros e de publicações periódicas, tanto produzidos no conjunto do SCG como com ele relacionados, em que procuramos directamente as relações, as tomadas de posição e os elementos de repertório objecto da nossa análise. A distinção apontada entre matérias “relacionados com” e “produzidos em” o SCG deverá ser levada em conta, fundamentalmente, na hora da abordagem das margens deste sistema em construção. Se bem ambas as características referidas som consideradas no corpus analisado neste trabalho em função de que os dous tipos de materiais contribuem para alcançar o nosso objecto de estudo, parece oportuno, porém, explicitar que apontam para um grau de abrangência diferente, já que nem todos os materiais relacionados com o SLG som produzidos *nele* (veja-se a diferença entre corpus e população explicada no início do capítulo 4)⁴².

Individualizamos nesta categoria de *corpus primário* a imprensa nom diária porque este tipo de publicações periódicas de informação geral fornecem um conhecimento em pormenor e quase ao nível do quotidiano dos acontecimentos tanto dos campos culturais como dos campos do poder, permitindo tirar conclusões quanto às relações que se estabelecem entre eles na altura (Martínez Tejero 2009). No caso concreto da imprensa nom diária editada noutros sistemas culturais vinculados ao galego (nomeadamente no espanhol e, em menor medida, no português), a sua consulta permite-nos conhecer também as presenças e as referências do SLG nestes sistemas peninsulares e, em último termo, o tipo, o grau e os agentes responsáveis das relações existentes entre eles.

Ao lado da informação procedente directamente deste corpus primário, o levantamento e a análise da bibliografia sobre o nosso objecto de estudo permite tanto o acesso ao conhecimento

⁴² Por outro lado, exemplifica, esta afirmação a existência no corpus de livros deste trabalho de materiais como a antologia *De Gouden Schaduw van Rosalia. Bloemlezing uit de Galicische Poezie samengasteld* editada em flamengo (Bruxas, Vitgeverij Orion, 1974) ou que das várias publicações de imprensa nom diária consultadas para resolvermos as necessidades marcadas polo nosso objecto de estudo meia dúzia sejam instituições doutros sistemas culturais peninsulares (a maioria do SCE e alguma do Sistema Cultural Português) que integram o corpus deste trabalho em virtude de acolherem informações relevantes para o conhecimento do funcionamento e das relações do SLG.

construído (epígrafe 3.1.) como a determinação do “estado da arte” (epígrafe 3.2) e constitui o nosso *corpus secundário* em virtude de ser o resultado do estudo do conjunto ou de algum aspecto parcial do SLG do período analisado.

Ora, a demarcação do corpus utilizado nesta tese de doutoramento está também em relação directa com o estado em que se encontram na actualidade os trabalhos do projecto de investigação em que esta pesquisa está integrada. A fase em que se encontra neste momento este projecto explica assim, em última instância, a obrigatoriedade exclusiva do corpus utilizado para este trabalho de investigação de várias tipologias e conjuntos de materiais que (como o recurso sistemático à imprensa diária, o levantamento de documentação privada ou audio-visual e a realização de entrevistas individuais e grupais) si estão contempladas no meio e longo prazo dentro da planificação de tarefas do projecto Fisempoga, mas que não estão disponíveis para esta investigação por causas relacionadas, basicamente, com a relação entre recursos e necessidades e, em soma, com a organização interna do que foi Poluliga e hoje é Fisempoga⁴³.

Apesar da indutível utilidade que este tipo de materiais tem para atingir os objectivos finais focados no projecto Fisempoga⁴⁴, partimos da hipótese de que os materiais aqui seleccionados (livros, revistas, imprensa não diária e bibliografia secundária) são suficientes para preencher os objectivos concretos marcados para o presente trabalho de investigação. Consideramos, igualmente, que o recurso à categoria colocada acima como *corpus de apoio* reforça ainda esta hipótese ao permitir aceder àquelas matérias da imprensa diária necessários para resolver problemas concretos surgidos no percurso da nossa investigação e que são fruto da consulta directa de vários jornais editados na Galiza (principalmente EFV e LVG) naqueles momentos seleccionados em virtude do pré-conhecimento sobre o funcionamento do SLG que nos fornecem os resultados de Poluliga⁴⁵.

43 Em concreto, quanto às tipologias de corpus apontadas, nesta fase do projecto foram levantados sistematicamente materiais dos jornais EFV e LVG correspondentes aos anos 1968-1970 (de cuja análise são resultado trabalhos como os de Martínez Tejero 2006, 2008 e 2009) e LVG 1974-1975.

44 O levantamento sistemático de **documentação privada** (correspondência, arquivos...) deve fornecer um conhecimento detalhado do funcionamento e das redes de relação (sobretudo informais) do SCG da altura; a realização de **entrevistas** qualitativas individuais e grupais visa fundamentalmente contrastar os resultados tirados da análise do corpus com a possível *ilusão* biográfica ou, segundo os casos, com a eventual construção posterior da trajectória pessoal ou grupal dos agentes entrevistados; o vaziado de **meios de comunicação massivos** (como a rádio ou a televisão), fornece valiosa informação sobre o grau de socialização dos repertórios, a estrutura, as relações e o funcionamento do SCG em todos os seus planos. Estes novos elementos, deverão ser incorporados aos trabalhos de Fisempoga em virtude tanto da disponibilidade de meios como da evolução das técnicas e métodos de investigação utilizados no projecto no futuro.

45 Repare-se, também, em que a recolha pormenorizada de informação da imprensa não diária cobre já nalguma medida a principal função desempenhada pelos jornais em Fisempoga (como fonte de informação do quotidiano do conjunto do SCG e das suas relações). Da mesma maneira, existe numerosa bibliografia específica que utiliza como fonte o conjunto da imprensa diária (como Morais 1996, por exemplo), entre a qual também se encontram, por exemplo, livros de correspondência entre agentes e outro tipo de suportes de carácter cultural que, como os

Determinada já a natureza do nosso *corpus primário* (materiais compostos por livros, revistas e imprensa nom diária relacionados com o SLG), *secundário* (bibliografia sobre o nosso objecto de estudo) e o que aqui chamámos *corpus de apoio* (sondagens em diários e recurso eventual a outros soportes culturais), e antes de nos ocuparmos das fontes utilizadas e dos processos seguidos para a selecçom e fixaçom do nosso corpus, devemos insistir em que esta diferenciaçom entre corpus primário, secundário e de apoio é estabelecida em virtude da maior ou menor centralidade dos materiais para atingir o nosso objecto de estudo; em relaçom ao qual julgamos que a tipologia e amplitude dos materiais utilizados neste trabalho permintem alcançar a totalidade dos objectivos propostos, já que garantem a exaustividade na análise tanto doSLG como das tomadas de posiçom dos principais grupos nele presentes nos restantes campos que conformam o SCG no período 1974-1978.

2.2.1. Livro galego

Os livros constituem, juntamente com as publicaçoms periódicas, a base principal do nosso corpus; os livros tenhem umha elevada consideraçom social e achegam mais capital (sobretudo simbólico) que todos os outros produtos do campo literário, som consumidos fundamentalmente polas elites e podem ter efeitos em qualquer campo ou espaço do Sistema, acolhem o conhecimento mais estabilizado e as ideias com maior centralidade e durabilidade das presentes no Sistema Cultural e som, para nós, fonte completa de informaçom relacional e repertorial em sentido alargado.

O primeiro trabalho realizado no projecto Poluliga consistiu em catalogar o conjunto dos livros escritos total ou parcialmente em língua galega produzidos entre 1968 e 1982, já que a inclusom destes materiais no SLG vinha garantido pola aplicaçom do *critério filológico* de que falaremos no capítulo seguinte (em síntese, um critério lingüístico que considera a língua galega como [principal ou] único elemento determinante da pertença ao sistema literário galego em construcçom). As contínuas revisons e acréscimos deste corpus inicial de livros em galego dêrom como resultado na actualidade um catálogo que contém o censo mais completo de livros publicados nesta língua entre 1968 e 1982 de que temos conhecimento.

Ora, umha das principais conclusons tiradas dos trabalhos já elaborados em Poluliga, que afecta de maneira determinante à selecçom do corpus de livros relacionados com o SLG e necessários para compreender o nosso objecto de estudo (em concreto a própria delimitaçom desse

anteriormente referidos, nos permite afrontar com relativas garantias o nosso objecto de estudo.

sistema e as relações de identidade/ alteridade que nele se verificam), refere-se à presença no SCG do período abrangido entre 1968 e 1982 de grupos com estratégias de acção monolíngües e de grupos com estratégias de acção bilingües galego-castelhano. Ainda que isto será também apontado nos lugares correspondentes (Capítulos 4 e 5), é pertinente salientar já agora que esta constatação tem a ver, antes de mais, com a falta de unanimidade na consideração do galego como *norma sistémica* -como baliza delimitadora da pertença a um Sistema Cultural concreto, neste caso o galego (Torres Feijo 2004a: 429-430)- e, em segundo lugar, está em relação com os défices causados principalmente (que não unicamente) pela situação política, que se plasmam em dificuldades de aplicação de programas monolíngües em galego em determinadas conjunturas políticas (nomeadamente na ditadura, mas não só, tal como esclareceremos adiante).

Esta realidade determina a necessidade, por um lado, de inclusom no SLG tanto dos materiais escritos total ou parcialmente em língua galega como daqueles escritos e editados em castelhano (ou eventualmente noutras línguas) que, ao serem produzidos por agentes ou instituições participantes no SLG do período 1974-1978 ou terem neste sistema os seus efeitos, *funcionam* e estão incluídos de facto dentro do SLG por algum dos seus participantes nesta rede de relações. Neste sentido, as diferentes estratégias culturais verificadas na altura e o carácter abrangente do nosso corpus obrigam a contemplar entre os materiais necessários para a compreensão do nosso objecto de estudo todos aqueles relacionados com o SLG e que contribuam directamente para a consecução dos objectivos marcados, com independência da(s) língua(s) utilizada(s) e da existência ou não de unanimidade sobre a sua inclusom no SLG tanto para a crítica literária posterior como para as instituições e grupos actuantes na Galiza da altura.

Ora, se na teoria fazem parte do nosso corpus de livros todos aqueles materiais nesse formato que nos permitam alcançar directamente o nosso objecto de estudo, na prática a principal dificuldade que enfrentamos em Fisempoga para a fixação desta tipologia de corpus tem a ver com o estabelecimento de **critérios** fiáveis que nos permitam a selecção e a inclusom como *corpus primário* de materiais produzidos em línguas diferentes do galego. Como trataremos de expor nas epígrafes seguintes aos efeitos da delimitação do corpus utilizado neste trabalho, para fazer parte do SLG entre os anos 1974 e 1978, ao lado do *critério filológico* (vejam-se as epígrafes 3.1.1. e 5.1.) representado pela utilização da língua galega, os produtos literários atendem à combinação variável de algumas das outras normas presentes no campo literário da altura (e utilizadas nos catálogos bibliográficos da época à hora de categorizar um produto com “livro galego”): local ou instituição editora (sediada na Galiza ou nos seus enclaves), origem do agente responsável pela

produção e temática veiculada. Assim mesmo, para a inclusão ou não de determinado produto dentro do corpus de livros deste trabalho utilizamos como elemento de validação o pré-conhecimento da rede de relações que conforma o SLG fornecido pelos resultados prévios de Poluliga.

De acordo com todo isto, entendemos neste trabalho por “livro galego”, num sentido alargado e funcional, aquele que na altura era considerado como tal ou, por outras palavras, aqueles livros e folhetos (de acordo com as normas de catalogação do ISBD [International Standard Bibliographic Description]) produzidos e editados por produtores ou instituições actantes neste sistema (ou com ele relacionados) de acordo com as normas operantes no SLG da altura. Este conceito abrange, em primeiro lugar, o “livro em galego”, quer dizer, todos os títulos editados total ou parcialmente em qualquer estándar dos vários propostos para a língua da Galiza nesta altura pelos grupos participantes no sistema (quer os livros escritos originariamente em galego quer os textos para ele traduzidos). Em segundo lugar, de acordo com os critérios e características que trataremos na continuação, o conceito “livro galego” contém também (como “livro galego em castelhano” ou como “livro galego noutras línguas”) aquelas obras em línguas diferentes do galego (ou em estándares diferentes dos propostos na altura por instituições sediadas na Galiza; o que inclui, eventualmente, as obras escritas segundo os estándares português e brasileiro) cujas referências estão relacionadas directamente com o SLG entre 1974 e 1978 e figuram nas nossas fontes bibliográficas.

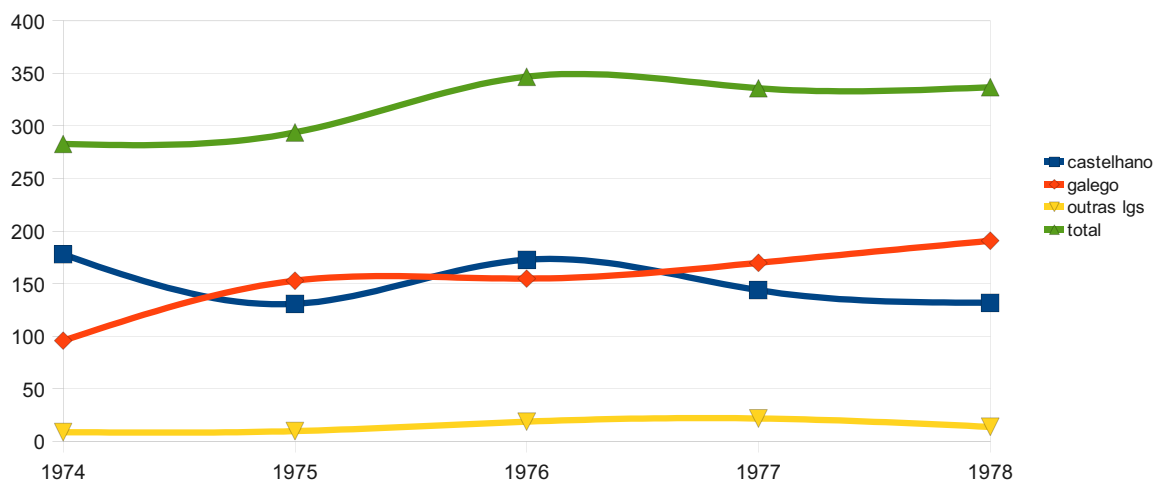
De acordo com isto, o censo de livro em galego elaborado ao longo do período de vigência do projecto Poluliga por acréscimo e contraste de vários catálogos bibliográficos, onde destacam claramente os procedentes dos fundos das bibliotecas da Fundación Penzol e da USC, foi ampliado ao livro escrito em castelhano (e noutras línguas) relacionado com o SLG e foi submetido para o trabalho actual a um intenso processo de revisão, actualização e fixação, do qual resulta um corpus conformado por 769 referências de livros em galego e 760 registos de livros em castelhano, a que deveremos acrescentar ainda um conjunto menor de 74 livros escritos noutras línguas durante o período do nosso estudo. Os 1.602 registos com que conta neste momento o nosso censo compõem, portanto, o corpus de livros e folhetos de que nos servimos para a abordagem da estrutura e do funcionamento do SLG entre 1974 e 1978.

É importante salientar ainda que, quanto ao formato, a grande quantidade de separatas de artigos catalogadas nas bibliotecas citadas não foram incorporadas ao nosso censo de livros⁴⁶. Isto

46 Neste momento temos localizadas, para o período 1974-1978, um total de 265 separatas: 15 em 1974, 27 em 1975, 51

é assim porque nom som espécies originais mas referências duplicadas procedentes de intervenções em revistas (salvo contadas excepções) e, em conseqüência, som abordadas nas publicações periódicas correspondentes. Por outro lado, e nom menos importante, a inclusom destas cópias de artigos no nosso corpus de livros viria distorcer a análise do volume e da natureza da produção editorial do período em causa, em tanto que nom significam a edição independente dum produto, mas apenas a sua impressom aproveitando a mesma composição tipográfica dum texto já editado e distribuído por outro meio. Contudo, é oportuno indicar que umha primeira análise das separatas, quanto à tipologia das revistas em que som publicados os textos individualizados (publicações de instituições culturais oficiais e, em menor medida, de *Grial*, a revista do grupo Galaxia que ocupa umha posição central no SLG do período), está a indicar fundamentalmente umha estratégia virada para a acumulação de capital simbólico dos agentes que as promovem, claramente os de maior grau de institucionalização do SLG da altura.

Livro galego 1974-1978



	1974	1975	1976	1977	1978	s.a.	TOTAL
galego	96	152	155	170	191	5	769
castelhana	178	132	173	144	132		760
outras lgs	9	10	19	22	14		74
TOTAL	283	294	347	336	337	5	1602

*Figura 14. O livro galego (1974-1978)
Projecto Fisempoga - Grupo Galabra (elaboração própria).*

em 1976, 84 em 1977 e 88 em 1978.

2.2.1.1. *O libro em galego*

Quanto aos critérios e procedimentos seguidos para a fixação do corpus do livro em galego durante a vigência do projecto Poluliga, devemos indicar que o ponto de partida está situado na consulta da base de dados da Agencia Española del ISBN (na sua edição em CD-ROM do ano 1998 e na página web disponível na rede: <http://www.mcu.es/comun/bases/isbn/ISBN.html>) levando em conta as informações tiradas de Verdugo Matê (1998). Ora, este número de registro, o ISBN, foi estabelecido em 2 de Novembro de 1972 (em virtude do Decreto 2984/1972) para inscrever necessariamente todos os títulos produzidos no Estado Espanhol e, ainda que é uma base de dados viva e continuamente submetida a mudanças e correções de erros passados, o seu deficiente funcionamento para o período analisado no projecto faz que o corpus de livro em galego para os anos 1968 a 1982 não pudesse ser considerado relativamente estabilizado até a incorporação dos censos cedidos pela Biblioteca Penzol e o seu cotejo com o livro escrito em língua galega presente nos fundos da Biblioteca da Universidade de Santiago de Compostela [BUSC], instituição que no momento de redigir esta tese cumpre, de facto, as funções de uma biblioteca geral na Galiza.

O catálogo da Biblioteca Penzol está formado por fundos procedentes de Fermín Penzol, Francisco Fernández del Riego e outros agentes do galeguismo (entre os quais destaca Ramón Martínez López). Este catálogo contribui decididamente para estabilizar o nosso corpus de livros e, atendendo a sua abrangência, confirma a centralidade no SCG do grupo Galaxia, de que fazem parte ou com que se relacionam os galeguistas referidos, já que demonstra que para eles era remetida cópia da prática totalidade da produção bibliográfica relacionada com o SLG da altura.

Por outro lado, no processo aberto para completar o corpus de livros do projecto em que se insere este trabalho, recorreremos ainda aos catálogos impressos *O libro galego, onte e hoxe* (na edição da Federación de Libreiros de Galicia ao cuidado de Álvarez García [1989]), aos catálogos do Instituto Nacional do Libro Español (INLE 1974 e 1978) correspondentes aos anos do nosso estudo, e à base de dados de *O libro galego (ata 2003). Patrimonio Bibliográfico de Galicia* ([CSBG] 2005). Revisamos, igualmente, algum catálogo de âmbitos parcelares, como o coordenado por Roig Rechou (1998) sobre a literatura infantil e juvenil para verificar os resultados. A revisão destes catálogos resultou também produtiva para preencher algumas lacunas do censo de livros publicados total ou parcialmente em galego entre 1968 e 1982, e contribuiu para fixar o corpus de livros e folhetos escritos total ou parcialmente em língua galega do período do presente estudo (1974-1978) nas 769 referências citadas.

Por último, é oportuno anotar que o principal obstáculo com que nos encontramos na

construção do corpus de livros em galego consistiu em que vários centros de informação públicos (como por exemplo a BUSC, nom a Biblioteca Penzol) nom temem tecnicamente habilitadas as suas estruturas para que o pessoal investigador poida acceder a grandes conjuntos de informação, permitindo-o apenas de maneira sequencial ou por meio de pesquisas limitadas de conjuntos bibliográficos delimitados e reduzidos. Este facto, unido a que nalguns casos os dados están disponíveis apenas num formato analógico (reprodução em papel) fam que um corpus como o nosso precise de ser construído numha grande sucessom de passos que devem ser continuamente verificados, o que acrescenta consideravelmente o tempo e o esforço necessários para completar esta tarefa. O outro inconveniente que queremos destacar aqui tem a ver com a aplicação irregular dos vários estándares disponíveis para a troca e a recuperação de dados bibliográficos: a procedência e o formato dos dados com que trabalhamos é mui diversa e o labor de unificação complica-se com cada nova fonte incorporada.

Pola nossa parte, tentaremos contribuir para a resolução destas carências disponibilizando publicamente a informação bibliográfica do Catálogo de Livro Galego (1968-1982) do projecto Fisempoga; este catálogo estará disponível num estándar normalizado (bibTeX), poderá ser consultado na página web do Grupo Galabra (www.grupogalabra.com) e, sobretudo, esperamos que poda ser completado colaborativamente e utilizado com relativa facilidade por outras pessoas para a produção de conhecimento.

2.2.1.2. O livro galego em castelhano

Num trabalho anterior (Cordeiro Rua e Samartim 2008), a partir unicamente dos fondos da BUSC, figemos umha primeira aproximação à delimitação do corpus do “livro galego em castelhano” para 1968-1978 e analisámos de maneira sumária o Campo Editorial Galego [CEdG] desse período (veja-se a epígrafe 3.2.2.3.). Para a delimitação do corpus quanto ao livro galego em castelhano, nesse trabalho começámos por lançar umha pesquisa na referida biblioteca universitária por “fondo galego” (termo marcado como limitado fronte ao genérico “catálogo xeral”) e “libro en español”, o que nos permitiu obter um conjunto de partida formado por 5.463 referências bibliográficas para o lapso temporal compreendido entre 1968 e 1978, que na altura ocupava o nosso estudo. Numha primeira abordagem sobre este conjunto, inferimos que os critérios de catalogação aplicados por esta instituição universitária delimitam como “livro galego em espanhol” toda a produção nesta língua e os livros bilíngües galego-castelhano em funçom dos seguintes **critérios**:

a) critério geográfico: livros publicados por editoras, imprentas, gráficas, instituições ou particulares sediados na Galiza;

b) critério de origem: livros de autoria ou de edição galegas⁴⁷;

c) critério temático: livros de tema ou assunto galego.

Julgámos que a natureza dos critérios expostos e a amplitude do conjunto de referências resultante da sua aplicação garantia a inclusom de toda a produção bibliográfica que precisávamos para alcançar os objectivos contemplados naquele trabalho. Realizámos a seguir, entom, umha série de operações conduzentes a fixar apenas as referências deste conjunto inicial que faziam parte do subconjunto da produção efectivamente actuante no SLG da altura, recorrendo para isso ao pré-conhecimento que do próprio sistema nos forneciam os resultados do projecto Poluliga. Para a obtençom deste subconjunto fôrom seguidos os passos que enumeramos na continuação (a revisom foi feita sempre item a item):

1) fixaçom da produção na Galiza conforme ao critério geográfico;

2) recuperaçom da produção das editoras actuantes no CEdG com local de edição fora deste espaço administrativo;

3) filtragem da produção de fora da Galiza administrativa e daquela sem local de edição declarado (s.n.).

Da revisom a partir do critério geográfico resultou que entre as referências recuperadas encontrámos produtos ou produtores que nom integravam a rede de relaçoms previamente conhecida através dos anteriores trabalhos de Poluliga, evidência que nos conduziu a banir a totalidade da produção dumha editora crunhesa, Adara, caracterizada pola edição exclusivamente em espanhol, de produtores nom galegos e de temática nom galega. Por outro lado, encontrámos que um bloco importante do livro galego em espanhol assim recuperado se correspondia com a produção académica da USC; daí puidemos concluir que o conhecimento veiculado através do livro escrito em galego nesta instituiçom entre 1968 e 1978 era mínimo (e já estava incorporado no nosso catálogo de livro em galego). Visto o grande volume do conjunto bibliográfico constituído por trabalhos académicos da USC, procedemos à filtragem por departamentos e centros universitários, ficádomos apenas com aquela produção especificamente de “tema galego” e com a relacionada com o ensino, nomeadamente com o Instituto de Ciências da Educación [ICE] e com o Instituto de la Lengua Gallega [ILG], criados na USC em inícios de setenta para alcançar objectivos específicos na incorporaçom do galego ao sistema de ensino obrigatório (vejam-se as epígrafes 3.2.2.2. e 4.3.1.1.).

⁴⁷ É importante destacar que, de acordo com este critério, a BUSC inclui também a produção editorial do SCG sediada fora do espaço administrativo da Galiza, à qual nom é possível aceder desde outras aproximaçoms de âmbito estatal, como por exemplo desde os catálogos do INLE.

A segunda e terceira fases da verificação fôrõm executadas no sentido de recuperarmos a produçõm de editoras de cuja ligaçõm ao SLG tínhamos conhecimento por trabalhos anteriores de Poluliga, como Akal ou Everest, bem como a de produtores de origem galega. Por outro lado, o cruzamento dos critérios geográfico e de origem aplicados à produçõm sem local ou editor declarados (s.l. / s.n.) possibilitou a recuperaçõm de toda a produçõm de editor galego e a editada na Galiza em castelhano. Finalmente, procedemos à eliminaçõm do livro bilíngüe galego-castelhano ou de qualquer outra espécie com presença da língua galega (incorporado já no corpus de livro em galego), obtendo na altura como resultado final um total de 977 referências para o lapso temporal compreendido entre 1968 e 1978, das quais 538 correspondiam-se com o período 1974-1978.

Para o presente trabalho de investigaçõm partimos dos resultados alcançados com o vaziado e posterior filtragem da BUSC, de acordo com o processo explicado acima, e recorreremos ao catálogo de livro galego da Biblioteca Penzol (que inclui como “libro galego” livros escritos em galego, castelhano e noutras línguas) com o objectivo de completar e fixar o nosso censo de “livro galego em castelhano” para o período 1974-1978. A principal conclusõm que tiramos com o recurso ao catálogo de livro galego da Penzol di respeito a que os critérios de catalogaçõm utilizados nesta biblioteca para a identificaçõm de registos escritos em castelhano como “livro galego” coincidem com os indicados para a BUSC: local de ediçõm do livro, origem do produtor e temática galega.

Umha vez individualizados os livros escritos em castelhano presentes nos fundos da Penzol para o período deste estudo (1974-1978), cotejados os resultados obtidos da consulta deste tipo de registos nas duas bibliotecas e revisados os outros catálogos referidos acima (ISBN, INLE, *O libro galego...*) resulta o censo de 760 referências que conformam o corpus enquadrável aos efeitos deste trabalho sob a epígrafe de “livro galego em castelhano” do período 1974-1978.

2.2.1.3. O libro galego noutras línguas

O pormenor exigido na análise do SLG leva-nos a contemplar no corpus deste trabalho também os livros editados em línguas diferentes do galego e do castelhano dentro das margens deste sistema entre 1974 e 1978. Do mesmo jeito, a abordagem das eventuais relaçoens estabelecidas entre o SLG e outros sistemas literários neste período explicam que acrescentemos ao corpus de livros noutras línguas as referências de obras traduzidas (ou adaptadas) de originais galegos, levantando para isso os registos censados no *Catálogo de obras literarias en lingua galega traducidas a outros idiomas* (Carlos Casares 2003) correspondentes ao nosso período de estudo. Ao lado deste catálogo de obras galegas traduzidas organizado por este agente de Galaxia, para a fixaçõm no nosso corpus dos livros escritos em línguas diferentes do galego ou do castelhano recorreremos mais umha vez às

bibliotecas da Fundación Penzol e da USC que, tal como foi indicado, partem da utilização total ou parcial da língua galega, da origem do produtor, da localização geográfica da editora e da temática do produto para identificar na altura da sua catalogação um exemplar sob a epígrafe de “livro galego” (isto é, como produto gerado ou relacionado com o SLG).

Após acompanharmos o procedimento de filtragem e cotejo utilizado para fixarmos o corpus de livros, tanto em galego como em castelhano, resultam as 74 referências que consideramos neste trabalho como constituindo o corpus de “livro galego noutras línguas”. Os catálogos bibliográficos de que partimos para fixar o nosso corpus de livros para 1974-1978 incluem sob essa epígrafe 23 referências escritas de acordo com os estándares português ou brasileiro (onde destacam claramente as edições e estudos relacionados com a literatura medieval galego-portuguesa) e um conjunto heterogéneo de obras publicadas em inglês (18), francês (16), italiano (9), alemão (4), catalão (3) e euskara (1).

2.2.2. Publicações periódicas

Com independência de formato, periodicidade, assuntos, língua(s), tiragem ou continuidade editorial, neste trabalho consideramos **revistas** as publicações de natureza periódica não diária que resultam da edição de uma série de um ou mais números nas margens do SLG. Este tipo de publicações periódicas som, a um tempo, instituições e produtos do campo literário que podem ter efeitos neste ou noutros campos (culturais ou do poder); o levantamento de materiais das revistas é imprescindível para alcançarmos os nossos objectivos porque, de acordo com a tipologia diversificada das publicações periódicas, este classe de corpus está dirigido a um público socialmente muito heterogéneo e é mostra e suporte das estratégias dos grupos que o promovem, acolhendo e difundindo as tomadas de posição e os elementos repertoriais (também as ideias) dos grupos e agentes com algum grau de institucionalização no SCG de 1974 a 1978, por mínimo que este for.

Ao igual que o Censo do Livro Galego, o Censo de Publicações Periódicas de que partimos foi construído no seio do projecto Poluliga por acréscimo e cotejo de vários catálogos específicos. Para a sua elaboração utilizámos como fontes principais uma sucessão de catálogos iniciada com Santos Gayoso (1990-1995) e continuada por Vilavedra (coord., 1995-2004; v.2, 1997), que dá também informação valiosa sobre agentes relacionados de maneira estável com as publicações, e por Rosa Cal (1988), cuja tese de doutoramento sobre a *Prensa alternativa en la zona «no urbana» de Galicia (1975-1984)* serviu para incorporar ao censo de revistas de Poluliga numerosas

publicações com um baixo grau de institucionalização e escassos efeitos se considerarmos o SCG no nível geral (folhas parroquiais, boletins associativos locais e revistas escolares e vizinhas, principalmente).

Ao lado destes catálogos principais, para a fixação definitiva do corpus de publicações do presente trabalho fôrom consultadas outras fontes que contribuírom para a estabilização do corpus nas 499 referências activas entre 1974 e 1978 com que contamos na actualidade. Referimo-nos ao *Repertorio da Prensa Galega da Emigración* editado polo Consello da Cultura Galega (Fernández Santiago e Saavedra 1998), que forneceu várias referências até entom nom documentadas e informaçoms parcelares sobre cronologia e localização das publicaçoms sediadas nos enclaves galegos; a este foi somado o catálogo da exposição sobre *Prensa clandestina no franquismo* publicado em 1998 pola Fundación 10 de Marzo e actualizado dous anos despois (CC.OO. 2000), que ajudou a fixar a grande quantidade de publicaçoms ligadas às CC.OO. da Galiza (Santidrián Arias 1998); foi acrescentados também o *Repertório bibliográfico sobre a prensa galega* de Cal e Pérez Pais (1993), útil em menor medida quanto ao número de registos achegados ao censo do projecto; e ainda forom consideradas as Bases de datos de Referencias Bibliográficas do Centro de Documentación da Emigración e Inmigración en Galicia (<http://cepam.cesga.es/DDB/>) e os vários catálogos disponíveis na rede através da Mediateca do Centro Multimedia de Galicia (<http://cmg.isum.centromultimedia.net/ilive/>), algum dos quais também consultado para a localização dalgum dos livros que integram o corpus do projecto. Por último, ao igual que no caso dos livros, os catálogos de revistas das bibliotecas da Fundación Penzol e da BUSC também fôrom imprescindíveis para fixar definitivamente o corpus de publicaçoms periódicas deste trabalho e para a localização e posterior consulta física daquelas publicaçoms aí registadas; da mesma maneira, o levantamento de informaçom de exemplares do nosso próprio corpus permitiu conhecer a existência de algunhas publicaçoms nom censadas em nengumha das fontes anteriormente utilizadas⁴⁸.

Quanto às sondagens efectuadas na **imprensa diária**, já dixemos que elas permitem complementar a informaçom sobre o nosso objecto de estudo fornecida polas outras tipologias de corpus que manejaxmos neste trabalho de investigaçom (em especial das revistas e da imprensa nom diária). Para além disto, em virtude do público alvo procurado polos jornais (por definição

48 E tampouco nas *Revistas españolas en curso de publicación* (catálogos editados polo Instituto Bibliográfico Hispánico entre 1971 e 1978). Foi de especial utilidade para completar as publicaçoms ligadas aos grupos da esquerda o trabalho de Xoán Ignacio Taibo (1977) em *Teima* (nº19, 21-28 Abril, pp. 32-33), igual que o de Fernández Rei (1990) n'*A Trabe de Ouro* (nº1, Jan.-Março, pp. 43-71). As sondagens na imprensa diária, por seu lado, dêrom como resultado referências como *Actividad discográfica* (LVG, 03/02/1974, pág. 52) ou *Xeito* (LVG, 06/04/1974, pág. 23).

generalista), a consulta deste tipo de materiais (esporádica para este trabalho concreto) tem também a função de constituir umha sondagem útil para a aproximação do grau de socialização dos principais repertórios construídos ou utilizados polo fragmento do sector dominante (fundamentalmente) que actua no SLG de 1974 a 1978 entre um conjunto mais alargado da população que os focados polos restantes tipos do nosso corpus, já que estes encontram entre as elites os seus consumidores principais (que nom únicos, tal como se deriva da tipologia diversificada das publicações periódicas que conformam o corpus deste trabalho)⁴⁹.

Por último, vale a pena apontar ainda que reunimos o nosso corpus tanto de livros como de publicações periódicas de acordo com umha série alargada de categorias que contemplam o tipo de editor (grupo responsável pola edição), o tipo de língua utilizado (quer seja castelhano quer qualquer um dos modelos de galego experimentados no SLG de 1974-1978), o tipo de local onde é publicado o produto (na Galiza, nos enclaves do SLG ou em espaços doutros sistemas culturais), o tipo de produto e de temática (segundo falemos em livros ou em revistas, para nos referir ao género ou à natureza dos assuntos focados polo material em questom: livro funcional, publicação informativa...) e, no caso das publicações periódicas, também em função da natureza do tipo de público alvo e do âmbito de acção focado polas revistas (o que fornece informação quer sobre o *habitus* dos consumidores quer sobre o espaço de circulação dos produtos procurados pola publicação). De acordo com a aplicação deste método de tipificação do nosso corpus de livros e publicações periódicas, diferenciamos nos 499 registos totais censados umha vintena de publicações de informação geral e periodicidade semanal ou quinzenal através dos quais poderemos conhecer a prática totalidade dos acontecimentos relevantes dos campos culturais e do poder da Galiza de 1974 a 1978⁵⁰.

49 “Ao focar conteúdos que chegan à população em geral, situamo-nos portanto num ponto intermédio privilegiado para observarmos o percurso das ideias colocadas por umha elite (que grupos as criam/ promociomam/ defendem) e como chegam até a sociedade, servindo-nos como medidor potencial do calado social destas iniciativas. Sinteticamente podemos resumir as possibilidades que para um projecto como o nosso oferece a informação contida na imprensa nestes três pontos:

1. Caracterizar e determinar a posição do jornal como instituição integrada no SCG (vinculação a grupos, tomadas de posição adoptadas, apoiadas e rejeitadas [sic], etc.
2. Reconstruir o funcionamento do SCG a partir da recolha de dados muitas vezes inacessíveis por outras fontes.
3. Conhecer o calado social das ideias promovidas polas elites intelectuais, principalmente em relação à Galiza, ao galego e à sua cultura” (Martínez Tejero 2009: 233).

Apontamos igualmente para a mudança epistemológica que significa a inclusom da imprensa periódica no corpus do projecto, em grande medida indicativa da referida passagem dos estudos literários para os estudos na cultura e em consonância com a relativa centralidade alcançada polo campo da comunicação na construção social de significados.

50 As sondagens na imprensa diária (especialmente EFV e LVG) completam fundamentalmente as informações fornecidas por publicações de âmbito galego (como *Teima* e *A Nosa Terra*), de âmbito local ou comarcal (como *La Comarca del Eo*, *A Voz do Condado*, *La Voz de Ortigueira* e *Heraldo de Vivero*), de âmbito estatal (como *Triunfo*, *Destino*, *Posible*, *Cambio 16*, *El Ciervo* e *Cuadernos para el Diálogo*), de âmbito português (*Expresso*), e de

2.2.3. Bibliografía secundária

A última tipologia de corpus contemplada neste trabalho, a **bibliografía secundária**, tem a função de chegar informação para a compreensão do nosso objecto de estudo e, em virtude da sua natureza, mostrar também o conhecimento construído sobre o conjunto do SCG entre 1974 e 1978 e o estado da questão do SLG no período focado (capítulo 3). O recurso em Poluliga a catálogos em linha, utilizando as ferramentas de tratamento bibliográfico que descreveremos na continuação, permitiu fixar já nos momentos iniciais do projecto uma grande quantidade de referências bibliográficas relacionadas com o nosso objecto de estudo a partir de pesquisas temáticas (por meio de palavras chave) num conjunto heterogéneo de bibliotecas (entre as quais destacam as bibliotecas universitárias espanholas integradas no sistema Rebiun). Desta maneira conseguimos conformar em Poluliga um grande conjunto de referências bibliográficas sobre os campos culturais e do poder do período focado no projecto de investigação em que se integra esta tese de doutoramento (1968-1982), catálogo bibliográfico que fomos actualizando progressiva e periodicamente.

Em Fisempoga, ao lado das ferramentas relacionais que foram descritas na epígrafe correspondente (2.1.2.), utilizamos também uma série de dispositivos que nos permitem resolver necessidades específicas quanto à recolha e ao tratamento das referências que conformam o corpus de bibliografía secundária do presente trabalho de investigação. Estas **ferramentas bibliográficas** possibilitam, fundamentalmente, a elaboração e a abordagem colaborativa de volumosos conjuntos de bibliografía resultado da consulta dos diferentes catálogos em rede a que nos referimos acima. Para isto, na construção e actualização constante da Base Bibliográfica de Fisempoga, combinamos em distinto grau a utilização de até três dispositivos bibliográficos diferentes (JabRef, Wikindx e Refwords) com o objectivo de superar as limitações deste tipo de ferramentas no que diz respeito, em concreto, às possibilidades de tratamento cooperativo dos materiais e à incompatibilidade de formatos entre os vários catálogos bibliográficos consultados.

Em geral, estas dificuldades são salvas mediante a separação entre o conteúdo (os dados) e a formatação (a apresentação), o que significa que o elemento principal não é já um aplicativo em concreto mas sim os dados e o formato utilizado para a sua fixação. Levando isto em conta, em Fisempoga optámos pela utilização do BibTeX porque este formato estándar permite conseguir uns conjuntos bibliográficos homogéneos e intercambiáveis entre os membros da equipa, possibilita

publicações informativas localizadas nos enclaves (como *El Correo de Galicia*) ou ligadas a meios de comunicação ou associações profissionais da imprensa (como *El Pope*, as várias *Hoja[s] del Lunes* e a *Revista Semanal* e os *Suplementos Especiales* editados pelo jornal *El Ideal Gallego* na Crunha).

vários usos da informação de acordo com as necessidades específicas do pessoal investigador e, ao se tratar dum formato não proprietário, é suportado por um grande número de aplicativos (o que garante a independência das ferramentas utilizadas ao não limitar o acesso à informação desde vários dispositivos).

Todas as ferramentas que utilizamos para armazenar, gestionar e trocar os dados bibliográficos no formato BibTeX têm em comum a capacidade de acrescentar notas e metadados às referências e possuem alguma fortaleza específica de utilidade para o nosso trabalho. Em concreto, o *JabRef* permite anexar documentos e é especialmente útil para a rápida elaboração de listagens bibliográficas em documentos de texto OpenOffice (o que o converte, na prática, na base bibliográfica de uso pessoal de cada investigador); o *Refworks*, por seu lado, é utilizado pela equipa fundamentalmente para realizar as pesquisas nos catálogos em rede e, eventualmente, traduzir os vários formatos de partida para o BibTeX; por último, o *Wikindx* destaca sobretudo para a criação e gestão de bases bibliográficas em linha num contorno multiusuário, o que converte este aplicativo, de facto, na base bibliográfica de Fisempoga.

Esta ferramenta em concreto foi utilizada pela equipa que sustenta na actualidade o projecto Fisempoga para disponibilizar em linha no endereço www.usc.es/galabra/wikindx um sistema de gestão bibliográfica das referências tanto do anterior projecto Poluliga como dos outros projectos e trabalhos em andamento no conjunto do grupo Galabra da USC; desta maneira possibilitou-se que o pessoal investigador cadastrado pudesse incorporar registos, metadados, ideias e materiais às referências, realizar pesquisas complexas e exportar os resultados das mesmas em diferentes formatos estándar, com o qual foi possível preencher as necessidades da investigação neste ponto.

Em função dos objectivos marcados no presente trabalho, foram individualizadas mais de 400 obras desse catálogo bibliográfico de Fisempoga para a sua consulta e estudo. Veremos no próximo capítulo que, deixando de parte os trabalhos gerados em Poluliga, apesar da grande quantidade e da variada tipologia dos materiais consultados, a bibliografia publicada até o momento sobre os diversos aspectos focados nesta tese de doutoramento fornece, em geral, informações parcelares (ou mesmo parciais) e não relacionais do nosso objecto de estudo, facto que (já foi indicado) relativiza a utilidade da bibliografia secundária para alcançarmos os objectivos propostos neste trabalho e acentua o carácter imprescindível do recurso à informação de primeira mão contida nos materiais do nosso corpus primário (livros e publicações periódicas).

3. BIBLIOGRAFIA E CONHECIMENTO CANONIZADO SOBRE O SLG (1974-1978)

No capítulo anterior ocupámo-nos da apresentação das questões metodológicas e procedimentais relacionadas com o conjunto do(s) projecto(s) Poluliga/ Fisempoga e da explicação daqueles processos, conceitos, ferramentas e métodos de abordagem que serão considerados ou implementados no transcurso da presente investigação. Julgamos que uma exposição como a realizada sobre esse tipo de questões é necessária não apenas para uma acabada compreensão da natureza dum trabalho como o aqui proposto, mas também e para os efeitos dos objectivos focados nas páginas seguintes, em virtude de que os métodos e procedimentos de abordagem do objecto de estudo focado neste trabalho estão em dependência, tal como indicámos nas páginas precedentes, em primeiro lugar dum modo de olhar a literatura como um fenómeno relacional e, depois, do conhecimento prévio sobre o SLG de 1974-1978 fornecido pela análise da bibliografia existente sobre esse mesmo objecto de estudo e pelos trabalhos realizados no seio do que foi o projecto Poluliga.

De acordo com isto, neste capítulo pretendemos, de início, apresentar as conclusões tiradas da análise dum alargado corpus bibliográfico secundário em relação a como foi construído o conhecimento sobre o nosso objecto de estudo; isto significa tanto identificar os principais agentes responsáveis por essa construção como abordar os critérios e processos que conduzirom à eventual elaboração dumha determinada hierarquia no saber e, em todo o caso, ao estabelecimento e canonização dum dado conhecimento sobre o objecto de estudo que pretendemos alcançar nesta tese de doutoramento.

Por outro lado, num segundo momento, pretendemos fixar o “estado da questão” sobre o SLG de 1974 a 1978 (isto é, o saber considerado imprescindível e destinado à sua reprodução pela crítica e a historiografia literária), e sintetizar assim o resultado do processo constitutivo do conhecimento anteriormente analisado. Neste sentido, é necessário levar em conta que é precisamente o labor de construção referido no parágrafo anterior (que deveremos *deconstruir* em primeiro lugar) o que determina tanto os modos de percepção como a apresentação e a arrumação do conhecimento sobre o objecto de estudo, assim como as eventuais lacunas e deficiências no conhecimento mesmo e, em última instância, a inclusão ou exclusão de determinadas práticas ou repertórios no saber canonizado sobre o SLG do período em causa.

Além disto, neste capítulo também descrevemos sinteticamente as principais achegas (quer em relação aos conteúdos quer aos procedimentos ou aos assuntos de análise) devidas às

aproximações prévias a este trabalho realizadas ao amparo do projecto Poluliga. Para além das informações sobre o SLG do conjunto da década 1968-1978 que achegam os contributos concretos apresentados (relacionados nomeadamente com questões centrais e transversais, como o processo de elaboração lingüística ou o funcionamento do campo editorial), consideramos que a apresentação dos resultados de Poluliga pode ter assim mesmo alguma utilidade quer como mostra dum determinado método de análise e indicação do ponto de partida em que assenta esta tese de doutoramento, quer como elemento de contraste com o conhecimento tal e como foi analisado e apresentado nas epígrafes prévias deste mesmo capítulo (estabelecendo com ele uma discussão quanto a hierarquia, necessidades, ausências, focagem...).

Em definitivo, os objectivos deste capítulo estão sustentados na necessidade de distinguir, fixar e avaliar de maneira crítica o saber existente antes de avançar no conhecimento sobre um determinado objecto de estudo (Fonseca 2008), assim como na oportunidade de abstrair os critérios normativos e os métodos utilizados para a selecção e a arrumação desse conhecimento e, quando possível, de indicar que grupos trabalharam para a sua construção e os objectivos e interesses com que o fizeram.

Além disto, quanto ao procedimento utilizado para atingirmos os objectivos procurados neste apartado, optamos por uma apresentação seqüencial (primeiro o conhecimento construído, depois o estado da questão) apenas com o objectivo de dar uma maior clareza à nossa exposição; chamamos à atenção, contudo, para a estreita solidariedade entre o processo de construção do conhecimento e os resultados obtidos com esse processo, assuntos dificilmente entendíveis (e abrangíveis) de maneira isolada. Ainda quanto às questões procedimentais, para a selecção dos materiais através dos quais nos aproximaremos tanto do conhecimento construído como do estado da questão (isto é, tanto dos critérios e dos processos de fabricação do conhecimento como dos conteúdos concretos resultado dessa construção), consideramos, por um lado, o índice de impacto dos produtos determinados, esteja esse impacto circunscrito ao campo da historiografia e da crítica literária/ cultural ou alargado a espaços mais extensos e diversificados da população galega, assim como, por outro lado, levamos também em conta a utilidade específica dos trabalhos concretos para a compreensão do objecto de estudo deste trabalho de investigação.

Em virtude destes critérios de impacto e utilidade específica, e após verificarmos que outros estudos similares utilizam no básico também esta tipologia de materiais (veja-se González-Millán 1996: 323-4, também para a função concreta de cada uma das fontes), analisamos os principais trabalhos monográficos destinados ao público especializado (que abordam geralmente um aspecto o

um género específico), a totalidade das histórias da literatura e dos manuais publicados com posterioridade ao período do nosso estudo e várias antologias e livros de texto destinados ao ensino secundário ou, no caso das histórias da literatura e manuais especializados, também universitário; entendemos que assim atendemos umha variada tipologia de produtos que, por um lado, permitem o acesso às normas valorativas próprias da crítica académica (ou universitária, colocada, segundo C. J. van Rees [1983: 397], no topo das práticas institucionais legitimadoras) e, por outro lado, som o suficientemente indicativos das linhas de discurso centrais e do grau de fixação e promoção no nível geral das ideias assentes na actualidade sobre a estrutura e o funcionamento do SLG do período focado neste estudo⁵¹. Finalmente, chamamos a atenção para a estreita relação existente entre o campo do ensino e a (re)produção do conhecimento sobre o SLG do período em causa e, neste sentido, apontamos apenas que a estrutura da instituição (para o caso educativa) condiciona em grande medida a produção (e a função) do conhecimento e dos significados elaborados no seu seio.

3.1. Construção do conhecimento

Articulamos o nosso discurso crítico em torno à extração, abstracção e análise das regras e dos materiais contemplados, das metodologias propostas (nem sempre coerentemente aplicadas) e dos procedimentos acompanhados para a inclusão, a arrumação e a hierarquização do conhecimento na bibliografia existente sobre o objecto de estudo desta tese de doutoramento. No transcurso da nossa exposição analisaremos os materiais bibliográficos seleccionados tentando localizar que agentes ou grupos concretos som responsáveis pela colocação no sistema dumha determinada ideia, o grau de unanimidade/ discussão na aceitação pela crítica dum assunto ou dum procedimento concreto e os eventuais problemas que levanta a sua aplicação nos trabalhos consultados.

51 Similar tipologia de materiais é utilizada por González-Millán (1996: 323-4). Os materiais de natureza semelhante editados entre 1974 e 1978 serão abordados dentro do capítulo correspondente. Em concreto, a aplicação dos dous critérios referidos significou consultar um alargado conjunto de materiais e seleccionar entre eles para a sua análise várias dezenas de trabalhos publicados entre o ano imediatamente posterior à finalização do período do estudo tratado nestas páginas (1979) e o ano 2008. Ao se tratar dumha abordagem qualitativa dos materiais, nom quantitativa, o corpus bibliográfico foi seleccionado levando em conta os princípios de *diversificação* (“na pesquisa qualitativa, procura-se não a homogeneidade, mas a diversidade de informadores [...], como garantia de assegurar os diversos pontos de vista e interpretações da realidade”) e de *saturação* (“critério de avaliação que [i] indica o momento em que o investigador deve parar de recolher dados e [ii] permite generalizar os conhecimentos obtidos no grupo analisado ao universo de trabalho”) (Marcos Garcia González 2009: 26-27; *vid* também Pires 1997: 113-169). Aos efeitos de nom sobrecarregar o apartado bibliográfico, nom referimos o conjunto das obras consultadas, mas apenas aquelas que foram citadas no processo de redacção deste capítulo (e recolhidas na Bibliografia).

3.1.1. Discursos críticos

Em primeiro lugar, a análise da bibliografia existente referida ao SLG de 1974 a 1978 permite-nos afirmar que existe prática unanimidade à hora de seleccionar as **regras** de obrigado cumprimento para a inclusom de materiais no supradito sistema ou, por outras palavras, que todos os trabalhos analisados aplicam um mesmo critério básico para integrar um dado elemento no conceito “literatura galega”⁵². Referimo-nos ao acompanhamento unánime nos trabalhos analisados nesta epígrafe do *critério filológico* proposto já em 1963 (1981³: 11) por Ricardo Carballo Calero (*Carvalho* desde os anos oitenta), professor da USC e principal filólogo e crítico literário do galeguismo agrupado em volta da editorial Galaxia (o grupo mais institucionalizado do SLG no franquismo e na transição, tal como verificámos nos trabalhos de Poluliga):

Técnicamente, é o idioma empregado o que caracteriza ás distintas literaturas. [...] Nen a nacencia do autor nen os ambientes descritos [outras normas em discussom no período do noso estudo] son criterios axeitados para determinar a incrusión das obras dentro dos marcos dunha ou outra literatura. [...] Entendo por literatura galega a literatura en galego. [...] Mais neste libro é o idioma o que nos serve pra escolmar o material do noso estudo. Seguimos un criterio, pois, filolóxico, que nos parez o máis científico, xa que o idioma é o estormento da literatura.

Os itálicos (nossos) chamam a atençom para a estratégia utilizada por Carballo Calero para reforçar a sua proposta normativa: tentar expulsar da regra que deseja naturalizar a sua natureza ideológica atribuindo-lhe carácter *técnico* e *científico* (o facto de denominar “filológico” este critério, e nom apenas lingüístico, nom nos parece alheio a esta estratégia) (Torres Feijó 2002).

Ainda que as questons relacionadas com a problemática atribuiçom à língua galega do carácter de única *norma sistémica* (Torres Feijo 2004a: 429-430) no SLG do período 1974-1978 serám analisadas ainda numha epígrafe posterior (5.1.), devemos indicar para os assuntos que aqui nos ocupam que a aceitaçom deste critério lingüístico, estabelecido além de mais como *filológico*, significa tanto como afirmar (na terminologia habitual dos materiais consultados) que unicamente é “literatura galega” aquela escrita em língua galega⁵³.

52 A própria necessidade de explicitar os critérios de participação num sistema literário concreto está já a indicar o carácter problemático que a crítica detecta numha questom que, nom por acaso, só ocupa umha posição central nas análises de sistemas periféricos. Sobre a importância do estudo dos critérios utilizados para a definição (individuaçom) dos diversos sistemas literários veja-se J. C. van Rees (1983: 286). Neste trabalho ocuparemos-nos das diferentes normas (sistémicas e de repertório) propostas polos vários grupos actuaes no SLG de 1974 a 1978.

53 O maior grau de ambigüidade neste ponto encontramos-lo, com posterioridade a 1978, em Ribera Llopis (1982: 12; itálicos nossos) quando afirma que “A partir de esos años [60] las literaturas catalana, gallega y vasca han avanzado, y mucho, de nuevo. Reflejando la incertidumbre del mundo en derredor, cuestionando conscientemente la obligatoriedad al compromiso por las últimas generaciones que regresan a un formalismo asumido, o *aceptando la*

Desta maneira, tal como acontece na bibliografía analisada, a aceitación unánime do *critério filolóxico* como elemento normativo necesario excluí *a priori* do corpus do SLG qualquer produción na outra lingua asente no espazo social da Galiza contemporánea, o castelano. Porém, a situación em que se desenvolve historicamente o SLG (som aquí referidos expresamente períodos iniciais na súa construción ou momentos de conxunturas políticas especialmente adversas para o uso público da lingua galega) justifican para a parte da crítica que se ocupa desta cuestión tanto a incluso *instrumental* nas análises do SLG da produción em castelano dum determinado agente em función da mellor explicación da súa produción em galego (só esta última incluída nas margens do SLG) como, em última instancia, a *flexibilidade* na aplicación do *critério filolóxico* (em función, como veremos, de diferentes criterios secundarios) asumido pola totalidade da historiografía literaria galega posterior a 1978⁵⁴.

idiosincrasia definitivamente plurilingüe de sus ancestrales dominios, nos descubren una capacidad definitiva para entender su situación actual como punto de partida con seguras raíces en su base”. Confronte-se este fragmento com a firmeza presente nas seguintes afirmacións:

- “Pues claro es que, al hablar de literatura gallega, nos referimos exclusivamente a la literatura escrita en gallego y no a la que ha brotado de la peripecia biográfica, la mediación intelectual y la imaginación creadora de algunos hijos de Galicia que escogieron como vehículo expresivo el castellano, por mucho que tenga a su tierra natal como fondo o como tema y aunque, unas veces en busca de color local, otras por un involuntario o consciente aprovechamiento de los recursos estilísticos de la lengua del país, esté teñida de galleguidad” (Vázquez Cuesta 1980: 622).
- “Dicir, polo tanto, que a literatura galega abrangue soamente a que é ou foi escrita en galego parece que vai de seu. Ademais, na situación actual da nosa literatura, podemos aseguralo rotundamente, sen temor a nos equivocar” (Tarrío Varela 1994: 9).
- “Non cabe dúbida de que é literatura galega aquela que está escrita en lingua galega, criterio de definición de *carácter filolóxico*, xa que é a lingua a base da literatura” (Rodríguez 1996: 6; itálicos nosos).
- “Cómpre deixar ben claro, xa de entrada, que por literatura galega entendemos aquela formulada neste código lingüístico” (Vilavedra 1999: 15).
- “Ante todo, hai que salientar, malia o dificilmente discutible deste criterio, que a Historia da Literatura galega á que lle imos dedicar estes volumes é o das obras literarias escritas en lingua galega. [...] «Literatura galega» é o conxunto de textos considerados literarios que ó longo do tempo foron escritos nesa lingua romance” (Villanueva 2000: “Presentación”).

54 Este argumento está presente já na própria formulación do *critério filolóxico* por Carballo Calero em 1963 e é defendido posteriormente por produtores que exemplifican diferentes posicións crítico-metodológicas:

- “Endebén, se non pode esquecer que, convivindo literariamente en Galicia o galego co castelán, as obras literarias escritas nun e noutro idioma influíense a miúdo mutuamente, e ao falar de certas obras galegas será preciso nos referir a outras en castelán de autores galegos, sen a consideración das cales non poderían aquelas ser comprendidas na súa sinificación histórica. Mais ista referencia terá o valor dun esame de fontes, ou dunha esculca de analoxías, e farase sempre en función das obras en galego” (Carballo Calero 1981³: 11). “[...] a referencia terá un valor non alén do puramente estormental [...] Así, correspondéndose coa realidade básica da fala, a literatura contemporánea de Galicia maniféstase en galego i en castelán. Hai galegos que escriben sempre en castelán. [...] Están logo os que escriben en galego. Son os que imos estudar. Mais compre ter en conta que apenas poderemos atopar entre iles quen non teña escrito tamén en castelán” (*ibidem*: 12). “Non nos propoñemos estudar senón os escritos en galego; pero sería demasiadamente artificioso silenciar completamente aquelas obras en castelán dos nosos principais autores, que deitan luz encol da súa produción galega. Aludiremos a elas cando contribúan a crarexar calquer punto do noso traballo” (*ibidem*: 13).
- “De tal modo se ha generalizado en nuestros días entre los críticos y los historiadores de la literatura la consideración de la obra de arte literaria como producto lingüístico que casi no comprendemos que aún hace poco se haya atrevido alguien a afirmar: «La literatura gallega se produce del mismo modo que sus hablantes: de modo bilingüe» [Varela 1976: 115; como indicámos, da discusión do *critério filolóxico* no tempo do noso

Vemos como com a aplicación do *critério filolóxico* como norma sistémica o conxunto da crítica excluí das margens do SLG as obras escritas en calquera lingua diferente do galego e delimita a posición da produción en castelano en relación con este sistema atribuíndo-lhe, en primeiro lugar, unha función complementar no caso de autores bilingües (usada como elemento explicativo instrumental e secundario da correspondente produción en galego). Igualmente, verificamos nos materiais analisados que a crítica literaria reconece a dificultade de aplicación estrita do *critério filolóxico* en períodos de deficiente institucionalización e escasa autonomía relativa (tal como acontece en grande medida no período do noso estudo) ou, en xeral, naqueles en que as circunstancias sócio-políticas non favorecían a utilización da lingua galega, argumentando neste sentido a necesidade de adaptación na aplicación deste criterio.

Porém, non sempre esta mesma crítica coloca argumentos explicativos do grao exacto de *flexibilidade* que debe alcanzar o *critério filolóxico* nestas circunstancias, non en función de que criterios alternativos ou secundarios debe ser limitada esta regra básica, non da natureza da relación da produción en castelano con os diferentes espazos ocupados polo SLG nunhas específicas circunstancias sócio-políticas coincidentes con fases problemáticas na súa construción⁵⁵. En xeral, estas cuestións son apagadas con o recurso a unha alegada “tendencia histórica cara ao

estudo trataremos no capítulo 5]. Otra cuestión, y muy diferente, es la de la utilidad que reviste para la comprensión de una literatura con tantas lagunas como la gallega el estudio paralelo de los libros compuestos en castellano por quienes en condiciones socioculturales menos anómalas habrían sido sus cultivadores [sic]” (Vázquez Cuesta 1980: 622).

- Despois de afirmar a aceptación do *critério filolóxico*, Vilavedra (1999: 16) chama a atención para a “utilidade de estudar, no caso dos escritores bilingües [...], a súa produción en castelán, partindo da premisa de que, se ben esta fica fóra do sistema literario galego, si pode axudarnos a entender e valorizar atinadamente a súa obra galega. Por outra banda, o chamado criterio filolóxico debe aplicarse con flexibilidade en determinadas situacións coma o Prerrexurdimento, ou a inmediata posguerra, aínda que non ata o extremo de utilizalo para terxiversar o criterio sistémico, co que con tan extrema coherencia se combina, como imos ver”. Abordaremos nesta epígrafe o significado e o alcance deste *critério sistémico*.
- “Pero sería absurdo que unha realidade agachada, negada, diferente, sen normalidade plena, fose producir axentes artísticos homoxeneizados, vivindo como viven nunha situación conflictiva. Nen do punto de vista persoal, biográfico, nen do punto de vista histórico, os escritores e escritoras de Galiza poden ser rigorosamente unilingües desde o inicio” (Rodríguez 1996: 6). “Rosalía é unha escritora bilingüe, por necesidade histórica: [...] A súa obra en español non pode ser considerada plenamente da literatura galega porque lle falta o uso do galego como criterio necesario. Con todo, non podemos prescindir desta obra para comprender a obra en galego de Rosalía, para entendela como escritora da nosa literatura, como pensadora [...]. [A produción rosaliana] É produto dunha realidade conflictiva, vivida conflictivamente, e con condicionantes inevitables do punto de vista dos usos lingüísticos plenos” (*ibidem*: 7). A transcendencia da asunción deste *conflicto* sócio-político, fundamentalmente pola crítica nacionalista galega, será tamén contemplada ao longo desta epígrafe. Para as repercusións do conflito lingüístico no texto literario *vid* Antón Figueroa (1988).

55 Julgamos que só González-Millán (2003: 16-18) reflexiona sobre os condicionamentos para a implementación deste criterio nos enclaves do SLG. Será igualmente González-Millán (concretamente, 1998a: 18) quem aponte para a necesidade de colocar no foco da investigación “as múltiples interaccións discursivas que determinan e configuran o espazo sociopolítico e cultural no que emerge o criterio filolóxico, as relacións entre o fenómeno lingüístico, o literario e o nacionalitario, e as articulacións que lexitiman cada un deles como formacións sociodiscursivas específicas”.

unilingüismo” (Rodríguez 1996: 7) sustentada na tomada de consciência identitária diferencial da comunidade galega, nos planos individual e colectivo, que é ligada directamente com a progressiva assunção e a correspondente habilitação do instrumento lingüístico autóctone; esta ligação entre aumento da consciência identitária e utilização da língua galega, digamo-lo ainda que seja de passagem, é consubstancial aos nacionalismos etno-filológicos (é o caso do galego) e é entendida polo conjunto da historiografía literária analisada de maneira teleológica, em coerência com o papel unanimemente central por ela atribuído ao *critério filológico* no SLG e correlativamente à consideração geral da língua galega como principal (ou único) elemento etno-identitário diferencial imprescindível da comunidade galega⁵⁶.

Concordamos com María Xesús Rodríguez Fernández (1999: 50-51) quando afirma na sua tese de licenciatura que o consenso em torno à aceitação do *critério filológico* como única norma sistémica produce-se a partir do ano 1980. Depois desse ano, nós unicamente detectamos umha tomada de posição no sentido de questionar a função desta regra no ano em que conclui o período abrangido polo projecto Fisempoga (a já referida de Ribera Llopis em 1982; e proveniente, portanto, do SLE). Outra prova da relativa estabilidade alcançada por este critério delimitador após o período estudado polo projecto Fisempoga encontramos-na na forte oposição com que a prática unanimidade dos grupos presentes no SLG receberam a concessão do Prémio Nadal no ano 1990 a Alfredo Conde, até esse momento produtor modelar (e monolíngüe) no SLG, polo romance (em espanhol) *Los otros días*. A função normativa da língua galega nesse estado de campo fai com que o abandono por Conde da norma sistémica já estabilizada, assim como o reforçamento do referente de oposição que supom a decisão deste agente de concorrer a um prémio do SLE, traga como consequência o imediato afastamento da centralidade que ocupava até esse momento (del Caño 2009) e explicam que Carlos Casares, principal agente do grupo Galaxia na altura, afirme que (*in* Carballa: 1991):

56 Ainda que com maior ênfase em propostas críticas próprias do nacionalismo galego (Rodríguez 1985, 1990 e 1996) do que em análises mais próximas da abordagem do feito literário como instituição autónoma (Tarrío Varela 1988 e 1994), estes argumentos están presentes em ambas as posições: “Non é que o futuro estexa asegurado ou xa decidido. Está orientado nunha dirección que non é a irlandesa [consecução da soberania política e abandono da língua própria]. O futuro da nosa literatura nacional estará condicionado pola evolución política do país” (Rodríguez 1985: 20). “Existe, sen dúbida, a tendencia histórica cara ao unilingüismo, como existe esta tendencia tamén nos produtos literarios individuais, loxicamente. Porén, sempre condicionada por destinatarios, ubicación, biografía, cambios ideolóxicos, expectativas de futuro e compromisos, como non pode ser menos nunha realidade nacional que non ten garantido aínda o seu dereito á existencia plena. Está aínda gravemente condicionada na súa expresión plena, de seu” (Rodríguez 1996: 9). “Cando Antolín Faraldo e os seus compañeiros de andainas revolucionarias redactaron un manifesto literario [...] alá polo 1845, titulado «Nuestra Bandera Literaria» [...], non dubidaron en facelo en nome da «Literatura Gallega», [...]. pensando na literatura española que facían os escritores nados en Galicia [...]. Os acontecementos posteriores foron habilitando, pouco a pouco, a lingua propia de Galicia para a expresión estética e volvendo cada vez máis certa a referencia de Faraldo a unha literatura galega, ata o punto de facer da súa existencia, *hoxe en día*, unha verdade sólida e *irreversible*” (Tarrío Varela 1994: 10; itálicos nossos).

tiñamos conquistado un territorio para a nosa lingua e esa foi unha das accións mais importantes nos últimos 20 anos. Escreber na Galiza era escribir en galego e só en galego, conquista moi importante e que parecía definitiva. Que un escritor dea un paso atrás na conquista deste espazo literario resúltame incomprendible.

Ora, como indicámos, apesar da centralidade concedida pola crítica e a historiografía literaria ao *critério filolóxico* para a delimitación deste sistema literario (e cultural) periférico ao longo do seu proceso de construción, a argumentación sobre as margens ou as condicións de aplicabilidade desta norma sistémica non ocupa un volume de reflexom equivalente nos traballos analisados, nem abordadas do punto de vista histórico, nem topográfico (para os enclaves), nem quanto às súas relacións com o *campo nacional* galego ou com os diversos discursos identitarios propostos⁵⁷; tamén detectamos esta lacuna en momentos e estádios (como os que son obxecto deste traballo de investigación e do proxecto en que se integra) em que o SLG pode ser caracterizado fundamentalmente por un deficiente grao de autonomía e institucionalización ou, por outras palabras, de escassa *suficiencia sistémica* (entendida polo profesor Elías Torres [2000: 970 e ss.] como o mantimento da continuidade, da identidade e da estabilidade dum sistema cultural sem que estes traços sejam alterados em dependência de agentes, institucións ou sistemas alheios).

Aliás, as fases nas quais lhe é reconhecida algunha instabilidade ao *critério filolóxico* nunca son fixadas cronologicamente (para além de periodizações em maior ou menor medida gerais e canónicas⁵⁸), assim como tampouco son explicadas as características ou as circunstancias que fan que em estádios do SLG similares a estes quanto a estrutura e funcionamento non seja apontada unha modulación parecida na aplicación do *critério filolóxico*. Esta escassa problematización detectada quanto ao carácter normativo da lingua literaria empregada no SLG (tanto nas margens como nas fases de aplicabilidade do *critério filolóxico* ou na súas relacións com outros campos e discursos) contrasta com a atención dedicada a este tema noutros sistemas culturais periféricos occidentais (ver, por exemplo, Belleau 1983: 19-20 para o caso do Quebec) e tradúcese nunha ausencia marcante quanto à reflexom sobre este asunto.

57 De maneira funcional, entendemos por “campo nacional” o lugar do espazo social onde está a ser construída a comunidade política imaginada, como inerentemente limitada e (relativamente) soberana (Anderson 1983: 23).

58 Como “Prerrexurdimento” (Vilavedra 1999: 16 e 1995-2004 I: 11), “Rexurdimento” (Vilavedra 1995-2004 I: 11) ou “inmediata posguerra” ([1939-1950?] Vilavedra 1999: 16). O profesor Anxo Tarrío (2008: 248) localiza o pré-Rexurdimento entre 1840 e 1861 e o Rexurdimento entre 1862 e 1906; refere tamén a “tensión conflictiva entre la [cultura] elaborada a través del idioma propio de Galicia, es decir, el gallego, y el superpuesto, el castellano, desde, cuando menos, la segunda mitad del siglo XV” (pág. 249), afirmando na continuación que, “por todo esto, aunque en este trabajo nos fijaremos sobre todo en la producción literaria en gallego, habra que tener siempre en cuenta la realidad del sistema literario hegemónico del castellano en España, y también en Galicia, en los períodos que nos hemos propuesto observar [(os dous citados e a «Época Nós» [1916-1936])]” (pág. 250).

Contudo, nos materiais consultados encontramos algumas referências a esta questom procedentes dos principais representantes das duas **orientaçõs metodolójicas** maioritárias no campo da crítica literária galega posterior a 1978. Estas referências a critérios utilizados para complementar ou (de)limitar o grau de aplicabilidade do *critério filolójico* permite-nos verificar também que as regras propostas estám em relaçom directa com a metodologia de análise adoptada, de acordo com o qual encontramos, dum lado, as propostas teóricas do professor Francisco Rodríguez Sánchez (1985, 1990 e 1996), principal *idea-marker* da esquerda nacionalista galega do após-guerra para assuntos culturais e lingüístico-literários e, neste sentido, máximo representante nesta altura da conceiçom crítica que Xoán González-Millán (1994a) chamou “nacionalismo literário”; doutro lado, aludiremos à análise desta questom feita pola professora Dolores Vilavedra (sobretudo 1999), enquadrável na parte da crítica literária galega de fins do século XX que utiliza nos seus trabalhos terminologia própria de abordagens relacionais (sistémicas e de campo).

Em primeiro lugar, Francisco Rodríguez condiciona a suficiênciã do *critério filolójico* ao compromisso social e nacional que um determinado produto ou produtor tem necessariamente que atingir para ser considerado por esta parte da crítica como integrado na “literatura galega”. Ainda que o professor Francisco Rodríguez estabelece a posiçom do comunismo patriótico da Unión do Povo Galego (UPG) já no início da década de setenta, quanto aponta para os vários compromissos que devem contrair textos e produtores para serem incluídos dentro do âmbito de referência do sintagma “literatura galega”⁵⁹, é no fim desta década (Rodríguez 1979) e, sobretudo, em Rodríguez 1990 e 1996 quando, perante a centralidade alcançada no campo da crítica literária galega de critérios legitimadores de natureza estética e comercial até entom claramente secundários no SLG⁶⁰, o líder da crítica nacionalitária expressa de maneira categórica que (Rodríguez 1996: 9; *italico* no

59 Francisco Rodríguez (1970) publica no tardofranquismo um trabalho na revista de Galaxia (*Grial* 30, 1970: 455-462) em que aponta já em primeiro lugar para o “compromiso lingüístico” (selecçom do galego como língua literária, que significará também umha escolha “por ende temática” e mesmo genérica, no sentido da preeminência da lírica, porquanto no processo de construçom do SLG até essa altura é claramente detectável a “falla de novelística dabondo, e por suposto de teatro”, pág. 455); em segundo lugar, o professor Rodríguez chama a atençom para o “compromiso intelectual” do produtor com “o mundo social e cultural onde ún ten nado”. Este segundo “compromiso [do produtor] co seu pobo” (que tem como exemplo paradigmático Rosalía de Castro, centro canónico indiscutido do SLG já desde fin do século XIX) explica já na altura para este crítico o “carácter solidario da nosa literatura, [...]. Por ende, todo o que é solidario permítasenos a faramalla de decir que ten que ser progresista. Indudablemente é impensábel hoxe un imperialista escribindo en galego e, apurando un pouco as cousas, hastra un decidido e entusiasta partidario do capitalismo” (pág. 456).

60 “Ata hai pouco, para os estudiosos da literatura galega o criterio filolójico do idioma empregado definía categoricamente a canonicidade dun texto; progresivamente ese criterio foi perdendo a exclusividade, e a partir de 1975 tivo que compartir o seu poder con outras fórmulas de lexitimación, nas que interviñan xuízos de avaliación estética e comercial, ao lado doutras consideracións sociais. En gran parte, esta división debeuse á entrada do discurso literario en espacios ata entón pouco accesibles (a universidade, o ensino medio e primario, e as institucións públicas” (González-Millán 1994: 33).

original)

é literatura galega a que esá feita en galego e responde á conciencia de Galiza como realidade cultural autónoma, diferenciada. O uso da lingua aparece, pois, como unha condición necesaria, malia poida non ser suficiente, para focalizar a realidade propia, desde dentro dela⁶¹.

De acordo com a literalidade das palabras de Francisco Rodríguez, em última instância, a aplicação do que podemos denominar *critério identitário* (a consciência da identidade diferenciada da Galiza) exigiria a exclusom de facto das margens do SLG dumha parte da produção em galego hoje existente. Ao nom verificarmos este extremo nos trabalhos que acompanham implícita ou explicitamente esta proposta crítica (tampouco na *Historia da literatura galega* em cinco volumes que encabeça o trabalho de Francisco Rodríguez anteriormente citado, editada por Ansedo Estraviz e Sánchez Iglesias em 1996) entendemos que este critério identitário é funcional no plano identificador (delimitador de inclusom-exclusom no sistema em foco) apenas se o considerarmos de maneira *inclusiva*, isto é, se entendermos que a simples utilização da língua galega significa imediatamente a posta em prática da reclamada consciência identitária diferencial⁶².

Porém, este critério identitário si tem claramente umha função hierarquizadora, de atribuição dumha posição mais ou menos central dum determinado repertório no cânone literário galego (isto é, o critério identitário é complementar e opera sobre o conjunto da produção do sistema como umha característica necessária para a selecção dos repertórios que devem ser valorados e reproduzidos). González-Millán (1994: 27) sintetiza esta posição indicando que, para a parte da crítica que ele denomina “nacionalismo literario”, “no canon deberían entrar

61 Em 1985 Rodríguez recorre à legitimidade que fornece a **tradiçom** (elemento central na configuração do SLG historicamente considerado e, também, no período focado nesta tese de doutoramento) para assentar dous critérios identificadores da literatura galega: “Carballo Calero, con esa contundencia empirista que, moitas veces, o caracteriza, chegou a afirmar que literatura galega é aquela que está escrita en galego [cita pola 2ªed. (1975)]. Estamos perante un critério puramente técnico, filolóxico. Nós podemos engadir, ademais, que é aquela que está feita desde dentro do país. [...] Neste sentido, outro dos nosos críticos literários de xuícios ben avaliados, Uxio Carré Aldao, di na sua «Literatura Gallega» [Ed. Maucci, Barcelona, 1911, pág. 36] que a nosa literatura é aquela que recolle os sentimentos e as aspiracións do noso pobo” (pág. 11).

62 Sobre o “extraordinario poder asignado al criterio filológico”, responsable desta leitura inclusiva em virtude da qual “toda la producción literaria escrita en Galicia era considerada una parte del panteón nacional”, veja-se González-Millán (2002a: 229). Francisco Rodríguez (1990) entende que “na literatura escrita en galego albisca-se, cando menos, a configuración dun povo com vida”; e que “utilizar un idioma ou outro, nun contexto como o noso, corresponde a diferentes actitudes ante a realidade global” (pág. 11); “É certo que, hoxe en día, non todos os que usan do galego exclusivamente na sua producción literaria, o fan coa integración necesaria e fonda [sic]. [...] Nesta situación confusa e contraditoria que hoxe vivemos, dá-se o caso de quen, por puro oportunismo mercantilista -a «política» de prémios- desde o campo ideolóxico españolista e obxectivamente ao servizo da asimilación cultural e lingüística, acaba por ser escritor galego... Pero obxectivamente están a xogar todos nunha traxectoria de facer de Galiza un País normal, pois así están condicionados na sua conduta, no eido da literatura escrita” (pág. 19).

exclusivamente textos de temática social e intencionalidade reivindicativa, e só aqueles autores que projectasen unha imaxe paradigmática da comunidade nacional”⁶³.

Do noso punto de vista, entendemos que apesar de ser expressado como se de umha *norma sistémica* se tratasse (regra de obrigado cumprimento para integrar um determinado sistema cultural), o que vimos chamando critério identitário funciona de facto como umha *norma de repertório*, já que nom delimitaria a pertença ao SLG mas si caracterizaria e hierarquizaría a posición de determinados elementos no seu interior (Torres Feijó 2004a: 429 e 437). Por outro lado, a expressom deste critério como complementar ao filológico, já seja para caracterizar o SLG ou para determinar as suas margens, introduze neste sistema um elemento legitimizador de natureza político-ideológica (qualidade compartilhada, por outro lado, com o critério dito filológico) neste caso dificilmente identificável ou quantificável de forma empírica (tampouco é achegado qualquer método ou procedimento para a detecçom desta qualidade). Nesse sentido, a formulaçom deste critério heterónimo (em quanto gerado no exterior dos campos de produçom cultural) constitui um *ideograma* (tanto no sentido de Bakthin, expressom que induze a umha determinada ideologia, como de Kristeva, a mais pequena unidade inteligível dumha ideologia) que atribui explicitamente umha funçom política e ideológica aos produtos enquadrados no SLG, por mais que, como veremos adiante, nom unicamente (Rodríguez 1990: 10-11; carregado no original):

A nosa literatura até 1.936, de forma clara, é fundamentalmente unha literatura tracexada para a desalienación cultural colectiva, formando parte dun esforzo de conformación dunha consciéncia nacional galega. Ten, pois, unha clara funcionalidade social e mesmo política, ainda que non a poidamos reducir a esta categoria.

Esta norma complementar está sustentada numha metodologia de análise de base materialista que considera “os textos literários produtos históricos e, polo tanto, cun sentido en relación co proceso da história” (Rodríguez 1990: 5), que parte da consideraçom da Galiza como

63 Segundo os estudos realizados por González-Millán (1994 e 1994a) sobre a mudançom de critérios identificadores/ legitimadores após o franquismo, quer a eventual exclusom do SLG quer a localizaçom central/ periférica de produtos e produtores derivada da aplicaçom deste critério afectaria claramente à produçom elaborada com posterioridade ao período de vigência do projecto Fisempoga, tendo umha incidência muito menor em fases anteriores de construçom sistémica (tal com verificaremos através dos resultados de Poluliga). Quanto ao estabelecimento de centros e periferias no SLG no período do noso estudo, chamamos a atençom para as cautelas com que devem ser desenhadas estas posiçoms em sistemas deficitários (onde todos os materiais construídos de acordo com as normas básicas contribuem para a legitimaçom do sistema), no sentido de que “na literatura galega aínda hoxe [1994] non aparecen com claridade suficiente a distinción entre centro-periferia, a distinción entre modelos canonizados ou non; en todo caso, non aparece umha literatura marxinal ou imaxinada como tal, dado que hai un *fenómeno de nivelación* [...] que fai imaxinar os textos nun mesmo plano” (Figuroa 1994: 104; itálico noso). As ferramentas de ARS (programas como UCINET e PAJEK) permitem várias possibilidades de mediçom da centralidade dum elemento (veja-se <http://pajek.imfm.si/doku.php>, Velázquez Álvarez e Aguilar Gallegos 2005 e, sobre os diversos modos e medidas de centralidade/ centralizaçom, Reyes Herrero 2000: 201-2).

comunidade cultural e politicamente dominada e que, em conseqüência, nom oculta a sua intencionalidade política (cifrada no carácter social e nacionalitáριο atribuído ao conjunto dos produtos culturais), da qual dependerá qualquer outra función conferida aos produtos literários⁶⁴. A centralidade deste “critério histórico-político interno” (Rodríguez 1990: 19) neste método de análise explica, em última instância, as tomadas de posición do “nacionalismo literário” tanto antes como, para o aspecto que agora nos ocupa, despois de 1978, quando, perante o proceso de institucionalizaçom experimentado no SLG desde o início do período autonómico, esta parte da crítica rejeita as prácticas e os modelos virados para o mercado ou afastados em maior ou menor grau da primordial función social e nacionalitária por ele imputada aos produtos e aos produtores literários⁶⁵.

Esta análise heterónoma do SLG é discutida abertamente pola secçom da crítica que, partindo de análises de carácter relacional com base nas teorias de Lotman, Even-Zohar ou Bourdieu e referenciando-se em grande medida nos contributos de González-Millán para o caso galego, entende a literatura “como sistema semiótico, como institución e como producto textual” (Vilavedra 1999: 23)⁶⁶. Este sector da crítica alcunha de “perspectivista” (pág. 19) o critério

64 Este grupo presta atençom de maneira destacada, aos “movimentos sociais e políticos, coa sua subxacente base estrutural, para estudar a relación da literatura con eles. **Na situación de Galiza, literatura e ideoloxía e/ ou política gardan relacións evidentes.** A partir dun determinado momento é a relación da literatura co nacionalismo” (Rodríguez 1990: 18; carregado no original). Também fai depender a función estetica a respeito da función sócio-política e identitária atribuída à literatura, tal como aponta a afirmaçom de que “os mellores escritores, os que chegaron a facer obra de calidade, son un tipo de persoas que, dalgunha maneira, non aceptaron o orde social burgués imposto sobre Galiza” (Rodríguez 1985: 10). Por último, a metodologia materialista assenta na situaçom periférica da Galiza e na defensa do “carácter complexo e conflictivo da práctica literaria na Galiza. Non é posibel explicar esta práctica sen coñecer acadamente a propia evolución histórico-cultural de Galiza desde os intres da súa dominación e castración polo Reino de Castela e a súa posterior integración subordinada e dependente dentro da estrutura do Estado Español. A literatura, a conciencia literaria, as prácticas artísticas, teñen unha base material socio-económica. No caso da literatura, unha base lingüística” (Rodríguez 1996: 9).

65 Para estas questons é de lectura obrigada González-Millán (1994, em especial as pp. 23-42). Sirva apenas como exemplo do dito o rejeitamento da crítica nacionalista a “inventar unha literatura infantil galega” (Dobarro Paz 1985: 91) ou, principalmente, as sete “características do conxunto literario galego, observado como proceso histórico *aínda non totalmente consolidado*”, expressadas por Francisco Rodríguez (1996: 10-11; itálico noso) e nem sempre verificadas no actual período autonómico: a “clara funcionalidade social e mesmo política, se se quere, instrumental” do discurso literário galego; a “grande contribución da poesía lírica á literatura galega”; o “proceso histórico, [...] encamiñado á normalización da práctica literaria en galego a carón doutros procesos de normalización, non concluídos nen consolidados”; a “importancia da cabilación ideolóxica, política e filosófica” na literatura galega; a “polivalencia do escritor galego, historicamente moi vinculado a tarefas socio-políticas e, desde logo, laboralmente case nunca profesionalizado na escrita” e a maior madurez da práctica literaria em comparaçom com “a teorización e crítica sobre ela”.

66 Parece oportuno referirmos, ainda que seja de passagem, “Os problemas dunha lectura (poli)sistémica da literatura” colocados por González-Millán (2001) na última fase da sua trajetória. Em síntese do professor Arturo Casas (2007: 66; itálico no original), nesse trabalho González-Millán “analiza a que considera ambigüidade teórica de Even-Zohar e o seu excesivo débito co positivismo funcionalista, co formalismo de Tinianov e cunha concepción semiótica da literatura insuficientemente aberta e en cambio abstracta de máis, motivo este polo que a teoría dos polisistemas daría en promover unha serie de leis ditas universais mediante un proceso inductivo e esencialista, parco na atención a situacións sistémicas diferenciadas e perigosamente homoxeneizante”.

identitário proposto polos nacionalistas galegos, considerando-o dificilmente compatível com “o estudio da literatura galega como un sistema autónomo e autóctono”. Em troca, unha das principais defensoras destas posicións metodolóxicas, a profesora Dolores Vilavedra (1999: 17), propom o que ela denomina *criterio sistémico*, -isto é, “a consideración da literatura como un conxunto ou rede de elementos interdependentes no que cada un se define fronte ós restantes pola función que desenvolve na antedita rede”- em primeira instancia como um método de análise capaz de renovar os estudos literários, “superar o «textocentrismo»” e “atopar un novo paradigma epistemolóxico, que se pretende empírico e funcional, fronte ó carácter histórico-hermenéutico do paradigma no que tradicionalmente se viñan xerando as teorías literárias” (pp. 16-17). Com esta perspectiva metodolóxica de orientación sistémica, os traballos críticos e historiográficos aquí situados (saídos fundamentalmente do ámbito da USC) pretenden abordar o SLG como unha “institución lexitimamente autónoma” (Vilavedra, 1999: 28) mas também focam entre os seus obxectivos “*integrar* outros [criterios] coma o filolóxico ou mesmo parcialmente o [...] denominado «perspectivista»”, que nos vimos identificando como identitário (Vilavedra 1999: 21; itálico noso)⁶⁷.

Comecemos entom por analizar a questom da referida **integración dos criterios** filolóxico e identitário no alegado “criterio sistémico” através dos argumentos com que Dolores Vilavedra (1999: 20-21) sustenta a consideración do que parece ser também um novo criterio normativo como “moi axeitado para matizar o filolóxico á hora de delimitar o campo de estudio do que aquí estamos a denominar «literatura galega»”:

En primeiro lugar, porque nos permite incluír nel todos aqueles produtos literarios de intención estética (é dicir, non mimética) [...] que se emiten prioritariamente no espacio

67 A discusión da función hierarquizadora que os de Francisco Rodríguez atribúen à presenza de valores nacionalitarios nos produtos literarios leva Vilavedra (1999: 17-19) a afirmar o seguinte: “Os anteditos criterios [filolóxico e “sistémico”] seméllannos dificilmente compatibles cos que provisoriamente podemos denominar aquí como *perspectivistas* posto que consideran a literatura galega «aquela que está feita desde dentro do País» (Rodríguez 1990: 11 e, na mesma liña, 1996), apostando por unha valoración axiolóxica que pase por «demarcar a función que cumpren obras e autores na conformación histórica da conciencia nacional» (Rodríguez 1990: 19)”. “En última instancia, segundo esta definición o texto literario galego atopa a súa natureza de tal ó servizo dunha teleoloxía social e política que constitúe unha negación implícita do protagonismo da función poética da linguaxe no texto literario, [...] [e reduce] os textos literarios á exclusiva consideración de produtos históricos, [...]. [...], segundo o devandito criterio perspectivista terían que estar claramente relegados e valorados de forma pouco positiva no sistema literario galego todos aqueles textos que se negasen -explícita ou implícitamente- a colaborar no proxecto de construír unha conciencia nacional; paralelamente, o factor determinante da xerarquía literaria sería o grao de compromiso com esse proxecto”. “O criterio que antes cualifiquei como «perspectivista» paréceme que peca dun certo reduccionismo, se ben o grande obstáculo que na miña opinión presenta é que -paradoxal e indirectamente- nega a capacidade de autolexitimación do discurso literario galego e, instrumentalizándoo, impide a súa definitiva autonomización e institucionalización, condenándoo a funcionar como un discurso eternamente vicario ou subsidiario”.

público galego e que se someten tamén prioritariamente ós mecanismos de distribución (editoriais), avaliación e institucionalización (premios, crítica, etc.) autóctonos. A isto habería que engadir outro requisito: que os produtores e consumidores compartan un mínimo *consenso repertorial* non tanto entendido como suma de coñecementos individuais [...] senón como conxunto de normas estético-literarias colectivamente asumidas (pensemos, por exemplo, nos modelos xenéricos). En segundo lugar, [...] o xa comentado carácter dinámico da noción de sistema permite acoller as ocasionais excepcións ó criterio filolóxico xa mencionadas, e explica perfectamente a ambigua posición de escritores como Manuel Murguía ou José Ángel Valente, [...]. Finalmente, [...], obríganos a non descoidar a análise do comportamento de instancias coma o lector ou o código lingüístico, que participan dun xeito moi específico na configuración do sistema literario galego como sistema autónomo [itálico noso].

De acordo com a citaçom recolhida acima, nom nos parece incorrecto afirmar que da aplicaçom coerente do chamado “criterio sistémico” *como método de análise* deveria resultar a integraçom dentro das margens dum sistema literário/ cultural específico (aqui o SLG), num período histórico concreto, de todos os elementos (produtos, produtores, instituioens, consumidores, repertórios e mercado) que conformam umha determinada rede de relaçoens estabelecida de acordo com as normas de diferente natureza por eles total ou parcialmente compartilhadas (aceitaçom em maior ou menor medida geral de normas que podemos fazer coincidir com o denominado aqui por Vilavedra *consenso repertorial*). Na nossa análise, isto significa que para a correcta aplicaçom das metodologias de base relacional ao estudo de sistemas culturais deficitários quanto ao grau de autonomia e institucionalizaçom (em estádios iniciais de construçom ou, em todo o caso, com défices na sua suficiênciã sistémica), a instabilidade ou a falta de unanimidade normativa verificada nestes sistemas exige, em primeiro lugar, a fixaçom, a hierarquizaçom e a determinaçom do grau de abrangência e centralidade do conjunto das normas (sistémicas ou de repertório) que funcionam em todo ou em parte do espaço social em foco num período delimitado; e, em segundo lugar, a inclusom na análise da rede de relaçoens (e, portanto, no sistema concreto) de todas essas normas e elementos, o que significa incluir como fazendo parte do SLG toda a produçom gerada ao amparo dalgumha dessas normas, também a produçom nom escrita em galego quando o *critério filológico* tal como definido anteriormente para o SLG nom é o (único) critério legitimador proposto (como verificamos que acontece no período abrangido por esta tese de doutoramento)⁶⁸.

68 No *Proxecto Galicia*, coordenado no primeiro dos seis volumes dedicados à *Literatura* polo professor Dario Villanueva (2000) e realizado explicitamente desde metodologias sistémicas, a estratégia em relaçom a esta questom passa por excluir do SLG toda a produçom que nom cumpra a única norma sistémica de estar escrita em galego e, ao mesmo tempo, individualizar num volume monográfico (e explicitamente “complementario” aos outros cinco e integrado na “Literatura castelá”) o estudo dos produtores nascidos na Galiza que escrevem todo ou parte da sua obra em castelhano (González Herrán 2003); nos demais tomos, a obra aplica de maneira estrita o *critério filológico*: “Literatura galega é a Literatura escrita en galego, diciamos, e a ela dedicarémolos seguintes cinco

Deste ponto de vista, as “excepcións ó criterio filolóxico” terám a ver fundamentalmente com o nivel de aplicación dum criterio complementar que Vilavedra chama aquí *consenso repertorial*, entendido como o “conxunto de normas [...] colectivamente asumidas” num período concreto num determinado sistema ou, por outras palabras, a aplicación do *criterio filolóxico* nom poderá ser apriorística e estará em dependência das leis que explicam o funcionamento do sistema em cada momento⁶⁹.

Desde umha interpretación que se pretende inclusiva das palabras de Vilavedra no que tenhem de proposta metodológica, a participación dum produtor ou dos seus produtos no SLG guardaria estreita relación com o (re)conhecimento do (e no) próprio sistema e com a aceitação das regras que o regem, assim como com a própria consciéncia e vontade de participar verificada através das várias tomadas de posición que conformam umha determinada trajetória⁷⁰. Neste

tomos do *Proxecto Galicia*. Pero dado o carácter enciclopédico desta magna empresa, non quixemos obvia-lo feito de que un destacado elenco de escritores galegos contribuísen de xeito notable á Literatura castelá, entendendo por tal a escrita nessa lingua. [...] Á marxe do instrumento lingüístico empregado, que definirá a pertenza da obra dun autor a unha ou outra Literatura, é evidente que moitos textos casteláns de escritores nados en Galicia tratan temas galegos, o que non deixa de ter enorme interese desde o punto de vista histórico, cultural, estético ou mesmo ideolóxico, fenómeno ó que se engade o feito de que outros autores galegos cultivasen literariamente as dúas linguas.

Para atender esta rede de implicacións, e com carácter complementario, elaborouse un sexto tomo para escoller nel o máis notable da produción literaria en castelán de escritores galegos, desde Juan Rodríguez del Padrón ou de la Cámara ata os máis estrictamente contemporáneos. Non se seguirá aquí, sen embargo, o mesmo método histórico-crítico dos cinco tomos anteriores, consagrados a traza-la traxectoria diacrónica, organicamente explicada, da Literatura galega como sistema literario fundamentado na lingua orixinaria de Galicia, senón que faremos umha presentación a modo de monografías co fin de que os lectores interesados poidan coñecer esas contribucións, encaixables na Historia da Literatura española en lingua castelá” (Villanueva 2000: “Presentación”). Aponemos aínda que o facto de no fragmento referido figurarem os sintagmas “Literatura castelá” e “Literatura española en lingua castelá” está a indicar implicitamente a existéncia do polissistema “Literatura española”, veiculado nas várias linguas do Estado Espanhol e, igualmente, tanto o reforçamento da equivaléncia entre umha língua e um sistema literário, como a aposta metodológica pola existéncia dum *intersistema literário* (conjunto de sistemas que compartilham norma[s] sistémica[s], segundo Torres Feijó [2004a]; *sistema interliterário* na terminologia utilizada por Arturo Casas em 2003) denominado aquí “Literatura española” e cuja norma sistémica passaria pola utilización dalgumha das linguas seguintes: castelano, galego, catalán ou euskara.

69 Vários trabalhos de membros do grupo Galabra sobre estádios diferentes do processo de construción do SLG indicam que as excepcións ao *criterio filolóxico* nom som tam “ocasionais” como refere a profesora Dolores Vilavedra na esclarecedora “Introducción” à *Historia da literatura galega* que acompañamos (ver, para além dos trabalhos de Poluliga de que nos ocuparemos neste capítulo, Torres Feijó: 1995). Por outro lado, o que a profesora compostelá chama “consenso repertorial” pode ser facilmente identificado com o que a teoria da institución literária de Peter U. Hohendahl (1989: 34) chama “normativa”, conceito que “refire non aos idiolectos individuais dos autores senón ao conxunto de fórmulas codificadas do sistema literario” (recolhido por González-Millán 1994: 16).

70 Achamos que esta idea geral está expressada mais claramente em Vilavedra (1995: 11; itálico nosso): “O primeiro criterio que orientou a selección dos autores que figuran no volume foi o lingüístico. Así, foron tidos en consideración todos aqueles que teñen cando menos publicada umha obra en lingua galega. Mais este criterio flexibilízase cando se trata dos autores do noso Rexurdimento e Prerrexurdimento: é obvio que *a relevancia do factor lingüístico era percibida daquela como non necesariamente determinante para a configuración do sistema literario galego polos seus membros*” (isto é, nas nossas palabras, que a língua galega nom era considerada umha norma sistémica polos participantes na precária rede existente na altura). Por outro lado, parece oportuno explicitar que a participación num sistema contempla a possibilidade tanto de aceitar determinadas regras existentes como de impugná-las total ou parcialmente e tentar impor outras novas; o conceito de *défices projectivos* cobra especial rendabilidade neste ponto à hora de explicar determinadas tomadas de posición em funçom de estados concretos do

sentido, convém indicar que, em estreita relação com a consciência da Galiza como entidade cultural diferenciada, também a crítica nacionalista contempla nas suas análises a “consciência literária” (Rodríguez 1996: 9) dos agentes como elemento capaz de perfilar as margens de aplicabilidade do *critério filológico* como norma sistémica, isto é, a consciência, a vontade ou a expectativa dum produtor de fazer parte dum determinado sistema -confirmadas através da análise da sua trajectória (diremos nós)-, justificaria a sua inclusom no sistema em foco⁷¹.

Esta confluência entre a crítica nacionalista e a de base relacional leva-nos a abordar a questom ainda pendente da apontada **integraçom** (dita parcelar) do critério identitário proposto por Francisco Rodríguez no que Dolores Vilavedra denomina “criterio sistémico”. Em princípio, o carácter abrangente e totalizador das teorias sistémicas explica que entre os objectivos focados desde esta metodologia esteja necessariamente o estudo das relações de (inter)dependência entre o campo literário e o campo nacional, cujos processos de construção caminham de maos dadas em sistemas como o galego ao longo de numerosas fases da sua história (nomeadamente nas caracterizadas pola escassa institucionalização política e cultural). De facto, a constatação desta relação dialéctica entre construção do sistema literário e construção nacional explica por si mesma, numha aplicação coerente das teorias de base relacional (como as que expom Dolores Vilavedra e nós tentamos acompanhar para o estudo do caso galego nesta tese de doutoramento), a necessidade de “demarcar a función que [para alguns grupos e agentes] cumpren obras e autores na conformación histórica da conciencia nacional” (Rodríguez 1990: 19).

De conformidade com o dito acima e da utilização *como método de análise* do que a professora da USC chama “criterio sistémico”, Dolores Vilavedra afirma contemplar o estudo da função jogada pola consciência nacional no processo de construção do sistema literário⁷². Porém, imediatamente a seguir, a professora da USC intervem como agente canonizador tomando posição

campo.

71 “[Hai] unha literatura de carácter nacional, enraigada nos intereses do noso povo, que ven loitando, conscientemente ou dunha maneira de abondo consciente, desde a segunda metade do século XIX até hoxe, por facer-se literatura normal, a forma de expresión axeitada de todos os galegos” (Rodríguez 1985: 8). “Claro está que non é o de Rosalía o caso de Valle-Inclán, abocado á literatura española por práctica lingüística, concepción do mundo, ubicación e expectativas de integración cultural, [...]. Que non lograse a integración na cultura e literatura española con éxito, en vida, [...], non pode ocultar que era esa a súa expectativa, a súa esperanza e a súa conciencia” (Rodríguez 1996: 7).

72 Neste sentido, Vilavedra (1999: 18; itálico no original) indica, por um lado, que “pretendemos non reducir os textos literarios á exclusiva consideración de productos históricos, aínda que si os imos analizar *tamén* como productos históricos” e, por outro lado (pág. 19), explicita que nom pode “eludir a responsabilidade que conleva constatar que Galicia e a conciencia da galegitude son tanto conceptos discursivos e metadiscursivos coma referenciais (Fortin 1994), nin renunciar a estudar e repertoriar cómo se realiza tal conceptualización. Polo tanto, a investigación da literatura galega debe contar entre os seus obxectivos co de averiguar cómo esta participou no proceso de formación dos devanditos conceptos, pero tamén co de describir cómo -segundo o proceso avanzaba- a literatura ía adquirindo unha maior cohesión e autonomía discursiva, consonte se ía revelando como un discurso axeitado para semantizar a realidade, calquera realidade”.

na luta metodológica (e ideológica) polos instrumentos de legitimação que tem lugar no campo da crítica literária galega nos anos noventa e atribui função normativa ao referido como “critério sistémico”, negando o carácter hierarquizador que a crítica nacionalista atribui ao critério identitário (Vilavedra 1999:18; itálico nosso):

Na miña opinión, esta tarefa [o referido estudo do papel atribuído à consciéncia nacional na conformação do sistema literário] entra plenamente dentro das competencias tanto do historiador coma do estudioso da literatura, pero sen embargo *non debe postularse, por razóns evidentes, como criterio de xerarquización artística.*

As “razóns evidentes” alegadas pola profesora da USC para nom atribuir ao critério identitário valor hierarquizador tenhem a ver, por um lado, com que da sua aplicação geral resultaria a marginação do cânone daqueles repertórios aos quais nom fosse atribuído valor como conformadores da alegada consciéncia nacional e, por outro lado, com quê instituições ou agentes seriam eventualmente responsáveis da atribuição desse valor e da fixação dos “lindes desa hipotética valencia de «galeguidade»” (quiçá a própria crítica nacionalista, responsável pola elaboração deste critério ideológico e pola sua validação, apontamos nós...)73.

Do nosso ponto de vista, nas propostas da profesora da USC subjacem problemas de dous tipos à hora de afirmar as vantagens que “o critério sistémico presenta, á hora de delimitar as extremas da literatura galega” (Vilavedra 1999: 21). Em primeiro lugar, detectamos que existe umha confusão entre a função própria da metodologia (as ferramentas teóricas e procedimentais com as quais o agente investigador se aproxima do objecto de estudo e que possibilitam o conhecimento deste) e a função delimitadora ou hierarquizadora das normas que actuam num determinado sistema num dado momento e que som objecto de estudo do pessoal investigador. Em segundo lugar, esta atribuição de função normativa (própria do objecto analisado) ao instrumento da análise (a metodologia sistémica), nom só localiza no mesmo plano a metodologia e o objecto de estudo que esta deve atingir, mas também explica a intervenção como agente canonizador de quem defende no campo os seus próprios instrumentos de legitimação74. Como resultado disto, a

73 Na nossa concepção dos processos de canonização, “o campo literário foi historicamente um espaço privilegiado na luta entre diferentes grupos pola imposição daqueles repertórios culturais com que cada um deles pretendia definir e identificar umha comunidade e manter a sua coesão social; esta imposição é o resultado dum longo, lento, complexo e -em maior ou menor grau- conflituoso processo de canonização mediante o qual som atribuídos a produtos e produtores umha série de valores (morais, éticos, estéticos, políticos...) considerados por esses indivíduos e grupos como imprescindíveis para a configuração da colectividade” (Samartim 2004b: 271).

74 “In interpreting, evaluating and ranking literary works, they practice at an object level what, in an empirical-theoretical perspective, they are supposed to analyze at a meta-level. In preferring the role of agent of symbolic production to that of analyst of this process, their reflection on principles underlying a relational mode of analysis is almost nil” (van Rees e Dorleijnb 2001: 335). Repare-se ainda em que a alegada interferência entre o papel de agente

professora Dolores Vilavedra nom aplica o “criterio sistémico” apenas como método interpretativo, mas propom que este funcione como norma sistémica; ao mesmo tempo, a investigadora actua de facto como agente canonizador, apesar de que o acompanhamento das teorias relacionais de base sistémica e sociológica nom passa, entendemos, por *intervir no processo de canonizaçom* para afirmar ou negar a validez de normas concretas (tenham a funçom que os diferentes grupos lhe atribuírem no interior do sistema), mas si pola tomada de consciência da própria funçom desenvolvida e da posiçom ocupada em cada momento como agente investigador (nom canonizador) e *analisar o campo* em questom para abstrair as regras que actuam num determinado processo de canonizaçom, explicando a funçom que estas normas desempenham num determinado estádio do mesmo, que grupo ou agente as propom ou lhes atribui valor, com que interesses e objectivos, o grau de unanimidade ou centralidade delas, os problemas que levanta a sua aplicaçom, etc.

Por outra parte, já referimos que para a professora Dolores Vilavedra o principal problema colocado polas propostas heterónomas de Francisco Rodríguez consiste em que o princípio de hierarquizaçom externa que defende o grupo nacionalista (estabelecido por meio do que vimos chamando até aqui critério identitário) significa subordinar a autonomia do SLG aos interesses defendidos no campo nacional. Nom é objecto dum trabalho destas características a valorizaçom da oportunidade ou da eficácia (política, cultural, etc.) dos critérios hierarquizadores propostos polos vários grupos que actuam no campo da crítica galega após 1978⁷⁵, ainda que si julgamos conveniente a análise dos seus efeitos para o estudo do sistema (como tencionámos fazer nestas páginas) e, sobretudo, a sua avaliaçom como método de análise e aproximaçom dum determinado objecto de estudo (aqui, o processo de construcçom do SLG entre 1974 e 1978).

Neste sentido, o principal problema que detectamos nas propostas teóricas e analíticas defendidas polo professor Francisco Rodríguez nom tem a ver necessariamente com a mistura entre análise cultural e intervençom política ou, por outras palavras, com o submetimento dos interesses políticos aos científicos (som conhecidas as óbvias relaçons entre ambos campos, e mais em sistemas emergentes como o galego), mas achamos que sobretudo están em funçom da resistência deste grupo a aceitar as mudanças nas leis que regem no campo literário (e político) na Galiza autonómica a respeito da Galiza franquista; isto traduz-se na aplicaçom de idênticos métodos de

da produçom simbólica e o de analista do processo nem se coloca necessariamente no lado da consciência nem da parte exclusiva duma determinada posiçom crítica; já a feminista Toril Moi (2002: 42) sustentava que nenguma crítica é “imparcial” e que toda a gente fala duma determinada posiçom conformada por factores culturais, sociais, políticos e pessoais.

75 Da nossa parte, diremos apenas que concordamos com Antón Figueroa (2001: 14) quando afirma que “unicamente un discurso crítico autónomo está en condicións de analizar, de explicar, de entender e mesmo de resultar activo na historia literaria galega e de contribuír realmente, dentro do campo nacional, á autonomía do campo literario”.

análise e interpretação a realidades sociais que já funcionam de maneira diferente e dá como resultado umha compreensom parcelar (e parcial) do objecto de estudo. Achamos que umha boa mostra desta falta de adaptaçom das propostas metodológicas e dos instrumentos de análise ao estudo da realidade sócio-cultural surgida da transiçom política no Estado Espanhol é que o corpus teórico e analítico formulado polo professor Francisco Rodríguez nos anos setenta é reproduzido praticamente na sua literalidade até bem entrada a década de noventa do século passado (vejam-se, neste sentido, a continuidade das ideias já presentes em 1970 nos seus trabalhos de 1979, 1985, 1990 e 1996) e aplicado nos trabalhos da crítica nacionalista até a actualidade, facto que reforça a ideia da falta de actualizaçom dos instrumentos analíticos que conduz à insistência numha mesma interpretação para um objecto de estudo configurado já de jeito substancialmente diferente em virtude da funçom identitária atribuída prioritariamente à literatura⁷⁶.

Esta continuidade nos postulados interpretativos da corrente central do nacionalismo explica-se em grande medida em funçom das luitas no interior deste movimento entre os grupos partidários do que denominámos *resistència sistémica* (com influéncia considerável até 1982) e aqueles favoráveis a estratégias de tipo mais ofensivo após a consolidaçom do regime político autonómico e pretendem impulsar (fundamentalmente desde a instituiçom educativa e o mercado) novos elementos repertorias que aproveitem as oportunidades fornecidas polo novo estado do campo político e permitam concorrer com o SLE através da promoçom, por exemplo, “duma literatura destinada ao público infantil e juvenil ou [d]os denominados subgéneros narrativos, que funcionam em sistemas mais normalizados como uma das posiçõs com maior sucesso entre o público e, portanto, com um mercado maior e economicamente mas rentável” (Rodríguez Fernández 1999: 123). Pola contra, chefiados polo professor Francisco Rodríguez, os grupos enquadráveis na *resistència sistémica* entendem que um SLG autónomo (Rodríguez Fernández 1999: 121)

só se poderá alcançar a se eliminar a projecção do sistema literário espanhol na Galiza, a se fortalecerem um conjunto de plataformas institucionais que promovam em especial os produtos literários galegos, unido a uma intervençom dos campos do poder que defenda com exclusividade ao sistema minorizado.

A referida permanência dos mesmos postulados teóricos para o estudo do SLG em duas

76 Igualmente, também as ideias geradas nos anos setenta por este grupo em volta da questom (sócio-)lingüística som reproduzidas até a actualidade, constituindo o corpus ideológico central e marcando a praxe do nacionalismo galego neste campo (vejam-se as várias reediçoms, de 1976 a 1998, do livro também de Francisco Rodríguez *Conflicto lingüístico e ideoloxía en Galicia / Conflicto lingüístico e ideoloxia na Galiza*). Sobre a reproduçom de ideias sem questionar a sua validez para entender um objecto de estudo em mudançom pode ser consultado o artigo de Itamar Even-Zohar (2002) “Soluciõs anticuadas e a industria de ideias”, que o professor de Tel Aviv dedica ao caso galego.

fases diferentes na sua configuración (enlaçadas substancialmente polo período que é objecto do projecto Fisempoga e, no seu centro, polo lapso temporal focado neste traballo) permite-nos conducir o noso discurso para outros aspectos presentes no campo da crítica literaria galega, a comezar pola coincidencia nas dúas principais focagens teóricas (tal como fôrom apresentadas até aquí, a crítica nacionalista e a sistémica) na necesidade de utilizar **paradigmas interpretativos** capaces de dar conta das especificidades históricas de sistemas literarios como o galego (literatura “periférica” ou “débil”, segundo seja Rodríguez [1996] ou Vilavedra [1999] a referi-la), caracterizados por unha deficiente institucionalización política e cultural e por unha situación lingüística identificada como diglósica, fronte a sistemas “centrais ou “fortes”, com alto grau de autonomía e institucionalización e que teñem acreditada, portanto, a súa suficiencia sistémica.

No percurso pola bibliografía sobre o noso objecto de estudo encontramos que as primeiras reflexons explicativas da necesidade de utilizar metodoloxía específica para o estudo do SLG partem da identificación deste com sistemas literarios periféricos em “situaciones de tipo colonial o semicolonial” (Vázquez Cuesta 1980: 622), na senda dos postulados já conhecidos propostos pola parte da crítica chefiada polo profesor Francisco Rodríguez⁷⁷. Este grupo, para o qual o carácter colonial da Galiza determina os modos de estudo do SLG, (pre)ocupa-se em evidenciar o carácter social e nacionalitário da práctica literaria na Galiza e em explicitar a autonomía sistémica do SLG a respeito do SLE, com que concorre polo mesmo espaço social⁷⁸.

77 Encontramos unha boa expressom do rexeitamento dos instrumentos teórico-metodolóxicos utilizados polos sistemas ditos normalizados para o estudo do caso galego na introdución do manual publicado por este grupo através da AS-PG em 1982 (Carballo Calero *et al*: 5-6): “a irregular traxectoria literaria do noso país garda perfecta simetria a respecto das vicisitudes históricas por que atravesámos ao longo do tempo e tamén como esta nosa literatura foi fundamental para facer adquirir e medrar unha conciencia da própria identidade e dos propios problemas. Doutra parte, a literatura galega sofreu as consecuencias máis dunha vez da crítica que fai da erudición fin e non meio para, da crítica filoxista ou da crítica feita desde a óptica da literatura española. Todos estes enfoques serviron para descontextualizala e serviron, desde logo, para lle negar o seu valor fundamental, como materialización artística do noso idioma e expresión da nosa especificidade histórica e cultural. Nun contexto conflitivo como o noso, onde a normalización lingüística e cultural é unha conquista diaria, hai algo que non debe ser obviado nunca: explicar «para que» serve a arte, a literatura que se fai, e «por que» é necesaria a súa existencia, a súa renovación e a súa continuidade. Do contrario caímos na divagación estéril, por innecesaria ou diletante [sic]”.

78 “La literatura gallega no constituye un calco, una traducción al gallego de la castellana -como parecen creer algunos-. Se rige por su propia dinámica; está organizada en torno a otras líneas de fuerza porque brota en un clima espiritual y sociogeográfico diferente. De ahí la asincronía de escuelas y estilos entre la literatura gallega y la castellana a pesar del forzado bilingüismo de los escritores gallegos y de la presión cultural a que se encuentran sometidos. Esta asincronía llega a producirse dentro de la obra de un mismo escritor. [...]. Como sucede en otros países del Tercer Mundo (estamos pensando, por ejemplo, en Cuba o el Brasil), todos los experimentos que periódicamente se hacen de arte «non engagé» fracasan porque los mismos que con tanta ilusión los emprendieron derivan hacia campos solidarios, tal es el peso de la acuciante y conflictiva realidad” (Vázquez Cuesta 1980: 871). “A historia da literatura galega é autónoma e independente da súa veciña española, aínda que moitos críticos siguen empeñados en considerala unha ponla dialectal na que se esforzan por detectar sombras de todos e cada un dos movementos culturais metropolitanos” (Méndez Ferrín 1984: 18). “A práctica literaria que merece o nome de galega non é un apéndice da española, senón algo específico, dunha realidade específica. O que se entende por un produto cultural xenuíno, coa súa propia dialéctica, coa súa diferenza lingüística e coa súa realidade referencial e visión do

No caso da professora Vázquez Cuesta, investigadora próxima de posições favoráveis à reintegração cultural galego-portuguesa na altura da redacção da história da *Literatura gallega* que estamos a referir, a defesa da autonomia sistémica do SLG ao respeito do sistema espanhol é reforçada estabelecendo paralelismos entre o SLG e o sistema português, histórico referente de reintegração que foi perdendo centralidade nas estratégias do conjunto do galeguismo do pós-guerra (sobretudo se o compararmos com o importante papel desempenhado por este referente na configuração ideológica do galeguismo anterior a 1936) até mesmo funcionar como referente de oposição para alguns grupos surgidos na década de setenta, nomeadamente para o ILG, grupo central no campo lingüístico desde a sua fundação na USC em 1971⁷⁹.

Em meados de oitenta, Anxo Tarrío (1986) ainda partia do conceito de “colonialismo interior” (postulado em 1967 em *La Révolution régionaliste* por Robert Lafont e introduzido em inícios de setenta no campo intelectual e político galego polo líder do Partido Socialista Galego [PSG] e professor da USC Xosé Manuel Beiras Torrado) para tentar “unha canle de investigación que dera conta dos trazos temáticos, estilísticos, simbólicos, etc., que comparten un número importante de obras literarias producidas en países en vías de descolonización” (Vilavedra 1999: 33). Porém, em fins de noventa Tarrío (1997: 44) já di analisar o SLG “dende unha consideración sistémica da literatura como unha institución social, seguindo unha metodoloxía na que interesa, más có valor estético ou artístico da obra, reunir e interrelaciona-los elementos que a fan posible como fenómeno observable”.

Esta mudança de paradigma interpretativo leva o professor da USC às posições já conhecidas da sua colega Dolores Vilavedra (1999: 34-35) que, na “Introducción” do manual que vimos acompanhando, bota mao do conceito de “etnopoética” (utilizado por González-Millán em 1991) por considerá-lo “un instrumento especialmente útil para situacións como a galega en que as tensións entre centro e periferia, tanto intrasistémicas coma intersistémicas, perturban [...] non só o funcionamento, senón a propia definición do sistema”. Vilavedra (1999: 34) analisa brevemente a adaptabilidade deste modelo teórico ao caso galego e considera que entre as suas vantagens está o

mundo diferenciada” (Rodríguez 1996: 6). No caso do professor Francisco Rodríguez (1996: 30), esta defesa da autonomia do SLG conduze-o ao rejeitamento dos novos subgéneros narrativos que emergem no SLG das décadas de oitenta e noventa, entendidos por esta parte da crítica mais como elementos de dependência cultural a respeito do histórico referente de oposição do que como (a um tempo) resposta e fabricação de novas necessidades para um sistema com novas possibilidades de acesso e legitimação no mercado: “Hai unha forte presión cultural e ideolóxica, conducente ao mimetismo (novela policiaca, novela pseudo-histórica, novela de «aventuras»...)”.

79 Vázquez Cuesta (1980: 626 e 628) recorre ao sistema literário português, “literatura hermana de la gallega”, para indicar que “una literatura surgida en la misma área lingüística y que, a pesar de haber vivido experiencias históricas totalmente distintas, coincide con ella en bastantes rasgos: uno de ellos la escasez de teatro”; outro “curioso paralelismo entre la literatura portuguesa y la gallega” tem a ver, para Vázquez Cuesta com “la creencia en la falta de aptitudes para la novela”.

facto de ajudar a explicar as “particularidades do discurso literário étnico” e que, nesse sentido, representa “unha oportunidade para superar os límites epistemolóxicos e axiolóxicos impostos polos discursos críticos xerados polas literaturas hexemónicas, ó tempo que pon en evidencia dimensións silenciadas -en tanto que subversivas- polas instancias canonizadoras”. Contudo, a profesora compostelá coloca entre os défices da “etnopoética”, centrada no estudo dos proceso de construción nacional através do feito literário, parecidos argumentos aos já apontados no momento de questionar a función hierarquizadora atribuída ao critério identitário por Francisco Rodríguez: “predeterminación ideolóxica, o que se traduce en parcialidade e escasa versatilidade”, e “que o seu obxectivo prioritario sexa contribuír ó proxecto de construción dunha cultura nacional diferenciada, co que isto implica de condicionante teleolóxico” (pág. 35). Em troca, Vilavedra (pp. 35-36; *italicos* nossos) propom

un certo eclecticismo á hora de configurar un modelo interpretativo co que dilucidar a especificidade do discurso literario galego. [Este eclectismo passa por que] o investigador da literatura se dote dun abano de instrumentos metodolóxicos o suficientemente extenso e variado [...] instrumentos que deberán mudar ou complementarse segundo as *épocas, os autores e os xéneros*, e que na miña opinión deben cumprir, antes ca calquera outro, tres requisitos fundamentais: seren compatibles cunha definición máis ampla do que tradicionalmente se viña entendendo por “literatura”, que atenda tamén ó seu carácter institucional; *actualizaren e autonomizaren os criterios identificadores da valencia literaria* e, por último, daren conta da especificidade que caracteriza os distintos niveis do sistema literario galego en tanto que formulado nunha lingua non normalizada.

Neste punto, já indicámos acima que, de acordo com a nossa concepção da função que devem desempenhar os métodos de análise científica, as ferramentas metodológicas nom som as responsáveis por “autonomizaren os criterios identificadores da valencia literaria” mas que, neste ámbito, a sua oportunidade e utilidade reside precisamente na capacidade para analisarem a função e o grau de autonomia ou heteronomia que os vários grupos actantes num sistema cultural concreto atribuem às normas (critérios identificadores, ou hierarquizadores, incluídos) presentes no campo literário num dado momento objecto de estudo.

Si encontramos este tipo de análises em González-Millán (1994) e em Maria Xesús Rodríguez Fernández (1999), os críticos que, dos trabalhos consultados para a redacção deste capítulo, utilizam com maior rigor metodológico as teorias de base relacional para abordar as mudanças experimentadas no SLG desde o fim do franquismo até a consolidação do período autonómico. Referiremo-nos em primeiro lugar e com algum pormenor ao trabalho publicado por

González-Millán em 1994 porque neste e noutros contributos posteriores (González-Millán 1996 ou 1998a, por exemplo), o antigo professor do Hunter College dá conta das **principais mudanças** experimentadas no SLG durante as duas primeiras décadas do regime autonómico que sucedeu à ditadura do General Francisco Franco e, sobretudo, porque para o finado professor é precisamente a progressiva perda de influência canonizadora dos critérios legitimadores heterónomos, fundamentados no que vimos chamando *critério identitário*, a favor doutras normas hierarquizadoras mais próximas quer da autonomia do campo literário quer do funcionamento do mercado, o que caracteriza um sistema cultural que alcança durante as duas últimas décadas do século XX um grau de institucionalização e autonomia até entom desconhecidos⁸⁰.

Precisamente, ainda que González-Millán coloca a baliza inicial dos seus trabalhos (1994 e 1996) no ano da morte de Franco (1975), os seus contributos explicam a evolução do SLG sobretudo a partir da década de oitenta⁸¹. Assim, o desfasamento cronológico entre os lapsos temporais focados nos trabalhos do professor e no presente trabalho nom permite a traslaçom automática das análises de González-Millán ao SLG do período do nosso estudo, ainda que a sua focagem metodológica e o rigor das análises possibilita o contraste e a verificaçom do grau de aplicabilidade ou ajustamento das conclusons resultantes ao estudo do SLG no período concreto aqui analisado (1974-1978).

80 Nesse mesmo período está também a ser construída nas instituições saídas da Constituição de 1978 a autonomia política reconhecida por primeira vez na época contemporânea à comunidade que sustenta esse sistema cultural. Neste sentido, lembramos que a principal hipótese de partida de Bourdieu é que os campos de produçom cultural ocupam umha posiçom dominada a respeito dos campos do poder; de acordo com isto, ao lado do grau de simultaneidade no percurso dos dous processos referidos (autonomia política e cultural) será necessário estudar também o grau de autonomia global alcançado polos campos de produçom cultural a respeito dos campos político e económico, sem negligenciar que “as possibilidades de autonomia do campo literario galego supoñen un poder galego real, político, económico, etcétera, fronte ó que [ter a possibilidade de] declararse autónomo” (Figueroa 2001: 127).

81 “O punto de partida deste traballo cífrase na percepción dun cambio de perspectiva a partir de 1975 e sobre todo na década seguinte; fálase cada vez menos de literatura «galega», e máis de «literatura» galega. En torno a esta transformación xiran tódalas tensións ideolóxicas. A percepción social do escritor, as especiais dificultades na problemática e complexa articulación das asociacións profesionais e culturais, a incidencia dos premios literarios e da política editorial no cambio radical da imaxe e dos usos sociais do libro, sobre todo o literario, a loita entre a poesía e a narrativa por un lugar canónico na xerarquía dos xéneros” (González-Millán 1994: 13; itálicos nossos). “Case tódolos estudos sobre a primeira década posdictatorial aluden sistematicamente ao papel dos premios literarios, á consolidación das asociacións de escritores, á cooficialidade do galego na administración pública e no ensino, ou á renovación das empresas culturais, sobre todo a do mundo editorial” (González-Millán 1996: 22). Lembremos, neste sentido, que a norma pola qual fica estabelecida a pré-autonomia política para a Galiza é assinada em Março de 1978, que esta só foi plebiscitada em Dezembro de 1981 e que o decreto que regula a entrada da língua e a literatura galegas no ensino obrigatório só foi sancionada em Abril de 1979 (com outro decreto autonómico referindo as “Normas sobre uso e ensino da língua” já em 1982); ainda, a tendência à incorporaçom de novas editoras ao campo editorial galego arrinca já de 1973 (Cordeiro Rua e Samartim 2008), a Asociación Sócio-Pedagoxia Galega (AS-PG) e a Asociación de Escritores en Língua Galega (AELG) som criadas em 1980, tanto a Asociación de Profesores de Língua e Literatura (APLL) como a Associação Galega da Língua (AGAL) som fundadas em 1981 e a Lei de Normalización Lingüística (1983) e a fundaçom da Mesa pola Normalización Lingüística (1986) som posteriores às margens contempladas no projecto Fisempoga.

Neste sentido, para o que agora nos interessa, González-Millán (1996: 17-18) estuda o proceso de autonomización e institucionalización do SLG após o franquismo e parte de Moisan e Saint-Jacques (1987) para apontar que

o grao de autonomía dun campo literario como o galego debe medirse en relación con tres criterios: a delimitación da súa especificidade discursiva, a efectividade da súa lexitimación nacional e a consolidación da súa articulación como obxecto de estudio e ensino. [...] Estes tres horizontes de autonomía son unha guía excelente para estudar a transformación dun espacio literario como o galego, que a partir de 1975 ve como os diversos colectivos se esforzan por consolidar un campo especializado cun discurso propio e cunhas institucións específicas. As consecuencias desta nova dinámica son obvias: unha redución do ámbito de lexitimación do discurso literario, ao perder a multifuncionalidade social das décadas anteriores; unha maior autonomía para poder funcionar como un discurso social específico; e unha drástica redución nas credenciais do escritor como depositario da memoria nacional, por ter que compartilas con outros axentes sociais, que dende as súas propias áreas de especialización reivindicán distintas articulacións da memoria colectiva [confrontese com Francisco Rodríguez (por exemplo, nota 64)].

No concreto, as mudanzas detectadas por González-Millán (1994) teñem a ver com a progresiva institucionalización do SLG verificada no surgimento de novas instancias legitimadoras (editoras, premios, asociacións profesionais...) e no alargamento deste sistema a novos ámbitos de consagração e reprodución (mercado, ensino...), todo o qual explica as modificacións experimentadas quanto à emergência de novos géneros, à sua estruturação interna ou à sua hierarquia relativa (surgimento da literatura chamada “de quiosque”, produçom maciça de literatura infante-juvenil ligada ao ensino, promoçom institucional da narrativa frente à predominância histórica da poesia, ampliaçom de subgéneros dentro da narrativa, etc.). Além do mais, as referidas alteraçoms esclarecem também sobre a indicada *resistência sistémica* dos grupos que sustentam os repertórios e a funçom atribuída ao discurso literário galego em períodos anteriores, caracterizados (no caso dos períodos pré-autonómicos) polos défices no funcionamento do sistema e por unha situación em que “canonización estética y legitimación social eran uno y el mismo proceso, dominados no por las fráguiles normas de un precario campo literario, sino por las presiones sociales y políticas, nacidas de los conflictos asociados con determinados actos de resistencia y reivindicación colectivas” (González-Millán 2002a: 226-227).

Em síntese, para González-Millán (1996: 28) a “tensión entre unha consagração autónoma e unha lexitimación heterónoma tradúcese, no caso de literaturas como a galega, na dificultade de dar o paso do nacionalismo literario a unha literatura nacional” ou, por outras palabras, na passagem

complexa dumha *literatura de resistência* (tal como definida por Bárbara Harlow em 1987) para um sistema literário com o suficiente grau de institucionalização e autonomia (a respeito do sistema cultural com que partilha espaço social e dos campos do poder político e económico) como para que a sua continuidade e reprodução não seja percebida como problemática pelos grupos e instituições actuantes nele.

Contudo, se bem é certo que as características referidas acima e a situação de relativa suficiência sistémica resultante poderiam descrever sumariamente um SLG pós-franquista já consolidado e *suficiente* (relativamente; e sabemos que este não é o caso do período abrangido nem pelo nosso estudo nem pelo conjunto do projecto Fisempoga), também julgamos oportuno indicar que ao identificar o conjunto do SLG galego prévio à morte do ditador com o “nacionalismo literário”, González-Millán aponta para uma situação de monopólio legitimador (ou, pelo menos, de clara hegemonia nos instrumentos de legitimação) do discurso militante nacionalista no campo literário galego da década de setenta. Desta maneira, se a interpretação que fazemos dos postulados de González-Millán é correcta, a alegada passagem da literatura de resistência (do “nacionalismo literário”) para a “literatura nacional” sustentaria-se na perda do monopólio legitimador do texto nacional no conjunto do SLG, facto acontecido de maneira progressiva após a morte do ditador e a conseguinte instauração da autonomia política na Galiza. Julgamos que esta ideia é central nos trabalhos de González-Millán mas que, sem pretendermos minusvalorar tampouco a centralidade das propostas nacionalistas no campo literário galego do período do nosso estudo (e já apontamos para as cautelas com que devemos referir-nos ao par centralidade-periferia no SLG nesta altura), isto não se corresponde *exactamente* com a realidade do acontecido no SLG durante o lustro que ocupa a presente tese de doutoramento (nem tampouco no período abrangido pelo projecto de investigação em que se integra) já que, sinteticamente, esta ideia abaixo e mesmo exclui da análise outros discursos não menos centrais e também presentes neste sistema emergente entre o franquismo e a transição.

Tal como pretendemos demonstrar neste trabalho e, por enquanto, de acordo com o conhecimento do SLG de 1974 a 1978 fornecido pelos resultados de Poluliga (*vid* Samartim e Cordeiro Rua 2009), no tempo do nosso estudo os principais grupos presentes no campo literário da Galiza lutam pela hegemonia e actuam de acordo com diferentes objectivos e estratégias procurando tomar posições conducentes ao controlo do conjunto do sistema literário e das suas normas de legitimação. Neste processo, os grupos com maior grau de institucionalização no período pré-constitucional (nomeadamente o Grupo Galaxia e o que chamámos “Grupo Filgueira”

em Samartim e Cordeiro Rua 2009) ocupam à partida umha posiçom de relativa centralidade, e mantem umhas relaçons e desenham umhas estratégias que (ao serem sucedidas) lhes permitirám alcançar a oficializaçom das suas propostas e ideias no início do período autonómico (veja-se o próximo capítulo).

A verificaçom deste facto questiona o alegado monopólio do discurso nacionalitário de resistência, e obriga a incluir nas análises do SLG nom apenas as tomadas de posiçom dos grupos que relativizam a funçom do *critério filológico* como norma sistémica (excluídos, por isso, das margens do sistema pola crítica posterior a 1978), mas também necessariamente obriga a ponderar no estudo do SLG as açons dos grupos galeguistas mais institucionalizados nos campos culturais, que som mais ou menos abertamente contrários aos repertórios (sociais, artísticos ou identitários) promovidos polos grupos nacionalistas e defendem em maior grau que os agentes da esquerda a autonomia relativa da arte e fãem um uso sensivelmente diferente da funçom modelar da tradiçom⁸².

Ainda em relaçom com **as focagens, os discursos e os critérios** sustentados pola crítica para o estudo do SLG no período da presente tese de doutoramento, detemo-nos agora na investigaçom da nossa colega Maria Xesús Rodríguez Fernández (1999) porque (a partir fundamentalmente dos pressupostos teóricos de Itamar Even-Zohar, Pierre Bourdieu, José Lambert, Elías Torres Feijó, Antón Figueroa e do próprio Xoán González-Millán) esta integrante do Grupo Galabra da USC sintetiza na tese de licenciatura sobre a revista «*Luzes de Galiza*» no *Sistema Literário Galego (1985-1995)* também o estado e o funcionamento do SLG do período 1975-1985 e, desde pressupostos teórico-metodológicos assumidos igualmente no presente trabalho, som colocadas umha série de questons (quer quanto aos assuntos focados quer, também, quanto à focagem e arrumaçom do conhecimento) que julgamos de capital importância para a abordagem e o entendimento do nosso objecto de estudo e que, igualmente, aproximam este trabalho dos contributos do professor González-Millán na mesma medida em que o afastam da restante bibliografia consultada.

Em primeiro lugar, M. Xesús Rodríguez Fernández (1999: 42-44) atende à posiçom central da literatura a respeito dos outros campos culturais e à funçom determinante desempenhada polo SLG no processo planificador emprendido polos grupos que pretendem afirmar a existência diferenciada da comunidade galega num momento em que, por primeira vez na história do longo e

82 Rodríguez Fernández (1999: 122) afirma que “a persistência no repertório da tradição como o garante máximo da galeguidade e da vocação resistente da cultural galega, aproxima-os [aos nacionalistas], em parte, daqueles grupos galeguistas que defendem um repertório mais essencialista, aos que, no entanto, questionam porque do seu ponto de vista desideologizam o seu repertório, folclorizando os seus materiais e descontextualizando-os das circunstâncias políticas e históricas por que foram criados”.

lento processo da construção deste sistema cultural, os grupos galeguistas pode(rá)m utilizar um aparato de poder (também político) capaz de legitimar essa planificação e contribuir para o seu triunfo.

Em segundo lugar, a partir de que González-Millán (1994: 30) afirmasse que “son múltiples os indicadores da confrontación entre as dúas institucións literarias que actúan en Galicia, a galega e a de expresión castelá”, Rodríguez Fernández (1999: 46) sustenta que no SLG pós-franquista (deveremos entender que também, portanto, no do período do nosso estudo) confrontam-se grupos que pretendem consolidar no espaço social galego um sistema literário com a língua galega como norma sistémica, com outros que “formulam a existência dum único polissistema, o espanhol, que integraria como periféricos, portanto como subsistemas, o catalão, o galego e o basco”; entre as instituições que legitimam esta segunda opção Rodríguez Fernández coloca o ensino, alguns prémios literários bilíngües galego-castelhano (como os Premios de la Crítica Española, por citar apenas um elemento legitimador instaurado no tempo do nosso estudo, 1976) e propostas críticas como as do ex-reitor da USC Darío Villanueva (1992: 15 e *ss.*), elementos todos que parecem promover este polissistema espanhol com dupla configuração lingüística nos territórios em que existem duas línguas (*vid supra* a nossa nota 68); ao lado destas duas opções principais, Rodríguez Fernández também refere as propostas de (re)integração no intersistema luso-afro-brasileiro sustentadas por grupos periféricos no período autonómico.

Sem entrarmos agora a ponderar o grau, o modo e mesmo o nível de relação em que estas três macro-estratégias poderiam eventualmente ser verificadas no tempo do nosso estudo, para os nossos objectivos é importante recolher que esta investigadora afirma que nenhuma destas posições concretiza “quais são os elementos em que assentam a sua definição do que deve ou não deve ser incluído no mesmo [SLG], [isto é,] como se distinguem os produtos galegos dos outros com os que concorre ou, dependendo da visão, convive” (Rodríguez Fernández 1999: 47).

Esta questão será abordada por M. Xesús Rodríguez em terceiro lugar, concluindo com o professor Elias Torres (2000: 969) que, como os sistemas literários cifram a sua diferença e a sua suficiência em termos de normas, modelos e materiais repertoriais *diferenciais e concorrentes*, apesar do triunfo que significou para as propostas dos grupos galeguistas o consenso estabelecido em torno à consideração da **língua galega como norma sistémica a partir de 1980** (Rodríguez Fernández 1999: 54), “existem outras normas de repertório que de não se actualizarem, mas sobretudo, dada a debilidade do repertório galego, de não se criarem com as duas premissas de diferenciação e concorrência [...], põem em perigo a subsistência e a sobrevivência do sistema

literário galego para se definir como autónomo”.

Para além de reflexionar sobre a “Recepção literária em situações de conflito” (Rodríguez Fernández 1999: 54-57), na base das achegas neste campo do professor Antón Figueroa (1988), vemos como esta investigadora integra na sua análise, com um sucesso considerável, os métodos de abordagem de natureza relacional acompanhados também por González-Millán, e coloca no centro do seu trabalho sobre o SLG o estudo das relações (nomeadamente com o SLE), das estratégias (em maior ou menor medida sucedidas quando analisadas *a posteriori*) e das características das normas e dos materiais com que os grupos que actuam num sistema literário periférico trabalham para construir a autonomia (ou para resistirem, ou para manterem a dependência...) em função dessas mesmas regras e materiais terem mais ou menos precariedade ou suficiência.

Em último caso, análises críticas como as que exemplificam González-Millán e Maria Xesús Rodríguez Fernández têm para nós uma função modelar, ao evidenciarem, além do mais, a utilidade para a compreensão do nosso objecto de estudo que fornecem instrumentos analíticos capazes de estabelecer os limites e os critérios que explicam o funcionamento dum sistema literário periférico em processo de construção, máxime quando este concorre pelo mesmo espaço social com um sistema autónomo e fortemente institucionalizado, ferramentas e modelos com os quais é possível contemplar o carácter dinâmico desse processo e, em último termo, a sua natureza construída e não teleológica (e, neste sentido, vale a pena insistir mais uma vez na forte vertente planificadora das análises sustentadas em teorias empíricas).

Por fim, a imensa maioria da crítica literária galega posterior a 1978 pode ser localizada no espaço teórico delimitado entre as duas posições que vimos analisando: a identitária, de carácter heterónimo, focagem histórico-social e nacionalitária e funcionalidade explicitamente política; e a sustentada em postulados sistémicos que, segundo afirma, tenciona focar o fenómeno literário como uma instituição relativamente autónoma⁸³. Do lado das propostas críticas mais viradas para a

83 Em geral, encontramos em maior ou menor medida mostras da posição crítica nacionalista (“critério histórico-político interno”) em trabalhos saídos preferentemente do âmbito universitário da cidade da Crunha e de docentes de ensino médio (como Carballo Calero *et al* 1982, Méndez Ferrín 1984, Mato Fondo *et al* 1988, Mato Fondo e Fernández Pérez-Sanjulián 1992, Maceira Fernández 1995, Ansede Estraviz e Sánchez Iglesias [ed.] 1996, Queixas Zas 1999, Bernárdez *et al* 2001 ou Gómez Sánchez e Queixas Zas 2001), por mais que, como acontece no caso do último manual anotado (em que convive a periodização de Francisco Rodríguez com referências de González-Millán e conceitos como “sistema literario”) no conjunto da produção crítica predomina um certo ecletismo metodológico que neutraliza as diferenças de focagem, tal como será referido no lugar correspondente desta epígrafe. Contudo, na crítica de natureza relacional (“critério sistémico”), com importante presença na USC, podemos situar com relativa claridade quanto ao discurso utilizado Vilavedra 1995, 1999 e 2003, Tarrío Varela 1997 e 1997a, em geral Tarrío Varela 2001 e 2002 (coord.), Vieites *et al* 1998, Villanueva 2000, Herrán 2003 e, com uma coerência e profundidade metodológica que supera claramente os trabalhos anteriormente referidos, os contributos de Maria Xesús Rodríguez (1999), Xoán González-Millán (1994, 1996 e 2000) e Antón Figueroa (1988, 1996 e, sobretudo, 2001), incluindo o seu trabalho conjunto de 1997.

autonomia do feito literário encontramos também algunha mostra de interpretacións da literatura como fenómeno eminentemente estético⁸⁴. O agente que melhor exemplifica a defensa do que, acompañando a terminoloxía utilizada até o de agora, poderíamos denominar *critério estético*, Ramón Gutiérrez Izquierdo (2000, *et al* 1991 e 2003), contempla tamén de maneira secundaria o estudo das relacións entre o campo literario e os campos do poder, mas fai-no do punto de vista das referencias ao “contexto” (entendido este como o conxunto dos elementos extra-literarios a que un texto fai referencia ou que explican a produción de determinados textos) e detecta “prexuízos” e “reduccionismos” (Gutiérrez Izquierdo 2000: 9) na parte da crítica que fai depender as súas análises de cuestións externas ao texto literario (como da “vontade” e do “patriotismo”, elementos que indigan implicitamente o grupo que vimos denominando aquí nacionalista); en troca, esta crítica esteticista defende posicións claramente situadas a favor de análises internas, *textocéntricas* e, em última instancia, tamén dificilmente obxectiváveis (pág. 38):

as suxestións e emocións que suscita unha obra literaria residen nela mesma e na súa dimensión artística, non no coñecemento do contexto. [...] A historia da literatura debe procurar estudar as obras en si, destacando os seus valores estéticos, pero tamén debe incluír algunha información sobre o contexto, o que permite un coñecemento máis completo do fenómeno literario e, xa que logo, facilita interpretacións parciais da obra, que enriquecen a súa dimensión plurisignificativa⁸⁵.

Com a presentación deste criterio estético concluímos a identificación das normas com que a crítica galega posterior a 1978 delimita e hierarquiza os repertorios presentes no SLG. Em **síntese**,

84 Para as cuestións relacionadas com procesos de autonomización e estetización de sistemas literarios periféricos poden ser consultados os traballos de G. Jusdanis (1991) ou de D. Kiberd (1995).

85 Dá para ver que esta proposta minoritaria está sustentada em critérios valorativos que descansam preferentemente no “carácter singular da personalidade creadora” (Gutiérrez Izquierdo 2000: 7), no “carácter representativo dos trazos formais e temáticos do xénero ou autor estudado”, e na “eficacia estética” (pág. 8) “de obras significativas, vinculadas sempre co contexto e coas peculiares circunstancias que rodearon e rodean a produción en lingua galega, pero sen caer no discurso que reduce o labor dos nosos escritores a unha especie de crónica social ou a un simple exemplo de vontade e patriotismo” (pág. 9). Encontramos já em inicios da década de oitenta propostas textocéntricas similares, mas procedentes do exterior do SCG, como as de Ribera Llopis (1982: 9), que afirma que “El estudio de las literaturas peninsulares de lengua no castellana ha conducido excesivas veces a hablar de problemática. Razonada o no, ha diluido en muchas ocasiones el sentido de los textos que en último grado son los formantes de toda tradición literaria. De acuerdo con el sentido que rige la colección en que se incluye este volumen, concedo al dato histórico el rango de marco o motivador de una obra, de una postura generacional, según el texto ante el que nos encontremos, pero intentando siempre partir de la entidad textual”. Esclarecendo “el sentido que rige la colección”, debemos indicar que todos os volumes abordam a literatura española (em español), incluíndo os vols. 24 e 25. *Literatura Hispanoamericana: hasta el s. XIX / siglo XX* (J.M. Cabrales Arteaga), a excepción do vol. 22. *Literaturas marginadas* (M^a Cruz García de Enterría) e do vol. 23. *Literaturas catalana, gallega y vasca* (que consultamos). De acordo com isto, com a incluso das literaturas periféricas peninsulares na colección “Lectura Crítica de la Literatura Española”, esta obra parece ir claramente no sentido da secundarización e da apropiación sistémica dessas literaturas polo sistema central (*vid* acima os comentários de Rodríguez Fernández [1999: 46 e ss.] sobre este assunto).

os contributos em volta das regras delimitadoras ou hierarquizadoras do SLG presentes na bibliografia em foco están a indicar que todas as análises partem da aceitação do *critério filológico* como única norma sistémica (critério delimitador e identificador), ainda que existe um reconhecimento explícito das dificuldades de aplicação desta norma em situações raramente concretizadas mas, em todo o caso, apontadas para períodos caracterizados pola falta de autonomia no campo político, por unha situação lingüística precária quanto ao reconhecimento social e institucional da língua galega e com uns campos culturais deficitários quanto ao seu grau de autonomia, institucionalização, estrutura e funcionamento. Esta descrição corresponde-se com o desenvolvimento do SLG na imensa maioria do seu percurso histórico e também, em grande medida, com o lapso temporal estudado na presente tese de doutoramento; porém (Torres Feijó 2002), o período 1974-1978 (ou 1968-1982 no seu conjunto) nom figura(m) entre os momentos em que é detectada unha aplicação deficitária do *critério filológico* e o corpus do SLG referido nos trabalhos analisados exclui toda a produção nom veiculada em galego. Em última instância, consideramos que a posição de unánime centralidade ocupada no SLG polo chamado *critério filológico* é resultado do trabalho dos vários grupos galeguistas actuantes neste sistema ao longo do seu processo histórico de construção; grupos que, sobre todo a partir da oficialização da primeira instituição cultural do galeguismo em 1906 (a RAG), e de maneira intensa desde a criação das Irmandades da Fala dez anos despois, atribuem à língua galega a consideração de principal (ou único) elemento identitário diferencial imprescindível para a continuidade e a coesom social da comunidade galega; esta posição sai claramente reforçada no campo literário com a publicação em 1963 da *Historia da literatura galega contemporánea* do professor e crítico literário de Galaxia Ricardo Carballo Calero.

Ainda neste sentido, unha parte da crítica literária galega adopta um discurso metodológico de carácter sistémico e aponta para a utilidade das teorias relacionais tanto para a delimitação mesma do objecto de estudo como para a identificação e o estudo das normas actuantes no SLG. No entendimento de que um sistema literário está conformado pola rede de relações em que participam unha série de elementos interdependentes no quadro dumhas determinadas regras de jogo ou de entendimentos institucionais, a professora da USC Dolores Vilavedra, unha das principais representantes deste discurso crítico, denomina “criterio sistémico” um requisito de natureza metodológica segundo o qual serán considerados como fazendo parte do SLG todos os elementos que participem numha determinada rede de relações (sistema) em virtude da aplicação das normas verificadas no seu funcionamento. Esta exigência metodológica, que inclui o estudo do

conjunto de regras em maior ou menor medida centrais ou compartilhadas num determinado sistema numha dada altura (o que a professora Vilavedra chama “consenso repertorial” e Hohendahl [1989] “normativa”), contempla também o exame das sucessivas tomadas de posição dos produtores em função do estado concreto do campo num dado momento (trajectória) como um elemento necessário para a eventual localização dum agente no SLG.

Por seu lado, o sector maioritário da crítica galega posterior a 1978, localizada no âmbito político-cultural do nacionalismo galego da esquerda e encabeçada polo professor Francisco Rodríguez Sánchez, elabora desde inícios de setenta um corpus de ideias com o qual pretende tanto abordar como identificar e caracterizar o SLG. Neste corpus ideológico ocupa umha posição central o que vimos chamando aqui *critério identitário*, que funciona para este grupo como o principal critério normativo de carácter legitimador e hierarquizador aplicável no SLG, segundo o qual a posição mais ou menos central no sistema dum determinado elemento estará em função do grau de consciência da Galiza como entidade cultural diferenciada que acheque esse elemento ao SLG. Fronte a este critério, a funcionar como norma de repertório, um sector minoritário da crítica literária galega do período autonómico postula o *critério estético* (minimização crítica dos elementos externos ao espaço textual e valorização da perfeição formal ou da beleza sentida ou percebida num texto literário) como a regra determinante à hora de legitimar e atribuir valor aos produtos integrados no SLG (integração feita em todos os casos em virtude de os materiais cumprirem a apontada norma sistémica e estarem produzidos em galego).

Em todo o caso, de acordo com os trabalhos realizados pola equipa que desenvolveu o projecto Poluliga (ver *infra*), e tal como pretendemos evidenciar com esta tese de doutoramento, a identificação feita pola crítica literária do período autonómico do uso da língua galega como única norma sistémica (critério dito *filológico*) e de duas normas de repertório principais (que designámos critérios *identitário* e *estético*) nom alcança para explicar o funcionamento do SLG no período do nosso estudo (1974-1978); assim mesmo, a utilização dum discurso crítico de carácter sistémico nom se corresponde necessariamente com o acompanhamento e a aplicação de metodologias empíricas, facto polo qual tampouco é possível atingir o objecto de estudo focado neste trabalho através dos resultados alcançados por esta parte da crítica analisada. Desta maneira, estamos em disposição de afirmar que, atribuindo o carácter de norma sistémica unicamente ao uso do galego, a prática totalidade da crítica literária galega reduz o conjunto de elementos integráveis na rede de relações que chamamos SLG entre 1974 e 1978, e nom leva em conta a necessidade de incluir na delimitação e na análise do funcionamento deste sistema os repertórios (regras e materiais; também

os eventualmente compartilhados com o SLE) relacionados com tomadas de posição como as que afirmam, ainda no período do nosso estudo, que “la literatura gallega se produce del mismo modo que sus hablantes: de modo bilingüe” (Varela 1976: 115).

Igualmente, o facto de limitar as normas de repertório aos critérios identitário e estético, em virtude dos quais alguns grupos atribuem valor aos elementos repertoriais presentes no SLG, significa não contemplar nas análises outras regras que funcionam no período em causa e que, pelo mesmo, são imprescindíveis para compreendermos o funcionamento deste sistema em construção; referimo-nos, nomeadamente, aos critérios apontados no capítulo anterior na altura de caracterizarmos o “livro galego” (geográfico, temático e de origem do produtor) e também à função legitimadora e hierarquizadora concedida à *tradição* pelo conjunto dos grupos presentes no SLG entre o franquismo e a transição (e concretamente por aqueles mais centrais e institucionalizados, com uma acção decisiva tanto no campo literário como também no campo, determinante em todo o período de estudo do projecto Fisempoga, da codificação linguística)⁸⁶.

3.1.2. Procedimentos de Abordagem

Na análise da bibliografia sobre o objecto de estudo da presente tese de doutoramento reparámos também em que a exposição das diferentes metodologias de partida apresentadas nas páginas precedentes (que podemos sintetizar em discursos críticos identitário, sistémico e estético) não se reflecte na utilização, no acompanhamento ou na aplicação de procedimentos de abordagens essencialmente dissemelhantes dum mesmo objecto de estudo e, em consequência, em resultados analíticos substancialmente diferentes. Pelo contrário, na bibliografia que se ocupa do SLG no período abrangido entre 1974 e 1978 constatámos uma notável *neutralização da metodologia* de partida que julgamos não é alheia, mais uma vez, à função atribuída à tradição também no campo da historiografia literária galega, participação na tradição neste formato crítico condicionada pela precariedade institucional em que o sistema é historicamente construído e que explicaria em último termo a prática verificada no conjunto dos materiais analisados, que se ocupam da reunião de elementos que cumprem a única norma sistémica contemplada, da sua arrumação em géneros e da sua selecção e análise temático-estilística através da focagem de “obras e autores” (como *tradicionalmente* se vem fazendo em qualquer literatura das consideradas “centrais” ou “fortes”, portanto). Entendemos, então, que são os factores apontados

⁸⁶ Lembremos apenas, sobre a função da tradição no campo literário, a defesa que Carballo Calero (1974: 275) faz no tempo do nosso estudo da obra de Fermín Bouza-Brey, face aos vanguardistas Manuel Antonio e Amado Carballo, em virtude da poesia do primeiro estar “fortemente artellada na tradición”. Sobre a função central atribuída à tradição no processo de codificação linguística no período do nosso estudo remetemos para Samartim 2005.

(neutralização metodológica e peso da tradição, também formal) os que explicam uns resultados centrados em abordagens temático-estilísticas de autores e obras agrupados em gerações e géneros.

No sentido ainda desta *confluência de resultados*, julgamos oportuno explicitar que existem elementos compartilhados entre os três discursos críticos principais que a justificam em grande medida; assim, as referências ao “contexto” que faz a crítica mais textocêntrica e esteticista contribuem para aproximar este discurso do da crítica nacionalista, que oferece já nos anos oitenta em troca “unha visión da historia da literatura como manifestación cultural dun proceso histórico, que *respeita a autonomía do texto nos seus valores estéticos*” (Mato Fondo *et al* 1988: 9; itálicos nossos). Juntamente com isto, o “critério histórico-político interno” (Rodríguez 1990: 19) sustentado polo discurso crítico nacionalista nom parece contraditório com a explicação da literatura como um fenómeno social e histórico própria dos discursos sistémicos que, para além de pretender integrar esse discurso crítico de natureza política (ver *supra*), também levam em conta o “protagonismo da función poética da linguaxe no texto literario” (Vilavedra 1999: 18).

Nom podemos deixar de apontar, contudo, para a escassa integração das relações entre elementos e campos na imensa maioria dos trabalhos histórico-literários analisados, acompanhem estes contributos discursos de carácter histórico-político ou de tipo relacional. Tampouco as análises dos trabalhos pretensamente sistémicos dam conta da posição ocupada e da função desenvolvida no conjunto do sistema polos agentes e as instituições que o conformam, nem das normas de funcionamento do SLG no momento histórico em foco, e as referências às circunstâncias de produção e circulação dos produtos tenhem em geral um carácter introdutório e dificilmente podem, neste sentido, ser localizadas dentro dos objectivos focados por umha análise relacional, mas apenas dentro dumha análise em maior ou menor grau *contextual* (tal como definida acima)⁸⁷.

Destas tentativas de análise empírica, em maior ou menor medida deficientes ou parcelares, deverám ser exceptuados, por exemplo, os trabalhos publicados pola professora Dolores Vilavedra já no século XXI, os contributos de Xoán González-Millán e Antón Figueroa (centrados fundamentalmente no âmbito da análise de aspectos que dim respeito às normas e modos de funcionamento do SLG) e o trabalho já referido de María Xesús Rodríguez Fernández, que aponta oportunamente para a alegada falta de integração nos trabalhos que se ocupam do SLG pós-

87 Julgamos que esta afirmação dificilmente poderá ser contestada recorrendo ao capítulo de Xosé María González Xil (2001: 419-439) em Tarrío Varela (coord. 2001), em que som enumeradas as participações de artistas gráficos no campo editorial galego, e, já no pólo da crítica nacionalista, tampouco com as referências à música, o cinema, as artes plásticas e a arquitectura feitas por Miguel Mato Fondo (in Ansedo Estraviz e Sánchez Iglesias [ed.] 1996: 1510 e ss) dentro da abordagem do “Contexto político e cultural” em que se desenvolve “A poesía contemporánea a partir de 1975”.

franquista dos elementos político-culturais que explicam a dinâmica e a transformação do sistema literário, mas que som directamente desestimados nos materiais através dos quais acedemos ao conhecimento construído sobre o nosso objecto de estudo ou, na maioria dos casos, considerados como “externos” ao sistema literário em foco⁸⁸.

Desta maneira, quanto aos *procedimentos de arrumação e de abordagem do conhecimento*, detectamos um acordo total no agrupamento de produtos e repertórios em géneros canónizados e a aceitação com alguns matizes da arrumação dos produtores em gerações (pormenores que nom impedem o uso deste método, como veremos abaixo). Ao lado desta arrumação geral encontramos vários exemplos de agrupamentos específicos também sujeitos a umha posterior arrumação genérica (e depois a outra em obras e autores) para os casos dos repertórios destinados ao público infanto-juvenil (a partir da década de setenta), para a produção feminina (integrada no corpus geral de maneira maioritária, facto seguramente favorecido pola posição central ocupada pola figura de Rosalia de Castro no SLG) e para os espaços que nós denominamos *enclaves* e que, por regra geral, serán individualizados apenas no imediato após-guerra (1940-1950) para cubrir o vazio deixado pola ausência de produção em galego na metrópole (*vid* Axeitos Agrelo 2002), referenciados escassamente fora deste momento e referidos na bibliografía analisada sob epígrafes em que figurarám termos como “emigración”, “exilio”, “diáspora” ou “exterior”⁸⁹.

88 “Este carácter externo deriva-se, principalmente, de que nestas análises se priorizam os textos e os autores, fazendo-se uma análise imanente que não permite, em nossa opinião, estabelecer as razões que explicam o porquê dessa transformação e a função que todos estes elementos desempenham. Noutros casos estes elementos, juntamente com os acontecimentos político-sociais são considerados como importantes, mas unicamente são utilizados como pano de fundo, como contexto histórico que pretende deitar luz sobre as novas dinâmicas que se verificam, mas que, em qualquer caso, afinal não são postos em relação com esses autores e obras que estudam, continuando a privilegiar a perspectiva internista” (Rodríguez Fernández 1999: 59).

89 Numha rápida vista de olhos aos nossos materiais encontramos que, fora a monografía de Fernández Paz (1999) e os trabalhos coordenados ou assinados individualmente por Roig Rechou (2000 e 2002, este último organizado segundo os géneros canónicos), a **literatura infanto-juvenil** ocupa algum espaço individual em Dobarro 1985 (com as conhecidas reticências a “inventar unha literatura infantil galega” da crítica nacionalista, contrária à legitimación achegada polo mercado, pág. 91), Tarrío Varela 1988, Vieites 1998 (que se aproxima do teatro produzido para esta tipologia de público), Eyré 1996 (que fai o próprio para a narrativa), Vilavedra 1999, Gómez Sánchez e Queixas Zas 2001 (integrada na abordagem de cada género concreto) e Leal Gómez 2006 (que, igual que Vilavedra 1999, considera este repertório um “xénero” autónomo). Para o SLG no tempo do nosso estudo, a **produção feminina** é estudada escassamente de jeito individualizado, destacamos apenas as monografias de Carmen Blanco (1991), a maioria dos trabalhos integrados em Fariña Busto e Suárez Briones (2000) e, quanto ao género narrativo, Seara e Bermúdez (2002: 231-5). Por seu lado, sobre a **produção dos enclaves** escrevem monografias Martínez López 1987, Maceira Fernández 1995, Varela Iglesias (ed. 1995), Tarrío Varela 1997, Axeitos Agrelo 2002...; dedicam algunha epígrafe a estes espaços os libros de texto publicados antes da Lei de Normalización Lingüística de 1983 polo Colectivo Seitura (1982) e por Fernández Herráiz e García Urría (1982); também Mato Fondo *et al* 1988 e (com Fernández Pérez-Sanjulián) 1992, Vieites 1996 e Pérez Rodríguez 2001 (que abordam o teatro), Vilavedra 1999 (individualizando a narrativa), Noia 2002 (referida dentro do género narrativo), Soto López 2002 (dentro da crítica), Valcárcel 2002 (dentro das institucións culturais) e Fernández Velho e Sambade Soneira 2006 (anotando obras e autores d“*A literatura galega en América*”); a esta listagem parcelar podemos acrescentar ainda a monografía sobre

Se somarmos, entom, a estas questons relacionadas com a organizaçom do conhecimento algunha referència à *periodizaçom* estabelecida nos trabalhos que analisamos, verificaremos que, aos efeitos da integraçom do lapso 1974-1978, a data marcante para dar início ao período posterior ao após-guerra pode ser colocada tanto no ano da morte do ditador como em 1980. Ainda que nom existe umha equivalência exacta entre a tipologia de discurso crítico e a escolha dumha das duas datas apontadas para separar a época franquista da autonómica (Tarrío 1998 e *et al* 2001 e Vilavedra 1999, que afirmam partir de idênticos postulados metodológicos sistémicos, estabelecem 1975 e 1980, respectivamente), parece oportuno notar neste ponto a influéncia da proposta periodizadora do professor Francisco Rodríguez (1990: 62-63) que, sustentada na dependéncia de factores exógenos ao campo literário (sócio-políticos), consiste em estender um período que entende caracterizado por umha

atmosfera que condicionará a criación literária en termos positivos -tensión e vitalidade- até 1.980, *máis ou menos*. Xa aprobada a Constitución Española e o Estatuto de Autonomia da Galiza, *especialmente* a partir de 1.981, os acontecimentos irán precipitando-se nun camiño de confusión e falta de expectativa ideolóxica que condicionará gravemente non só o desenvolvemento cuantitativo -número de obras publicadas- senón tamén cualitativo da nosa literatura⁹⁰.

Contudo, o facto de que o conhecimento sobre o SLG esteja construído sob os parámetros da *divisom genérica*, explica a procura dumha baliza específica para a mudançom na evoluçom de cada género concreto na bibliografia consultada onde, em geral (e reservando umha maior concreçom para a epígrafe seguinte), é apontado o ano de 1976 para a poesia, os anos 1975 ou 1977 para a narrativa (sem entrarmos agora nas polémicas que arrasta a data do esgotamento definitivo da Nova

A literatura eonaviega contemporánea de Frías Conde 2003.

90 Repare-se no carácter aproximativo atribuído à periodizaçom polas expressons sublinhadas. Para a reproduçom desta periodizaçom contribuiu sem dúbida a importante presenza do grupo do professor Francisco Rodríguez no ensino secundário (a própria obra de 1990 corresponde-se com a publicaçom da memória apresentada para as provas de catedrático de liceu polo líder político-cultural do grupo nacionalista). Entre os “critérios metodolóxicos para a análise do fenómeno literário galego” prescritos polo professor Francisco Rodríguez (1990: 18; carregado no original) o número sete ocupa-se da periodizaçom: “Os grandes períodos, que podem abranxer arredor de 25 anos, ainda que agrupen a diferentes xeracións, son do ponto de vista histórico, máis sintomáticos, pois manteñen unidade e coeréncia ideolóxica e cultural, nos aspectos fundamentais. **Debe fuxir-se da catalogación atomizada e alumear, com luz histórica potente, os fenómenos literários**, e o contraste entre épocas e autores ou obras”. Vieites (1996: 12), ainda que contempla também a pertinéncia de levar em conta elementos externos ao campo literário (nomeadamente a relaçom deste com os campos político e nacional), coloca porém a questom da periodizaçom noutros termos: “Entendemos que toda proposta de periodización debe partir da análise das características singulares do propio obxecto de estudio e no caso da literatura galega, deberemos ter presente tamén a variable sociopolítica, pois o aumento da conciencia de Galicia como país histórica, cultural ou lingüísticamente diferenciado, repercute na produçom literaria cualitativa e cuantitativamente”. Consulte-se ainda, sobre periodologia e mudançom nos sistemas literários ibéricos, César Domínguez (2004).

Narrativa Galega), também 1975 para a literatura infanto-juvenil e o ensaio (nalgum caso aqui também 1978) e também de 1978 para o teatro (se quem aborda este subcampo específico é Vieites [1996] e nom Vilavedra [1998], para quem a baliza deveria avançar até o fim do período de transição, que situa em 1980). Vemos, pois, como a crítica nom parece levar em conta que “um código literário não se extingue abruptamente, num determinado ano ou num determinado mês, como também não se constitui dum jacto” (Aguiar e Silva 1999: 420). Igualmente, o lapso que pretendemos estudar nesta tese de doutoramento (1974-1978) está atravessado em vários pontos pola linha imaginária que separa o período identificado na nossa bibliografia secundária como “posguerra” doutro que, em geral, é adjectivado como de “hoxe” ou “actual” (e ao qual, por certo, nom é colocada data de *terminus ad quem*).

Julgamos que o facto de a bibliografia consultada ter localizado ao longo dos vários anos apontados mudanças parcelares no sistema (concretamente diferenças temático-estilísticas e nas condições de produção e circulação dos produtos agrupados em géneros) confirma o acertado da escolha do período 1974-1978 para o estudo do processo de construção dum sistema literário caracterizado fundamentalmente pola mudança ou, por outras palavras, consideramos que a periodização feita em função deste objecto de estudo permite individualizar para a sua análise posterior a linha imaginária que separa o franquismo (após-guerra segundo a bibliografia) da Autonomia (configurando entom umha dessas “zonas difusas de imbricação e de interpenetração” que refere Aguiar e Silva, 1999: 420), e cuja largura pode ser medida *grosso modo*, ao que parece, em cinco anos (que ocupam, nom por acaso, a posição central no projecto Fisempoga)⁹¹. Porém, a realidade de o período do nosso estudo figurar em grande medida repartido na bibliografia ao uso entre duas grandes épocas, somado à falta de bibliografia específica sobre este (reduzido e transicional) período de fronteira, significa também umha maior dificuldade da parte do pessoal investigador ligado a Fisempoga na hora do levantamento de informações específicas da bibliografia secundária, problemas que só será possível superar cotejando os materiais recolhidos deste corpus secundário com os apanhados do nosso corpus primário e de apoio (livros, revistas e imprensa), o que contribui, além do mais, para relativizar a utilidade real da bibliografia existente sobre o nosso objecto de estudo.

Parece oportuno reforçar a ideia de que as balizas estabelecidas para o conjunto do sistema nos materiais consultados nem sempre som funcionais depois de que a crítica efectue o

91 “A utilização de datas precisas para assinalar o fim de um período e o início de outro, como se se tratasse de marcos a separar dois terrenos contíguos, não possui rigoroso significado analítico-referencial, apenas lhe devendo ser atribuída uma simples função de balizagem, como que a indicar um momento particularmente relevante na desagregação de um período e na conformação de outro” (Aguiar e Silva 1999: 420).

agrupamento da produçom em géneros e coloque marcas cronológicas específicas tentando responder à evoluçom de cada tipologia genérica. Chamamos a atençom ainda neste sentido para o facto de que esta organizaçom do conhecimento em géneros canonizados nom é analisada e em nengum momento é questionada pola crítica literária galega, assim como para que a análise do discurso genérico é apresentada habitualmente nas monografias e trabalhos historiográficos consultados (com maior intensidade no caso da crítica dita sistémica) como um objectivo em si mesma, sem colocar em geral esta questom em funçom da explicaçom do funcionamento, da estrutura ou das relaçons presentes no sistema em foco (como veremos adiante, esta estrutura também será reproduzida por meio do sistema de ensino)⁹².

Nom detectamos, portanto, nos trabalhos historiográficos consultados umha análise do discurso genérico entendido como um repertório da cultura (si nalgumha monografia específica, como as que González-Millán 1996 ou Vilavedra 2002 dedicam à narrativa); porém, o que destaca neste tipo de produtos é a utilizaçom destas categorias como contentores onde arrumar materiais em virtude dumhas determinadas características textuais preestabelecidas. Polo contrário, umha abordagem centrada nos géneros como repertórios obrigaria à crítica analisada, recorrendo às palavras de González-Millán (1995: 346),

a identificar que axentes interveñen na configuración, perpetuación e subversión das formas xenéricas e a precisar os requisitos que fan posible a súa actuación. As institucións educativas responsables da transmisión do coñecemento [quando existirem], as tradicións literarias canonizadas, o mundo editorial, os grupos e movementos literarios, determinados procesos socioculturais, as institucións avaliadoras (sobre todo as académicas) e o protagonismo de determinados textos e autores, deberían figurar entre os axentes privilexiados desta dinámica xenérica.

De acordo com a nossa análise, o modo em que está construído o conhecimento sobre o SLG

92 Lembremos as “épocas, os autores e os xéneros” que colocava Vilavedra (1999: 36) entre os assuntos de que a metodologia sistémica devia dar conta, ou afirmaçons como as seguintes: “Así, a restauración do discurso literario galego na posguerra producírase, máis ca por medio da sucesión xeracional de estratos creativos, pola apertura dun abano de liñas temático-estilísticas que se desenvolven diacronicamente de xeito paralelo. Veremos a seguir cómo ten lugar este proceso nos distintos xéneros” (Vilavedra 1999: 220). No mesmo pólo crítico, Anxo Tarrío (2001: 17) expresa as suas preferências por “adoptar unha metodoloxía cronoxenolóxica que nos permitise observa-la evolución dos distintos xéneros canónicos desde a posguerra ata hoxe, através das diferentes xeracións, promocións ou unidades xeracionais (no sentido manheiriano [sic] da expresión)”. Igualmente, já indicámos que a crítica literária mais textocéntrica (Gutiérrez Izquierdo 2000: 8) está interessada fundamentalmente no “carácter representativo dos trazos formais e temáticos do xénero ou autor estudado”. No outro pólo da crítica, em coerência com a funçom atribuída à literatura e com os métodos que movem o seu estudo, o oitavo critério metodológico prescrito por Rodríguez (1990: 20; carregado no original) determina que “nunha situación como a galega, **fai-se máis apremiante o estudo das formas como expresión dos contidos**”, sem que isto signifique arrumar a produçom de maneira diferente à genérica.

em volta do período do nosso estudo evidencia, por unha parte, o carácter relativamente aproximativo e convencional atribuído à periodización (já foi apuntado) e, por outro lado, tem como principal conseqüência a parcelación das focagens e, portanto, a dificuldade para a comprensión global do SLG (quanto às relacións do conxunto de elementos que interactúan no seu proceso de construción). Entendemos que a organización do coñecemento *unicamente* por xéneros e o entendemento dos xéneros *apenas* como epígrafes sob as quais arrumar materiais con determinadas características textuais (sem cuestionar, em geral, a función e a posición que os xéneros, como repertórios, desempeñan no sistema) non favorece estes obxectivos nem tampouco posibilita abordaxes transversais e em maior grao relacionais do conxunto do sistema, por exemplo quanto ao estudo de trajectórias de individuos, de grupos ou do papel desempeñado polas institucións tamén quanto à configuración, à función e à posición dos xéneros em foco, ou quanto às relacións mesmas entre os varios xéneros (de presenza/ ausencia no sistema, de hierarquía, etc.)⁹³.

Apesar das cuestións colocadas acima sobre a organización do coñecemento em xéneros, unicamente o ***agrupamento geral dos produtores em gerações*** é motivo dalgumha reflexión crítica na bibliografía historiográfica consultada. Para a presentación destes asuntos, os traballos analisados referem “O Problema das Gerações” tratado por Karl Mannheim já em 1928 (por exemplo Tarrío [2001: 17] ou Roig Rechou [2002a: 385]); neste texto (*vid* Weler 2007), o filósofo e sociólogo húngaro entende estes agrupamentos de produtores como conxuntos alargados de relación (*generationszusammenhang*) que *potencialmente* podem avanzar na configuración de grupos concretos (*konkretegruppen*) ou, para o que aquí nos interessa, reconece que unha unidade geracional pode non se constituir um grupo concreto e coeso socialmente, por mais que o uso dos vocábulos “grupo” e “geração” funcionem geralmente na bibliografía consultada como sinónimos⁹⁴.

Outro investigador de referencia citado na bibliografía crítica galega para estas cuestións é Julius Petersen (1946), para quem unha geração literaria pode ser entendida em virtude de factores como a coincidencia na data de nacemento (que favorece atitudes solidarias), a comunhão de

93 Confronte-se este punto com a arrumación quanto à “tipología da produción” ensaiada em Cordeiro Rua e Samartim 2008. Veja-se tamén a epígrafe 3.2.2.3. nesta tese de doutoramento.

94 Repare-se, neste sentido, na (leve) diferenza entre os conceptos *grupo* e *geração* alegada em 2004 no vol. 4 do *Diccionario de literatura galega* coordinado por Dolores Vilavedra (1995-2004 IV: 396; itálico no original): “O convencional dos criterios que permiten empregar o termo «xeración» para referirse a un grupo homoxéneo fai que en ocasións a denominación empregada por Fernández del Riego sexa substituída pola de *Grupo Galaxia*, que semella máis flexible polo que se refire ós parámetros cronolóxicos dos seus membros”. Esta maior flexibilidade atribuída ao concepto *grupo* frente à homogeneidade da *geração* é aplicada tanto a *Galaxia* como, no mesmo volume, tamén à “xeración Abrente” ou “grupo de Ribadavia” (pp. 402-3; *vid* as entradas correspondentes às gerações canónicas da literatura galega nas pp. 497-501 deste volume).

orientaçõs pedagógicas (cifrada numha similar formaçom cultural e ideolóica), a vivência de problemas comuns (que estimula posicionamentos e intervençõs conjuntas), o eventual reconhecimento dumha liderançã intelectual comum, a criaçom dumha linguagem literária específica, a desagregaçom da geraçom anterior, etc.; situaçõs todas que apontam mais para umha tendência (ou, outra vez, umha *potencialidade*) do que para um facto relacional objectivo e objectivável.

Ora, no conjunto dos trabalhos analisados, a historiografia literária da Galiza acompanha a estrutura geracional estabelecida por Xosé Luís Méndez Ferrín (1984) para a poesia galega do século XX. Este produtor, localizado crítica e politicamente na esquerda nacionalista (Méndez Ferrín 1984: 71; itálico no original), nom defende “a análise xeracional como método *excluín*te de interpretación histórica”, leva em conta o (re)conhecimento e posicionamento dos produtores em relaçom à tradiçom e entende

que o concepto é insustituíble se nos propomos agrupar escritores en sectores coherentes que reflexen en bloque os condicionamentos sociais, económicos e histórico-literarios dun momento dado. Para o autor, xeración é un conxunto de escritores nados nun período de dez anos, que se configuran colectivamente nun determinado intre histórico, e en relación con determinado estadio da tradición literaria precedente.

Boa prova do sucesso do agrupamento de produtores feito por Ferrín constitui-o o facto de que este é reproduzido no ensino médio incluso desde antes da sua efectiva publicaçom em livro na primeira metade da década de oitenta (Colectivo Seitura 1982: 381), utilizado como modelo para os períodos nom abrangidos no trabalho deste crítico nacionalista (Tarrío Varela 1997: 56) e tresladado em grande medida do género que ocupou historicamente a posiçom central no SLG também para os géneros diferentes do poético, em funçom tanto da centralidade alcançada por este produtor no campo literário galego desde a década de sessenta (em virtude dumha acumulaçom de capitais relacionada quer com as suas açõs nos campos culturais quer com o mantimento dum discurso político enquadrado na esquerda independentista) como do pretendido carácter abrangente deste trabalho historiográfico de Méndez Ferrín e da implementaçõs dos postulados teóricos do grupo nacionalista a que pertence⁹⁵.

95 “Non só tratei de clasificar autores e tendencias poéticas de antes e de despois da guerra antifascista, senón que tamén quixen calificar os xéneros en prosa das épocas estudadas, así como designar os feitos culturais e as actividades políticas que acompañaron á literatura e determinar os dados económicos, sociais e, en conxunto, históricos que considere necesario en cada intre para unha comprensión xusta deste anaco da nosa evolución histórico-literaria. Nesta obra enténdese a xeración de textos poéticos en lingua galega como parte do proceso de liberación nacional do noso pobo” (Méndez Ferrín 1984: 17).

Porém, na hora de agrupar os produtores segundo a data de nascimento ou de início da sua produçom, encontramos tomadas de posiçom no sentido de relativizar ou questionar a adaptabilidade desta arrumaçom para o estudo do SLG; isto acontece com o próprio Méndez Ferrín que, partindo da aceitaçom indiscutida do *critério filolóxico*, atribui a situaçoms políticas nom favorecedoras do uso literário da língua galega o principal motivo de roçamento entre o procedimento geracional e o estudo da realidade literária da Galiza. Tanto para Ferrín como para o conjunto da crítica literária galega, esta situaçom anómala afectaria em maior medida aos períodos anteriores ao noso estudo (nomeadamente ao inmediato após-guerra) do que à década de setenta⁹⁶. Estas anomalias no funcionamento do SLG levam ao principal fabricante de ideias do “nacionalismo literário” em que se integra Ferrín a determinar o carácter secundário do chamado “critério xeracional” fronte às normas propostas e os métodos de abordagem já conhecidos deste grupo (Rodríguez 1990: 19; carregado no original):

Ademais do critério histórico-político interno, **pode empregar-se, como complementário, o critério xeracional, nunca como exclusivo ou prioritário.** Ao ser a nosa unha situación anormal, a idade ou data de nacimiento non sempre unifica aos escritores nen sequer en canto ao momento cronolóxico das suas contribucións á literatura pátria.

A contradicçom anotada por Ferrín e a situaçom de anormalidade do SLG apontada por Francisco Rodríguez para secundarizar o método geracional som também consideradas pola crítica que acompanha um discurso sistémico. Por isso, à hora de reflexionar sobre a aplicabilidade do método geracional como fórmula interpretativa válida para o estudo do SLG (nomeadamente para a poesia, em virtude da já referida construçom do conhecimento na base dos repertórios de género e a traslaçom do método de análise do género central para os restantes), Dolores Vilavedra (1999: 221) refere na sua *Historia da Literatura Galega* as várias tentativas da crítica galega (Álvarez Cáccamo e Bernárdez 1994, Román Raña 1996 ou Manuel Forcadela 1996) para “establecer un novo paradigma analítico que detectase cales destas liñas [temáticas e estilísticas] funcionan como eixes vertebradores na reconstrucción do discurso poético, e de analizar o seu desenvolvemento”⁹⁷.

96 Xosé Luís Méndez Ferrín (1984: 71) indica concretamente que “a máis importante contradicçom que achei no meu traballo entre o concepto de xeración e a realidade literaria e cultural en cuestión, maniféstase no seguinte feito anómalo: as tres primeiras xeracións do posguerra (primeira, nados entre 1910 e 1920; segunda, nados entre 1920 e 1930; terceira, nados entre 1930 e 1940) xurden case simultaneamente. Non siguen unha á outra; agroman, máis ou menos, contemporáneas, despegan xuntas. Esta anomalía débese a que a produçom de libros galegos se interrompe entre 1936 e 1950”. Por seu lado Román Raña (1996), tras revisar as condiçoms de aplicabilidade dos criterios de Julius Petersen para a análise da poesia galega de após-guerra, conclúe que a arrumaçom geracional nom é viável no SLG até a década de 70.

97 Anotamos como mostra das tentativas e das estratégias ensaiadas para resolver os problemas apontados, quanto ao agrupamento e a periodizaçom no SLG, “Unha proposta de superación da orde xeracional oitenta/noventa” de Iris

Contudo, o alto grau de consenso alcanzado pola já *tradicional* organización feita por Ferrín em inicios da década de oitenta, fai com que o novo paradigma interpretativo proposto na década seguinte nom passe por superar o agrupamento dos produtores em gerações, mas apenas por servir-se da clasificación geracional como punto de partida para entender o “diálogo interxeracional que achega os estilos e as vontades e dificulta o establecemento de fronteiras diacrónicas” (Álvarez Cáccamo e Bernárdez 1994: 3-4) ou por empregá-lo, em último caso, “non tanto como rixida clasificación xeracional senón a modo de esqueleto cronolóxico que nos oriente para seguir o desenvolvemento das principais propostas estéticas” (Vilavedra 1999: 221). Assim, o conxunto da crítica literaria que se ocupa do SLG dos anos setenta acompañará efectivamente o método de arrumación dos produtores em gerações minimizando a importancia dos agrupamentos para a comprensión do sistema (recorrendo ao carácter convencional das categorizacións e mesmo recollendo, nalgum caso, a idea da produción como acto individual e solitario do génio criador vinda do romantismo), alegando o peso do consenso em volta dumha tradición já consolidada, razóns de comodidade, claridade expositiva ou o suposto didactismo derivado deste procedemento⁹⁸.

Parece pertinente apontar ainda a permanência nos traballos historiográficos e

Cochón Otero (2001), em cujo estudo esta profesora da USC nega validez, por convencional, ao concepto de geração e afirma partir “dunha consideración global do decurso poético do último cuarto de século XX, [com o qual] é claro que as súas premisas de partida combaten o carácter compacto tanto dos anos oitenta coma dos noventa, isto é, socavan as bases ontolóxico-periodolóxicas habituais” (pág. 286). Em concreto, a proposta de Iris Cochón passa por agrupar e estudar conjuntamente a produción poética de 1976 a 2000, ainda que na mesma obra enciclopédica este período é dividido e abordado separadamente em “A poesía de fin de milenio: os anos oitenta” (responsabilidade da também profesora da USC M^a Xesús Nogueira) e em “A poesía de fin de milenio: O reaxuste dos anos noventa” (redigido pola própria investigadora responsable da alternativa pretensamente integradora).

98 Achamos esclarecedoras, no sentido apuntado, as seguintes palabras do profesor Anxo Tarrío (1994: 346; itálicos nossos): “Ainda que sexa forzando un pouco a realidade, imos distribuír o resto dos escritores que publicaron narrativa na posguerra en grupos definidos por algún trazo afin. É unha cuestión de *comodidade*. Non pretendemos, neste punto, ser moi rigorosos, pero sabedores de que as clasificacións por xeracións, movementos, etc., non responden, as máis das veces, a outras realidades que non sexan as de *claridade expositiva*, e sabedores tamén de que *a obra literaria é unha aventura que cadaquén realiza en solitario*, non queremos renunciar á *comodidade e vantaxes didácticas* que o tal método proporciona”. Ainda, o mesmo profesor compostelán afirmava em 2001 (pág. 20) que “os intentos de periodización literaria, nos que a miúdo se manexan (manexamos) por inercia, por comodidade ou por afán didáctico criterios cronolóxicos e xeracionais pouco xustificados, sempre resultan convencionais e insuficientemente satisfactorios”. No mesmo sentido toma posición Rodríguez Gómez (1986: 11-12; itálico no original) na sua antologia de poetas dos oitenta: “Digamos de entrada que non hai unha poética de grupo e/ou de xeración -concepto este abondo vidroso e só utilizable en ben contados casos. Non obstante, e sabendo do risco no que incorría, empregueino no cuestionario que lles pasei aos poetas [formulando as preguntas: “¿Existe unha nova xeración poética? ¿Que rasgos cres que vos caracterizan frente á xeración anterior?”], e fixeno nun sentido amplo e aberto sen en ningún momento pensar na *estrictividade* de rasgos e características tan rigorosamente expostos por algún teórico deste fenómeno socio-literario. Eu emprego o termo «xeración» para falar dunha nova atmosfera poética que cada un dos doce poetas antologados respira á súa maneira. Mais a pesar de que hai unha grande diversidade de plantexamentos diante do feito poético tamén hai algúns elementos en común”. Remetemos, da nosa parte, para o traballo de Rodríguez Fernández (1999), que já nom agrupa os produtores em gerações, para Samartim e Cordeiro Rua (2009), onde apresentamos os principais grupos actantes no SLG no período do noso estudo, e para o capítulo seguinte deste tese de doutoramento, onde explicaremos os métodos e os procedimentos utilizados para o agrupamento dos produtores.

monográficos publicados ao longo das três décadas que abrange a bibliografia consultada destes procedimentos tanto de arrumação do conhecimento (géneros, gerações, periodização...) como de análise temático-estilística dos materiais organizados em obras e autores; além do mais, o conhecimento assim construído é trasladado aos livros de textos e aos manuais utilizados no *ensino* (nas suas várias etapas) desde a introdução das matérias de língua e literatura galega na educação escolar obrigatória em 1979 até o momento de redigirmos estas páginas, com o que fica garantida a sua transmissão e reprodução no conjunto do sistema. Sirva apenas como exemplo do apontado a *Programación de lingua [e literatura] galega pra ensino básico* publicada pola Xunta de Galicia em 1979 ([MEC XG 1979]: 49 e 54), que contempla entre os seus objectivos que o alunado “vaia anotando as características que definen os distintos xéneros literarios” e entre os conteúdos previstos o “estudio dos xéneros literarios”; e veja-se também a *Proposta didáctica* de língua e literatura galega publicada já em 2004 com a pretensão de que “ao rematar a etapa, alumnas e alumnos teñan demostrado coñecementos solventes sobre [...] as etapas da literatura galega, recoñecendo autores e obras”(Guillén Álvarez *et al* 2004: 5).

Julgamos que vale a pena indicar, como mostra das diferentes tomadas de posição presentes no estratégico campo do ensino, das lutas dos diferentes grupos polo seu controlo e da sua evolução ao longo destes quase trinta anos, que os principais responsáveis (Ramón Gutiérrez Izquierdo, Gonzalo Navaza Blanco e Luciano Rodríguez Gómez) pola elaboração em 2004 da proposta didáctica citada tinham participado, sob a direcção do professor Varela Jácome, na redacção do manual de *Literatura Galega* para 3º de bacharelato “aprobado como libro de texto pola Consellería de Educación coa data 5-X-1982” e, polo mesmo, reeditado e utilizado maioritariamente no ensino na primeira metade da década de oitenta. Na apresentação dos conteúdos deste sucedido curso de literatura galega, o denominado daquela Colectivo Seitura ocupa-se em maior medida da componente social do facto literário do que o farám os mesmos professores nas décadas posteriores, quando já centram a referida proposta didáctica (Guillén Álvarez *et al* 2004: 6) no “estudo sistemático dos textos, co obxecto de [os alunos e alunas] captaren as súas dimensións estéticas” (veja-se também Gutiérrez Izquierdo *et al* 1991 e 2003). Esta secundarização dos critérios heterónomos, que vinham tendo um importante peso relativo nos materiais destinados a circular em no campo do ensino desde a incluso das matérias de língua e literatura galega em 1979, nom alcança da mesma maneira a proposta de *Desenvolvemento curricular* elaborada por Bao Abelleira e Vázquez González (1997: 12), onde (ainda) figura o objectivo da crítica maioritária neste campo: “Comprende-la relación entre a obra literaria e o contexto sociocultural no que foi

creada e reconecer nela as influencias literarias e non literarias”.

Em todo o caso, no nosso percurso bibliográfico verificamos que, juntamente com os numerosos livros de texto e manuais, a produçom após 1978 de trabalhos historiográficos sobre a literatura galega também foca directa ou indirectamente o campo do ensino e que, em todos estes materiais, o objectivo de “Saber en que circunstancias se desenvolveu a nosa literatura e coñece-los seus autores e obras máis importantes” (Mouriño Cagide *et al* 1991) combina-se em maior ou menor medida com o intuito de conhecer quais fôrom as “correntes estéticas e ideolóxicas que configuraron até o presente a personalidade cultural e histórica da Galiza a través do esforzo criador dos seus escritores” (Mato Fondo e Fernández Pérez-Sanjulián 1992)⁹⁹.

Este assunto leva-nos à última questom que queremos abordar nesta epígrafe. Ao falarmos da neutralizaçom metodológica já chamámos a atençom para a coincidência básica entre o conjunto dos conteúdos apresentados nos materiais consultados (a referida “confluência de resultados”); isto significa que o modo em que foi construído o conhecimento sobre o SLG de 1974-1978 fai com que as formas de apresentaçom e os próprios resultados tenham um alto grau de similitude (e apresentem, portanto, as mesmas lacunas), seja qual for a orientaçom teórico-metodológica colocada à partida no trabalho crítico. Porém, isto nom significa que nom existam diferenças entre discursos críticos (as páginas anteriores centrárom-se em grande medida na exposiçom de elementos comuns e diferenciais entre eles) e, para o que pretendemos analisar neste momento, que nom haja *mudanças na linha central do discurso crítico* galego posterior a 1978, considerado agora historicamente e nom em funçom das diferentes focagens metodológicas que o sustentam.

No básico, estas mudanças detectadas tenhem a ver com a constataçom de que, a medida que avança o processo de autonomizaçom e institucionalizaçom do SLG, vai-se produzindo umha relativa mas progressiva diminuiçom da atençom prestada ou do grau de intensidade com que som abordadas determinadas questons e, ainda que alguns elementos mantenhem umha posiçom de centralidade similar em todo o processo, hai outros assuntos (ou mesmo conceitos concretos) que nom tenhem continuidade no discurso crítico galego considerado no lapso cronológico de 1979 a

⁹⁹ Ao lado deste destino geral compartilhado por manuais, histórias da literatura e livros de texto (por exemplo Bernárdez *et al* 2001, Gómez Sánchez e Queixas Zas 2001, Leal Gómez 2006, Fernández Velho e Sambade Soneira 2006...), a incorporaçom da matéria de literatura galega no sistema de ensino obrigatório desde 1979 exige a produçom de materiais encaminhados a resolver necessidades específicas, como fornecer um modelo de comentário de texto (Mariño *et al* 1992; Gutiérrez Izquierdo 2000...), servir de manual ou de antologia para o estudo dum género concreto (Rodríguez Gómez em 1983 e 1986 para a narrativa e a poesia; Forcadela 1993 para a narrativa; Vieites 1996 para a literatura dramática...) ou de vários géneros (o nomeado Mato Fondo e Fernández Pérez-Sanjulián 1992 pode servir de exemplo) e, em última instância, possibilita a divulgaçom e a reproduçom através do sistema de ensino de valores literários, políticos e identitários em maior ou menor medida compartilhados (e resultado da melhor ou pior adaptaçom didáctica dos materiais críticos gerais; escassa, por exemplo, no caso da *Breve história da literatura galega* destina às crianças por Queixas Zas 1999).

2008.

Em concreto, apontamos para a ausência do *referente de reintegraçom* português tanto do campo da crítica historiográfica como dos materiais destinados directamente para o campo do ensino despois da primeira metade de oitenta. No primeiro caso, já nomeamos as alusions às semelhanças estruturais entre as literaturas galega e portuguesa feitas por Vázquez Cuesta em 1980 com o intuito de reforçar a autonomia do SLG em relaçom ao espanhol, e poderemos apontar agora para o trabalho de Carlos Reis (1992: 461) em volta da “síndrome do periferismo” que, segundo o professor de Coimbra, parece afectar por igual a cultura galega e a portuguesa; sobre o segundo tipo de produtos indicaremos agora que, por exemplo, o manual de Fernández Herráiz e García Urría (1982: 5) inclui entre os materiais apresentados “algunhas nozóns da Literatura Portuguesa, co fin de encadrar o feito literário galego no ámbito que lle corresponde, de maneira que o alumno consiga unha visión universalizadora da nosa cultura”.

O uso da “literatura portuguesa e as literaturas de expresión portuguesa, como complemento adecuado pra facilitarmos unha visión universalizadora da nosa cultura” (MEC-XG 4, 1980: 31) figura na primeira *Programación de Lingua e Literatura Galegas pra BUP* “aprobada pola Subcomisión de Programación e Textos da Comisión Mixta Ministerio de Educación – Xunta de Galicia o día 24 de Xullo de 1980” (MEC-XG 4, 1980: [3]), a qual, no seu “Programa de Contidos” destinados ao terceiro ano de bacharelato, incluía um tema para “Luís de Camões” (o sete) e outro para “As literaturas de expresión portuguesa” (o vinte e cinco), para além de contar com numerosas epígrafes dedicadas ao estudo do referente de reintegraçom integradas no corpo do programa docente¹⁰⁰.

Após a eliminaçom do sistema de ensino secundário da Galiza dos conteúdos respeitantes às literaturas lusófonas (vejam-se os Deseños Curriculares Base [DCB] de 1992 e 1993 [Xunta de Galicia 1992 e 1993]) e verificada a falta de continuidade do elemento lusófono na historiografía literária galega despois do contributo de Vázquez Cuesta (1980), as referências relativas ao intersistema cultural galego-luso-brasileiro están limitadas despois da primeira metade de oitenta

¹⁰⁰Fora a literatura galego-portuguesa medieval e os dous temas referidos, a programaçom docente “preparada polos profesores Víctor F. Freixanes, Xosé M. Enríquez, Xosé L. Grande Grande, Antonio Gil Hernández e Xosé R. Pena” (MEC-XG 4, 1980: [3]) contempla o estudo dos seguintes conteúdos de literatura lusófona: o Tema 6, “Decadencia Galega e Renacemento Portugués”, inclui “O Renacemento portugués: Sá de Miranda, Ferreira de Castro, Bernardim Ribeiro, Gil Vicente...”; o Tema 8, “Os Séculos Escuros e a Ilustración”, inclui “A literatura portuguesa do XVII ó XIX: O P. Vieira, Bocage, Filinto Elísio...”; os Temas 9 e 10, “O Rexurdimento” (1 e 2), atendem a “O Romantismo portugués: Almeida Garrett, Alexandre Herculano...” e a “O Realismo portugués: Antero de Quental, Castelo Branco, Eça de Queirós”; o Tema 14, “O Modernismo”, ocupa-se de “O Modernismo portugués (Saudosismo: Teixeira de Pascoaes)”; e o Tema 15, “Literaturas de Vanguarda”, estuda “As vanguardas portuguesas (Sá Carneiro, Fernando Pessoa...)”.

nas duas instâncias legitimadoras (crítica e ensino) às práticas e repertórios compartilhados com o actual Portugal durante a Idade Média, altura em que surge e se consolida neste espaço (entre os séculos XII e XV) um sistema cultural laico promovido pola nobreza galega no romance ibérico ocidental (para as “Consideracións sobre o período medieval na historiografía literaria galega” *vid* Gutiérrez García 2004). Nom detectamos, portanto, referências significativas ao período do nosso estudo, apesar do papel de relativa centralidade jogado nessa altura pola relação com a Lusofonia nas diferentes estratégias de muitos dos grupos presentes no SLG, ou dos labores de assistência identitária realizados por agentes do galeguismo em Portugal, nomeadamente por Manuel Rodrigues Lapa nos campos literário e lingüístico galego deste período (*vid*, neste sentido, Torres Feijó 2007 para o relacionamento Galiza-Portugal no lapso imediatamente posterior à revolução lusa de 1974, ou os trabalhos sobre a trajectória de Rodrigues Lapa da nossa colega Cristina Loureiro 2005 e 2006).

De acordo, portanto, com o conhecimento do SLG fornecido polos trabalhos saídos do projecto Poluliga, estamos em disposição de afirmar que a falta de continuidade desta linha de estudo na bibliografia de referência deixa fanado o conhecimento sobre o conjunto do SCG entre o franquismo e a transição. Julgamos que este abandono da referencialidade portuguesa na crítica que se ocupa do SLG deve estar relacionada nalgumha medida com a já apontada passagem desde umha função de referente de reintegração a outra de referente de oposição no campo da codificação lingüística, mudança acontecida no centro do sistema cultural galego a partir da institucionalização em 1982 pola RAG (e oficialização um ano depois polo Governo Autónomo Galego) das propostas nesse sentido sustentadas polo ILG com intensidade variável desde a sua criação em 1971. Apesar destas normas lingüísticas serem discutidas polos grupos nacionalistas da esquerda até os inícios do século XXI (Samartim 2004, 2004a e 2008a) e de promoverem modelos lingüísticos alternativos em maior ou menor grau próximos dos estándares de Portugal e do Brasil, a crítica nacionalista, preocupada na defesa do carácter autónomo e periférico do SLG, tampouco sustenta a linha de discurso ensaiada por Pilar Vázquez Cuesta em 1980¹⁰¹. Igualmente, esta carência de

¹⁰¹Entre os objectivos da segunda etapa de ensino básico figurava em 1979 “[traballar co neno para lograr] que sexa consciente das semellanzas e diferencias co portugués” (MEC-XG 1, 1979: 47), e entre os objectivos marcados para o primeiro ano de BUP estava também nessa altura “Insistir e facer ver no alumnado un carácter universalizador do galego: isto é, facer ve-la situación do noso idioma e cultura nun marco universal, nas súas relacións cos países románicos en xeral e coa área galego-portuguesa en particular” (MEC-XG 4, 1980: 8). Confronte-se esta focagem com a ausência de referências à língua e à literatura portuguesas na didáctica preparada por Esteban Radío e editada polo nacionalismo da AS-PG em 1986, e com a equidistancia representada na única referência detectada nos “Contidos do terceiro ciclo” da educação primária após a introdução da Ley de Ordenación General del Sistema Educativo (LOGSE, Ley Orgánica 1/ 1990): “Relacións e interferencias da lingua galega con outros idiomas. Galego e portugués. Galego e castelán. Galego, francés e inglés” (Xendro *et al* 1993: 43).

referências em quanto a relações intersistémicas nom é preenchida tampouco apesar de a parte da crítica dita sistémica detectar a necessidade de que (Vilavedra 1999: 19-20)

o estudio da literatura galega como un sistema autónomo e autóctono debería atender, describir e explicar [...] a súa pertenza a diversos sistemas interliterários (no noso caso, hispánico, europeo e lusófono, fundamentalmente), definidos en función de criterios de natureza territorial, etnolingüística, rexional, etc. e cun espectro relativamente estable e ben definido para cada unha das literaturas nacionais que operen no seu marco.

Na linha desta ausência de analogias ou de reflexons sobre as relacións com outros sistemas literários referenciais para o SLG historicamente considerado, chamamos a atención também para o escasso tratamento dedicado nos manuais e nas enciclopédias consultadas à função da *traducom* no sistema¹⁰². Neste sentido, apontamos também para a inexistência na bibliografía consultada de alusions ao sistema cultural catalám, tradicional *referente de analogia* que desempenha umha importante função quer como modelo para a periodização básica do SLG quer como fonte de transferências para campos emergentes em finais dos anos setenta e primeiros oitenta, nomeadamente pola via da traducom de literatura infanto-juvenil (*vid* Figueiras 2009 para este assunto concreto e, para as questons metodológicas envolvidas na autonomia e as relações intersistémicas, Figueroa 2002).

A estas ausências devemos opor a continuidade nos discursos críticos da defesa ou justificação da autonomia do SLG face o seu *referente de oposiçom* (nomeadamente na crítica nacionalista), do recurso aos elementos sócio-políticos externos ao SLG a modo de explicaçom “contextual” (que nom relacional) e da afirmaçom unánime do *critério filológico* como única norma sistémica, em todos os casos dentro da relativa escasseza de referências a este assuntos nos trabalhos historiográficos gerais já notada e com intensidade variável em função das diferentes motivaçom das duas principais focagens metodológicas que sustentam o discurso crítico após 1978.

Notamos também, por último, um paulatino avance no processo de *confluência terminológica* que deriva no uso geral do sintagma “literatura galega”, a custo da percepçom do progressivo esvaimento de terminologia em maior medida nacionalitária (nomeadamente “literatura nacional”, de maior sucesso nos anos oitenta do que nos noventa) e na assunçom gradual da

¹⁰²Anotamos apenas a existência dumha epígrafe focando esse objectivo no “Panorama da traducción literaria” de Xosé Manuel Dasilva (2002). Verificamos já umha maior quantidade de monografias, a maioria em formato artigo, que ajudam a compensar a lacuna apontada; tenhem utilidade teórica González-Millán (1994b) e Camino Noia (2002a e 2004), Casares 2003 (igual que Camiño Noia 1994) para a fixaçom do corpus de obras traduzidas, a miscelânea sobre os *Ámbitos de traducción* editada por Luciano Rodríguez e Xosé Manuel Fernández Castro (2008) ou Baltrusch 2008, este último com algum apontamento para o relacionamento galego-lusófono.

terminologia sistémica polo conxunto da crítica desde a primeira metade da última década do século XX¹⁰³. Esta expansión de terminologia sistémica alcanza tamén a crítica literaria nacionalista, como demonstra a recolla sumaria efectuada por Gómez Sánchez e Queixas Zas (2001: 5) dos varios volumes publicados pola AS-PG en 1996 con o “obxectivo de sintetizar, nun manual con carácter divulgativo, aqueles episodios, obras, autores e autoras fundamentais na configuración do noso sistema literario”. O termo “sistema literario” será utilizado, entom, desde inicios da década de noventa até esta primeira década do século XXI como sinónimo do concepto xeral “literatura galega”, sem esta primeira acepción se corresponder necesariamente con análises propiamente sistémicas e, portanto, empíricas e centradas no estudo da literatura como unha rede relacional de elementos interdependentes (confrontem-se, neste sentido, as monografías de González-Millán, Antón Figueroa, Elías Torres, María Xesús Rodríguez ou Dolores Vilavedra [2002] que figuran na nosa bibliografía, com os conteúdos dos manuais publicados ou coordinados por Vilavedra [1999] ou Anxo Tarrío).

Por último, nom queremos finalizar esta epígrafe sem reforçar a ideia de que, no caso galego, o *nacionalismo filológico* é responsábel pola atribución à língua galega do carácter de única norma sistémica com independéncia das condicións de aplicabilidade do chamado *critério filológico* e das diferentes propostas político-culturais existentes nesse sentido em cada estágio do processo de construción do SLG. A crítica e a historiografía literaria galega tresladam assim para o SLG o valor atribuído à língua como principal elemento etno-identitário diferencial da comunidade galega e, ao nom colocarem no centro das suas análises os (conflituosos) procesos de legitimación normativa em sistemas periféricos deficientemente institucionalizados, excluem das margens do SLG tanto as análises das tomadas de posición que matizam ou discutem esta función identificadora da língua galega no sistema literario, como os resultados que daí se derivam para o funcionamento do sistema

103“G[onzález]-M[illán] e Antón Figueroa [...] foron os que asumiron principalmente a responsabilidade de fornecer desde comezos dos anos noventa as bases para os estudos sistémicos aplicados á literatura galega. Libros como *Communication littéraire et culture en Galice* [1997], cabo doutros, constituirían boa proba. Desde logo isso é certo, pero non constitúe toda a verdade. [...]. Porque G[onzález]-M[illán] foi tamén, entre nós, o máis frontal crítico en relación cos presupostos que podem representar a teoría dos polisistemas de Itamar Even-Zohar ou a teoría do campo literario de Pierre Bourdieu. Foino sobre todo nos seus últimos anos e de maneira ben decidida ademais. Tanto, que se podería dicir que aspirou a impugnar eses operativos para postular outros alternativos, de maior largura e cargados do que el mesmo describiría como *tensión utópico-proxectiva*” (Casas 2002: 34; itálicos no original). Entre as publicacións no espaço galego relacionadas com as teorías sistémicas e de campo indicaremos apenas os trabalhos editados na primeira metade da década de noventa polo próprio Itamar Even-Zohar (1993 e 1995; com presenza anterior no ámbito hispano através da revista espanhola *Criterios* [Even-Zohar 1985-1986]), González-Millán (1990, 1992 e 1994), Antón Figueroa (1992 e 1994) ou Elías J. Torres Feijó (1995). Já no fim desta década Rodríguez Fernández (1999: 60) referia que “nestes últimos anos da mão de investigadores como X. González Millán, Antón Figueroa ou Elías Torres começam a pôr-se os alicerces na Galiza duma nova maneira de abordar o fenómeno literario, considerando-o um sistema e interrelacionando e estudando todos estes elementos e a sua função e pertinência”.

e os discursos sobre outras eventuais funções atribuídas a este elemento identitário (de competência intercomunitária ou de relacionamento com outros sistemas culturais, por exemplo). Assim mesmo, a íntima relação existente entre os processos de construção dos campos literário, político e nacional (*vid* Figueroa 2001), explicam a heteronomia do primeiro a respeito dos segundos promovida pelos grupos nacionalistas, com centro de acção e objectivos referenciados no campo político nacional galego, tanto a respeito das normas de repertório propostas (critério dito *identitário*) como dos métodos de estudo e interpretação do SLG (acompanhando o chamado critério *histórico-político interno*).

Em virtude da função como conformadora da identidade nacional atribuída pelos grupos nacionalistas da Galiza à literatura e da posição relativamente central do *nacionalismo literário* em sistemas periféricos como o galego se historicamente considerados (de acordo com relações entre os campos político, nacional e cultural apontada acima), estes grupos procuram manter ou melhorar a sua posição nos campos em que actuam (concretamente, para o que agora queremos indicar, também no da crítica e a historiografia literária) e oferecem resistência perante as mudanças na estrutura e no funcionamento do sistema literário derivadas do processo de institucionalização (político e cultural) dirigido no novo tempo pelos seus antagonistas ou opositores também nos campos político e nacional. Entendemos que isto explica o mantimento dos métodos de interpretação *tradicionais* elaborados pelo grupo para a abordagem do sistema quando este se encontrava numa situação de dependência, a oposição destes grupos a atribuírem valor tanto às regras identificadoras e hierarquizadoras como aos produtos propostos pelos grupos e agentes que pretendem a sua institucionalização de acordo com o novo quadro de oportunidades, assim como que estes grupos nacionalistas não reconheçam a autoridade das novas instituições legitimadoras (quer políticas quer culturais) e que criem as suas próprias instâncias de legitimação. Neste sentido, apontaremos rapidamente que, no caso galego, as mudanças no sentido da progressiva institucionalização e autonomização dos campos político e literário trazem consigo após o período do nosso estudo (claramente afirmadas depois de 1982) a consolidação da língua galega como norma sistémica e a incorporação de novas regras e instituições legitimadoras que, como indicámos, foram discutidas ao longo de toda a década de oitenta e parte de noventa pela crítica nacionalista; esta parte da crítica, colocada em posições de *resistência sistémica*, discutiu ao longo deste período o que entendia que era um risco de assimilação do SLG pelo SLE, em virtude de que o repertório do primeiro crescia com normas e modelos transferidos do seu histórico referente de

oposiçom (Even-Zohar 2005: 50-67)¹⁰⁴.

A necessidade de explicar estas mudançãs e, sobretudo, a estrutura e o funcionamento do SLG neste novo estãdio justifica a adopçom de novas ferramentas metodol3gicas por parte da crítica e da historiografia literãria galega na d3cada de noventa do s3culo XX. A posiçom das teorias sist3micas de Itamar Even-Zohar e sociol3gicas de Pierre Bourdieu no campo cient3fico internacional, a sua contrastada aplicabilidade para a anãlise de casos de literaturas perif3ricas como a galega (e, as primeiras, “especialmente indicada[s] para aquellos lugares donde conviven distintos sistemas lingüísticos y literarios”, Saldaña 2008: 112), assim como o trabalho de difusom no campo cient3fico da Galiza levado a cabo (entre outros) por agentes como González-Millán ou Ant3n Figueroa explicam, julgamos, a adopçom destas te3rias de base relacional por umha parte da crítica universitãria galega.

Da mesma maneira, completamos o repasso polos diferentes discursos cr3ticos presentes neste per3odo hist3rico no campo historiogrãfico galego anotando que as escasas tomadas de posiçom cr3ticas de carãcter pretensamente textoc3ntrico e esteticista detectadas na nossa bibliografia podem ser explicadas em virtude dumha reacçom ao peso do discurso pol3tico-nacional no campo literãrio e da crítica o que, juntamente com o caminho para posiçoms mais centrais de propostas metodol3gicas que consideram o texto como mais um elemento do Sistema Literãrio (por3m nom necessariamente o mais importante), produz em esse p3lo da crítica um retorno à tradiçom cr3tica de base estruturalista e textual.

Contudo, verificamos umha aplicaçom irregular das ferramentas metodol3gicas relacionais no campo da crítica galega, com maior sucesso em trabalhos monogrãficos sobre aspectos particulares do que em enciclop3dias e manuais historiogrãficos gerais (ainda que Vilavedra 1999 e Tarr3o Varela [coord.] 2001 e 2002 avançam decididamente nesse sentido); aqui o peso do formato “Hist3ria da Literatura” e das focagens tradicionais contribui para que a centralidade das anãlises non esteja colocada na explicaçom da evoluçom diacr3nica da configuraçom dumha rede de relaçoms, nem da funçom e da posiçom relativa dos elementos interdependentes que a constituem

¹⁰⁴“A progressiva institucionalizaçom do sistema literãrio galego estã ao serviçom da normalizaçom da produçom literãria, onde as diferentes tomadas de posiçom são, por outra parte, uma boa prova de que os caminhos e as estrat3gias dos grupos não são coincidentes. Discute-se, fundamentalmente durante o per3odo compreendido entre 1975 e 1995, qual 3 a literatura que se deve fazer, quais são os materiais que devem ser actualizados, qual a tradiçom que deve ser considerada, quais os sistemas literãrios em que pegar para preencher aquelas lacunas que o galego não pode cobrir, se 3 necessãria ou não uma literatura de consumo, se hã que escrever romance melhor do que novela ou romance melhor do que poesia, se hã que tematizar o compromisso com o pa3s nos textos literãrios ou unicamente este compromisso deve ficar garantido atrãves da qualidade est3tica, etc.; todas estas perguntas formuladas a partir de 1975 pretendem ser resolvidas com o objectivo de conseguir a autonomia sist3mica” (Rodr3guez Fernãndez 1999: 89).

num determinado estado do sistema, senom em grande medida na *tradicional* abordagem temático-estilística de obras e autores organizados em géneros e gerações; além do mais, as análises e apontamentos sobre o contexto político-económico-cultural do período em causa substituem por regra geral as referências às relações internas e externas que contribuiriam para entender o funcionamento do SLG no período do nosso estudo.

O conhecimento assim construído e apresentado sobre o SLG do período do nosso estudo permite-nos concluir esta epígrafe afirmando que, apesar das valiosas informações sobre elementos ou aspectos concretos que atingem o objecto de estudo desta tese de doutoramento, os materiais consultados têm uma utilidade relativa para o atingir, já que este conhecimento nom está nem elaborado nem arrumado de maneira relacional, em virtude do qual contém as lacunas já detectadas e referidas nom apenas ao seu carácter parcelar, parcial ou ideologizado, mas também afectando às deficiências na detecção das normas que funcionam no sistema, aos métodos utilizados para a abordagem, organização e hierarquização do saber e, nom menos importante, à ausência de qualquer análise dos programas e projectos dos grupos que actuam no SLG em relação com a estrutura institucional de que se dotam ou em que actuam. Estes défices quanto a normas, métodos, estratégias e estrutura institucional explicam e condicionam os resultados que serão apresentados imediatamente a seguir e antes da exposição das principais linhas de força abordadas nos materiais resultantes do projecto Poluliga.

3.2. Estado da Questom

Após a apresentação das que julgamos som as principais questões relacionadas com os materiais, as regras e as ferramentas metodológicas com que os vários grupos presentes no campo da crítica e a historiografia literária galega fôrom construindo o conhecimento sobre o nosso objecto de estudo (o que poderíamos resumir na tentativa de responder as perguntas: “como sabemos?” e “porquê sabemos isso?”), completamos agora essa informação ocupando-nos da exposição sumária dos resultados concretos desse processo de construção do conhecimento (o “que sabemos?”) através da revisão dos principais assuntos e conclusões presentes nos materiais consultados relacionadas com o nosso objecto de estudo. Insistimos na estreita ligação entre o dito até agora e o que segue, no sentido de que é precisamente a resposta às primeiras perguntas colocadas acima o que explica tanto o alcance e as lacunas desses resultados como os modos de apresentar nesta epígrafe o conhecimento canonizado sobre o SLG de 1974 a 1978.

Quanto ao procedimento acompanhado, devemos apontar que nom pretendemos ser

exaustivos na enumeração bibliográfica nem dar notícia pormenorizada de todos os materiais nos quais podem ser encontradas informações sobre o nosso objecto de estudo (a consulta da bibliografia que acompanha este trabalho, ainda que não sistemática, pode ter alguma utilidade nesse sentido). Tencionamos apenas completar o dito na nossa epígrafe anterior e referir sinteticamente os principais resultados alcançados pela crítica literária em volta do funcionamento do SLG no período abrangido por esta tese de doutoramento. Referiremos, contudo, o conjunto do lapso temporal contemplado no projecto Fisempoga em que este trabalho está integrado quando julgarmos que isto contribui para um melhor entendimento ou uma mais clara exposição das questões abordadas.

No percurso pelo estado do saber sobre o nosso objecto de estudo no lustro que ocupa esta investigação, vamos utilizar como fio condutor a tese de licenciatura de Maria Xesús Rodríguez Fernández orientada pelo professor Elías Torres na USC em 1999 e os trabalhos coordenados pelo professor Anxo Tarrío e publicados pela editora crunhesa Hércules em 2001 e 2002 (ainda que também recolhemos e contrastamos informação da *Historia da Literatura Galega* publicada pela AS-PG em 1996, neste caso por se tratar do mais actual resultado historiográfico da crítica nacionalista). Esta decisão procedimental está sustentada em que estes produtos exemplificam em boa medida as principais focagens críticas analisadas na epígrafe anterior, facto que os torna complementares e, portanto, de interesse e utilidade para os objectivos que tencionamos alcançar neste apartado.

Nomeadamente, a enciclopédia Hércules é a compilação de estudos monográficos sobre o SLG mais actual e completa com que contamos e exemplifica paradigmaticamente quer a natureza da informação sobre alguns dos vários assuntos focados nesta tese de doutoramento quer os modos em que esta é apresentada na imensa maioria dos trabalhos consultados (seja qual for o discurso crítico que o sustenta). Os diferentes contributos sobre os diversos aspectos abordados nestes dois volumes foram elaborados por um conjunto heterogéneo de reconhecidos especialistas nas matérias apresentadas, partindo de focagens e metodologias variadas, e funcionam já *grosso modo* como uma síntese do estado da questão sobre o SLG desde o fim da guerra civil até a data da sua edição, facto ao qual não pode ser alheio o carácter enciclopédico desta produção (nem a neutralização metodológica e a confluência de resultados já apontadas na nossa epígrafe anterior). Ainda que integraremos também na redacção deste ponto os eventuais avanços no conhecimento sobre o SLG de 1974-1978 localizados tanto em publicações anteriores como posteriores ao ano 2002 (em que foi editado o segundo tomo da série), o indicado acima justifica, achamos, o

pormenor dedicado à recolha da informação fornecida nos trabalhos que integram estes dous volumes (trabalhos relativamente autónomos, o que explica também a redundância verificada em ocasiões), mas não exclui que o labor de síntese exercido sobre o conhecimento fornecido por estes materiais enciclopédicos seja completado com referências a resultados que consideramos marcantes para o conhecimento do nosso objecto de estudo, nomeadamente (como referimos acima) pelo trabalho de María Xesús Rodríguez Fernández (1999), que inclui já nas suas análises os principais contributos prévios de González-Millán, e as referências ao volume 5 da *Historia da Literatura Galega* da AS-PG, quando a informação recolhida nesta obra colectiva matize ou directamente difira da fornecida pela enciclopédia Hércules.

3.2.1. Resultados da Bibliografia Secundária

O trabalho de María Xesús Rodríguez Fernández (1999: 90-118) ocupa-se no seu capítulo 5 do funcionamento do SLG entre 1975 e 1985; porém, em páginas anteriores analisa o que entende ser os principais **elementos institucionais e de mercado** que contribuem à mudança experimentada neste sistema periférico após 1975 (consolidados apenas depois de 1982), a começar pela incorporação da língua e da literatura galegas ao sistema educativo contemplada desde o Decreto de 30 de Maio de 1975 que desenvolve a Ley General de Educación de 1970, mas que só terá efeitos significativos no SLG após o Decreto de 1979 (García Negro 1991 e Freixeiro Mato 1997).

A todos os efeitos, o sistema de ensino funciona como um dos principais instrumentos de canonização e de legitimação dos vários elementos participantes no sistema literário. Isto é assim porque a presença na instituição educativa fornece directamente capital simbólico, repercute no mercado futuro através da formação de públicos e contribui para a ampliação do mercado presente em virtude do impacto que nele têm as leituras recomendadas nos centros de ensino. O sistema educativo, intervindo em última instância pelo campo do poder que o sustenta, exerce também a sua influência sobre o sistema literário, já que “quem tem o poder no ensino, escolhe e determina quais são os modelos, materiais, autores e obras que devem ser conhecidos pelo alunado, e com isto pode influir no reconhecimento dum autor” (pág. 61), pode alterar significativamente as características dos produtores, pode orientar a produção em função dos interesses ou das necessidades do próprio campo do ensino, ou pode mesmo condicionar o sucesso, o fracasso ou o grau de socialização de materiais considerados imprescindíveis para a continuidade e a sobrevivência da comunidade imaginada. No caso do SLG, a influência do ensino nas questões enumeradas é perceptível com clareza apenas no período posterior a Fisempoga, por exemplo, no auge experimentado pela

literatura infanto-juvenil e por subgéneros narrativos como a novela negra ou a de aventuras (até o ponto de alterar a hierarquia de géneros: a narrativa foi privilegiada já desde a primeira *Programación...* elaborada pola Comisión Mixta... em 1980 [MEC-XG 1980] a custa da poesia, o género com maior tradição no SLG), na quantidade de produtores que se dedicam profissionalmente à docência (um número considerável dos agentes responsáveis pola produção som docentes que escrevem para o [seu] alunado), na fixação e socialização da língua estándar, etc¹⁰⁵.

O segundo elemento institucional analisado por Rodríguez Fernández é o sector editorial. Esta investigadora acompanha Verdugo Matê (1998) e centra o seu estudo sobre os volumes, a tipologia e, sobretudo, as editoras responsáveis pola produção no período posterior a 1980, polo qual a utilidade para nós é relativa neste ponto. Contudo, esta integrante do Grupo Galabra vincula a evolução deste sector quanto a volume e diversidade da produção ao status alcançado pola língua galega e aponta para as principais tendências detectadas no campo editorial galego após 1975, que poderám ser ainda verificadas vinte anos depois (González-Millán 2000a informa também das transformações do campo editorial galego entre 1980 e 1995): a aposta das empresas editoriais pola homologação com umha indústria capitalista para focar o acúmulo de lucros económicos (constatando a progressiva diversificação e ampliação da produção e o aumento das tiragens), a tentativa de superação dos problemas na cadeia de distribuição e socialização (escasseza de livrarias, de bibliotecas públicas, de presença nos meios de comunicação de massas...), a precariedade e a falta de planificação da tradução para o galego, a difícil concorrência do SLG com o SLE -que ocupa importantes quotas do mercado galego-, etc.

Na continuação, María Xesús Rodríguez Fernández estuda as revistas culturais, como espaços institucionais de afirmação colectiva, encarregados de preencher os défices do sistema nesse sentido e através dos quais som introduzidos novos materiais e modelos, destacando assim mesmo a importante presença da crítica literária nestas plataformas. Esta investigadora inventaria também os prémios literários e aponta para a sua função como estimuladores da produção e dinamizadores do mercado; convocados por numerosos organismos públicos e privados para se legitimarem (e, de passagem, no caso das instituições privadas, também servindo para pouparem impostos), os prémios contribuem de jeito decisivo para a promoção de determinados repertórios

¹⁰⁵Quanto à ideia da comunidade promovida desde o sistema de ensino, María Xesús Rodríguez Fernández (1999: 64) afirma que “As leituras propostas para cada unidade, principalmente entre 1979 e 1990[,] privilegiam materiais identificados com o mundo rural e a denominada cultura popular, textos que exaltam os elementos paisagísticos, assim como os de denúncia social ou os medievais, o que, logicamente, gera padrões de leitura e dá uma determinada imagem da literatura galega”.

com que se pretende preencher défices sentidos como históricos (isto explica que à narrativa, e mais em concreto ao romance, estejam destinados os prémios com maior dotação económica) e som também um instrumento de relação entre o campo do poder e o campo literário. Por último, María Xesús Rodríguez descreve a trajetória da AELG fundada em 1980, abordando assim a profissionalização da figura do produtor que, já desde finais da primeira metade de setenta, “sente unha maior tentación por abrir novos espacios [...] e por distanciarse dun determinado pasado literario” (González-Millán 1994: 48), ainda que isto nom significa renunciar imediatamente a colocar a literatura “ao serviço do processo de normalização lingüística e cultural” (Rodríguez Fernández 1999: 89) dum sistema em processo de autonomização e que concorre polo espaço social e polo mercado com um sistema como o espanhol, fortemente institucionalizado e apoiado desde o campo do poder¹⁰⁶.

Em síntese, esta investigadora entende que, no novo tempo aberto trás o franquismo, o SLG caracteriza-se polas açõs encaminhadas para a ocupação de espaços e a superação de défices estruturais através da criação dumha série de plataformas institucionais responsáveis do reforço e a legitimação do sistema em construção. Neste processo de institucionalização, os produtos literários deixarám lenta e progressivamente de funcionar como instrumentos de resistência simbólica contra o referente de oposição (SLE), ainda que, aos efeitos dos interesses do projecto Fisempoga que acolhe este estudo, “a maior parte da produção literária destes primeiros anos da década após-franquista caracteriza-se por continuar a privilegiar leituras que poderíamos qualificar como épicas, situação que, em parte, viria a modificar-se [só] no seguinte decénio [1990]” (Rodríguez Fernández 1999: 96). Ao mesmo tempo que o SLG está a ser construído em confronto com o seu concorrente no espaço social da Galiza (o SLE), no interior do sistema cultural em processo de institucionalização verifica-se que os grupos nacionalistas de orientação marxista criados em inícios da década de sessenta (PSG em 1963 e UPG em 1964) “contestam em termos estéticos e em termos ideológicos aos grupos que governavam o sistema literário e definiam a orientação cultural por cima da ideológico-política” (Rodríguez Fernández 1999: 93), facto do qual

¹⁰⁶Repare-se também no seguinte: “Millán, quando alude ao distanciamento dum determinado passado literário, está-se a referir, concretamente, à tendência progressiva que se materializa a partir de 1974 à perda da importância do elemento vindicativo e de denúncia explícita da produção galega, assim como das funções extraliterárias que se actualizam nos textos estéticos. Mas esta mudança não foi nem imediata, nem pode fazer-se extensível a todas as posições. *Serão primeiro uma grande parte dos poetas mais novos os que ponham em causa o repertório herdado como central*; mas isto não pode ser equacionado com uma mudança das actitudes no que diz respeito ao facto literário galego, existe uma transformação em termos repertoriais, mas continuam a atribuir-lhe os mesmos valores de compromisso ao sistema e aos produtos literários” (Rodríguez Fernández 1999: 88; *itálicos nossos*). Chamamos a atenção, em relação com o fragmento sublinhado, para o papel desempenhado por alguns agentes com trajetória já acreditada no SLG nas mudanças no repertório poético social-realista no período do nosso estudo (*vid infra*, em especial a nota 111).

pode dar mostra a poesia cívica de tipo social-realista (e mesmo a Nova Narrativa Galega; *vid infra*) com que os agentes daqueles grupos da esquerda se opunham tanto ao franquismo como ao *piñeirismo* (entendido como o conjunto de ideias e estratégias propostas para os campos político e cultural por Ramón Piñeiro e sustentadas polo Grupo Galaxia, o de maior grau de institucionalizaçom na Galiza do após-guerra).

O acompanhamento do trabalho de Rodríguez Fernández (1999: 59) permite-nos sintetizar as principais características do SLG pós-franquista e resumir no parágrafo seguinte aquelas questons consideradas pola crítica literária galega determinantes para explicar as mudançs sentidas no sistema no período constitucional (e já adiantadas em páginas anteriores deste capítulo):

Se analisarmos a maior parte dos trabalhos que se têm centrado na análise do período iniciado após 1975, comprovaremos como, na sua maioria, destacam o papel desempenhado pela legalizaçom da língua, a obrigatoriedade do seu ensino nos centros escolares, da criaçom de novos projectos editoriais, a proliferaçom de prémios literários ou o aparecimento de revistas culturais como causas que explicam a evoluçom e mudançs do sistema literário galego. Em geral todos estes [elementos] são considerados como externos ao estudo literário.

Em grande medida, isto último é o que acontece com os trabalhos coordenados por Anxo Tarrío (2001 e 2002), onde o interesse reside mais na descriçom da evoluçom diacrónica experimentada polos repertórios (géneros, temas, estilos...) do que na análise do carácter dinámico do sistema verificado nas diferentes estratégias e tomadas de posiçom que é possível documentar no eixo sincrónico. Nestes volumes o conhecimento canonizado sobre o SLG de 1974-1978 é apresentado de acordo com a conhecida arrumaçom da informaçom e da análise por géneros canóniados e, em geral, com a perspectiva internista já referida nestas páginas e que, na medida do possível, tentaremos aminorar na nossa exposiçom.

No quarto dos seis volumes que a enciclopédia Hércules dedica a *Galicia. Literatura* (vol. 33) encontramos o estado do saber sobre a **poesia** e o teatro do período do nosso estudo. O professor Xosé Manuel Dasilva (2001: 240-283) é o responsável de apresentar o período que abrange “Do epigonismo da poesia social-realista ós inícios da renovaciom estética”; ocupando-se, entom, das últimas mostras dos repertórios promovidos para o centro do SLG a partir da publicaçom de *Longa noite de Pedra* (1962) de Celso Emilio Ferreiro, até os finais da década de setenta, localizando no ano 1976 a baliza em que a crítica literária galega coincide em colocar a secundarizaçom do social-realismo e o início da apontada renovaciom estética da maos, nomeadamente, dos livros publicados nesse ano polos poetas Méndez Ferrín, López-Casanova e

Alfonso Pexegueiro.

O professor da Universidade de Vigo coloca os antecedentes do social-realismo no SLG na publicação por Luís Seoane no enclave bonaerense do *Fardel d'eisilado* (1952) e liga o sucesso dos repertórios presentes no livro de Celso Emilio às revoltas estudantis de 1968 e a conseguinte promoção desde o campo musical dos poemas do de Celanova, interpretados por “Voces Ceibes” (Rodríguez Prado 2004). Dentro dos produtores ligados a estes repertórios de poesia cívica social-realista, Dasilva aponta para Manuel María, Bernardino Graña, Salvador García-Bodaño, Uxío Novoneyra, Arcadio López-Casanova e Méndez Ferrín (vários dos quais irám somar-se à renovação estética da segunda metade dos setenta) e coloca na margem epigonal do movimento os produtores mais novos (nascidos entre 1943 e 1954) antologados num livro bilíngüe galego-castelhano por M^a Victoria Moreno Márquez em 1973 sob a denominação de *Os novísimos da literatura galega* (em sintonia com o feito por Castelet com os *Nueve novísimos poetas españoles* do ano 1970)¹⁰⁷.

Analisando já a “renovación estética” da segunda metade da década de setenta, o professor Dasilva refere as três linhas gerais identificadas pola crítica literária galega para indicar a ruptura com o período social-realista anterior a 1976: as novas voces agrupadas em volta do colectivo “Rompenste” (promovido também por Reixa e Romón, e onde destaca Alfonso Pexegueiro e a sua obra *Seraogña*); umha segunda linha que aponta para as trajectórias individuais de Xosé Luís Méndez Ferrín (*Con pólvora e magnolias*) e de Arcadio López-Casanova (*Mesteres*), como agentes que ocupam na altura posições de relativa centralidade e que promovem a mudança; e umha terceira que atribui a responsabilidade da ruptura à açom dos grupos poéticos nascidos na segunda metade da década, tais como da década, tais como “Rompenste” (criado em Vigo em 1975; “Grupo de comunicación Poética Rompenste” desde a segunda etapa iniciada em 1978)¹⁰⁸, “Cravo Fondo”

107A alguns destes *novísimos* (Xesús Rábade Paredes, Fiz Vergara Vilariño e Xavier Rodríguez Barrio) encontraremos reunidos outra vez para a açom conjunta em 1977 dentro do grupo poético “Cravo Fondo”. Para além destes, a nómima de *novísimos*, está composta por Farruco Sesto Novás, Lois Diéguez, Alfredo Conde Cid, Xosé Vázquez Pintor, Luís Álvarez Pousa, Margarita Ledo Andión e Darío Xohán Cabana. Ainda que a crítica especializada (Monteagudo 1985, Rodríguez Fer 1989, Anxo Tarrío 1994, Mato Fondo 1991 e 1996 ou Vilavedra 1999) considera estes produtores epígonos do social-realismo, o certo é que “esta antologia confirma que, ainda em 1973 o modelo socialrealista era o central, embora existissem, mas numa posição periférica, outras posições que o questionavam e não o aderiam” (Rodríguez Fernández 1999: 99; sobre a função das antologias no período do nosso estudo Rábade e Sobrino 2003).

108Confronte-se o dito sobre as “trajectórias individuais” com o facto de que o poemário publicado por Ferrín em 1976 saí do prelo com o selo de Rompenste (igual que o *Seraogña* de Alfonso Pexegueiro desse ano ou o livro colectivo *Silabario da turbina* de 1977, por colocar apenas alguns dos produtos editados sob o carimbo do grupo com maior sucesso de crítica na altura). Em Samartim 2002 dixemos já que o Grupo de Resistencia Poética *Rompenste* é fundado em Compostela polo estudante de filologia na Universidade de Santiago de Compostela Antón Reixa e por Pexegueiro, e que nele participam, entre outros, os também estudantes universitários Manuel María Romón e Alberto Avendaño. Na sua primeira etapa, até 1978, Rompenste promove reunions, recitais e publicaçoms de intervençom. Já como Grupo de Comunicación Poética, de 1978 até a sua dissoluçom em 1983, o projecto de Rompenste fai-se mais ousado e provocador, acentuando a sua dinâmica de contestaçom através da incorporaçom de novos materiais como

(1977)¹⁰⁹ e “Alén” (1977)¹¹⁰ (Cochón e González 1999, Rodríguez Fernández 1999: 101-103, ou Samartim 2002).

Esta última interpretação irá perdendo peso no campo da crítica galega ao tempo que se vai reforçando a valorização como antecedentes da renovação de produtos prévios a 1976 publicados por agentes que, como o próprio Xosé Luís Méndez Ferrín, estavam sendo relativamente centrais no subcampo da poesia actualizando repertórios social-realistas¹¹¹. Neste sentido, destacam a publicação d'*Os Eidos-2* de Uxío Novoneyra (1974), *Non vexo Vigo nen Cangas* de Bernardino Graña (1975) e a primeira edição (1975) de *Onde o mundo se chama Celanova* de Celso Emilio Ferreiro, o principal promotor do repertório sustentado pola esquerda antifranquista até a morte do ditador, claramente ainda até finais desta década de setenta por um dos principais agentes do nacionalismo comunista da UPG, Manuel María Fernández Teixeiro (que também aposta por repertórios de tom intimista nos *Poemas ó outono* de 1976), e tampouco abandonado nesse tempo polos produtores a que a crítica atribui a mudança (nomeadamente Méndez Ferrín, que reúne em 1980 na *Poesía enteira de Heriberto Bens* os seus versos sociais e patrióticos mais combativos).

Este repertório social-realista, em coerência com o dito acima sobre a oposição entre as propostas ideológicas e literárias do nacionalismo de esquerdas e o galeguismo mais virado para a institucionalização do seu discurso, nunca foi experimentado polos agentes já activos no pré-guerra e que desenvolvêrom toda a sua trajectória na Galiza interior dentro dos grupos mais institucionalizados. Vejam-se, neste sentido, as *Palabras de víspera* (1974) e a *Herba aquí ou acolá* (1980) de Álvaro Cunqueiro (um dos modelos produtivos de maior importância para os agentes que

o audiovisual, a rádio ou a música, e convertendo-se assim num experimento cultural clara e propositadamente insurgente dentro da Galiza da Transição.

109O grupo *Cravo fondo* está formado por Ramiro Fonte, Xavier Rodríguez Barrio, Félix Vergara Vilariño, os irmáns Xulio e Xesús M. López Valcárcel, Xesús Rábade Paredes e Helena Villar Janeiro. A maioria destes produtores, na altura estudantes na Universidade de Santiago de Compostela, foram promovidos já desde o ensino secundário polo catedrático de língua e literatura española no liceu luguês e membro do Partido Comunista de España (PCE) Xesús Alonso Montero e mantêm contactos co poeta tamém luguês e militante do nacionalismo comunista da Unión do Povo Galego (UPG) Manuel María Fernández Teixeiro (fundador da editora Xistral em Lugo) (Samartim 2002).

110*Alén* dá título à única publicação colectiva Miguel Anxo Mato Fondo, Xosé Ramón Pena e Francisco Salinas Portugal, três estudantes da primeira promoção de filologia galego-portuguesa na USC que se posicionam em 1977 por primeira vez no campo literário galego avalizados polo professor, académico da RAG, crítico literário de Galaxia e responsável polo prólogo Ricardo Carballo Calero.

111Ainda que esta questão nom é atendida na bibliografía consultada, o facto de as mudanças no repertório poético mais produtivo (poesia socia-realista) na década de setenta fossem impulsionadas também por agentes que ocupavam o centro do sistema na altura nom parece umha questão menor para a compreensão do funcionamento do SLG no imediato pós-franquismo. Apontamos de passagem, neste sentido, por um lado para as relações centro-periferia e a dificuldade de separar claramente estas duas posições em sistemas com défices de legitimación como o galego, e por outro lado para as estratégias ensaiadas por produtores como Méndez Ferrín, que modificam o repertório para manter a posição de centralidade, legitimando(-se) também com a sua participação (em) os projectos compartilhados com agentes periféricos que impugnam esse mesmo centro (vid Rodríguez Fernández 1999: 100-101).

começam a editar após 1975) ou as compilações de poesia de Carvalho Calero, *Pretérito Imperfeito* (1980) e *Futuro Condicional* (1982). A estes e aos produtores que a crítica responsabiliza polo abandono dos repertórios social-realistas (onde, insistimos, destacam Ferrín, Pexegueiro e López-Casanova) unirám-se, principalmente entre 1979 e 1981, poetas que começan a producir após 1975 e já fora dumha estética sujeita ao condicionamento da açom política antifranquista, como Vítor Vaqueiro (com o primeiro livro publicado em 1979) ou Manuel Vilanova (editando no ano seguinte *E direi-vos eu do mister das cobras*).

Será a profesora Maria Xesús Nogueira (2001: 289-363) quem, despois de sintetizar a trajectória dos três grupos poéticos nomeados acima, aponte para a importância dos estudos monográficos de Henrique Monteagudo (1985) e Claudio Rodríguez Fer (1986) como responsáveis de irem “conformando unha sistematización e, ó tempo, unha canonización dos protagonistas da poesía dos oitenta que transcendeu considerablemente” (pág. 298)¹¹². De acordo com o conhecimento estabilizado do SLG deste período, os repertórios poéticos centrais na década de oitenta están caracterizados, fronte ao coloquialismo, a intenciom reivindicativa e a temática sócio-política própria do realismo social do período franquista, polo culturalismo, a preocupação polos aspectos formais e pola língua e a apertura temática. Em geral, a crítica acompanha Monteagudo (1985) neste ponto e distribui os produtores da década de oitenta num grupo corunhês (que fica fora do período do nosso estudo ao estar formado a partir da publicação em 1984 e 1985 dos volumes colectivos *De amor e desamos I e II*), e um grupo viguês conformado por poetas sediados nessa cidade e, começando a producir antes de 1980 (Pexegueiro, Vaqueiro, Grupo Rompente) ou a partir desse ano (Vilanova, Baixeras, Álvarez Cáccamo, Raña, Forcadela ou Anxo Quintela e Paulino Vázquez), “são definidos pela sua preocupação formal, propositadamente requintada e escura, pelo esteticismo e a defesa da poesia pura, com grandes influências de T.S. Eliot, da poesia portuguesa, e de Cunqueiro” (Rodríguez Fernández 1999: 104-5)

Ainda que nom encontramos neste volume nem entre a bibliografia posterior análises específicas sobre a posição relativa do género poético no conjunto do SLG no período do nosso estudo, já apontámos que é um lugar comum na crítica destacar o surgimento desde a segunda metade de setenta de novas instâncias institucionais (revistas) e de consagraçom (prémios) como dous dos principais elementos legitimadores relacionados directamente com este repertório,

¹¹²A estes trabalhos deveremos acrescentar também o de Luciano Rodríguez Gómez (1986). Dos agentes que publicam poesia em livro individual por volta do ano 1980 e que, portanto, interessam ao projecto Fisempoga, som citados os seguintes no trabalho de Nogueira: Xavier Seoane (1979), Manuel Rivas (1979), Rodríguez Fer (1979), Xulio López Valcárcel (1979), Manuel Vilanova (1980), Vicente Araguas (1980), Cesáreo Sánchez Iglesias (1980), Pilar Pallarés (1980), Xavier R. Baixeras (1981), Román Raña (1981) e Manuel Forcadela (1981).

elementos que virám reforçar umha posiçom que começava a ser posta em causa, polo menos quanto a volume de produçom, no período abrangido por esta tese de doutoramento (Cordeiro Rua e Samartim 2008). A crítica nomeia, neste sentido, a revista *Nordés*, criada em 1975 na Crunha (monolíngüe em galego após 1980, sob a direcçom da também poeta Luz Pozo Garza), *Loia*, fundada no enclave madrilenho por agentes com relaçons pessoais e estéticas com o grupo “Rompente” (publica apenas 4 números entre 1977-1978) e, já iniciada a década de oitenta, publicaçons como *Coordenadas* (1980) e *Dorna* (1981). Da parte dos prémios literários, é importante anotar tanto a continuidade das açõs no SLG das associaçons culturais ligadas aos grupos de esquerda (o “Concurso Nacional de Poesia O Facho”, desde 1978, serve de exemplo), como as intervençons vindas do campo do poder político no período pós-constitucional, nomeadamente as propostas legitimadoras das câmaras municipais das principais cidades galegas implementadas, nalgum caso, mesmo desde antes da constituicõm das primeiras corporaçõs democráticas em 1979¹¹³.

A **literatura dramática** será abordada pola professora Laura Tato Fontaiña tanto no mesmo volume 33 coordenado por Anxo Tarrío (Tato 2001: 443-511) como no volume 5 da *Historia da literatura galega* editada pola AS-PG (Tato 1996: 1410-1440). O primeiro elemento que podemos destacar quanto a este género tem a ver, igual que acontecia com a poesia, com a ruptura da periodizaçom acompanhada para o conjunto do SLG, em virtude da qual o após-guerra civil é dividido entre Ditadura (1939-1975) e Democracia (1975-). Neste sentido, a crítica especializada reparte-se entre os que colocam a baliza da mudançã no ano 1978 (Manuel Vieites 1998a), em virtude de se iniciar nesse ano a profissionalizaçom dalguns grupos teatrais, e aqueles que (como Noemí Pazó e Dolores Vilavedra [2000] e, acompanhando-as, a própria Laura Tato) datam a mudançã em 1980, ano em que concluem as “Mostras de Teatro de Ribadavia” organizadas pola Agrupación Cultural Abrente (*vid* López Silva e Vilavedra 2002 e Vilavedra 2006) e, com elas, a fase do Teatro Independente iniciada em 1965 com a criaçom do grupo teatral d'O Facho. O período seguinte, o do Teatro Profissional, tem na criaçom da “Asociación profesional do teatro galego” em 1980 a sua data inaugural, igual que 1984 dará início à fase do Teatro Institucional, após a constituicõm nesse ano do “Centro Dramático Galego” polo governo autonómico da Galiza.

Como vemos, o lapso temporal que ocupa este tese de doutoramento está integrado polo conjunto da crítica na fase do Teatro Independente, onde as estratégias das associaçons culturais

¹¹³Vejam-se as “Xustas Literarias Galegas” convocadas polo Concelho de Santiago de Compostela desde 1978, o “Premio Cidade de Ourense” organizado pola Cámara Municipal da cidade das Burgas desde 1979, ou o “Premio Celso Emilio Ferreiro” convocado polo Concelho de Vigo a partir de 1981.

ligadas aos grupos da esquerda política para o preenchimento de défices no SLG passam pola promoçom dum género, o dramático, ao qual é atribuída a funçom de instrumento político-social ao serviço da divulgaçom maciça das ideias desses grupos. Esta estratégia explica também a convocatória de certames específicos para textos dramáticos, tais como o “Certame Abrente” (1973), “Certame de Teatro Infantil” d'O Facho (1973), “Certame de Teatro” do Ateneo de Ferrol na mesma altura ou, já em 1978, o “Concurso de Teatro Breve” organizado pola Escola Dramática Galega fundada por Manuel Lourenzo e Francisco Pillado Mayor nesse ano na Crunha. Porém, igual que os défices no campo teatral dificultam a encenaçom, a inexistência de editoras ou de publicaçoms especializadas no género dramático fai com que os textos premiados nestes concursos literários fiquem maioritariamente inéditos (fora algunha publicaçom esporádica em *Grial*, ou em *Encrucillada* a partir de 1977), carência que tentará ser superada desde o campo editorial pola colecçom de teatro da editora compostelá Pico Sacro (iniciada em 1975, publica apenas 4 volumes), pola ediçom em 1978 do primeiro número dos *Cadernos da Escola Dramática Galega*, ou polo nascimento em 1980 de duas publicaçoms especializadas: “*Don Saturio, boletín informativo do teatro galego*, dirixida por Celestino Ledo López, en Ferrol, e *Cadernos do espectáculo da Compañía Luis Seoane*, dirixida por Francisco Pillado Mayor, na Coruña” (Tato, 2001: 457; veja-se também Ruibal *et al* 2008 e o número monográfico que a Revista de la Asociación de Directores de Escena dedica ao teatro galego em 2006 [ADE: Teatro, nº 112]).

Outro elemento destacado tem a ver com o agrupamento dos agentes responsáveis pola produçom dramática no período do nosso estudo. Igual que acontece com a periodizaçom, também neste sentido a crítica galega especializada tem colocado várias propostas para a arrumaçom dos produtores: desde a genérica e inicial “O teatro galego na actualidade” de Lourenzo e Pillado Mayor (1979); passando pola distribuiçom de Vieites (1996) entre “Teatro do exilio”, “Dramática silenciada” ou “Dramática social e primeiras vangardas”; até as últimas tentativas de Pedro Pablo Riobó (1999), que aponta a denominaçom de “Promoción *Grial*” para agrupar os agentes que começam a produzir antes da fase do Teatro Independente.

Em geral, para a parte da crítica galega que se tem ocupado deste assunto, durante o período abrangido polo projecto Fisempoga, no campo da dramaturgia actuam dous grandes grupos. O primeiro é o que a professora da Universidade da Crunha Laura Tato denomina “grupo de enlace” (Tato 2001: 462; *vid* também Tato 1996):

unha serie de autores que servirán de elo entre o que intentara se-la dramaturxia de

preguerra e as novas promocións do Teatro Independente e que, en moitas ocasións, serviron de modelo ou son precedentes da obra destes últimos. Incluímos nela a un grupo de dramaturgos que deron á prensa a súa obra durante as décadas dos cincuenta, sesenta, setenta e mesmo oitenta, mais que non participaron como protagonistas na renovación que implicou o Teatro Independente¹¹⁴.

O segundo grande grupo, abrangido sob a denominación de “Grupo Abrente” ou “Grupo de Ribadavia” (apenas Riobó 1999 utiliza o termo *geraçom*), está conformado polos dramaturgos que começan a producir com o Teatro Independente, em volta das Mostras e do Certame promovido pola asociación cultural da vila ourensá¹¹⁵.

Este grupo heterogéneo caracteriza-se por ter impulsado a profesionalización do conxunto do sistema teatral na Galiza a partir dum estado de campo que non permitia a especialización individual e exigía a acumulación de funcións (escrita, dirección, actuación, promoción...), por ter atribuído ao teatro unha clara función social e patriótica (daí as temáticas ensaiadas ou o traballo desenvolvido para consolidar a lingua galega como norma sistémica neste campo) e por ter actualizado a tradición dramática galega, explorado novos repertórios e incorporado ao “teatro galego tódolos logros da dramaturxia europea contemporánea” (Tato 2001: 480).

Por último, quanto à produção posterior a este “Grupo Abrente” (organizada em geral sob a denominación de “Promoción dos oitenta”) destaca a coincidência básica entre a crítica especializada (Vieites 1998, Paz Gago e Vilavedra 1996, Quintáns 1997) na continuidade com as propostas dramáticas do grupo de Ribadavia, até o ponto de alguns especialistas (como Vieites 1998) a considerarem apenas como um enlace entre o “Grupo Abrente” e a posterior “Promoción dos 90”¹¹⁶.

Continuando com a **narrativa** o percurso da bibliografía consultada polos géneros canónicos, achamos que é útil apontar em primeiro lugar para a monografía que o professor González-Millán dedica a este repertório em 1996, em virtude fundamentalmente de que esse

114Deste grande grupo, conformado por várias *geraçoms literárias*, fám parte Otero Pedrayo, Blanco-Amor, Filgueira Valverde, Álvaro Cunqueiro, Jenaro Marínhas del Valle, Ricardo Carballo Calero, Manuel María, Daniel Cortezón, Xohana Torres, Bernardino Graña, Tomás Barros, Franco Grande, Xosé Manuel Rodríguez Pampín e Arcadio López-Casanova.

115A nómina de produtores susceptíveis de serem integrados neste “Grupo Abrente” varia segundo sejam Vieites, Tato ou Riobó a fazerem a listagem. De qualquer maneira, para o conxunto do período abrangido por Fisempoga, deberemos integrar neste grupo Manuel Lourenzo, Euloxio R. Ruibal e Roberto Vidal Bolaño (os três agentes mais centrais em todo o período), assim como, em geral, os produtores premiados nas Mostras ou no Certame, onde a crítica destaca Xosé Agreló Hermo, Francisco Taxes Prego, Millán Picouto Iglesias, Agustín Magán Blanco, Xosé Martínez Oca e Camilo Valdeorras.

116Entre os produtores integrados maioritariamente nesta “Promoción dos oitenta” (Xosé M. Álvarez Cáccano, Manuel Guede, Xosé Cid Cabino, Xesús Pisón, etc.) alguns, como Miguel Anxo Fernán-Vello, começan a producir dentro das margens temporais do projecto Fisempoga.

trabalho foca as principais questões referidas ao estado do conhecimento relativo ao género narrativo integrado-as no funcionamento do conjunto do SLG do pós-franquismo. O professor do Hunter College aborda neste estudo os já referidos elementos e instâncias de consagração dos novos repertórios (os prémios de nova criação, o mercado alargado, a introdução da literatura nos programas de estudo...) e o processo de canonização através do próprio campo do ensino e da recepção crítica dum discurso que inicia a renovação (quanto a formas e temas) no período seleccionado para o nosso estudo.

Em síntese, González-Millán (1996: 45-46) identifica como as principais transformações do discurso narrativo a respeito do período prévio a 1975 o surgimento de subgéneros até então inexistentes (diversificação narrativa estudada também em Domínguez Alberte, 1998), a recuperação editorial de textos anteriores à morte do ditador e o correlativo aumento da intertextualidade dentro do sistema (*vid* Figueroa 1999), o ascenso da narrativa (à conta da poesia) para o topo da hierarquia de géneros contra meados de oitenta graças ao apoio editorial e à sua consagração no sistema de ensino¹¹⁷ e, por último, o trabalho decidido dos narradores a favor da especificidade e da autonomia discursiva dos seus produtos (em oposição, nomeadamente, ao “nacionalismo literário” que, como sabemos, caracteriza o período anterior segundo o professor galego).

Similar linha de discurso é sustentada por Rodríguez Fernández (1999: 106), que chama a atenção para o impulso institucional dado à narrativa (prémios, ensino, sector editorial...), na hipótese de que isto contribuiu para a activação da *lei de proliferação* (“para satisfazer sus necesidades, un sistema pugna efectivamente por hacerse con un inventario creciente de opciones alternativas”, Even-Zohar 2007: 21) e é, presumivelmente, garantia dum público mais alargado e da modernização do conjunto do sistema. Igualmente, esta integrante do Grupo Galabra aponta neste trabalho para o importante peso da tradição nos modelos narrativos priorizados, motivado tanto porque a debilidade estrutural do género no SLG da altura fazia com que qualquer desvio fosse visto como um contributo para o seu reforço, como polo prestígio que achegavam ao sistema as reedições dos narradores clássicos monopolizadas por Galaxia (que ainda hoje mantém os direitos de edição

¹¹⁷Após comparar as propostas didácticas para o período posterior a 1975 presentes nas histórias da literatura galega destinadas ao bacharelato pela viguesa Xerais no ano 1984 (idêntica a Colectivo Seitura 1982) e pela editora crunhesa Bruño (Pichel Lourenzo *et al* 1990), Rodríguez Fernández (1999: 63-64n) conclui que “em função da altura desde que se fala assim se reflecte a história do sistema literário. O livro de texto de 1984 privilegia o género poético, porque, (...), nessa altura ocupava uma posição central na hierarquia genérica, mas na proposta de 1990 é a narrativa a que resulta privilegiada, não porque o fosse na década de 70 e princípios de 80, mas sim no momento desde o que se fala, daí que se estude com maior pormenor. Aliás, também podemos comprovar que no livro de texto não se destacam uns autores sobre outros, mas sim na [obra de Pichel Lourenzo *et al*] de 90, onde já se vislumbram quais são os produtores com maior grau de canonização no sistema”.

dos produtores que fazem parte do cânone fixo da literatura galega).

Esta focagem muda significativamente na enciclopédia Hércules, que distribui por seu lado num total de quatro capítulos a abordagem do género narrativo (facto indicativo da posição preminente atribuída a este género). O primeiro deles, sob a responsabilidade de Gonzalo Navaza (2002: 23-85), ocupa-se da vida e da obra de “Catro narradores: Fole, Cunqueiro, Blanco-Amor e Neira Vilas”, seleccionados em função do grau de centralidade alcançado no cânone e, também, por terem nascido no pré-guerra. Os três primeiros publicam antes de 1936 e reiniciam a sua produção de ficção em prosa na década de 50 e, no caso de Neira Vilas, ainda que começa a publicar na década seguinte -ao lado de “alguns autores mais novos pertencentes á xeración de posguerra, como Gonzalo R. Mourullo ou Xosé Luís Méndez Ferrín” (pág. 24), responsáveis pelas tentativas de renovação discursiva que significou a Nova Narrativa Galega-, actualiza desde o enclave cubano os repertórios do ruralismo e a emigração, ligando-os às memórias da infância (*Memorias dun neno labrego*, publicado em Buenos Aires em 1961 e na Galiza em 1968, é exemplo paradigmático); ensaiando portanto modelos fortemente legitimados pela tradição no SLG e responsáveis do grande sucesso deste produtor quer no campo da crítica quer no mercado.

Neste sentido, Rodríguez Fernández (1999: 95) amplia o apontado ao respeito por Freixanes (1988) e entende por sua vez que, juntamente com as memórias da infância e a Nova Narrativa Galega (de que falaremos na continuação), os principais modelos narrativos presentes no SLG na década 1975-1985 som

o realista, com algumas das inovações técnicas introduzidas por Eduardo Blanco-Amor, lembremos neste sentido, a polifonia e a técnica «telefónica» de *A esmorga* [editada no enclave de Buenos Aires já em 1959 e na Galiza só em 1970 por Galaxia] e de *Xente ao lonxe* [Galaxia 1972], o modelo da fantasia e da recriação mítica de Álvaro Cunqueiro e a reescrita da literatura popular de A. Fole.

O modelo realista (relacionado com o ruralismo e o costumismo vindo do pré-guerra) irá sendo secundarizado ao longo do período abrangido pelo projecto Fisempoga e foi já contestado na década de cinquenta pelos integrantes da Nova Narrativa Galega. Será precisamente a apresentação das principais características deste “movimento” um dos assuntos tratados com maior pormenor pela professora Camiño Noia (2002: 88-148) no capítulo dedicado por esta docente da Universidade de Vigo à “narrativa de posguerra”. Sob esta categoria de “Nova Narrativa Galega” a crítica especializada inclui um conjunto de produtos e produtores que, desde a metade da década de cinquenta até a fase final do franquismo, ensaiam técnicas e formas narrativas afastadas do romance

do século XIX e, referencializando-se em maior ou menor medida no *Nouveau Roman* francés, focam temáticas alternativas ao ruralismo e ao costumismo que prevalecia no campo literário galego, tentam introducir no sistema elementos de modernidade e renovação do discurso narrativo e, à diferença da poesia cívica, apresentam os conflitos sociais “de maneira alegórica, o que não lhes impede funcionar como produtos igualmente comprometidos” (Rodríguez Fernández 1999: 95).

Se bem entre a crítica galega existe quase unanimidade em colocar o início deste repertório na publicação por Rodríguez Mourullo em 1954 do conjunto de relatos *Nasce un árbore* (ainda que Salinas [1985] fala na edição por Álvarez Blázquez dous anos despois de *Memorias de Tains*, do mesmo Mourullo), o principal desacordo que detectamos entre a crítica literária na análise do SLG posterior à Guerra Civil tem a ver, precisamente, com a data em que este repertório deixa de ser funcional. Para a parte da historiografía literária que restringe mais o tempo de vigência deste movimento, a Nova Narrativa conclui no fim da década de sessenta, enquanto que outros estudiosos alargam o período de vigência até 1972 ou 1974 (data de publicação de *Adios, María* de Xohana Torres, e de *Elipsis e outras sombras*, de Xosé Luís Méndez Ferrín), ou mesmo fan concluir a Nova Narrativa em 1980, ano em que sai do prelo *Cara a Times Square*, de Camilo Gonsar¹¹⁸.

Para Camino Noia (2002: 98), que refere também o “escaso valor literario” dos produtos narrativos dos agentes nascidos no franquismo alheios à Nova Narrativa e publicados entre 1957 e 1976 por Galaxia dentro da colección Illa Nova (recuperada em 2003), a produción narrativa posterior a 1969 está determinada pola censura e, “máis preocupada pola problemática socio-política que axitaba á sociedade galega ca pola renovación textual, meteuse na liña social aínda que non desbotase a utilización das novas técnicas estruturais, xa incorporadas ó relato”. A profesora nom refere, contudo, que o próprio estado do campo, caracterizado pola falta de articulación institucional, nom permitiu a renovação do discurso narrativo durante o franquismo e é

118“Sucasas [Vieiros 1965] facía expresa mención ós libros de Gonzalo Rodríguez Mourullo, Xosé Luís Méndez Ferrín, Camilo Suárez-Llanos [Camilo Gonsar], María Xosé Queizán e Carlos Casares, [...]. Estes autores, ós que debo engadi-lo nome de Vicente Vázquez Diéguez, [...], son os únicos que na miña opinión están incluídos no movemento da Nova Narrativa, que remataría en 1969 [com a publicación por Casares de *Cambio en tres*]. Un grupo de autores pouco homoxéneo cunha variada produción narrativa, mais con notables semellanzas de comparármolos cos que aparecen noutras propostas dos estudiosos do tema.

Nun longo artigo de prensa, o escritor Xosé Fernández Ferreiro (1972), [...], inclúe sob o termo «Nova Narrativa Galega» toda a narrativa publicada en lingua galega desde 1954 a 1972, [...]. Con posterioridade, outros analistas do movemento narrativo fixeron novas propostas sobre o corpus de obras e autores que o compoñen. Para Salinas Portugal (1985) e Forcadela (1993), ademais dos autores e das obras que figuran na miña proposta, entrarán a formar parte desde movemento a novela de Xohana Torres *Adios, María* (1972) e as dúas obras publicadas por Ferrín na década dos anos setenta, [*Retorno a Tagen Ata* (1971) e a citada *Elipsis e outras sombras* (1974)] [...], textos ós que Forcadela engade o relato *Cara a Times Square* de Camilo Gonsar [...]. Luciano Rodríguez (1983), Antón Capelán (1992), Anxo Tarrío (1994) e Teresa López (1999) coinciden en remata-lo ciclo do movemento anovador en 1972, coa novela de Xohana Torres. Basilio Losada (1968), que afasta *Vento ferido* [Casares, 1967] dese movemento, xa no ano 1968 daba por concluída a Nova Narrativa Galega” (Noia 2002: 98).

responsável, segundo sustém González-Millán (1996), do fracasso das tentativas modernizadoras representadas pola Nova Narrativa na campo literário galego pré-constitucional¹¹⁹.

Contudo, dous destacados representantes da Nova Narrativa, Xosé Luís Méndez Ferrín e Carlos Casares, avança claramente no proceso da sua canonizaçom já no período do nosso estudo em virtude de que materiais narrativos como “o carácter alegórico-nacional ou a renovação técnica no que diz respeito à modalizaçom narrativa, à sequencializaçom temporal, se tornam produtivos” (Rodríguez Fernández 1999: 109); assim como também em funçom de que os produtores mais novos aderem a estes repertórios, do papel determinante jogado pola instituiçom escolar (que selecciona as suas obras narrativas como de leitura obrigatória e os integra como objecto de estudo do ensino secundário já desde as programaçoms derivadas do Decreto de 1979) e, nom menos importante, das sucessivas tomadas de posiçom nos campos político e literário da altura que levam Ferrín e Casares para a posiçom de centralidade ocupada tanto nos seus respectivos grupos (o nacionalismo da esquerda e Galaxia, respectivamente) como no conjunto do SLG.

Por seu lado, Silvia Gaspar Porras (2002: 151-213) liga a emergêcia do romance à tomada de consciêcia nacional no fim do franquismo (concretamente à satisfacçom da necessidade de elaborar um relato da comunidade) e identifica umha etapa de transiçom para “a novela posfranquista en Galicia (1975-1979)” (pp. 154-158), iniciada com “o despegue dos premios literarios como estratexia de promoción novelística” (pág. 159) e concluda com a incorporaçom de Edicioms Xerais de Galicia ao SLG em 1979. Precisamente, porque esta estratégia (nom apenas editorial) tivo grande efectividade na configuraçom, na diversificaçom e na centralidade e legitimaçom alcançadas polo discurso narrativo no período constitucional, vale a pena apontar para a promoçom deste género feita já desde 1975 por instituiçoms públicas e privadas através de prémios de narrativa convocados polo Ateneo de Moaña, por Galaxia ou, fundamentalmente, pola Fundación do Pedrón de Ouro de Galicia que, com o “Concurso de Narracioms Curtas Pedrón de Ouro” (desde 1976 “Modesto R. Figueiredo. Certame Nacional de Narracioms Breves”), converteu-se no galardom de maior impacto nos dous últimos períodos em que dividimos o projecto Fisempoga; a estas instâncias canonizadoras seguiu em 1976 o Premio da Crítica de Narrativa Galega, o Prémio

¹¹⁹Em palabras de González-Millán (1996: 45): “Os autores e os textos identificados com esta corrente non lograron a efectividade desexada, polas deficiencias do próprio campo literario. O seu recoñecemento, en termos de lexitimaciom social e canonizaciom estética, viria posteriormente como consecuencia da aportaciom dalguns destacados membros da Nova Narrativa (Carlos Casares, Camilo Gonsar e Méndez Ferrín) ao desenvolvemento deste xénero na primeira década do posfranquismo, da consolidaciom da autonomía funcional do campo literario, e da conversiom da narrativa no xénero privilexiado polas editoriais. Un renovado metadiscorso narrativo anunciábase, pois, na década dos sesenta, pero para facelo efectivo os diversos colectivos (autores, crítica, mundo editorial, lectores, etc.) carecían da articulaciom institucional capaz de transformar nun campo social autónomo o conxunto das prácticas relativas ao fenómeno literario”.

Blanco-Amor (promovido em 1981 polo Concelho de Redondela e responsabilidade de várias câmaras municipais desde aquela) e o “Premio Xerais de Novela”, convocado por esta editorial desde 1984 e com o qual, em geral, é dada por consolidada a produçom narrativa pos-franquista (vid González-Millán 1996 ou Vilavedra 1996 e 2000).

Em geral, a crítica caracteriza a narrativa produzida no período abrangido polo projecto Fisempoga fazendo referênciã ao diálogo estabelecido com os repertórios temáticos legitimados pola tradiçom (elemento produtivo na altura e de onde som resgatados a emigraçom, a memória, o ruralismo, o celtismo...) e à coexistência da produçom de agentes nascidos no pré-guerra (“figuras consagradas” como as analisadas por Gonzalo Navaza no capítulo já referido) com a doutros narradores exilados nos enclaves americanos “que aínda manteñen fixa a súa atención nas consecuencias da Guerra Civil” (pág. 155) e com os repertórios ensaiados polos mesmos produtores responsáveis da tentativa de renovaçom que significou nas décadas de cinqüenta e sessenta a Nova Narrativa. A crítica literária galega dá por iniciada esta renovaçom discursiva com os *Xoguetes para un tempo prohibido*, com que Carlos Casares ganha o primeiro Premio Galaxia de Novela em 1975, introduzindo novas técnicas (como a especular) e espaços (como o mundo urbano), à vez que trabalha pola recuperaçom da memória individual e colectiva da Galiza. Da mesma maneira, também essa mesma crítica individualiza, distingue e atribui valores fundacionais ao romance *Dos anxos e dos mortos* de Anxo Rei Ballesteros, publicado por Castrelos dous anos despois (González-Millán 1996: 53-54; Freixanes 1988: 118)¹²⁰.

Será mais umha vez González-Millán (1996) quem identifique tanto os principais repertórios temáticos presentes no corpus narrativo da primeira década do pos-franquismo como também quem aponte para a grande continuidade a respeito da narrativa do fim do franquismo verificada até meados da década de oitenta¹²¹. Vale neste sentido indicar que no quarto trabalho dedicado pola

120Rodríguez Fernández (1999: 116 e 110) chama a atençom para “o recurso à tradiçom na procura de novos modelos” (e estratégias, diremos nós: o artigo de Roig Rechou [1984] sobre “As Noveliñas Lar. unha lección para o kiosco galego” parece-nos significativo neste sentido) assim como para a freqüência com que é incorporado o elemento urbano nas narrativas pós-franquistas; isto último também é perceptível n'*A nosa cinza* de Xavier Alcalá (1980), com enorme sucesso posterior no mercado em grande medida graças ao ensino. Por seu lado, apesar da introduçom do mundo urbano nas *Historias que ninguém cre* (1981) Ánxel Fole mantém a sua posiçom priorizando o repertório realista ligado ao mundo rural. Álvaro Cunqueiro fecha em 1979 com a publicaçom de *Os outros feirantes* o ciclo narrativo aberto em 1960 com *Escola de Menciñeiros*, sem renunciar aos elementos fantásticos que definiam a sua posiçom anterior e que tanto sucesso lhe proporcionarã entre os produtores do período autonómico, em especial quando misturados com a tradiçom (artúrica) como em *Merlín e familia* (1955), verdadeiro modelo produtivo para a narrativa autonómica. Da mesma maneira, Rodríguez Fernández (1999: 117) sustém que “uma das principais transformaçom que se produzem na altura é a canonizaçom, no que às técnicas narrativas diz respeito, duma série de materiais como o solilóquio, a multiplicidade de vozes narrativas, o monólogo interior, a ruptura da ordem lógica, a diversidade de pontos de vista, etc.”.

121González-Millán (1996: 55) distingue “a memoria, a identidade colectiva, o (auto)biografismo, a infancia e a xuventude, a experiencia urbana [...], a tensión (cada vez menos maniquea) entre mundo urbano e mundo rural e

enciclopédia Hércules ao género narrativo -em que Teresa Seara e Teresa Bermúdez (2002: 215-279) se ocupam de “A narrativa breve desde 1975” acompanhando em grande medida os contributos de González-Millán (1996) e Dolores Vilavedra (1995)-, esta mesma continuidade é referida a respeito da “tentativa de elaborar unha literatura de consumo masivo na década de oitenta” (Seara e Bermúdez 2002: 239); esta característica (juntamente com a diversificação da tipologia da produçom em prosa) é identificada pola maioria da crítica com a narrativa posterior a 1975 ainda que, como bem anotam estas investigadoras (pág. 239), continua os “presupostos programáticos da colección O Moucho (Edicións Castrelos)”, que tinha desde a sua criaçom em 1973 o objectivo de “popularizar a literatura e literaturizar o imaxinario popular” (González-Millán 1996: 69), ao mesmo tempo que tentava diversificar as modalidades temáticas e formais da narrativa. O caminho desta diversificação e as tentativas das editoras de procurar um mercado massivo (umha “literatura galega de quiosque” e, também, em grande medida ligada ao ensino após 1979) continua com o wester *A morte de Frank González* de Fernández Ferreiro (Edicións do Castro 1975), que precede a incorporaçom ao longo dos anos abrangidos polo projecto Fisempoga doutros subgéneros (como o policial, o fantástico, etc.); porém, “haveria que aguardar ao decénio seguinte [1990-] para que a literatura de consumo conseguisse um maior desenvolvemento” (Rodríguez Fernández 1999: 115).

A apresentaçom do corpus sobre o ensaio e a crítica literária galega do período do nosso estudo corresponde na enciclopédia Hércules a Isabel Soto López (2002: 281-337). Quanto ao **ensaio**, apesar de indicar que o novo quadro político aberto a partir de 1975 explica também o aumento e a diversificação temática da produçom neste género (e a incorporaçom do galego ao sistema de ensino joga neste sentido umha importante funçom), esta investigadora entende (com Vilavedra 1999) o lapso que medeia desde a morte de Franco até o fim da década de setenta como um período transicional caracterizado por umha escassa produçom ensaística. A crítica especializada relaciona este défice com as difusas fronteiras genéricas (que permitem que Soto inclua sob esta categoria manuais destinados ao ensino e trabalhos de investigaçom) mas, sobretudo, com a falta de estímulos externos à produçom dum repertório historicamente secundarizado no SLG (*vid* Basilio Losada 1985, Antón Baamonde 1988 e Ramiro Fonte 1994-1997). Neste sentido, é esclarecedor compararmos a quantidade de prémios destinados à promoçom da poesia, o teatro e a narrativa desde a primeira metade de setenta (*ver supra*) com o único certame que impulsa o ensaio no fim do período do nosso estudo, os Premios da Crítica de Galicia convocados polo Círculo Ourensán de Vigo desde 1978 para distinguir, entre outras, umha obra de “Investigación” e outra de

entre realidade e fantasía, a guerra civil, o paraíso perdido, a visión apocalíptica, o vello mito da Terra-Nai, a emigración e a autoconciencia da escrita literaria”.

“Ensaio e Pensamento” publicada no ano anterior. Nom menos significativo parece que a primeira colección específica para este género (Documentos para a Historia Contemporánea de Galicia) fosse criada ainda em 1981 por Ediciós do Castro para acolher unha das temáticas mais priorizadas no ensaísmo galego do período constitucional.

Em concreto, no tempo abrangido polo projecto Fisempoga, o ensaio está localizado em revistas (com a importante incorporación de *Encrucillada* em 1977) e suplementos de jornais (como *La Voz de Galicia* desde os anos sessenta e *El Progreso* de Lugo desde 1970) mais do que em formato libro. Fora algunha mostra de temática política nos enclaves americanos nos primeiros setenta (basicamente responsabilidade de agentes já activos no pré-guerra como Gerardo Álvarez Gallego ou Emilio González López), no SLG da metrópole destacan nesta altura os trabalhos de agentes ligados ao grupo Galaxia (como Rof Carballo, García-Sabell, Torres Queiruga ou Chao Rego), que atendem asuntos de filosofía, humorismo, religiom ou a recuperaçom de figuras centrais na tradiçom galeguista (como Daniel Castelao ou Rosalía de Castro), aos quais “se suman intelectuais das novas xeracións [localizados na esquerda e o nacionalismo] que comezan a divulgar as primeiras interpretacións políticas, da historia e da economía desde concepcións rigorosas e sistematizadas, e, así, mesmo o ensaio sobre temas sociolingüísticos comeza a súa andaina” (Soto 202: 301).

Som precisamente estas temáticas as que acumulan um maior volume de produçom tanto desde 1973 como no último período contemplado em Fisempoga (1979-1982). Da filologizaçom da cultura galega dá noticia a presenza do ensaio sócio-lingüístico no campo editorial. Este assunto interessa a todos os grupos activos no SLG de acordo com a unanimidade com que o nacionalismo etno-lingüístico atribui ao galego a posiçom de maior centralidade neste sistema cultural periférico e será focado desde o PCG da maõ de Alonso Montero (com vários livros no período), através dos artigos publicados sobretudo em *Grial* e compilados por Ramón Piñeiro em *Olladas no futuro* (1974), desde o comunismo patriótico de Francisco Rodríguez (que marca a posiçom do nacionalismo galego em 1976 com o *Conflicto lingüístico e ideoloxía en Galicia*), desde a USC por agentes como Moralejo Álvarez (com publicaçoms em 1977, 1980 e 1982), ou também (ainda que nom sejam referidos por Isabel Soto), polos vários trabalhos surgidos desde o ámbito do reintegracionismo responsabilidade de Rodrigues Lapa, Alonso Estravis ou Montero Santalla¹²².

¹²²Constenla Bergueiro (1996), responsável polo ensaio sócio-lingüístico na *Historia da Literatura Galega* promovida pola nacionalismo agrupado na AS-PG, identifica como de “Loita pola restauración social do idioma” o período comprendido entre 1963 e 1978 e estrutura o seu discurso nas seguintes epígrafes: “A Igrexa e o galego”, “A reivindicación social do idioma”, “A lingoaxe i as lingoas” [discurso de ingreso de Ramón Piñeiro na RAG em 1967], “As teses de Alonso Montero sobre a lingua”, “A resposta do nacionalismo ás teses da morte e o bilingüismo: *Conflicto lingüístico e ideoloxía en Galicia*”. Desde as teses defendidas polo nacionalismo galego, e mais próximo

Por seu lado, a política, a economia e a história têm especial predicamento entre os agentes mais novos ligados aos grupos de esquerda (em maior medida nacionalistas galegos). Entre os textos económicos, a crítica destaca *O atraso económico de Galicia* (1972) de Xosé Manuel Beiras como o iniciador dum tipo de análise económica de base científica, marxista e anticolonial com continuidade na produção tanto de Ramón López-Suevos como de Camilo Nogueira ou Xán López Facal, por indicar apenas os agentes mais representativos do pensamento económico promovido polos principais grupos de esquerda nacionalista da altura e, no caso de Nogueira e Facal, ligados também à Sociedad para el Desarrollo Industrial de Galicia (SODIGA) criada nesse ano 1972 pelo governo franquista. Destacam igualmente, no âmbito do ensaio económico, os trabalhos específicos sobre pesca, agricultura, indústria, serviços ou política económica redigidos por outros destacados membros desses grupos (como González Laxe ou Orjales Pita, etc.), umha mostra dos quais (apontamos nós) estão recolhidos no livro colectivo *Galicia. Realidade económica e conflicto social*, volume coordenado polo galeguista próximo ao Partido Socialista Obrero Español (PSOE) José António Durán em 1978 (que chegou a ser editado mas nom distribuído por decisom da entidade que tinha encarregado o trabalho, o Banco de Bilbao).

A referida ligação entre marxismo e nacionalismo é igualmente destacada por Bieito Alonso *et al* (1996) ao falar do ensaio histórico, apontando também que contra o final do período do nosso estudo som os investigadores ligados à Faculdade de Geografia e Historia da USC (como Beramendi, Villares ou Barreiro Fernández) os responsáveis de renovar decididamente os estudos históricos e, trabalhando individualmente ou através de grupos de investigação, de “abandonar a historia política e diplomática para centrarse na económica e social” (pág. 1348). Segundo Alonso *et al* (1996: 1350 e ss) estes investigadores situam Galiza como sujeito das suas pesquisas e levam para o centro dos seus trabalhos historiográficos o estudo da “questom nacional” galega¹²³.

Junto a esta abordagem da comunidade galega como sujeito histórico, a bibliografia que acompanhamos também refere outras temáticas políticas iniciadas no período em que localizamos o presente estudo. Para a crítica, o ensaísmo de orientação feminista nasce na Galiza da mao também de agentes do nacionalismo da esquerda, como María Xosé Queizán (*A muller en Galicia* 1977; *Recuperemos as mans* 1980; *A muller galega no ensino* 1981) e Teresa Barro (*Cartas a Rosalía* 1981). Destaca nesta linha temática, igualmente, o papel de Martínez Marzoa na divulgação do

do discurso político que do académico, Constenla acompanha Francisco Rodríguez e Pilar García Negro (1991) também na análise do período 1978-1990, caracterizado polo tratamento deparado à já legalmente “língua própria” da Galiza no novo quadro legal derivado da constituição espanhola.

¹²³Com importante sucesso de público, tal como confirma López Carreira (1988) ao assinalar o impacto alcançado pola *Historia de Galicia* impulsada polo nacionalismo através da Frente Cultural da ANPG em 1979, que se converte no livro mais vendido na Galiza do ano seguinte.

marxismo (*Ensaio marxistas* 1978 ou *(Re)introducción ó marxismo* 1980) e a importancia da introdución da lingua galega no ensino obrigatorio para a promoción do ensaio filosófico, elaborado agora com fins docentes por colectivos formados por membros do profesorado (*Introducción á Filosofía* 1979 e *Historia da Filosofía* 1980) (Soto López 2002: 309)¹²⁴.

Ocupando-se já da **crítica literaria**, Soto López (2002: 324) refere apenas alguns dos trabalhos recolhidos no nosso corpus e resume o período prévio a 1975 apontando para a emergência e o avance qualitativo experimentado pola crítica e a historiografía literaria galegas a respeito do período do pré-guerra,

a pesar de certas eivas como a ausencia de modernas canles de difusión da obra literaria ou dunha metalinguaxe crítica. Xorden nestes anos as primeiras reflexións e sistematizacións históricas, obra de estudiosos da importancia de Ricardo Carballo Calero e Francisco Fernández del Riego, que axudan a unha fixación do canon, inexistente ata ese momento.

Isabel Soto (2002: 325) destaca o aumento da cantidade de publicacións e producións críticas após 1975, quer no campo académico quer no xornalístico, e como isto contribuí em grande medida para a superación das carencias herdadas; nomeadamente quanto à ausencia “dunha crítica de interpretación, seria e rigorosa, desde criterios contextualizadores [sic] e comparatistas que comezou a despuntar con forza fundamentalmente a partir de 1990”. A evolución da produción viria indicar para Soto (2002: 337) a passagem dunha crítica literaria sustentada em critérios valorativos de tipo quantitativo, onde todo o publicado é legitimado pola institución na medida em que contribuí para a construción do SLG, para “unha crítica moito máis atenta, formada e selectiva”, sem indicar a este respeito fogagens teórico-metodolóxicas, critérios, obxectivos ou intereses sustentados polos grupos promotores.

O profesor Dasilva (2002: 340-353) dedica também no mesmo volume um breve capítulo ao “Panorama da **traducción** literaria” desde a Idade Média até o final do século XX; nele prioriza a atención à tradución para o galego e atribuí a este elemento a función principal de incorporar ao SLG repertórios prestigiados noutros sistemas literarios. O profesor da Universidade de Vigo nom trata de maneira específica o período do nosso estudo, mas refere o papel do ensino e da demanda editorial como responsábeis do aumento e da diversificación da tipología da tradución para o galego

¹²⁴Notamos, contudo, a ausencia de referencias à función desenvolvida polos principais elaboradores de ideas do marxismo anticolonial da UPG para asuntos políticos, Francisco Rodríguez e Ramón López-Suevos, que marcam a posición do seu grupo (e do nacionalismo posterior) com a publicación de vários trabalhos no lustro abrangido por esta tese de doutoramento, entre os quais *Problemática nacional e colonialismo* (1978), editado conjuntamente polos dous agentes citados.

no período constitucional e, em relação com estes dois factores, destaca a centralidade quanto a volume de edição da literatura infanto-juvenil dentro dos materiais importados pela via da tradução nesse período. Igualmente, este estudioso considera que os principais défices do SLG neste campo têm a ver, por um lado, com a ausência de mercado editorial (o que explica o défice da importação de produtos traduzidos quando o compararmos com a exportação) e, por outro lado, com a falta de planificação. Este facto verifica-se, nomeadamente, em que o espanhol continua a funcionar para o SLG ainda nos inícios do século XXI como a principal língua de partida (igual que intermediária e de chegada) em relação com os repertórios tanto importados como exportados neste sistema através dos trabalhos de tradução, o qual dá para entender também que, em muitos casos, a tradução para o castelhano seja responsabilidade dos próprios produtores.

Concluimos o nosso percurso pela bibliografia utilizada para sintetizar o estado da questão sobre o nosso objecto de estudo anotando o trabalho realizado pela professora Ana-Blanca Roig Rechou (2002: 380-501) sobre “A **literatura infantil e xuvenil** en Galicia”. Esta investigadora, ligada tanto à USC como ao Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades da Xunta de Galicia, localiza o período abrangido por esta tese de doutoramento dentro dum lapso temporal maior caracterizado como de “transición e asentamento” (de 1950 a 1980)¹²⁵. Para o que aqui nos interessa, a evolução da produção de literatura infanto-juvenil entre o franquismo e a transição está em estreita relação com o processo de incorporação da língua galega ao sistema de ensino obrigatório, razão pela qual Roig Rechou começa a sua exposição pela enumeração dos materiais pedagógicos elaborados para o ensino, em primeiro lugar, *do* galego e, depois, *em* galego. Entre esses materiais, esta especialista refere algumas das obras desta tipologia que figuram no nosso corpus (as publicadas em 1969, 1970, 1972 e 1975) e destinadas ao ensino do galego em níveis iniciais, assim como as publicações periódicas criadas nesta altura e dirigidas ao público infanto-juvenil, como *Axouxere* (1974-1975), *Vagalume* (1975-1978) e *As Roladas-2* (1978-1981).

Já “no âmbito literário” [sic], Roig Rechou (pág. 391 e ss) estrutura este trabalho em géneros e outras tipologias (narrativa, poesia, teatro, banda desenhada, tradução, crítica e investigação), destaca o impacto dos Concursos Nacionais convocados pela Asociación Cultural O Facho para a promoção do repertório no período compreendido em Fisempoga (de Contos Infantís desde 1968, de Teatro Infantil -com carácter bianual- desde 1973, de Poesia Infantil desde 1978), refere sumariamente a produção da prática totalidade dos agentes que escreveram nessa altura para

¹²⁵Dentro do período seguinte, “De 1980 ó 2000: consolidación”, as únicas referências localizadas nas margens do projecto Fisempoga são os produtores e produtos premiados nos concursos organizados pela Asociación Cultural O Facho (pág. 384), de que falaremos adiante.

crianças¹²⁶ e, por último, identifica como principais elementos caracterizadores deste tipo de obras a disparidade formal e temática, o didactismo, a crítica social e o reforço da identidade colectiva da Galiza através da recuperação e da promoção por via do ensino da tradição oral e popular (nomeadamente através da lírica)¹²⁷. Ainda que a professora da USC entende que estas características localizam a produção infanto-juvenil em galego no âmbito das literaturas emergentes (Roig Rechou 2002: 414), observa também no fim do período

algúns cambios importantes tanto a nivel estrutural coma temático cara á igualación coa produción noutras literaturas próximas, pois xa se incorporaran ó corpus infantil e xuvenil obras ambivalentes que comezaban a ser “rexeitadas” na literatura non infantil, como foi o caso das obras de Neira Vilas, apareceron novos xéneros como o cómic, o álbum infantil [...], as primeiras series literarias ou contos e poesías narrados en disco.

Do breve percurso polos géneros feito por esta profesora, que acumula numerosa produção sobre este assunto (Roig Rechou 1998, 2000 e 2002a/b), salientamos o carácter pioneiro das parcerias entre Galaxia e a editora catalá La Galera nos finais de sessenta para a publicación de obras de narrativa, principalmente contos e memórias, e a consideración como obra fundacional da literatura infanto-juvenil galega contemporánea que a crítica atribuí ao conto *A galiña azul* de Carlos Casares (1968). Da lírica destaca a recuperación e promoción de materiais de carácter oral e popular já indicada acima. Do teatro infantil (feito por e para crianças) dá notícia das primeiras experiências de grupos de estudantes de ensino primário nas Escolas Nieto de Vigo (1969-1971) e da Crunha (1973), e também do Grupo Martín Códax (1973) na cidade olívica. Quanto à tradução, nomeia as principais obras desta tipologia importadas por esta via para o SLG nesta altura sem maior

126Nomeando as obras publicadas para cada género, Roig Rechou refere Carlos Casares, Dora e Pura Vázquez, Xosé Neira Vilas, Xohana Torres, Bernardino Graña, Paco Martín, María Victoria Moreno Márquez e Xoán Babarro na narrativa; incluí Manuel María e Edelmira Cacheda ao falar na poesia; Manuel Lourenzo, Ana M. Fernández e Euloxio R. Ruibal quando aborda o teatro; ao falar da banda desenhada acrescenta os nomes de Reimundo Patiño e Xaquín Marín, responsáveis da primeira história aos quadradinhos para crianças (1975), ou o *Gaspariño* de X. Marín (1978), também aponta para Isaac Díaz Pardo, Xesús Campos e Luís Caparrós Esperante quando trata do grupo “O Castro” e conclui com Fran Jaraba, Xan López Domínguez, Miguelanxo Prado, Pepe Carreiro, Pepe Barro entre outros envolvidos na “historieta” *Xofre* já em 1979.

127Lembremos, neste sentido, que a literatura popular está presente em todas as programações educativas, desenhos curriculares e projectos docentes que consultamos (e que fôrom elaborados entre 1979 e os inícios do século XXI): “Deprender cancións populares e xogos rítmicos” e “recuperar e potencia-la cultura popular no que se refire á lingua: ditos, adiviñas, cantares, refráns, etc” som objectivos da etapa pré-escolar e da segunda etapa do ensino básico, concretando-se no segundo caso no estudo da “Literatura popular: romances, panxoliñas, cantigas” e “lendas, contos, adiviñas” em 6º e 7º ano (*Galego no ensino 1* 1979: 16, 49 e [59]); o estudo de “A literatura popular galega: o conto e o romance” e “cantares, refráns e adiviñas” som temas abordados no segundo ano do BUP (*Galego no ensino 4*, 1980: 27); A “Análise da literatura popular galega” continua a ser um objectivo em meados da década de oitenta (Esteban Radío 1986: 14); “A tradición oral popular. A súa importancia en Galicia. Formas que presenta (lendas, contos, romances, paremias, refráns, oracións, adiviñas...)” figura entre os conteúdos previstos para o ensino da língua oral após a aprovação da LOGSE em 1990 (Equipo Xendro 1993: 38 e 44); de acordo com o modelo ainda vigorante em 2009, os conteúdos para o primeiro ano do Ensino Secundário Obrigatório (ESO) contemplam também “A canción popular” e “O conto e a lenda tradicional” (González Refojo *et al* 2000: 19).

aprofundamento quanto aos sistemas fonte ou à função desempenhada pela tradução (*vid* neste sentido Figueiras 2005 e 2008) e, já no campo da crítica e da investigação, refere o carácter pioneiro da sistematização da produção infantil e juvenil galega até 1967 feita por Ramón Piñeiro (*in* Hürlimann 1968 [2ª ed. 1982]).

Ao lado das referências bibliográficas já citadas e utilizadas para extrair as informações que fomos apontando sobre o estado do conhecimento do nosso objecto de estudo, também não podemos finalizar esta epígrafe sem chamar a atenção para a utilidade dum alargado conjunto de trabalhos de carácter geral sobre a época, o espaço cultural galego ou algum aspecto concreto relacionado com esta tese de doutoramento ou com o projecto em que está incluída. Referimo-nos a trabalhos de tipo enciclopédico do género do *Galicia. Literatura* já anotado, no qual encontramos informações de utilidade também no artigo de Marcos Valcárcel (2002) sobre as instituições culturais do período do nosso estudo; como os quatro volumes do *Diccionario da literatura galega* coordenado pela professora Dolores Vilavedra (1995-2004), que fornece dados de interesse sobre autores, publicações periódicas, obras e instituições literárias; ou como a *Gran enciclopedia gallega* [GEG] (1974-2006), editada por Silverio Cañada e iniciada sob a direcção patriarcal de Ramón Otero Pedrayo, que conta com valiosas informações fornecidas, em muitos casos, pelos mesmos agentes que protagonizaram o funcionamento do SLG no período do nosso estudo.

Assim mesmo, é necessário apontar também para trabalhos que atendem isoladamente algum elemento concreto do nosso objecto de estudo, por mais que, como foi indicado, a tendência predominante neles seja focar os aspectos de que se ocupam como um conjunto de factos nem sempre relacionados, ou abordem apenas a acção político-cultural daqueles grupos enquadrados no âmbito do nacionalismo galego, não se ocupando geralmente das relações entre agentes e campos culturais, nem da variada gama de posicionamentos ideológicos, de objectivos e de estratégias culturais presentes no SCG deste período de mudança de regime político (e quase nunca tendo a elaboração e a divulgação de ideias entre os seus objectivos). Seja como for, para além das referências já citadas ao longo desta primeira parte da nossa tese, não podemos desprezar a informação que fornecem os trabalhos de Santander e Rodríguez (1985), Barreiro Rivas (2003), Ramón Máiz (1982, 1996, 1997, 2000, 2000a, 2002 e 2003), Edelmiro López Iglesias (1994) e Xoán Carmona (2005), entre outros, para o conhecimento do conjunto dos campos do poder (político e económico) e do campo ideológico do período em causa; assim como os contributos de Domingos Antom García (2000), Núñez Seixas (1995), Beramendi (2006, 2007 e, com Núñez Seixas, 1996), Rubiralta Casas (1998) e Fernández Baz (2003) para a história do galeguismo, do nacionalismo e do

independentismo (igual que Ceferino Díaz 2007 nos informa sobre as tomadas de posição da socialdemocracia galeguista organizada no PSOE durante o processo estatutário). Vários livros de memórias ou conversas com agentes envolvidos na acção político-cultural durante o tardofranquismo e a transição chegarão igualmente interessantes informações sobre trajetórias e relações (in)formais no seio do SCG (sobretudo quando estivermos em disposição de contrastarmos a *ilusión* biográfica e o mapa das relações com as entrevistas previstas no projecto)¹²⁸. Entre os múltiplos trabalhos específicos podemos referir ainda os de Fernández Rei (1990) e Monteagudo e Bouzada Fernández (2002) sobre a língua galega em relação com o nacionalismo e com a história do processo de normalização lingüística, respectivamente (sem esquecermos as várias referências recolhidas na *Bibliografía da lingua na Galiza* elaborada por Venâncio 2006); o trabalho de Cupeiro (1989), um dos escassos materiais que fornece informação sobre o enclave bonaerense; os contributos de Morais (1996), Morais e Cancio (1996) e Mera *et al* (2007) sobre o movimento estudantil galego; os trabalhos de Vicente Araguas (1991) referidos ao campo musical; de Plaza Molina (1981) e Soneira Beloso (2007) sobre o campo artístico; de Cabo Villaverde e Castro (1996) sobre o campo cinematográfico, de López e García (2002) e Pérez Pena (2005) sobre a imprensa galega e de Tito Diéguez (2005) sobre a formação da imprensa nacionalista, por citar apenas alguns exemplos da bibliografia consultada no âmbito do projecto Fisempoga para fixar o conhecimento dos campos culturais diferentes do literário. Em qualquer caso, todos estes materiais ajudam-nos a fixar o conhecimento sobre o nosso objecto de estudo e evitam-nos dedicar mais atenção da estritamente necessária àquelas questões já recolhidas e sintetizadas neste capítulo.

3.2.2. Resultados de Poluliga

Em páginas anteriores fomos verificando como a bibliografia publicada sobre o objecto de estudo deste trabalho de investigação (fora as escassas excepções referidas) focaliza as análises sobre o SLG de 1974-1978 (e também de 1968-1982) nos temas e nos estilos presentes nas obras e nos autores arrumados em géneros e gerações. Apontámos que, apesar das valiosas informações que contém esta bibliografia, o modo em que está organizada e a carência dum tratamento relacional dos conteúdos restam utilidade a estes materiais para atingirmos apenas com eles o objecto de estudo descrito para esta tese de doutoramento. Falamos já na perspectiva internista e contextual que fai

¹²⁸Entre os livros de conversas ou monografias sobre agentes ou grupos destacamos Carvalho Calero (1986), Beiras Torrado (1989 e 2004), Méndez Ferrín (1989), Quessada (1991), Toro (1991), Fernández del Riego (1996 e 2003), Xan Leira (2000), Mascato (2002), Baamonde (2002), Freixanes (2003), Franco Grande (2004), Gómez Torres (2005), Rodríguez (2006), González (2007), Luna Sanmartín (2007) e del Caño (1990, 2005 e 2009). Dos livros de correspondência chamamos apenas a atenção, pola centralidade dos agentes envolvidos, para Lapa (2001), Carballo Calero (2006) e para Piñeiro e Losada (2009).

com que, de acordo com as necessidades do projecto Fisempoga, seja deficientemente atendido o conjunto das relações internas e externas estabelecidas no e com o SLG, assim como os repertórios ensaiados, as ideias promovidas, as estratégias de acção cultural e o labor institucional levado adiante pelos vários grupos que é possível estabelecer no campo literário galego do período do nosso estudo.

Igualmente, no início deste trabalho foi apresentado já o projecto Poluliga (activo no seio do Grupo Galabra entre 2002-2008) e, ao longo das páginas precedentes, fomos chamando a atenção também para alguns dos seus resultados em relação com várias das questões abordadas até o momento, já fossem estas referidas às ferramentas procedimentais com que nos dotámos em Poluliga/Fisempoga (Análise de Redes Sociais e Bases de Dados Relacionais para a abordagem de algumas tipologias do corpus: Carlos G. Figueiras 2006 e Martínez Tejero 2006 e 2008), já fossem aproximações concretas do SLG entre 1968 e 1982 relacionadas com o estudo do processo de fabricação das ideias mais centrais (como a da língua: Samartim 2004 e 2005), com as relações com o referente de reintegração (objectivo inicial de Poluliga: Rodríguez Prado 2004, Loureiro 2005 e Torres Feijó 2007), com assuntos ou momentos particulares do campo literário (Samartim 2002 e Figueiras 2005 e 2008), ou com as primeiras tentativas de agrupamento de produtores e ideias em função das relações verificadas no SLG ou de abordagens quantitativas e qualitativas do campo editorial (nomeadamente através dos dois trabalhos conjuntos assinados por Gonçalo Cordeiro Rúa e Roberto Samartim em 2008), por apontar apenas os resultados citados nesta primeira parte do nosso trabalho.

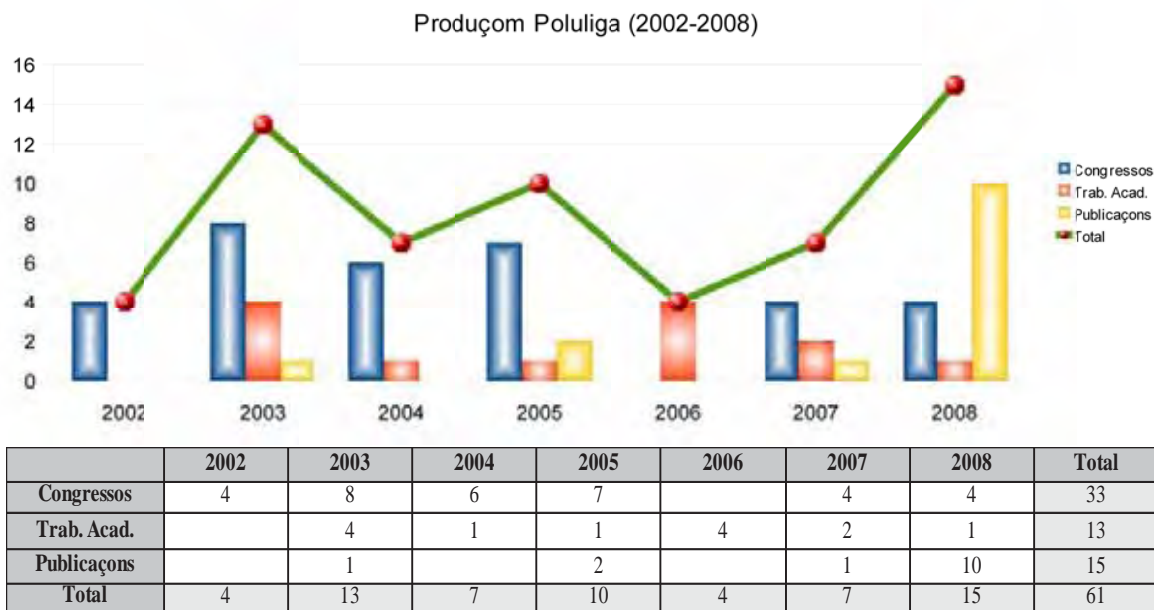
Da mesma maneira, já foi referida nestas páginas a importância dos resultados de Poluliga (juntamente com a metodologia empírica e a análise da bibliografia secundária) para a fixação do quadro procedimental e metodológico utilizado no actual projecto Fisempoga (de aplicação também nesta tese de doutoramento). Lembramos agora que isto é assim porque estes resultados de Poluliga derivam da análise do SLG de 1968 a 1982 desde propostas teórico-metodológicas de carácter relacional que, com maior intensidade e coerência no caso dos mais recentes, entendem a literatura como fabricadora de ideias, de modos de ver e actuar no mundo, de bens e ferramentas culturais. Ainda, os trabalhos surgidos de Poluliga são fruto do ensaio de procedimentos de abordagem dos materiais do nosso corpus que resultaram de enorme utilidade para resolvermos as necessidades e os problemas que enfrentou a equipa responsável ao longo do trabalho investigador para atingir o objecto de estudo estabelecido previamente, o qual, lembramos, tinha a ver com a descrição e análise do SCG entre 1968 e 2000 (e do eventual papel jogado pela Lusofonia no

processo de construção desse sistema) atendendo principalmente à função e posição de agentes, grupos e ideias (quanto a estrutura, hierarquia, relacionamento, etc.), assim como à relação entre os campos culturais (nomeadamente o campo literário) e os campos do poder.

De acordo com isto, estamos em disposição de afirmar que os resultados de Poluliga, ainda que centrados na sua maioria em elementos ou circunstâncias concretas do SLG, permitem já uma primeira aproximação do conhecimento da estrutura e das principais características do SCG do citado período assim como dos modos de o atingir e, neste sentido, fornecem à equipa que integrou este projecto a experiência e a aprendizagem necessárias para poderem ser levados em conta como um ponto de partida útil para os trabalhos de Fisempoga¹²⁹. Por todo o dito acima, já para finalizar este capítulo, procedemos a uma apresentação de conjunto dos trabalhos resultantes de Poluliga; centramo-nos ao efeito na tipologia destes resultados e na confrontação com a bibliografia secundária naqueles âmbitos de análise que consideramos de maior peso distintivo; neste último caso, sintetizamos os resultados do projecto anterior da equipa que sustenta na actualidade o projecto Fisempoga à luz das necessidades específicas que pretendemos resolver na presente tese de doutoramento; neste sentido, apresentaremos em primeiro lugar as principais características do campo editorial galego nesta altura juntamente com os défices que os próprios agentes participantes identificavam no sistema e as estratégias através das quais pretendiam superá-los (assuntos tratados fundamentalmente em Cordeiro Rua e Samartim 2008 e em Samartim 2010) e, num segundo momento, sintetizaremos o processo de elaboração lingüística da língua da Galiza desenvolvido no período focado neste trabalho, que tem esta central no desenvolvimento do SCG da altura e que foi assunto de várias abordagens prévias realizadas na sequência desta tese de doutoramento, para onde remetemos para maior pormenor (Samartim 2004, 2004a, 2005 e 2008a).

¹²⁹Também contemplamos neste trabalho os resultados já de Fisempoga, vários deles integráveis directamente nesta primeira abordagem geral enquadrável no novo projecto do Grupo Galabra. No momento de começar a redigir esta página (Julho de 2009) a equipa do projecto Fisempoga apresentou resultados no X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais “Sociedades Desiguais e Paradigmas em Confronto”, celebrado na Universidade do Minho (Braga – 4 a 7 de Fevereiro de 2009) e no IX Congresso da Asociación Internacional de Estudos Galegos, “Galiza nos Contextos Globais: Perspectivas para o Século XXI”, celebrado entre 13 a 17 de Julho de 2009 nas universidades galegas de Santiago de Compostela; ao lado das respectivas comunicações apresentadas nestes congressos internacionais (Samartim 2009a e 2009c), materiais directamente relacionados com esta tese de doutoramento foram publicados em *Veredas* 12 (Samartim 2009b) e nos *Estudos Galego-Brasileiros* 4 (Samartim 2010).

3.2.2.1. Análise contrastiva



*Figura 15. Produção geral de Poluliga (2001-2008).
Projecto Fisempoga - Grupo Galabra (elaboração própria).*

Quanto à **tipologia** dos resultados gerados em Poluliga, a Figura 15 que encabeça esta epígrafe dá notícia não apenas da evolução cronológica da produção vinculada a este projecto, mas também informa de que esta produção está agrupada em volta de três elementos fundamentais:

- I) **Trabalhos académicos**: apresentados com regularidade a partir do ano de início do projecto para a sua avaliação na USC, constam de seis trabalhos de grau e sete de pós-graduação orientados (excepto Barazal 2005, dirigido pela Doutora Carmen Villarino Pardo) pelo investigador principal de Poluliga e director do Grupo Galabra, o professor Elias J. Torres Feijó. Estes trabalhos académicos, para além de mostrarem a importância que a vertente formativa tinha no projecto (um total de 17 pessoas participaram nos trabalhos investigadores ao longo dos 7 anos em que esteve activo, 14 das quais chegaram algum resultado; *vid infra* a Figura 16), focam na sua maioria um ano concreto dos três lustros abrangidos em Poluliga e têm como principais objectivos localizar e fixar o corpus e levantar e analisar os materiais tirados dele, com especial atenção para a relação do SLG com a Lusofonia no caso dos trabalhos de grau (Pino Ramos, Filgueiras Fachal, Loureiro Rodríguez e Carro Sobral em 2003 e Filgueiras 2004) e com maior interesse pela estrutura e o funcionamento do sistema literário nos trabalhos de pós-graduação (Barazal 2005, Filgueiras Fachal 2006 e Suárez Diaz 2007). Ao lado desta função principal, os trabalhos académicos também serviram (já foi apontado) para testar algumas das ferramentas

procedimentais ou metodológicas utilizadas no projecto (Martínez Tejero 2006 e 2008, Figueiras 2006), para ensaiar estudos sobre trajectórias e estratégias individuais de agentes centrais no SLG durante algum período do nosso estudo (Loureiro 2006; na linha de trabalhos similares no âmbito de Galabra: *vid* Carmen Villarino Pardo 1994, Joel R. Gómez 2002, Roberto Samartim 2003a, Raquel Bello Vázquez 2005 ou Carlos Pazos Justo 2009), ou para realizar as primeiras aproximações de carácter quantitativo (e, ainda que em menor grau, também qualitativo) do funcionamento e da estrutura do campo editorial no conjunto do período abrangido pelo actual Fisempoga (Figueiras 2007).

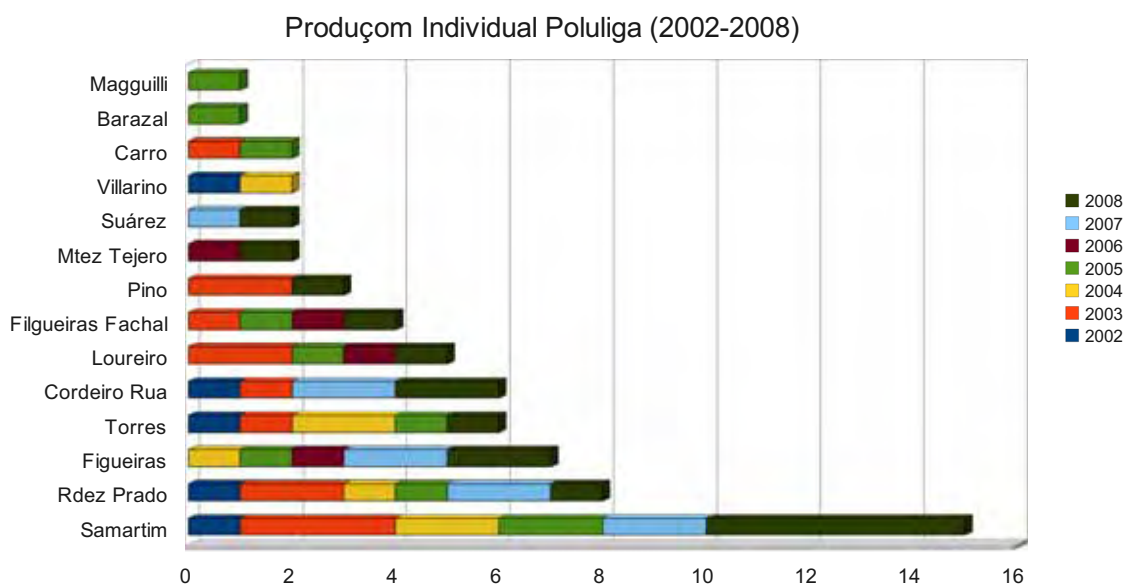


Figura 16. Produção individual de Poluliga (2001-2008).

Projecto Fisempoga - Grupo Galabra (elaboração própria).

II) **Comunicações em congressos internacionais:** ao mesmo tempo que contribuem para dar notícia do estado dos conhecimentos alcançados sobre o objecto de estudo do projecto e da evolução da nossa investigação, demonstram uma política activa de difusão de resultados em foros internacionais através da exposição de numerosos estudos de caso (até superarem a trintena de trabalhos). Ao lado da apresentação do projecto e das questões metodológicas com ele ligadas a cargo do seu investigador principal (Torres Feijó 2002, 2004a, 2004b e 2005), os contributos nos 11 congressos em que participaram até 2008 os integrantes da equipa investigadora de Poluliga atenderam preferentemente a questões referidas ao estudo das relações intersistémicas, com um volume considerável de produção ligada ao estudo da presença do conjunto do intersistema Lusófono no SLG, em especial do sistema português

(Cordeiro Rua e Rodríguez Prado 2002; Samartim 2002, 2004 e 2007; Cordeiro Rua 2003; Torres Feijó 2003; Rodríguez Prado 2004; Loureiro Rodríguez 2005), mas também focando as relações com o sistema brasileiro (Villarino 2002 e 2004) ou ampliando o leque da análise a outros sistemas referenciais para o galeguismo, como o catalán ou o francês (Rodríguez Prado 2003 e 2007; Magguilli 2005); em menor medida, mas ainda neste âmbito, fôrom apresentados estudos específicos sobre as presenças do SLG no sistema português (Samartim 2003b) ou do próprio sistema português no SLE (Rodríguez Prado 2007a). Em coerência com a importância atribuída ao estudo das relações no projecto Poluliga, foi abordado também o relacionamento do campo literário com o campo do poder político (Figueiras 2007 e 2008b, Filgueiras Fachal 2008) e económico (Suárez Diaz 2008) e com outros campos culturais como o musical (Carro Sobral 2005). Outro assunto priorizado na divulgação de resultados do projecto foi a realização de abordagens particulares do campo editorial (Pino Ramos 2003, Figueiras 2005, Cordeiro Rua e Samartim 2008, Figueiras 2008, Samartim 2008), assim como o estudo das ideias que desempenham umha função normativa no SLG durante o período do nosso estudo (Samartim e Cordeiro Rua 2009), quer estejam relacionadas com a *língua* (Samartim 2004 e 2009) quer com a *tradição* (Loureiro 2003, Filgueiras Fachal 2005).

III) **Publicações**: saídas do prelo principalmente na fase final do projecto e relacionadas na prática totalidade com a edição das actas dos congressos em que participou o pessoal ligado a Poluliga. Da quinzena de trabalhos publicados, apenas três se afastam desta dinâmica geral, dous deles ligados a desenvolvimentos que tenham a sua origem em comunicações apresentadas em congressos internacionais mas publicados em revistas galegas especializadas (Samartim 2005 e 2008a) e outro trabalho específico fruto da publicação dumha conferência pronunciada em sede universitária em Portugal (Samartim 2003)¹³⁰. Na hora de avaliar o desenvolvimento e os resultados do projecto o escasso volume de publicações foi o aspecto qualificado mais negativamente, sendo relacionado, em grande medida, com a falta de controlo sobre as possibilidades de aplicação dumha estratégia de divulgação baseada na participação da equipa em congressos internacionais (quando nem todos estes congressos recolherom em livros de actas as comunicações apresentadas) e, entre outras questões relacionadas com a planificação e a atribuição de recursos, também com

¹³⁰Em total, os trabalhos de Poluliga fôrom assunto de cinco conferências nossas em universidades europeias: Université Sorbonne Nouvelle-Paris III (30/01/2003); Universidade do Minho, Braga (23/05/2003); Freie Universität Berlin (02/12/2003); Euskal Erriko Unibertsitatea, Gasteiz (30/11/2004); Universitat Autònoma de Barcelona, Bellaterra (21/05/2008).

que os interesses e as energias da equipa priorizárom a construçom de ferramentas (procedimentais, teóricas, metodológicas...) com que poder atender a própria evoluçom experimentada no objecto de estudo do projecto Poluliga (do estudo da literatura para a abordagem empírica do SLG dentro do âmbito dos estudos na cultura, como já foi apontado).

No que di respeito ao **confroto dos resultados de Poluliga com a bibliografia secundária** consultada para a elaboraçom desta tese de doutoramento, já foi apontado no fim da análise do processo de construçom do conhecimento sobre o SLG de 1974-1978 (epígrafe 3.1) que as lacunas detectadas no saber reproduzido sobre o objecto de estudo deste trabalho afectam tanto à detecçom das normas e estratégias presentes no sistema no período do nosso estudo como aos métodos e procedimentos utilizados para a abordagem, organizaçom e hierarquizaçom desse conhecimento; ali chamámos a atençom, igualmente, para a maneira em que estes défices condicionam os resultados que já fôrom apresentados. Sintetizamos agora os principais contributos de Poluliga para o esclarecimento destas duas questons, porquanto afastam substantivamente estes resultados do conjunto da bibliografia secundária consultada:

a) **Normas:**

- Verificámos a precariedade da língua galega como *norma sistémica*. Isto é, o chamado “*critério filológico*” pola bibliografia analisada nom é aceite de maneira unánime como delimitador da pertença ao SLG entre 1968 e 1982, mas pode ser também considerado apenas *norma de repertório* nalgumhas secçons do campo, de acordo tanto com os discursos como com as práticas que nelas verificamos.
- Esta questom está em relaçom com a presença no SLG de grupos galeguistas com discursos e estratégias de açom monolíngües e de grupos com programas de açom bilíngües galego-castelhano, em geral implementando práticas e estratégias enquadráveis, em maior ou menor medida, dentro de programas tendentes para umha configuraçom *proto* ou *subsistémica* do SLG.
- Ao lado do “critério identitário” (isto é, a funçom atribuída à construçom da identidade diferenciada da Galiza no campo literário) sustentado nomeadamente pola crítica nacionalista, e em estreita relaçom com ele, acrescentamos a pertinência de estudar a funçom desempenhada no SLG de 1968-1982 pola tradiçom, critério legitimador ou hierarquizador utilizado de diferente maneira em funçom dos programas de cada grupo, mas considerado em todo o caso a principal *norma de repertório*.

b) **Procedimentos:**

- Nos trabalhos de Poluliga, o agrupamento de agentes é feito em virtude das relações verificadas entre eles e com as instituições em que participam (servindo-nos da Análise de Redes desde Figueiras 2006), ao contrário do critério utilizado de maneira geral na bibliografia consultada que, quando o faz, agrupa os produtores em gerações em virtude do ano de nascimento ou de início da produção (num género) particular. Da mesma maneira, a produção é agrupada basicamente em géneros na bibliografia analisada ao longo deste capítulo, enquanto que nos últimos trabalhos de Poluliga são levadas em conta ao efeito já várias tipologias: temática, tipo de editor ou de produto, tipo de língua utilizada, público alvo, âmbito de impacto, local de edição, grupo que está por trás da produção, etc. (*vid* Cordeiro Rua e Samartim 2008).
- O agrupamento da produção em função de categorias estabelecidas de acordo com um alargado leque de possibilidades para além dos géneros (Cordeiro Rua e Samartim 2008) e de produtores em virtude das relações objectivas verificadas no campo literário (até agora apenas de participação em instituições editoriais, Samartim e Cordeiro Rua 2009) alcançou em Poluliga também a aproximação da categorização, arrumação e localização de ideias, repertório geralmente desatendido pela bibliografia sobre o SLG (Samartim e Cordeiro Rua 2009).
- Ao lado destas primeiras tentativas de sistematização e abordagem das ideias em jogo no SLG, colocamos as aproximações da identificação dos défices projectivos e das diferentes propostas e estratégias de superação presentes no campo editorial no período do nosso estudo (Samartim 2008), assunto não contemplado em geral pela bibliografia ao uso.
- Abordamos o objecto de estudo de Poluliga de acordo com a estruturação do projecto em três períodos básicos (1968-1973, 1974-1978 e 1979-1982) correspondentes a outros tantos momentos diferenciados quanto ao funcionamento do SLG. A atenção da equipa investigadora não se centrou apenas no plano temporal (abordagens diacrónicas, análises no plano sincrónico) mas também no espacial ou topográfico, iniciando o estudo da situação nos enclaves do SLG pelo caso bonaerense e, em concreto, pela função dum dos seus principais meios de comunicação (*vid* Samartim 2009).
- O centro dos interesses e dos trabalhos de Poluliga está situado no estudo das relações internas e externas do (e com o) SLG e das ideias (com especial atenção, em última instância, às que sustentam a identidade da comunidade galega). Este facto obriga à equipa a abordagens de campos diferentes do literário (musical, média, educativo, associativo, político, económico...) sempre desde focos relacionais (não contextuais) e tanto do ponto de vista quantitativo

como qualitativo.

Por último, no que di respeito à **síntese de resultados de Poluliga em relação com as necessidades do presente trabalho de investigación**, julgamos de especial pertinência apontar para os seguintes contributos, vinculados igualmente com várias das questões referidas acima:

1. As aproximações do estabelecimento e da descrição dos principais grupos e ideias realizadas nos últimos trabalhos do projecto Poluliga (concretamente Samartim e Cordeiro Rua 2009) servem de ponto de partida para:

a) Indicarmos que, em geral, a posição tomada na guerra civil de 1936-1939 divide os agentes previamente agrupados nas organizações galeguistas da altura (fundamentalmente, para o período em foco nesta tese, na Federación de Mocidades Galeguistas) [1] num grupo de cariz tradicionalista e politicamente conservador que encontra acolho na administração cultural do franquismo (o que chamámos Grupo “Filgueira” em Samartim e Cordeiro Rua [2009] em virtude de ser José Filgueira Valverde o seu membro melhor posicionado cultural e politicamente); [2] noutro de orientação política relativamente heterogénea, mas identificado em todo o caso com o sistema político das democracias de tipo representativo da Europa ocidental, que fica na Galiza, renuncia ao trabalho político partidário de oposição ao franquismo e emprende o labor cultural desde a fundação em 1950 da Editorial Galaxia; e ainda [3] noutro menos numeroso nucleado por exilados republicanos retornados na década de sessenta e agrupados em volta do projecto artístico-cultural de Sargadelos. Fora do pólo cultural mais oficializado em que se movem estes três agrupamentos básicos (e numa relação dialéctica com eles), na década de sessenta a mocidade de esquerda galeguista afasta-se progressivamente destes grupos galeguistas e organiza-se politicamente em volta de partidos de ideologia marxista e âmbito estritamente galego que participam, confluem e discutem as suas posições em vários campos e organizações sectoriais; estes grupos som [4] o PSG (criado em 1963 na órbita da social-democracia sustentada por um sector de Galaxia e ressituaído ideológica e estrategicamente no socialismo anticolonial sob a liderança do professor da USC Xosé Manuel Beiras Torrado) e [5] a UPG (formado em 1964 sobre os sectores identificados com o “comunismo patriótico” que tinham participado no efémero Consello da Mocidade de 1963); ao lado destes, umha parte da esquerda galeguista organiza-se nas secções galegas de organizações de âmbito estatal, entre as quais destaca [6] o Partido Comunista Galego [PCG, desde 1968] (com importante incidência no mundo do trabalho através das Comissões Obreiras

[CCOO]).

b) Estabelecermos empiricamente nesta tese de doutoramento, através da utilização de ferramentas relacionais construídas ao efeito, as agrupações de produtores e instituições de acordo com tipologias e graus de relação verificados no SLG no período do nosso estudo; sobre estes agrupamentos serão realizadas análises de natureza quantitativa, qualitativa e relacional (neste último caso recorrendo a programas informáticos de análise de redes sociais para a sua representação). No presente trabalho os grupos restritos de agentes são estabelecidos em virtude das relações de pertença verificados entre produtores e instituições, mas no trabalho citado (ou noutros virados para a análise do campo editorial) foram levadas em conta relações de participação ou colaboração com instituições e de partilha de tomadas de posição, o que fornece informação sobre grupos alargados de produtores vinculados por meio das chamadas relações fracas.

c) Este e outros trabalhos (*vid supra*) indicam um caminho a seguir tanto na hora de caracterizarmos os sujeitos da acção (produtores, grupos, instituições) como de hierarquizarmos as ideias presentes no sistema, sendo identificados, neste sentido, como principais elementos repertoriais (entre outros marcadores identitários) a fabricação da ideia de língua e a função atribuída à tradição por cada um dos grupos em foco (exploradas nos trabalhos de Poluliga para os casos da análise do campo editorial e do processo de elaboração lingüística). Concluimos, no primeiro caso, que devemos prestar especial atenção à função e a posição da língua no discurso e nas práticas e estratégias dos diferentes grupos e, no referido à tradição, quer à própria elaboração lingüística quer aos valores conferidos a este elemento no processo de canonização, onde funciona como critério hierarquizador.

2. O estudo do processo de elaboração lingüística, a que nos aproximamos por primeira vez em 2003 (Samartim 2003, 2004, 2004a, 2005, 2008a e 2009c) permitem tomar consciência da importância deste assunto para a configuração do SLG em função de que:

a) Para a maioria dos grupos activos no SCG do período em causa, a língua da Galiza funciona como principal (ou único) elemento etno-identitário diferencial imprescindível; porém, isto não significa que exista total unanimidade quanto à sua eventual função delimitadora no SLG (isto é, à sua função como norma sistémica).

b) As diferentes tomadas de posição a respeito dos resultados do processo de elaboração lingüística e ideológica em curso durante o período em estudo produzem tanto o

agrupamento de produtores como a fractura ou individuação de grupos previamente estabelecidos (como acontece com o progressivo afastamento de Carballo Calero ou de Rodrigues Lapa do âmbito de Galaxia e com a criação dum grupo nucleado em volta das teses de reintegração lingüística galego-portuguesa de Lapa, agrupamento ainda pouco coeso e organizado no tempo do nosso estudo e onde destaca José-Martinho Montero Santalla [sic] e o *Manifesto pola Supervivência da Cultura Galega* que ele promove em 1974).

c) Esse processo de construção tanto da ideia de língua como de selecção dos seus materiais constituintes condiciona o futuro do conjunto do SCG em quanto que desenha o mercado de trocas lingüísticas e o quadro de possibilidades de relacionamento que este pode estabelecer com outros sistemas peninsulares (nomeadamente com os veiculados em português e em castelhano).

3. As abordagens do campo editorial realizadas em Poluliga (nomeadamente Cordeiro Rúa e Samartim 2008) sentam as bases para:

a) Efectuarmos agrupamentos da produção utilizando bases de dados relacionais e em virtude das várias tipologias estabelecidas previamente de acordo com as necessidades detectadas para atingirmos o objecto de estudo.

b) Fixarmos o corpus, os espaços e as principais características do campo editorial no período do nosso estudo (heteronomia, especialização lingüística, fragmentação da produção, incorporação de novos produtores e editoras desde 1974, etc.).

c) Identificarmos os principais défices no funcionamento do SLG e o grau de coincidência ou afastamento entre as estratégias propostas pelos diferentes grupos para os superar (*vid*, neste sentido, Samartim 2008).

Nas próximas epígrafes deste capítulo ocuparemos-nos destas questões no convencimento de que a importância de apresentar uma síntese revisada de resultados para os assuntos seleccionados reside, fundamentalmente, no seu carácter transversal ao conjunto do SLG. Da mesma maneira, partimos da análise destes elementos desde o ano 1968, tanto porque esta é a data em que iniciámos o período de estudo do projecto Fisempoga como também porque isto permite perspectivar a abordagem do SLG no período deste trabalho concreto partindo dos seus antecedentes imediatos (em capítulos posteriores, especialmente para as questões relacionadas com o campo editorial, reforçaremos as informações referidas exclusivamente ao período específico de 1974-1978 quando o

julgar-mos necessário). Igualmente, interessa aos nossos objectivos a individuação dos défices detectados polos agentes envolvidos no SLG e das estratégias com que os grupos nele participantes pretendem superá-los, porque estas e aqueles nom dim respeito apenas a um processo ou a um campo concreto de produção cultural (a elaboração lingüística ou o campo editorial), mas apontam já para as principais deficiências e estratégias planificadoras presentes no conjunto do SCG durante todo o período de vigência do projecto Fisempoga (relacionadas, no básico, com a extensom da língua galega, a norma sistémica em processo de construção, cada vez a mais espaços institucionais e ámbitos de actividade).

Por último, parece oportuno indicar ainda que a abordagem do modo em que som conformados os grupos actuaes no SLG entre 1974 e 1978 será objecto específico da epígrafe 4.1.2, ainda que a análise das suas açõs, programas e estratégias, nos vários níveis envolvidos nos objectivos deste trabalho, nom se limita apenas a esse apartado e constitui um dos principais assuntos do conjunto desta tese de doutoramento, sendo, portanto, transversal a ela. Isto significa que nos próximos capítulos deste estudo analisaremos a estrutura institucional de que se dotam ou em que participam estes grupos e acompanharemos as suas tomadas de posição desde o assassinato de Carrero Blanco em finais de Dezembro de 1973 até a aprovação da constituição espanhola de 1978, um período caracterizado pola incerteza que produz no SCG a mudança no quadro político-administrativo do Estado em que se desenvolvem vários sistemas literários interrelacionados, com diferente apoio jurídico-político e desenvolvimento institucional, e entre os quais se encontra aquele cuja estrutura e funcionamento centra este trabalho de investigação, o SLG.

3.2.2.2. O proceso de elaboração lingüística (Galiza 1968-1978)

A língua da Galiza funciona como principal (ou único) elemento etno-identitário no conjunto do SCG tanto entre os anos 1968-1982 como na actualidade. Esta epígrafe pretende explicar a posição ocupada no referido sistema por este marcador identitário e a função a ele atribuída polos principais elaboradores de ideias no momento prévio à sua institucionalização como língua (co)oficial pola Constituição espanhola hoje vigorante (plebiscitada em dezembro de 1978). Apontamos também, rapidamente, para o sucesso ou fracasso posterior das ideias de língua sustentadas polos diferentes grupos actuaes no período pré-constitucional através das estratégias por eles implementadas até os inícios do século XXI. O nosso objectivo agora, portanto, é revisar o processo de construção identitária em relação com o processo de elaboração lingüística (*formal*) na Galiza dos anos setenta. Para isso procedemos a extrair e abstrair dos discursos hegemónicos, propostos pelas instituições ou polos principais fabricantes de ideias, os critérios (de distinção)

com que operam os vários grupos envolvidos neste duplo processo (heterónimo) e recorreremos em diferente medida a trabalhos nossos anteriores (fundamentalmente Samartim 2004, 2005 e 2009), para onde remetemos aos efeitos dum desenvolvimento mais pormenorizado desta questom.

A língua da Galiza foi reivindicada historicamente polo galeguismo como um importante elemento etno-identitário diferencial em funçom de duas características principais: o seu carácter de língua popular (maioritária da população seleccionada como alvo da mensagem político-cultural do galeguismo) e a proclamada unidade lingüística galego-portuguesa (com um impacto desigual no movimento historicamente considerado). Este marcador ocupa a centralidade no processo de construçom identitária desde a passagem do “nacionalismo étnico” da segunda metade de XIX para o “nacionalismo filológico” do primeiro terço do século XX. É precisamente este “nacionalismo filológico”, sustentado numa ideia orgânico-historicista de naçom¹³¹, o que atribui à língua própria o referido carácter de principal (ou único) marcador identitário diferencial imprescindível para a sobrevivência e a continuidade da comunidade imaginada (Anderson 1983).

No início do último terço do século XX, o processo de abertura experimentado no campo político do franquismo fai prever a consecuçom dum certo grau de autonomia político-administrativa para a Galiza e, com ele, a introduçom da língua da comunidade em espaços até entom desconhecidos, como a liturgia católica (possível desde o Concílio Vaticano II de 1962-1965) e, sobretudo, o ensino (hipótese contemplada pola Ley General de Educación de 1970) e a administraçom pública (como permite, no fim do processo de reforma política, a Constituição espanhola, e tal como foi aplicado desde a criaçom da Xunta Preautonómica de Galicia por decreto do Governo da Espanha em março de 1978). De acordo com esse novo espaço de possibilidades, um sector da elite galeguista retoma o processo de elaboraçom lingüística truncado com a Guerra Civil de 1936-1939 e coloca no espaço social galego (onde o castelhano tem presença, apoio institucional e lhe som atribuídos diferentes valores) várias propostas lingüístico-identitárias que envolvem diferentes programas de açom e variadas estratégias planificadoras para o futuro da comunidade galega.

Em geral, sobre todos os grupos envolvidos no processo de elaboraçom lingüística (re)iniciado na década de setenta do século XX na Galiza operam, com graus e modos de incidência variável, um conjunto de factores (a actuarem como elementos condicionantes e carências) que

¹³¹“Considerar a Galicia como unha nación desde os albores dos tempos, independentemente da vontade dos seus habitantes, proporcionaba, en termos de Anthony Giddens [1987: 178], unha sorte de *seguridade ontolóxica* [especialmente útil para os grupos envolvidos no processo de (re)construçom identitária em estádios de fraca consciência diferencial] e establecía o que Alberto Melucci [1998: 37] definiu como «a necesidade de identificación independente, alén da estandarización da cultura dominante» (Quintana Garrido 2010: 27; itálicos e traduçoms no original).

estám presentes em maior ou menor medida no SCG desde o início do processo de (re)construção lingüístico-identitária autónoma iniciado na Galiza do século XIX¹³². Estes **défices** som susceptíveis de serem sintetizados em virtude da sua relação com as seguintes questons (por sua vez estreitamente relacionadas entre si):

1. Falta de **continuidade na memória do sistema**: a ruptura com a tradição lingüística medieval (quer ortográfica quer quanto à relação com o referente de reintegração português) e a seguinte descontinuidade que significa a guerra civil de 1936-1939 e a ditadura dela derivada -quando o galeguismo tinha iniciado a posta em valor dessa tradição medieval (Teresa López 1992 e 2009) mas nom tinha concluído o processo de elaboração lingüística-, está em relação com a função e o valor atribuídos à tradição (a memória *construída* do sistema), e explica a secundarização da referencialidade do período medieval e a centralidade da tradição com base popular(izante) instaurada por Rosalia de Castro no Rexurdimento lingüístico-cultural do século XIX (González-Millán 1990).
2. Escassa **consciência lingüística autónoma** a respeito do referente de oposição (aqui, o castelhano): este elemento é fruto da *satelização* das variedades lingüísticas da Galiza polo sistema articulado em volta do castelhano desde o fim da Idade Média¹³³. Esta *satelização* afecta, em geral, ao conjunto das práticas culturais em maior medida institucionalizadas localizadas na Galiza e cobra especial relevância na hora da selecção e o estabelecimento como canónicos dos materiais com que cada grupo pretende identificar, coesionar e manter a continuidade da comunidade. Nomeadamente, no processo em foco, este circunstância afecta de maneira incipiente o grau de identificação com umha determinada ortografia (os signos

¹³²Ramón Mariño (1998: 448), acompanhando as observações feitas por Fernández Salgado e Monteagudo Romero (1995: 107-108), aponta para o período do Rexurdimento umha listagem de questons equiparáveis em grande medida às que serán referidas na continuación: “o cultivo literario do galego moderno iniciase no século XIX en ausencia dunha tradición escrita coñecida (xa que a inmensa maioría ignoraba a existencia dunha literatura medieval), en ausencia dun centro lingüístico unificador que puidese servir de referencia, co castelán como única lingua de aculturación das elites con acceso á letra impresa e obturando as posibilidades de desenvolvemento autónomo do léxico galego, cunha percepción popularmente estendida da lingua de Galicia como mera variedade baixa do castelán e cunha desconexión evidente respecto do mundo cultural portugués; nestas circunstancias, resulta comprensible que as «primeiras tentativas de establecemento dun galego literario [tivesen] [...] unha base fundamentalmente popular e dialectal»”.

¹³³O professor Henrique Monteagudo (1994: 175; *italico no original*), com base no modelo relativístico elaborado por Žarko Muljač (de 1988 a 1991) entende que “os espacios lingüísticos da Romania non aparecen predeterminados desde a xénese das variedades neolatinas, senón que se foron conformando arredor de variedades estándares «dominantes», que viñeron actuando de eixo orientador da evolución das variedades «dominadas». Deste xeito, a «primitiva unidade» galego-portuguesa aparece como relativamente menos importante [o professor da USC nom indica para quem ou para quê] cá creación dum «campo de forza» portugués arredor dunha variedade xerada no centro de Portugal e ó que o estado portugués ofreceu un ámbito de desenvolvemento (lingüístico, xeográfico, literario) próprio, e á correlativa *satelización* desde o s. XV dun feble «campo de forza» galego (polinómico na idade media coma nos tempos contemporáneos) por parte dun poderoso *astro*, o castelán, que orientou cara a el a deriva diacrónica do galego”.

em que esta comunidade se reconhece) e, fundamentalmente no período em análise, com a língua dita popular (entendida como do “povo”, sujeito valorizado especialmente com o romantismo e onde vários grupos fazem residir o critério último de correção lingüística), e diz respeito, em última instância, ao carácter mais ou menos diferencial destes materiais em relação com os sistemas que funcionam historicamente (com graus e de modos variáveis) como referente de oposição ou como referente de reintegração (o castelhano e o português, respectivamente).

3. Escasso grau de **consciência lingüística unitária** galego-portuguesa, com incidência na configuração do sistema especialmente (que nom unicamente) quando referido às elites responsáveis pelo processo de elaboração lingüística: este factor está em função do nível de conexão lingüístico-cultural existente ou proposto por cada grupo a respeito do Sistema lingüístico-Cultural Português e determina a maior ou menor restrição ou alargamento do mercado de trocas lingüísticas que esse processo de elaboração ideológico-lingüística pretende construir. O resultado da construção desse mercado lingüístico (que “é sempre um processo dirigido por grupos previamente privilegiados” [Álvarez Cáccamo 1999: 48] e afecta à natureza dos bens materiais e simbólicos com que pretende ser identificada a comunidade) está condicionado, quanto à sua extensão, pelo entendimento do elemento identitário em causa (a língua galega) como de *propriedade exclusiva* da comunidade (mercado restrito) ou como compartilhado com outras comunidades historicamente relacionadas (mercado alargado).
4. Carência dumha **autoridade institucional** capaz de impor legitimamente como normativo o resultado (material, simbólico e ideológico) do processo de elaboração lingüística: Este aspecto afecta o grau de reconhecimento (de legitimidade) das regras ditadas pelas diferentes instituições (político-)culturais e está em relação de dependência com o grau de aceitação das normas de funcionamento do campo político pelos diferentes grupos que participam no processo. Neste sentido, o nível de satelização política a respeito do centro jurídico-institucional constituído pelo Estado Espanhol ou, por outras palavras, a falta de autonomia política da comunidade galega (repare-se nas estreitas relações existentes entre a soberania política e a cultural já referidas nestas páginas) condicionam também tanto o processo como o resultado da elaboração lingüístico-cultural.

Levando em conta que este processo de construção lingüístico-identitária está a ser

realizado por grupos que actuam em espaços com diferentes graus de institucionalização e de capacidade para impor como legítimas normas para o conjunto do sistema, distinguimos num pólo institucional caracterizado pola oficialidade das suas propostas as normas emanadas tanto da Real Academia Gallega (RAG) como do Instituto de la Lengua Gallega (ILG, criado em 1971 dentro da estrutura orgánica da USC), participados por grupos como Galaxia e o que já denominámos “Filgueira” (Samartim e Cordeiro Rua 2009) e, no pólo com menor grau de institucionalização, deveremos levar em conta os agrupamentos surgidos na década de sessenta e identificados com o nacionalismo político de esquerdas e a resistência sistémica (o PSG e a UPG), aos quais haverá que somar a articulação crescente do reintegracionismo lingüístico após a tomada de posição de Rodrigues Lapa em 1973¹³⁴.

Por seu lado, o grupo organizado desde 1950 em volta da Editorial Galaxia, para cujos membros a língua galega é o único marcador identitário imprescindível, participa no processo de elaboração lingüística através da RAG publicando em 1971 as primeiras *Normas Ortográficas e Morfológicas do Idioma Galego* [NOMIG]. As NOMIG académicas estão caracterizadas pola provisionalidade, a adaptação às circunstâncias sócio-políticas da altura, o carácter gradual dos avanços propostos e a reivindicação do carácter oficial desta instituição galeguista, em coerência com a posição de relativa debilidade da Academia no SCG da altura¹³⁵. Igualmente, “tendo em conta as circunstancias socioculturais do momento” (RAG 1971: 8-9), na sua proposta a RAG toma como ponto de referência o modelo ortográfico castelhano de maneira pragmática e explicitamente provisória, ao mesmo tempo que privilegia entre os critérios normativos propostos a tradição literária galega (e, em menor medida, galego-portuguesa medieval) e reconhece a identidade lingüística galego-luso-brasileira (recorrendo neste ponto ao referente de reintegração português para validar escolhas morfológicas), apontando para as interferências castelhanas na fala popular e preferindo explicitamente como língua estándar os modelos consagrados pola literatura produzida desde o século XIX (Samartim 2005)¹³⁶.

134Entendemos por reintegracionismo “a ideia de (re)inclusão da Galiza num intersistema cultural compartilhado com os espaços do sistema lingüístico comum conhecido internacionalmente por *Lusofonia*” (Samartim 2005: 34n).

135Dixemos em Samartim 2005 (15n) que a subentendida reclamação da autoridade última sobre o código lingüístico da parte da RAG (assim como o carácter urgente e provisório da proposta académica) está explicitada na “Introducción ás normas ortográficas” (RAG 1971: 8; itálicos nossos): “o crecente desenrolo da literatura galega e o prestixio que a lingua está adquirindo en todos os sectores cultos da poboación, dentro e fora de Galicia, esixen *urxentemente* unha codificación da ortografía usual. [...], a Academia, movida tamén por constantes requerimentos neste sentido da sociedade galega, decide fixar unhas normas mínimas de uso ortográfico que, recollendo as unánimemente ouservadas, e escolmando as que estima máis oportunas entre as poucas aínda controvertidas, *ostenten o selo de oficialidade que lles dá o propio carácter da Corporación que as formula, e rixan na escrita do galego mentras outra cousa non se provea como consecuencia dunha eventual reforma científica que a Academia realice ou acolla*”.

136O recurso legitimador do estándar português aparece em duas ocasiões nas “Normas morfológicas” (ao lado do

Nesse mesmo ano 1971, ao amparo dumha reforma estatutária, a Universidade compostelá cria o ILG com o objectivo de recoller “falas populares”, realizar estudos dialectolóxicos e elaborar traballos académicos e manuais normativos¹³⁷. Esta institución universitária impugna o modelo normativo e a autoridade da Academia tomando posición no campo do ensino (publica o método de aprendizagem *Gallego* em 3 volumes [ILG 1971, 1972 e 1974]), nom contempla explicitamente o carácter gradual do proceso de elaboración lingüística ou a provisionalidade da súa proposta (assumindo a ortografía usual no castelhana como propia também do galego alegando critérios pedagóxicos), nega a identidade lingüística galego-luso-brasileira presente nos critérios da RAG e prioriza em troca a “abstracción da fala popular” (Constantino García 1974: 150) como base do estándar para o galego, apuntando para a tradición literária moderna como único elemento modulador dessa fala popular explicitamente privilegiada (Samartim 2005)¹³⁸.

O líder de Galaxia (Ramón Piñeiro 1971), medeia na disputa pola autoridade dentro do

apelo à tradición): “A solución que recomendamos [plural em –ais dos nomes oxítonos acabados em -l], característica hoxe do galego oriental, non resulta violenta para ningún galego, coincide co portugués e está abonada historicamente” (RAG 1971: 25) e, sobre a preferéncia da solución em –bel para o resultado do sufixo latino –BILE, podemos ler que “*Estábil, semellábel, móvel*, son solucións que aparecen nos documentos galegos desde o século XIII. Están, pois, abonadas pola historia. Coinciden co portugués. [...]” (RAG 1971: 26; itálicos no original). Esta opción prodúcese em oposición à outra escolha possível, a súa correspondente solución coincidente com o castelhana em –ales e –ble (“animais/ amábel” vs. “animales/ amable”).

137“O Instituto da Lingua Galega (ILG) creouse en maio de 1971 ó abeiro da Lei de Educación daquela vixente, que previa o estudio das denominadas linguas vernáculas, ó que se refería tamém o artigo 2º dos Estatutos Provisorios da Universidade de Santiago. [...] No proxecto de creación do ILG, aprobado o 26 de xullo de 1971, consideráronse como fins inmediatos os seguintes:

1º. O estudio, a promoción e o cultivo da lingua galega.

2º. A investigación sincrónica da realidade lingüística do galego actual.

3º. A continuación do rexistro lexicográfico galego, daquela en realización no Departamento de Filoloxía Románica.

4º. A realización de traballos sobre dialectoloxía galaico-portuguesa.

5º. A promoción de teses de doutoramento sobre temas de filoloxía e lingüística galega e portuguesa.

6º. A promoción dos traballos elaborados nas seguintes series: a) colección de manuais normativos do galego, b) teses de doutoramento, c) memorias de licenciatura e d) publicacións periódicas.

7º. A formación de persoal investigador interesado no campo da lingüística galega.

8º. A relación entre profesores españois e estranxeiros interesados neste campo de traballo” (Fernández Rei 1991: 15).

138“A fixación ortográfica dunha lingua ha de aspirar sempre a recoller, en canto se poida, todos aqueles feitos que se dean de xeito xeral na lingua falada. [...]. As Normas ortográficas da RAG [...], no noso ver, supuxeron un franco retroceso, en canto alonxan máis a lingua escrita da falada do que o viñan facendo calquera das grafías empregadas hastra aquela. [...]. Parece que nas Normas académicas hai unha tendencia lusizante, sin dúbida co fin de que algún día o mercado de libros galegos poida estenderse ós países de fala portuguesa [...]. Contra esto, podemos presentar os seguintes argumentos:

1) Toda ortografía debe refrexar do millor modo posible a fala do pobo.

2) No caso de facer algunha concesión, debe facerse somentes á tradición literaria.

3) Un portugués ou brasileiro do nivel intelectual necesario como para sentir curiosidade por un libro, pode, superadas as dificultades iniciais que supoñen as grafías *ll=lh, ñ=nh*, etc., superar tamén as de ler *ó=ao, ós=aos* (fonética que, por outra banda, xa se dá no propio portugués)

4) Se tratamos de ensinar a un neno galego ou a unha persoa galego-falante, a dificultade que suporía facerlle comprender que escribimos *todos* os pro debemos pronunciar *tódoos*, fai escasamente rentable estas normas. E o que aínda é máis grave, as Normas neste senso tenden a favorecé-la desaparición dunha forma xenuinamente galega” (García 1971: 133; itálicos no original).

pólo com maior grau de institucionalização minimizando as diferenças entre as propostas normativas do Instituto e da Academia e distribuindo os campos de acção entre ambas as instituições (reserva para o ILG a habilitação da língua galega para a sua futura introdução no ensino e atribui à RAG a autoridade sobre a língua dos escritores, privilegiada por Galaxia na hora da elaboração do estándar).

Perante estes movimentos no pólo do sistema com maior grau de institucionalização, Manuel Rodrigues Lapa (galeguista português na órbita de Galaxia) propom em finais de 1973 a (re)integração lingüística galego-portuguesa como garantia de sobrevivência do galego frente ao domínio social do castelhano e reforço da identidade diferenciada e da competência intercomunitária da cidadania galega (Lapa 1973). A proposta de Lapa parte da alegada identidade lingüística galego-portuguesa invocada por Galaxia (herança do regionalismo de Murguia e sustentada pelo galeguismo de pré-guerra), contempla a previsível mudança da situação geopolítica peninsular e europeia (cifrada na autonomia política para a Galiza e na integração dos Estados espanhol e português na Comunidade Económica Europeia) e sintetiza-se na elaboração do estándar do galego com base no modelo normativo português e brasileiro (nomeadamente na ortografia)¹³⁹.

Destacados membros de Galaxia, encabeçados por Piñeiro (1973), rejeitam a proposta de Lapa (1973) alegando a necessidade dum estándar autónomo para o galego e a escassa consciência lingüística unitária galego-portuguesa (no básico, que a comunidade galega nom se reconhece na antiga ortografia medieval ainda usual em Portugal)¹⁴⁰. Porém, em geral, Galaxia também nom compartilha o “antilusismo” do ILG (por exemplo, Piñeiro 2006) e defende uma aproximação

139“Há pois que restaurar o galego e obrigá-lo a ser o que já foi [...] Totalmente identificado, nos séculos XII e XIII, com o português, separou-se deste por razões conhecidas, mas nem por isso deixou de ser radicalmente a mesma língua. Que fazer para o converter de novo em idioma literário? Insistir, como até aqui, em fazer provisão da enorme e desordenada riqueza que lhe oferecem os falares locais para o restauro da sua forma culta? Já vimos o que isso tem de inoperante e até mesmo de ridículo. Nada mais resta senão admitir que, sendo o português literário actual a forma que teria o galego se o não tivessem desviado do caminho próprio, este aceite uma língua que lhe é brindada em salva de prata. É com este material da velha casa comum, e sem pôr de lado o castelhano para o que for provisoriamente necessário, que se deve forjar progressiva mas aceleradamente a língua de cultura indispensável à Galiza” (Lapa, 1973: 12-13).

140Na polémica participa a favor da equidistância lingüística o professor do Colégio Universitário de Vigo David Feldman (1974: 48; itálico no original), colocando como científica no número 43 de *Grial* a justificação da existencia dumha língua galega autónoma a respeito tanto de castelhano e português: “Es el cambio lingüístico, aquel procedimiento evolucionario universal e inexorable en la historia del lenguaje, y no la voluntad de un pueblo, lo que en término último determina el destino de las lenguas. Aunque en ciertas épocas anteriores eran más estrechos os vínculos entre el gallego, el español y el portugués, hoy parece cada vez más claro que el efecto principal del cambio lingüístico ha sido la demarcación de los límites entre los tres idiomas. Parece indudable que todavía queda mucho que hacer en cuanto a la plena aplicación de las técnicas comentadas al gallego. Pero hoy, por lo menos, podemos poner manos a la obra convencidos de que, al hablar de la *lengua gallega*, estamos en lo científicamente cierto”.

estratégica do modelo português, adiando um achegamento mais decidido (isto é, ortográfico) até a resolução do alegado conflito lingüístico que enfrenta na Galiza os grupos partidários da preeminência social do castelhano com os defensores do alargamento de espaços sociais para o galego.

Os aderentes à proposta reintegracionista de Lapa, ao contrário dos defensores das teses do ILG e da RAG, vem dificultada a imposição legítima dos seus postulados em virtude da escassa presença na tradição moderna galega das práticas (gráficas) que propugnam e, sobretudo, do seu deficiente grau de institucionalização (com excepção do principal filólogo e crítico literário de Galaxia até esse momento, o académico e professor da USC Ricardo Carballo Calero, que começa aqui o afastamento do grupo ao nome secundar as teses de Galaxia neste ponto). Encabeçados pelo seu produtor mais activo, José-Martinho Montero Santalla (*et al* 1974), estes agentes publicam um ano antes da morte do general Franco um plano normalizador em que proponhem medidas concretas para cada um dos campos considerados prioritários (distribuição equitativa de castelhano e “galego-português” no ensino, nos meios de comunicação, na administração e na Igreja Católica) com o objectivo declarado de que a língua da Galiza alcance a “paridade de direitos com a língua castelhana”, evitar o conflito lingüístico e social e aproveitar o bilingüismo como um “valor positivo” para a comunidade galega. Dous anos depois, o próprio Montero Santalla (1976) apresenta as primeiras propostas normativas concretas deste grupo, apontando para a adaptação ortográfica como garante da sobrevivência e da autonomia do idioma galego frente à interferência e o domínio social do castelhano.

Por seu lado, no espaço político partidário do nacionalismo galego, caracterizado na altura pela resistência ao processo de reforma do franquismo e pelo rejeitamento da autoridade das instituições políticas que dele resultam, promove-se a ideia do carácter sócio-político do conflito lingüístico e da prioridade do uso do galego sobre a elaboração normativa (nome som apresentadas propostas próprias até 1980). Em geral, desde este espaço institucional insiste-se no carácter popular do galego (língua das classes oprimidas e/ou da nação colonizada) e nele triunfam as ideias político-lingüísticas promovidas pelo principal ideólogo político-cultural da UPG, o professor Francisco Rodríguez Sánchez. Em 1976 este agente publica *Conflicto lingüístico e ideoloxía en Galicia* onde fai depender a resolução do conflito lingüístico (a chegada a uma Galiza monolíngüe em galego) da superação da alegada dependência política da Galiza a respeito da Espanha. Em coincidência com as teses sustentadas em Galaxia por Piñeiro, Francisco Rodríguez nome nega o facto filológico da unidade lingüística galego-portuguesa, mas também nome lhe atribui utilidade

normalizadora enquanto durar a situação de conflito.

No ano 1977 o ILG toma a iniciativa e alcança a centralidade no processo de elaboração lingüística com a convocatória em Compostela dum encontro em que participam representantes dos vários sectores em jogo (membros do ILG e da RAG, nacionalistas da UPG e do PSG, agentes do PCG, professores, escritores, etc.; Rivas 1977: 41-43) e do qual resultam as *Bases prá unificación das normas lingüísticas do galego*. Estas *Bases* perseguem o acordo e o equilíbrio entre as diferentes propostas colocadas até o momento no SCG e reconhecem tanto a provisionalidade dos resultados finalmente alcançados como que a autoridade sobre a eleição definitiva dos materiais lingüísticos normativos reside no campo político em processo de mudança para a monarquia parlamentar na Espanha e a autonomia político-administrativa da Galiza. Para além do reconhecimento do carácter heterónimo do processo de elaboração lingüística, a proposta de modelo estándar surgida do encontro patrocinado polo Instituto da USC reconhece a integração do galego na família lingüística galego-luso-brasileira e a autonomia normativa do galego nesse sistema trielaborado, apontando condicionantes (sócio-lingüísticos e pedagógicos, nomeadamente) para a aproximação ortográfica galego-portuguesa¹⁴¹. Em geral, esas *Bases...* conjugam os vários critérios das propostas anteriores, dando preferência à “língua falada” (isto é, à ideia de língua identificada como popular, e considerando a extensão geográfica e o número de falantes como critério secundário) e recorrendo em diversos momentos à tradição literária galega (e galego-portuguesa), a alegados critérios pedagógicos, à aproximação do modelo galego do de português e brasileiro, à etimologia, à lingüística interna, etc.

Em síntese, até a aprovação da Constituição Espanhola em finais de 1978, os grupos com maior capacidade de influência no SCG fazem descansar a identidade diferencial da comunidade na existência da língua galega, assumem o facto filológico da unidade lingüística galego-portuguesa (discutido polo ILG em 1971 e matizado em 1977) ainda que nom lhe atribuem utilidade *normalizadora* (apenas os reintegracionistas utilizam este argumento para promoverem a socialização do galego na Galiza) e trabalham para a elaboração dum estándar autónomo a respeito tanto do castelhano como do português e do brasileiro (os outros estándares do sistema teoricamente compartilhado).

Por outro lado, o alegado conflito lingüístico condiciona o processo de elaboração desse estándar autónomo para o galego, tanto no sentido de promover em maior grau a extensão do uso

141 Veja-se neste sentido, por exemplo: “Tacticamente, acentuar «Galicia» achegaríanos á ortografía portuguesa, o cal, sentimentalmente é unha aspiración de todos. Na práctica, adopta-las regras da acentuación portuguesa ía redundar no aumento das complicacións pedagóxicas do ensino do galego” (ILG 1977: 9).

social do idioma do que atender à qualidade das práticas lingüísticas como, sobretudo, no sentido de condicionar as escolhas de materiais normativos, em especial no grau de coincidência destes materiais com o castelhano ou com as variantes de Portugal ou o Brasil. Nesse sentido, a ortografia do galego perfila-se como um elemento simbólico e identitário central nas diferentes estratégias com que pretende ser gerido, superado ou enfrentado o conflito lingüístico, fazendo divergir (ainda teoricamente), em relação a quais materiais são mais apropriados para a promoção da extensão social da língua da Galiza nessa situação (e para a autonomia do SCG a respeito do referente de oposição), os grupos periféricos que postulam a integração gráfica com o português¹⁴², daqueles com maior grau de institucionalização e articulação política que defendem a autonomia do galego neste aspecto a respeito do referente de reintegração e a assunção como próprios de materiais centrais do referente de oposição, em base, sobretudo, à referida escasseza de consciência unitária galego-portuguesa na sociedade galega e a questões pedagógicas implicitamente derivadas da posição ocupada pelo castelhano na Galiza (o que, digamo-lo ainda que seja de passagem, está a indicar, para já, a importância atribuída ao campo do ensino para a sobrevivência do SCG e a sua preeminência na hierarquia dos campos culturais).

Nos anos posteriores, o processo de elaboração lingüística está caracterizado pela regulação da introdução da língua galega no sistema de ensino obrigatório e na administração autonómica e pela contestação da autoridade das instituições oficiais desde os grupos identificados preferentemente com o nacionalismo e o reintegracionismo. Até a oficialização política do modelo pactuado pelo ILG e a RAG em 1982 (que consagra um modelo estándar e uma ideologia para o galego sustentados na “língua falada” [leia-se popular] e na “tradição literária” [moderna], a coincidência ortográfica com o castelhano e a consideração de galego e português como “línguas irmãs pero diferentes” [RAG/ ILG 1982: 10]) e a atribuição da autoridade para as questões normativas a estas duas instituições pela Lei de Normalización Lingüística de 1983, o SCG assiste à impugnação das *Normas ortográficas...* elaboradas pela Comisión de Lingüística da Xunta de Galicia em Maio de 1980 [Xunta de Galicia 1980] (um ano antes da aprovação em referendo do Estatuto de Autonomia) e ao desenvolvimento de modelos normativos alternativos desde os grupos reintegracionistas e desde o nacionalismo galego.

No primeiro caso, o modelo elaborado para a administração autonómica galega pela nomeada Comisión Lingüística (presidida por Carballo Calero) é contestado no mesmo ano 1980

¹⁴²Nas *Directrices para a reintegración lingüística galego-portuguesa* propostas por Montero Santalha (1979: 4) argumenta-se que, “dada a situación socio-política da Galiza, o noso isolamento lingüístico dos luso-brasileiros aumentaría a vulnerabilidade do galego frente ao español e agravaría o perigo de que se degrade a mero dialecto do castellano, co que viría resultar ameazada a mesma sobrevivencia do idioma”.

polas *Normas para a aprobación de libros de texto e material didáctico para o ensino non universitario* (DOG 15-12-1980) resultado duma resolución da Subcomisión de Programación e Textos da Comisión Mixta Ministerio de Educación-Xunta de Galicia presidida por Antón Santamarina, membro do ILG e tamén da referida Comisión de Lingüística da Xunta de Galicia responsable da elaboración das *Normas* provisórias e prorreeintegracionistas da Comisión presidida por Carballo Calero. Essa Subcomisión descarta as *Normas* da Xunta e postula que “os casos non previstos [nas propias *Normas* destinadas ao ensino non universitario] resolveríanse polas *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*, da Real Academia Galega [1971 e 1977] e polas *Bases prá unificación das normas lingüísticas do galego* da Universidade [1977]” (Fernández Rei 2007).

Dentro do espazo institucional compartido pola Academia e o Instituto da USC e oficializado pola legislación autonómica en 1983, o ILG utiliza desde meados de noventa as teorías das “línguas por distancia” (*Abstandsprachen*) e “línguas por elaboración” (*Ausbausprachen*), propostas por Heinz Kloss e Žarko Muljačić (Monteagudo 1995), para compatibilizar a teórica unidade lingüística galego-portuguesa con una práctica de elaboración diferencial face o portugués e de demarcação dum mercado de trocas lingüísticas (e simbólicas) estritamente galego. Por seu lado, no espazo do nacionalismo político experimenta-se desde essa altura un contínuo proceso de unidade orgánica e institucionalización que leva estes grupos da oposición ás institucións políticas e culturais autonómicas e o ensaio de modelos prorreeintegracionistas (AS-PG 1980) ao reconhecemento da autoridade da RAG para as cuestións normativas en 2003, dous anos antes destes grupos entrarem a fazer parte do goberno autonómico (Samartim 2003).

Por último, o reintegracionismo mantém posicións relativamente periféricas durante todo o período con a defensa dum mercado alargado para o galego e da ortografía común con os modelos portugués e brasileiro como fronteira estrutural (e simbólica) tanto con as outras propostas normativas como con o castelano (em concorrência privilegiada con o galego na Galiza, ao desfrutar o espanhol de proxección internacional, presenza social e apoio institucional). Discutindo a construción da diferença lingüística do galego face ao portugués e o brasileiro levada a cabo desde o pólo da oficialidade, o reintegracionismo divide-se neste período entre un grupo que traballa para socializar na Galiza un código propio (AGAL 1983) e outro aínda máis periférico que traballa desde a década de noventa para promover na Galiza o modelo internacional saído do Acordo Ortográfico para a lingua portuguesa de 1990 (criando ao feito a Academia Galega da Língua Portuguesa en 2008, un ano despois da assinatura do referido Acordo por Portugal e o Brasil).

3.2.2.3. Défices projectivos e estratégias planificadoras (o Campo Editorial Galego de 1968 a 1978)

O estudo do caso galego entre 1968 e 1978 permite abordar as transformaçõs que experimentam os campos culturais dum sistema da periferia europeia que, para além de assistir nesta altura a um processo de institucionalizaçom e aumento da autonomia paralelo ao verificado no campo político, compartilha (ou disputa) espaços sociais com outro sistema cultural que desfruta por seu lado dumha forte estabilidade e refrendo institucional (aqui, o espanhol). Nesta epígrafe estudamos, precisamente, as estratégias para superar a instabilidade e as deficiências desse sistema periférico presentes nos programas propostos polos principais grupos e agentes que actuam no campo editorial do período em foco.

Começamos a nossa pesquisa por um levantamento dos principais problemas (défices) detectados no funcionamento do Campo Editorial Galego (CEdG) polos seus agentes mais activos neste campo de produçom cultural entre 1968 e 1978; na continuação, analisamos o grau de aplicaçom das soluçõs propostas para esses problemas num campo e num período determinantes tanto para o funcionamento como para a evoluçom posterior do conjunto do SCG. Para isso, em primeiro lugar, anotamos e sintetizamos as ideias-força relacionadas com os défices e com as estratégias (programas de açom) e as propostas para o futuro do CEdG contidas nos livros coletivos *O Porvir da Língua Galega (PLG)*, *O Libro Galego a Discusión (LGD)* e o *Almanaque Galaxia 1950-1975 (AG)*. Numa segunda fase de apresentaçom deste trabalho, acompanhamos a exposiçom sumária das principais características que determinam o funcionamento do CEdG durante o período abrangido entre 1968 e 1978 e analisamos o grau de implementaçom neste campo das propostas e expectativas colocadas polos principais agentes nele actuantes nesta altura (acompanhamos neste ponto Cordeiro Rua e Samartim 2008).

A escolha desses três livros vem determinada porque, de acordo com a sua natureza colectiva e com a posiçom e a trajetória das pessoas que neles participam, aqui estão representados os principais agentes e grupos activos no SCG do nosso período de estudo, achegando ideias nom apenas sobre o campo literário mas também sobre outros campos culturais considerados na altura estratégicos para a sobrevivência e a continuidade do Sistema (ensino, música, cinema, associacionismo cultural de base, etc.). Para além disto, as datas em que foram publicadas estas obras servem também de balizas de controlo na abordagem do nosso objecto de estudo: no caso do *PLG*, este sai do prelo no início do período investigado (1968), polo qual nele se contem as expectativas que à partida manifestavam os participantes no sistema; o *LGD* tem para nós um interesse específico já que nele foram recolhidos os resultados dum encontro sobre o “livro galego”

realizado em 1972; tanto este *LGD* como o *AG* som editados no fim de 1974, ano em que começa o período objecto do presente estudo e no qual, como já foi apontado, a percepção do iminente desaparecimento físico do general Francisco Franco origina importantes tomadas de posição e grandes expectativas de futuro nos campos político e cultural.

Após o levantamento efectuado, podemos afirmar que existe unanimidade entre os agentes participantes nestes livros colectivos quanto à deteção dos principais **défices** no funcionamento do CEDG. Convém indicar, antes de mais, que entendemos (com o professor Elias J. Torres Feijó 2000: 975) estes défices como projectivos “na medida em que indicam um vazio que se quer preencher (ou umha presença que se quer substituir), um projecto que se quer realizar”; no sentido, portanto, de que som elementos objectiváveis que indicam determinadas carências do sistema cultural na perspectiva dos agentes e em relação com o programa de acção que esses mesmos agentes dizem querer desenvolver (Torres Feijó 2004a: 439). Assim sendo, estes défices projectivos dizem respeito, fundamentalmente, à precariedade do mercado do livro em galego e à escassa diversificação da tipologia da produção, centrada em géneros estritamente literários (principalmente a poesia) e com praticamente nula presença de livros de divulgação, científicos e técnico-práticos na língua da Galiza (o conjunto de tipologias enquadradas hoje na denominação de livro funcional)¹⁴³.

¹⁴³Estas e outras carências som apontadas desde o espaço do nacionalismo galego polo sociólogo Xan Bouzada (1978, carregados no original) no artigo intitulado “O libro galego na nosa xeografía” (*A Nosa Terra* 16 [“Especial Día das Letras Galegas”] 1978: 12). Neste traballo, Bouzada afirma que só a “mínima infraestructura organizativa” constituída por Galaxia em 1950 possibilitou a continuidade editorial do libro galego (incluindo aquí unicamente o escrito nessa língua) e que se multiplicassem por três os volumes de produción entre 1953 e 1978. Acha que a situación da industria editorial galega da altura “está lonxe de ser satisfactoria e é máis o produto do voluntarismo dos nosos homes da cultura e do desenrolo da concencia política galega ca do desenrolo dinámico da economía, ó continuar esta industria editorial illada no non desenvolvemento e non-integración da estrutura socio-económica e cultural da nosa sociedade galega”. Refere, na continuación, “a competencia desleal á cal está obrigado o noso libro e a nosa cultura, ó ter que competir no mercado co idioma que na relación diglósica que estamos a soportar é o dominante. A situación é de desvantaxa non só entre o libro galego e o libro español, senón que tamén entre o libro español en Galicia e no resto do estado [já que, na Galiza,] o nivel de consumo da mercancia cultural é inferior á media do estado”. Despois, anota as diferenzas nesta relación Galiza-Estado na produción editorial (de 1 a 150), nas tiragens (de 3.000 exemplares a 12.000), na proporción entre mercado potencial e real (“os galego-falantes en situación de ler [representam] o catro por cento e publícase en Galicia o 0,41% do total editado no Estado”) e de dotación de bibliotecas públicas (“menos da metade da media do estado en volumes dispoñibles por cen mil habitantes”), para concluir que “o nivel de relación entre uns datos e outros é semellante ós datos que tén fornecido R. Escarpit [1974] relacionando as colonias terceiro-mundistas coas súas metrópolis”. Chama a atención, igualmente, para o feito de que “o libro galego quedaría encadrado, [...], entre os tipos **libro funcional** e **libro literario** [ao monopolizar o español a función de “**libro ouxeto**, a utilización deste coma elemento de decoración ou ostentación”], facendo notar eiquí a relativa simbiose destes termos, xa que o libro literario galego tén ocupado entre outras funcións a de ser método de aprendizaxe da lingua e xeito de toma de concencia da nosa realidade socio-política, incluso atraveso da poesía”. Por último, no momento de analizar a precaria distribución geográfica na Galiza do libro em galego, informa da “centralización relativa da súa venda nas vilas [leia-se núcleos de poboación] máis importantes”, entre as quais destaca as cidades do interior (Compostela, Lugo e Ourense), refere a “importancia moi grande na axilización das vendas” que supom “a existencia de focos e culturalización galega atraveso de Asociacións, que organizan vendas de libro galego, como sucede en xeral nas vilas pequenas” e concluí chamando a atención para a ausencia de puntos de venda de libro em galego num total de 68 concellos de

De acordo com esta ligação entre défices de funcionamento do campo editorial e língua de edição, é necessário lembrar que a intervenção de agentes e instituições no CEdG é feita publicando tanto livros em galego como em castelhano. Esta situação explica-se em grande medida porque o galego não funciona de maneira unânime no SCG da altura como norma sistémica, isto é, como a baliza delimitadora da pertença a um Sistema Cultural concreto (veja-se, para o caso galego Torres Feijó 2004a: 429-430). Pelo contrário, no CEdG da altura encontramos (Cordeiro Rua e Samartim 2008: 165),

por um lado, a discussão do carácter da língua galega como (única) norma sistémica de alguns grupos e agentes actuantes no fim do franquismo [1968-1973] e na transição [1974-1978] no SCG e, por outro lado, a aplicação deficitária pelos intervenientes neste sistema cultural do pretendido carácter de norma sistémica (défices derivados em grande parte da situação política existente sob o regime franquista), [...].

Em relação, entom, com a **precariedade do mercado** editorial, os agentes que participam nos três livros colectivos de referência reconhecem de maneira explícita a ausência de qualquer planificação no campo da tradução de e para a língua da Galiza e dumha política de promoção e divulgação eficaz e eficiente; para além disto, a esta precariedade é atribuída também a responsabilidade directa pela falta de profissionalização dos produtores. Neste sentido, as soluções propostas passam pela introdução do livro galego no mercado português; pelo desenho dumha política de tradução de e para o galego que preencha as necessidades apontadas no conjunto do CEdG (sobretudo no referido à diversificação da tipologia da produção) e pela promoção da edição de livros bilíngües castelhano-galego que permita o acesso ao mercado espanhol (umha das principais conclusões das comissões de trabalho realizadas durante as jornadas do *LGD*).

Precisamente, umha intervenção de Ramón Piñeiro sobre estas questões no *LGD* (22-23) fornece umha boa síntese da situação e das perspectivas do CEdG no fim do franquismo. Aqui, o líder da principal empresa editorial galega da altura (Galaxia) anota a precariedade do mercado do livro em galego, aponta que a política editorial levada a cabo por este grupo até essa altura estivo destinada a prestigiar o idioma, coloca as perspectivas de futuro na divulgação, popularização e extensão dos livros em galego, aconselha traduzir para a língua da Galiza antes de o livro sair ao mercado em espanhol (já que isto fornece prestígio e possibilidades para o alargamento do mercado aos produtos em língua galega) e aposta por uma política de difusão centrada na promoção na

mais de 6.000 habitantes.

imprensa (jornais e rádio).

Já quanto à **escassa diversificação da tipologia da produção**, é unânime o reconhecimento da necessidade de promover a edição de géneros na altura minoritários (literatura infanto-juvenil e, sobretudo, ensaio) e incorporar ao sistema géneros novos (com nenhuma ou reduzida tradição no CEdG: biografia, foto-novela, banda desenhada, etc.). Da mesma maneira, documentamos a necessidade de promover a edição de livro de divulgação e técnico-prático em galego (o chamado livro funcional) e de apostar pela produção de materiais relacionados com a unificação e elaboração da língua da Galiza (cuja orientação quanto à relação desta com o castelhano e o português é discutida durante todo o período, e para além dele, tal como vimos na epígrafe anterior), assim como com a previsível incorporação do galego à liturgia católica e ao ensino, possibilitada pelas resoluções do Concílio Vaticano II em 1965 e pela Ley General de Educación de 1970.

Num nível inferior de análise, juntamente com a preocupação pelo livro como objecto artístico (reconhecimento da figura do ilustrador e reforço do papel atribuído ao desenho e ao grafismo dos livros, presente sobretudo no encontro do *LGD* promovido pelo grupo Sargadelos, com interesses específicos no campo artístico) detectamos também tomadas de posição de agentes favoráveis quer à incorporação de novos produtores e editoras ao CEdG, quer ao reforço do papel que como plataformas de promoção e difusão do livro desempenhavam na altura as associações culturais promovidas pelos grupos de esquerda antifranquista (tal como declara em *LGD*: 30 Manuel María, poeta ligado ao nacionalismo galego de orientação comunista da UPG).

Estas associações culturais de base (responsáveis por 4% da produção total em galego no período agora em causa) promovem para o CEdG, unicamente nesta língua e fundamentalmente através dos prelos de editoras já estabelecidas, obras de variada tipologia de acordo com o carácter abrangente da sua actividade cultural (prémios literários, ciclos de conferências, cursos, festivais de teatro, etc.). Entre as editoras que colocam no mercado os produtos relacionados com o labor destas associações destacam claramente os dois selos do grupo Galaxia, tanto SEPT, que para além de temática religiosa também atende ao ensaio económico e jurídico (com duas e cinco ocorrências, respectivamente), como a própria Editorial Galaxia, que recolhe ensaio económico, teatro e, sobretudo, os resultados do prémio de literatura infanto-juvenil organizado pela associação crunhesa O Facho (duas, três e cinco ocorrências para cada um dos géneros apontados). Som precisamente estas tipologias, ensaio, teatro e infanto-juvenil (respectivamente com nove, cinco e

sete referências), as relacionadas com o labor associativo que maior presença têm no CEdG deste período, facto que está a indicar para já o trabalho destas associações culturais no preenchimento dos défices do Campo Editorial (veja-se atrás a nota 143)¹⁴⁴.

Essas declarações e tomadas de posição têm lugar num CEdG caracterizado, em primeiro lugar, pela **heteronomia** a respeito dos campos político e económico, tanto no referido ao livro publicado em galego como à produção do livro em castelhano. De facto, se repararmos na Figura 17 colada abaixo, verificaremos antes de mais como a forte crise económica dos anos 1973-1974 é responsável pelo descenso da produção editorial, ao tempo que fai com que a edição do livro em espanhol, principalmente devida a instituições oficiais (políticas, económicas e culturais), supere por primeira vez a quantidade de livros editados em galego, língua com um mercado interno mais reduzido e com importantes défices estruturais (nomeadamente quanto à standardização, à carência de materiais de ensino-aprendizagem e ao afastamento do sistema de ensino oficial).

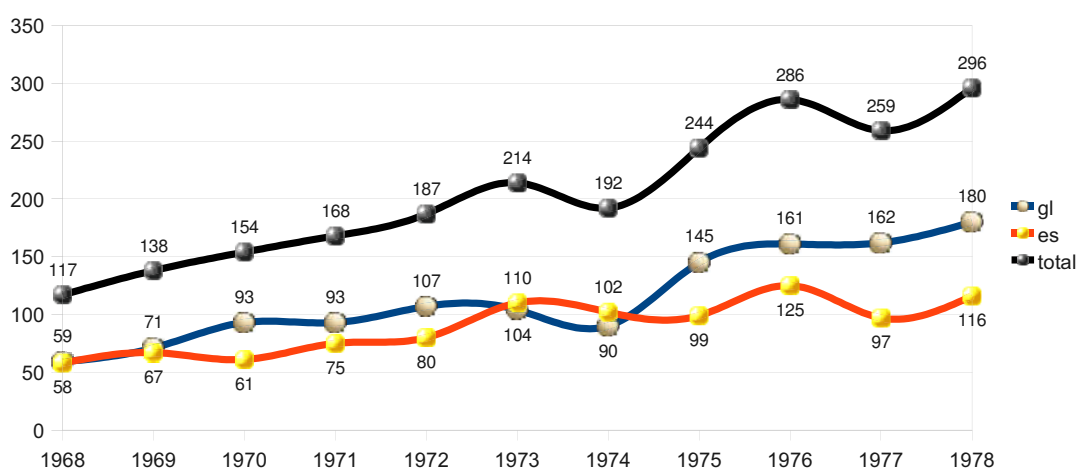


Figura 17: Produção do livro galego (1968-1978).

Fonte: Cordeiro Rua e Samartim 2008: 169.

¹⁴⁴Em relação com os prémios de teatro organizados por estas associações e a sua edição através de empresas editoriais, podemos ainda referir a publicação por Galaxia em 1968 de *Un Hotel de primeira sobre o río* de Xohana Torres (Prémio Castelao de Teatro Galego do ano anterior, convocado pola asociación compostelá O Galo), a *Viaxe ao país de ningures* de Manuel Lourenzo (Prémio de Teatro Infantil de O Facho em 1975, editado pola empresa viguesa em 1977), e os dous prémios de teatro convocados pola asociación Abrente, da vila ourensá de Ribadavia, editados em 1977 na santiaguesa Pico Sacro, pequena editora criada em 1975 para a publicação unicamente de teatro que coloca quatro títulos no mercado durante a transição. No conjunto da edição própria, muito mais escassa, ao lado de folhetos publicitários das suas actividades, podemos destacar como mais umha mostra da variada tipologia das actuações destas associações culturais duas referências ao ensino, um “método galego de lectura i escritura” (*Picariños. Falar, xogar i ler*) elaborado pola Asociación Católica de Mestres da Crunha e co-editado por Galaxia e a barcelonesa Casals em 1975, o curso de língua *Galego hoxe* (promovido por O Facho e editado polo jornal *La Voz de Galicia* em 1978) e ainda um livro da militante da UPG e activista do feminismo Maria Xosé Queizán (*A muller en Galicia*) editado em Ponte Vedra pola asociación Amigos da Cultura em 1975.

Em segundo lugar, a morte do general Francisco Franco em 1975 e o paulatino desaparecimento dos condicionantes políticos à produção editorial (leve-se em conta o dito sobre a Ley de Prensa na primeira nota de rodapé deste trabalho) contribui também para o aumento do volume de edição no fim do período, verificando ainda uma leve estagnação na produção editorial em 1977 devido provavelmente à confluência numa precária situação económica com o intenso trabalho político dos grupos mais ativos no CEdG (em detrimento do estritamente cultural), que implementam outras estratégias de ação e mobilização (como a edição de revistas de baixo orçamento, por exemplo) sobretudo em volta das eleições a Cortes de Junho desse ano, as primeiras em que foi possível validar um conjunto alargado de programas após 41 anos de ditadura no Estado Espanhol.

Outra característica do CEdG entre 1968 e 1978 é a **incorporação de novos produtores e editoras**, perceptível sobretudo depois da referida crise económica de 1973-74 e com as expectativas levantadas após a morte do ditador em 1975 (Figura 18¹⁴⁵). Esta incorporação de novas empresas editoriais (tanto sediadas na Galiza como em Madrid ou Barcelona) e de novos produtores ao CEdG é mostra dum maior envolvimento no trabalho social dos agentes e grupos presentes no SCG neste momento de mudanças políticas estruturais, acentua a fragmentação da produção (tal como veremos imediatamente a seguir com apoio na Figura 19) e -como demandado por alguns dos agentes presentes nos livros colectivos analisados (o membro de Galaxia Xosé Luis Franco Grande sustenta em *AG* [99-100] que isto daria vitalidade ao sistema, asseguraria a sua continuidade e produziria uma maior diversificação da produção)- contribui para a diversificação da produção editorial na medida em que muda a hierarquia de géneros presente até esse momento no CEdG (o ensaio superará no fim do período à poesia). Porém, em virtude da especialização lingüística que trataremos em último lugar, isto não se traduz na edição em galego de novos géneros nem de tipologias ligadas ao conhecimento científico-técnico, como pretendido pelos participantes nos livros colectivos utilizados na nossa análise.

145Esta imagem está realizada com UCINET e representa as relações existentes entre produtores (círculos vermelhos) e editoras (cadrado) no campo campo editorial galego de 1974-1978. O diferente volume dos objectos (editoras) mostra relacionalmente (isto é, em relação aos restantes objectos da rede da sua mesma tipologia) a produção acumulada por cada um deles. O grossor dos vértices (alinhãs) que indicam o relacionamento apontam para a intensidade da relação.

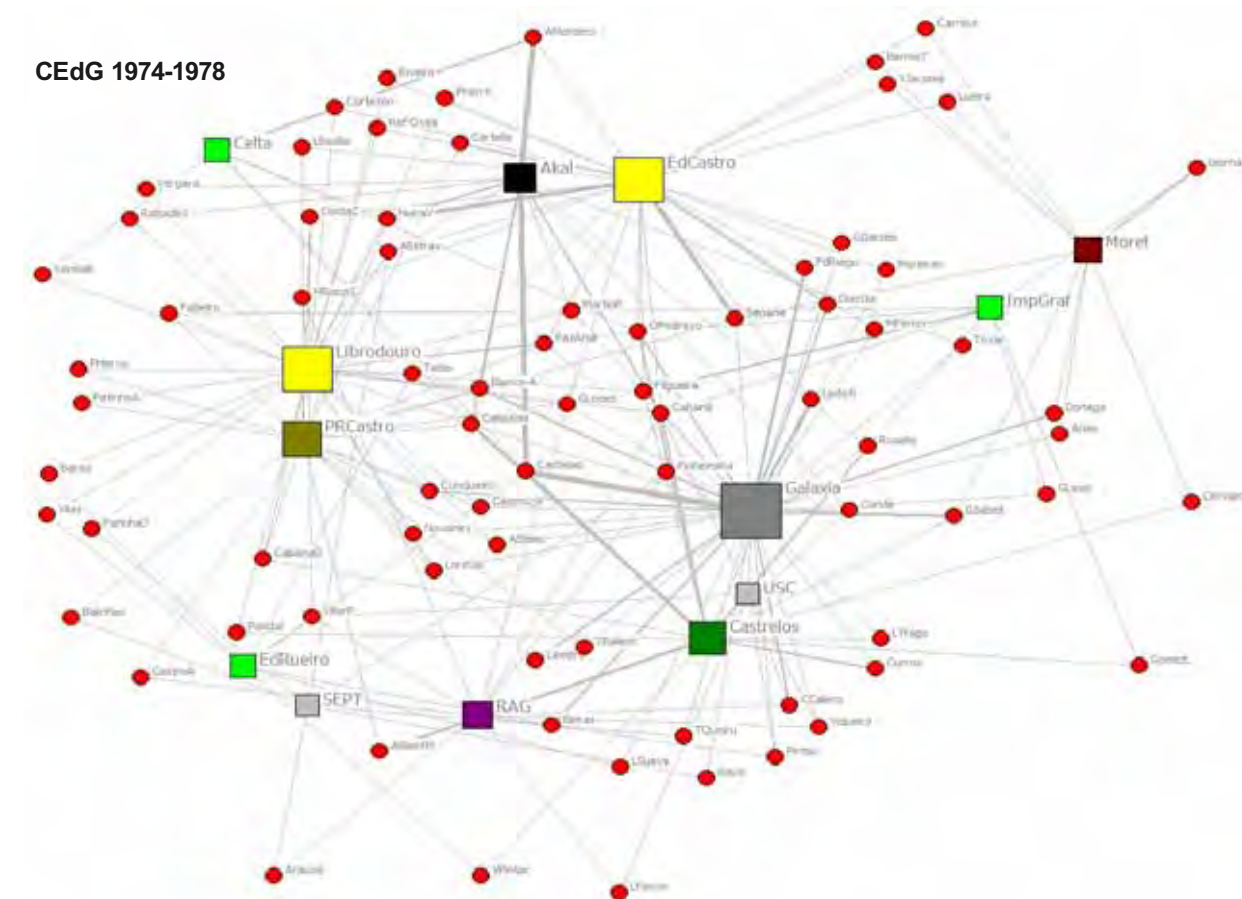
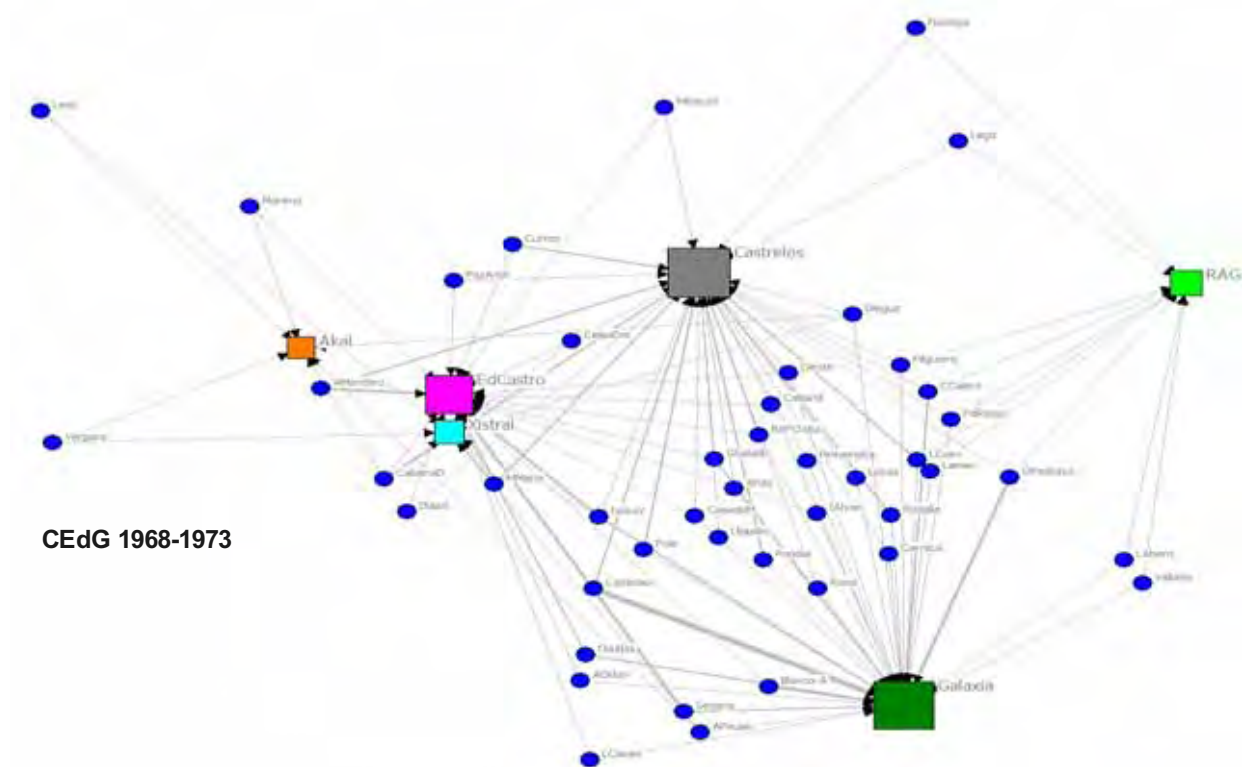


Figura 18: Incorporação de novos produtores e editoras (1968-1978).

Fonte: Samartim e Cordeiro Rua 2009.

Chamamos a atenção igualmente para a **fragmentação da produção** e a **escassa profissionalização** do CEDG nesta altura quanto ao tipo de editor. Tal como podemos ver abaixo na Figura 19, o peso destes elementos no mercado editorial verifica-se em que a maioria relativa da produção (mais de 1/5) sai do prelo sem indicação de selo editorial (correspondendo-se com edições de autor, impressões em gráficas e edição nom declarada [s.n.]).

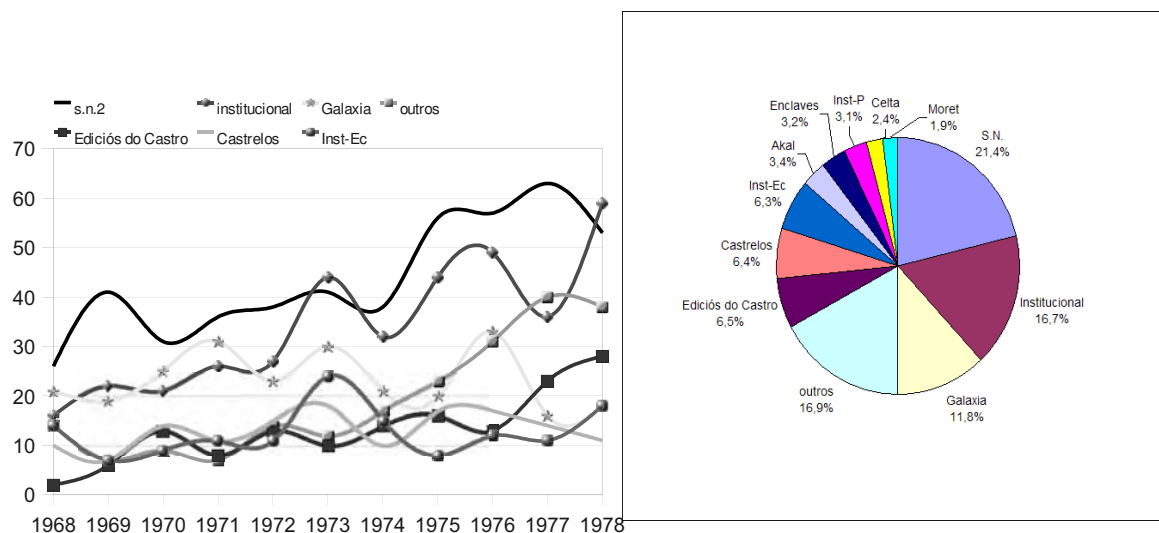
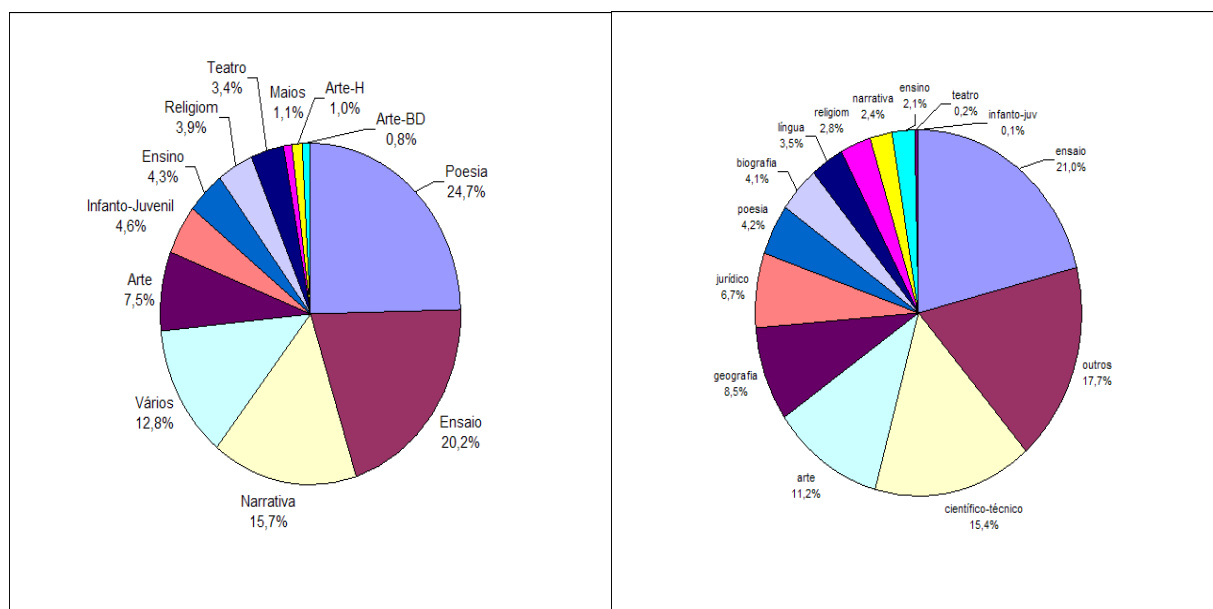


Figura 19: Fragmentação da produção (1968-1978).

Fonte: Cordeiro Rua e Samartim 2008: 174 e 184.



Livro em galego 1968-1978

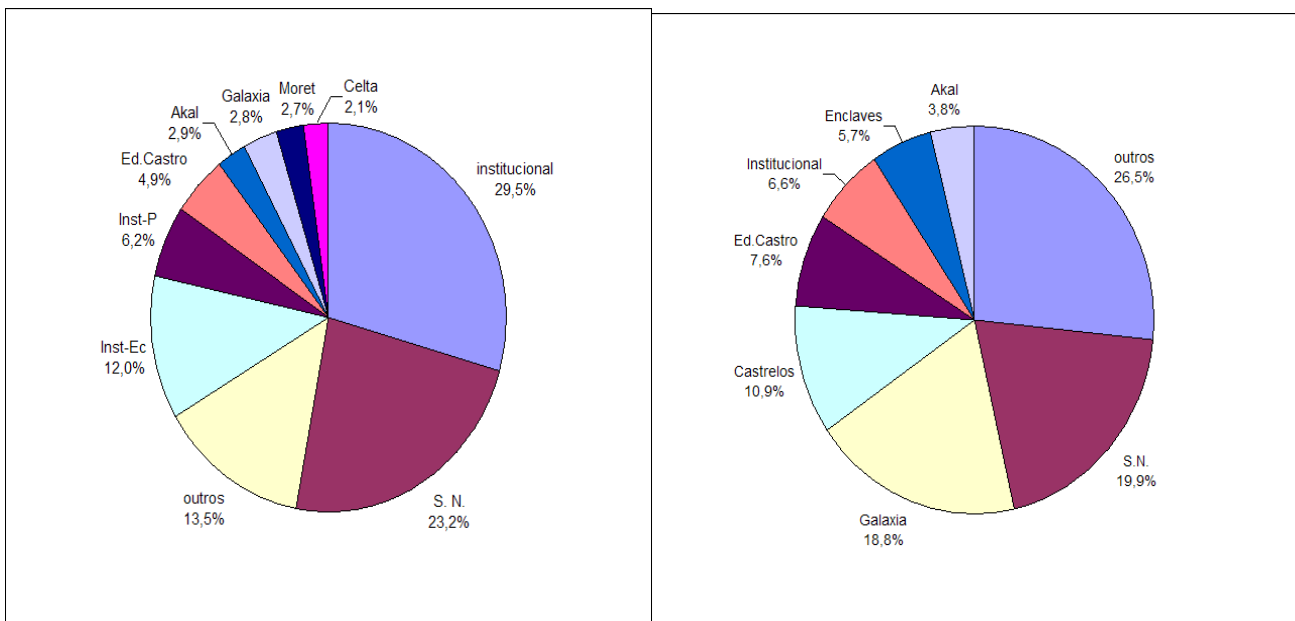
Livro em castelhano 1968-1978

Figura 20: Especialização lingüística segundo tipo de produto (1968-1978).

Fonte: Cordeiro Rua e Samartim 2008: 184-185.

A isto devemos somar que mais de 1/4 da produção total é responsabilidade de instituições culturais oficiais (centrada no livro em castelhano, onde alcança quase metade [veja-se adiante a Figura 21]) e que o agrupamento de “outros” pequenos selos editoriais (que acumulam individualmente menos de 2% da produção) fica perto de significar 1/5 da edição total e é muito mais acentuada na edição em língua galega do que em castelhano. Esta preeminência da edição profissional e da institucional, que reserva para o primeiro grupo editorial privado (Galaxia, virado claramente para a edição em galego) menos de 12% da produção total no CEdG do conjunto deste período, domina durante todo o tempo do nosso estudo, enquanto que a tendência à acumulação da produção num conjunto cada vez mais alargado de pequenas editoras, por seu lado, beneficia das incorporações ao CEdG apontadas acima e experimenta um incremento notável desde a morte de Franco em 1975 até o fim do período contemplado neste estudo.

Por último, em virtude da **especialização lingüística** verificada no CEdG desta altura, o espanhol detenta a exclusiva da tipologia que veicula o conhecimento (livro científico-técnico) da mão fundamentalmente da edição institucional referida acima, e para o galego ficam reservados os repertórios enquadrados dentro dos vários géneros próprios da literatura de ficção (vejam-se as Figuras 20 e 21).



Livro em castelhano 1968-1978 (> 2%)

Livro em galego 1968-1978 (> 3%)

Figura 21: Especialização lingüística segundo tipo de editor (1968-1978).

Fonte: Cordeiro Rua e Samartim 2008: 183.

Assim, nom é por acaso que a ediçom em galego de produtos destinados a veicular o pensamento e o conhecimento constitua um dos principais objectivos colocados polos agentes que participam nos três livros que conformam o corpus deste apartado (juntamente com a necessidade de ampliaçom de mercados para os textos nesta língua). Porém, ao contrário da proliferaçom de agentes e instituicons no CEdG, este outro objectivo estratégico só é alcançado parcialmente: no que à ediçom de ensaio di respeito, a crise económica de 1973-74 apenas atrasa o ascenso continuado da publicaçom deste género, incremento que leva o ensaio na língua da Galiza a superar no fim do período analisado o volume de produçom de poesia, género historicamente privilegiado em sistemas culturais em processo de autonomizaçom e, no caso do SCG desta altura, escolhido prioritariamente polos agentes ligados aos grupos da esquerda clandestina para veicularem repertórios sociais de denúncia e oposiçom à ditadura franquista (veja-se a Figura 22).

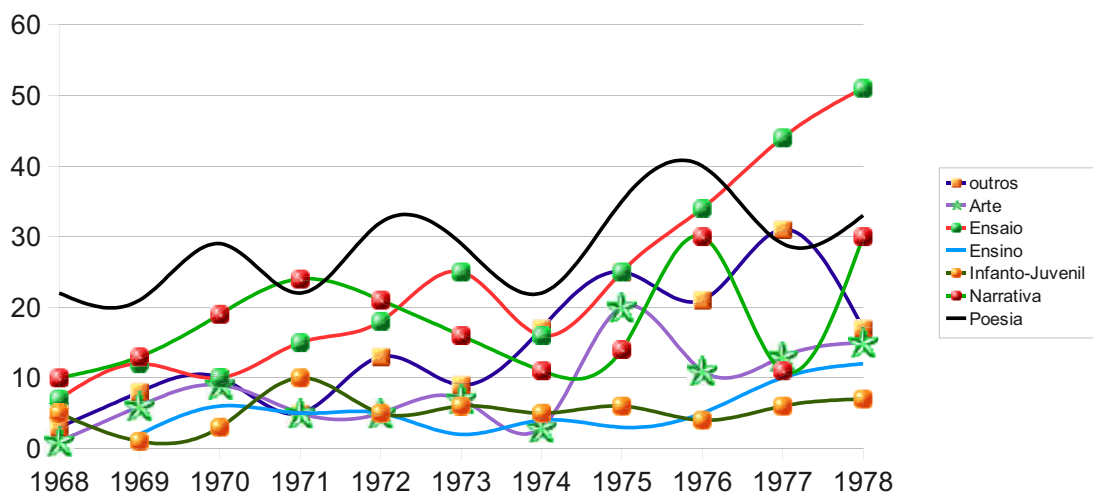


Figura 22: Livro em galego segundo o género [>5%] (1968-1978).

Fonte: Cordeiro Rua e Samartim 2008: 179.

Vemos, portanto, como é a raiz do desaparecimento físico da figura que identifica a ditadura que mudam os materiais e as estratégias de oposiçom política desde o campo literário (plasmada tanto no descenso da produçom editorial como na mudança nos repertórios utilizados na poesia) e abre a possibilidade de que podam chegar ao mercado na Galiza ensaios até o momento proibidos ou com dificuldades de circulaçom na metrópole por causa da censura de variada natureza exercida polo regime. Mas este ascenso da produçom nom se verifica em nengum momento no que di respeito à ediçom em galego de tipologias próprias para veicularem o conhecimento (livro científico-técnico, jurídico, de geografia, biografia, lingüística, etc.). Para esta especializaçom

lingüística contribui seguramente a ausência da língua galega do sistema educativo oficial até os inícios da década de oitenta¹⁴⁶, a falta de apoio de instituições culturais oficiais, políticas ou económicas à edição nesta língua (as duas primeiras só começaram a publicar em galego em 1978 e as instituições económicas mantêm a edição quase exclusiva em castelhano ainda na actualidade), a reduzida dimensão e (como já foi referido) escassa profissionalização da precária indústria editorial galega nesse momento, ou mesmo o peso da **tradição** no SCG da altura, que contribuiria para a edição de géneros canonizados em prejuízo doutros com menor presença na história do SCG (por colocar apenas alguns dos principais elementos a condicionarem o funcionamento do CEdG neste período de mudança nas estruturas de oportunidade política).

Neste sentido, cabe ainda destacar que o produtor que acumula um maior volume de referências no CEdG de 1968-1978 é Alfonso Daniel Rodríguez Castelao, reivindicado pela totalidade dos grupos activos no SCG da altura com ocasião da celebração em 1975 do 25.º aniversário da sua morte (actualizando diferentes faces da sua trajetória político-cultural, em função dos interesses e do programa sustentado por cada grupo concreto) e considerado unanimemente como a principal figura do galeguismo. À presença de Castelao no CEdG galego deste período devem ser acrescentadas também as figuras de Rosalia de Castro e Curros Enríquez (procedentes do Rexurdimento do século XIX) e, ainda, o poeta e dramaturgo Ramón Cabanillas (morto em 1959), activo no galeguismo republicano de pré-guerra, envolvido simbolicamente na recuperação cultural do pós-guerra através da sua participação na editorial Galaxia e homenageado em 1976 por ocasião do Dia das Letras Galegas [DLG] promovido desde 1963 pela RAG, instituição cultural oficial em que participa activamente este grupo. Da apontada importância da tradição no campo editorial veiculado em galego dá boa conta que os quatro produtores referidos estejam relacionados (quer directamente através da reedição da sua obra, quer como objecto de estudo ou divulgação) em praticamente 12% do total dos livros publicados na língua da Galiza entre 1974 e 1978¹⁴⁷.

¹⁴⁶Neste sentido, a necessidade de elaboração de materiais para a introdução da língua galega no campo do ensino faz com que os escassos produtos editoriais destinados a este campo entre 1968 e 1978 se correspondam com materiais para a aprendizagem do galego. Por outro lado, o principal grupo universitário presente no SCG da altura, o ILG, que intervém na maioria destes textos (quer por meio da elaboração directa quer fornecendo aval e assessoria) e com objectivos específicos nos campos da codificação lingüística e do próprio ensino, edita exclusivamente em castelhano os seus trabalhos de investigação (principalmente focados para a dialectologia), indicando o grau de afastamento entre o galego e os repertórios científicos nesse momento.

¹⁴⁷De acordo com a informação de que dispomos neste momento, os dados concretos para o período 1974-1978 remetem para a reedição de 37 obras de Castelao neste período, em que é assunto também doutras 19 referências (por três edições e outros tantos trabalhos sobre o galeguista editados em castelhano). De Rosalia de Castro, por seu lado, documentamos em língua galega uma dúzia de referências como produtora e três como assunto (destacando claramente em ambos os casos a recuperação e vindicação da sua obra poética em galego: *Cantares Gallegos* e

É neste estado de campo, que os vários agentes envolvidos contribuem para construir, que os principais agentes editoriais activos no SCG pretendem implementar as suas estratégias para alargar o mercado do livro (em) galego, **programas de açom** que, lembremos, descansam na abertura do livro editado na Galiza ao mercado português, no desenho dumha política de traduçons que preencha os défices do sistema e contribua para o seu reforço e na introduçom de livros bilíngües galego-castelhano no mercado espanhol.

De acordo com o estado actual da nossa investigaçom, podemos afirmar que nengumha editora ou grupo cultural na Galiza elabora nem aplica no franquismo, na transiçom (ou na actualidade) qualquer estratégia de **acesso ao mercado português** (ou brasileiro), nem no âmbito da produçom nem no da distribuiçom (tampouco de obras relacionadas com a tradiçom literária medieval compartilhada entre a Galiza e Portugal, a que nos referiremos adiante). Desta maneira, das ideias propostas com este fim polos agentes presentes nos livros colectivos de que partimos na nossa análise (a aproximaçom ortográfica galego-portuguesa e a criaçom dumha editora “de enlace”, nomeadamente), essa empresa editorial nunca foi constituída e, quanto ao alargamento do mercado lingüístico e o reforço simbólico da consciência idiomática unitária galego-portuguesa por meio da elaboraçom para a língua da Galiza dum estándar afim às variantes lusa e brasileira da língua teoricamente compartilhada, esta ideia foi ensaiada por grupos ditos reintegracionistas desde o fim do período abrangido por este estudo até a actualidade, sempre desde a periferia do SCG e com a oposiçom das instituiçons políticas e culturais autonómicas e dos seus dirigentes, vários deles pertencentes ou homólogos dos grupos com maior grau de institucionalizaçom do período em foco neste estudo.

Convém reforçar o dito na nossa epígrafe anterior e desenvolver agora este ponto porque, partindo da aceitaçom do facto filológico da unidade lingüística galego-portuguesa, alguns dos agentes mais centrais do SCG do tardofranquismo e a transiçom proponhem a decidida aproximaçom (sobretudo ortográfica) do galego ao estándar português sob o argumento de que

Follas Novas); para além de ser a única produtora galega referenciada individualmente na base de dados em que recolhemos os livros relacionados com o CEdG editados em línguas diferentes do galego e do castelhano (*De Gouden Schaduw van Rosalia. Bloemlezing uit de Galicische Poezie samengasteld*, escrita em flamengo em 1974 e *Rosalía de Castro, poeta cristià*, escrita em catalám na Universitat Autònoma de Barcelona por Badia i Torres também em 1974), dela se ocupam também sete trabalhos em castelhano e som reeditadas em Madrid tanto a sua *Obra Poética* (Espasa Calpe 1975) como as suas *Obras Completas* (Aguilar 1977), sendo publicado em 1976 pola editora compostelá Gali o romance *La hija del Mar*. Ramón Cabanillas acumula treze referências em língua galega (dez como produtor e três como assunto) e nengumha em castelhano e, por fim, Curros Enríquez é assunto nesta língua dum trabalho assinado por Celso Emilio Ferreiro e editado na madrilena Júcar em 1974 e 1976, acumulando também sete referências como produtor em galego e umha como assunto (umha homenagem feita pola X Mostra Filatélica Xuvenil em Noia em Agosto de 1977).

“abriría pra nosa produción literaria un mercado de posibilidades mais alá de todo cálculo”, segundo palabras do empresario galeguista Valentín Paz-Andrade (*PLG*: 132). Neste sentido, o já mencionado agente de Galaxia, Xosé Luís Franco Grande (*AG* 100-101), afirma que

son moitas as posibilidades do libro galego. E non soio dentro, senón tamén fora de Galicia. Pensemos un intre nese futuro incalculable que temos ahí á nosa veira: o mundo de lingua portuguesa, que polo de agora aínda non se soupo, ou non se puido, explorar. E que polo de agora non semella moi facedeiro, a menos que teñamos un pouco de realismo e, dando os pasos que haxa que dar e co vagar que se queira, cheguemos a unha aproximación ortográfica co portugués -hastra onde o consintan as realidades das dúas linguas-, semellante á portuguesa-brasileira. Non ver isto é estar cegos pra as máximas posibilidades culturais que a nosa cultura ten e que xa outros quixeran pra sí. É estar cegos pra o porvir.

Porém, a orientación do proceso de elaboración lingüística defendida por Galaxia (que entende como um déficit projectivo que o modelo de galego habitual na altura restrinja o mercado de trocas lingüísticas e non favoreça unha maior aproximación ao intersistema luso-brasileiro) é discutido no mesmo libro que recensionamos polo ILG; esta institución universitária ocupa (já foi referido) unha posición central no campo do ensino e sustenta, tamén desde o pólo da oficialidade e aquí da mao de Guillermo Rojo (*AG*, 95-97; veja-se tamén Torres Feijó 2007), que o proceso de elaboración lingüística esteja dirixido a consagrar a autonomía e a distancia do galego tanto em relación ao castelano como ao portugués, e que este seja feito com base nas falas populares (para o assunto agora em causa, isto supom a defesa da restrição do mercado de trocas lingüísticas, e do libro em galego, à Galiza administrativa):

Nestes vinte e cinco anos, o galego «literario» (con demasiada frecuencia alonxado da lingua falada) percorreu a súa identidade no lusismo, no medievalismo ou no vulgarismo. (Hai que ter en conta, para xustificar esta situación, a carencia dun modelo de lingua e que moitos dos nosos escritores chegaron ao galego por motivacións político-culturales, pro sin teren a conciencia lingüística que dá o seu uso como lingua materna). Hoxe temos Galaxia e outras, e temos a Academia Galega e a Universidade (por medio da Cátedra de Galego, a de Filoloxía Romanica e máis do Instituto da Lingua Galega) (...) Conocemos o galego millor que nunca. (...) A solución non está en lusizar o galego ou en castelanizalo, senón en adaptar o léxico patrimonial ás necesidades do mundo moderno (en certo modo, unha regaleguización, como fixeron sempre todas as linguas. Cando estamos a contraer a obriga de aprenderlles aos nosos rapaces en galego nas escolas, ese galego culto, literario, non pode ser outra cousa que un galego popular requintado, pulido, unificado nos aspectos básicos, pro galego auténtico.

Por seu lado, o líder de Galaxia, Ramón Piñeiro, entende a relação da comunidade galega com o português e o castelhano como uma oportunidade ainda não explorada suficientemente e advoga pela plasmação no campo editorial da ideia da Galiza como elo de união entre Espanha e Portugal, elaborada pelo galeguismo de pré-guerra (*LGD* 14):

Galicia está no medio de dous mundos culturais: o mundo hispánico e o mundo lusitano. Galicia, punto de converxencia dos dous asumiría editorialmente esse papel incorporando o mundo hispánico ao lusiada, o mundo lusiada ao mundo hispánico, e o galego a ambos mundos. Trátase dunha política cultural. O problema está en transformala en política editorial.

Ainda em volta destes assuntos, a proposta mais debatida na segunda jornada do encontro sobre o Livro Galego foi apresentada por Rafael Dieste, galeguista de esquerdas retornado do enclave bonaerense e ligado ao grupo Sargadelos, que advogou pela criação (*LGD* 13-14)

dunha gran editorial que sirva de enlace coas culturas castelán e portuguesa, [...]. Trátase de que o libro galego teña mercado en toda a península (comprendido Portugal) e en toda a área da fala castelán e portuguesa. Editaría en castelán, galego e, a ser posible (sempre dentro de certas normas que impliquen homaxe a Portugal) [normas e atitude não explicitadas], en portugués.

A proposta de Dieste passava, portanto, por ampliar mercados para o livro galego editando tanto em castelhano como em português¹⁴⁸. Ao não se implementarem estas estratégias, a presença de produtos galegos no campo editorial português ficou estabelecida unicamente em função das relações intersistémicas existentes entre alguns dos grupos actantes no SCG e os seus homólogos portugueses (veja-se Torres Feijó 2007 e 2009a, adiante, a nossa epígrafe 4.4.3.), limitando-se à publicação por editoras do país vizinho de alguns dos produtores galegos (que utilizam qualquer um dos vários modelos propostos na altura para a língua da Galiza ou adaptam total ou parcialmente os seus textos ao padrão de Portugal).

Neste espaço de relacionamento, destacam os contactos entre os principais grupos da esquerda nacionalista galega com partidos políticos homólogos em Portugal, já que possibilitam a

¹⁴⁸Na actualidade, se bem a grande maioria das editoriais sediadas na Galiza têm no seu catálogo livros em galego e em castelhano, apenas uma editora próxima do nacionalismo político, Edicións Laiovento, mantém uma colecção de livros em padrão português (*Vento do Sul*) de precária distribuição no país vizinho. Precisamente de distribuição e comercialização, mas neste caso do livro português na Galiza, ocupava-se quase em exclusiva a pequena empresa compostelá Livros Portugueses, responsável da livraria *A Palavra Perduda* na capital galega até o seu encerramento no ano 2010.

publicaçom em editoras de além Minho de alguns textos poéticos de tipo basicamente social-realista e ensaios de carácter político e económico. Assim, dous poetas referenciados na altura na UPG, Celso Emílio Ferreiro e Manuel María Fernández Teixeira, publicam com algumas adaptaçoms ortográficas duas antologias da sua poesia social-realista em 1972 na editora Razão Actual do Porto, ligada ao comunismo português. Da relaçom apontada entre grupos políticos de aquém e além Minho resulta também a ediçom lusa dos *Sonhos na gaiola. Versos para crianças* de Manuel María (Lisboa, Ed. Serviços Sociais dos Trabalhadores da C.G.D, 1977) e também a publicaçom da *Introdução ao nacionalismo galego* (Porto, Paisagem, 1973) de José Viale Moutinho, principal agente galeguista no âmbito da esquerda comunista portuguesa que ainda será responsável pola ediçom lisboeta do *Catecismo do camponês* de Lamas Carvajal (Ed. Futura: Lisboa, 1975), dum poema do mesmo autor no livro *De foice erguida (Poesia Galega de Combate)* (Coimbra: Centelha, 1978) e pelas *Memórias de um pequeno camponês* (Lisboa: Forja, 1977) de Xosé Neira Vilas. Um dos máximos ideólogos políticos da UPG na altura, o professor na área da economia na Universidade de Santiago Ramón Lôpez-Suevos, publica por seu lado três ensaios: *Para uma visão crítica da economia galega* (Porto, Afrontamento, 1976)¹⁴⁹; *Excedente económico e análise estrutural* (Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1978; publicado por Galaxia um ano antes) e, na mesma editora e ano, *Acotacioms á teoria do imperialismo de Rosa Luxemburg* [sic]. Por último, outro agente ligado à esquerda socialista, Xesús Cambre Mariño, publica *A agonia do fascismo espanhol* na lisboeta Seara Nova em 1977, na altura em que agentes do comunismo português tinham substituído na publicaçom do mesmo nome Manuel Rodrigues Lapa, principal agente do grupo Galaxia em Portugal até o seu progressivo afastamento deste grupo a raiz da publicaçom da *Recuperaçom literária do galego* em 1973.

Por seu lado, as relaçoms culturais estabelecidas entre os grupos mais institucionalizados do SCG com vários agentes centrais nos campos literários de Portugal e do Brasil (sobretudo, quanto ao relacionamento dos agentes agrupados em volta de Galaxia com agentes portugueses, até à Revoluçom dos Cravos de Abril de 1974) tenhem maior plasmaçom no âmbito das publicaçoms periódicas do que no campo do livro do país vizinho, onde som praticamente inexistentes neste período¹⁵⁰.

149A versom galega foi publicada por Edicioms do Rueiro em 1975; a ediçom portuguesa leva um prefácio de Xosé M. Beiras, na altura catedrático de estrutura económica da USC e líder do PSG, o outro grupo político localizado na esquerda nacionalista e aliado intermitentemente com a UPG durante o último franquismo e a transiçom (veja-se Samartim 2004).

150Sem ánimo de sermos exaustivos, a presença no mercado editorial português da altura de agentes relacionados com estes grupos mais institucionalizados descansa na participaçom de colaboradores galegos ligados a Galaxia na redaçom do *Dicionário de literatura: literatura portuguesa, literatura brasileira, literatura galega, estilística*

Sem o desenho, a planificação e a implementação de acções de política cultural conducentes à introdução do livro galego no mercado português, a alegada **ampliação de mercados** reduz-se, portanto, aos mercados galego e espanhol. Para este fim, as estratégias dos agentes envolvidos no CEdG dizem querer focar prioritariamente a edição bilingüe galego-castelhano e a tradução do livro em galego para espanhol, limitando a importação de produtos pela via da tradução para galego apenas àqueles textos que melhor contribuam para a superação dos principais défices detectados no campo (textos litúrgicos, infanto-juvenis, científico-técnicos, etc.) (Figura 23).

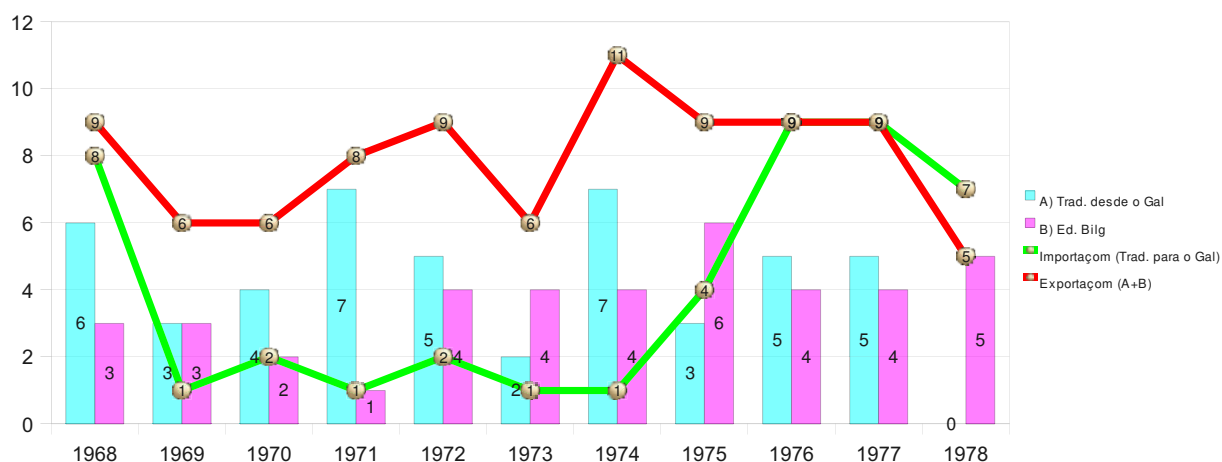


Figura 23: Tradução e bilingüismo no CEdG (1968 a 1978).
Projecto Fisempoga - Grupo Galabra (elaboração própria).

Quanto à edição em mais dumha língua, por seu lado, verificamos que esta é umha estratégia utilizada tanto pelas editoras galegas para entrarem no mercado espanhol como por editoras com sede em Madrid e Barcelona para ampliarem o seu catálogo e tomarem posições no mercado da Galiza; igualmente, os dados demonstram que som os grupos de esquerda com ligações estatais (nomeadamente o PCG através da editora que Manuel Acal tem em Madrid) os que

literária dirigido polo agente luso no âmbito de Galaxia Jacinto do Prado Coelho (Porto, Figueirinhas, 1960¹), reeditado em 1973 e 1978; na edição d’*As lendas tradizionaes galegas* recopiladas polo membro da RAG Leandro Carré Alvarellos e publicadas em 1969 polo Museu de Etnografia e História do Porto; e nas três obras editadas em Braga (na Oficina Gráfica da Livraria da Cruz) da autoria de Henrique Chao Espina, agente enquadrável no que chamámos em Cordeiro Rua e Samartim 2008 “Grupo Filgueira” e que promove repertórios relacionados com a história e a antropologia compartilhados polos seus homólogos portugueses: a edição, em espanhol, das *Hojas sueltas de temas vivarienses* em 1969, as *Diferenças entre o Vocabulário português e o galego* em 1972 e *As Lembranzas de Don Inda* em 1976, estas duas últimas obras, em rigor, separatas de *Bracara Augusta. Revista cultural de regionalismo e história da Câmara Municipal de Braga* (Vol. XXIV, fasc.57-58, 1970 e Vol. XXX, fasc.70[82], 1976).

recorrem em maior medida a este tipo de edição, fundamentalmente promovendo a publicação de antologias poéticas ou poesia social-realista, em exemplares bilíngües galego-castelhano ou tetralíngües galego-castelhano-catalám-euskara (com alguma inclusom ocasional de versons em português)¹⁵¹ com o objectivo de contribuir para o estabelecimento dum intersistema cultural hispánico, conformado por sistemas relativamente autónomos veiculados em cada umha das línguas presentes no Estado e com o espanhol como língua-ponte compartilhada polos diferentes povos que conformam o Estado Espanhol (Samartim 2010: 270)¹⁵².

Contudo, podemos afirmar em geral que, nesta altura, a **exportaçom** de produtos galegos ao mercado espanhol passa tanto pola traduçom (2% da produçom total) como pola edição de textos em duas ou mais línguas¹⁵³, traduzindo-se fundamentalmente para castelhano poesia social e, entre os narradores, Blanco-Amor, Cunqueiro e Neira Vilas, com também alguma presença de Castelao e Rosalia (isto é, cânone fixo no último caso e repertórios ruralistas e assimiláveis ao realismo mágico latino-americano quanto aos três narradores referidos).

O volume, a natureza e a distribuiçom cronológica da importaçom pola via da **traduçom para galego** de textos originais noutras línguas está a indicar umha estratégia que passa por reforçar o mercado interno e por preencher alguns dos principais défices do sistema, nomeadamente aqueles

151“A edição de livro plurilíngüe atinge o seu momento mais alto nos anos 74 e 75, coincidindo com a queda do regime ditatorial português e a celebraçom do 25º cabo-de-ano de Castelao, respectivamente.

É o periodo em que aparecem *Lembrando a Castelao* (Piñeiro 1974) versom quadrilíngüe sem indicaçom dos tradutores; *Seis poemas galegos* (Lorca, 1974) tetralíngüe com versom para o basco de Gabriel Aresti e espanhola de Ánxel Fole; *Nós* (Castelao, 1974) com prólogo bilíngüe de X. Alonso Montero, e versom quadrilíngüe: Gabriel Aresti para o basco, Buero Vallejo para espa[n]hol e Ricard Salvat para catalám; e sobretudo a reediçom de *Pranto Matricial* (Paz-Andrade 1975), este último marcando umha vontade iberista que já assinala Rafael Dieste no prólogo “engadindo agora as versións portuguesa, vasca, catalana e castelán coas que esgrevios escritores distas outras línguas hispánicas quixeron honorar —a un mesmo tempo— a ista Terra hirmá, ao noso Castelao”. A versom para português está ao cuidado de Guilherme de Almeida, brasileiro, quem tinha conhecido a Castelao e Paz-Andrade em 1933 na Galiza —achava-se exilado em Portugal— e aos que dedica a traduçom, com desejo de “determinar a umbilical similitude entre o idioma-tronco e o derivado, a denunciar a perenidade do galáico-portugués, vera fala da Raça” (Paz-Andrade 1975: 28). A versom para o basco fai-na Gabriel Aresti, a catalana é de Francesc Vallverdú —vinculado com Basilio Losada através do Centro Galego e a Universidade de Barcelona—, e para espanhol a argentina María de Villarino —premiada em 1946 polo Centro Galego de B. Aires” (Cordeiro Rua 2007: 539-540).

152Vejam-se, neste sentido, adiante a nossa epígrafe 4.4.1. e, agora, as palavras de Xesús Alonso Montero em *Triunfo* (nº 762, de 03-09-1977, pp. 52-53) escritas com ocasiom da recepçom da edição fac-similar em 1977 da revista *Galeuzca*, promovida no após-guerra polo galeguismo, o catalanismo e o basquismo no exílio: “Nada se dice en la «Presentación» del número 1 del idioma empleado en la revista. No hay artículos en gallego, ni en catalán ni en euskera; la revista, en su totalidad, fue redactada en castellano. Todo hace suponer que este idioma se utiliza como interlingua (la lengua, opresiones aparte, en que se entienden los lectores de las tres nacionalidades reivindicadas), y no sólo como interlingua, sino como idioma capaz de definir el perfil plurinacional de España a lectores no directamente implicados en el pleito. No se olvide, por otra parte, que la revista se proyecta desde Buenos Aires”.

153As quantidades e línguas de chegada dos produtos escritos originariamente na língua da Galiza entre 1968 e 1978 som: trinta livros para o castelhano, cinco para o catalám e doze para um episódico e heterogéneo conjunto de outras línguas formado por euskara, bretom, checo, flamengo, francês, maia, russo e ucraniano (umha referência cada), inglês e italiano (duas referências cada), onde destacam os repertórios ruralistas e da emigraçom promovidos por Neira Vilas (Casares 2003, *passim*).

que dizem respeito à necessidade de contar com materiais para a liturgia católica em galego (na sequência do Concílio Vaticano II de 1965) e de ganhar o público jovem para esta língua através da edição de literatura infanto-juvenil (em relação também com a perspectiva aberta pela Ley General de Educación de 1970 de incluir como matéria optativa a língua galega no sistema de ensino oficial).

Assim, quanto ao volume e à tipologia da tradução para galego, esta significa 3% da produção total nesta língua entre 1968 e 1978 (45 títulos), predominando os materiais importados por esta via do sistema francês (segunda língua no sistema oficial de ensino na altura) e destinados ao público infanto-juvenil (*O principião* de Saint-Exupéry e o ciclo de aventuras de Asterix de René Goscinny e Albert Uderzo somam umha dúzia de produtos); na continuação destacam por número de títulos as traduções de línguas clássicas, nomeadamente uma dezena de exemplares relacionados com a religião católica (juntamente com Homero, Sófocles e Arquíloco), destinados a serem utilizados na sua liturgia e publicados maioritariamente nos primeiros anos do nosso estudo sob o carimbo de SEPT (o selo do grupo Galaxia para assuntos de filosofia e religião). Ao lado destas espécies, encontramos um grupo de produtos traduzidos fundamentalmente do espanhol e do inglês, onde destacam clássicos desses sistemas (Cervantes, Quevedo e Shakespeare), dois textos de poetas galeses e irlandeses (sistemas emergentes em língua inglesa que funcionam historicamente como referente de analogia no SCG por meio da ideia compartilhada do celtismo) e algumas traduções promovidas desde os grupos da esquerda para fazerem a sua função no campo político da altura (desde o poeta da esquerda cubana Nicolás Guillén ao *Manifesto do Partido Comunista* de Karl Marx, por exemplo).

Fora isto, deste reforço do mercado interno e da consequente diversificação da produção está ausente a importação de produtos luso-brasileiros (quer nas suas versões originais quer em edições adaptadas para os modelos de galego comuns na época). Assim, no campo editorial galego de 1974 a 1978, a presença brasileira em formato livro reduz-se a um trabalho de José María García Rodríguez sobre o *Brasil, historia, xente e samba-canción* (publicado por Galaxia em 1977) e outro de Valentín Paz-Andrade sobre *A Galecidade na obra de Guimarães Rosa* (Edición do Castro 1978). A presença de produtos portugueses, por seu lado, limita-se unicamente a exemplos de recuperação da tradição medieval compartilhada entre a Galiza e Portugal através de edições respeitadas com os textos originais, patrocinadas por instituições oficiais e dirigidas a um público reduzido, já que apenas a adaptação de *A barca do inferno* de Gil Vicente (publicada por Castrelos em 1972 e 1975

na popular e económica colección O Moucho) é distribuída de maneira masiva¹⁵⁴.

Em síntese, as estratégias dos agentes actuantes do CEdG entre 1968 e 1978 destinadas a diversificación da tipoloxía da produción pasan fundamentalmente pola importación mediante a tradución para o galego de obras que contribúen para a incorporación desta lingua á liturxia católica nos primeiros anos do noso período de estudo, así como pola produción e, en menor medida (5 obras das 58 catalogadas), tamén pola tradución de literatura destinada ao público infante-juvenil ao longo de todo o período; neste sentido, apunta-se (timidamente aínda nesta altura) unha destacada tendencia do CEdG dos anos posteriores: a tradución para galego de literatura infante-juvenil escrita orixinalmente en catalán (con un libro en 1978), o aumento de produción deste xénero e a circulación de materiais desta tipoloxía polos varios espazos lingüísticos do Estado (veja-se Figueiras 2008).

Assim, a importación (tradución para galego) já superará a exportación (tradución desde o galego e edición bilingüe) no último ano do noso estudo (facto que tamén verificamos na actualidade: en 2006 só foron traducidos 46 libros desde o galego) por máis que, no conxunto do período analizado (1968-1978), aínda som máis os esforzos destinados á **ampliación de mercados para o libro en galego** (83 títulos, 6,5% da produción), focando quase en exclusivo o mercado español, do que as posibilidades de prestigiar a lingua galega e diversificar a tipoloxía da produción editorial através de traducións para galego. Neste sentido, á hora de traducir para galego neste período (sen calquera apoio institucional desde o campo político) os agentes levan en conta as posibilidades de acceso do público da Galiza aos produtos internacionais através da edición en español; ou isto é o que afirma no *PLG* (pág. 94) Epifanio Ramos de Castro, profesor no mesmo liceo lugués e colaborador de Xesús Alonso Montero (principal activo na Galiza do Partido Comunista de España até 1977):

non é o mesmo traducir do galego a unha lingua estranxeira -aparte o castelán, naturalmente-, que dunha lingua estranxeira ó galego. Na práctica, e paradóxicamente, o francés, o inglés, o alemán e mailo ruso están máis necesitados de traducir a Castelao á súa lingua que nós de traducir a Balzac, a Joyce, a Brecht ou a Maiakovski á nosa. [...]. Nós podemos ler, mal que ben, a eses autores, sexa en castelán (de España ou de América), sexa noutro idioma, mentras que eles teñen á forza que traducilos.

154A editora Bibliófilos Gallegos e o Instituto Padre Sarmiento (ambas con participación de Filgueira Valverde) publican o *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro e a *Historia Troyana* en 1974 e 1975 (respectivamente); a editora estatal do Patrimonio Nacional publica en 1974 as *Cantigas de Santa María* de Afonso X o Sábio; e o Instituto Padre Feijó de Estudios orensanos edita *La Traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla* en 1975 e 1977.

Em última instância, a estratégia de tradução rascunhada por este agente próximo do principal grupo da esquerda com ligações estatais está a reservar para o castelhano, de facto, o papel de mediador da cidadania galega com a cultura universal e de porta de acesso desta ao conhecimento científico-técnico. Não devemos esquecer, contudo, que os grupos editoriais galegos acedem ao mercado espanhol editando directamente em castelhano produtos relacionados com a divulgação intelectual e científico-técnica e, fora a maioritária edição institucional, apenas cinco empresas (com Edicións do Castro à cabeça) acumulam mais de metade do quase 30% que supõem a produção total em língua castelhana (veja-se atrás a Figura 21).

Vale a pena indicar ainda que, partindo desta situação, muito tem mudado o panorama editorial galego nestes últimos trinta anos e que, no período autonómico que começa após 1978, assistimos fundamentalmente ao reforço do processo de institucionalização do SCG e ao surgimento paralelo dumha **indústria do livro galego** sustentada num produto de consumo massivo virado para o mercado escolar, com apoio político e económico institucional e com menor produção de livro literário em língua galega que de livro funcional. Ao lado desta importante diferença entre o CEdG anterior à autonomia política e o campo editorial na Galiza actual, verificamos também que a principal similitude entre estes dois momentos tem a ver com que a maioria da produção da indústria do livro galego continua a ser responsabilidade da empresa privada (aproximadamente 60% do total em 2006). Constatamos ainda algumas outras mudanças significativas, que colocamos na continuação de maneira sumária:

1. **Aumento do volume da edição e das tiragens:** Segundo os dados contidos no *Anuario de estadísticas culturais* correspondente a 2006, os 1.592 títulos editados por empresas privadas (dos quais 1.323 em galego)¹⁵⁵ tiveram uma tiragem média de 1.891 exemplares por título (Observatorio de Políticas Culturais 2008). Isto traduz-se em termos económicos em que as empresas editoriais galegas pagaram nesse ano 2006 1,9 milhões de euros em conceito de direitos por autoria, que deram trabalho estável a 224 pessoas e que unicamente o livro literário galego facturou nesse ano 3,80 milhões de euros, o que supõem apenas 2,52% do total do mercado do livro na Galiza.
2. **Substituição do livro literário pelo livro funcional em galego:** O escasso peso relativo do livro literário na edição em galego verifica-se em que a soma dos géneros narrativo, poético, ensaístico e dramático na língua da Galiza significa por junto menos de 20% da

¹⁵⁵Confronte-se com um volume total de produção inferior a 1.270 em todo período 1968-1978 (segundo o corpus contemplado em Cordeiro Rua e Samartim 2008).

produção total nesta língua (Figura 24). Se na hierarquia de géneros o ensaio substitui a poesia no último ano do nosso estudo, na actualidade o género claramente maioritário é a narrativa, que supom além do mais 85% das vendas do livro literário na Galiza (apenas 1/5 do total da produção, como foi indicado).



Figura 24: Tipologia da edição privada do livro em galego (ano 2006).

Fonte: Comercio interior do livro 2006 (elaboração própria).

3. **Apoio institucional:** O apoio à compra de livro galego pola Conselleria da Cultura da Xunta de Galicia significou em 2006 22,4% do total das vendas (dado que questiona o grau de autonomia do campo editorial com respeito ao poder político autonómico).
4. **Dependência do sistema escolar:** O volume de produção de livros de texto e de literatura infanto-juvenil em 2006 demonstra claramente a dependência que o CEdG tem do campo do ensino desde que a materia obrigatória de Língua Galega entrou no sistema educativo galego em 1982¹⁵⁶.

Por fim, julgamos que todo o dito até aqui nom tem a ver apenas com o propósito já exposto de superarmos a abordagem de temas e estilos e o estudo da literatura em relação com o “contexto” histórico e sócio-cultural em que esta se desenvolve (tal e como acontece em grande medida na bibliografia consultada) mas, sobretudo, os assuntos que ocupárom as páginas precedentes estão relacionados com o objectivo também referido de apresentar algumas ferramentas e alguns

¹⁵⁶Levando em conta a influência na indústria editorial da função atribuída à estatutariamente “língua própria” da Galiza no sistema de ensino, finalizamos apontando para a necessidade de estudar as repercussões neste sentido da legislação em matéria lingüística que regula o uso e a promoção do galego no sistema educativo, em concreto, tanto do Decreto 124/2007 (DOG de 29/06/2007), que reservava para o galego o carácter de língua veicular de (no mínimo) 50% do curriculum escolar na Galiza, como da derrogação deste decreto polo governo galego eleito em 2009 e da sua substituição por outro, aprovado polo Conselho da Xunta em 20 de Maio de 2010, que acaba com as políticas de progressividade na introdução da língua galega no ensino e limita explicitamente a percentagem a ela atribuída até (no máximo) a mesma reservada para o castelhano.

procedimentos que podem ser utilizadas e acompanhados para atingirmos umha compreensão mais certa tanto do SLG de 1974 a 1978 como, partindo deste estudo de caso, do funcionamento do campo literário em sistemas culturais periféricos em situação similar ao SCG entre 1968-1982.

Achamos que para alcançar este objectivo é necessário, em geral, perspectivar o estudo do SLG dentro dos estudos na Cultura e, em particular, elaborar um quadro procedimental e metodológico como o proposto nesta tese de doutoramento, surgido da aplicação de teorias empíricas e de carácter sistémico e sociológico, da análise crítica do conhecimento fornecido pela bibliografia publicada sobre o objecto de estudo e dos ensinamentos tirados dos trabalhos realizados no anterior projecto da equipa que sustenta na actualidade o projecto Fisempoga em que este trabalho está integrado. Do conhecimento originado nos trabalhos desta equipa do grupo Galabra derivam, em última instância, as análises do SCG do período abrangido por este estudo apresentadas até agora (centradas na detecção dos défices e das estratégias propostas ou implementadas para os superarem de que nos ocupámos através do estudo do processo de elaboração lingüística e da abordagem do campo editorial) e o conhecimento sobre a estrutura e o funcionamento do SLG e as suas relações internas e externas entre 1974 e 1978, assuntos de que nos ocuparemos no próximo capítulo desta tese de doutoramento.

4. ESTRUTURA E REDE DE RELAÇÕES DO SLG (1974-1978)

Nas páginas prévias desta tese de doutoramento descrevemos e analisámos o estado actual do conhecimento sobre o SLG do período 1974-1978 e apresentámos, assim mesmo, tanto as ferramentas que utilizamos no presente trabalho para avançarmos na explicação da sua organização e funcionamento como umha síntese dos contributos do projecto Poluliga relacionados mais directamente com o nosso objecto de estudo. Neste capítulo, por seu lado, pretendemos estabelecer e analisar a estrutura da rede de relações que chamamos SLG à vez que caracterizamos os principais agentes (agrupamentos de produtores em/ou instituições) que nela se movimentam e que, com as suas relações e tomadas de posição, conformam, definem e delimitam essa rede. Para atingirmos este objectivo específico:

1. levantamos informação do corpus fixado no lugar correspondente deste trabalho até estabelecermos um censo de instituições susceptíveis de pertencerem ao SLG em virtude de compartilharem as características enunciadas adiante para estas entidades com capacidade normativa (in)formal.

2. seleccionamos sobre este censo a rede de instituições que constitui a população necessária para o nosso estudo em função dos critérios gerais apontados adiante, entre os quais destaca a participação no campo editorial ou no controlo e promoção de actividades consideradas literárias no período estudado;

3. organizamos e descrevemos esta população em virtude de os seus elementos constituintes compartilharem um conjunto de tipologias que permitem seleccionar e caracterizar as instituições que integram a rede relacional que denominamos SLG;

4. realizamos agrupamentos em função tanto dos vários atributos compartilhados como das relações orgánicas estabelecidas entre estas instituições (ou entre elas e os agentes que as integram).

5. estudamos, em fim, a evolução do SLG no período em foco atendendo à conformação dos vários espaços institucionais (e geográficos) que o configuram, assim como às diferentes tomadas de posição dos principais grupos de agentes responsáveis pela produtividade verificada na estrutura da rede em relação com os vínculos estabelecidos ou propostos com os campos do poder (político e económico) e com outros sistemas peninsulares.

Utilizamos neste processo a Base de Instituições apresentada na primeira parte deste estudo; esta ferramenta relacional permite superar os problemas de abordagem inerentes ao trabalho com uma rede social tão volumosa como a configurada pelo SLG no período 1974-1978, simplificar o número de agentes e relações até convertê-lo num conjunto abrangível (compreensível) e limitar o censo de instituições previamente estabelecido até restringi-lo à população necessária para atingirmos os objectivos deste capítulo, sem negligenciar no processo nenhum tipo de informação pertinente para atingir o objecto de estudo deste trabalho de investigação. A demarcação de uma população restrita sobre um censo prévio de instituições relacionadas permite, então, agrupar os objectos que participam no SLG entre 1974 e 1978 de acordo com um conjunto variado de atributos (aqui tipologias) e reduzir o volume dos elementos em jogo até os necessários para atingir os objectivos marcados neste trabalho. Neste capítulo fixamos, agrupamos e localizamos esta população e acudimos à ARS para mostrar a visualização da estrutura do SLG tal como este está a ser construído entre 1974 e 1978.

Chamamos a atenção, quanto aos processos e procedimentos utilizados neste trabalho na altura da realização dos vários agrupamentos institucionais propostos, tanto para a complementariedade de alguns atributos contemplados na Base de Instituições à hora de informarem dos espaços atingidos pelo SLG («tipo de local» e «tipo de âmbito», fundamentalmente) como, sobretudo, para o carácter analítico das tipologias propostas, tal como apontado no lugar correspondente à hora de apresentar as ferramentas utilizadas nesta tese de doutoramento (epígrafe 2.1.2.). É, precisamente, a análise realizada sobre os dados empíricos acumulados o que permite nos aproximarmos da compreensão da estrutura e do funcionamento do SLG, demarcando tanto os principais espaços institucionais (e geográficos) em que funciona esta rede relacional entre 1974 e 1978 como os grupos que neles actuam.

Ao longo deste capítulo conjugamos, portanto, o estudo do processo de construção do SLG entre 1974 e 1978 através tanto da abordagem de atributos (tipologias) como da análise das relações; neste último caso, como o objectivo deste trabalho é darmos notícia da estrutura do sistema, contemplamos unicamente as relações estabelecidas através de *laços fortes* (pertença) (Lemieux e Ouimet 2008: 52-54) já que entendemos que é a sua natureza relativamente formalizada, permanente e orgânica o que dá carácter estruturante a estas relações¹⁵⁷. Isto permitirá identificar agora os agentes (produtores e instituições) participantes no sistema no período em foco, analisar a

¹⁵⁷O estudo das relações constituídas por *laços fracos* (colaboração) foi abordado em outros trabalhos de Poluliga, nomeadamente para o estudo do campo editorial (González Figueiras 2006 ou Samartim e Cordeiro Rúa 2009; vejam-se algumas mostras na epígrafe 3.2.2.2. deste trabalho).

sua distribuição e evolução nos espaços sociais e institucionais demarcados, delimitar a estrutura da rede e estudar os modos em que se agrupam e as estratégias com que actuam. Umha vez feito isto, estaremos em disposição de abordar, no último capítulo desta tese de doutoramento, os critérios canonizadores (inclusivos ou hierárquicos) propostos polos diversos grupos actuantes no SLG entre 1974 e 1978.

4.1. Anatomia do SLG (1974-1978)

Para atingirmos os objectivos colocados neste trabalho devemos, em primeiro lugar, seleccionar, caracterizar, agrupar e analisar as instituições participantes no SLG em função dumha variada gama de atributos (tipologias estabelecidas em virtude do tipo de conhecimento que pretendemos atingir nesta investigação) com o fim de aproximarmo-nos da delimitação das margens, da estrutura e do funcionamento geral do sistema no período do nosso estudo. Para além de ser este um dos objectivos gerais procurados com o presente trabalho de investigação, os agrupamentos realizados pondo o foco nos atributos servem para simplificar o corpus de partida e dar lugar à população capaz de satisfazer as nossas necessidades, isto redundando numha maior operatividade no manuseamento dos elementos da rede e contribui tanto para umha mais fluída apresentação (e representação por meio da ARS) dos resultados da nossa análise como para umha melhor compreensão do processo de construção do SLG entre 1974 e 1978.

É precisamente este desejo de sermos compreendidos o que aconselha umha maior explicação da referida diferença entre corpus, censo e população, assim como a explicitação dos critérios e os procedimentos que acompanhamos tanto para a selecção dos objectos com que trabalhamos (primeiro do censo, depois da população) como para os processos seguidos na sua fixação e análise em função dos atributos compartilhados.

De acordo com as diferentes funções desempenhadas polo *corpus* utilizado em Fisempoga (veja-se a epígrafe 2.2.), este contempla todos os materiais através dos quais podemos atingir o objecto de estudo do projecto. Igualmente, para podermos alcançar os objectivos concretos marcados neste tese de doutoramento (explicitados em páginas anteriores), foi seleccionada umha parte desse corpus, através da qual pretendemos alcançar o conhecimento da estrutura e das margens e relações do SLG tal como estabelecidas para o período 1974-1978. Ora, nem todos os elementos que conformam o corpus seleccionado integram o SLG ou som necessários para a análise estrutural do sistema no seu nível de funcionamento geral. Todavia, esse corpus si contém a informação necessária para estabelecer um *censo* geral de instituições sobre o qual poder

seleccionar umha **populaçom** restrita de objectos para os quais seja possível afirmar que conformam a estrutura do SLG em virtude de cumprirem uns critérios determinados (um determinado tipo de instituições que compartilham um concreto tipo de relações, basicamente). Esta população restrita, individualizada sobre o censo geral de instituições extraído do corpus fixado para este trabalho, nom deve ser confundida com umha amostragem, umha vez que esta última conduce a umha perda de dados relacionais e *para umha população restrita é possível obter informações sobre as relações entre todos os actores* (Lemieux e Ouimet 2008: 44); é precisamente este critério relacional o que determina, em última instância, a participação dumha instituição concreta no SLG (conceituado aqui como rede de relações).

CORPUS ⇒ CENSO ⇒ POPULAÇOM

Partimos da ideia de instituição apresentada na primeira parte deste trabalho e realizamos a análise documental que nos conduce a estabelecer o censo das entidades normativas sobre as quais seleccionarmos a população necessária para reconstruir a estrutura da rede que conforma o SLG. Depuramos, entom, a informação contida no conjunto do corpus fixado na primeira parte desta tese, seja este bibliografia secundária, livros ou publicações (estes duas últimas espécies de grande rendibilidade, já que conduzem de maneira mais ou menos directa a todas as entidades que intervemem no sistema por meio da edição), e preenchemos com estes dados a Base de Instituições, conferindo categorias a cada elemento em função das tipologias que consideramos de utilidade para atingir o nosso objecto de estudo (o *tipo de instituição, de local, de âmbito de acçom e de grupo promotor* som as que apresentam maior rendibilidade para este trabalho, o *tipo de língua veicular* é útil sobretudo para a caracterização das publicações periódicas) e registando os nomes dos produtores que integram a estrutura da respectiva instituição, a função que nela desempenham e o período em que o fam. O procedimento completa-se nesta fase indicando na própria base de dados as relações conhecidas tanto entre instituições como entre produtores e instituições através dos campos “tipo_grupo” e “inst_relacionadas” (este último de claro carácter instrumental) (*vid* Figura 9).

De acordo com este procedimento de recolha de informação, utilizamos o campo “**tipo de instituição**” para fixarmos o *censo* sobre o qual será estabelecida a população com que desenharemos a estrutura do SLG entre 1974 e 1978. Este campo permite seleccionar e descrever o conjunto de objectos que serão contemplados nesta fase da pesquisa e agrupar as entidades que

realizam funções institucionais (de acordo com a definição apresentada no lugar correspondente) numa dúzia de categorias que dim respeito às suas propriedades e características básicas. A análise documental efectuada sobre o corpus utilizado neste trabalho deu como resultado um censo composto por novecentas e quarenta e sete (947) referências, arrumadas nas tipologias que apresentamos na continuação.

Fôrom distinguidas, à partida, cinco classes fundamentais de entidades normativas envolvidas no controlo da cultura e com alguma relação com o SLG: as ligadas de maneira geral com a produção cultural (referindo, ao cabo, aquelas instituições com algum reconhecimento ou ligação oficial sob a epígrafe de “Institucional_cultura”, em que incluímos a Igreja Católica), com a ciência (“Institucional_ciência”, que inclui também os centros de ensino primário e secundário, a USC, o centro associado à Universidade Nacional de Educación a Distancia [UNED] de Ponte Vedra e a Universidade Laboral com sede no Ferrol), com a economia (“Institucional_economia”, que inclui caixas de aforros e bancos, empresas concretas, associações financeiras e empresarias, etc.), com a política (“Institucional_política”, de que fazem parte os quatro governos provinciais, os concelhos galegos, alguns organismos do Estado e, desde Março de 1978, também a Xunta de Galicia) e instituições culturais criadas com capital privado (“Instituição_privada”, em que incluímos várias fundações, institutos e patronatos). Para além destes cinco tipos gerais de instituições estabelecemos, sobre as tipologias básicas precedentes, mais sete categorias com um maior grau de concreção e produtividade: “Publicação”, “Editora”, “Centro_Galego”, “Associação_Cultural”, “Colégio_Profissional”, “Partido_Sindicato” e “Colectivo”¹⁵⁸.

¹⁵⁸Utilizamos por enquanto “colectivo” e reservamos o termo “grupo” para os agrupamentos de produtores e instituições que apresentaremos na epígrafe 4.1.2. O conhecimento já acumulado sobre o SLG galego do período do nosso estudo aconselhou realizar já na altura da recolha do censo alguns agrupamentos com o fim de não sobrecarregar a base com uma grande quantidade de instituições de influência desigual no funcionamento do sistema mas, em todo o caso, facilmente redutíveis sem desprezar informação útil para uma análise como a proposta. Assim, agrupamos numa única instituição (editora) as numerosas “[Tipografias_Gráficas]” que imprimem livros, revistas e folhetos entre os anos 1974 e 1978 na Galiza (*vid* Cordeiro Rua e Samartim 2008). Actuamos do mesmo modo com algumas instituições procedentes do campo político: “[Concelhos]”, “[Outros_Partidos_Esquerda]” e “[Outros_Partidos_Direita]” que também participam no campo editorial, e também incluímos dentro das instituições científicas com uma única entrada na nossa base (“[Centro_Ensino]”) os numerosos colégios e liceus que publicam na altura revistas escolares que, como veremos, não serão incluídas em geral na população por terem (por via de regra) um âmbito de abrangência circunscrito à comunidade escolar específica.

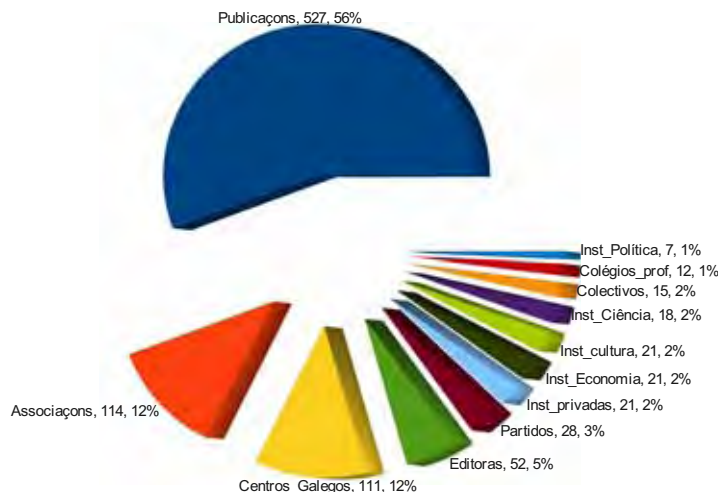


Figura 25. Tipologia institucional. Censo prévio.
Projecto Fisempoga - Grupo Galabra (elaboração própria).

De acordo com a Figura 25 colada acima, o censo de partida está composto por quinhentas vinte e sete publicações de variada natureza; cento e catorze associações culturais actuantes tanto na Galiza como nos enclaves; cento e onze Centros Galegos sediados quer no Estado Espanhol quer em vários países europeus (apenas um em Portugal) e americanos; cinquenta e duas editoras (sete com sede nos enclaves, onze na Espanha, quatro em Catalunha, uma em Portugal e as restantes na Galiza); vinte e oito partidos, sindicatos ou associações políticas com objectivos e enquadramentos ideológicos diversos; vinte e duas instituições privadas ligadas à cultura; uma vintena de instituições culturais de carácter oficial, públicas e privadas (Museus, Institutos, Patronatos...); quinze colectivos, entre os quais destacam os conjuntos musicais e os agrupamentos de agentes ligados directamente ao campo literário (Alén, Cravo Fondo, Loia e Rompente), assim como o “Equipo de Estudios Trasmallo”, com actividade no âmbito de estudo da economia das pescas; dezoito instituições científicas; vinte e uma instituições económicas (entre as quais se encontra a Fundación Pedro Barrié de la Maza, responsável dum importante labor de mecenato no período em foco); uma dúzia de colégios profissionais (que incluem as associações da imprensa de Lugo, Ourense, Vigo e a Crunha) e sete instituições políticas ligadas dalgumha maneira à administração do Estado (das quais as mais influentes no SLG da altura som, sem dúvida, as Deputacións provinciais).

A exaustibilidade aplicada na recolha de informação nos documentos consultados e esta primeira aproximação de carácter quantitativo realizada sobre o censo estabelecido a partir do

campo “tipo de instituição” tem fundamentalmente umha função classificadora e descritiva. Esta operação evidencia também, por outro lado, a *necessidade* de completar as abordagens quantitativas e de aprofundar no estudo das qualidades dos objectos recorrendo, para isto, a análises relacionais que sirvam para localizar cada instituição na posição relativa que lhe corresponde no conjunto da rede e para explicar a sua função. Isto é, para os objectivos deste trabalho é preciso perceber a posição que tem na estrutura do sistema umha instituição concreta em relação como os outros objectos da rede social de que faz parte, e fazê-lo, por outro lado, sem que o conhecimento construído sobre o nosso objecto de estudo supere em nenhum momento a consideração de hipótese de trabalho e chegue a condicionar os resultados da nossa investigação. Dito ainda por outras palavras: através do campo “tipo de instituição” podemos identificar, quanto à sua natureza básica, os objectos que integram agora o nosso censo (e depois a população seleccionada) mas não os diferentes impactos que produzem no sistema as variadas instituições, algo que só veremos conhecer ao colocarmos os atributos necessários para tal fim e ao analisarmos a sua rede particular de relações (*egonet*)¹⁵⁹.

Julgamos que a necessidade apontada fica resolvida, em grande medida, com o estudo realizado levando em conta tanto esta como outras tipologias contempladas na nossa Base de Instituições, que si permitem a aproximação deste tipo de conhecimento (e, umha vez seleccionada a população, com a aplicação da ARS para visualizar essa posição relacional). Desta maneira, no fim deste trabalho deveremos estar em disposição de conhecer a função, a posição e o impacto relativo no sistema dos principais agrupamentos institucionais que conformam a estrutura do SLG, evitando tanto distorções na análise (causadas pela homologação de instituições que se comportam de maneira diferente no SLG) como prejuízos derivados da importância relativa atribuída na bibliografia secundária a determinados elementos em detrimento de outros.

¹⁵⁹Assim, por exemplo, com o conhecimento que já temos do SCG de 1968 a 1982 sabemos que *Grial, Revista da Cultura Galega* editada desde 1963 com periodicidade trimestral pelos galeguistas que promoveram em 1950 a criação da Editorial Galaxia, ocupa umha posição mais central e realiza umha função mais determinante para a continuidade e a conformação do SLG no período do nosso estudo que, por exemplo, *Volvoreta*, revista escolar editada em 1978 pelo alunado do Colégio Público de Santo Paio de Abaixo, na paróquia redondelá de Reboreda; contudo, até este momento, as duas instituições figuram com idêntica categoria na Base de Instituições de Fisempoga (publicação). Digamos de passagem ainda que as dificuldades para a análise da posição relativa de elementos na estrutura do sistema (na chave centro-periferia) aumentam a medida que os sujeitos da comparação estão mais próximos na rede, como acontece, por exemplo, ao substituírmos as citadas revistas por instituições como a própria Editorial Galaxia, a principal empresa editora do período de estudo, e a RAG, entidade com reconhecimento oficial participada pelos principais agentes ligados a Galaxia e polos outros grupos com maior grau de institucionalização do sistema, que promove anualmente um evento canonizador (o Dia das Letras Galegas) e a publicação dum *Boletín...* (em castelhano), que intevém desde finais de 1970 no campo da codificação lingüística do galego e que está representada nos órgãos de governo de outras instituições cujas acções são igualmente determinantes no sistema cultural da altura, como o ILG da USC.

Assim, para além do “tipo de instituição”, na análise do SLG contemplamos o “tipo de âmbito” alcançado pela acção institucional e o “tipo de local” em que actuam as várias entidades censadas. Quanto ao “**tipo de local**” em que estão sediadas as instituições estabelecemos à partida os nove seguintes: «Galiza», «enclave americano», «enclave europeu», «enclave peninsular», «Espanha», «Portugal», «Catalunha», «Euskádi» e «Outro»¹⁶⁰. Uma vez fixada a população, desenvolvemos, no caso dos enclaves, estas epígrafes nos países onde opera a instituição e, em todos os casos, quando todas as entidades dum país estejam localizadas numa mesma cidade, será esta a que referimos na nossa análise. Para o caso galego, individualizamos as sete cidades com maior número de habitantes e agrupamos em “vilas” os concelhos de menor tamanho onde têm a sua sede as instituições seleccionadas.

Igualmente, a respeito do “**tipo de âmbito**” em que a instituição tem os seus efeitos, sete dos dez tipos estabelecidos correspondem-se com os espaços geo-culturais delimitados pelos territórios demarcados através da tipologia do local de partida; não foi necessário fixar os âmbitos catalão ou basco porque nas bases de dados de Fisempoga não figura neste período nenhuma instituição relacionada com o SLG que actue apenas no espaço social de Catalunha ou de Euskádi (mas sim, é claro, com as instituições presentes nos enclaves galegos destes dois países). Outros dois tipos de âmbito limitam de maneira funcional tanto o espaço geográfico como a abrangência do âmbito galego e têm também correlato claro nos tipos de local referidos acima: «local» aplica-se às instituições sediadas na Galiza com impacto em vilas e populações de menos de 40.000 habitantes e «7 cidades» aos concelhos que superam esta cifra (Vigo, Ponte Vedra, Ourense, Lugo, Santiago de Compostela, a Crunha e o Ferrol). Por último, o âmbito «interno» tem rendimento referido unicamente a publicações de circulação restrita e limitada ao interior de instituições doutro tipo.

Ao contrário destes três campos descritos, em que cada um dos objectos da Base de Instituições corresponde-se unicamente com uma tipologia específica, noutros atributos que constam nesta base de dados do projecto Fisempoga (de menor rendimento neste trabalho concreto)

¹⁶⁰Conceptualizamos de maneira instrumental os espaços geográficos e, com referência às entidades político-administrativas que compõem as comunidades linguístico-culturais que integram o Estado Espanhol, denominamos Euskádi as províncias de Biskaia, Árabá, Guipúscoa e Nafarroa (isto é, aos quatro territórios que na cultura basca são conhecidos como *Hegoalde*); Catalunha, por seu lado, está formada pelas províncias de Barcelona, Tarragona, Lleida e Girona. São episódicas as acções documentadas de instituições sediadas nos restantes territórios do Estado Espanhol agrupados pelo catalanismo sob a denominação geral de *Països Catalans* (Illes Balears, País Valencià, Franja del Ponent em Aragom e El Carxe em Murça; aos que haveria que somar as comarcas históricas que conformam a Catalunya Norte, já em território administrativo francês). Delimitada administrativamente a Galiza de acordo com o dito na nossa nota 28, e agora Euskádi e Catalunha, agrupamos sob o termo “Espanha” as restantes províncias que conformam na altura o Estado Espanhol.

cada instituição pode ter atribuída mais de uma única categoria de acordo com vários dos atributos contemplados; assim acontece com as diferentes “temática[s]” focadas por uma instituição (este campo tem rendabilidade, sobretudo, para caracterizar publicações), com os vários “tipos de público” que podem ser alvo dumha mesma instituição ou mesmo com o campo “tipo de grupo”, já que uma instituição pode estar participada (como de facto acontece em numerosas ocasiões) por vários conjuntos de pessoas organizadas que agem ao amparo dessa ou outra entidade normativa¹⁶¹.

Julgamos que estamos já em disposição de começarmos a análise a partir dos atributos (abordaremos adiante o estudo das relações orgánicas) e fixarmos a população a partir do censo de instituições previamente estabelecido com a informação do corpus seleccionado do projecto. Nas páginas que seguem cotejamos, entom, as tipologias estabelecidas de acordo com este procedimento, apresentamos os critérios, os processos e os resultados da selecção e localização efectuada sobre o censo institucional prévio e realizamos, de maneira combinada, as operações de descrever e arrumar as instituições que fazem parte da estrutura do SLG; em todo o caso, utilizamos como elemento validador ou corrector o conhecimento do sistema fornecido pelos trabalhos gerados em Poluliga.

4.1.1. Fixação da População

Seleccionamos a população institucional operando sobre as 947 entidades que integram o censo de partida (arrumadas nos doze tipos de instituição referidos) levando em conta os seguintes *critérios gerais*:

¹⁶¹ Ainda que nom serão explorados em pormenor, neste trabalho podem ser estabelecidos, em geral, os 7 “tipos de público” seguintes: ao maioritário «geral/geralista» segue o que caracterizamos como de «centro cívico», ligado preferentemente com as associações mutualistas e/ou culturais localizadas nos enclaves; o público «especializado» agrupa uma temática diversificada onde destaca a profissional; entre o «operariado/sindical» encontramos uma forte presença de instituições (sobretudo publicações) que veiculam temática política, igual que acontece com o minoritário «universitário/camadas novas»; por seu lado, entre as entidades normativas que têm entre o seu consumidor alvo um público «ilustrado» sobressaem as publicações de temática literária ou cultural em sentido alargado; por último, as organizações que focam um público «infanto-juvenil» estão relacionadas de maneira preferente com o ensino. Para além das **temáticas** «vizinhal» e «profissional», menos produtivas para a fixação da população deste trabalho, diferenciamos um conjunto alargado de assuntos relacionados com os campos culturais («cultural», «lingüística», «literária», «cinematográfica», «musical», «artística», «teatral»), com os campos do poder («política/sindical» e «económica», nomeadamente), com a ciência («científica»), o «ensino» e a mocidade («juvenil»), os média («informativa»), o âmbito associativo («associativa»), a religião («religiosa») e uma dissemelhante categoria («outra») onde agrupamos as instituições de menor rendabilidade neste sentido (emigração, social, mulher, ecológica, vária...). O campo “tipo de **língua**” é utilizado apenas no caso das publicações para marcar se se trata dumha revista em galego, em castelhano ou bilingüe. O “tipo de **grupo**” será caracterizado no lugar correspondente deste capítulo.

1. Entendemos que integram a população necessária para estabelecer a estrutura do SLG todas as entidades que participam no campo editorial publicando livros ou revistas, assim como este último tipo de entidade, concebida aqui também como um produto mas que pode alcançar graus variáveis de institucionalização. Quanto à participação no campo editorial, para o caso da eventual integração na população de instituições com actividade (preferente) em sistemas diferentes do galego (nomeadamente empresas editoriais com sede social e âmbito de actuação fora da Galiza ou dos seus enclaves), levamos em conta as relações com outros elementos do sistema e, fundamentalmente, o acompanhamento de alguma das normas delimitadoras com que o SLG está a ser construído no tempo do nosso estudo (tal como será desenvolvido adiante); contamos para isto com o conhecimento fornecido pelo projecto Poluliga sobre o SLG entre 1974 e 1978.

2. Ao lado das instituições que participam no campo editorial através da publicação, integram também a população deste trabalho aquelas entidades que realizam funções institucionais de acordo com os termos apontados na primeira parte desta tese; isto é, aquelas entidades normativas envolvidas na promoção, no mantimento, no controlo e na legitimação das actividades e macrofactores do sistema (organizações responsáveis por prémios, concursos, conferências de produtores... e por todas aquelas tomadas de posição que fornecem diferentes tipos de capitais que põem em jogo no sistema).

3. Dentro destes dois critérios básicos, a população institucional está restringida aos objectos que compartilham determinados atributos (tipos de instituição) e cujas acções foram documentadas empiricamente; essas tipologias têm a ver, principalmente, com a localização geográfica (na Galiza ou nos enclaves) e com o âmbito de abrangência da acção institucional.

4. Entendemos que para a demarcação da população unicamente podem ser levadas em conta as relações de pertença que envolvem produtores e/com instituições. Não são contempladas a estes efeitos, portanto, as relações estabelecidas através de *laços fracos* (colaboração) entre agentes e instituições, tampouco para o caso das sediadas fora da Galiza ou dos seus enclaves (nomeadamente publicações), já que verificamos que não são estruturais (pelo seu baixo grau de formalização e de permanência se comparadas com as relações de pertença) e que, de maneira geral, não têm carácter orgânico e respondem a algum tipo de relacionamento intersistémico. Estas instituições (localizadas na Espanha,

Portugal, Catalunha ou Euskádi) integram o nosso corpus para nos oferecerem informação sobre as presenças e as referências do SLG no âmbito peninsular e a sua análise dá notícia da *rede de relaçons exteriores* tecida polos grupos e agentes do Sistema, mas consideramos que elas nom fam parte da sua estrutura institucional.

5. De acordo com os objectivos concretos deste apartado, consideramos as instituições que participam no SLG no seu *ámbito geral*; isto é, a nossa análise (necessariamente macro) nom atende aspectos ou espaços particulares do sistema nom enquadráveis dentro das açõs das elites galegas nem, tampouco, instituições sem repercussom significativa conhecida no conjunto da rede. Isto conduz a excluir da populaçom, de acordo com o procedimento que indicaremos oportunamente, um alargado conjunto de entidades de âmbito estritamente local, sediadas normalmente fora das sete cidades da Galiza, ou destinadas à informação institucional interna, nom raro correspondendo-se com publicaçons de temáticas de tipo «vizinhal», escolar ou «profissional» destinadas para um público popular, para a comunidade educativa do centro de ensino em que é editada a publicaçon ou, quanto às revistas profissionais, para um receptor especializado ligado a umha actividade laboral concreta alheia aos campos culturais.

6. Como medida de controlo, no fim do processo revisamos cada um dos objectos seleccionados para garantir que integram a populaçom em virtude dalgum dos critérios colocados acima. Aquelas instituições para as quais nom consta actividade no período em foco de acordo com o indicado nos critérios anteriores ou nom fõrom localizadas nos nossos catálogos de referência (para o caso das publicaçons e das correspondentes instituições promotoras ou editoras; veja-se o dito na nossa epígrafe 2.2.) som excluídas da populaçom nesse momento. Neste último caso, a nossa hipótese de partida é que umha publicaçon que nom foi recolhida em nengum dos vários catálogos utilizados neste trabalho tem necessariamente um impacto reduzido no nível geral do sistema na altura. Chamamos a atençom, neste sentido, para o nível concreto de especializaçon dos catálogos de referência utilizados neste trabalho e para o seu alto grau de abrangência e confiabilidade, quer no que di respeito às publicaçons de instituições legais, sejam elas oficiais ou nom (onde destacam os catálogos da USC, da Fundación Penzol e do Museo de Pontevedra, entidades ligadas aos grupos com maior nível de institucionalizaçon do SLG da altura), quer no tocante a revistas de organizaçons políticas, sejam estas legais ou nom nalgum momento do nosso estudo (destacando neste ponto os fundos das Fundaçoms 10 de Março e Bautista Álvarez, ligadas

respectivamente às CC.OO. e à UPG, que nucleiam os principais grupos político-partidários a participarem no SLG entre 1974 e 1978), quer também no referido a publicações e instituições culturais com elas relacionadas sediadas nos vários enclaves do sistema (âmbito de especialização dos catálogos editados em 1998 e 2005 polo Arquivo da Emigración Galega do Consello da Cultura Galega¹⁶²).

Por fim, nom apresentaremos em pormenor o conjunto das operações realizadas sobre o censo para demarcarmos a população a partir dos critérios expostos acima, limitando-nos nas páginas seguintes a apontar apenas os resultados e aqueles procedimentos que consideramos de algum valor exemplificador dos processos gerais empregados para fixar a população e de alguma utilidade para entender o funcionamento geral do SLG no período em foco. De acordo com isto, demoraremos especialmente nas operações realizadas sobre o campo “**tipo de ámbito**” porque é este o que oferece um maior grau de produtividade à hora de reduzir o censo de partida (em concreto quando aplicado sobre instituições de âmbito de abrangência espanhol, português, interno e local) e fixar a população deste trabalho.

Mas o tipo de ámbito nom é apenas o atributo que oferece maior produtividade à hora de (de)limitar a população com que realizarmos a análise estrutural do SLG de 1974 a 1978; ele também permite fornecer informação relevante tanto daquelas instituições censadas que fôrom excluídas como, sobretudo, daquelas que permanecem na população contemplada neste capítulo. Iniciamos a análise, entom, polas instituições catalogadas como de «âmbito espanhol» porque este atributo deita já alguma luz sobre as (difusas e, em ocasiões, confusas) margens entre o SLG da altura e o seu histórico referente de oposição.

Para o assunto que agora nos ocupa julgamos oportuno lembrar que consideramos entre a população com que desenharmos a estrutura do SLG aquelas instituições que acompanham alguma norma delimitadora com que esta rede está a ser configurada (e som *reconhecidas* nas suas ações polos seus pares). Este requisito normativo é de especial relevância para demarcarmos que entidades de âmbito espanhol integram o nosso corpus em função de fornecerem informação intersistémica (ou qualquer outro tipo de dados de utilidade para conhecermos o nosso objecto de estudo) ou, por contra, fam parte também da população com que pretendemos estabelecer a estrutura do sistema em virtude dos critérios normativos (para o caso, o uso “preferente” da língua

¹⁶²Neste caso, as carências bibliográficas e as dificuldades de acesso à vida cultural dos enclaves aconselhárom recorrer a mais alguma fonte, ainda que, como Sixirei *et al* 2001 (I e II), de utilidade reduzida para o período em estudo.

galega) que regem no SLG entre o franquismo e a transição. Em concreto, isto significa que fôrõm incorporadas à população apenas as instituições sediadas fora da Galiza administrativa ou dos enclaves do SLG que participam no campo editorial publicando polo menos um livro escrito total ou parcialmente em língua galega no período 1974-1978¹⁶³.

Nome	tipo_inst	tipo_local	âmbito	tipo_grupo
Asociación de Amigos de la Unesco	Associação cultural	Espanha	espanhol	PCG CC.OO.
Asociación de Críticos de España	Colégio profissional	Espanha	espanhol	
Plaza & Janés	Editora	Catalunha	espanhol	Editora Espanhola
Editorial Casals	Editora	Catalunha	espanhol	Editora Espanhola
Difusora de Cultura	Editora	Espanha	espanhol	Editora Espanhola
Libros de la frontera, Los	Editora	Catalunha	espanhol	Editora Espanhola
Aguilar [Editorial]	Editora	Espanha	espanhol	Editora Espanhola
Montecasino [Ediciones]	Editora	Espanha	espanhol	Editora Espanhola
Mas-lvars	Editora	Catalunha	espanhol	Editora Espanhola
Everest	Editora	Espanha	espanhol	Editora Espanhola
Ediciones Anaya	Editora	Espanha	espanhol	Editora Espanhola
INLE	Editora	Espanha	espanhol	Editora Espanhola
Ediciones RIALP	Editora	Espanha	espanhol	Editora Espanhola
Júcar [Editorial]	Editora	Espanha	espanhol	Editora Espanhola
Editora Nacional	Editora	Espanha	espanhol	Editora Espanhola
Akal Editor	Editora	Espanha	espanhol	PCG CC.OO.
Patrimonio Nacional	Editora	Espanha	espanhol	Editora Espanhola
CSIC	Institucional ciência	Espanha	espanhol	
Banco de Bilbao	Institucional economia	Euskádi	espanhol	Economia Empresa
Galerías Sargadelos	Instituição privada	Galiza	espanhol	Sargadelos
[Outros Partidos Dereita]	Partido Sindicato	Galiza	espanhol	Outros Partidos
[Outros Partidos Esquerda]	Partido Sindicato	Galiza	espanhol	Outros Partidos
Revista de Occidente	Publicação	Espanha	espanhol	
Año literario español	Publicação	Espanha	espanhol	
Información Bibliográfica	Publicação	Espanha	espanhol	
Cuadernos para el Diálogo	Publicação	Espanha	espanhol	
Ínsula	Publicação	Espanha	espanhol	
Revista de dialectología y tradiciones populares	Publicação	Espanha	espanhol	Filgueira
Boletín de política cultural	Publicação	Espanha	espanhol	
Estudios de Historia Social	Publicação	Espanha	espanhol	
Ciervo, El	Publicação	Catalunha	espanhol	
Fablas	Publicação	Espanha	espanhol	
El Firmamento : Calendario zaraozano	Publicação	Espanha	espanhol	
Papeles de Son Armadans	Publicação	Espanha	espanhol	
Ecclesia [Acción Católica]	Publicação	Espanha	espanhol	Outros Partidos
Posible	Publicação	Espanha	espanhol	
Cambio 16	Publicação	Espanha	espanhol	
Camp de L'Arpa	Publicação	Catalunha	espanhol	
Reseña de literatura, arte y espectáculos	Publicação	Espanha	espanhol	
Sistema	Publicação	Espanha	espanhol	
Destino	Publicação	Catalunha	espanhol	
Triunfo	Publicação	Espanha	espanhol	

Figura 26. Tipología institucional. Âmbito espanhol (censo).

Projecto Fisempoga - Grupo Galabra (elaboração própria).

Desta maneira, a Figura 26 colada acima informa das vinte publicações (três delas editadas em Catalunha) que seleccionamos em Fisempoga para nos informar tanto das eventuais presenças galegas no âmbito cultural do conjunto do Estado Espanhol como de qualquer outro dado útil para alcançar os fins marcados no projecto. Estas publicações tenhem entre o seu público alvo diferentes sectores da população galega e nelas *colaboram* destacados agentes *pertencentes* à rede institucional que está a conformar entre 1974 e 1978 o SLG, de acordo com as questões apontadas

¹⁶³Acompanhamos ao efeito a informação contida na nossa Base de Livros. O estudo das normas que regem, aproximam ou afastam o SLG a outros sistemas peninsulares será assunto do próximo capítulo da presente tese de doutoramento.

na apresentação do quadro teórico deste trabalho (epígrafe 2.1.1.); todavia, é precisamente em virtude do tipo de ligação verificada entre esses produtores e estas instituições que esta vintena de publicações nom integra a população seleccionada para alcançar os objectivos que focamos neste momento¹⁶⁴. Repare-se, neste sentido, na diferença que estabelecemos entre as ligações de pertença, que determinam a estrutura do sistema em virtude do seu grau de formalidade e estabilidade, e as relações de colaboração, menos formais e estáveis e, portanto, aqui consideradas nom estruturais.

Ora, entre as mesmas instituições de âmbito espanhol encontramos catorze editoras (que agrupamos sob a epígrafe “Editora_ espanhola”) sediadas em Madrid ou Barcelona (todas menos a zamorana Montecasino) mas que participam no campo editorial (do livro em) galego com um volume de produção variável e com estratégias de mercado diferentes¹⁶⁵. Destacamos agora entre estas editoras com sede, direcção e capital forâneo, mas que integram a estrutura do SLG em virtude dos critérios expostos acima, os casos de Akal e de Anaya. No primeiro caso, Akal está próxima da secção galega do Partido Comunista Espanhol (constituída como Partido Comunista Galego [PCG] desde 1968), coloca à frente da colecção de obras em galego (Arealonga/ Arealonguina) o principal agente cultural deste grupo na Galiza (o professor de liceu Xesús Alonso Montero) e acumula um volume considerável da produção na língua da Galiza desde a sua entrada no sistema em 1973. Por seu lado, Anaya participa esporadicamente no campo editorial galego (também sob o selo Cátedra) publicando algum livro de texto no fim do período do nosso estudo e as *Bases pra unificación das normas lingüísticas do galego* promovidas polo ILG em 1977 (iniciativa que colocará este instituto universitário à frente do processo de elaboração lingüística); com estas acções Anaya ocupa a posição no incipiente campo dos materiais para o ensino da língua galega até que em 1979 avança neste sentido e funda Edicións Xerais de Galicia, umha sucursal do grupo editorial estritamente para a Galiza.

Das outras instituições catalogadas como de âmbito espanhol que passam a integrar a população, duas resultam de agrupamentos funcionais realizados sobre entidades com participação menor no SLG se consideradas por separado¹⁶⁶; a Asociación de Críticos de España,

164Repare-se, para a primeira afirmação (referida ao público alvo), nas diferentes espécies de capital acumulado e de interesses envolvidos na leitura do *Calendario Zaragozano* e dos *Papeles de Son Armadans*, por pôr um caso. Veja-se, como exemplo dessas redes de colaboração, a madrileña *Revista de Dialectología e Tradiciones Populares*, em que, da mão de agentes próximos, como o seu director Vicente García de Diego, participam os produtores que desfrutam dum maior grau de institucionalização do SLG.

165A estas editoras devemos acrescentar também o Banco de Bilbao, instituição económica que participa no SLG editando em 1978 (com umha tiragem em galego e outra em castelhano que nom chegaram a ser distribuídas mas que circulou fotocopiado em ambientes especializados) o estudo *Galicia, realidade económica e conflito social*, coordenado por José Antonio Durán e no qual participárom vários produtores ligados à esquerda galeguista.

166As categorias “[Outros_Partidos_Direita]” e “[Outros_Partidos_Esquerda]” incluem organizações, quer de

por seu lado, convoca os Premios de la Crítica Española, atribuídos a obras de narrativa e poesia em língua galega desde o ano 1976, e as Galerías Sargadelos som tanto lojas como centros culturais resultado da expansom nos mercados galego e espanhol deste grupo cerámico chefiado por Isaac Díaz Pardo e Luís Seoane, agentes retornados do enclave bonaerense na década de sessenta¹⁶⁷. Por último, o Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), organismo dependente do Estado Espanhol, nom participa directamente no SLG senom através doutras institucións dele dependentes já contempladas dentro da população restrita (como o Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos, por exemplo)¹⁶⁸.

Continuando com a exposiçom das operaçoms realizadas em volta do “tipo de ámbito” institucional, apontamos que os resultados da aplicaçom do critério de pertença para as entidades de «âmbito português» leva-nos a deixar de parte neste momento vinte e sete publicaçoms e umha editora, todas sediadas em Portugal e cujo campo de açom está limitado ao país vizinho (Figura 27). Quer as revistas quer a editora figuram no censo em virtude de fornecerem informaçom sobre as eventuais presenças ou referências do sistema galego no sistema cultural luso¹⁶⁹; nelas

obediência exclusivamente galega quer com ligaçoms a partidos de ámbito estatal, actuantes preferentemente no campo político mas que, em todo o caso, colocam no campo editorial galego algunha publicaçom no período do nosso estudo; som consideradas aqui em conjunto como de ámbito espanhol porque, com independência da sua adscriçom a um campo nacional concreto, a institucionalizaçom dum campo político (leia-se eleitoral) referenciado unicamente e no conjunto da Galiza nom chegará até o referendo do Estatuto de Autonomia de Dezembro de 1980.

167Desde o início das actividades do grupo na localidade de Cervo em 1970, a progressom da expansom das galerias culturais e comerciais de Sargadelos começa por Barcelona em 1972 e continua com a inauguraçom em Madrid em 1975 doutra Galeria Sargadelos, esta vez com a exposiçom “Presencia de Galicia”, em que participam Ramón Piñeiro, García Sabell, Roff Carballo e Rafael Dieste (os dous primeiros agentes citados pertencem à estrutura da Editorial Galaxia; Roff Carballo e Rafael Dieste están relacionados, respectivamente, com os grupos Galaxia e Sargadelos, que serán apresentados adiante). No período do nosso estudo é inaugurada ainda a Galeria de Santiago de Compostela (coincidindo com a celebraçom do Dia das Letras Galegas, em 17 de Maio de 1978), neste caso com umha exposiçom monográfica sobre o Seminario de Estudios Galegos, instituição do galeguismo do pré-guerra banida polo franquismo (no seu lugar foi criado o Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos) e recuperada polo galeguismo no fim do nosso período de estudo (veja-se o nº5 dos *Cuadernos do Laboratorio de Formas de Galicia*, editado em 1978).

168Polo seu lado, a Asociación de Amigos de la Unesco, que funciona em Madrid como plataforma para o conjunto do antifranquismo (ainda que com predominância do PCE), é relacionada no *Repertorio da Prensa Galega da Emigración* (Consello da Cultura Galega 1998: 36) com a publicaçom da revista *Berro*, que Fernández Rei (1990: 53) atribui a um grupo próximo da UPG; nom temos notícia nem foi localizado nengum número desta publicaçom editada no tempo do nosso estudo, o qual, de acordo com os critérios que acompanhamos, significa a nom inclusom das duas institucións na população considerada.

A listagem completa das institucións que conformam a população considerada, com as tipologias atribuídas e a referência a alguns produtores a elas ligados de jeito estrutural, pode ser consultada no Apêndice que acompanha este trabalho (o grau de preenchimento deste Apêndice no campo “produtores” dá conta das relaçoms de pertença conhecidas entre produtores e institucións e, igualmente, das carências de informaçom que deverão ser superados em trabalhos posteriores da equipa do projecto Fisempoga com o recurso a outro tipo de corpus diferente do bibliográfico).

169Pola produtividade neste sentido destacam as revistas *Colóquio*, *Letras*, *Vértice* e, sobretudo, a *Seara Nova*, esta última nom apenas por editar em 1977 *A agonía do fascismo espanhol* de Xesús Cambre Mariño (um activo agente do enclave galego em Porto Rico ligado à esquerda nacionalista), mas fundamentalmente por que a ela está vinculado até 1975 Manuel Rodrigues Lapa, galeguista português ligado ao galeguismo desde o pré-guerra e a

procuramos os contactos intersistémicos estabelecidos por essa via entre o SLG e o seu histórico referente de reintegração, mas ficam de parte da população seleccionada já que não participam do campo editorial galego.

Nome	tipo_inst	tipo_local	âmbito
Editorial Futura	Editora	Portugal	português
Abril	Publicação	Portugal	português
Árvore	Publicação	Portugal	português
Boletim do Teatro de Estudantes da Universidade de Coimbra	Publicação	Portugal	português
Autores	Publicação	Portugal	português
Távola Redonda	Publicação	Portugal	português
Cadernos de Literatura	Publicação	Portugal	português
Informação Cultural	Publicação	Portugal	português
Língua Portuguesa	Publicação	Portugal	português
Esfera, A	Publicação	Portugal	português
Arco-Íris	Publicação	Portugal	português
Gil Vicente	Publicação	Portugal	português
Bracara Augusta	Publicação	Portugal	português
Espaço	Publicação	Portugal	português
Tempo e o Modo, O	Publicação	Portugal	português
Nova	Publicação	Portugal	português
Boletim - Academia Internacional da Cultura Portuguesa	Publicação	Portugal	português
Ideia, A	Publicação	Portugal	português
Loreto 13	Publicação	Portugal	português
Vértice	Publicação	Portugal	português
Lugar Comum	Publicação	Portugal	português
Revista da Faculdade de Letras de Lisboa	Publicação	Portugal	português
Instituto, O	Publicação	Portugal	português
Raiz e Utopia	Publicação	Portugal	português
Persona	Publicação	Portugal	português
Colóquio. Letras	Publicação	Portugal	português
Expresso	Publicação	Portugal	português
Seara Nova	Publicação	Portugal	português

*Figura 27. Tipologia institucional. Âmbito português (censo).
Projecto Fisempoga - Grupo Galabra (elaboração própria).*

Por fim, avançando com a apresentação de resultados quanto às operações realizadas sobre o “tipo de âmbito”, os atributos que têm uma maior produtividade à hora de reduzirmos a população até as referências que necessitamos para os objectivos deste capítulo são, claramente, aqueles que seleccionam as instituições com abrangência reduzida a um «âmbito local» ou «interno» (em grande medida integradas no corpus depois de recolhidas de Cal 1988). Sobre as cento e dezassete (117) instituições do primeiro tipo e as quarenta e nove (49) referências do segundo aplicamos os critérios de partida e realizamos os oportunos cruzamentos com o campo “tipo de local” (reparando também na principal “temática” veiculada e no “tipo de público”

Galaxia até o fim do período em estudo; este agente é determinante no processo de elaboração da língua da Galiza nos anos setenta, desde a articulação (Lapa 1973) e a promoção (Montero Santalha *et al* 1974) de ideias de carácter reintegracionista (Samartim 2005 e, neste mesmo trabalho, a epígrafe 3.2.2.2.). Para o caso concreto da Editorial Futura, esta foi integrada no censo institucional para 1974-1978 porque do seu prelo lisboeta sai em 1975 a edição facsimilar do *Catecismo d'a doutrina labrega* de Fr. Marcos d'a Portela (Ourense, [Imp. d'o Eco d'Ourense], 1888), com versão portuguesa (*Catecismo do camponês*) de José Viale Moutinho, agente da esquerda portuguesa e promotor das ideias do nacionalismo comunista galego em Portugal.

procurado) para obter os seguintes resultados:

a) vinte e duas publicações de «âmbito interno», de utilidade para os nossos objectivos ao focarem temáticas relacionadas com a cultura, a literatura, a política ou, em menor quantidade, o ensino; neste sentido, devemos referir a revista *Vamos [Caminando]*, editada em Compostela polo Colegio Peleteiro; pola sua qualidade de impressom, periodicidade regular, colaboraçoms de adultos e temáticas focadas, esta publicação supom umha excepçom a respeito das revistas elaboradas polo alunado de colégios e liceus de vilas e cidades, que de maneira geral nom fõrom contempladas entre a populaçom. Destacamos neste ponto, igualmente, as *Memorias...* de várias entidades económicas galegas porque informam das relaçoms de Bancos e Caixas de Aforro com os campos culturais, baseadas fundamentalmente no mecenato exercido dos primeiros nos segundos, e apontamos também para a eliminaçom dumha vintena de referências de temática profissional: Boletins informativos ou porta-vozes de empresas e colégios profissionais relacionados com a construçom, a sanidade ou o direito, maioritariamente; a reduçom significativa da temática «profissional» é efectuada de maneira similar nos outros âmbitos estabelecidos, onde deixamos ficar, de maneira geral, apenas as instituiçoms com este atributo relacionadas com os campos culturais e o ensino.

b) vinte e cinco associaçoms culturais de «âmbito local» que em vários casos publicam algum tipo de boletim informativo (ambas, associaçom e publicação, figuram na populaçom agrupadas como Instituiçom Cultural Local [«Inst_Cult_Lc»]). Mantemos neste momento, ao todo, trinta e umha revistas locais de temática política, cultural, informativa ou associativa e apagamos as numerosas folhas parroquiais (com doutrina e informaçom da Igreja Católica para os fiéis que moram nestas entidades territoriais inframunicipais) e as publicaçoms relacionadas exclusivamente com associaçoms vizinhais (nestes casos, fazemos o próprio também com as instituiçoms sediadas nas sete cidades). As 56 entidades de âmbito local que conformam a populaçom fam-no, também, porque integram a rede de relaçoms de grupos com presença destacada no nível geral do sistema (veja-se, para o caso das actividades de associaçoms culturais locais, Blanco Torrado e López Rodríguez 1991 ou Pérez Mondelo 2004).

Por seu lado, a selecçom do atributo de menor rendimento («outro») identifica em dous casos duas publicaçoms sediadas em Puerto Rico (*Atenea: Revista de la Facultad de Artes y Ciencias de la Universidad de Puerto Rico* e *Sin nombre: Revista trimestral literaria*) que ao nom estarem relacionadas com instituiçoms do enclave galego dessa ilha nom fam parte da estrutura do SLG, mas que integram o nosso corpus porque nelas temos detectada a colaboraçom ocasional ao

longo do período abrangido por Fisempoga do citado Xesús Cambre Mariño. Um caso diferente constitui-o o “Seminario di Cultura Gagliega”, umha instituição científica responsável pola publicação duns *Quaderni di Seminari di Cultura Gagliega* desde a sua fundação por Paolo G. Caucci von Saucken em 1977 na Facoltà di Lettere e Filosofia dell’Università degli Studi di Perugia (por motivos práticos, esta entidade será quantificada aos efeitos de local de edição como pertencente aos enclaves europeus); os contactos do antigo leitor italiano na USC com o grupo Galaxia através do seu agente na universidade estão documentados em Ricardo Carballo Calero (2006). Igualmente, incluímos neste âmbito o selo Nova Galicia (ou Nova Galiza), utilizado polo PCG em 1976 para publicar livros em várias cidades europeias (Paris, Lisboa e Madrid)¹⁷⁰, e também as publicações genebrinas da UPG *Galicia Emigrante* (1974-1976) e *Rego* (1974-1975), a primeira dirigida explicitamente aos enclaves europeu e americano, e a segunda incluindo também o peninsular¹⁷¹. Outras instituição catalogada com este âmbito de «outro» é a revista *A ultramar. Boletín informativo de la oficina de relaciones con los gallegos en el exterior*, publicação oficial documentada para 1974-1975 e dependente dum organismo do Estado que procura o seu público alvo entre a emigração galega de fora do Estado Espanhol. Por último, encerra a listagem a Federación Mundial de Sociedades Galegas, criada em Santiago de Compostela em 1965 (e sediada na Crunha, onde publica o seu *Boletín*) para agrupar as múltiplas instituições assistenciais e culturais do conjunto da diáspora galega.

Centramo-nos na continuação daquelas instituições cujas ações focam de maneira preferente o público localizado nas «7 cidades» galegas, aquelas que se dirigem a um consumidor

170Os últimos números da revista *Nova Galicia. Revista de Cultura e Política*, editada polo PCE, saem do prelo em 1975 (Gómez Alén e Santidrián Arias 1999); temos notícia da recuperação desta publicação com esse mesmo nome em Madrid em 1977 e a sua continuação como *Nova Galiza...* no ano seguinte em Compostela; de facto, com umha ou outra denominação, o Partido Comunista utilizou este carimbo ao longo de todo o período em foco. Quanto à tipologia, consideramos três publicações e umha editora que, aos efeitos práticos, serão localizadas na epígrafe seguinte em Paris (a editora e a fase clandestina da revista), em Madrid e em Compostela (na fase legal da publicação). As localizações deste tipo de instituições, porém, devem ser entendidas como relativas, já que, como indicam para *Nova Galicia* Gómez Alén e Santidrián Arias (1999: 1205-1206; itálico no original), “na capital gala fabricábanse as pranchas para, a continuación, imprimi-la revista. As copias eran introducidas no país e remitidas ás «librerías democráticas», coas que tiñan contacto os militantes comunistas. Noutras ocasións, as pranchas era enviadas ó interior nos enxeños que ideaba Manuel Barro, *Mariño*: carteiras de dobre fondo, coches trucados, etc. Unha vez en Galicia, procedíase á reprodución masiva nos aparellos de propaganda agachados en Vigo, Santiago, etc.”.

171Outras publicações promovidas pola UPG estão dirigidas também ao conjunto da emigração galega, sejam as edições especiais do seu portavoz (*Terra e Tempo*, entre 1971 e 1974) ou do *Boletín...* da organização de masas promovida polo partido (a AN-PG), sejam revistas específicas como a também genebrina *Galicia Hoxe* (1977), que podem chegar a circular de maneira restrita também por outros núcleos de emigrantes da Europa ou, em ainda menor medida polo carácter ilegal do partido até 1978, da Espanha. De qualquer maneira, as primeiras serão consideradas neste trabalho como de âmbito galego (por serem editadas na Galiza) e *Galicia Hoxe* de âmbito europeu, porque assim o indica explicitamente (lembramos ainda que, como veremos adiante com maior pormenor, o principal núcleo da UPG na emigração europeia está sediado em Genebra).

«galego» (com diferentes capitais e intereses mas, em todo o caso, nom se limitando a um espaço geográfico e social inferior ao da Galiza) e as entidades sediadas nos «enclaves» situados na Península ibérica, na Europa e na América¹⁷². Aplicados os critérios de partida (sem negligenciar em nengum caso o conhecimento do sistema fornecido por Poluliga), estamos em disposição de afirmar que, de acordo com o alcance social das suas acções, a população destas tipologias que participa na estrutura do SLG está composta por:

a) praticamente umha centena de instituições que restringem de maneira predominante o seu campo de acção a algunha das 7 cidades galegas; mais de metade (59) correspondem-se com publicações e vinte e três com associações culturais cujas acções tenhem incidência, em boa medida, também no âmbito geral do SLG. Fora estas duas tipologias gerais, a população contempla quatro associações de imprensa, responsáveis pola edição das *Hojas del Lunes* de Vigo, a Crunha, Lugo e Ourense, meia dúzia de entidades culturais ligadas ao campo político (ao estarem relacionadas directamente com Concelhos ou com Deputacións), duas galerias de arte (Ceibe na Crunha e Torques em Compostela) e duas instituições ligadas ao campo económico: o Círculo Cultural, Mercantil e Industrial de Vigo, responsável pola edição da revista *El Mercantil* na cidade olívica, e o Club de dirigentes de empresa de la Cámara de Comercio de la Coruña, a instituição económica de maior produtividade no campo editorial do período em foco (em castelhano)¹⁷³.

b) Som, sem dúvida, as instituições catalogadas como de âmbito galego as que fornecem um maior volume e diversificação de referências à população seleccionada: trescentas e dezasseis (316) ocorrências divididas em cento e quarenta e cinco (145) publicações, quarenta associações culturais, vinte e nove editoras, vinte e cinco partidos ou sindicatos, dezasseis entidades privadas, outras tantas económicas, quinze científicas, catorze culturais, nove colectivos e meia dúzia de instituições políticas. Entre elas chamamos a atençom já agora para as numerosas associações culturais que se correspondem com agrupações teatrais (22); julgamos que isto evidencia, por um lado, a importância (e a legitimidade) atribuída(s) ao activismo cultural, perante as dificuldades para a formação académica específica, e, por outro lado, dá conta dumha intensa actividade gerada em volta dum campo cultural na altura em processo de profissionalização e dinamizado de maneira destacada por agentes como Manuel Lourenzo ou, desde a vila ourensá de Ribadavia, pola “Agrupación Cultural Abrente” através das Mostras e Concursos de teatro que esta associação

¹⁷²Umha completa listagem de associações e centros galegos em activo no mundo pode ser consultada em http://www.galiciaaberta.com/gl/centros_asociaciones (também na *Gran Enciclopedia Galega [GEG]*, vol.9, pp. 188-189).

¹⁷³A maior depuração neste apartado afectou a instituições nom relacionadas especificamente com a cultura, como publicações de temática profissional, câmaras de comércio ou colégios oficiais de âmbito inferior ao galego.

organiza com carácter anual.

Limitadas consideravelmente as institucións ligadas ao ámbito profesional de acordo com o apuntado acima, deberemos destacar, em todo o caso, o Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia [COAG] porque, animado por agentes próximos de grupos da esquerda galeguista (nomeadamente o PSG), desenvolve unha importante actividade no campo cultural da Galiza entre o franquismo e a transición.

c) Das numerosas institucións sediadas nos *enclaves* (americanos, peninsulares ou europeos), ficam de parte da poboación establecida para este traballo todas aquelas que se dedicam unicamente a actividades de tipo asistencial, que focam os intereses particulares do colectivo emigrado ou exilado dumha localidade ou comarca concreta da Galiza e, destas e aquelas, as entidades que non teñem nengunha publicación localizada ou qualquer outra actividade documentada en relación com a vida literaria do enclave concreto. Devemos indicar, antes de mais, que a selección dos obxectos que compoñen a rede nos enclaves está fortemente condicionada pola dificultade para acceder ás fontes e para documentar a actividade cultural destes espazos do sistema; aos fondos dispersos e non conservados (ou, polo menos, non localizáveis na Galiza) é preciso somar aínda o tipo de coñecemento que veicula a bibliografía existente neste punto, máis centrada no fenómeno migratorio (e non necesariamente no cultural), nem sempre coincidente nas informacións fornecidas e com reconhecidas carencias para o período posterior à Guerra Civil (sobretudo para o caso americano)¹⁷⁴. Os efectos desta situación, aínda que devam ser avaliados em función do escasso impacto relativo no nível xeral do sistema das entidades ausentes da poboación (veja-se, neste sentido, o afirmado no punto seis dos criterios expostos), relativizará necesariamente os resultados das abordagens propostas neste punto.

Ora, levando isto em conta, da análise dos enclaves americanos resulta tanto a importancia do núcleo bonaerense (como veremos na epígrafe correspondente) como a incluso na poboación dumha dúzia de asociacións culturais que actúan, em xeral, dentro da vintena de Centros Galegos seleccionados neste momento do proceso; estas institucións som responsáveis tamén, em grande medida, pola publicación das vinte e cinco revistas que conforman agora a nosa poboación (aínda pendentes da revisión individual). A estas institucións deberemos acrescentar as cinco editoras com sede na América, activas no campo editorial galego da altura e, aínda, o Instituto Argentino de

¹⁷⁴“A maioría da bibliografía existente sobre o estudo da emigración está adicada basicamente ós séculos XVIII, XIX e XX ata 1930, e hai poucos estudos referentes ó fluxo migratorio despois da Guerra Civil e da II Guerra Mundial, debido tanto ó gran descenso cuantitativo dos emigrantes como tamén á dificultade de acceso ás fontes” (García Domínguez 1999: 91).

Cultura Gallega, criado ao amparo da instituição americana com maior centralidade no SCG, o Centro Gallego de Buenos Aires¹⁷⁵.

Da sua parte, a estrutura do SLG nos enclaves europeus é mui escassa se a compararmos com a equivalente para os enclaves americanos (ou mesmo para os peninsulares). As ações dos quatro centros galegos da Europa em que documentamos alguma actividade relacionada com o SLG e as oito publicações referenciadas nos catálogos utilizados neste trabalho para o período em foco (se incluirmos a edição para a emigração de *Terra e Tempo* e do *Boletín* da AS-PG, ambos na rede de comunicação da UPG) devem-se em grande medida à dinamização de grupos políticos da esquerda com centro de operações na Galiza. Por este motivo, tanto estas publicações como a editora genebrina Roi Xordo terão incidência também na Galiza administrativa¹⁷⁶.

A aplicação dos critérios de partida faz com que o meio cento de instituições censadas para os enclaves peninsulares fique reduzido agora a uma dezena de Centros Galegos com actividade limitada ao âmbito do Estado Espanhol (já que esta nome foi documentada para a Juventude de Galiza de Lisboa, único centro cívico galego em território português censado em Fisempoga) e às publicações ligadas a eles. Também aqui é possível detectar a acção dos grupos políticos da esquerda, neste caso promovendo associações culturais como a madrileña Lóstrego, ou mesmo agrupamentos políticas, como a Irmandade Democrática Galega sediada em Barcelona, ambas com ligações a um dos mais activos grupos da esquerda nacionalista galega, a UPG.

Tal como indicado, o último passo do processo de selecção da população consiste na revisão individual de todas as instituições com as categorias apresentadas. Foram descartadas por este meio várias publicações referidas no censo de partida e as instituições promotoras quando as primeiras nome foram localizadas ou das segundas nome foi possível verificar qualquer outra actividade relacionada com o SLG entre 1974 e 1978¹⁷⁷. Esta última fase do processo de selecção

175O Centro Gallego de Buenos Aires, instituição correspondente da RAG, “es una entidad esencialmente mutualista, y su función principal se concreta en los servicios médico-asistenciales que presta a sus asociados. Pero una de sus facetas colaterales más significativa se halla configurada por la acción cultural que el Instituto [Argentino de Cultura Gallega] realiza y que de ningún modo podemos ni debemos eludir” (Alfredo Baltar, in Enxebre Orde da Vieira [ed.], 1983: 77).

176Nome tem actividade neste período e, portanto, fica de parte do nosso estudo, o Grupo de Traballo Galego de Londres fundado em 1970 por Carlos Durán, Teresa Barro, Fernando Pérez-Barreiro Nolla e Manuel Fernández Gasalla. Na sua primeira etapa (1970-1973) este grupo, formado maioritariamente por agentes ligados ao PSG, publica um *Boletín* e intervém decididamente no campo do ensino elaborando um “Plan Pedagógico Galego” (*Grial* 32, 1971, pp. 202-210), com o qual pretende explorar as possibilidades abertas pola Ley General de Educación do Ministro Villar Palasí. A sua actividade será reiniciada entre 1979 e 1984 e de 2004 até a actualidade (vid <http://www.grupotraballogalego.uk.net/historia.htm>, consultado em 09/01/2010).

177Ao lado de algumas publicações ligadas à Igreja Católica (*Catequista de tus hijos* e *Movimiento Seglar Franciscano*), a maioria das revistas banidas som editadas por associações culturais, nem sempre de âmbito local: os boletins do *Cine Club P. Feijoo* e do *Cine Club Marín* (este último também eliminado), as memórias da *Asociación*

tem especial incidência na população correspondente aos enclaves, já que a aplicação deste critério e as dificuldades de acesso e localização das fontes apontadas acima faz com que não possam ser consideradas como fazendo parte da população deste trabalho várias instituições (centros galegos e publicações a eles ligadas) para as quais não consta nas fontes utilizadas qualquer relação com o SLG nalgum dos anos compreendidos entre 1974 e 1978 (veja-se acima o dito ao estabelecermos os critérios para a seleção da população).

De acordo com isto, verificamos a redução da rede institucional do SLG em Buenos Aires, Montevideo, Venezuela e o Canadá e não tem presença documentada no Brasil nem no Chile, ao não localizarmos exemplares da revista *Lonxe da Terriña* do Lar Gallego de Chile nem as duas *Alboradas* que várias fontes bibliográficas (por exemplo a *GEG*, Vol.2, pp. 42-43) afirmam terem sido editadas em São Paulo pelo Centro Galego e pela Sociedade Hispano Brasileira de Socorros Mútuos). Neste sentido, quanto ao caso brasileiro, a tese de doutoramento do professor Antón Corbacho Quintela (2009), que foi orientada na USC pelo professor Elias J. Torres Feijó e se ocupa de *O processo de aculturação dos galegos no Brasil*, informa-nos dumha presença galega no Brasil caracterizada historicamente pola carência de referentes institucionais fortes (sobretudo nos períodos de instalação mais intensos, entre 1880-1930), do que resulta em geral umha esfera pública galega debilmente diferenciada cujos contingentes mais destacados acabam por se integrarem directamente na cultura local (reforçando, quando participam nos movimentos operários, o elemento de classe) ou por se dissolverem no corpo da comunidade espanhola emigrada (onde as posições de poder estão ocupadas por aqueles agentes que acumulam maior capital económico) No primeiro caso não foi localizada a revista *Airiños*, da Casa de Galicia de Buenos Aires, nem *Boiro*, da Asociación Hijos del Ayuntamiento de Boiro, que figurava no nosso censo com actividade para 1974 em virtude da notícia da publicação dum artigo de Alonso Montero (1995: 14). No caso de Venezuela, por seu lado, desaparecem as revistas *Verbas* e *Irmandade*, e só documentamos presença para o ano 1972 de *Breogán*, a publicação do Centro Gallego de Montreal, e tampouco conhecemos nenhuma acção relacionada com o SLG atribuível ao Centro Gallego de Montevideo¹⁷⁸. No

Francisco Lanza e da *Sociedade Recreativa de Sada* (ao igual que esta sociedade local, o seu esporádico *Boletín informativo* e a revista *Sada*, tampouco localizados), o *Boletín da Auriense*, uns *Coadernos do Ateneo* [Ferrolán], o Club Juvenil *Éxodo* e a sua publicação, *Amencer, Acougo, Cigurros* (a associação da Rua e a sua publicação), *Creación Catro, Filigrana, Fora das Crebas* e *Terra de Montes*; também algunha revista política (como *ECO*, da franquista Organización de la Juventud Española [OJE]), e várias publicações de temáticas variadas (como *Dezasete de Maio. Día de Letras Galegas, Para Todos, Eslabón* e *Juventud en Marcha*). Por último, os *Cuadernos del Laboratorio de Formas de Galicia*, que contam com ISBN, são considerados como livros neste trabalho.

¹⁷⁸Fora a crítica feita desde as publicações da UPG a “unha actividade non galega, por non decir «españoleira». [...] o [Centro Galego] de Montevideo tense trocado nun xuntoiro onde se insina fl[a]menco, fálase castelán, xógase dabondo «ó subastado», pónense, nas cateleiras (con moita fachenda) as cartas que reciben da Embaixada ou do

conjunto do Estado Espanhol, por seu lado, ficam de parte os centros galegos de Zaragoza, Xixón e Las Palmas, o Lar Gallego de Sevilla e as Casas de Galicia de Santander e Valladolid com as suas publicacións correspondentes (*Corredoira, Airiños e Aturuxo, Anduriña, Libredón e Abrente*).

Em virtude de todo o dito até aquí, entre 1974 e 1978 integram a estrutura do SLG um total de quinhentas setenta e seis institucións (**576**) cuja distribución quanto à tipología básica pode ser consultada na Figura 28 que colamos abaixo. Esta significativa redución dos objectos que conformavam o censo de partida (a população significa 60% das 947 institucións iniciais) contribui tanto para um melhor manuseamento da información como, mais importante, para unha melhor análise e ponderación da influencia relativa de cada tipología institucional de acordo com a presenza real que cada unha delas tem no conxunto do sistema.

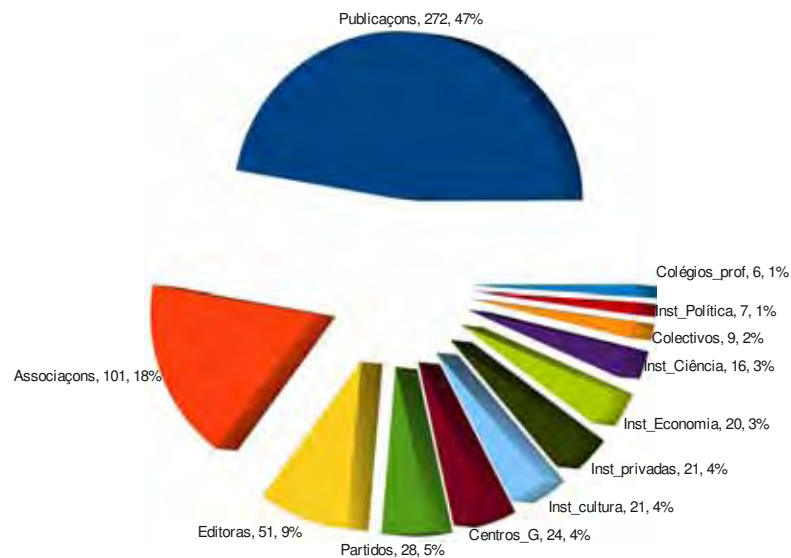
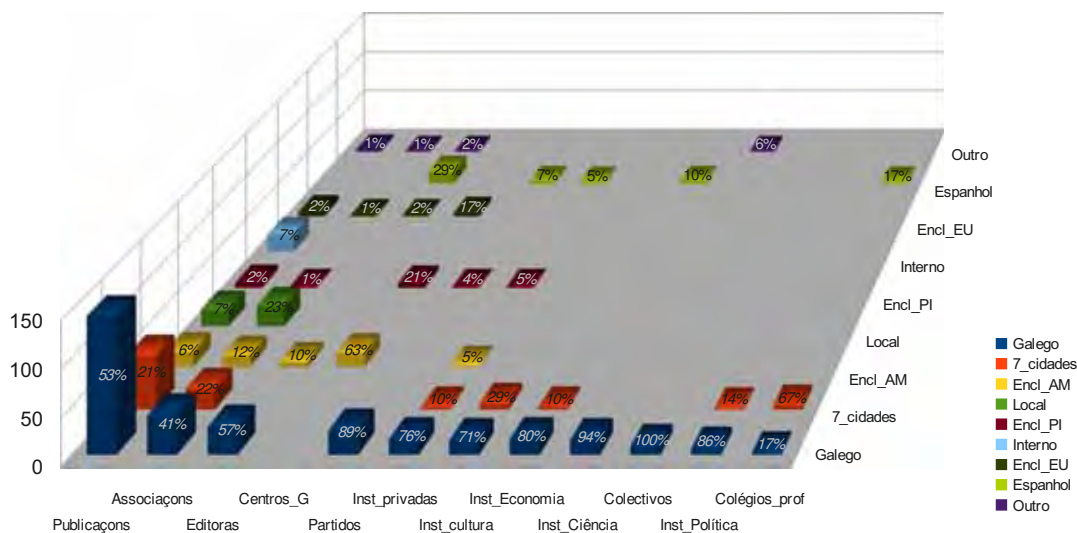


Figura 28. Tipología institucional. Población restringida.
Proyecto Fisempoga - Grupo Galabra (elaboración propia).

Porém, mais que os descensoes en números absolutos, interessa-nos destacar agora os resultados percentuais que estas reducións originan, porquanto abaixan a quota-parte, en relación com os outros tipos de institucións considerados, correspondente a publicacións (praticamente a metade, contudo, do conxunto total: de 56% para 47%) e a Centros Galegos, que reduzem a metade o seu volume percentual e perdem a terceira posición entre as institucións activas e relacionadas com o SLG do período en foco (de 111 referencias para 24 e de 12% para 4%). Ao mesmo tempo, unha vez fixada a población, eleva-se o peso relativo no sistema das outras tipologías que

Gobierno feixista Hespagnol... Sem dúbida, é un Centro Anti-galego, que, non presta a menor atención ó quefacer cultural da nosa Terra, nin ás loitas do noso pobo, e que serve os máis baixos, intereses dun réxime que sigue comerciando coa emigración” (*Galicia Emigrante* 2, Maio 1974: 20).

acumulam maior número de referências (associações culturais, editoras, organizações políticas e instituições privadas, económicas, científicas e culturais oficiais). As entidades que chegavam ao censo menor número de entradas continuam fazendo-o agora também na população (instituições do campo político, colectivos de agentes e colégios profissionais) e não vem alterada praticamente a sua posição relativa ainda que, como acontece com os colégios profissionais, se vissem reduzido a metade o número absoluto de ocorrências (de 12 no censo a 6 na população).



	Publicações	Associações	Editoras	Centros_G	Partidos	Inst_priv	Inst_cult	Inst_Eco	Inst_Cência	Colectivos	Inst_Politica	Col_prof	TOTAL
Galego	144	41	29	0	25	16	15	16	15	9	6	1	317
7_cidades	58	22	0	0	0	2	6	2	0	0	1	4	95
Encl_AM	16	12	5	15	0	1	0	0	0	0	0	0	49
Local	19	23	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	42
Encl_PI	6	1	0	5	1	1	0	0	0	0	0	0	14
Interno	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20
Encl_EU	6	1	1	4	0	0	0	0	0	0	0	0	12
Espanhol	0	0	15	0	2	1	0	2	0	0	0	1	21
Outro	3	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	6
TOTAL	272	101	51	24	28	21	21	20	16	9	7	6	576

Figura 29. Tipologia institucional. Tipo de ámbito.

Projecto Fisempoga - Grupo Galabra (elaboração própria).

Queremos chamar a atenção igualmente para a Figura 29 que aparece acima porque dá notícia da relação existente entre estes diferentes tipos de instituições e os ámbitos concretos focados por cada uma dessas tipologias (vejam-se os números absolutos na tabela que incluímos). Em primeiro lugar, interessa-nos destacar que, tal como foi adiantado em páginas anteriores, as

entidades que tenham entre os seus objectivos abarcar o conjunto do espaço galego som maioritárias (55% do total) também em todas as tipologias (excepto nos centros galegos sediados nos enclaves e nos Colegios Profissionais, ao se corresponderem estes últimos com associações de imprensa de abrangência provincial); se a isto somarmos a quase centena de instituições que actuam preferentemente nalguma das sete cidades galegas (95 referências, 16,5%) mas cujas acções transcendem em boa medida essas localidades, julgamos que este facto é boa mostra da existência dumha clara maioria de agentes institucionais que prespectivam directamente as suas acções dentro dum âmbito específico de abrangência, delimitado, conceituado e conformado como um *espaço cultural galego*.

Em segundo lugar, destacamos o facto de que a maior concentração de instituições de âmbito espanhol está localizada no sector editorial (alcançando praticamente um terço do total de editoras activas no conjunto do período em foco), correspondendo-se com empresas sediadas fundamentalmente em Madrid (também em Barcelona, Salamanca, Valência e Zamora) que participam desde o ano anterior no campo editorial galego (é o caso de Akal) ou por primeira vez no mercado do livro em galego na altura, quer episodicamente publicando ainda poesia social-realista (em edição bilíngüe como Los Libros de la Frontera ou em antologias traduzidas para espanhol como Plaza & Janés) quer tomando posição em nichos de mercado claramente beneficiados com a prevista entrada da língua galega no ensino obrigatório (promovendo materiais para a docência como Mas-Ivars, Anaya e Aguilar, ou literatura infanto-juvenil como Casals). Porém, é preciso esclarecer que a percentagem indicada para as empresas de capital sediado fora da Galiza que participam no campo editorial galego nom se corresponde com a sua incidência por separado no SLG entre 1974 e 1978 se levarmos em conta o escasso volume de livros por elas publicados, com a excepção da madrileña Akal, que é responsável em solitário por 6,7% da produção de livro em galego com 52 títulos no mercado entre 1974 e 1978¹⁷⁹. Contudo, se consideradas por junto, estas «editoras espanholas» alcançam um considerável 10% da produção total em língua galega (83 títulos de 771) e, num subcampo da edição em espanhol muito mais participado por instituições foráneas, estas mesmas quinze instituições acumulam já 6,5% do volume total. Estes dados venhem confirmar a abertura que o mercado editorial galego experimentou neste momento de transição política, em que as expectativas dumha maior

¹⁷⁹Fora Akal, som maioria as editoras de capital espanhol que participam no campo editorial em galego com um único livro (Aguilar, Everest, Rialp, o Patrimonio Nacional, o Ministerio de Cultura, Montecasinos, Libros de la Frontera e a Difusora de Cultura) ou com dous (como Júcar, Plaza & Janés, o INLE ou a Editora Nacional); com três apenas Anaya, com quatro a barcelonesa Casals e com oito títulos também catalá Mas-Ivars, que mantém a exclusiva sobre as aventuras sobre do gaulês Asterix em língua galega.

institucionalizaçom para a língua da Galiza servem de revulsivo para a incorporaçom de novas editoras no SLG e contribuem, de passagem, para acrescentar a fragmentaçom da produçom editorial já verificada por nós em trabalhos anteriores (Cordeiro Rua e Samartim 2008).

De igual forma, queremos chamar a atençom para o conjunto de instituioens relacionadas com os enclaves do SLG (com especial destaque com os americanos) porque, para além de constituirem um volume considerável (82 instituioens tenhem como âmbito específico de referência nas suas aççom algum dos enclaves do sistema, ou o conjunto deles, superando a centena se incluirmos o âmbito espanhol), também acumulam umha actividade institucional significativa, nomeadamente no espaço de abrangência conformado tanto polos Centros Galegos e as publicaçoens e associaçoens com eles relacionadas, como polas tomadas de posiçom dos partidos de esquerda (sobretudo nos enclaves peninsulares e europeus). Julgamos de interesse apontar também que quase umha quinta parte (em concreto 18%) da rede institucional deste sistema está localizada fora da Galiza administrativa, correspondendo quase metade desta percentagem com as entidades sediadas nos enclaves americanos (com destacada concentraçom institucional em Buenos Aires). Achamos que a importância destes dados descansa, precisamente, no contraste com a escassa atençom prestada à estrutura e às actividades culturais dos enclaves na bibliografia que se ocupa do funcionamento do SLG (e nom apenas no lapso temporal abrangido por Fisempoga, tal como foi indicado na primeira parte desta tese de doutoramento), em grande medida devido ao precário estado de conservaçom e às dificuldades apontadas para aceder desde a Galiza aos fundos documentais das instituioens da diáspora.

Concluimos aqui o apartado em que seleccionamos os 576 objectos (entidades com algum carácter institucional tal como apresentado em 2.2.1.) que fam parte da estrutura do SLG nalgum momento do lustro compreendido entre 1974-1978 e os caracterizamos quanto à sua tipologia básica e ao âmbito de abrangência das suas aççom. Todavia, chamamos a atençom para o facto de que isto nom significa que a totalidade destas instituioens integrem esta rede relacional ao longo de todo o período abrangido neste estudo. Os resultados alcançados som aplicáveis, portanto, à estrutura do sistema entendido como um todo, poderíamos dizer que como um objecto imóvel ou estático do qual fõrom apontadas as suas partes constituintes, mas sem levar em conta (*ainda*) o carácter dinâmico e dialéctico do seu funcionamento. Abordaremos esta última questom imediatamente depois de apresentarmos os principais agrupamentos de agentes (produtores e instituioens) que desenvolvem as suas aççom no SLG entre 1974 e 1978.

4.1.2. Grupos e Espaços Institucionais

As instituições identificadas na epígrafe precedente são criadas ou promovidas por agentes que se agrupam (e se reconhecem) nelas para agirem socialmente de acordo com determinadas lógicas e programas de acção compartilhados, e dentro do espaço normativo e de possibilidades demarcado por elas (veja-se a epígrafe 2.1.1.). De acordo com isto, entendemos que é possível agrupar as instituições seleccionadas na população deste trabalho de acordo com os espaços institucionais que compartilham, quer por serem promovidas pela mesma organização de base (estejam viradas para a acção política -como a UPG, o PSG ou o PCG-, ou sejam grupos centrados nas actividades culturais privadas -como Galaxia ou Sargadelos-) quer por se tratarem de instituições da mesma natureza, com características, objectivos, estruturas organizacionais, lógicas e modos de acção comuns (como as associações culturais, por exemplo).

Neste segundo caso, recorreremos como elemento de relação a alguns *atributos* concretos compartilhados por mais dumha instituição, representados por várias das tipologias institucionais apresentadas na epígrafe anterior (nomeadamente tipo de instituição, local e temática) e relacionados com a função institucional específica que, juntamente com o modelo organizacional e os capitais envolvidos, está na base da marcação dessas tipologias; isto vai-nos permitir identificar também campos sociais concretos relacionados com o funcionamento do SLG entre 1974 e 1978 (o político, o económico, o teatral, o do ensino, o da imprensa periódica...) e, igualmente, espaços sociais configurados de acordo com o horizonte de possibilidades demarcado pelas instituições que os integram; este último é o caso das instituições culturais oficiais, por exemplo, que também usufruem deste carácter oficial em virtude da autoridade emanada do Estado, que ou bem as cria directamente (como acontece com os museus provinciais) ou bem avalia explicitamente o seu funcionamento (como sucede com as diversas academias que integram a população deste trabalho). Estamos, em qualquer caso, no âmbito das relações entre instituições (instituição → instituição) que, como vemos, são aqui contempladas em função dos nossos interesses e objectivos (de maneira funcional, portanto), e em quanto pertencentes a um dos dois tipos seguintes: a) *instituições relacionadas* directamente (relações de grau 1) em função de que contam com o mesmo grupo promotor e b) entidades relacionadas em virtude de compartilharem algum dos *atributos* propostos na nossa base de dados.

Ora, para além destas relações estritamente institucionais, é possível ainda ter presente as *relações* compartilhadas entre os agentes que conformam a estrutura organizacional destas instituições. De facto, este tipo de relações (os vínculos de grau 1 entre produtor → instituição)

som utilizadas neste trabalho na hora de estabelecermos grupos restritos de produtores, identificados em virtude de pertencerem ao núcleo dirigente das instituições que compõem a população seleccionada na epígrafe anterior. Neste sentido, é importante ressaltar que este tipo de relacionamento entre produtores e instituições permite também identificar aqueles agentes que pertencem simultaneamente a várias instituições, quer estas estejam integradas nos agrupamentos institucionais estabelecidos em virtude das relações entre entidades normativas apontadas acima, quer estejam estas promovidas ou participadas por mais de um grupo.

Estes vínculos fornecem, entom, valiosa informação sobre a quantidade e a função das relações formais dos produtores (e, neste sentido, é possível apontar para a maior ou menor centralidade dum determinado agente) bem no interior de cada um dos agrupamentos institucionais propostos bem quanto às estabelecidas entre as várias redes assim definidas; da mesma maneira, o conhecimento deste tipo de vínculos entre produtores e instituições permite a aproximação tanto das trajectórias particulares dos agentes envolvidos como das estratégias implementadas polos diferentes grupos em foco na hora de estabelecer ou ampliar a sua rede de relações.

Porém, ao lado das oportunidades abertas por este procedimento, é necessário indicar também algum problema que impede a sua generalização neste momento para um estudo como o proposto nestas páginas. Referimo-nos a que a fiabilidade deste procedimento nom é equivalente em todos os espaços e para todos os grupos do sistema, sendo maior para os actores que se movem nas instituições com maior grau de formalização e mais próximas do pólo da oficialidade (cujos grupos desfrutam, em geral, de menor coesom interna e maior autonomia individual nas suas acções), e mais reduzida nos espaços do sistema caracterizados polo teor em maior medida colectivo ou mesmo (semi)clandestino das suas tomadas de posição, tal como acontece nos espaços associativo ou, em maior medida ainda, no espaço político partidário ocupado pelas organizações de esquerda, onde a (a/i)legalidade em que se movem estes grupos explica o ocultamento das identidades individuais praticamente durante todo o período em foco¹⁸⁰.

Se levarmos em conta, além disto, que a bibliografia sobre o SLG nom se ocupa deste tipo de conhecimento (os estudos ao uso estão em maior medida virados para a canonização dos produtores, tal como verificamos no capítulo 3) estamos obrigados a concluir que, com a informação de que dispomos neste momento, o carácter formal das instituições e das relações que

¹⁸⁰Repare-se no carácter preferentemente político das acções dos grupos que actuam num campo que nom legalizará todas as opções até o final do período focado no presente estudo e lembre-se, neste sentido, que o principal grupo da esquerda nacionalista galega da altura, a UPG, actua na (semi-)clandestinidade até que é legalizada em Julho de 1978.

nelas se estabelecem nas proximidades do pólo da oficialidade permite conhecer as relações de pertença de produtores a instituições com maior facilidade e representatividade do que no caso das instituições enquadradas nas margens do pólo da resistência, em geral menos formalizadas e mais inestáveis e dificilmente acessíveis. Esta impossibilidade de estender a fiabilidade deste tipo de relacionamento a todos os espaços do SLG explica a relativa secundarização neste trabalho destas relações produtores → instituições (se as compararmos com a abordagem daquelas estabelecidas entre instituições), assim como que optemos por não sistematizar (nem representar por meio da ARS) os agentes que compõem cada uma das estruturas organizativas dos grupos propostos; desta maneira, a funcionalidade de indicar vinculações entre grupos que permite este tipo de relações produtores → instituições será referida preferentemente nas páginas seguintes aos pólos da oficialidade e da resiliência, onde a mostragem si é representativa. Remetemos, contudo, para o Apêndice que acompanha este trabalho para uma informação mais pormenorizada sobre esta questão e deixamos para trabalhos posteriores do projecto em que se integra esta tese de doutoramento (como os referidos na nossa página 10, por exemplo) o seu estudo em espaços do sistema agora menos acessíveis e que, prevemos, poderão ser analisados com maior detalhe no futuro com o recurso a outro tipo de corpus (como as entrevistas individuais e grupais, por exemplo).

Fora isto, tanto para as relações entre instituições como para a informação sobre a participação dos vários grupos activos na rede institucional identificada com o SLG som de grande utilidade os conhecimentos fornecidos pelos trabalhos de Poluliga. Estes resultados anteriores da equipa e a utilização das ferramentas relacionais já descritas no capítulo correspondente deste trabalho permitem-nos apresentar agora os agrupamentos institucionais realizados sobre a população seleccionada na epígrafe anterior, cujo mapeamento está representado na Figura 30 colada na continuação¹⁸¹. Este mapa possibilita que podamos aceder a uma visão geral do SLG entre o franquismo e a transição, incluindo nela todos os campos, instituições e principais grupos que fazem parte da sua estrutura e estão envolvidos no seu funcionamento entre 1974 e 1978, e fazê-lo também visualizando tanto as relações entre instituições como a distribuição quanto à natureza da

181A Figura 30 foi realizada com PAJEK (e legendada utilizando um programa de desenho) e mapea a estrutura do conjunto do SLG no período 1974-1978 quanto à existência de vários grupos e espaços institucionais (quadrados cinzentos), a sua constituição (por meio de círculos de cores indicam-se os elementos que conformam cada agrupamento, onde cada uma destas cores indica uma tipologia específica de instituição, tal como figura na legenda: publicação, associação cultural, editora...) e mostra as relações estruturais estabelecidas entre esses grupos ou espaços (através dos elementos compartilhados). Representamos a evolução na estrutura e nos elementos e relações constituintes do SLG na Figura 37 colada mais adiante, que representa os cinco estádios diferentes (um por cada ano do nosso estudo) em que sequenciamos o SLG utilizando a possibilidade ao efeito que oferece o programa PAJEK.

formalização, a complexidade e o desenvolvimento dumha determinada rede institucional, e permitem inclusivamente estabelecer vínculos hierárquicos entre objectos dependentes dentro dumha mesma rede restrita se esse fosse o nosso objectivo. Em virtude deste tipo de relação surgem os grupos mais organizados, activos e determinantes para o funcionamento do SLG entre 1974 e 1978:

1. Referimo-nos, em primeiro lugar, às Instituições Oficiais [**INST_OF**], considerando aqui como tais tanto as instituições públicas dependentes directamente do Estado como as fundadas com capital privado mas que possuem o seu reconhecimento explícito. Ao lado destas encontramos outras redes também oficializadas polo Estado, que podem desfrutar de umhas normas de funcionamento relativamente autónomas e individualizadas a respeito da rede institucional estatal ou mesmo nom dependerem organicamente dela, mas que mantem com a administração geral do Estado estreitas relações de tipo formal, as quais dim respeito, por exemplo, ao reconhecimento jurídico das suas acções ou ao financiamento com capital público das suas actividades; falamos na **Igreja** Católica ou na **USC**, instituições que conformam redes fortemente institucionalizadas e com importantes capitais acumulados, derivados tanto da *tradição* como do reconhecimento da sua *autoridade* polos agentes capazes de impor legitimamente as normas básicas de funcionamento do sistema.
2. Ao lado destas estruturas institucionais oficializadas, devemos referir ainda aqueles grupos conformados com capitais privados cuja trajectória no sistema permitiu alcançar umha posição que se traduz na criação dumha rede institucional própria (como **Galaxia** e **Sargadelos**) e também as redes criadas por alguns partidos políticos especialmente activos também nos campos culturais (o **PCG**, o **PSG**, a **UPG**), juntamente com outros de muita menor incidência e já agrupados previamente em função da sua orientação ideológica no eixo esquerda-direita em **Org_Pol_Esq** ou, bem mais reduzida, de **Org_Pol_Dir**¹⁸². Dentro

¹⁸²Estes dous agrupamentos som claramente instrumentais, interessam mais ao funcionamento do campo político do que aos campos culturais (onde a sua actividade se reduz na maioria dos casos à publicação dumha revista) e recolhem umha quantidade variável e heterogénea de organizações de âmbito tanto exclusivamente galego como espanhol com trajectórias igualmente diferenciadas e dificilmente sintetizáveis para os assuntos deste trabalho mais além da referida catalogação esquerda/ direita e da tendência dos primeiros a integrarem o Pólo da Resistência (por isso incluídos adiante na gráfica correspondente) e os segundos os pólos da Oficialidade ou a Resiliência. Assim, nos partidos de esquerda incluimos desde organizações antisistema localizadas durante todo o período no Pólo da Resistência até partidos social-democratas de âmbito tanto exclusivamente galego como espanhol (como o PSP de Tierno Galván ou o PSOE de Felipe González) que participam do processo de transição para a democracia representativa activamente já desde 1976, dentro das organizações políticas qualificadas como de direita, por seu lado, integramos desde os partidos liberais, conservadores ou democrata-cristãos com que os grupos que demostram maior grau de resiliência pretendem participar no campo político da altura até organizações ligadas ao franquismo (como a Organización Juvenil Española [OJE], por exemplo) e que monopolizam o campo político oficial até a

da estrutura da rede conformada por estas organizações políticas partidárias som contempladas aquelas instituições promovidas, monopolizadas ou participadas activamente por elas; chamamos a atenção, neste sentido, para a função desempenhada pelas associações culturais, plataformas de acção colectiva que funcionam em grande medida ao serviço da implementação do programa político-cultural dos grupos políticos activos no SCG de 1974-1978 (e que serão agrupadas em virtude dos critérios explicados adiante).

3. Para além destes, segundo este mesmo tipo de relacionamento é possível identificar ainda alguns agrupamentos institucionais menores, mais reduzidos na sua estrutura, com um impacto menor no SLG da altura e integrados nos espaços institucionais demarcados por algum dos grupos anteriormente referidos; som estes: a Sociedade Galega de Historia Natural [SGHN], criada por agentes ligados à USC, com meia dúzia de instituições relacionadas e participada também por agentes de grupos de esquerda (nomeadamente o PSG); o Colegio Oficial de Arquitectos de Galicia [COAG], segregado no ano 1973 do Colegio de Arquitectos de León, Asturias y Galicia e também integrado na altura por agentes do PSG; o grupo pedagógico sediado na Crunha Padres y Maestros [P_Maestros], dependente organicamente dos jesuítas (portanto da Igreja) e com cinco publicações editadas até 1978; e o já referido Grupo Marcelo Macías [M_Macías], colectivo organizado organicamente no interior do Museu de Ourense e cujos agentes integram também a estrutura doutras instituições oficiais.

Por seu lado, para realizarmos os restantes agrupamentos institucionais levamos em conta uma série de *Atributos* que verificamos como de utilidade quer para a identificação de campos e espaços institucionais também participados polos grupos estabelecidos nos anteriores parágrafos, quer para superarmos a forte *atomização institucional* verificada no conjunto do SLG do período em causa (tal como afirmamos em páginas precedentes ao referirmos a fragmentação da produção no campo editorial [e também em Cordeiro Rua e Samartim 2008]). De acordo com essa relativamente reduzida concentração institucional, contemplarmos unicamente as relações de dependência orgânica permite unir mais de dous objectos da rede em mui poucos casos mais dos já referidos acima (para associações culturais que promovem alguma publicação e um grupo de teatro, por exemplo), isto, porém, não reduziria a fragmentação da rede nem contribuiria para a operatividade da análise da estrutura e o funcionamento do SLG de acordo com os objectivos

morte do ditador em finais de 1975.

propostos nesta investigación. Assim, em atençom à definiçom de *grupo* proposta nas páginas precedentes (concretamente, dixemos na pág. 23 deste trabalho, que entendíamos por grupo mais de dous objectos da rede [sistema] que estabelecem algunha relaçom *ou compartilham algum atributo*, seja[m] do tipo que for[em]), optamos por contemplar conjuntamente um alargado número de institucións que, apesar de nom pertencerem a umha única estrutura interdependente, compartilham algum atributo concreto. Para além do mais, as institucións agrupadas por este meio realizam no sistema literário funçoms homologáveis, compartilham métodos, objectivos, programas e (nalguns casos e estádios do SLG também) agentes ou plataformas institucionais unitárias e, em geral, entre elas é possível estabelecer igualmente relaçoms de colaboraçom. Agrupamos, portanto, as institucións que conformam a populaçom seleccionada na epígrafe anterior por meio dumha série limitada de atributos compartilhados (nomeadamente a “tipologia institucional”, o “tipo de local” e a “temática”) em virtude dos quais estabelecemos funcionalmente os seguintes agrupamentos institucionais:

1. Umha mesma “temática” compartilhada permite o agrupamento daqueles institucións que participam nos campos culturais mais estreitamente relacionados com o SLG da altura. Assim, as entidades relacionadas com a informaçom geral som agrupadas no campo da **Imprensa**, que inclui tanto os colégios profissionais como as várias publicaçoms periódicas activas na altura (diários, semanários, quinzenários...); a quantidade e a variedade de institucións relacionadas com o **Ensino** integram um campo cuja centralidade deriva directamente do facto de estar participado pola maioria dos grupos estabelecidos acima (tal como representado na Figura 22, onde fica reflectida a posiçom relativamente central que ocupa o ensino na hierarquia de campos culturais no período em foco); as institucións de variada tipologia relacionadas com a **Economia** (maioritariamente institucións económicas e publicaçoms, mas também algunha associaçom de livreiros, vinculada igualmente com as práticas próprias da literatura) conformam os campos económico, financeiro e empresarial; por último, as várias companhias ou secçoms específicas de associaçoms lúdicas e culturais (em maior ou menor medida profissionalizadas entre 1974 e 1978) que realizam funçoms no campo dramático galego som agrupadas sob a epígrafe **Teatro** e os colectivos literários, as publicaçoms a eles ligadas e a primeira tentativa de profissionalizaçom do sector representada no *non nato* Pen Club de Galicia conformam um espaço específico e delimitado em volta da **Literatura**.

2. Por seu lado, o “tipo de local” permite agrupar os Centros Galegos, as associações culturais, as editoras, as publicações e as instituições de natureza política ou privada sediadas nos diferentes espaços geográficos exteriores à Galiza administrativa. Individualizamos assim os enclaves do SLG e perspectivamo-los de acordo com o seu comportamento no conjunto do sistema agrupando-os nas redes institucionais localizadas na Península Ibérica [ENCL_PI], no resto da Europa [ENCL_EU] ou na América [ENCL_AM]; dentro deste último espaço geográfico-institucional é possível individualizar ainda a rede conformada em volta do Centro Gallego de Buenos Aires [CG_BA], que representa o maior grau de institucionalização e oficialidade nom apenas no espaço americano, mas também a respeito de todas as instituições sediadas fora da Galiza metropolitana.
3. Igualmente, a localização geográfica permite agrupar como Instituição Cultural Local [INST_CULT_LC] todos os objectos localizados nalgumha vila galega (veja-se o dito acima para a selecção das instituições de âmbito local) e, cruzando esta tipologia como o “tipo de instituição”, podemos delimitar o grosso do espaço associativo do SLG agrupando sob a epígrafe ASS_CULT as numerosas associações culturais com sede nalgumha das sete cidades da Galiza e as instituições com elas directamente vinculadas (como publicações, grupos de teatro ou alguma outra entidade de natureza diferente); da mesma maneira, este cruzamento entre tipo de local e de instituição, fai com que seja possível agrupar as entidades participantes no campo editorial caracterizadas em páginas precedentes como “editoras espanholas” [ED_ESP].
4. Por último, com o objectivo de facilitar a exposição e a representação do conjunto das instituições que participam no SLG entre 1974 e 1978, assinalamos como **OUTRO** um agrupamento heterogêneo de duas dúzias de instituições nom vinculáveis de acordo com nengum dos critérios anteriores e entre as quais destacam polo seu número umha quinzena de editoras criadas com capital privado, como Obradoiro, Follas Novas, Barca de Caronte, etc. (lembre-se o dito sobre a fragmentação do campo editorial na epígrafe correspondente), ao lado de duas galerias de arte (Torques e Ceibe) e sete publicações (*Mintireiro Verdadeiro*, *Agricultura Gallega*, *Actividad Discográfica*, *Norte*, *Esperanza* e *Altamira*).

Por outra parte, nom podemos concluir esta introdução procedimental sem referir que, até o final deste trabalho, iremos dando notícia das actividades dos grupos demarcados nos vários espaços institucionais estabelecidos (ambos configurados de acordo com os critérios apontados

acima) e que, nas páginas que venhem imediatamente a seguir, organizaremos a apresentação desses grupos levando em conta o apontado na altura de explicarmos a existência no SLG de três **pólos político-culturais estabelecidos em função da reação perante as mudanças experimentadas no ambiente que envolve o sistema entre 1974 e 1978**; quer dizer, abordaremos as características dos agrupamentos em função da sua posição de maior ou menor proximidade com os pólos da oficialidade, da resiliência ou da resistência.

Ora, quanto a isto, já dixemos que a heteronomia que caracteriza o funcionamento do SLG entre o franquismo e a transição tem o seu principal elemento causal no processo de mudança política em curso no conjunto do Estado Espanhol (que sustenta, pelo menos de maneira preferente, uma rede institucional diferente da individualizada nestas páginas, aqui nomeada funcionalmente SCE), e que este elemento faz com que seja possível identificar no sistema três pólos institucionais diferenciados em virtude do seu grau de aceitação, adaptabilidade ou oposição aos estímulos político-culturais procedentes do ambiente do SLG entre 1974 e 1978. Referiremo-nos neste trabalho, entom, ao Pólo da Oficialidade, ao Pólo da Resiliência e ao Pólo da Resistência para indicar os espaços de atracção político-cultural entre os quais é possível identificar uma variada gama de programas e tomadas de posição no SLG de 1974 a 1978.

Insistimos na oportunidade de estabelecermos estes *pólos* e nos espaços institucionais homogéneos ou fechados em virtude do carácter heterogéneo das várias tomadas de posição dentro de cada um dos agrupamentos propostos, e situamos assim a primeira baliza nas práticas e discursos político-culturais ensaiados pelas instituições oficiais relacionadas formalmente ou refrendadas pelo poder e a legitimidade emanados do Estado (a administração cultural do Estado, ainda franquista até 1976 e em processo de transição para a democracia representativa depois da Ley para la Reforma Política desse ano); localizamos um segundo foco nos programas político-culturais promovidos pelos grupos da esquerda nacionalista (onde destaca pelo seu grau de produtividade a UPG), que actuam durante todo o período nos parâmetros da *resistência sistémica* tal como definida na primeira parte desta tese (pp. 44 e ss.) e, juntamente com estas duas posições, situamos o terceiro foco num espaço institucional chefiado pelo grupo Galaxia, caracterizado pela adaptabilidade (resiliência) às tensões do ambiente e virado para a aplicação de estratégias conducentes ao mantimento da posição central até a altura detentada por este(s) grupo(s) no SLG.

Confirmamos ainda que no interior destes três macro-sectores político-culturais é possível estabelecer na altura diferentes variáveis contínuas que afectam a práticas, discursos, estratégias e

aos tipos de relaçons ensaiadas por uns e outros grupos (ou agentes) neles localizados. Isto significa que dentro de cada um deles   possível identificar tomadas de posiçom situadas em lugares diferentes dum eixo balizado por extremas com maior ou menor grau de oficializaçom, de (auto)identificaçom com a elite ou com o povo, com a direita ou com a esquerda política, com a reforma ou a ruptura a respeito do quadro jurídico-político do franquismo, com programas que contemplam a autonomia ou a autodeterminaom para a Galiza (isto  , o Estatuto de Autonomia plebiscitado em 1936 em virtude do intenso labor político desenvolvido no pré-guerra polo Partido Galeguista -desaparecido em 1950-, ou as Bases Constitucionais propostas e reivindicadas polos partidos da esquerda nacionalista da altura -também através de palavras de ordem tam significativas como “Autonomia nunca máis, bases constitucionais!”-), etc. Ao lado destas, no  mbito das relaçons, as gradaons detectadas t hem a ver fundamentalmente com se estas som mais ou menos (in)formais ou (in)estáveis.

Apesar desta relativa heterogeneidade interna das posiçons em cada um dos pólos estabelecidos, julgamos que a organizaçom do espaço social proposta   totalmente operativa sobretudo em virtude do alto grau de heteronomia a respeito do processo de mudança política verificado no funcionamento do conjunto do SCG no período em foco. Ainda assim, parece oportuno indicar também que essa mesma heteronomia   a responsável de que o simples facto de se expressar nas línguas diferentes do castelhano esteja fortemente marcado politicamente e identificado polos próprios agentes na altura com umha posiçom de resistência ao regime franquista e de defesa de posiçons de carácter galeguista¹⁸³. Neste sentido será possível afirmar que todos os participantes no SLG sustentam discursos identificados com a resist ncia   hegemonia do SCE (de distinto modo, com diferentes estratégias e graus e sobretudo durante a vig ncia da ditadura franquista)¹⁸⁴, mas que será o conjunto das posiçons tomadas (tanto antes como, sobretudo,) durante

183A marca fundamentalmente política que arrasta o uso em determinados campos, contextos e relaçons de fala do idioma nom referendado polo poder do Estado produce esta percepçom social nom s  durante o franquismo e, por suposto, nom necessariamente fora da Galiza; repare-se neste exemplo: “Comunista cham ronlle tamén a máis dun enquisador polo simple feito de dirixirse  s entrevistados en galego. A utilización do noso idioma foi motivo dabondo pra que moitos veciños de diversas cidades e vilas -Lugo especialmente- lle pecharan a porta   entrevistador” (“Enquisas. Preguntar en galego   arriscarse”, *Teima* 1, 16-23 Dezembro 1976: 11).

184Repare-se, neste sentido, como no curso dum coloquio sobre “Convivencia de culturas na península ibérica” (*Grial* 56, 1977: 252; itálicos no original, sublinhados nossos) celebrado em março de 1977 na Universidad de Salamanca por iniciativa da profesora Pilar Vázquez Cuesta, “No nome da delegación galega actu o como ponente o Prof. Carlos Amable Baliñas [agente ligado ao instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos dependente do governamental CSIC e a posiçons políticas da direita na Asamblea de Parlamentarios de Galicia], quen se ocup o do tema «Galicia como cultura». [...]. Fal o de cómo nos sentimos os galegos en canto grupo diferenciado, e de cómo a partir de 1846 unha comunidade que semellaba esle da tivo conciencia de estar recuperando a súa identidade colectiva e emprincipi o a demandar o seu reconecemento [sic] polos demáis. Por último analiz o o que pode ser, o que debera ser a evolución futura, rematando con estas palabras: «A conciencia da nosa escasa forza fisica, pero tamén coa conciencia do poder da forza moral, os galegos, como outros, resistimos e seguiremos a resistir. Unha

o rápido processo de transição política iniciado após a morte do ditador, o que irá condicionar a localização destes agentes e grupos em relação com a proximidade a respeito dum ou outro dos pólos propostos neste trabalho.

A diferença fundamental neste sentido estará em que alguns dos grupos e agentes envolvidos no SCG não reconhecem as normas directrices emanadas das instituições político-culturais oficiais, actuam na (semi-)clandestinidade ou, em geral, em clara oposição ao regime político estabelecido e impugnam as linhas mestras do processo de transição dirigido desde o aparelho do Estado que sustenta o SCE por considerá-las assimilacionistas e negadoras da diferença galega e dos direitos inerentes à umha comunidade caracterizada como nacional (de acordo com a consideração orgânico-historicista de nação herdada da tradição galeguista); articulando um discurso baseado no entendimento da relação entre o SCE e o SCG como de tipo colonial (onde o primeiro será identificado com o colonizador e o segundo com o colonizado), os grupos enquadrados na esquerda nacionalista galega discutem as tomadas de posição e as estratégias dos agentes e instituições do espaço social com um maior grau de estabilidade e reconhecimento institucional em virtude de que estes grupos entenderem a cultura (e a literatura) da comunidade como caracterizada (ainda) pela necessidade de resistência contra a sua assimilação pelo SCE, à vez que trabalham activamente para o alargamento da rede institucional e do espaço social abrangido pelo SCG que estão a construir¹⁸⁵.

Por seu lado, outros agentes e grupos aceitam o quadro político-cultural estabelecido, actuam no seu seio sem impugnarem as suas normas básicas de organização e funcionamento, desfrutam dum reconhecimento e um suporte institucional do campo do poder (pós-)franquista desconhecido para os grupos localizados nas posições anteriormente descritas e procuram a adaptação (com menor custo e maior benefício) à nova realidade surgida da transição política. De qualquer maneira, no período em estudo são mui estreitas as relações entre os grupos situadas no

resistencia que rematará cando España volva ser *las Españas*, e se reconozca a pluralidade nos xeitos de ser español” (falaremos ainda adiante sobre as diferentes possibilidades propostas para a integração, ou não, da Galiza na reclamada pluralidade espanhola). Da mesma maneira, a citada Pilar Vázquez Cuesta (1978: 91; itálicos nossos), que colabora em vários empreendimentos da mocidade nacionalista da esquerda no período em foco, localiza também sumariamente no SLG no ano seguinte Francisco “Fernández del Riego (fundador, este, da Galaxia [sic], a primeira editorial galega do pós-guerra, e *um dos mais firmes bastiões da nossa resistência cultural no período da ditadura*)”.

¹⁸⁵Documentámos várias afirmações neste sentido nos materiais que utilizamos, por exemplo nalgum comunicado da APG recolhido em *Teima* 35 (11-18 Agosto 1977: 30) ou nos documentos do Primeiro Congresso da UPG (1977: 9); estes e outros depoimentos serão objecto de análise no próximo capítulo desta tese de doutoramento. Ali também trataremos da contestação da autoridade académica (da RAG) por parte dos grupos mais activos no pólo da resistência no que di respeito à fixação dos repertórios procedentes da tradição através da celebração em 17 de Maio do Dia das Letras Galegas (quanto aos materiais lingüísticos com que configurar a identidade diferenciada da Galiza confronte-se também com o dito em 3.2.2.2. e com o acontecido nos primeiros anos setenta, em Samartim 2005).

pólo da oficialidade e no da resiliência, ao igual que também se produzem transvasamentos entre os vários macroespaços institucionais estabelecidos (nomeadamente do pólo da resistência para o da resiliência), tal como apontaremos no lugar correspondente.

Em função disso, concebemos as relações entre oficialidade, resiliência e resistência num sentido gradual e relativo (de mais-menos que) como arrumadas no espaço social a modo de um sistema de coordenadas tridimensional ao longo do qual se irám situando os actores do SLG em função das suas tomadas de posição a respeito da mudança política em curso (Figura 31). Seja como for, queremos insistir na funcionalidade expositiva e explicativa que tem a delimitação das redes parcelares formadas em virtude do estabelecimento dos pólos indicados porque, ainda que os elementos que localizaremos em cada um deles podem ser agrupados em virtude de manterem relações específicas e compartilharem atributos, estratégias ou objectivos concretos (tal como veremos ao longo deste trabalho), aquelas redes estão claramente interrelacionadas e não funcionam, em nenhum caso, de maneira isolada ou autónoma, quer seja entendida esta autonomia a respeito do(s) campo(s) do poder (tampouco nos enclaves extra-espanhóis) quer a respeito de qualquer um dos outros espaços delimitados no sistema.

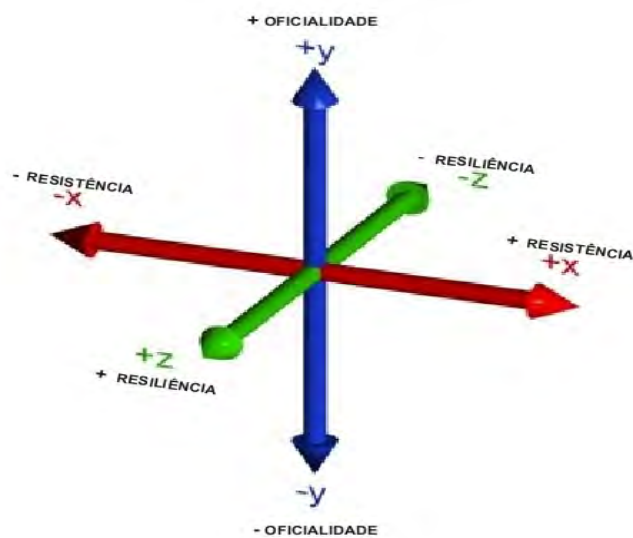


Figura 31. Pólos do SLG.

Projecto Fisempoga – Grupo Galabra (elaboração própria).

Isto significa, por fim, que tanto estes eixos político-culturais que separam simbolicamente oficialidade, resistência e resiliência como o eixo trazado no plano geográfico para separarmos operativamente a metrópole dos vários enclaves do SLG não desenharam compartimentos estanques,

mas apenas linhas imaginárias e permeáveis que delimitam instituições e grupos de produtores caracterizados por compartilharem determinados elementos (repertoriais, programáticos, organizativos...) e actuarem num determinado espaço de possibilidades, isto é, num espaço institucional concreto cuja assunção determina e condiciona os seus modos de agir e pensar; essas linhas serão traspassadas nas várias direcções possíveis, em diferentes momentos e conjunturas, em virtude das distintas e variadas estratégias e tomadas de posição que irão desenhando a trajectória de cada grupo ou agente num sistema social (cultural, literário...) caracterizado pelo seu dinamismo e a sua evolução não linear, mas dialéctica.

Assim, nesta epígrafe ocuparemos-nos da apresentação da estrutura institucional, dos principais agentes que conformam cada grupo e da caracterização das estratégias de actuação mais destacadas para o funcionamento do SLG entre 1974 e 1978 dos vários grupos que se localizam de maneira preferente em cada um dos pólos institucionais demarcados. A nossa apresentação limita-se aqui aos agrupamentos saídos das relações de pertença entre instituições, já que estes conformam uma rede de indivíduos relacionados por laços fortes que actuam nas entidades normativas que promovem ou em que participam com coesão e comunidade de objectivos (variável segundo os casos) e que também levam as suas acções aos vários espaços institucionais demarcados em função de atributos ou categorias, os quais irão sendo referidos oportunamente à medida que avance a nossa exposição (veja-se a listagem completa de instituições, com as suas tipologias principais e vários dos produtores a elas relacionados no Apêndice que acompanha esta tese de doutoramento).

4.1.2.1. O Pólo da oficialidade

Começamos a apresentação dos agrupamentos activos no SLG de 1974-1978 por aqueles que se movem no espaço institucional caracterizado por nele se estabelecerem relações de dependência estrutural a respeito da administração do Estado ou por contar com algum reconhecimento de tipo oficial. As instituições aqui localizadas foram agrupadas sob a epígrafe de **INST_OFICIAL** em virtude desse critério e ocupam o centro do que vimos denominando o *pólo da oficialidade*.

Tal como se pode acompanhar na Figura 32 colada abaixo, neste grupo identificamos um total de 55 instituições (das 114 instituições que conformam este macro-espaço, incluídas as nove organizações políticas da direita identificadas maioritariamente com publicações ligadas a grupos vindos do franquismo ou empenhados na sua reforma desde a administração); entre as entidades que conformam este grupo destacam pelo seu número e actividade os Museus e os Institutos

promovidos ou sustentados polo poder político local ou polas quatro institucións políticas de carácter provincial existentes na Galiza (o viguês Museo Quiñones de León, o Instituto José Cornide de Estudios Coruñeses, o Instituto de Estudios Orensanos Padre Feijóo ou os diferentes Museus provinciais com as suas respectivas publicacións). Precisamente num destes museus, concretamente no Museo Arqueológico Provincial de Orense, actua de maneira organizada o Grupo **Marcelo Macías**, responsábel pola edición da revista desta institución (o *Boletín Auriense*, dirigida por Xesús Ferro Couselo até 1974) e formado por umha dúzia de agentes (entre outros Xesús Taboada Chivite, Francisco Fariña Busto, Xaquín Lorenzo Fernández, Xulio Ogando, Manuel de Dios, Laureano Prieto ou Olga Gallego), vários dos quais pertencem igualmente a outras institucións oficiais, sobretudo sediadas na cidade das burgas.

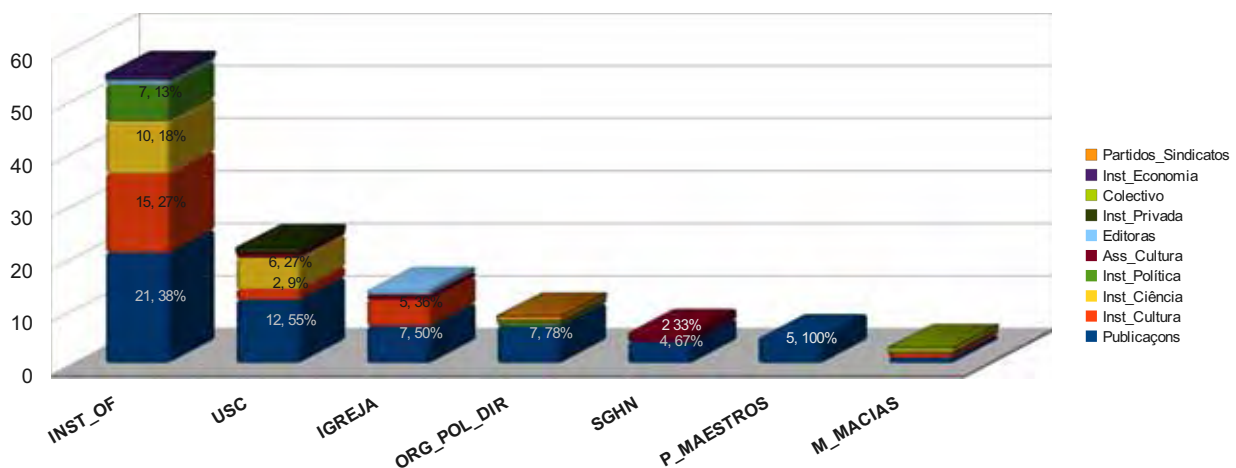


Figura 32. O Pólo da Oficialidade.

Projecto Fisempoga – Grupo Galabra (elaboración propia).

Fam parte igualmente deste grupo umha série de institucións científicas cujos objectivos están localizados em campos variados mas que dependen directamente do Estado Espanhol (através, nom raro, do CSIC, como acontece com o Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos, o Instituto de Investigaciones Pesqueras ou o Centro Rexional de Investigación e Desenvolvemento Agrario de Mabegondo, por exemplo) ou várias Academias (de Bellas Artes, de Ciencias, de Medicina, Jurisprudencia y Legislación, etc.). Entre estas institucións académicas, fundadas por iniciativa privada para regularem o funcionamento de ámbitos de conhecimento ou profesionais específicos mas que desfrutam do carácter oficial por reconhecemento ou delegación da autoridade do Estado (tal como acontece com a única institución económica do grupo, a Real Sociedad Económica de Amigos del País, sediada em Compostela), destaca para os assuntos focados neste

trabalho a Real Academia Gallega.

A RAG é a entidade com a trajetória mais dilatada no SLG de todas com as que conta o galeguismo e a única com reconhecimento oficial do Estado desde o ano seguinte à sua fundação polos agentes ligados ao grupo liberal chefiado por Murguía no enclave da Havana em 1905. Esta Academia nasce (Samartim 2005: 13n)

com o objectivo de velar polo conhecimento da história, da língua e da literatura da Galiza, [...] centra no após-guerra civil os seus escassos trabalhos na etnografia e no folclore, tem umha incidência praticamente nula no PSCG [Protossistema Cultural Galeguista] até que a entrada de vários membros de Galaxia e pessoas próximas (só a partir da década de cinquenta) revitaliza levemente umha instituição que nom utilizava o galego nos seus actos, e está a ser mui questionada nos anos setenta polas gerações mais novas e activas politicamente no âmbito da esquerda clandestina, que acusam esta instituição oficial de elitismo e inoperância.

A RAG, presidida ao longo deste período por dous homens de Galaxia (Sebastián Martínez-Risco de 1960 a 1977 e Domingo García-Sabell desde esse ano até 1997) constitui um espaço compartilhado polos agentes ligados aos grupos com maior grau de formalização tanto no *pólo da oficialidade* como no da *resiliência* e um espaço de autoridade normativa reivindicado por estes grupos na mesma medida em que está a ser questionado neste período desde vários flancos do sistema:

1)Desde o pólo da resistência polos grupos da esquerda que, nucleados pola UPG, identificam esta instituição com a “cultura oficial”, impugnam a sua prática lingüística bilíngüe galego-castelhano, a estratégia de nom intervençom política e a autoridade académica tanto para estabelecer o modelo normativo do galego como para a canonização dos materiais repertoriais que a RAG pretende consagrar cada 17 de Maio durante a celebraçom do Dia das Letras Galegas (Samartim 2003).

2)Polo ILG desde o mesmo pólo da oficialidade, já que (tal como referimos na epígrafe destinada a sintetizar o processo de elaboração lingüística) este instituto universitário pom em jogo o seu capital simbólico (científico) e questiona a autoridade académica para a codificação da língua da Galiza desde a sua fundação em 1971, arrebatando em 1976-1977 à RAG a iniciativa e a centralidade nesse processo com o patrocínio dos encontros que darám lugar às *Bases prá unificación das normas lingüísticas do galego*.

Este instituto universitário integrado na estrutura institucional da rede relacional constituída pola USC nom terá impacto destacado no campo editorial (onde sobressai pola publicaçom da revista especializada “Verba” desde 1974 e por completar nesse ano um método de ensino-aprendizagem do galego em três volumes iniciado em 1971), mas o facto de elaborar ou avalizar desde o espaço universitário vários materiais para a aprendizagem desta língua (num contexto caracterizado pola incerteza técnica e de legitimidade[s] que tem importantes implicaçons sócio-políticas), de disputar à RAG o monopólio sobre a codificaçom da língua da Galiza e, também, as relaçons que vários dos jovens investigadores do ILG mantemem com os grupos políticos localizados no pólo da resistênci (como Antón Santamarina [secretário do Instituto], Rosario Álvarez e Francisco Fernández Rei, referenciados no PSG; ou Guillermo Rojo, próximo do PCG) fam que esta instituiçom desempenhe um papel determinante no campo do ensino e da elaboraçom lingüística e, em virtude disto, no conjunto do SCG. Por outro lado, a composiçom do seu patronato permite verificar já as estreitas relaçons existentes entre as instituiçons e os grupos que actuan de maneira preferente nos pólos de maior formalizaçom do SLG (tal como recolhemos em Samartim 2005: 19n):

Na sessom inaugural “reuníronse no Salón Rectoral da Universidade de Santiago, baixo a presidencia do Rector Manuel García Garrido os seguintes señores: Ramón Otero Túñez, Decano da desaparecida Facultade de Filosofía e Letras; Constantino García González, Catedrático de Filoloxía Románica; Manuel Díaz y Díaz, Catedrático de Filoloxía Latina; Xosé Filgueira Valverde, en representación do Instituto P. Sarmiento do Consello Superior de Investigacións Científicas [a versom franquista do SEG]; Marino Dónega Rozas, en representación da Real Academia Galega; Xoaquín Arias Díaz de Rábago, en representación da Fundación ‘Pedro Barrié, Conde de Fenosa’; Ricardo Carballo Calero, en representación do Centro de Estudios Fingoi; e Xerardo Fernández Albor, en representación da Fundación Penzol” (Fernández Rei, 1991: 16). Filgueira Valverde é um galeguista de direita comprometido com o regime franquista que foi nos primeiros oitenta Conselheiro de Cultura [sic, responsável da cultura] do governo autonómico presidido polo galeguista liberal próximo a Piñeiro Xerardo Fernández Albor. Marino Dónega é também vogal do conselho de direcçom da editorial Galaxia. Despois de ser nomeado catedrático, Carballo Calero ocupou a vice-direcçom do ILG entre 26 de Junho de 1972 e 12 de Abril de 1978, quando cessou a pedimento próprio.

Ao lado do ILG, outras entidades da USC jogam um destacado papel no processo de introduçom da língua galega no sistema de ensino aberto pola Ley General de Educación de 1970 [LGE]. Assim, tanto a Cátedra de Lingüística y Literatura Gallegas habilitada em 1971 e ocupada

até a sua reforma na década de oitenta por Carballo Calero, como a Cátedra de Lengua y Literatura Gallega de la Escuela Universitaria [de Magistério] responsabilidade da professora Aurora Marco no momento da sua criação em 1975, ocupam-se da formação de formadores a medida que a LGE vai tendo desenvolvimento legislativo entre 1975 e 1976 (tal como referiremos ainda adiante). Verificamos, entom, como na USC se vai desenvolvendo neste período toda umha estrutura institucional em função da esperada incorporação do galego no sistema oficial de ensino, na qual o ILG desempenharia funções relacionadas com a investigação, a elaboração de materiais de variado tipo (também normativos) e a realização de estudos académicos de carácter lingüístico e dialectológico (redigidos de regra em castelhano)¹⁸⁶; as referidas Cátedras nas Faculdades de Magistério e de Filosofía e Letras som responsáveis da formação do futuro professorado e o Instituto de Ciencias de la Educación [ICE] (cujo *Boletín* dirige Manuel-Luis Casallerrey) estaria encarregado desde a sua fundação em 1971 das questões específicas relacionadas com a investigação e a formação em didáctica (também da língua).

Ora, no seu conjunto a USC é umha instituição envolvida na legitimação social (de conhecimentos, valores...), na produção de conhecimento científico-tecnológico, na formação e coesom das elites e dos quadros profissionais destinados a ocuparem posições de relevo tanto no aparato do Estado como nos vários espaços dos campos de poder político-económico (e também cultural e universitário) e na educação geral de massas, com o qual fornece mão de obra qualificada e também possibilita a mobilidade social, nomeadamente por meio da atribuição e legitimação de capital escolar. Da mesma maneira, esta entidade de carácter oficial, que ocupa em regime de monopólio *de facto* o campo do ensino superior da Galiza, conforma também um espaço institucional no qual participam vários grupos a esquerda e direita tanto do leque ideológico como dos eixos que separam as tomadas de posição mais viradas para a resiliência ou a resistência. A instituição universitária desfruta dumha relativa margem de autonomia a respeito do campo do poder político, levemente reforçada na reforma dos estatutos efectuada em inícios de setenta para adaptar a USC aos conteúdos da LGE e mais relativa e precária quanto menos avançado estiver o processo de reforma do regime franquista, e está conformada (para os objectivos deste trabalho) por

¹⁸⁶A língua das publicações científicas na altura é, em geral, o castelhano. Os primeiros trabalhos académicos redigidos em galego na USC focam a literatura e nom estão relacionados com agentes do Instituto, mas si com produtores que som orientados por Carballo Calero, alguns dos quais, como Carlos Casares, entram desde este momento na órbita de Galaxia: “Aparte de outras de tema galego, pero redactadas en castelán, foron leídas derradeiramente na Sección de Filoloxía Románica da Facultade de Letras compostelá, as seguintes tesis de Licenciatura en galego: «A poesía mariñeira de Manoel Antonio», por María do Carmen García Rodríguez; «M. Curros Enríquez, Aires da miña terra, Edición, introdución e notas», por Carlos Casares Mouriño; «A linguaxe figurada en Amado Carballo», por María Xosefa González Dorrego” (*Grial* 43, 1974: 127).

umha rede constituída por 22 objectos que pode ser ampliada até em meia dúzia se incluímos as publicacións e as dúas asociacións ambientalistas integradas na SGHN (presidida polo profesor Francisco Díaz-Fierros e promovida por varios agentes vinculados com o galeguismo socialista, como Uxío Labarta ou o líder do PSG e também professor da USC Xosé Manuel Beiras Torrado).

No período em estudo, a USC acolhe umha intensa actividade política no seu seio, sobretudo da parte do alunado, que organiza assembleias e mobilizações de variado tipo promovidas fundamentalmente polos agentes universitários adscritos aos vários grupos da esquerda rupturista em oposição ao processo de transição em curso no Estado; tanto estes grupos como as associações a eles ligadas (como a nacionalista “O Eixo”, que actua na USC em parceria com a associação estudantil promovida desde a UPG [ERGA], ou como a Organización Universitaria do PCG, que convoca os seus actos às vezes directamente e noutras ocasiões através das “Comisións Culturais” ou das “Xuventudes Musicais”, por exemplo) organizam também no espaço da USC numerosas actividades culturais de diferente tipologia (conferências, aulas abertas, mesas redondas, representações teatrais, projecções de cinema, recitais poéticos, festivais musicais, etc.) nas quais destaca tanto o seu carácter eminentemente político e mobilizador como, pola sua frequência, a defesa e divulgação do idioma galego (umha síntese destas actividades culturais nos anos académicos correspondentes com este trabalho pode ser consultada em Carlos Morais 1996: 72-74, 94-95 e 143-144, sobretudo).

Igualmente, a USC tem como principais causas de tensão interna tanto as mobilizações do colectivo de Professores Nom Numerários (PNN's) a favor da sua estabilidade laboral como, nomeadamente, as derivadas mais directamente da implantação paulatina da LGE no ensino universitário, que nom só extingue velhos planos de estudo mas também recebe fortes críticas do alunado, dirigidas especialmente ao estabelecimento dumha prova selectiva para aceder ao ensino universitário (através da Ley 30/1974 de 28 de Julho, que referiremos também adiante) e à regulação dos mecanismos de participação estudantil (de acordo com o Decreto 2295/1974 de 17 de Outubro); este último assunto, segundo Morais (1996: 78), supom a divisom do movimento estudantil entre “os que mantiveron como principio non colaborar nunhas eleccións consideradas como un mecanismo de integración e lexitimación da Universidade e do Rexime político, e outro sector que considerava tacticamente oportuno utilizar as canles legais como un instrumento mais de luta”; isto é, entre os grupos da esquerda rupturista e resistente (com os quais se encontram tanto a nacionalista ERGA como algumas das entidades políticas agrupadas nas Org_Pol_Esq) e aqueles que começam a dar passos para abandonar o pólo da resistência também neste espaço universitário

(nomeadamente o PCG).

Em volta deste mesmo *pólo da oficialidade* é possível identificar, ainda, a rede relacional formada por várias entidades ligadas à **Igreja** Católica, entre as quais destacamos instituições altamente formalizadas e directamente focadas para a produção e divulgação de conhecimento específico ligado ao cristianismo ou ao rito jacobeu (o Centro de Estudios Jacobeos, a publicação *Compostellanum* e a editora El Eco Franciscano) ou para o mantimento do património histórico eclesiástico (os museus diocesanos das vilas de Tui e Mondonhede e as revistas por eles editadas). Ao lado das publicações destas instituições, depois de eliminarmos as numerosas folhas parroquiais e publicações similares incluídas no corpus após consultarmos Rosa Cal (1988), na nossa população fica apenas alguma revista de carácter informativo e comarcal promovida pela Igreja de base (referimo-nos a *Nordeste*, *Voceiro interparroquial* das terras de Ortigueira).

Porém, juntamente com a actividade museística e jacobea, o espaço institucional articulado em volta da Igreja Católica que mais interessa para o processo de construção do SLG entre 1974 e 1978 é aquele em que têm lugar acções relacionadas com o campo do ensino, sejam as veiculadas por meio da Asociación Católica de Mestres, sejam as desenvolvidas polo grupo crunhês **Padres y Maestros**, ligado aos jesuítas e virado para a renovação pedagógica e a elaboração de materiais didácticos (também em galego). Ao lado das tomadas de posição do grupo encabeçado por Fernando Garrido Suárez, no espaço institucional organizado em volta da Igreja assiste-se no período em foco a debates e tentativas em volta da incorporação da língua galega à liturgia católica, assunto que também ocupa o Concilio Pastoral de Galicia (desenvolvido entre 1974 e 1979, secretariado por Regueira Leal e presidido polos bispos das cinco dioceses galegas: Ona de Echave, Temiño Sáiz, Delicado Baeza, Cerviño e Araujo Iglesias; este último é o mais próximo dos postulados do galeguismo em virtude das relações de tipo informal que mantém com membros tanto do grupo Galaxia como das instituições culturais oficiais e ingressará na RAG em 1980 a proposta de Isidoro Millán González-Pardo, Sebastián Martínez-Risco e Manuel Chamoso Lamas).

Contudo, esta questão da galeguização litúrgica e da conseguinte elaboração de materiais interessa sobretudo aos agentes mais próximos do galeguismo cristão que representam no grupo Galaxia homens como Xaime Isla Couto, responsável da editora SEPT através da qual este grupo publica desde 1977 *Encrucillada. Revista galega de pensamento cristián*; nesta publicação, dirigida polo teólogo Andrés Torres Queiruga, participam agentes ligados ao conjunto do movimento cristão de orientação galeguista como Xosé Chao Rego, Manuel Espiña Gamallo (relacionado também

com a Asociación Católica de Mestres) ou Isaac Alonso Estravis e José-Martinho Montero Santalha, agente este último em que documentamos umha intensa actividade em volta tanto da galeguização litúrgica (já desde finais de sessenta através do grupo dos Irmandiños, como podemos verificar na sua participação n'*O porvir da lingua galega*) como no processo de elaboração lingüística, defendendo neste último caso propostas de tipo reintegracionista e chefiando um informal “Grupo de Roma” (responsável, como foi indicado, pola elaboración do *Manifesto para a supervivência da cultura galega* em 1974).

Ora, do dito até aqui desprende-se que a tipologia institucional do pólo da oficialidade está relativamente diferenciada da apresentada para o conjunto do SLG no período em foco, no sentido de que este **espaço institucional público** está conformado por redes mui desenvolvidas e abrangentes (de carácter totalizador: instituições com umha rede organizacional mui distribuída, como o Estado, a Igreja ou a Universidade), com relativa especialização em funçom das actividades que devem realizar (em geral fortemente formalizadas e ligadas a práticas que restringem, distinguindo-o [Bourdieu 1985], um determinado segmento da população identificado socialmente pola acumulação e posta em valor de capital político, cultural ou económico), instituições com forte tradição e permanência no sistema e que, além do mais, acompanham a evolução ou as mudanças do ambiente de acordo com as normas ditadas desde o campo do poder político e económico, com os quais mantem umha autonomia relativamente escassa, umha vez que conformam a administração cultural do aparato do Estado na Galiza (ou estão com ele mui estreitamente relacionadas).

Em coerência com as afirmações precedentes, entre os produtores envolvidos no conjunto das instituições localizadas no Pólo da Oficialidade destaca claramente a figura de José Filgueira Valverde, galeguista de direita no pré-guerra que exerceu importantes responsabilidades tanto no regime franquista como na transição e no período autonómico que dela se deriva, quer sejam estas posições de preeminência de carácter político (alcaide de Ponte Vedra entre 1959 e 1968, procurador em Cortes polo terço familiar ainda nos setenta e responsável do departamento da cultura no governo autonómico galego em 1982 e 1983) quer estejam relacionadas directamente com os campos culturais (director do Museu de Ponte Vedra desde 1942 e ligado por relações de pertença à estrutura de mais dumha dezena de instituições oficiais no período do nosso estudo). Isto levou-nos a denominar em trabalhos anteriores do projecto Poluliga (Samartim e Cordeiro Rua 2009) *Grupo Filgueira* ao conjunto de agentes que, dirigindo-se a um público “ilustrado” (isto é, caracterizado pola acumulação de capital cultural), promovem desde as instituições culturais oficiais indicadas

acima (Inst_Oficial) repertórios virados para a etnografia, o folclore ou a arqueologia, representando no SCG as suas tendências em maior medida subsistémicas (Torres Feijó 2004a: 429), umha vez que este sistema é focalizado como parte integrante dum polissistema cultural espanhol que tem, no básico, a língua castelhana como norma sistémica¹⁸⁷.

Estas tendências subsistémicas conduzem à integraçom dentro do sistema cultural dito espanhol das práticas culturais periféricas, incluindo as veiculadas nas línguas do Estado diferentes do castelhana, entendidas como elementos repertoriais (secundarizados na hierarquia geral de normas e materiais) que identificam e individualizam um determinado tipo de produçom ou umha secçom concreta do sistema no qual estas práticas som tidas em maior ou menor medida como *desvios* mas, em qualquer caso, som integradas sem questionarem a natureza unitária e entendida como plural do SCE (veja-se adiante em 4.4.1. o dito sobre a reivindicaçom da pluralidade do SCE como argumento para a assimilaçom de sistemas com menor grau de institucionalizaçom, como o galego). A língua galega tem, neste espaço cultural público oficial(izado), um uso consideravelmente menor que o deparado ao castelhana, ainda que a primeira vai aumentando progressivamente a sua presença desde a morte em 1975 do general Franco até o final do período em foco naquelas publicaçoms bilíngües promovidas polas instituiçoms políticas e culturais do pólo da oficialidade (sem detectarmos mudançoms na natureza monolíngüe em castelhana doutras como *Lucus*, *Abrente*, *Tuy* ou a *Revista del Instituto José Cornide de Estudios Coruñeses*, por exemplo). Seja como for, a eventual actualizaçom de repertórios ou de normas específicas (como a língua galega) nom impugna a extensom do SCE ao conjunto das comunidades do Estado Espanhol, nom questiona a naturalizaçom social das suas normas na comunidade galega nem, em suma, a posiçom hierárquica e de poder que exerce o todo (o SCE) sobre as redes parcelares consideradas como suas partes constituintes (o SCG).

Por fim, ao lado de Filgueira Valverde e dos outros agentes já referidos aqui, devemos destacar em virtude das numerosas relaçoms que acumulam no pólo da oficialidade produtores como Manuel Chamoso Lamas (presidente da Academia de Bellas Artes, membro da RAG e dos institutos Padre Sarmiento e José Cornide, e estreito colaborador da Deputación de Ourense através da revista *Orense*), Francisco Vales Villamarín (secretário da RAG e subdirector do seu *Boletín*, directivo da Academia de Bellas Artes e fundador do Instituto José Cornide), Manuel Vázquez Seijas (ligado à

¹⁸⁷Neste sentido, parece oportuno indicar agora, ainda que seja tangencialmente, que esses repertórios ligados ao folclore (músicas e danças tradicionais, por exemplo) som promovidos no franquismo para os públicos populares de forma maciça por instituiçoms e associaçoms políticas e culturais localizadas orgánica e ideologicamente no interior do regime (Coros y Danzas de la Sección Femenina de Falange, Organización Juvenil Española [OJE], etc.).

RAG, à Academia de Bellas Artes e à Comisión Provincial de Monumentos de Lugo), José Trapero Pardo (director do *Heraldo de Vivero*, académico da RAG e também vinculado à Deputación de Lugo através tanto de *Lucus* como da Comisión de Monumentos), Felipe Arias Vilas (activo no Instituto Padre Sarmiento e nos *Cuadernos de Estudios Gallegos*, e envolvido no Museu Provincial de Lugo e na fundação do Museo do Pobo Galego) ou Antón Fraguas (académico da RAG, presidente do Museo do Pobo Galego, secretário do Instituto Padre Sarmiento e dos *Cuadernos de Estudios Gallegos* e envolvido na recuperação do Seminário de Estudos Galegos em 1976).

Além destes, em virtude dumha estratégia virada fundamentalmente para a oficialização dos seus programas, vários membros dos grupos localizados no espaço institucional caracterizado por umha maior resiliência (nomeadamente de Galaxia), como Álvaro Gil Varela, Xesús Ferro Couselo, Domingo García-Sabell, Marino Dónega Rozas ou Ricardo Carballo Calero, ocupam umha posição relativamente central também neste espaço cultural público, em função de acumularem numerosas relações de pertença às estruturas de várias instituições oficia(lizada)s e provando, desta maneira, as estreitas vinculações existentes entre o Pólo da Oficialidade e o Pólo da Resiliência¹⁸⁸.

4.1.2.2. O Pólo da Resiliência

O conhecimento prévio sobre o funcionamento do SLG que fornece o projecto Poluliga e as relações estruturais verificadas neste trabalho possibilitam demarcar a rede institucional de dous grupos formados com capital privado que terão umha incidência decisiva no SLG do período em causa: Sargadelos e, sobretudo, Galaxia. Ambos os grupos, que também participam no período em

¹⁸⁸Entre as relações **produtor** → **instituição** que comunicam o pólo da oficialidade com o da resiliência destacam claramente os agentes referidos acima: Gil Varela participa tanto do organograma da Editorial Galaxia e a Fundación Penzol como da Academia de Bellas Artes, da Comisión Provincial de Monumentos de Lugo e do seu *Boletín*, da directiva da Caja de Ahorros Provincial de Lugo e do patronato do Museu de Pontevedra. Ferro Couselo (morto em Abril de 1975) integra Galaxia, a RAG e está relacionado com a Deputación de Ourense através das instituições do grupo Marcelo Macías (e da sua colaboração com a revista *Orense*). Domingo García-Sabell integra várias instituições do grupo (a editorial e a revista *Grial*), preside a Sociedade Galega de Publicacións que publica o semanário *Teima* e é académico da RAG (que preside desde 1978), da Academia de Bellas Artes, membro do conselho de redacção da revista *Medicina Galaica* e é um dos poucos membros de Galaxia que intervém no campo político-institucional da altura, neste caso como senador por designação real em 1977 (umha vez superada, portanto, a fase de maior incerteza no sistema), facto polo qual integra também a Asamblea de Parlamentários de Galicia que prepara o processo autonómico. Para além da editorial Galaxia, de *Grial* e da sua presença no patronato do ILG, Marino Dónega entra na RAG em 1973 e passa a ocupar o cargo de tesoureiro da instituição desde 1976, participando na promoção do Pen Clube um ano depois e sendo nomeado em 1978 conselheiro de cultura da Xunta pré-autonómica presidida por Antonio Rosón. Por último, Carballo Calero está ligado à USC pola Cátedra de Lingüística y Literatura Gallega que ocupa desde a sua criação em 1971 e desde esta ano até 1978 ao ILG (em nome do Centro de Estudios Fingoi primeiro e como vice-presidente desde 1972); desde a universidade galega colabora com a revista *Nordés* em 1975, apadrinha e prologa a publicação do colectivo poético *Alén* em 1976 e colabora também com a UNED elaborando materiais docentes sobre literatura galega em 1977; fora isto, Carballo integra dentro do grupo Galaxia os conselhos da editorial e da revista *Grial* durante todo o período em foco (apesar do afastamento do grupo detectado a raíz do alinhamento com as teses reintegracionistas propostas por Lapa em 1973).

foco de projectos compartilhados (como a recuperaçom do Seminário de Estudos Galegos, a fundaçom do Museo do Pobo Galego ou a tentativa de criaçom dum jornal em galego), envolvem um conjunto de 27 entidades de menor diversidade tipológica que a verificada para os seus homólogos virados (ainda) em maior medida para o pólo da oficialidade, dos quais se diferenciam fundamentalmente por intervirem na estrutura do SLG investindo capital económico de natureza privada, em quanto que os agentes que controlam a prática totalidade das instituições políticas, culturais ou científicas oficiais usufruem do aval político (e jurídico) do Estado e dos capitais (também económicos) fornecidos desde o espaço cultural público (entendido aqui como oposto a privado).

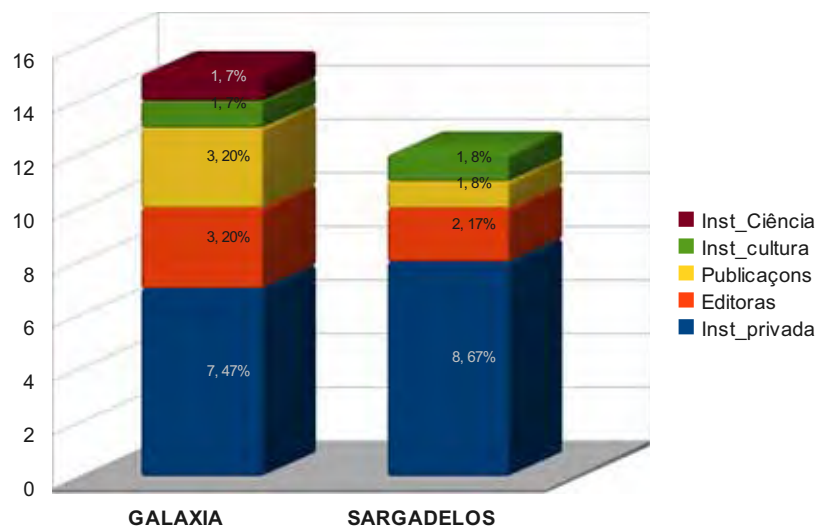


Figura 33. O Pólo da Resiliência.

Projecto Fisempoga – Grupo Galabra (elaboraçom própria).

Neste sentido, é possível caracterizar este pólo da resiliência como um espaço institucional privado nucleado (que nom monopolizado) polas catorze instituições catalogadas como “Inst_Privada” (dum total de 21 seleccionadas no conjunto da populaçom deste trabalho) em que participam, por junto ou separadamente, agentes de Galaxia e de Sargadelos. A estas Fundaçoms, Patronatos ou Institutos criados ou participados por Galaxia e Sargadelos, haverá que acrescentar ainda outras tipologias institucionais que referem também aqui entidades igualmente de natureza privada, sejam editoras comerciais, publicaçoms relacionadas ou promovidas por cada um dos grupos em foco ou também umha instituição cultural de capital privado participada por ambos os agrupamentos de produtores (o referido Museo do Pobo Galego). Desta maneira, as redes de

Galaxia e Sargadelos som mui similares quanto às tipologias institucionais que as constituem (Figura 33) se excluirmos a representação na estrutura do ILG de três agentes de Galaxia: Marino Dónega representando a RAG e Gerardo Fernández Albor e Ricardo Carballo Calero em representação de duas instituições do grupo, respectivamente a Fundación Penzol e o Centro de Estudios Fingoi (mecanismo este que, de passagem, permite integrar aqui o professor Carballo Calero com anterioridade a este ter atingido a sua condição de catedrático).

Fora isto, ao lado desta estrutura institucional de natureza privada, também interessa destacar outras duas características distintivas do espaço institucional ocupado de maneira preferente por estes dous agrupamentos que até agora foram apenas apontadas tangencialmente: a capacidade estratégica que têm os seus membros para colaborarem e manterem relações de diverso tipo com grupos e agentes que se movem tanto no pólo da oficialidade (aqui também de natureza estrutural) como no pólo da resistência (fora o caso da publicação de *Teima*, aqui menos intensas e nomeadamente de colaboração) e, em segundo lugar, o mantimento da centralidade no SCG por meio da implementação dumha estratégia de nom exposição política durante o período em que se verifica um maior grau de incerteza sobre o futuro do sistema.

Para o caso de **Galaxia**, na estrutura institucional deste grupo destacam a empresa editora que lhe dá nome e publica a revista *Grial* desde 1963 (dirigida por Francisco Fernández del Riego e Ramón Piñeiro, dous importantes activos virados exclusivamente para a participação na estrutura institucional criada polo próprio grupo e na RAG), a editorial SEPT (fundada em 1965 por Xaime Isla Couto, que edita a referida revista *Encrucillada* desde 1977 para reforçar a promoção de ideias relacionadas com o galeguismo cristão, quer na sua vertente mais estritamente religiosa quer na sua faceta cultural em sentido alargado) e a citada Fundación Penzol, que recolhe desde 1963 em Vigo o fundo bibliográfico deste galeguista e que também dirige Fernández del Riego. A estas instituições próprias, o grupo irá somando ainda no período do nosso estudo outras como a Sociedade Galega de Publicacións, dirigida por Domingo García-Sabell e responsável da edição do semanário informativo monolíngüe *Teima*, com que o grupo participa no campo da imprensa periódica em confluência com a prática totalidade da esquerda galeguista alheia à UPG.

Porém, este grupo vai expandindo igualmente a sua influência no sistema nom tanto por meio do alargamento e diversificação da sua própria estrutura institucional como através da participação, o reforço e a liderança dos seus agentes noutras instituições oficiais, nomeadamente da RAG (presidida entre 1974 e 1978, como dixemos, por dous homens do grupo: Martínez-Risco e

García-Sabell). Da mesma maneira, vários agentes deste grupo integram a estrutura de outras instituições de natureza privada nom oficializadas, como o Patronato Rosalia de Castro, dirigido desde 1970 por Agustín Sixto Seco (presente também no organograma de SEPT) e a Fundación do Pedrón de Ouro (cujos prémios Modesto Rodríguez Figueiredo de narrativa som editados por Sargadelos através de Ediciós do Castro). Para além dos contactos e das parcerias já apontadas de Galaxia com Sargadelos, no período em foco destacam igualmente as estreitas relações mantidas por Galaxia no interior do campo editorial com o selo viguês Castrelos, encabeçado polo académico da RAG Xosé M^a Álvarez Blázquez (irmám de Emilio, pertencente à estrutura da Editorial Galaxia, e de Álvaro, que participa também em Castrelos)¹⁸⁹.

Em síntese, podemos afirmar que a partir da criação da editorial Galaxia, este grupo começa por exercer de facto o monopólio do SCG por meio da aglutinação da maioria do galeguismo vindo do pré-guerra e do controlo do campo editorial, do processo de canonização e do código lingüístico¹⁹⁰. Todavia, desde os inícios do período abrangido polo projecto Fisempoga, as mudanças experimentadas no ambiente, juntamente com a diversificação e o aumento do número de participantes no SLG (verificado fundamentalmente no período analisado neste estudo), fám que a posição central ocupada por Galaxia se veja ameaçada e que o grupo viguês trabalhe activamente para mantê-la e reforçá-la por meio, no básico, dum conjunto de tomadas de posição viradas para aumentarem o grau de institucionalização das suas acções, sem deixar contudo de promover empreendimentos em colaboração com grupos próximos activos no pólo da resistência, nomeadamente (tal como demostra a edição de *Teima* em 1977) com o espaço do PSG (partido que tinha sido criado polo grupo Galaxia em 1963 nas coordenadas da social-democracia europeia e sob a presidência de Fernández del Riego e que evolue para o socialismo marxista anticolonial da mao do seu segundo presidente, Xosé Manuel Beiras Torrado).

Em geral, Galaxia trabalha estrategicamente devotado para o referendo oficial dum

¹⁸⁹Esta editora, individualizada para o estudo do campo editorial, foi incluída agora como pertencente ao grupo Galaxia de maneira basicamente funcional, em virtude tanto das relações pessoais entre a família Álvarez Blázquez e Galaxia como de que é o grupo de Piñeiro e del Riego quem distribui os produtos de Castrelos, que é vendida a Galaxia imediatamente no fim deste período (em 1979). Por outro lado, Castrelos promove produtos “caracterizados sobretudo por serem (re)edições de textos de vária tipologia dirigidos a um público alargado e popular, onde sobressaem os repertórios popularizantes e os social-realistas, experimentados polo conjunto dos agentes ligados aos grupos políticos da esquerda em função da utilidade política por eles atribuída à literatura e presentes em vários produtores vindos da tradição galeguista e publicados por esta editora viguesa (como Curros, Rosalia, Castelao, Cabanillas etc.)” (Samartim e Cordeiro Rua 2009: 180-181).

¹⁹⁰Veja-se ao efeito Cordeiro Rua e Rodríguez Pardo (2002), que acrescentam na explicação da posição central de Galaxia no SLG o facto de que, no campo editorial, “a estratégia «culturalista» se corresponde com um plano editorial de ciclo longo, quer dizer, nom dominado por um mercado exíguo e de perspectivas pouco favoráveis a curto prazo, mas tendo como objectivo primeiro a acumulação de poder simbólico, antes do que económico”.

programa cultural baseado na tradição galeguista do pré-guerra e para o preenchimento paulatino dos défices que detecta no SCG, alguns presentes desde a os primórdios da reconstrução identitária, nomeadamente para a consolidação e a expansão da língua galega como norma sistémica, agora em função das novas oportunidades oferecidas pelo ambiente em processo de mudança. Tal como indicámos noutra lugar (Samartim e Cordeiro Rua 2009), os projectos deste grupo procuram um público com um relativamente elevado capital cultural, gozam de uma estabilidade e uma continuidade alta (sobretudo se os compararmos com o carácter efémero de muitas plataformas criadas desde o pólo da resistência) e, além do mais, acumulam o capital simbólico procedente da homologação com a tradição galeguista que lhe transferem os agentes que constituem o grupo ou aqueles que participam nos seus projectos.

Nesta transferência de capital joga um papel determinante também a promoção desde as instituições do grupo (fundamentalmente da Editorial Galaxia e da revista *Grial*) de agentes procedentes da tradição literária galeguista, ora tenham produzido no “Rexurdimento” galego do século XIX ora se trate de produtores com actividade destacada no período do pré-guerra (estádios decisivos, em ambos os casos, na conformação do corpus político-identitário do galeguismo). Da mão de Galaxia são actualizados os repertórios mais canonizados de todos os presentes no SLG, com especial destaque para os ensaiados por Rosalia de Castro, Curros Enríquez e Eduardo Pondal no século XIX, e para aqueles veiculados através dos produtos de Daniel Rodríguez Castelao, figura central do nacionalismo político galego, escritor e artista plástico do primeiro terço do século XX, líder do galeguismo político do exílio até a sua morte no enclave de Buenos Aires em 1950 (Cordeiro Rua e Rodríguez Prado 2002) e reivindicado, como foi apontado na hora de estudarmos o campo editorial, pela prática totalidade dos grupos activos no SLG no ano 1975 por ocasião de se cumprirem 25 anos do seu passamento.

Além disto, o grupo Galaxia promove desde as instituições próprias ou participadas pelos seus agentes repertórios caracterizados em boa medida pelo seu carácter autónomo se os compararmos tanto com os produtos gerados no pólo da resistência (os primeiros mais ligados, portanto, à “arte pela arte” do que à “arte social”) como polos grupos apresentados ao falarmos do pólo da oficialidade, com os quais Galaxia compartilha a participação na estrutura de várias instituições culturais (como vimos acima) e do qual se diferencia basicamente pela natureza privada do capital económico posto em jogo para a participação no SLG, pelo referido empenhamento na expansão e consolidação da língua galega como norma sistémica e pelo afastamento estratégico da actividade política partidária não apenas durante o franquismo mas também no tempo de maior

incerteza do processo de transiçom.

Quanto a esta estratégia de **nom exposiçom pública**, sobretudo (insistimos) nos momentos de máxima incerteza para o futuro do (e no) sistema, cumpre dizer que a imensa maioria dos agentes de Galaxia (igual que os de Sargadelos) optam por nom arriscar directamente no campo político do após-franquismo ou da transiçom a posiçom e os capitais acumulados durante os vários anos de participaçom no SCG. Assim, apesar dalgumha relativamente efémera tentativa de participaçom política através da promoçom de organizaçoms partidárias de centro-direita galeguista (como o Partido Popular Galego [PPG], em cuja fundaçom em 1976 participam activamente Xaime Isla Couto e Xerardo Fernández Albor) os membros da estrutura de Galaxia só ocupam cargos de representaçom institucional umha vez passado este período de máxima incerteza e, em todo o caso, sem passar polo referendo directo da populaçom (assim acontece com as responsabilidades já referidas de García-Sabell no Senado em 1977 e de Dónega Rozas na Xunta em 1978)¹⁹¹. Desta maneira, as únicas tomadas de posiçom com relativo sucesso no campo político-eleitoral (de que falaremos adiante com maior pormenor) tenhem lugar contra o fim do período de máxima incerteza para o futuro do sistema (1975-1977) e envolvem agentes que nom integram os grupos restritos de Galaxia e Sargadelos, ainda que podam estabelecer com eles relaçoms de colaboraçom relativamente estáveis (como acontece com Valentín Paz-Andrade, ligado à empresa Pescanova, senador da Candidatura Democrática Gallega [CDG] em 1977 e académico da RAG desde 1978)¹⁹².

Por outro lado, ao igual que Galaxia, também o Grupo **Sargadelos** consegue reforçar ao longo do período do nosso estudo umha importante rede institucional criada a partir da constituicão por Isaac Díaz Pardo e Luís Seoane do Laboratorio de Formas de Galicia em 1963. Estes dous agentes retornam à metrópole despois dumha longa estadia no enclave bonaerense (com o qual mantemem ainda importantes relaçoms ao longo de todo o período) com o principal objectivo de construir um projecto cultural e empresarial focado para a renovaçom repertorial do campo artístico galego; para isso irám construindo, ao lado da factoria cerámica inaugurada em 1970, umha rede de

¹⁹¹No início da década de oitenta, já passada a transiçom e iniciado o período de consolidaçom democrática, Ramón Piñeiro promoverá a fundaçom do grupo Realidade Galega com o objectivo de que os agentes no órbita de Galaxia intervenham no processo de construçom da autonomia política desde as secçoms galegas dos principais partidos de âmbito estatal.

¹⁹²Ao lado de Paz-Andrade, é possível ainda referir Manuel Iglesias Corral, antigo deputado em Cortes em 1933 pola galeguista Organización Republicana Gallega Autónoma [ORGA], membro da Academia Gallega de Jurisprudencia y Legislación e colaborador habitual da Revista do Instituto José Cornide, e Carlos-Amable Baliñas Fernández, professor da USC ligado ao Instituto Padre Sarmiento desde 1978; ambos foram eleitos senadores pola Convergencia Democrática Galega [CDG], candidatura dita “independente” que agrupava boa parte do galeguismo resiliente e integrada também para o Senado polo membro de Galaxia e presidente da RAG Sebastián Martínez-Risco e Macías (que nom foi eleito).

instituições relacionadas conformada já em 1963 polo Seminario de Estudos Cerámicos de Sargadelos, Ediciós do Castro, o Museo de Arte Contemporánea Carlos Maside, as várias lojas e galerias de arte a que nos referimos noutro lugar, e algunha outra institución que irá sendo incorporada ao grupo ao longo do período do noso estudo, entre as quais cumpre destacar a creación do Instituto Galego da Información (IGI), fundado em 1977 com a intención (nunca consumada) de publicar um jornal em galego.

É interessante referir neste ponto que o desenvolvimento dum campo da comunicação em língua galega era umha das mais importantes necessidades sentidas polos principais grupos presentes no SLG entre 1974 e 1978, facto evidenciado na energia investida neste assunto por vários grupos, individualmente ou por meio de alianças. Para além da referida tomada de posição de Galaxia na altura de promover juntamente com agentes de grupos políticos como o PSG a edição do semanário *Teima* (1976-1977), repare-se na edição em 1978 doutro semanário, *A Nosa Terra*, polo grupo mais próximo do pólo da resistência (a UPG), e como no mesmo ano da criação do IGI polo grupo de Díaz Pardo a Fundación Penzol (Galaxia) e o Laboratorio de Formas de Galicia (Sargadelos) publicam conjuntamente, em texto bilíngüe galego-castelhano, um *Proxecto dunha institución para fundar un xornal galego*.

No tempo delimitado para este trabalho de investigação (1974-1978), Sargadelos mantém umha estratégia virada para a sua legitimação através da actualização e posta em valor da tradição galeguista, recuperando a memória do sistema e algunha das suas instituições mais representativas (a promoção da segunda fundação do Seminário de Estudos Galegos, umha das mais simbólicas instituições do galeguismo republicano de pré-guerra, é bom exemplo neste sentido) e, por outro lado e tal como foi dito no caso de Galaxia, procura preencher alguns dos mais importantes défices detectados no funcionamento do sistema (como o da extensão da norma sistémica proposta ao campo da imprensa periódica, tal como acabamos de referir).

Igualmente, tal como apontámos em Samartim e Cordeiro Rua 2009, este grupo intervém de maneira destacada no campo literário através de Ediciós do Castro (selo a que haveria que somar também a escassa produção de Cuco-Rei, a editora que fundara na América Seoane), que tem nas narrativas de ambiente rural e sobre a emigração de Xosé Neira Vilas o seu produto mais sucedido no mercado do livro em galego da altura, publica a colecção *Cadernos do Laboratorio de Formas de Galicia* (desde 1975) e a revista *Gallaecia* em colaboração com o Departamento de Prehistoria y Arqueología da USC¹⁹³. Ainda, a estratégia editorial de Sargadelos caracteriza-se por umha

193A colaboração entre o conhecimento gerado na USC e as actividades de Sargadelos tenhem antecedentes no

considerável diversificação da sua produção, o que lhe permite aglutinar tanto agentes de várias adscrições políticas como repertoriais (quanto aos temas, modelos, géneros e mesmo às línguas [galego e castelhano]). Este carácter diversificado, mas também a clara orientação para o campo artístico como espaço de movimentação prioritário e a sustentabilidade económica das suas acções, explica o grande avanço experimentado por este grupo no terreno editorial entre 1974 e 1978 (veja-se atrás a Figura 19).

Ao igual que acontecia com Galaxia (ainda que com menor intensidade no caso de Sargadelos), os agentes ligados ao grupo de Díaz Pardo, Seoane e Andrés Fernández-Albalat (integrante do Laboratorio de Formas, do refundado Seminario de Estudos Galegos e presidente da COAG entre 1973 e 1977) não só participam nas instituições próprias, mas também integram a estrutura doutras instituições presentes no SLG da altura; em ambos os casos, esta integração é feita preferentemente do lado do pólo da oficialidade, ainda que também contribui para a centralidade alcançada por estes grupos no período em foco a colaboração estabelecida com agentes e grupos do pólo da resistência; esta colaboração é feita tanto através da partilha de espaços institucionais comuns (como o referido COAG, espaço em que actua também o PSG) como da participação em actividades (conferências, edição de livros, júris de prémios literários, etc.) das associações culturais ligadas a estes grupos da esquerda envolvidos na resistência político-cultural.

4.1.2.3. O Pólo da Resistência

O *pólo da resistência* está caracterizado por se tratar dum espaço institucional articulado e referenciado em volta de vários grupos organizados para a acção político-partidária; estes grupos sustentam programas baseados nos postulados da esquerda identificada com o marxismo e o anticolonialismo e são contrários, em maior ou menor medida e com estratégias também variáveis, ao quadro jurídico-político vigente durante o período deste estudo, alimentando a expectativa da sua mudança no sentido dos seus projectos. Os agentes relacionados com as várias organizações políticas cujas regras e ideologias demarcam os modos de agir e o espaço de possibilidades contemplado neste pólo institucional actuam virados prioritariamente para a participação no campo político (caracterizado porque as normas emanadas do aparato político do Estado não reconheceram como legítimas todas as opções em jogo até o fim do período em foco) e promovem

imediatamente após a guerra, já que depois da expulsão por galeguista em 1936 do catedrático Isidro Parga Pondal desta instituição universitária este agente, também académico da RAG, funda o Instituto Geológico de Lage em 1940. Este Instituto (secretariado por José Ramón Parga Peinador, filho do fundador, desde 1978) é incorporado à estrutura institucional de Sargadelos desde o momento da sua constituição e fornece o conhecimento sobre técnicas aplicadas à indústria cerâmica imprescindível para o desenvolvimento das actividades principais do grupo sediado em Sada.

os seus programas intervindo e estendendo a sua rede institucional por outros campos sociais relacionados (sindical, vizinhal, ambiental, ...), entre os quais é contemplada também a participação em campos culturais como o literário, o musical, o cinematográfico, o dramático, o associativo ou o da imprensa, em parte subordinados neste espaço ao campo político.

Neste sentido, os partidos políticos que participam no SLG entre 1974 e 1978 investem energia (força de trabalho social) na articulação de redes institucionais destinadas a darem cobertura às suas acções e desenvolverem parte do seu programa nos campos referidos acima, com presença destacada (se a compararmos com os grupos localizados nos outros macro-espacos institucionais do sistema) naqueles considerados massivos e, por esse motivo, valorizados como de especial utilidade para promocionarem neles os respectivos projectos sócio-políticos e culturais. Nessas redes, em geral, as elaborações programáticas e as decisões estratégicas que afectam ao conjunto recaem na organização político-partidária que ocupa o seu centro (e a partir da qual nomeamos o grupo: a UPG, o PSG e o PCG), e estende a suas relações de dependência a um conjunto de instituições de variada tipologia criadas para veicularem o trabalho político-cultural nos vários espacos sociais em que actuam (Figura 34).

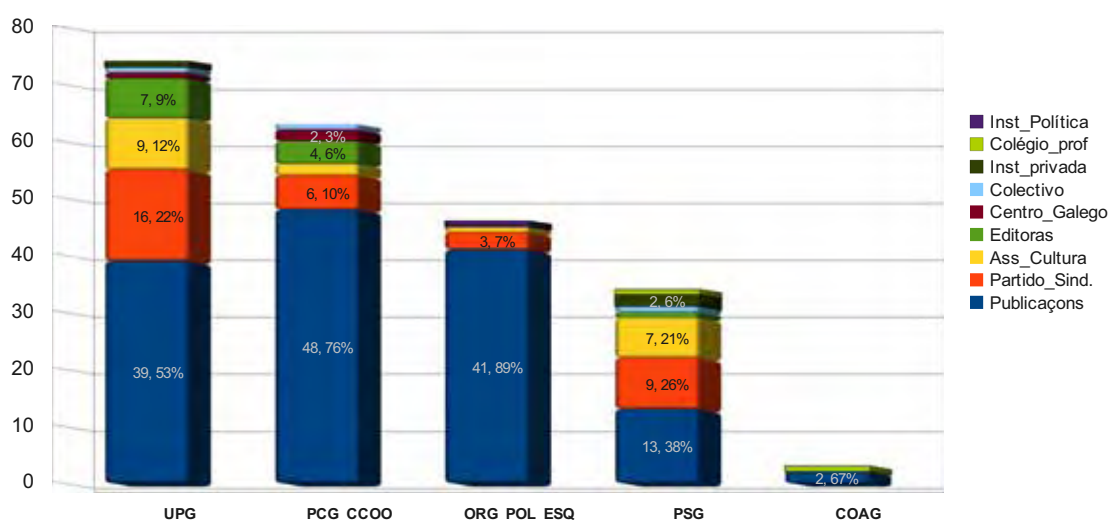


Figura 34. O Pólo da Resistência.

Projecto Fisempoga – Grupo Galabra (Elaboração própria).

Entre estas instituições sobressaem polo seu volume as organizações políticas sectoriais e, sobretudo, as publicações com elas directamente relacionadas, tipologia esta na qual é possível apreciar, em geral, o carácter relativamente efémero e a escasseza de meios económicos que caracterizam as plataformas criadas por estes grupos políticos em função dumha estratégia

sustentada na intervenção imediata e na extensão dos seus postulados por umhas bases relativamente dispersas e seus segmentos afins (operários industriais, camponeses, estudantes, classes médias de vilas e cidades, trabalhadores emigrados, etc.). Ainda que a produtividade institucional destes grupos será desenvolvida na epígrafe imediatamente a seguir, adiantamos já que a profusão de determinadas tipologias institucionais e a precariedade quanto à estabilidade delas no sistema e à sua constituição formal (ou também técnica, no caso das publicações), estão aqui referidas de jeito contrastivo com as instituições criadas nos pólos do sistema caracterizados por um maior grau de institucionalização (relacionado também com uma presença mais antiga no sistema), e derivam da elevada flutuação que caracteriza o campo político na altura (em contraste com a maior estabilidade relativa dos campos culturais em que actuam de maneira preferente grupos como Galaxia ou Sargadelos), da função essencialmente pragmática atribuída no pólo da resistência as instituições periféricas criadas por estes grupos a partir dumha menor quantidade e diversidade de capitais acumulados (repare-se, outra vez, em que a sua participação no sistema é, em geral, mais recente que os grupos da oficialidade ou da resiliência) e, em último termo, dos modos e as lógicas de acção destes grupos (semi)clandestinos, onde o voluntarismo e o carácter colectivo (ou assemblear) dos empreendimentos som valores fortes.

De acordo com isto, entre os espaços de actividade em que se movimentam estes grupos políticos, terá especial relevância para a presente investigação o configurado pelas numerosas associações culturais promovidas ou participadas por eles desde os finais da primeira metade da década de sessenta (com amparo na chamada “Ley de Asociaciones” de Dezembro de 1964). Estas associações culturais conformam uma rede descentralizada espalhada por todo o território do SLG (na metrópole e nos enclaves), dam cobertura às acções político-culturais destes grupos e funcionam como plataformas de socialização e espaço tanto para a colaboração como para a concorrência entre os principais grupos que participam no SCG entre o franquismo e a transição. Precisamente, o maior grau de concorrência e de disputa aberta pela posição dentro deste pólo institucional caracterizado pela intervenção e a heteronomia política constitui um dos vários elementos diferenciais e identificadores do Pólo da Resistência em contraste com o funcionamento dos dois macro-espços institucionais apresentados nas epígrafes anteriores, mais virados para a colaboração que para a competência.

Igualmente, quanto ao relacionamento dos grupos activos neste pólo da resistência com os outros espaços institucionais referidos acima, podemos afirmar que o nível e a frequência de colaboração com os grupos do pólo da resiliência é mais destacado no caso do PSG (com ligações

[in]formais sobretudo com Galaxia nesta altura) e no do PCG (que abandona o pólo da resistência depois do referendo para a reforma política de 1976), e muito menos frequente para com as redes institucionais activas no pólo da oficialidade (fora a RAG e, também, a USC, em cujo pessoal docente estão integrados vários quadros dirigentes dos três partidos políticos principais). Isto é assim tanto no que di respeito aos dous primeiros grupos citados como especialmente palpável no caso da UPG, que ocupa o centro do pólo da resistência, confronta com menor grau de ambiguidade a estratégia de non intervenção política dos grupos que demostram maior grau de resiliência¹⁹⁴, apenas reconhece galegidade dentro do pólo da oficialidade à Academia e à Universidade (e em ambos os casos discutirá orientação lingüístico-cultural e autoridade, nomeadamente à RAG) e tende a identificar directamente as outras instituições oficiais refrendadas pola administração do Estado com o sistema cultural que funciona como seu referente de oposição, antagonista e repressor, o espanhol.

Para além disto, a própria natureza do campo político em que actuam de maneira preferente estes grupos (que obriga à exposição e referendo público de grande parte dos projectos e os programas), a relativa juventude que caracteriza os agentes na órbita destas organizações e as estratégias de intervenção e socialização através de campos culturais de massas, exigem umha maior exposição pública e a assunção de maiores riscos polas suas acções (mesmo susceptíveis de represália ou punição penal em momentos de a/ilegalidade); este facto contribui para o aumento entre estes agentes da valoración positiva do envolvimento político (de consum com a função atribuída à arte neste espaço, como instrumento de intervenção social), para a conseguinte desconsideração das estratégias baseadas na ocultação política ou no afastamento do julgamento público e para a conformação dumha identidade colectiva forte desde o interior do próprio grupo e o reforço da sua coesom interna¹⁹⁵. Se a isto somarmos a maior dependência das evoluções sofridas

194Contudo, existem também relações de colaboração entre Galaxia e agentes centrais da UPG, que aproveitam dos mecanismos de socialização (e dos capitais acumulados) do galeguismo cultural para promover as suas ideias à vez que fornecem outros valores (identificados com a juventude, a pluralidade, a unidade, etc.) aos grupo chefiado por Piñeiro e del Riego. Dentre estas relações destacamos as presenças em *Grial* do professor de ensino secundário e membro da Asociación Cultural de Vigo Xosé Luís Méndez Ferrín (que também publica narrativa na Editorial Galaxia), e a participação dos poetas social-realistas Manuel María Fernández Teixeiro e Celso Emilio Ferreiro (nunca publicados em Galaxia, que rejeita os repertórios próprios da arte social) no *Almanaque de Galaxia 1950-1975* com que o grupo celebra o seu vinte e cinco aniversário. Ainda que anteriores cronologicamente ao período em estudo, é oportuno referir a publicação pola editorial viguesa em 1972 (2ª ed. 1973) do livro *A Evolución ideolóxica de M. Curros Enríquez* escrito polo principal ideólogo da UPG para assuntos lingüísticos, literários e culturais, o professor Francisco Rodríguez Sánchez, que dous anos antes tinha marcado a posição do seu grupo quanto à função da literatura galega com um trabalho já citado nestas páginas e publicado no número 30 de *Grial* (Rodríguez 1970: 455-462).

195“Desde principios dos anos setenta a UPG configúrase como un *partido de fieis*, caracterizado por se concibir como unha vanguarda de elite que tería como obxectivo dirixir o derrocamento do réxime político existente e efectuar unha mudanza revolucionaria da sociedade, posuindo un funcionamento clandestino e unha organización en células

no ambiente político em mudança, poderemos concluir que estes grupos estão submetidos a maiores tensões que os localizados nos pólos da oficialidade e da resiliência, causa pela qual enfrentam maiores perigos de erosão, rotura ou colapso.

De facto, as causas e os subsequentes efeitos na composição humana ou na estrutura institucional dos grupos que participam no SLG diferem em virtude deles desenvolverem as suas acções nos pólos mais institucionalizados (oficialidade/ resiliência) ou neste pólo da resistência, ainda que, em última instância, a causa última das alterações esteja referenciada em todos os espaços nas mudanças experimentadas no ambiente. Desta maneira, as diferenças na estratégia que o grupo deve acompanhar em relação ao processo e ao resultado da elaboração linguística (reactivada perante a expectativa de mudança política e, mais em concreto, por causa das possibilidades levantadas pela LGE de 1970 de inclusão do galego no sistema de ensino obrigatório) erosiona a coesão do grupo Galaxia e provoca o afastamento de agentes que ocupavam até a altura uma posição relativamente central, sejam estes colaboradores de longa data (como Rodrigues Lapa e, após o período em foco, os agentes reintegracionistas encabeçados por Montero Santalla) ou mesmo integrantes do seu núcleo dirigente, nomeadamente o professor Carballo Calero, cuja referencialidade no grupo para os assuntos filológicos é substituída após o período analisado no projecto Fisempoga pela de Constantino García (presidente do ILG desde a sua fundação em 1971 e membro da RAG desde 1982 por proposta de Filgueira Valverde, Casimiro Torres e do próprio Carballo).

Por seu lado, no pólo da resistência é directamente a estratégia que o grupo deve tomar em relação ao processo de transição política o que provoca as roturas na estrutura (no caso da UPG e o PSG), os travassamentos para o pólo da resiliência (como acontece com o PCG e com a maioria das excisões dos grupos nacionalistas) e, inclusivamente, o colapso de algum grupo no meio prazo (como é o caso do PSG no fim da transição)¹⁹⁶. Esta questão será ainda retomada na altura de

illadas e semisecretas, onde a selección dos membros sería moi rigorosa e na que se daría unha toma centralizada das decisións. Neste sentido, pódese falar, durante os anos do tardofranquismo e da transición, da existencia e do cultivo tácito dunha mística e dunha mítica do militante da UPG non só no propio interior, senón tamén na contorna da súa influencia: o feito de ser «seleccionado» para militante implicaba pensarse e ser considerado parte dunha elite revolucionaria ética e politicamente máis pura, pois dalgún xeito anticipaba o futuro «home novo» que estaría presto ao sacrificio pola causa de Galicia e do comunismo, fenómeno sacral e sacrificial típico do vangardismo comunista” (Quintana Garrido 2010: 38; itálico no original).

196A UPG sofre unha dupla cisão em 1977, quando assiste à saída em direcção ao pólo da resiliência dum grupo de partidários de participar no processo autonómico chefiados pelo economista e engenheiro Camilo Nogueira Román e agrupados no Partido Obreiro Galego (POG), e também presencia a organização autónoma da sua autodenominada “liña proletaria” (UPG-l.p.), que agrupa os agentes contrários à participação no sistema eleitoral espanhol e ao interclassismo (encabeçados pelo professor de liceu, poeta e narrador Xosé Luís Méndez Ferrín) em volta dum programa que inclui a independência da Galiza e o socialismo (Quintana Garrido 2010: 64-70). Similares pressões sofre o PSG presidido por Xosé Manuel Beiras Torrado, que assiste, após o fracasso nas eleições a Cortes

analisarmos o campo político (epígrafe 4.3.1.1.) e, como vemos, afecta às três organizaçõs que apresentam desde o pólo da resistència a actividade mais destacada no SLG no período em foco, quer sustentem umha ideologia e um programa enquadrável dentro do campo nacional galego (como o PSG e a UPG) quer seja este enquadramento mais esfumado ao estarem organizados como secçõs autónomas de partidos de âmbito estatal (como o PCG).

Neste último caso, o **PCG** é constituído em 1968 sob o comando de Santiago Álvarez sobre os agentes que vinham trabalhando clandestinamente desde o imediato após-guerra na estrutura do PCE na Galiza (Santidrián 2002). Este grupo, que deverá concorrer com a UPG desde meados da década de sessenta polo espaço da esquerda comunista na Galiza, está virado nesta altura fundamentalmente para os labores políticos e sindicais na (semi)clandestinidade, este último realizado através das Comisiones Obreras (CC.OO. [Gómez Alén e Santidrián (ed.) 1996]), cujos vozeiros nas fábricas em que están organizados núcleos do sindicato constituem a imensa maioria das 48 publicaçõs promovidas directamente polo grupo (ao lado dos portavozes do partido, *A Voz do Pobo, órgano do P.C. de Galicia* ou *Nova Galicia/ Galiza*¹⁹⁷). Os membros ligados a este grupo, porém, intervenhem também activamente nos campos culturais ao longo de todo o período e, neste sentido, é imprescindível referir a multiplicidade e diversificaçom das actividades e relaçõs do seu agente mais decisivo neste âmbito, o professor de liceu Xesús Alonso Montero.

de 1977 (veja-se adiante a nota 202), ao abandono e posterior integraçom no Partido Socialista Obrero Español (PSOE) dum grupo identificado com a social-democracia e a defesa do regime estatutário denominado Colectivo Socialista (encabeçado entre outros por González Laxe, Ceferino Díaz e González Pardo); o PSG, que estabelecerá diferentes alianças e estratégias durante o processo de transiçom e consolidaçom democrática, colapsará como organizaçom autónoma definitivamente em inícios de oitenta (1984) e os seus membros mais activos optarám pola participaçom noutros projectos políticos (nom raro articulados em volta da UPG) (Quintana Garrido 2010: 71-76). Por último, o PCG, constituído em 1968 dentro da estrutura do PCE (que, por sua vez, sofre numerosas cisons pola sua esquerda desde a década de sessenta), avança decididamente para o pólo da resiliência desde o referendo para a Reforma Política de 1976 e assiste em 1977 ao abandono do seu agente mais activo nos campo lingüístico-cultural durante todo o período em estudo, o professor de liceu Xesús Alonso Montero, que alega ao efeito em *Teima* 35 (“Adeus, P.C.G., adeus. Alonso Montero, esquerdistas independente”; 11-18 Agosto de 1977, pág. 21), “que o meu traballo político-intelectual non se axeita totalmente ó marco do PCG (se cadra a limitación é miña)”; na mesma informaçom sem assinatura, a redaçom desta publicaçom liga o abandono de “catro membros do comité local de Pontevedra do Partido” (“tres deles profesores”) com “a falla de democracia interna maila falla dunha auténtica práctica nacionalista”; neste sentido a notícia recolhe que os demisionários “afirman, tamén, que, anque os estatutos [sic] definen ó PCG como organizaci3n autónoma do PCE, na práctica non se actua como tal, so que o problema nacional galego soio é asumido a teorí”. Umha vez concluído o processo de transiçom política, numerosos militantes e quadros dirigentes do PCG nutriram as fileiras do PSOE (por exemplo, entre o professorado da USC, Emilio Pérez Touriño, Ramón Máiz ou Pedro Arias).

197A troca na forma do topónimo de *Galicia* para *Galiza* efectuada em 1978 nesta publicaçom do PCG está a indicar umha mudançã na tomada de posiçom do grupo em relaçom à questom lingüística (com elevadas margens de incerteza, técnica e política, no período em causa). Por um lado aproxima o grupo das escolhas propostas polos agentes que alinham com as teses reintegracionistas e, por outro, distingue o grupo das práticas lingüísticas do nacionalismo nacional-popular comandado pola UPG, com quem concorre polo mesmo espaço da esquerda comunista na Galiza.

Para além das tomadas de posição de Alonso Montero no SLG promovendo eventos ou produzindo antologias ou trabalhos de crítica literária e análise sócio-lingüística (onde destaca o seu *Informe -dramático- sobre la lengua gallega* em 1973), este agente desenvolve também um importante labor como “produtor de produtores”, isto é, como promotor da participação de agentes de esquerda de gerações mais novas em vários campos culturais através das numerosas instituições nom oficiais com que tem contacto (repare-se, neste sentido, que Alonso Montero só ingressará na RAG em 1993 da mão de Filgueira Valverde e de dous homens fortes de Galaxia, Ramón Piñeiro e Carlos Casares). Assim acontece com o incipiente e popular campo da canção em galego (Rodríguez Prado 2004), onde Alonso participa activamente na criação do grupo Voces Ceibes, que agrupa vários cantores referenciados maioritariamente na esfera do PCE (como Bibiano, Benedicto, Moscoso, Vicente Araguas, Miro Casabella ou Guillermo Rojo, este último também presente no ILG, como já foi apontado) (Sarceda Castro 1977: 29-30).

O PCG tem também importantes activos no campo das artes plásticas (como Xaime Quessada ou Aziselo Manzano, ligado ao Ateneo de Ourense juntamente com o médico Manuel Peña Rey, agente comunista que promoveu desde o Ateneo ou o Clube Alexandre Bóveda desta cidade produtores como Antón Tovar, Santiago Lamas, ou o próprio Xaime Quessada); ao igual que os seus parceiros do Pólo da Resistência, o PCG promove ou participa na criação dumha rede associativa tanto no interior do País (onde destaca a presença dos seus agentes na Asociación Cultural Abrente, que organiza na vila ourensá de Ribadavia o festival de teatro que leva o seu nome) como nos enclaves de Genebra, Paris ou Caracas (onde aproveita a infraestrutura internacional do PCE). Em ambos os casos, esta rede associativa procura o contacto com um público alargado e a socialização tanto dos postulados políticos do grupo como duns repertórios culturais caracterizados pola sua heteronomia se os compararmos, por exemplo, com os promovidos por Galaxia.

Desta maneira, este grupo promove durante todo o período estudado no projecto Fisempoga desde o campo literário fundamentalmente repertórios enquadrados no social-realismo e tem no campo editorial como principal activo o professor Alonso Montero, que colabora directamente tanto em edições do Castro (a editora do grupo Sargadelos) como em *Grial* e em Castrelos (editora na órbita de Galaxia, onde intervém na colecção O Moucho); destaca da mesma maneira a participação deste agente entre 1974 e 1978 nesta última editora e também em Celta (que publica na altura narrativa de Neira Vilas e de agentes novos da esquerda luguesa como Manuel Catoira). Mas, a intervenção de Alonso Montero no campo editorial destaca sobretudo na

madrilena Akal, instituição próxima do Partido Comunista de España (PCE) que entra no mercado do livro em galego no fim do tardofranquismo com a colecção Arealonga (dirigida pelo próprio Alonso Montero) e que desenha desde a sua criação em 1973 uma estratégia editorial que contribui para a construção dum intersistema literário conformado pelos diferentes povos do Estado Espanhol, elemento programático e estratégico que, como veremos, afasta este grupo das práticas e da *doxa* dos seus homólogos nacionalistas galegos no pólo da resistência.

Entre estes grupos nacionalistas de esquerdas está o **PSG**, a organização política da esquerda mais próxima no plano cultural de Galaxia, grupo com que também mantém fortes laços relacionais até o fim do período. De facto, o PSG foi criado por agentes de Galaxia em 1963 dentro da estratégia do grupo para tomar posições visando o após-franquismo e será presidido nessa altura por Francisco Fernández del Riego (Beramendi e Núñez Seixas 1995: 230 e ss); igualmente, vários dos seus fundadores e militantes destacados integram a estrutura de Galaxia ao longo do período abrangido pelo projecto Fisempoga, como Valentín Arias, secretario da editora, ou o seu líder Xosé Manuel Beiras Torrado, que nom só está ligado profissionalmente ao grupo viguês até fins de sessenta (na *Revista de Economía de Galicia* que dirige Isla Couto) mas também familiarmente a García-Sabell até finais de setenta pelo matrimónio com sua filha. Desta maneira, este partido bem pode ser considerado dentro da estrutura do grupo Galaxia até 1973, altura em que podemos dar por culminado um processo de decantação ideológica dirigido pelo seu principal activo, o já na altura catedrático de Estrutura Económica na USC Xosé Manuel Beiras, que leva o partido do dito “socialismo democrático” para o socialismo marxista, nacionalista e anticolonial, e afasta o PSG de Galaxia no terreno político à vez que o fai converger desde o início do período em foco (e nem sempre pacificamente) com o grupo mais activo da esquerda nacionalista da altura, a UPG, organização esta com que assina um *Texto Conxunto. Por unha Galicia Ceibe e Socialista. Partido Socialista Galego / Unión do Pobo Galego*, redigido já em finais de sessenta por Beiras e o pintor Xavier Pousa polo PSG e Méndez Ferrín e Camilo Nogueira pola UPG (Xosé Manuel Beiras: “Camilo”, *Galicia Hoxe*, 30/05/2010, acessível em <http://www.galiciahoxe.com/portada/gh/camilo/idEdicion-2010-05-30/idNoticia-552798/>) mas nom publicitado até o referido ano 1973 (Rubiralta Casas1998: 139-140).

Assim, as intensas relações mantidas polo PSG com Galaxia durante todo o período em estudo serán tanto de carácter estrutural (como as apontadas para o caso do semanário *Teima*) como consistentes na colaboração do grupo chefiado por Piñeiro e Del Riego nas actividades de variada tipologia promovidas pola rede de associações culturais locais que o PSG promove ou em que

participa, entre as que destaca “O Facho” na Crunha, presidida por Manuel Caamaño e com o narrador Xavier Alcalá e o debuxante Siro López entre os seus agentes mais activos no período em estudo, ou “O Galo” em Santiago de Compostela, fundada polo dramaturgo Salvador García Bodaño (também promotor do grupo “Teatro Antroido”) e participada, entre outros, polo secretário do ILG Antón Santamaría.

Ao lado do asociacionismo cultural de base, esta proximidade com Galaxia e o perfil profesional e o tipo de capitais acumulados polos seus líderes e militantes mais activos (professores de universidade como o próprio Beiras ou profesionais cualificados como o sociólogo Mario Orxaes Pita, o advogado Xosé Rodríguez Pardo ou o economista Claudio López Garrido) explica em grande medida unha tendência relativamente diferencial deste grupo a respeito dos outros partidos que com ele compartilham o Pólo da Resistência: à participação da estrutura de institucións privadas ou profesionais que agrupam elites sociais, como o Círculo de Información y Estudios Sociales ([CIES], dirigido polo arquitecto César Portela em 1978) ou o COAG (neste caso da maó de agentes na sua órbita como, entre outros, o citado César Portela, e José Bar Boo, Manuel Gallego Jorreto ou Justo González Beramendi). Ao lado destas, o PSG participa em várias estruturas políticas e sindicais que promove em solitário ou em que colabora com outros grupos da esquerda, fundamentalmente com a UPG em virtude dos dous partidos se posicionarem ideologicamente no campo nacional galego desde postulados de esquerda marxista e sustentarem o carácter colonial da relação Galiza-Estado Espanhol¹⁹⁸.

Já dixemos que este último grupo, a **UPG**, discute frontalmente a passividade política, os postulados tildados de “culturalistas” e a estratégia institucionalista de Galaxia (Samartim 2004) e,

1980 PSG e a UPG participan conjuntamente no período em foco no Sindicato Obreiro Galego [SOG] (fundado em 1975) e na Intersindical Nacional Galega [ING] (constituída em 1977), no Sindicato Labrego Galego (fundado em 1977 sobre as Comisións Labregas promovidas polo PSG e os Comités de Axuda á Loita Labrega criados pola UPG), na Asamblea Nacional-Popular Galega [AN-PG] (fundada pola UPG em 1975 e participada polo PSG até que em 1977 cria a sua própria plataforma assemblear de massas, a efémera Asamblea Popular Galega [APG]) e no Consello de Forzas Políticas Galegas [CFPG] fundado em 1976 e dissolvido no ano seguinte polas reticências da UPG a compartilhar estruturas com grupos que integrassem também estruturas no nível estatal. Despois do período focado neste estudo, a UPG e o PSG ainda coincidirán na coaligación BN-PG – PSG, com que o nacionalismo obtém três deputados (mais um correspondente à Esquerda Galega [EG] liderada por Camilo Nogueira) no primeiro Parlamento autonómico galego.

Da formação e evolución da estrutura institucional do nacionalismo político galego ocupa-se Manuel Anxo Fernández Baz (2003), que afirma, em referência à UPG: “Partimos do nacemento da UPG [1964] e chegamos a un complexo organizativo ordenado nunha estrutura frentista. Temos unha frente de estudantes, ERGA [fundada em 1973]; unha frente labrega, CC.LL. [1973]; unha frente obreira, intergrada polo SOG [1975] e mais os sindicatos das diferentes seccións que se foron creando desde 1973, [...]; unha frente de masas, a AN-PG [1975] (onde confluían todos os integrantes das restantes frentes, e ao mesmo tempo serviría de coordinación de toda a estrutura frentista); unha frente cultural, integrada por todas as asociacións culturais relacionadas coa UPG [que fôrom sendo criadas desde inícios de sessenta] e, finalmente, o frustrado intento de crear unha frente armada [desarticulada pola policía franquista em 1975]” (Fernández Baz 2003: 54).

ao igual que os outros partidos da esquerda clandestina, ensaia umha estratégia caracterizada por centrar a sua actividade no trabalho político (vizinhal, sindical, universitário, ambiental...) e por criar numerosas plataformas políticas locais e sectoriais, tal como pom em evidência a quinzena de organizaçõs políticas que integram a estrutura do grupo neste período e as 38 publicaçõs que edita como seus portavozes. Precisamente, em virtude dessa estratégia de trasladar a actividade política ao *locus* privilegiado dos campos culturais (comum, como dixemos, a todos os partidos da esquerda clandestina), os agentes ligados à UPG implementam açõs focadas para a socializaçom do seu ideário político e a promoçom dos repertórios culturais próprios da arte social perante um público alargado e caracterizado pola sua juventude, fundando ou participando ao efeito associaçõs culturais de base, como a crunhesa “Alexandre Bóveda”, a compostelá “O Eixo” ou a mais antiga “Asociación Cultural de Vigo”, presidida no período analisado por Bautista Álvarez (presidente por sua vez também do Comité Central da UPG), que já antes tinha dirigido Camilo Nogueira e com a qual se relacionam, entre outros, a professora e feminista Maria Xosé Queizán, o já referido Xosé Luís Méndez Ferrín ou o pintor Antón Patiño (filho e homónimo do fundador da editorial Librouro em 1967).

No campo literário, a UPG tem presença directa por meio de várias editoras ligadas ao grupo (Terra e Tempo desde 1965, Xistral desde 1968, Roi Xordo e Brais Pinto desde 1973 e A Nosa Terra desde 1977) mas, sobretudo, participa no campo editorial através da actividade dos seus principais produtores, o narrador Lois Diéguez e os poetas Darío Xohán Cabana, Manuel María Fernández Teixeira e Celso Emilio Ferreiro (este último, ainda que participou na fundaçom da UPG em 1964, descreve umha trajetória política nem sempre enquadrável facilmente no grupo, já que no período em foco passa para o PSG e acaba ligado ao PSOE); todos eles devem a relativa centralidade verificada no tardofranquismo à diversificaçom da sua presença nas plataformas editoriais dos restantes grupos (como é possível verificar na Figura 18 incluída na epígrafe 3.2.2.3.). Já no período em causa, estes agentes perdem centralidade (desaparecendo mesmo do núcleo do campo editorial nos casos de Manuel María e Lois Diéguez) devido à priorizaçom do trabalho estritamente político e, sobretudo, ao aumento e à diversificaçom da produçom, já que isto supom o acréscimo do número de produtos de géneros diferentes da poesia (que até esse momento ocupa a posiçom de destaque conquistada polo ensaio despois da morte de Franco) e a entrada nas margens do núcleo do campo editorial de outros produtores (já activos no tardofranquismo como X. L. Méndez Ferrín ou F. Vergara Vilariño, ou de nova incorporaçom como Xesús Rábade Paredes) que introduzem variaçõs nos repertórios social-realistas até essa altura maioritários e menos efectivos

para os objectivos a eles atribuídos após o processo desencadeado em Novembro de 1975 com a morte do ditador Francisco Franco (Samartim e Cordeiro Rua 2009: 183-184).

Fora isto, interessa destacar agora a mudança de estratégia experimentada pola UPG no fim do período em estudo, no sentido de promover a criação dum campo dos meios de comunicação em galego concentrando os micromédios com que até esse momento capilarizava a (in)formação e coesionava as suas bases; esta relativa dispersão de esforços reduz-se quando a UPG deixa de publicar revistas como *Galicia Emigrante*, *Rego* ou *Galicia Hoxe* (veja-se adiante a nota 268) e promove a criação da empresa Promocións Culturais Galegas S.A. focando a edição do semanário *A Nosa Terra* (que dirigirá desde finais de 1977 a jornalista, poeta e militante da UPG Margarida Ledo Andión).

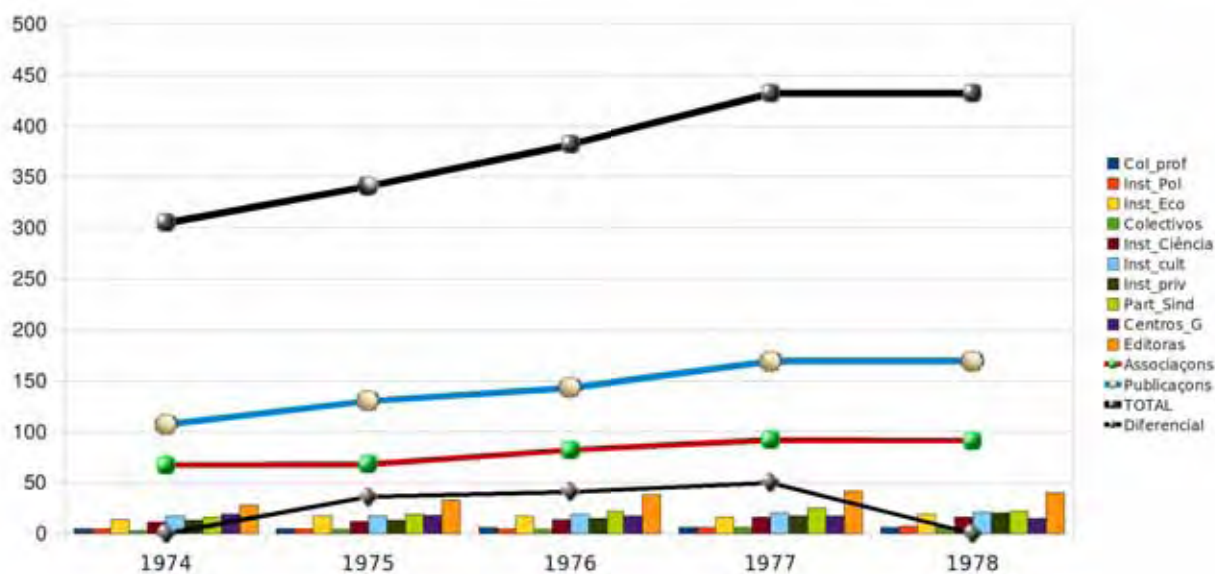
Este facto dá pé, já agora, para abordarmos a evolução da produtividade institucional no conjunto do SLG entre o franquismo e a transição. Essa abordagem será feita na epígrafe imediatamente a seguir para o conjunto do sistema (analisaremos especificamente este assunto para os enclaves na epígrafe correspondente [4.3.2.]) e nela trataremos deste assunto em relação tanto com a tipologia institucional como com os grupos responsáveis pela verificada expansão da rede que configura o SLG entre 1974 e 1978.

4.2. Produtividade do SLG (1974-1978)

Quanto à **tipologia institucional**, a necessidade de seqüenciar a evolução do sistema apontada numa epígrafe precedente (veja-se o fim de 4.1.1.) pode ser preenchida ao cotejarmos a data de início e de fim da actividade de cada instituição referenciada na Base relacional de Fisempoga que estamos a utilizar. Para além de averiguarmos assim o número e o tipo de instituições activas em cada um dos cinco anos que abrange o presente estudo, podemos conhecer também a evolução anual do volume de instituições presentes no sistema e, eis uma das principais aplicações desta operação, aproximarmo-nos da produtividade do SLG no que diz respeito tanto ao alargamento dos espaços institucionais e da estrutura da rede como à *energia (de activação)* investida (em geral e por cada grupo) na criação de instituições ao longo do período objecto de estudo¹⁹⁹.

¹⁹⁹Da mesma maneira que por este meio é possível conhecer que tipo de instituições são criadas ou destruídas (publicações, editoras, associações...) ao longo do período em foco, é possível ainda aprofundar na análise e no conhecimento do sistema efectuando os oportunos cruzamentos com os outros atributos recolhidos na Base de Instituições (tipo de local, âmbito, público, língua, grupo ou temática). Com alguns deles trabalharemos nestas páginas.

Por outro lado, de acordo com a forte relação existente entre a produtividade do SLG nesta altura e o



	Col_prof	Inst_Pol	Inst_Eco	Colectivos	Inst_Ciência	Inst_cult	Inst_priv	Part_Sind	Centros_G	Editoras	Associações	Publicações	TOTAL	Diferencial
1974	5	5	14	3	11	17	13	16	19	28	67	107	305	0
1975	5	5	17	4	12	17	13	19	18	33	68	130	341	36
1976	6	5	17	4	14	19	15	22	17	38	82	143	382	41
1977	6	6	16	6	16	20	17	25	17	42	92	169	432	50
1978	6	7	19	6	16	21	20	22	15	40	91	169	432	0
[1974-1978]	1	2	5	3	5	4	7	6	-4	12	24	62	127	127

Figura 35. Produtividade institucional. Tipologias (SLG 1974-1978).

Projecto Fisempoga – Grupo Galabra (elaboração própria).

Representamos o processo de progressivo aumento da produtividade do SLG entre 1974 e 1977 e a brusca estagnação verificada no último ano do presente estudo na Figura 35 colada acima, onde é possível acompanhar a evolução anual de cada uma das tipologias institucionais propostas integrando também um “diferencial” que indica a variação numérica entre as instituições activas para cada ano concreto com respeito ao ano anterior e pretende dar notícia gráfica da evolução da energia de activação investida no conjunto do sistema²⁰⁰. Aí, de acordo com o total de instituições que conformam a população deste trabalho para cada ano em análise, é possível verificar a expansão experimentada no sistema no conjunto do período em estudo, já que no fim do lapso abrangido por esta investigação participam 127 instituições mais das que o foram no seu início (305

funcionamento dos campos político e económico remetemos, quanto a estas questões, para as epígrafes 4.3.1.1. e 4.3.1.2. deste trabalho.

²⁰⁰Infelizmente, ainda não pudemos fixar no projecto Fisempoga os dados equivalentes correspondentes ao período 1968-1973, facto que obriga a partir dum diferencial igual a 0 no primeiro ano objecto do presente estudo; isto limita os resultados da nossa análise quanto ao que esta tem de estudo dum processo acumulativo, em que interessam tanto a progressão como o ritmo documentado para as mudanças.

em 1974 e 432 em 1978).

Conforme o banco de dados de que partimos, documentamos umha progressom constante na criaçom de plataformas institucionais através das quais os grupos com presença no SLG pretendem implementar os seus vários programas de açom (ocuparemo-nos despois da sua distribuiçom quanto a este factor), até que esta tendência se detém abruptamente no último ano do período em estudo. Verificamos assim como a maior intensidade na produtividade institucional se concentra nos anos 1976 e 1977, isto é, no período de maior incerteza no quadro político e lapso central quanto à mudança desencadeada trás a morte do general Franco em finais de Novembro de 1975. Após 1977, o processo de criaçom de instituições estanca, tal como demonstra a significativa queda do “diferencial”, a indicar a paralizaçom do processo produtivo (repare-se no contraste entre um diferencial de 0 instituições entre 1977 e 1978 e umha média de incremento anual para o conjunto do período de +31,75 instituições/ ano, por 45,5 para o lapso de maior actividade 1976-1977); isto é assim porque a nova participaçom de algumas instituições políticas, económicas, culturais e privadas (a Xunta de Galicia, a Caja de Ahorros de Galicia, o Museo Catedralicio e Diocesano de Mondonhede ou a Escola Dramática Galega, por exemplo) nom compensa a queda no ritmo de criaçom de publicaçoms (sem avanços em 1978, quando no período o incremento médio ascende a +15,5 revistas por ano) nem a contracçom experimentada nesse ano noutras tipologias consideravelmente produtivas se consideradas no conjunto do período (associaçoms, editoras e organizaçoms políticas). Igualmente, o saldo negativo verificado nos centros galegos (em 1974 participam 19 instituições deste tipo no SLG e apenas 15 em 1978), para além de estar a indicar a retracçom da participaçom dos enclaves (americanos) no sistema literário (de que falaremos adiante), contribui também consideravelmente para o referido estancamento do fim do período em causa.

Entendemos que tanto o progresso como o estancamento no processo de constituiçom de instituições no SLG está em estreita relaçom com a evoluçom do campo político no período em causa. Assim, quanto às publicaçoms (a tipologia responsável por mais de metade do incremento do volume total de instituições no conjunto do período), 64,5% das 189 revistas criadas entre os anos 1974 e 1978 (122 cabeçalhos) e quase 68% das 164 destruídas (111 publicaçoms) estão relacionadas *directamente* com a efervescência na fundaçom de plataformas políticas ou sindicais polos grupos que dedidam as suas energias a dar a conhecer as suas propostas e tomar posiçom num campo político que está a ser aberto paulatinamente a umha maior participaçom (consentida polas autoridades primeiro, legal despois) de maneira significativa desde que em Julho de 1976 Adolfo

Suárez assume a chefia do segundo governo da Monarquia. Nesta abertura do campo político após a morte do ditador em 1975 destacam quatro eventos fundamentais:

1. o Referendum sobre a Ley para la Reforma Política de 15 de Dezembro de 1976, em que 94,17% de votantes do conjunto do Estado apoia esta última Ley Fundamental do franquismo e, com ela, o processo de transição legal para a democracia representativa empreendido desde os sectores reformistas do regime²⁰¹;

2. as eleições gerais de 15 de Junho de 1977, que deixam umha relação de forças favorável às teses governamentais (34,44% de apoios para a Unión de Centro Democrático de Suárez, que equivalem na Galiza a 53,8% de votos emitidos e a 32,1% do censo) à custa dos grupos partidários da ruptura com a legalidade instaurada polo regime anterior, entre os quais se encontra o nacionalismo galego, cujos partidos maioritários nom alcançam, por junto, 5% dos votos (menos de 3% do censo)²⁰²;

3. a instauração por decreto de 16 de Março de 1978 da Xunta Preautonómica de Galicia, que recupera da mão do reformismo franquista a autonomia plebiscitada em 1936 com o reconhecimento da maioria dos partidos actuaes na Galiza (também dos agentes provenientes do galeguismo cultural organizado em volta da Editorial Galaxia, de fraca articulação política autónoma) e a oposição do nacionalismo rupturista; e

²⁰¹Na Galiza, com a participação de 69,8% do censo de 1.837.841 eleitores possíveis (8 pontos menos que a média do Estado), a percentagem de votos afirmativos desce para 80,6% (56,3% do censo), declaram-se contrários 1,9% de votantes (1,3% do censo), votam em branco 2,36% (1,6% do corpo eleitoral total) e som contabilizados 3.321 votos nulos (Fonte: http://narros.congreso.es/constitucion/elecciones/referendos/ref_r_p.htm; consultado em 28 de Dezembro de 2009).

²⁰²Em concreto, o PSG é apoiado por 27.400 eleitores (2,4% dos votos e 1,4% do censo na Galiza) e a UPG por 23.167 (2% dos votos e 1,2% do censo); este último grupo nom é legalizado até 1978 e participa nas eleições de 1977 nucleando a plataforma eleitoral Bloque Nacional-Popular Galego (para a história e as estratégias do nacionalismo político na Galiza da altura veja-se Fernández Baz 2003). Por seu lado, os grupos da esquerda com ligações estatais (onde destacam PSOE e PCE/PCG, hesitantes até 1976, sobretudo o último, entre a ruptura e a reforma) decantam-se para o lado das teses reformistas governamentais e aderem à “ruptura pactada” claramente após o referendo de 1976; igualmente, nessas primeiras eleições gerais o PSOE revela-se como o grupo hegemónico na esquerda em prejuízo do PCE (que atinge 9,33% de apoios no Estado e 3% na Galiza, aqui correspondendo-se com 1,8% do censo) e também como alternativa de governo no conjunto do Estado, com 29,32% dos votos emitidos (15,8% na Galiza, onde este partido alcança 20,5% dos votos emitidos e 12,2% do censo se contarmos o apoio ao Partido Socialista Popular, umha das primeiras agrupações políticas social-democratas a se integrarem no PSOE, já em Fevereiro de 1978). O painel eleitoral completa-se com os partidos mais à direita e mais identificados com o “reformismo continuista” do franquismo (Barreiro Rivas 2001: 71) unidos na Alianza Popular liderada polo ex-ministro Manuel Fraga Iribarne, que atinge 8,5% dos apoios totais nesse ano 1977 (13% dos votos e 7,8% do censo nas quatro circunscricões galegas) (para os resultados eleitorais na Galiza *vid* González Encinar 1982: 40). Sobre os grupos políticos entre o franquismo e a transição falaremos adiante com maior pormenor; leve-se em conta agora, contudo, que o estado de situação apresentado ao respeito nas epígrafes 4.3.1.1. e 4.3.1.2. está em grande medida relacionado com os objectivos deste apartado e deverá ser tomado em consideração para a compreensão das questões vinculadas com a produtividade institucional do SLG entre 1974 e 1978 e com os grupos por ela responsáveis.

4. o referendo da Constituição Espanhola de 6 de Dezembro de 1978, que consagra o “povo espanhol” como sujeito político, a monarquia parlamentar como forma de governo e o direito à autonomia política das “nacionalidades e regiões” em que é organizado territorialmente o Estado, incluindo-se nas primeiras à Galiza em virtude de ter submetido a referendos o referido estatuto de autonomia em Junho de 1936.

Entre estes eventos centrais, que balizam a abertura de novas possibilidades de participação no campo político e redistribuem, portanto, as energias dos agentes que se movimentam no SLG entre o trabalho político e o especificamente cultural (nem sempre facilmente diferenciável, sobretudo no caso dos grupos mais à esquerda do sistema), enquadram-se várias mudanças concretas nas normas emanadas das instituições políticas oficiais que determinam directamente o funcionamento dos campos culturais. Para além da progressiva legalização de organizações políticas possibilitada pelo Decreto Ley publicado no BOE de 24 marzo de 1976 e a correspondente mudança do Código Penal, interessa-nos destacar neste momento entre essas normas específicas o Real Decreto-Ley de abril de 1977 Sobre Libertad de Expresión polo qual (como foi apontado na nota 1) era reformada a Ley de Prensa e Imprenta de 1966²⁰³.

Esta reforma incide especialmente no funcionamento dos campos culturais em quanto que, se a chamada Lei Fraga de 1966 contemplava a substituição da censura prévia polo depósito obrigatório das publicações e exige, para além doutras questões, que os directores tanto de meios informativos como de revistas culturais (como *Grial*, por exemplo) devam “poseer el título de Periodista inscrito en el Registro Oficial” (art.35,1), o decreto de 1977 suprime parcialmente o seqüestro administrativo de publicações (possibilidade que se mantém para os casos referidos à unidade de Espanha, à Monarquia ou às Forças Armadas) e anula, entre outros, o polémico artigo segundo da lei franquista que, ao obrigar ao respeito aos “Principios Fundamentales del Movimiento Nacional”, amparava, de facto, a censura nos campos informativo e literário (fundamentalmente).

Estas questões legais estão a determinar directamente tanto o referido incremento de publicações como a actividade e a proliferação de organizações políticas na Galiza, a quarta tipologia quanto à sua produtividade apesar do carácter nem sempre legal do empreendimento (fora as fundadas previamente, criam-se catorze e destroem-se a metade no lustro estudado); isto é assim ainda tendo agrupado já na fase de recolha de informação e de acordo com os conhecimentos

203No lugar correspondente referiremos os vários decretos que desenvolvem no período em foco a Ley General de Educación de 1970, no sentido da incorporação do galego ao ensino oficial produzida, como matéria opcional, no ano académico 1975-1976.

fornecidos polo projecto Poluliga os partidos com menor influência no campo editorial e no conjunto do SLG sob a epígrafe “Organizaçõs_Políticas_Esquerda/ Direita”(Org_Pol_Esq / Org_Pol_Dir). Partindo da consideraçom das instituiçõs como estruturas de poder, é precisamente a coerência na distribuiçom social do poder (de acordo com Foucault 1977), e o equilíbrio e as relaçõs existentes entre os campos culturais e os do poder (como, julgamos, está a ser evidenciado nestas páginas) o que fai que as mudançãs no modelo político, económico e social repercutam paralelamente nos campos culturais (vejam-se adiante as epígrafes 4.2.1.1. e 4.2.1.2.).

Neste sentido, quanto à detecçom das tipologias em que se concentra a produtividade institucional que agora nos ocupa, este facto explica também que no espaço institucional ocupado polas associaçõs culturais (o segundo tipo de instituiçom mais produtivo) o salto quantitativo de maior fôlego tenha lugar igualmente entre os anos 1975 e 1976 (o incremento é de +14 sobre umha média de +6 para o conjunto do período em análise, aumentando em +10 entre 1976 e 1977) e a retracçom esteja datada também entre 1977 e 1978 (-1 instituiçom). Entendemos que, no primeiro caso, com a actividade política partidária ainda condenada à clandestinidade, os grupos e agentes activos no pólo da resistência do SCG aproveitam a abertura do regime e centram o seu trabalho social na criaçom e o reforço do tecido associativo permitido (e promovido) pola “Ley 191/1964, de 24 de diciembre, de Asociaciones” (BOE nº 311, de 28 de Dezembro de 1964). Em troca, no ano final do período em estudo, em que a actividade de várias associaçõs sediadas em vilas galegas e nos enclaves do sistema decaí consideravelmente, esses grupos aproveitam a legalizaçom da participaçom no campo político para criarem a infraestrurura necessária para a intervençom neste campo e localizam preferentemente nele as suas açõs, em detrimento nom só da fundaçom de mais associaçõs, mas também do próprio trabalho político-cultural relacionado com o campo literário nos termos considerados neste estudo, veiculado em maior medida até esse momento através das plataformas associativas promovidas por esses agentes nessa altura já na maioria dos concelhos da Galiza.

Este estancamento entre 1977 e 1978 alcança mais levemente as tipologias em que verificamos maior grau de estabilidade e menor produtividade no conjunto do período (as situadas na esquerda da tabela incluída na Figura 35). Neste caso, trata-se de instituiçõs políticas, económicas, científicas, culturais e profissionais (esta última tipologia a menos produtiva e a de maior permanência no sistema, já que em virtude os critérios acompanhados na selecçom da populaçom apenas devemos somar a Asociación de Críticos de España em 1976) as quais, de acordo

com a função específica que desempenham no sistema, têm maior estabilidade e acumulam maior capacidade normativa uma vez criadas, estando mais directamente ligadas ao funcionamento e à evolução do campo do poder (que, em geral, ampara ou fornece carácter oficial às suas acções). Tanto estas tipologias como as que aqui catalogamos como instituições privadas (que também podem acumular legitimidade e reconhecimento ao longo da sua trajetória no sistema, mas sem o refreio normativo do campo do poder, facto que dificulta o seu processo de institucionalização) precisam de maior capital (político, simbólico ou económico) e dumha *energia de activação* maior para dar início as suas actividades do que é necessário para as entidades que mais aumentam o seu número no período em foco (publicações, sobretudo), em geral muito mais inestáveis quando criadas desde o pólo da resistência, isto é, com um ritmo de destruição muito maior em função do seu carácter pragmático e da precariedade técnica a que já fixemos referência.

Sem ánimo de sermos exaustivos agora neste aspecto, chamamos apenas a atenção para o facto de que a *energia* necessária para criar umha instituição (entendida esta como entidade normativa e aquela como força de trabalho social) está em grande medida em função do tipo e da natureza da entidade em foco, da classe e da quantidade relativa de capital necessário para criá-la (em geral, existe relação entre o maior investimento ou valoração dos capitais investidos e a estabilidade alcançada), do grau de institucionalização susceptível de atingir e do modo em que pode fazê-lo (com refreio no campo do poder ou com base no reconhecimento do próprio campo cultural), das suas características internas (complexidade ou formalização organizacional, função específica, capitais achegados pelo grupo promotor, macrofactores envolvidos no seu funcionamento, objectivos focados, trajetória, etc) e do estado do campo em cada momento considerado.

Repare-se, neste sentido, em que umha instituição cultural como, por exemplo, o Museo y Archivo Histórico Diocesano de Tui (criado por esta diocese em 1974) usufrui já à partida da legitimidade fornecida por umha organização que participa no poder, seja este político, económico ou simbólico (neste caso a Igreja Católica, umha entidade com legitimidade e capacidade normativa já largamente reconhecida no centro do sistema), e conta com o património e o capital económico, simbólico e humano relativamente suficiente para desenvolver as actividades para as quais é criada. Porém, umha publicação como *El Pino* (revista infanto-juvenil da qual conhecemos apenas dous números de 1977, mecanografados e agrafados em formato A4) pode existir apenas com um pequeno investimento de capital económico e de força de trabalho de média dúzia de colaboradores carentes de (re)conhecimento no nível geral do SLG. A *energia* e os capitais necessários para a sua

criaçom, assim como o grau de institucionalizaçom que chegam a atingir publicaçom como a revista nomeada, som claramente e relativamente inferiores (seja na quantidade seja no valor atribuído no conjunto do sistema) quer aos referidos a umha instituiçom cultural como o museu eclesiástico nomeado, quer aos equivalentes doutras instituiçom da mesma tipologia, por exemplo aos de publicaçom como *Encrucillada*, a *Revista Galega de Pensamento Cristián* criada em 1977 polo grupo Galaxia através do selo SEPT²⁰⁴. Contudo, ainda partindo em melhor posiçom que *El Pino*, *Encrucillada* nom atinge o grau de institucionalizaçom da outra publicaçom deste grupo, *Grial*, cuja funçom, posiçom e trajetória no sistema fai-na credora já no período em causa dum reconhecimento e dumha legitimidade alargados e do alto nível de consagraçom fornecido polos capitais achegados polos agentes envolvidos na sua criaçom e mantimento e, sobretudo, pola sua continuidade e participaçom na *tradiçom*, um dos principais critérios atribuidores de valor aos vários elementos do sistema.

Para o caso que agora nos ocupa, na evoluçom das instituiçom privadas, detectamos um aumento reduzido mas sustentado e regular ao longo de todo o período (o diferencial atinge sete entidades num lustro). Em virtude deste incremento, as nove instituiçom deste tipo que se somam ao SLG desde 1974 contribuem para a ***diversificaçom e ampliaçom dos campos*** a que se estende o SCG e som resultado da energia e dos capitais investidos fundamentalmente polos galeguistas agrupados em volta de Galaxia e Sargadelos (relacionados com a imensa maioria das ocorrências desta tipologia), ainda que também os agentes mais novos da esquerda nacionalista (referenciados na UPG e, fundamentalmente neste caso, no PSG) invistem parte das suas energias na criaçom dalgumha instituiçom deste tipo.

Assim, a participaçom de todos estes grupos no incipiente campo da comunicaçom em língua galega é procurada com a fundaçom por agentes de Galaxia da Sociedade Galega de Publicacións para a ediçom do semanário *Teima* (em que participam agentes do PSG e doutros grupos da esquerda entre finais de 1976 e Agosto de 1977), com a criaçom do Instituto Galego de Información por parte do grupo Sargadelos com a intençom de editar o non-nato jornal *Galicia*, e com a constituìçom de Promocións Culturais Galegas por agentes próximos da UPG para recuperarem em finais de 1977 o cabeçalho do semanário nacionalista *A Nosa Terra*, vindo da tradiçom galeguista do pré-guerra. A intervençom no campo do ensino e as tentativas de renovaçom

204Repare-se em que o trabalho que o grupo destina à planificaçom da ediçom desta revista remonta até ao ano 1975, tal como indicam as palavras de Manteiga Pedrares no *Ideal Gallego* de 18 de Maio de 1975: “estánse a facer xestións pra publicación dunha revista galega de pensamento cristián baixo do títuo de «Encrucillada» e que pode ter unha importancia decisiva pra o futuro do pensamento teolóxico i as súas implicacións na realidade galega”.

pedagógica som objecto da Escola Aberta, criada por agentes do PSG na vila de Arçua em 1978, no mesmo ano em que os agentes envolvidos no processo de profissionalização do campo do teatro (em) galego trabalham para preencher os seus défices de formação por meio da fundação por Manuel Lourenzo e Francisco Pillado da Escola Dramática Galega na Crunha. Em relação com o campo das artes plásticas localizamos as galerias Ceibe, activa durante todo o período na Crunha, e Torques em Compostela, que aparece na nossa população com motivo da exposição de Luís Seoane organizada nas suas instalações em 1977. Apontamos igualmente para a recuperação simbólica da memória do sistema através da refundação (animada especialmente pelo grupo cerámico Sargadelos) do Seminario de Estudos Galegos em 1976, criado polo galeguismo do pré-guerra ao amparo da universidade e encerrado polo franquismo; ainda no âmbito da investigação científica e da intervenção sócio-cultural, assistimos à criação no ano em que se encerra este estudo do Círculo de Información y Estudios Sociales (CIES), promovido por agentes na órbita do PSG (como César Portela, membro também da directiva do COAG) e centrado na política territorial e o ambientalismo.

A expansão do sistema e o alargamento dos campos de actuação é umha característica geral do SCG na altura e nela participam todos os grupos através da posta em marcha de instituições de diversa tipologia. Assim, a criação do Museo do Pobo Galego em Julho de 1976 envolve agentes de vários grupos (de Galaxia, de Sargadelos, ou do PSG através da COAG) com o objectivo de criar e sustentar “un museo histórico antropológico” para “investigar, conservar, divulgar, defender e promover a cultura galega en todos os seus ámbitos” (artigo 3 e 2 dos estatutos do Padroado do Museo de Pobo Galego, acessíveis em <http://www.museodopobo.es/museo-estatuto.php>, consultados em 08/04/2010); estes grupos trabalham assim para a sua legitimação através de tomadas de posição destinadas à recuperação da tradição galeguista, empenhamento que também explica a energia investida por Sargadelos na refundação do Seminario de Estudos Galegos ou a reedição d'*A Nosa Terra* polo nacionalismo vinculado à UPG.

Por seu lado, a preocupação pola ecologia, um novo âmbito de acção próximo dos interesses da burguesia urbana e ilustrada formada na esquerda política, explica a participação do PSG na criação da Asociación para a Defensa Ecológica de Galicia (ADEGA, em 1976) e está relacionada também, nalgumha medida, com a promoção desde o âmbito científico da USC da Sociedade Galega de História Natural (SGHN, em 1977). Ainda que a defesa ecológica e ambiental encontra referências nos movimentos organizados ao efeito no nível internacional (a primeira grande conferência internacional sobre o ambiente foi em Estocolmo em 1972 [Meadows *et al*

1972]) e, dentro da tradição galeguista, na vinculação com a natureza, a recriação da paisagem e a conexão essencial com a *Terra* como elementos conformadores da identidade galega (ideia elaborada no galeguismo do pré-guerra, fundamentalmente na adaptação feita por Vicente Risco do Saudosismo de Teixeira de Pascoaes), no caso dos grupos localizados na esquerda nacionalista galega na altura, essa articulação em volta da defesa da natureza e a ecologia é secundarizada a respeito da mobilização dos grupos políticos anteditos contra o que entendiam eram as mostras, as consequências e os efeitos do colonialismo exercido tanto directamente pelo Estado Espanhol como pelo capital monopolista com o seu beneplácito. Julgamos que isto é assim em maior medida no caso da UPG do que no do PSG, mais próximo desses quadros da esquerda urbana de que falávamos atrás que o grupo chefiado por Francisco Rodríguez, e também que a contestação destas organizações da esquerda nacionalista (que foram confluindo em 1977 as suas organizações agrárias sectoriais, Comités de Axuda á Loita Labrega e Comisiones Labregas, no Sindicato Labrego Galego) às tentativas de construção dumha central nuclear no município de Jove, exemplifica a afirmação de que a defesa da natureza na Galiza era entendida em maior medida como fazendo parte da luta anticolonial/ anticapitalista do que como reivindicação ecológica²⁰⁵.

A Asociación de Licenciados en Biología de Galicia (Albe-Galicia) formada em 1977, por seu lado, compagina a preocupação ambientalista com as tentativas de renovação pedagógica (que é possível acompanhar para o período 1961-2000 em Costa Rico, 2007), de que também se ocupa o nacionalismo através da criação da Asociación Socio-Pedagógica Galega (AS-PG, 1976) e da Escola Popular Galega (1978), mas preocupadas pola incorporação da língua galega ao sistema de ensino do que pola elaboração ou implementação de métodos didácticos ou pola pedagogia. A actividade no campo do ensino evidencia-se também nas várias publicações (como *Teaching Area* em 1974 ou *Prensa Didáctica* em 1976, ambas ligadas aos jesuítas crunheses de Padres y Maestros), nas organizações profissionais surgidas na altura (como, por exemplo, o Sindicato de Traballadores do Ensino de Galicia em 1977 ou o Movimiento de Maestros em 1978) e também nos interesses das associações culturais lideradas pola mocidade de esquerda nacionalista, que organizam cursos (nomeadamente de língua e literatura galegas) ou promovem a publicação de materiais didácticos

²⁰⁵Em 10 de Abril de 1977, numha marcha sobre a localidade da Marinha Luguesa convocada polas Comisión Labregas, o padre e líder agrário da UPG Moncho Valcárcel dirigiu-se às pessoas participantes dizendo que “os galegos e galegas estamos ei qui porque non estamos dispostos a seguir sendo unha colonia”; esse acto encerrava umha manifestação transcorrida entre palavras de ordem como “esta Terra é nosa e non de Fenosa”, “Coa ANPG o povo galego vencerá”, “Non, non, á colonización”, “Galiza ceibe poder popular”.(Manuel Mera: “Marcha contra Xove nuclear, cando mudou a correlación de forzas”, acessível em http://www.galizacig.com/actualidade/200704/mm_marcha_contra_xove_nuclear.htm; consultado em 08/04/2010]).

ou teóricos sobre o ensino²⁰⁶.

Por último, da detecção dum défice na organização dum campo teatral em processo de transição para um maior grau de institucionalização e profissionalização da mostra as várias tentativas de criação de estruturas comuns (e efémeras) neste espaço institucional, sejam o Centro Coordenador do Teatro Galego (1975), a Asemblea do Teatro Galego (1977) ou a Agrupación do Teatro Galego (1978).

Pela nossa parte, destacamos também que esta diversificação e alargamento de espaços institucionais está presente igualmente em tipologias com um nível baixo de formalização, como nos colectivos. Neste ponto, destacam as quatro agrupações de agentes criadas entre 1975 e 1978 para a participação específica no campo literário (*Rompente*, fundado já em 1975 e o de maior continuidade, *Alén* e *Cravo Fondo* em 1977 e *Loia* em 1978); todos estes colectivos focam a renovação do discurso poético trás a ditadura que (como foi apontado em 3.2.1. e ainda será assunto de reflexom em 5.2.), estava caracterizado ainda na primeira metade de setenta pela centralidade dos repertórios social-realistas utilizados polos agentes da esquerda contra o franquismo. Fora do campo literário, que assiste em 1977 às primeiras tentativas de institucionalização do labor dos produtores por meio da promoção do Pen Clube Galicia (“Unha sociedade de escritores de Galicia” reclamada já em *Grial* 56, 1977: 230-232 e nom consolidada até a década de oitenta), o Coro Toxos e Flores contribui em 1978 para a recuperação por parte do galeguismo do folclore, utilizado durante o regime franquista polo discurso cultural oficial, e vem compartilhar espaço com os grupos em que se referenciava no campo musical a mocidade da esquerda, como Fuxan os Ventos (criado em 1972 por agentes próximos da UPG) ou Voces Ceibes (promovido em 1968 por agentes referenciados fundamentalmente no PCG e que alcança como colectivo o primeiro ano do nosso estudo); tanto o primeiro grupo como vários dos membros de Voces Ceibes coincidirám no Festival Folk Galego celebrado em Compostela em Março de 1975²⁰⁷, organizado pelas associações culturais

206Por exemplo, o Eixo publica *O ensino en Galicia* em 1975; o Facho (1991: 98-99) organiza cursos de galego durante todo o período e, “a partir do curso 77/78, na Escola Oficial de Idiomas da Coruña”, ao cuidado da equipa de língua da associação que encabeça Pilar Rodríguez Varela, e também publica em 1978 em *La Voz de Galicia* um curso de língua galega intitulado *O Galego Hoxe* (com prólogo do professor Carballo Calero e assinado por Pilar Rodríguez Varela, Sabela Vázquez Fandiño, Xosé M. Monterroso Devesa, Xavier Alcalá e ilustrado por Siro); a associação Amigos da Cultura de Ponte Vedra concede o “Premio Alexandre Bóveda” em 1978 ao trabalho de Xurxo Torres Santomé e Montse Erauskin Salazar *Pra unha educación preescolar galega*, publicado em *Xistral* no mesmo ano); etc.

207“Cinco agrupacións e doce intérpretes en cartel: Candieira, Folk Ceibe, Fuxan Os Ventos, Raíces da Terra e Os Xoglares, dun lado; e Bibiano, Emilio Cao, Luís Emilio Batallán, Xurxo Mares, Miro Casabella, Benedicto, Xosé Quintas, Xosé Manuel, Manoel Hermida, Jei Noguerol, Rodrigo Romani e Antón Seoane do outro” (Nacho Mirás: “O pobo unido xamais será vencido”, *LVG* 7/2/2010, acessível em http://www.lavozdeg Galicia.es/santiago/2010/02/07/0003_8279541.htm, consultado em 7/2/2010).

o Galo (na órbita do PSG) e o Eixo (promovida pola UPG), no que supom umha das várias mostras da colaboraçom (nem sempre pacífica...) entre os principais grupos da esquerda nacionalista galega a que assistimos fundamentalmente despois de 1973 (*vid* Fernández Baz 2003 ou Rubiralta Casas *et al* 1998). Por seu lado, no campo da investigaçom científica, em 1975 funda-se o Equipo de Estudos “Trasmallo”, constituído para o estudo da economia pesqueira por agentes novos inicialmente vinculados ao PSG (como Fernando González Laxe, que integrará as fileiras do PSOE após as eleiçoms de 1977 [para a organizaçom e a ideologia do PSOE durante a transiçom *vid* Paloma Román Marugán, 1987]). Um caso específico, quanto a nível de formalizaçom e âmbito de actuaçom, constitui-o o Grupo Marcelo Macías, colectivo relacionado organicamente com o Museo Arqueológico Provincial de Orense desde a sua criaçom em 1971 e cujos integrantes participam na estrutura de mais de meia dúzia de instituiçoms oficiais ao longo do período contemplado neste estudo.

Já de volta às tipologias mais estáveis e formalizadas, das cinco instituiçoms científicas aparecidas entre 1975 e 1977, a Cátedra de Lengua y Literatura Gallega de la Escuela Universitaria de Magisterio criada na USC no último ano do franquismo foca directamente a formaçom de mestres para a incorporaçom da matéria de língua galega á Enseñanza General Básica (EGB) em virtude da Ley General de Educación; complementam-se assim as funçoms nestes sentido desenvolvidas no departamento de Románicas dessa universidade pola Cátedra de Lingüística y Literatura Gallega ocupada por Carballo Calero desde 1965 e os trabalhos do ILG e o ICE, criados em 1971. A organizaçom interna da principal instituiçom científica da Galiza (a USC) é reforçada com a fundaçom doutro centro de investigaçom, o Instituto de Estudios e Desenrolo de Galicia (1976) que, promovido polo catedrático de Filologia Latina Manuel Díaz y Díaz (vice-reitor de investigaçom na altura e membro também da direcçom do ILG), convoca em Vigo no ano seguinte vários agentes centrais no sistema com o fim de colocarem propostas para o progresso económico e social da Galiza (os resultados do Seminário “Galicia 2002 a través da imaxinación creadora”, subsidiado pola Caixa de Aforros da cidade olívica, fõrom publicados em 1978 pola USC). Ainda no espaço universitário, assistimos à fundaçom do Centro Asociado da UNED em Ponte Vedra, com o qual colabora Carballo Calero pronunciando o discurso de abertura do curso académico em 1976 e elaborando materiais para a docência da língua e a literatura galegas; pola sua parte, o já referido Seminario di Cultura Gagliega de Perúgia fundado em 1977 é conseqüência do interesse pola literatura medieval galego-portuguesa no âmbito universitário italiano e constitui um dos primeiros antecedentes das Cátedras e dos Centros de Estudos Galegos criados polo governo autonómico em

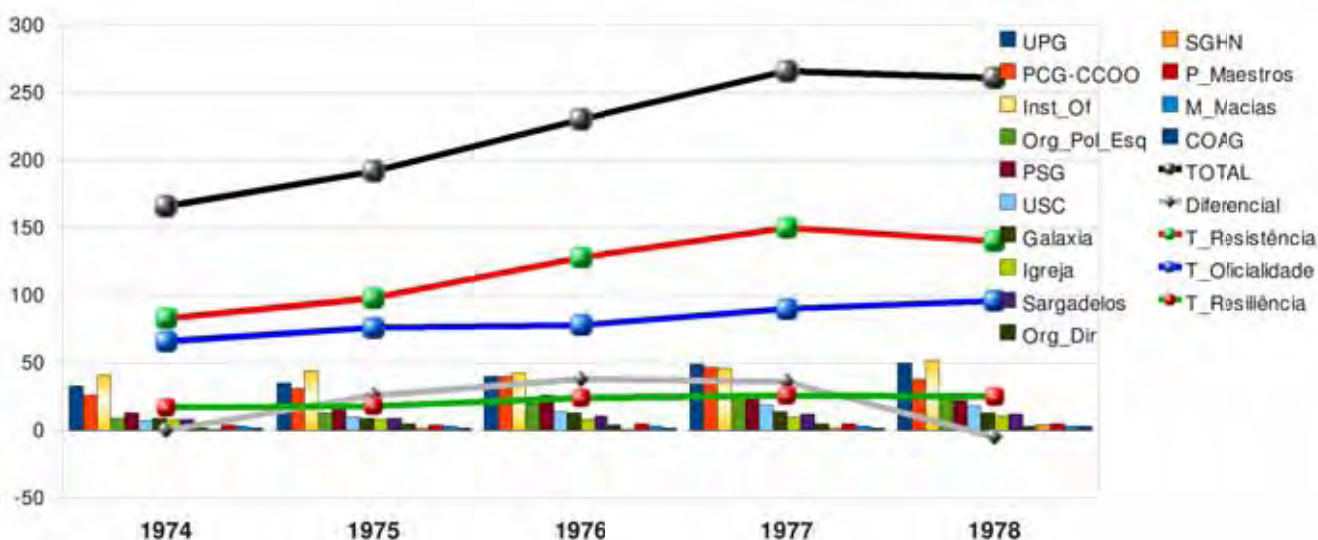
sedes universitárias do estrangeiro a partir da década de oitenta²⁰⁸. Por seu lado, a fundação da Academia Galega de Ciencias em 1977 completa o painel deste tipo de instituições na Galiza, formado assim no âmbito das ciências pola Real Academia de Medicina y Cirugía de Galicia e a Academia Gallega de Jurisprudencia y Legislación (que tinha começado as suas actividades em 1967) e, para os campos culturais, pola RAG e a Real Academia de Bellas Artes Nuestra Señora del Rosario da Crunha.

Nesta altura também som criadas meia dúzia de instituições culturais oficiais, na sua maioria museus, dous ligados à Igreja (o Diocesano de Tui e o Catedralício de Mondonhedo) e outro, o já nomeado Museo do Pobo Galego, ao labor do galeguismo mais institucionalizado e preocupado pola etnografia e a recuperação da memória material da comunidade galega. Ao lado destes, a USC diversifica o seu organograma e participa no campo dramático (com repercussom também na formação actoral) criando a Aula de Teatro da Universidade em 1976 e no campo musical com o Grupo Universitario de Cámara fundado um ano despois.

Dentro já dos campos do poder, na política, a Asamblea de Parlamentários é o paso prévio e transitório (1977-1980) sobre o que assenta a institucionalização da Xunta Preautonómica, a instituição com que começa na Galiza a descentralização do poder político efectivada em 1981 com a instauração da Xunta de Galicia (para as estratégias dos vários grupos políticos galegos perante o processo autonómico *vid* Prada Rodríguez, 2004). Entre os grupos que detentam o monopólio do capital económico, por seu lado, assistimos ao início da concentração de entidades financeiras com a criação da Caja de Ahorros de Galicia em 1978, tras a fusom da Caja de Ahorros-Monte de Piedad de La Coruña y Lugo e a Caja de Ahorros de Ferrol. Esta recém estreada Caja de Ahorros de Galicia (que adopta o nome comercial de Caixa Galicia) integrará em anos posteriores outras entidades financeiras que também participam no SLG nesta altura patrocinando publicações ou actividades, como a Caja de Ahorros-Monte de Piedad de Santiago (1980), a Caja de Ahorros Provincial de Lugo (1982) e a Caja Rural Provincial de Pontevedra (1986)²⁰⁹.

208Este nom é o único centro universitário relacionado com a cultura galega criado em universidades do exterior, mas si o único em que documentamos algunha actividade: “Na cidade brasileira do Salvador, capital do Estado de Bahía, remata de se constituir un Centro de Estudos Galegos, filial do Instituto de Letras da Universidade Federal Bahiana. Outra institución semellante constituiu-se hai pouco máis dun ano en Goiás, Pires do Río, presidida polo profesor universitario Dr. Adovaldo Fernandez Sampaio” (*Grial* 50, 1975: 540). Por outra parte, com o referido interesse pola literatura medieval galego-portuguesa e com os contactos de Galaxia no espaço universitário da lusitanística tem a ver “Unha mostra bibliográfica das culturas catalana, galega e vasca” organizada em Março de 1977 na Biblioteca Cantonal de Lugano (na Suíça de fala italiana) polo professor da Universidade de Roma, Giuseppe Tavani e o director da Biblioteca Adriano Saldoni (*Grial* 56, 1977: 253-254).

209Juntamente com estas, outras instituições financeiras fam parte da população deste trabalho: o Banco Pastor, que delega o mecenato cultural na Fundação Pedro Barrié de la Maza, a Banca López Quesada e o Banco del Noroeste, os três com sede na Crunha; em Vigo están sediados o Banco de Galicia e a Caja de Ahorros Municipal de Vigo e



	UPG	PCG	Inst_Of	Org_Esq	PSG	USC	Galaxia	Igreja	Sargadelos	Org_Dir	SGHN	P_Maestros	M_Macias	COAG	TOTAL	Diferencial	T_Resistência	T_Oficialidade	T_Resiliência
1974	33	26	41	9	13	7	9	8	8	2	1	4	3	2	166	0	83	66	17
1975	35	31	44	13	17	10	9	8	9	5	2	4	3	2	192	26	98	76	18
1976	40	40	43	20	26	14	13	8	11	4	1	5	3	2	230	38	128	78	24
1977	49	47	46	26	26	19	14	10	12	5	2	5	3	2	266	36	150	90	26
1978	50	38	52	27	22	18	13	11	12	3	4	5	3	3	261	-5	140	96	25
[1974-1978]	17	12	11	18	9	11	4	3	4	1	3	1	0	1	95	95	57	30	8

Figura 36. Produtividade institucional. Grupos (SLG 1974-1978).

Projecto Fisempoga – Grupo Galabra (elaboração própria).

Ora, a maior acumulação de energia em 1976 e 1977 transforma-se numa maior concentração da produtividade institucional neste lapso temporal em virtude de que as acções dos grupos vām dirigidas para a criação de instituições ao longo de vários campos do sistema cultural, especialmente visíveis no campo do ensino neste período concreto (com sete novos empreendimentos em 1977 a respeito do ano anterior). O progressivo aumento do investimento de energia na direcção do ensino durante o lustro focado nesta investigação, de que participam a prática totalidade dos grupos envolvidos no sistema, dá notícia da crescente importância a ele atribuída para o reforço e a continuidade do sistema na hierarquia dos campos culturais envolvidos no funcionamento do SLG. Este fenómeno de alargamento do sistema (também verificável em campos como o dramático ou o da comunicação de massas, com diferenciais de seis e quatro instituições entre 1974 e 1978,

Ourense a Caja de Ahorros Provincial e a Caja Rural Provincial. À parte da compostelá Sociedad Económica de Amigos del País e de organizações próprias do empresariado local em Vigo e na Crunha (o Círculo Mercantil e o Club de Dirigentes de Empresa, respectivamente), às entidades económicas referidas deveremos acrescentar mais duas com sede fora da Galiza (o Banco Central e o Banco de Bilbao) e mais duas entidades de âmbito galego criadas no franquismo, o Consejo Económico Social Sindical de Galicia, de carácter consultivo, e a governamental Sociedad para el Desarrollo Industrial de Galicia (SODIGA) de que falaremos adiante. De acordo com os critérios utilizados para a selecção da população deste trabalho, ficam de parte outras instituições financeiras sediadas na Galiza (como por exemplo a Caja General de Ahorros y Monte de Piedad de El Ferrol, por mais que edite em livro a sua história, em espanhol, em 1977).

respectivamente) tem especial incidência nos momentos de maior abertura do campo político e, conseqüentemente, de maior incerteza sobre o futuro da comunidade.

Esse factor de dependência do SCG a respeito do campo político explica que a produtividade verificada no sistema no conjunto do período 1974-1978 recaia fundamentalmente no lado dos grupos mais heterónomos a respeito do campo do poder, localizados e activos no pólo da resistência; em concreto, a maior responsabilidade pela expansão da rede institucional do SLG descansa no conjunto dumha esquerda partidária caracterizada pelo seu alto grau de fragmentação institucional e, especialmente, do lado da UPG, grupo que consolida no fim do período a sua posição de preeminência neste espaço político-partidário (Figura 36).

Da mesma maneira que a incerteza que o campo do poder contágia ao SLG fai com que esta produtividade se concentre nos momentos de máxima expectativa e dúvida quanto à direcção da mudança política (imediatamente após a morte de Franco, entre 1976 e 1977) e venha da mão fundamentalmente dos agentes agrupados no pólo da resistência, esta mesma dependência das mudanças produzidas no ambiente fai com que a energia investida recue no pólo da resistência na altura em que o campo político inicia a sua estabilização após as eleições de 1977, assim como que o estancamento atinja o espaço associativo (participado preferentemente pela esquerda política) e que esta drástica redução da produtividade institucional documentada no último ano do nosso estudo esteja em função, em grande medida, da fortaleza ou fraqueza relativas com que cada um dos grupos saem desse reduzido período em que estiverom submetidos a um tensionamento máximo (do qual se ressentem o PSG e, especialmente, o PCG, este último responsável praticamente da totalidade da redução da rede institucional relacionada com o pólo da resistência de 1977 a 1978).

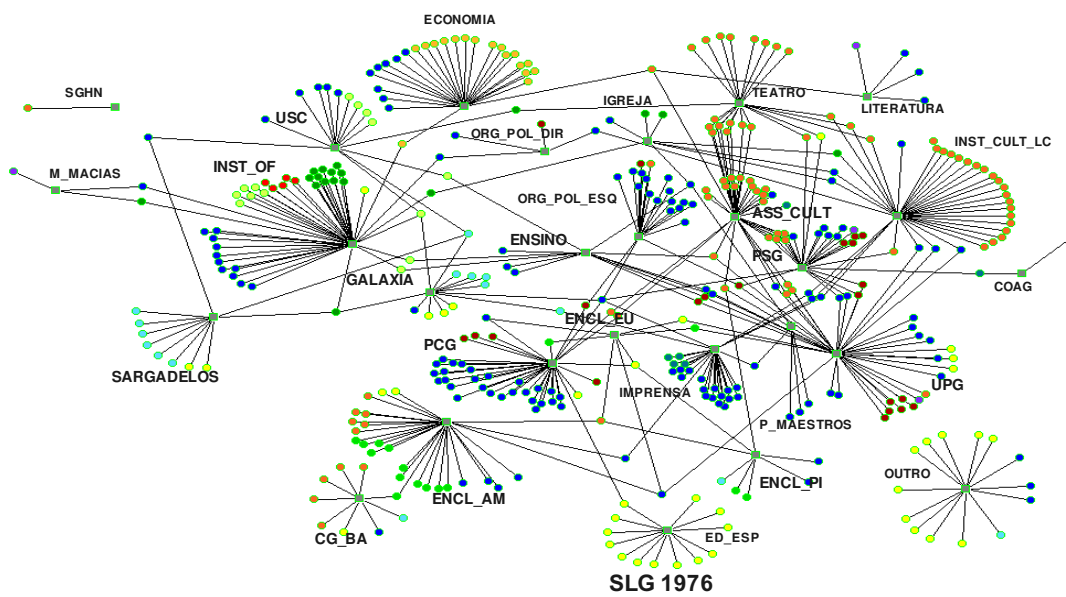
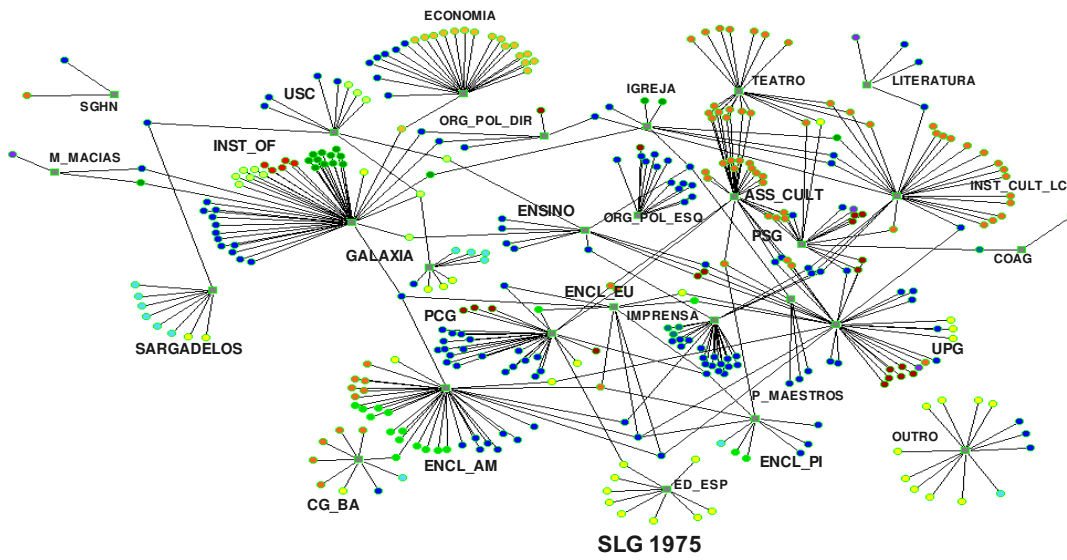
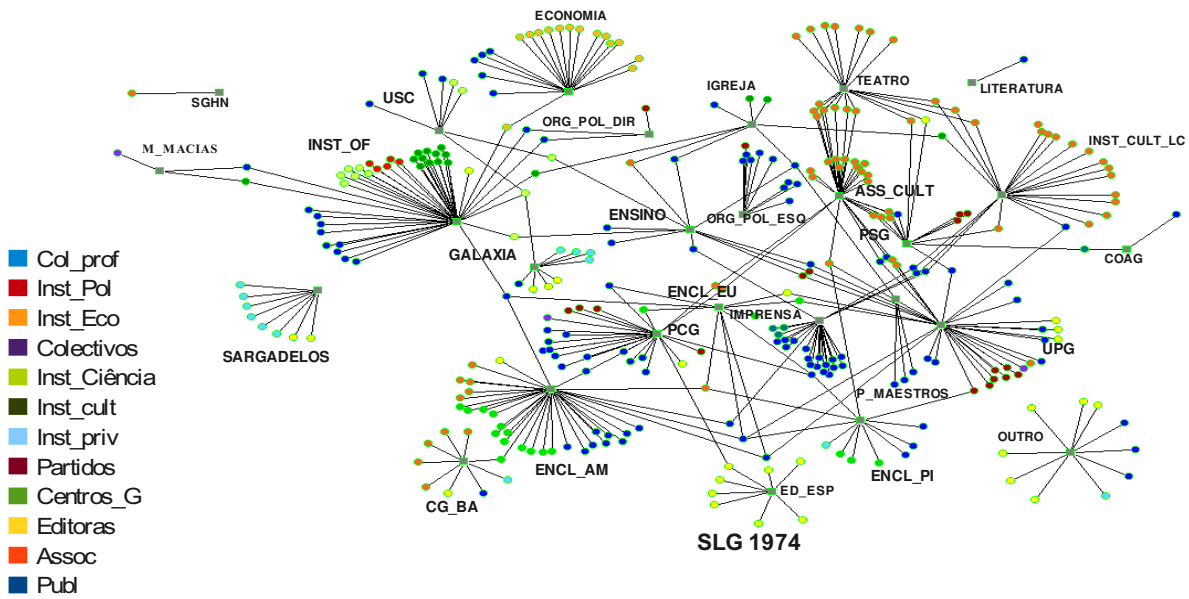
Paralelamente, a produtividade institucional será menor naqueles espaços menos dependentes das mudanças em curso no campo do poder, tal como podemos verificar através das acções dos grupos localizados no pólo da resiliência, onde a criação de instituições está directamente relacionada com o seu carácter permanente, isto é, os escassos objectos novos que participam nas redes dos grupos mais autónomos durante este período estão caracterizados pela sua estabilidade e continuidade no sistema. Assim, a redução documentada no pólo da resiliência entre 1977 e 1978 é mínima (apenas umha instituição menos no cómputo geral, frente a míngua numha dezena de entidades no pólo da resistência) e todos os projectos implementados ou participados por Sargadelos que envolvem criação de instituições no conjunto do período em estudo verificárom-se como sustentáveis e tivérom continuidade. Será no âmbito de Galaxia, entom, onde encontremos a

causa da leve reduçom institucional apontada, explicada em virtude do desaparecimento do semanário de informaçom geral *Teima* e da sua empresa editora (a Sociedade Galega de Publicacións, que dirige García-Sabell); o facto de que o único projecto nom sucedido de Galaxia seja aquele em que este grupo está envolvido com os grupos políticos da resistênciã com que mantêm relaçons preferentes (nomeadamente o PSG, em virtude dos vínculos já apontados entre ambos) vem reforçar a ideia já anotada de que a falta de estabilidade e sustentabilidade institucional nos campos culturais está estreitamente relacionada com as flutuaçons no ambiente e os efeitos da concorrência pola posiçom dentro dum campo político em processo de fixaçom normativa no seu nível mais geral.

Esse carácter permanente dos empreendimentos também é detectável no pólo da oficialidade. Em concreto, fora o atraso na publicaçom de várias revistas ligadas a organismos oficiais que já participavam no SLG no ano de início deste estudo²¹⁰, no grupo das Instituiçons Oficiais apenas desaparecem da populaçom deste trabalho a revista *A Ultramar* (a cargo da governamental Oficina de Relaciones con los Gallegos en el Exterior) e mais duas publicaçons ligadas à organizaçom de juventudes do regime franquista (a Organización Juvenil Española [OJE]), responsáveis polo leve retrocesso experimentado por este grupo entre 1975-1976. Neste pólo da oficialidade deve ser destacada outra vez a intensa actividade documentada em volta da USC (+11 entidades de diferença entre 1974 e 1978; três mais, se somarmos o desenvolvimento da SGHN), onde também deve ser referida a altíssima estabilidade dos seus empreendimentos; repare-se, neste sentido, em que as quatro publicaçons ligadas ao espaço universitário que desaparecem na altura (umha em 1975, outra em 1976 e duas em 1977) som responsabilidade de colectivos de estudantes activos no seu seio e nom de organismos dependentes do organograma institucional da USC.

Para além da alta estabilidade verificada neste espaço institucional oficial(izado), nele destaca também o desenvolvimento progressivo da sua rede de entidades dependentes da maõ de todos os grupos presentes. Frente a estes, os grupos Marcelo Macías, Padres y Maestros e o COAG, som os menos mutáveis quanto a composiçom institucional durante todo o período e os de menor desenvolvimento e diversificaçom da sua estrutura institucional, facto explicável por estarem ligados estreitamente a outros grupos, sejam o das instituiçons oficiais (neste caso o Museo Arqueológico Provincial de Ourense), o da Igreja católica ou o PSG, respectivamente.

210 Por exemplo, os volumes da *Revista do Instituto José Cornide* correspondentes aos anos 1974/1975 som publicados em 1978 (um único volume com os números de 1977 a 1980 sai do prelo ainda em 1986); o número de *Abrente* correspondente a 1974 edita-se dous anos depois e os de 1975 e 1976 som impresso em 1978; o *Boletín Auriense* de 1977 é publicado em 1979 e o *Boletín da RAG* de 1978 sai do prelo viguês de Artes Gráficas Galicia em 1980.



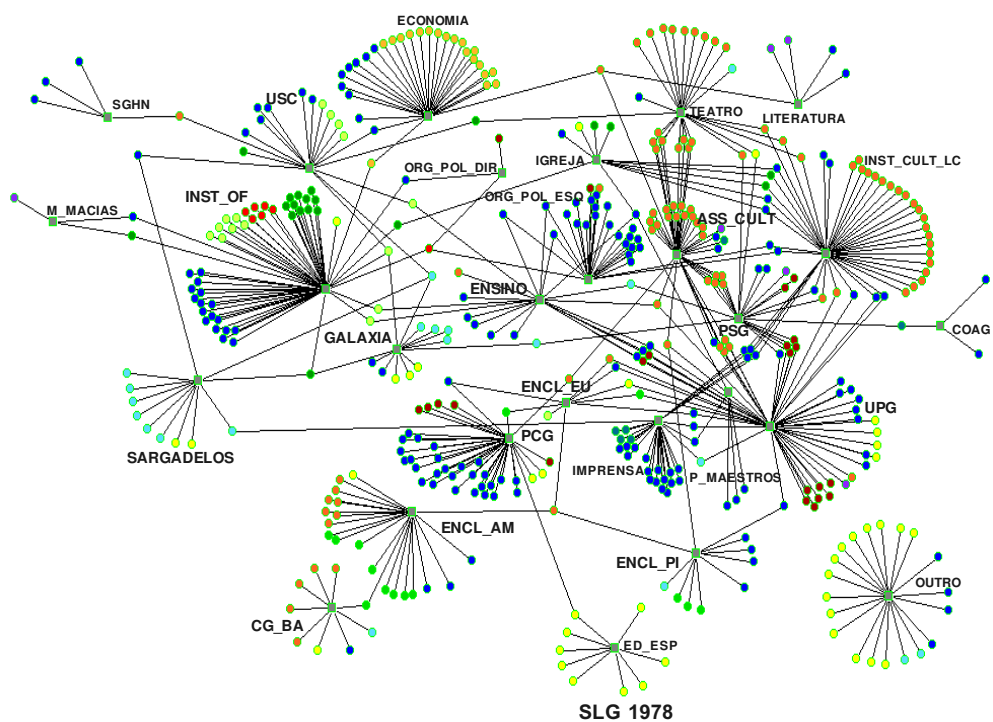
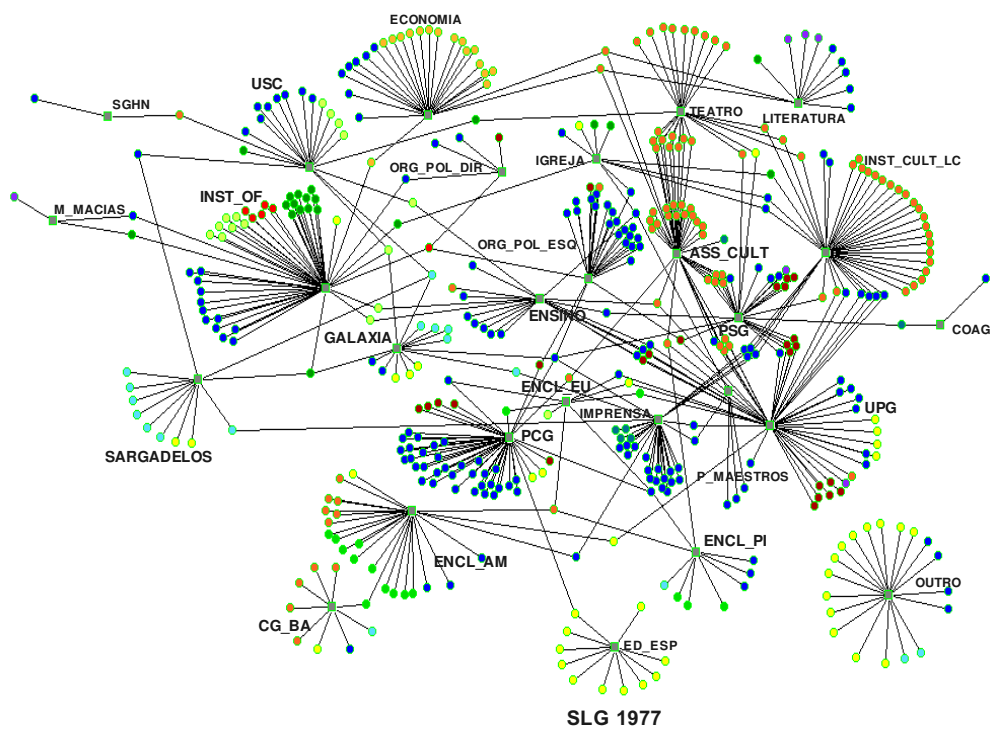


Figura 37. Evolução do SLG (1974-1978)
Projecto Fispemoga – Grupo Galabra (elaboração própria).

Em síntese, tal como demonstra a Figura 37 colada acima, a produtividade no SLG no lapso temporal estudado evidencia-se não apenas no saldo positivo quanto à criação de instituições, mas também na diversificação das suas tipologias e na verificada expansão dos campos de acção (ensino, música, comunicação, ecologia, ciência...) e dos espaços institucionais de referência, o que contribui tanto para o aumento progressivo dos objectos que conformam a rede de relações como para o alargamento e maior complexidade e interdependência da sua estrutura. Da mesma maneira, verificamos que o nível máximo de *energia de activação* detectável no sistema corresponde-se com os anos 1976 e 1977 e está em estreita relação com a mudança experimentada no campo político no sentido de uma maior abertura para a participação, facto que também explica em grande medida o tipo e o volume de instituições criadas no SLG da altura e os grupos responsáveis por esta produtividade (e já apontámos para o peso neste sentido dos grupos localizados no pólo da resistência).

Em concreto, se levarmos em conta a evolução das tipologias com maior e menor produtividade, o destacado incremento de publicações faz que aumente o peso desta tipologia de 35,6% em 1974 a 40% em 1978, enquanto que o volume relativo de centros galegos (a tipologia menos produtiva em quanto à sua relação com o SLG no período em foco) diminui de 6,4% para 4,3%), a indicar já o retrocesso progressivo do peso relativo dos enclaves no conjunto do sistema durante o tempo do nosso estudo (tal como veremos adiante através da Figura 39). A correspondência deste volume institucional com o nível de actividade e a evolução do sistema nos seus diferentes espaços geográficos (metrópole e enclaves), assim como as questões relacionadas com os campos do poder que contribuam para a compreensão do funcionamento deste sistema em processo de expansão e institucionalização entre 1974 e 1978, serão também atendidas na continuação.

4.3. Geografía do Sistema

Nas epígrafes anteriores seleccionámos e agrupámos a população que integra o SLG entre 1974-1978 e aproximámo-nos da sua evolução ao longo do período do presente estudo. Para isso, antes de analisarmos cronologicamente esse volume institucional delimitado, foi realizada umha análise documental sobre um censo institucional prévio do qual foi extraído um conjunto de entidades que compartilham umha série de características, nomeadamente o atributo de serem um determinado «tipo de instituição» e contemplarem um «tipo de âmbito» de abrangência concreto para as suas ações. De acordo com o conhecimento sobre a estrutura e o funcionamento do SLG que nos forneceu o processo abordado nas páginas anteriores, estamos agora em disposição de realizar outros agrupamentos institucionais que, para além de favorecerem a compreensão da estrutura da rede, servirão tanto para caracterizarmos os principais espaços institucionais presentes no SLG como para acompanharmos as tomadas de posição que nos informam das estratégias dos vários grupos que neles actuam entre 1974 e 1978 (trabalhos estes que nos ocuparam na epígrafe seguinte).

Neste ponto pretendemos, entom, analisar a distribuição geográfica da população previamente seleccionada a partir da análise do «tipo de local» em que cada instituição está localizada. Desta maneira, arrumamos de maneira funcional em primeiro lugar as entidades participantes no SLG no período 1974-1978 em dous grandes espaços institucionais diferenciados geograficamente: a *metrópole* e os vários *enclaves* do SLG. Na epígrafe seguinte procederemos à caracterização da estrutura do conjunto do sistema na metrópole, entendida esta como a rede institucional localizada no espaço social da Galiza *administrativa* (tal como já definida nestas páginas, nota 28), e ocuparemos das relações desta rede institucional com os campos do poder político e económico. Os espaços dos enclaves abrangem, por seu lado, as redes institucionais tecidas polas comunidades de origem galega instaladas fisicamente fora da Galiza e organizadas geralmente em volta de entidades assistenciais e culturais específicas (chamem-se Casas, Lares, Patronatos, Associações ou Centros Galegos) mas, em todo o caso, em instituições que fazem parte do SLG apesar de terem domicílio administrativo fora dos limites geográficos das quatro províncias galegas (sediadas nomeadamente na península ibérica, no resto da Europa e no continente americano).

4.3.1. A Metrópole

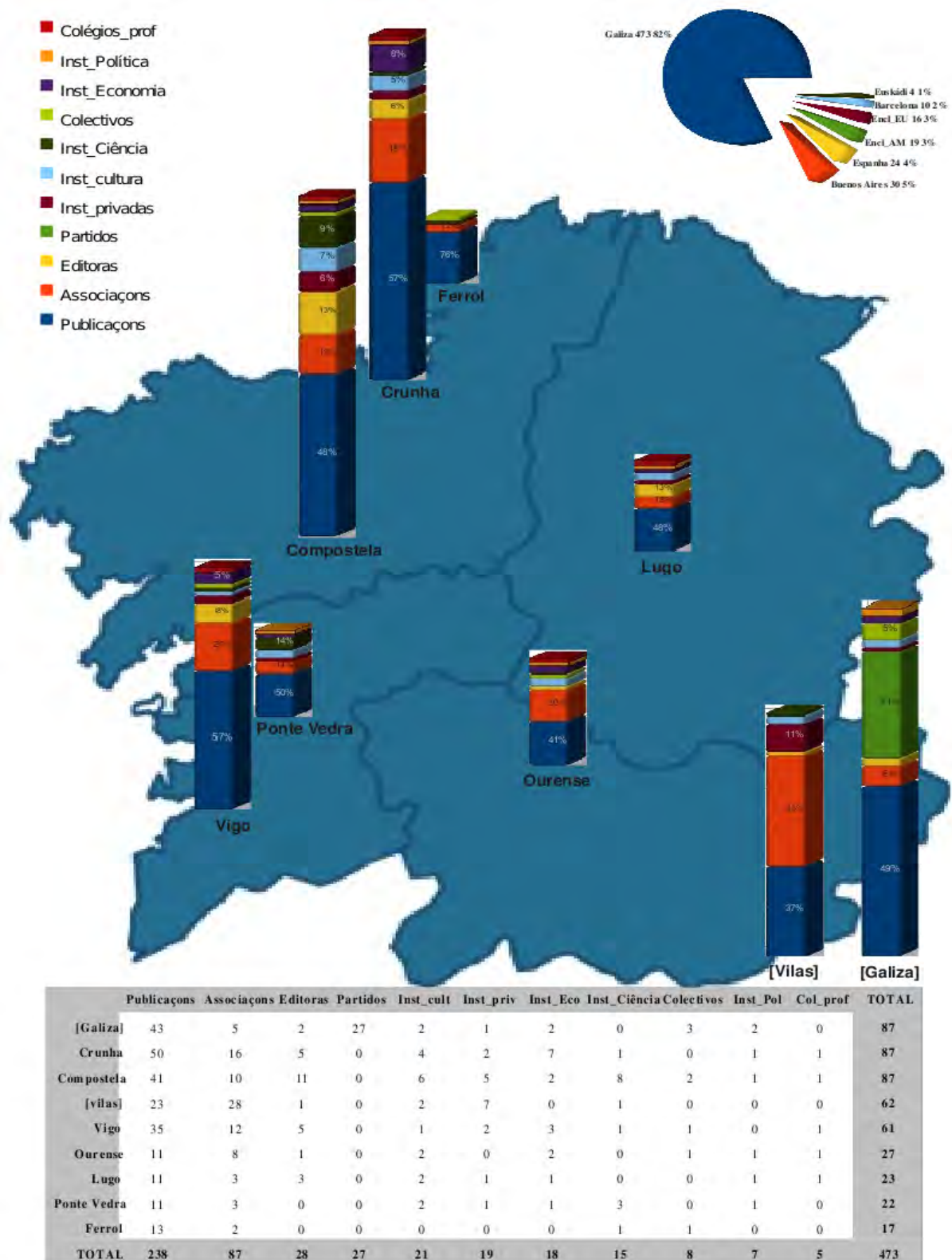


Figura 38. Geografía do SLG (1974-1978). Galiza.
 Projecto Fisempoga - Grupo Galabra (elaboração própria)

De acordo com a Figura 38, é importante destacar que do conjunto de instituições sediadas na Galiza (82% do total das participantes no SLG), quase uma de cada cinco tem atribuída uma localidade concreta (exactamente 18,4%, figurando como “[Galiza]” na nossa base de dados) ou está espalhada ao longo do País por um número considerável de concelhos médios (“[vilas]”), formando uma rede cultural diversificada e descentralizada. Entre essas instituições que não têm constar a localidade em que estão sediadas destacam claramente as organizações políticas, os meios de difusão utilizados por elas para se posicionarem e promoverem no dinâmico campo político da altura e as suas entidades afins²¹¹. Fora esta maioria de referências (até 70 de 87), podem ser nomeadas ainda instituições políticas como a Xunta de Galicia e os vários «Concelhos» do país (agrupados igual que as «Tipografias gráficas»), a Igreja católica e o seu Concílio Pastoral de Galicia, e instituições económicas como as já referidas anteriormente (o Consejo Económico Social Sindical de Galicia ou SODIGA).

No segundo caso, entre as entidades localizadas em vilas galegas destacam pelo seu volume na nossa população uma trintena de instituições sócio-culturais de âmbito local ou comarcal (associações, agrupamentos, ateneos, sociedades...) assim como as suas publicações societárias e os grupos teatrais por elas promovidos (como Candeia em Noia, Francisco Lanza em Ribadeu, Avantar no Carvalhinho...); entre estas instituições chamamos a atenção para a imprensa de âmbito comarcal sediada em localidades relativamente afastadas da área de influência das cidades (ao lado do *Heraldo de Vivero*, *La Comarca del Eo* e *La Voz de Ortigueira*, as três activas desde a primeira década do século XX, a nossa base recolhe a criação de *A Voz do Condado* em Salvaterra em 1977) e para os cine clubes de Marim e o Carvalhinho (a vila, junto com Ribadavia, com maior actividade cultural do interior da Galiza e cujo Casino Cultural convoca em 1974 o Premio Arenteiro de Poesia “pra romances escritos en lingua galega”, integrado nos actos da Festa da Mimosa que organiza desde 1972 [*Grial* 43, 1974: 127]).

O volume e a tipologia das referências localizadas nestes concelhos mostram a existência dumha activa rede institucional estendida por vilas de tamanho médio, nomeadamente costeiras, que dirige os seus trabalhos para vários campos (literário, dramático, média, cinema...) e se dedica principalmente à promoção dumha estrutura cultural básica e, em maior ou menor medida, do ideário da jovem esquerda rupturista que a anima, nomeadamente da nacionalista referenciada tanto

²¹¹Um total de 27 partidos ou sindicatos compoem a população neste ponto, e 38 das 44 publicações censadas estão relacionadas com eles; entre as instituições afins, destacamos para o PCG a editora “A Voz do Pobo” e o grupo musical Voces Ceibes; o citado colectivo “Trasmallo” para a órbita do PSG até 1977 e, para o caso do nacionalismo nucleado pola UPG, o conjunto musical Fuxan os Ventos e a Frente Cultural da AN-PG.

no PSG como, sobretudo, na UPG (com meia dúzia de publicações próprias na comarca do Morraço e em concelhos das rias de Vigo e Arousa).

Fora estas, em várias vilas do país têm também a sua sede quase umha vintena de instituições de âmbito galego (concretamente 19). Entre elas, ao lado da “Agrupación Cultural Abrente” (já foi apontado o seu labor na dinamização e renovação do campo teatral), destacam neste ponto a Fundación do Padroado do Pedrón de Ouro, que reconhece através dos prémios “Pedrón de Ouro” a trajectória de agentes centrais do galeguismo na altura e convoca um concurso de narrações breves com impacto destacado no SLG do período em causa, e os Museus diocesanos de Tui e Mondonhede porque, com as suas respectivas publicações e sob o patrocínio da Igreja católica, reforçam e estendem a rede institucional do pólo cultural mais formalizado. Ainda que já foi feita alguma referência e será assunto de abordagens posteriores, não podemos deixar de chamar a atenção já agora para a estrutura do Grupo Sargadelos porque, com sede na vila crunhesa de Sada e actividade principal no desenho e na produção cerâmica, estabelece sob a chefia de Isaac Díaz Pardo, Luís Seoane e outros emigrantes retornados do enclave bonaerense umha rede institucional formada por várias entidades privadas com impacto destacado, sobretudo, no campo editorial (Edicións do Castro) e artístico (o Laboratório de Formas de Galicia, os *Cuadernos...* a ele ligados, o Museo de Arte Contemporánea Carlos Maside, o Seminario de Estudos Cerámicos, o Laboratorio Geológico de Laje, as várias Galerias Sargadelos já referidas, etc.).

Fora isto, o maior número de instituições do SLG está localizado no Noroeste do País, nas cidades da Crunha e Compostela. Igualadas em número de referências na nossa base de dados (87 entidades documentadas em ambas, 30% do total de instituições do SLG por junto), a diferença entre estas duas cidades reside fundamentalmente nas tipologias existentes em cada umha delas; assim, na Crunha deixa-se sentir claramente o peso dumha estrutura económica virada em maior medida para a indústria e, sobretudo, para as finanças (7 das 18 instituições económicas do País têm sede na cidade herculina) do que na cidade de Compostela, na qual, por seu lado, há que destacar a determinante presença da Universidade, que não só explica o número de instituições científicas residentes em Santiago, mas também as várias publicações, colectivos e instituições privadas e culturais relacionadas em maior ou menor medida com a USC e ainda, inclusivamente, o maior peso das empresas editoriais em Compostela (superando as censadas em Vigo e a Crunha por junto).

Esta presença da USC em Compostela destaca tanto pelo seu impacto na cultura local

como polos efectos das suas accións no nivel galego; no primeiro caso porque, en grande medida, a vida cultural da cidade gira en volta das actividades organizadas por ou para os integrantes desta institución (nomeadamente o alumnado, moi activo cultural e politicamente) e, no segundo aspecto, porque este é a única institución de ensino superior da Galiza (fora o ensino non presencial, responsabilidade, na Galiza, do centro asociado da UNED en Ponte Vedra inaugurado nesta altura), conta aínda con centros docentes localizados noutras cidades do país e con ela están relacionadas aínda onze publicacións, algunha organización e varios colectivos con intereses nos campos da música, o teatro ou a literatura (como *Cravo Fondo* e *Alén*); da mesma maneira, da USC dependen directamente seis das oito institucións científicas sediadas na cidade, ficando de parte apenas a Academia Galega de Ciencias e a Real Academia de Medicina y Cirugía de Galicia. Destas institucións, já referimos a importancia do ILG e da Cátedra de Lingüística y Literatura Gallega, que depende do Departamento de Filología Románica e é ocupada desde a súa dotación en 1971 por Ricardo Carballo Calero, profesor de lingua e literatura galegas na USC desde 1965, membro da RAG desde 1958 e principal filólogo e crítico literario do Grupo Galaxia (cuxa centralidade no SLG já foi indicada en Cordeiro Rúa e Samartim 2008 e será tamén asunto do próximo capítulo deste traballo, na altura de falarmos do proceso de elaboración lingüística).

A rede institucional da USC (mais de 16% do volume da cidade ao somarmos a estrutura da SGHN, criada por agentes ligados ás Facultades de Ciências e Farmacia e em que conflúe tamén en 1976 o Grupo Ornitolóxico Galego) e a estrutura na cidade apostólica da Igrexa católica (com o Centro de Estudios Jacobeos e a súa publicación *Compostellanum*, saída do prelo da editora eclesiástica El Eco Franciscano) quase compensa quantitativamente a importante actividade asociativa (a mais numerosa das cidades da Galiza, com 16 entidades) e o maior volume de publicacións saídas dos prelos da Crunha. Entre estas publicacións chamamos a atención para o xornal *La Voz de Galicia* (Aurora García González 2009), porque já na altura incidía na conformación da opinión pública tanto local (em maior medida que *El Ideal Gallego*, o outro diário da cidade) como galega (sobretudo do norte), actuando desde un campo da comunicación aínda caracterizado pola dependencia do poder e a fragmentación empresarial (Álvarez Pousa 1999 e Pérez Pena 2005).

Para além de promoverem a creación e o funcionamento das numerosas asociacións culturais crunhesas, som varios os grupos da esquerda política que contribúen para o importante peso relativo na cidade herculina das publicacións político-sindicals neste período (com preeminencia tanto para as Comisiones Obreras [CC.OO.] como para o seu referente partidario, o

PCG, a secção autónoma do PCE criada em 1968); as numerosas organizações da esquerda com actividade documentada na Crunha (anarquistas da CNT, sindicalistas ligados a movimentos católicos de base organizados na Unión Sindical Obrera [USO], comunistas do PCG agrupados nas CC.OO., comunistas identificados a si próprios como “patrióticos” da UPG e, em menor medida, socialistas galegos do PSG e, após 1977, também do POG) localizavam as suas actividades em volta do pólo industrial da cidade, um dos dous enclaves fabris promovidos na Galiza (o outro está localizado na área de Vigo) pola tecnocracia desenvolvimentista do franquismo de acordo com os três Planes de Desarrollo Económico y Social aplicados sucessivamente entre 1964 e 1975.

Sem sairmos ainda da cidade da Crunha e das relações da cultura com os campos do poder (neste caso económico), referiremos também o papel patrocinador dum variado leque de actividades e instituições culturais desenvolvido pola Fundación Pedro Barrié de la Maza Conde de Fenosa (ligada ao Banco Pastor). Entre essas instituições encontra-se a RAG, com sede na Crunha desde a sua fundação polo galeguismo nos inícios do século XX, que foi reconhecida oficialmente pelas autoridades políticas espanholas já no ano 1906 e cuja autoridade normativa é contestada pola esquerda nacionalista ao longo de todo o período do presente estudo. Outras academias, como as de Jurisprudencia y Legislación e a de Bellas Artes Nuestra Señora del Rosario, juntamente com o Instituto José Cornide e o Museo Arqueológico e Histórico (relacionados com o concelho e a Deputación, respectivamente), completam a nómina de instituições oficiais com endereço na Crunha.

A cidade de Vigo, por seu lado, ocupa umha posição média-alta quanto a dinamismo cultural medível em volume de instituições domiciliadas (61, tantas como em todas as vilas do País). Da mesma maneira que acontecia na Crunha, nom podemos deixar de chamar a atenção para o activo pólo industrial viguês porque este explica a publicação dum elevado número de revistas político-sindicais (22 das 35 publicações sediadas na cidade olívica) ligadas directamente a centros de trabalho ou a grupos de esquerda que se movimentam no campo político da Galiza, tenham eles vínculos estruturais no âmbito estatal (e aqui destaca outra vez claramente o par PCG_CC.OO. com umha dúzia de publicações) ou foquem um espectro estritamente galego (como o Sindicato Obreiro Galego [SOG] promovido em 1975 pola UPG). Ao igual que na Crunha, é preciso referir também o trabalho destes grupos no interior do tecido associativo da cidade olívica, onde destaca a Asociación Cultural de Vigo (presidida de 1975 a 1978 por Bautista Álvarez, também presidente da UPG desde 1977), vários grupos teatrais (Martín Códax, Rosalía de Castro, Farándula e Artello) relacionados no fim do período com a efémera Agrupación do Teatro Galego e, já vinculados mais directamente

com os campos literário e editorial, a Agrupación de Libreiros e o Círculo Ourensán-Vigués, este último responsável desde 1978 da convocatória dos Premios da Crítica de Galicia.

Precisamente, ao falarmos do peso relativo da cidade de Vigo no SLG do período 1974-1978 deveremos destacar a actividade da Editorial Galaxia, porque o grupo constituído com centro nesta empresa controla em grande medida o campo da edição de livro em galego (Cordeiro Rua e Samartim 2008) e influe decididamente também no processo de institucionalização do SLG através das entidades que conformam o grupo ou daquelas promovidas ou participadas polos seus agentes (como a Fundación Penzol ou as revistas *Grial* e, desde Janeiro de 1977, *Encrucillada*). Leve-se em conta apenas, para o assunto que agora nos ocupa, que o maior volume de produção editorial neste período sai de prelos vigueses e é responsabilidade fundamentalmente de selos editoriais ligados em maior ou menor medida a Galaxia (como SEPT e, incluso, Castrelos), que nesses mesmos locais (Gráficas Galicia) é impresso também *El Faro de Vigo*, o jornal de referência para o Sul da Galiza, ou que Vigo é também a sede do colectivo literário mais na vanguarda no momento do nosso estudo, Rompente (que publica aqui as suas *Follas de Resistencia Poética*).

A estrutura cultural viguesa completa-se com o Museu Quiñones de León (ligado nesta altura ao labor arqueológico de José Maria Álvarez Blázquez, fundador com os seus irmaos da Editorial Castrelos e agente próximo de Galaxia²¹²) e o Instituto de Investigaciones Pesqueras, instituição científica relacionada com a lógica económica da cidade em que também situamos o Banco de Galicia e o Círculo Mercantil.

No degrau inferior quanto a volume e actividade institucional encontramos as duas cidades do interior da Galiza (Ourense e Lugo) e Ponte Vedra, todas elas capitais de província e com escassa presença industrial. As três localidades possuem tanto um número de entidades mui similar (27, 23 e 22, respectivamente) como umha estrutura institucional equivalente, nomeadamente no pólo de maior formalização cultural: o Museo Arqueológico e o Instituto de Estudios Orensanos, o Museo Provincial e à Comisión Provincial de Monumentos de Lugo, e o Museo de Pontevedra e o Archivo Histórico Provincial (todas ligadas ao poder político das Diputacións); a estas instituições oficiais devem ser acrescentadas ainda as publicações a elas vinculadas (o *Boletín Auriense* na cidade das Burgas, o *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos...* e a revista *Lucus* em Lugo, e a Memoria do *Arquivo* e a revista do *Museo* em Ponte Vedra) e um jornal sediado em cada umha das cidades, no caso de Lugo e Ourense com âmbito de influência no conjunto da província (*La Región*

²¹²A editora da família Álvarez Blázquez distribui os seus produtos através de Galaxia mas só fará parte formalmente do grupo após a sua compra por este em 1979.

em Ourense e *El Progreso* em Lugo), restrito à cidade e área metropolitana no referido ao *Diario de Pontevedra*, de menor tiragem e impacto que *El Faro de Vigo* na província do Sul²¹³.

Se estas três cidades coincidem em serem sede de instituições culturais dependentes da administração do Estado e de instituições financeiras de âmbito provincial, as diferenças entre elas residem, fundamentalmente, no pólo cultural com menos ligações com a administração pública, onde destaca a vida associativa mais numerosa e activa em Ourense, frente à escassa diversificação neste aspecto em Lugo e Ponte Vedra. Assim, Ourense conta com oito associações culturais, das quais metade se correspondem com agrupamentos teatrais (umha delas dependente organicamente da Asociación Cultural Auriense, a mais dinâmica da cidade) e, sobretudo, nesta cidade está sediado o Cine Club Padre Feijóo, nascido em 1970 na Escuela de Magisterio da USC e convertido na associação de temática cinematográfica com maior transcendência no nível geral do sistema desde que, da mão dos agentes Luís Álvarez Pousa e José Paz (do PSG), organiza a “I Semán de Cine en Ourense” (1973), as “Xornadas de Cine en Ourense” (1974-1978; depois “Xornadas do Cine das Nacionalidades”) ou as “Mostras Cinematográficas de Arte i Ensaio” (em 1973, 1978...) ²¹⁴.

No caso de Lugo, podemos referir neste sentido o Club Cultural “Valle Inclán”, o grupo de teatro a ele ligado e o Círculo das Artes fundado em meados do século XIX, que acolheu em anos anteriores actividades literárias de agentes locais ligados ao PCE (como a exposição bibliográfica “Cen Anos de Literatura Galega”, organizada em 1963 polos professores de liceu Alonso Montero e Epifanio Ramos de Castro) e está presidido desde 1973 polo advogado (e deputado da direita desde 1977) Mauro Varela Pérez. Porém, a estrutura cultural luguesa diferencia-se também da das outras duas cidades na presença de três editoras, por umha em Ourense (Limbo, com actividade em 1977 e

213Ainda no campo da Comunicação, nom documentamos para Ponte Vedra o colégio profissional correspondente à Asociación de la Prensa responsável pola edição semanal de *La Hoja del Lunes*, que si aparece nas outras capitais provinciais e em Vigo. Fora isto (e quiçá a localização de empresas editoriais), nom detectamos, nesta fase da investigação, que a proximidade geográfica de Ponte Vedra a Vigo (e o mesmo pode ser dito de Ferrol ao respeito da Crunha) afecte significativamente à estrutura ou ao funcionamento do sistema nestas localidades. Partíamos da hipótese de que essa proximidade geográfica, *a priori*, é um elemento objectivo que favorece os fluxos de informação e relações entre agentes e instituições e que isto poderia ver-se reflectido em eventuais estratégias de coordenação ou complementariedade. A ausência de provas neste sentido parece contradizer tanto o ponto de partida como as eventuais conclusões dele derivadas. Sem pretender explicar este facto em toda a sua abrangência, chamamos a atenção para as deficiências em transporte tanto ferroviário como rodoviário verificadas no período deste estudo. Note-se apenas neste sentido que a construção da Autopista del Atlántico, destinada a comunicar por estrada de Norte a Sul o território mais ocidental da Galiza (e fortemente contestada polos grupos nacionalistas de esquerda), nom inicia a sua construção até Dezembro de 1973 e que, por exemplo, Ponte Vedra e Vigo nom estarám unidas por esta via até 1984.

214Sobre a história do cinema na Galiza pode ser consultado Hueso 1996 (Cine Club Padre Feijóo nas pp.185-6), Valcárcel 1984 para o cineclubismo e, ainda, <http://salademaquinas.wordpress.com/about/> (consultado em 17/01/2010) para uns breves apontamentos sobre a história do Cine Club Padre Feijóo.

1978) e nengumha em Ponte Vedra²¹⁵; junto a essas editoras devemos destacar também a actividade dumha instituição privada luguesa, o Centro de Estudios Fingoi, ligado aos agentes de Galaxia (nomeadamente a Carballo Calero) e, por este meio, também presente no organograma dumha instituição universitária de importante impacto no conjunto do SCG da altura, o ILG.

Por seu lado, Ponte Vedra também conta com um cine clube e com umha instituição privada, o já referido CIES, que calha perfeitamente com o maior peso da infraestrutura focada para a investigação científica nesta capital provincial, o que a diferencia das suas homólogas do interior. Repare-se, quanto a este particular, para além do Centro Asociado da UNED já citado, a Misión Biológica de Galicia e o Departamento de Producción Forestal de Lourizán, duas instituições oficiais de carácter científico dependentes a primeira do CSIC e o segundo da Deputación no período em foco, e ambas localizadas na periferia da cidade e relacionadas com o aproveitamento agropecuário e o forestal, respectivamente.

Cumpramos ainda, neste sentido, o marcado carácter provincial e a maior dependência das Deputacións na vida cultural das cidades do interior da Galiza (sobretudo se as compararmos com a estrutura cultural da Crunha, Compostela ou Vigo), facto que denota um menor dinamismo da actividade cultural privada ou associativa e que entendemos relacionado com a própria realidade sócio-económica e geográfica do interior da Galiza: população reduzida, envelhecida e dispersa (povoamento e urbanização difusos), escassa industrialização, economia agrária, emigração maciça...²¹⁶.

Por seu lado, a outra cidade da Galiza que ainda nom foi referida, Ferrol, está próxima das três anteriores quanto ao volume de instituições que acolhe (17), mas afasta-as delas quanto à tipologia destas entidades. Assim, os elementos estruturais comuns dim respeito à existência de um jornal (*Ferrol Diario*) e a que o âmbito associativo é ainda mais reduzido e está constituído apenas

215Em Lugo están sediadas as editoriais Celta, com ligações ao PCG, chefiado no cultural polo referido Xesús Alonso Montero; Xistral, promovida por agentes da UPG, com o poeta Manuel María Fernández Teixeiro à frente; e Alvarellos, fundada polo intelectual galeguista Enrique Alvarellos Iglesias e incorporada ao campo editorial em 1977.

216Quanto ao envelhecimento da população rural, o trabalho já clássico de Sixirei Paredes (1988: 134) revela que “o decrecemento vexetativo, especialmente nas provincias de Lugo e Ourense, resultaba un dato de difícil escamoteo nas estadísticas. A poboación labrega reducíase ata extremos nunca atinxidos, nin tan sequera nas décadas áureas da emigración americana. Na agonía do réxime, o censo agrario de 1972 amosaba o dato alarmante de que 3/3 dos campesiños galegos eran maiores de 50 anos, o cal significaba a deserción masiva da mocidade en busca de mellores horizontes”. Os datos concretos sobre os contingentes de emigrantes podem ser consultados em Fundación Foessa (1976), veja-se em concreto o capítulo “La población española y su territorio” dirigido por Ángel Carrión Garzarán (em especial as pp. 19-20 e 71 e ss.). Umha análise da evolução da população galega e as suas repercussões económicas é acessível em Beiras Torrado e López Rodríguez (1999) e ainda, sobre povoamento na Galiza, é possível consultar o “Proxecto Terra” do Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia (acessível em http://www.coag.es/proxectoterra/IT_materialprofe_identidade.htm; consultado em 17/01/2010).

polo Ateneo e pola Asociación Cultural Medulio. Quanto às diferenças de tipologia, entendemos que a estrutura institucional desta cidade está condicionada, fundamentalmente, polo carácter de Ferrol como centro industrial desde a sua construção no século XVIII, o que explica, por um lado, a ausência de instituições políticas, económicas ou culturais oficiais, e, por outra parte, a maior actividade político-sindical verificável no volume de publicações desse tipo: dez das treze publicações sediadas no Ferrol correspondem-se com portavozes de organizações políticas ou sindicais (com destaque mais umha vez para o grupo CC.OO._PCG, com meia dúzia de referências)²¹⁷. Esta ideia vê-se reforçada ainda polo facto de que a instituição científica localizada em Ferrol (a Universidade Laboral) está também virada para a formação para o trabalho no âmbito marítimo, o que remete para umha realidade sócio-económica com importantes ligações com a indústria naval, que sustenta a actividade industrial da cidade.

Este percurso polas instituições culturais com sede nas cidades galegas evidencia, antes de qualquer outra cousa, que *a estrutura política e económica da Galiza está a determinar em grande medida a sua estrutura cultural*. Por esta causa, e ainda que já fôrom apontadas algunhas questons específicas (e outras serám referidas no lugar correspondente), para entender a estrutura e o funcionamento dum SLG caracterizado pola heteronomia fai-se necessário sintetizar e analisar na continuação as características dos campos do poder que determinam tanto a produção e circulação de bens culturais como a estrutura do sistema cultural no seu conjunto²¹⁸.

4.3.1.1. O campo político

O funcionamento dos campos do poder na Galiza do final do franquismo e da transição (aqui 1973-1978) está determinado pola mudança de modelo político, económico e social experimentado no conjunto do Estado Espanhol. No campo político, assistimos nesta altura à queda do poder centralizado do franquismo e à emergência de outros referentes de poder (in)formal para a cidadania (organizada em partidos políticos e associações vizinhais, culturais, etc.); na

217Compare-se este dado com as três publicações deste tipo para um total de onze localizadas em Ponte Vedra, editadas neste caso por um partido da direita, um grupo anarquista e por sindicalistas gráficos das CC.OO.

218Existe numerosa bibliografia específica sobre a estrutura e o funcionamento político-económico da Galiza (e do conjunto do Estado) entre o franquismo e a transição; para ela remetemos á hora de abordar um assunto que ultrapassa claramente os objectivos deste trabalho; nas próximas epígrafes pretendemos, apenas, dar notícia da estrutura de oportunidade (determinada polo poder para e polo poder sobre) em que se desenvolvem os principais actores culturais da transição. Da nossa parte, ao lado das referências ao efeito recolhidas no aparato bibliográfico desta tese, acompanhamos na seguinte exposição, fundamentalmente, as Actas das sessões de trabalho organizadas no projecto Poluliga entre Fevereiro e Maio de 2007 com os professores da USC Joam Carmona e Edelmiro López Iglesias para a abordagem das questons económicas de maior impacto nos campos culturais, e com Ramón Máiz e, sobretudo, Xosé Luís Barreiro Rivas para as questons homólogas referidas ao campo político. No básico, as conclusões aqui apontadas podem ser acompanhadas nas obras destes autores que figuram na bibliografia desta tese de doutoramento e que serám referidas oportunamente.

administração este poder centralizado será substituído na Galiza durante o período de consolidação democrática (1979-1982) por um novo espaço de poder político (e simbólico), a (pré-) autonomia, que no período focado neste trabalho funciona fundamentalmente como expectativa e começa a ser construído politicamente só depois de 1977.

O Franquismo estava caracterizado pela ditadura, o centralismo e o isolamento internacional institucional até 1956, ano em que o Estado Espanhol é aceite como membro da Organização de Nações Unidas (ONU). A partir desse momento produz-se uma mudança progressiva no quadro político franquista do totalitarismo para o autoritarismo (categoria política caracterizada por Linz [2002] pela ausência de democracia ao tempo que pela existência de Estado de Direito) e, na economia, assiste-se a uma clara aceleração da implantação do modo de produção capitalista, fundamentalmente devido ao Plan de Estabilización de 1959 (que supom a adaptação da Espanha aos intercâmbios monetários internacionais) e aos três Planes de Desarrollo Económico y Social implementados entre 1964 e 1975, que produzem um importante crescimento económico (uma taxa média acumulada de 7,2% do PIB), a crescente secundarização da economia, um crescente processo de urbanização e um considerável aumento da emigração.

Este último elemento, a *emigração*, afecta especialmente às populações do interior da Galiza e está dirigida tanto aos “Polos de Desarrollo” do Estado (entre eles Corunha e Vigo) como aos centros industriais europeus, ainda que, sobretudo neste último caso, a crise económica mundial de 1973 reduz drasticamente o contingente de população galega emigrante²¹⁹. Em ambos os casos, estas deslocações populacionais explicam, a um mesmo tempo, a configuração da estrutura e mesmo o desaparecimento de actividades culturais nos territórios de partida (eliminação de festas no meio rural, por exemplo) e, sobretudo, o surgimento ou reforçamento de organizações e infraestruturas culturais nos espaços receptores, sejam estes Centros Galegos e associações em cidades peninsulares e europeias (como a Casa de Galicia em Paris ou a Asociación Cultural Lóstrego em Madrid), sejam publicações operárias surgidas em volta das actividades industriais das áreas metropolitanas da Crunha e de Vigo (ou mesmo, nesta última cidade, a existência do Círculo Ourensán-Vigués já referido em várias ocasiões).

Da mesma maneira, a emigração contribui para a resolução de alguns desajustes sociais

²¹⁹De acordo com os dados recolhidos em Álvarez Silvar (1997: 73), entre 1974 e 1978 (inclusive) saem da Galiza para Europa 43.810 pessoas, o que fai uma média de 8.762 pessoas por ano, taxa quase três vezes inferior às 23.107 pessoas/ano que se corresponde com um total de 138.644 emigrantes entre 1968 e 1973. Confronte-se com os 32.977 galegos que emigram para Europa no período 1979-1982 (o que supom 8.244 pessoas/ano) e com os equivalentes para o conjunto do Estado Espanhol nos três lapsos propostos: 96.519 emigrante/ano entre 1968 e 1973, 21.351 para 1974-1978 e 14.571 para 1979-1982.

na Galiza; por exemplo, o contacto e o confronto da situación económica e político-social da Galiza com a das democracias europeas favorece a percepción crítica da realidade española e altera em maior ou menor medida a mentalidade e o horizonte de expectativas dos individuos relacionados directa ou indirectamente com esses outros espaços (que voltam com pautas de comportamento modificadas); ao mesmo tempo, a entrada das divisas geradas polo traballo emigrado contribuí decisivamente para a mudançā social das familias, ao serem dedicados recursos ao acceso dos seus descendentes à formaçom escolar e universitāria.

Estas novas posibilidades de promoçom social abertas pola emigraçom e a demanda de quadros médios com formaçom específica originada polos Planes de Deserrollo produce no conxunto do Estado umha *expansom universitāria* sem precedentes que, na Galiza, nom consegue igualar a taxa de escolarizaçom universitāria com a média estatal²²⁰. Este alargamento da populaçom universitāria é responsāvel pola mudançā da origem social do alunado (após 1968 visualiza-se claramente a entrada dessas novas classes médias urbanas e vilegas na universidade galega e a conseguinte rotura com o continuismo classista anterior), e explica tanto a intensa actividade político-cultural da mocidade universitāria em contestaçom ao regime franquista como as medidas legislativas tomadas no inicio do período do presente estudo no sentido de regular a limitaçom do acceso ao sistema universitārio. Referimo-nos à instauraçom por meio da Ley 30/1974 de 24 de Julho (mais conhecida como “Ley Esteruelas” em virtude do ministro de educaçom Cruz Martínez Esteruelas, responsāvel da sua assinatura) dumha prova selectiva de carácter obrigatōrio para acceder a facultades, escolas técnicas superiores e colégios universitārios; esta prova (a selectividade), que foi fortemente contestada pola mocidade de esquerdas desde que foi implantada no ano académico 1974-1975, afectou aos estudantes que iniciārom estudos universitārios no ano seguinte (*vid* Foessa 1974).

Muda, pois, a origem social das elites destinadas a ocuparem espaços de poder na administraçom e no campo económico, algo já apreciāvel com o ascenso ao Conselho de Ministros desde o Plan de Estabilizaciōn de 1959 de tecnocratas na órbita do Opus Dei (organizaçom ligada à

220“O crecemento do alunado vai acompañado da ampliación da oferta. Pero isto acontecerá xa nos anos setenta cando empezan a sentirse os efectos da tecnocrática L.X.E. [Ley General de Educación] [...]. A auténtica ampliación darase nos primeiros setenta coa creaciōn de novos centros [...] dos que os máis importantes son os Colexios Universitarios da Coruña, Lugo, Vigo e Ourense que[,] cunha ampla oferta de estudos, [...] permite[n] multiplicar por tres en 1975 os 9.000 estudantes universitarios que se contabilizaban no ano 1970. [...]. Outra importante consideraciōn apunta a que a orixe familiar do alumnado variou menos do que se podía supoñer. A Universidade semella resistirse a cumprir, pese ás apariencias, a súa funciōn de propicia-la mobilidade social, o crecemento do alumnado non significa a entrada de estudantes procedentes dos sectores máis humildes. De feito, a expansiōn corre parella ó importante crecemento das clases medias urbanas e vilegas, o que ten o seu reflexo nunha taxa de escolarizaciōn universitaria sensiblemente inferior á media española” (USC 1995: 441).

Igreja Católica), nom alinhados com posiçõs políticas estritamente autoritárias e responsáveis pola superaçom da autarquia promovida polos grupos que sustentavam o Franquismo na primeira hora. Isto significa a primeira alternância no controlo do poder do franquismo e exemplifica tanto a maior pluralidade das classes que nutrem a administraçom como até que ponto as mudanças económicadas demandam umha evoluçom social coerente (*vid* Foucauld 1977). A “Ley de Funcionarios Civiles” de 1964 (Decreto 315/1964, de 7 de Fevereiro), tecnocrática e reformista, é fruto das mudanças apontadas.

Nesta situaçom, a crescente *pluralidade de informaçom* ao dispor da populaçom contribui também para que a estrutura de poder formal (institucional oficial) do Franquismo deixe de funcionar para a cidadania como único referente de poder real. A essa incipiente diversificaçom e multiplicidade de fontes de informaçom ajudam desde os contactos particulares com a emigraçom exterior até, sobretudo, o decreto que em princípios de Outubro de 1977 permite radiar programas informativos a emisoras comerciais e acaba desta maneira com o monopólio exercido até entom por Radio Nacional de España (RNE) através do seu noticiário falado (conhecido popularmente como “El Parte”). A partir deste momento, a emissora governamental sentirá ainda mais a concorrência com grupos radiofónicos em processo de expansom no conjunto do Estado, como a SER (Sociedad Española de Radiodifusión), surgida após a guerra civil sobre Unión Radio, ou a COPE (Cooperativa de Ondas Populares de España), que agrupa desde inícios de sessenta as emisoras ligadas à Igreja Católica (*vid* Balsebre 2001-2002).

Quanto à imprensa escrita, um dos principais elementos a condicionar a reproduçom do poder e reduzir o grau de autonomia no seu exercício, a já citada “Lei Fraga” de 1966 favorece a abertura do sistema informativo e que a imprensa privada ganhe cada vez mais difusom a custa da Cadena de Prensa y de Radio del Movimiento, composta por 35 jornais e 45 emisoras radiofónicas que supunham 37% dos diários de informaçom geral do conjunto do Estado (Beaumont 1977) na altura de serem transferidas a maos do Ministerio de Cultura em virtude do Decreto-Ley de 1 de Abril de 1977 (com o nome de Organismo Autónomo de Medios de Comunicación Social del Estado). Na Galiza, ao lado da imprensa escrita (jornais e semanários) de difusom no Estado, entre as 28 publicaçõs informativas referenciadas na nossa base de dados para o período em análise destaca pola sua difusom o jornal Corunhês *La Voz de Galicia*, a ocupar nessa altura o quinto lugar entre os diários de informaçom geral no Estado (*vid* López García *et al* 2001)²²¹.

²²¹Fora *El Correo de Galicia* e *Galicia Hoxe*, editados em Buenos Aires e Genebra respectivamente (o primeiro com ligaçõs informais com o Centro Galego da capital argentina e o segundo relacionado organicamente com a UPG), na Galiza administrativa som publicados os diários *El Faro de Vigo*, *Diario de Pontevedra*, *Ferrol Diario*, *El Ideal*

Esta relativa abertura do enquadramento legal chega também directamente ao campo literário com a Ley 9/1975, de 12 de marzo, del Libro (BOE 14/03/1975), no sentido de que esta disposição governamental contempla na sua Exposición de Motivos “como base de la política del libro el principio de libertad de expresión proclamado en nuestras Leyes Fundamentales” (de acordo, contudo, com as limitações indicadas para a Ley de Prensa e Imprenta de 18 de Março de 1966), e “ tiene por objeto establecer un régimen especial encaminado a promover el libro español, *en sus diversas expresiones lingüísticas*, y a fomentar su producción y difusión” (art.1; itálicos nossos).

Esta mesma política de carácter relativamente permissivo e considerada aperturista cara as culturas periféricas do Estado polos grupos que detentam posições de privilégio nos campos do poder afecta também ao campo do ensino, onde a Ley General de Educación de 1970 é desenvolvida através do já referido “Decreto 1433/1975, de 30 de mayo, por el que se regula la incorporación de las lenguas nativas en los programas de los Centros de Educación Preescolar y General Básica”²²². Este decreto pretende regular umha actividade docente até entom só realizada de maneira voluntária, informal e extra-escolar, fundamentalmente por iniciativa do movimento associativo e com a participação e colaboração do ILG, que fornece também os materiais necessários para o processo ensino-aprendizagem do galego (Pérez Magdalena 2002: 27 e ss.); o referido decreto fai constar os seus objectivos nos primeiros artigos (itálicos nossos):

Artículo primero.— Se autoriza a los Centros de Educación Preescolar y Educación General Básica, *con carácter experimental*, y a partir del curso mil novecientos setenta y cinco-setenta y seis, para incluir en sus programas de trabajo, *como materia voluntaria* para los

Gallego e La Voz de Galicia (ambos na Crunha), *El Correo Gallego* (em Compostela), *La Región* (em Ourense) e *El Progreso* (em Lugo); ao lado dos suplementos ou revistas relacionadas com estes jornais (por exemplo a infanto-juvenil *Axouxe*, com La Región de Ourense) e das *Hoja(s) del Lunes* da Crunha, Lugo, Ourense e Vigo (e também *El Pope* nesta última cidade), encontramos ainda umha série de publicações de temática informativa com periodicidade variável, tenham estas âmbito local ou comarcal (*Nordeste e La Voz de Ortigueira, La Comarca del Eo, Heraldo de Vivero e A Voz do Condado*), estejam promovidas polo galeguismo nacionalista (como os semanários *Teima e A Nosa Terra*) ou sejam publicações informativas editadas por instituições políticas públicas (o *Boletín Oficial da Xunta de Galicia*, o *Pazo de Mariñán, Orense e Lucus*, os três últimos editados respectivamente polo Concelho da Crunha e as Deputacións de Ourense e Lugo).

²²²Esta legislação sobre a incorporação da matéria optativa de língua galega ao ensino obrigatório foi ampliada durante o período deste estudo polo Decreto 2929/1975, de 31 de octubre de 1975 e desenvolvido pola Orden 1976/3756, de 18 de febrero de 1976. Todos estes serán derogados polo “Real Decreto 1981/1979, de 20 de julio, por el que se regula la incorporación de la lengua gallega al sistema educativo en Galicia”, publicado no BOE de 21 de Agosto de 1979 e que “tiene por objeto iniciar el camino para la incorporación de la Lengua y Cultura Gallegas al sistema educativo de Galicia durante la actual situación transitoria hasta la promulgación del Estatuto de esta Comunidad Autónoma, así como también sentar las bases de la regulación que con posterioridad haya de ser establecida” (esta legislação é acessível em <http://www.filosofia.org/hem/dep/boe/19750701.htm>, <http://www.filosofia.org/hem/dep/boe/19751115.htm>, <http://www.filosofia.org/hem/dep/boe/19760219.htm> e <http://www.filosofia.org/hem/dep/boe/19790821.htm>; consultados em 04/05/2010).

alumnos, la enseñanza de las lenguas nativas españolas.

Artículo segundo.— Las enseñanzas en estos Centros *tenderá[n] a asegurar el fácil acceso al castellano, lengua nacional y oficial*, de los alumnos que hayan recibido otra lengua española como materna, así como a *hacer posible el conocimiento de esta última y el acceso a sus manifestaciones culturales a los alumnos que la soliciten*.

Precisamente, este carácter voluntario e limitado da docência, assim como a secundarizaçom da língua galega envolvida na referênci a introduçom do ensino das línguas diferentes do castelhano com o objectivo de “favorecer la integración escolar de los alumnos que tengan como materna otra lengua española distinta de la nacional” (tal como figura na ordem de 18 de Fevereiro de 1976), som os principais argumentos em que assenta a recepçom negativa que os grupos activos no SCG depararam a este desenvolvimento legal, rejeitamento documentado tanto no pólo da resiliência como no da resistência em tomadas de posiçom dos seus grupos mais centrais, Galaxia e a UPG. Assim, os primeiros publicam ao efeito umha nota na secçom “O Rego da Cultura” de *Grial* (nº 49, 1975: 408):

o estudo da lingua nativa decrárase «materia voluntaria pra os alumnos». Decisión que non comprendemos no tanto que non sexan igualmente voluntarios pra os mesmos, poñamos por caso, o estudo das ciencias naturais ou das matemáticas. Razóns pedagóxicas pra a tal decisión non sabemos que as haxa.

O outro é que o ensino das linguas nativas hase encarrear «a asegurar o fácil acceso ao castelán». Co que se pon fora de dúbida, se a houbera, o carácter de subordinación con que se trata a lingua nai dos escolares. [...].

E tiremos xa conclusións. Como parece imposible atoparlle xustificacións pedagóxicas á normativa decretada [BOE de 1 de Julho de 1975], imponse pensar que o decreto devandito fai pé en motivacións simplemente políticas. Pois, xa que logo, ¿con este decreto non se está a reconocer o dereito a usar das linguas no ensino con finalidade decididamente política?. Sinceramente, é ésta máis ben a utilidade que ún lle atopa pra Cataluña, País Vasco e Galicia ao tal decreto. Aínda que non sexa pra facer uso da lingua no ensino coa tal finalidade política, simplemente pra que dende o de agora non se poda facer uso como censura deste argumento.

No tocante ao ensino da lingua galega, catalá e euskera, é mágoa, non pequena, que non podamos tirar conclusións sensiblemente positivas da publicación deste tan agardado decreto.

Se Galaxia considera esta legislaçom “aldraxante pra a lingua e o pobo galegos” (*Grial* 51, 1976: 126), a “Crítica ó decreto da Presidencia do Goberno polo que «se regula el uso de las lenguas regionales españolas»” feita pola UPG ataca com os argumentos e a terminologia política habituais no grupo uns textos legais entendidos como destinados à consagraçom da assimilaçom lingüística e

a colonización cultural; esta resposta está encabeçada por unha das agentes da UPG mais activas quanto a cuestións político-lingüísticas, a profesora de ensino secundario Pilar García Negro (*et al* 1976: 9; sublinhados no original), a quem encontraremos tamén dous anos despois mantendo a sección “O idioma” no semanario *A Nosa Terra*:

atacamos o devandito decreto: ideoloxicamente, por claramente asimilista («...incorporar las peculiaridades regionales al patrimonio cultural español») e perpetrador da colonización cultural, ó propoñer como solución o «cultivo» das «lenguas regionales» (no fondo un reduccionismo que postula a conservación do idioma nunha área culturalista-floklórica); técnicamente, por ausolutamente insuficiente e cativo e pola súa falta de especificación normativa: fronte ó ensino obligatorio do castelán, acórdase autorizar, con carácter experimental, a «inclusión de la enseñanza de las lenguas nativas españolas como materia voluntaria para los alumnos de los Centros de Educación Preescolar y Educación General Básica». Pra nada se fala, por outra banda, do Ensino Medio nin do universitario. É curioso observar tamén que, ó longo de todo o decreto, hai unha interesante diferenciación terminolóxica: resérvase o término «idioma» pró castelán; os outros idiomas peninsulares son «lenguas»; a distinción consagra o carácter oficial, «trascendental» e astra universal do castelán, fronte a[o]s outros que non hai máis remedio que chamar «lenguas» (aunque, eso sí, «regionales»; o castelán non é «regional»), porque o término «dialectos» (non tan vello por outra banda) resultaría xa en extremo groseiro e provocador.

Noutra orde de cousas, a influencia do Estado na produción cultural do período en causa está virada mais claramente para a construción da ideoloxía dominante do que para investimentos en infraestruturas culturais na Galiza ou para a implementación de medidas dirixidas a fomentar a participación social descentralizada na produción de bens culturais. Assim, as accións ligadas ao Ministerio de Juventud, Información y Turismo, focan un espazo geográfico local-municipal e promoven fundamentalmente entre a mocidade de ámbitos urbanos (na Crunha, por exemplo, com a participación de agentes como Luís Iglesias de Souza), a participación en actividades folclóricas relacionadas com a música e as danças ditas “regionales” e a asistencia tanto a sesións teatrais com representacións ao cargo de compañías que participan de circuitos estatais como a proxeccións cinematográficas comerciais de factura norte-americana. Fora deste ámbito de difusom mais geral, os investimentos culturais das Deputacións e os concellos da Galiza van destinados à rehabilitación de bens imóveis (Castelos, Pazos, sedes de institucións oficiais, incluíndo a da RAG na Crunha ou a Casa Museo de Rosalia em Padrom), à convocatória de prêmios (de pintura, de fotografía...), ou a sustentarem o funcionamento e as actividades de Museus, patronatos e institucións culturais oficiais deles dependentes.

O exposto até aqui fai que, segundo o profesor Barreiro Rivas (*in actas Poluliga*), seja

possível afirmar que já em 1973 assistimos à conformação democrática dumha sociedade civil plural, organizada primeiro em associações (culturais, vizinhais, sectoriais...) e, tal como apontamos acima, desde as eleições de 1977 fundamentalmente em partidos políticos. O processo de evolução do regime franquista concluiria, entom, com a tendência a umha maior coincidência entre o poder real e o poder formal, cuja estrutura sofre umha forte mudança com a progressiva implementação do sistema autonómico (paralela à invisualização progressiva despois de 1977 dos grupos que sustentárom o poder franquista), responsável pola criação de sistemas de poder próprios e favorecedor da acessibilidade a ele de grupos que até esse momento tinham umha presença escassa (o galeguismo) ou nula (a esquerda em geral e o nacionalismo galego em particular) no poder político formal e centralizado emanado do Estado, cujas decisons, também culturais, som executadas de maneira variável entre 1974 e 1978 fundamentalmente através de concelhos e Deputacións (chefiadas por alcaldes e presidentes nomeados, lembremos, directamente polo governo espanhol).

Entre estes *grupos que participam do poder político no franquismo*, García San Miguel (1981) identifica o exército, a Falange, os monárquicos e a Igreja (e em relação com esta, o Opus Dei e a Asociación Católica Nacional de Propagandistas)²²³; para este professor (García San Miguel 1981: 38) “todos los grupos (incluidas ciertas alas izquierdistas de los mismos) se encuentran unidos, [...], por la común fidelidad al Jefe del Estado y por la conciencia de que sólo permaneciendo unidos pueden continuar en el poder”. De maneira transversal a estes grupos e ainda no interior do poder franquista, este estudioso (pp. 44-45) diferencia igualmente três tendências básicas quanto aos modos de entender a acção política em relação à evolução do regime no fim do processo, e fala assim em evolucionistas, imobilistas e involucionistas. Da mesma maneira, García San Miguel (1981: 55-79) agrupa a oposição ao franquismo em virtude da posição social dos membros do grupo, do tipo de actividades realizadas, da repressão que estão dispostos a assumir, da ideologia, do ritmo que se pretende acompanhar e das metas que se querem atingir, resultando da conjugação destes factores dous grandes grupos: os revolucionários e os reformistas. Estes últimos, os reformistas, podem ser “legais” (ou evolucionistas desde fora) ou “ilegais” (ou revolucionarios expectantes) em função de aproveitarem ou nom os mecanismos do sistema para tentarem produzir a mudança (neste âmbito podemos encontrar as homologias políticas da maioria

²²³Na primeira parte do seu estudo Luis García San Miguel (1981: 21-79) analisa e caracteriza os grupos políticos e as *tendências* dentro do “Movimiento Nacional”, os grupos na oposição ao Franquismo segundo a sua posição e a sua acção política e os partidos políticos da democracia no nível estatal (entre 1977-1978). Este livro contém dous trabalhos publicados em *Sistema* em 1974 e 1975 e, para Cotarelo (1992: 17), “preanuncia el proceso de transición y también con mérito en la época de las teorías del desarrollo político”.

dos agentes de grupos culturais como Galaxia e “Filgueira”), enquanto que os chamados revolucionários pretendem umha mudança relativamente rápida do sistema e contemplam o recurso à violência (neste grupo é possível enquadrar o nacionalismo galego, e claramente a UPG até 1975, ano em que é desarticulada a sua Frente Armada).

Estes agrupamentos dos agentes que participam ou concorrem polo poder político som válidos até 1977 mas, para o professor Barreiro Rivas, devem ser revistos e complementados com base na posição adoptada a respeito do processo da transição depois das Elecciones Generales desse ano, já que é nesse momento quando fica configurado na Espanha o sistema de partidos que perdura até a actualidade. Isto é, depois de serem contrastados por primeira vez todos os projectos e os capitais da totalidade dos grupos políticos (ideologia, simbologia, capitais especulativos e ficcionais, etc.), e depois da máxima proliferação destas organizações verificada entre 1975 e 1977, consolida-se no Estado um modelo de partidos “por decantação”²²⁴ e um bipartidismo imperfeito articulado em volta de duas organizações com capacidade de ocuparem o governo (UCD, depois PP, e PSOE) e um conjunto também relativamente estável de organizações políticas com possibilidade de condicionarem a governabilidade, estejam estas caracterizadas pola sua ideologia (PCE/IU), polo seu âmbito territorial restrito (CiU, PNV ou, nos oitenta, os epifenómenos da UCD na Galiza agrupados em Coalición Galega) ou por umha mistura de ambos os elementos (como o Bloque Nacionalista Galego [BNG] desde a década de noventa).

Assim sendo, quanto à postura dos grupos políticos em relação ao processo da transição, Barreiro Rivas fala, na direita, em contrários (antidemocráticos e nostálgicos do primeiro franquismo conhecidos na altura como o “búnker”), em reticentes (opostos a mudanças rápidas ou profundas no sistema, como a AP de Fraga) e em responsáveis (a tecnocracia franquista especializada que reforma de maneira controlada o regime valendo-se da UCD). Noutro lado

²²⁴Quanto ao enquadramento partidário, a direita ideológica nucleada em volta da Alianza Popular de Manuel Fraga funda em final da década de oitenta o Partido Popular, que também acolherá numerosos quadros galeguistas e, sobretudo, da UCD, umha vez concluída a função específica para a qual foi criada esta organização da direita tecnocrática (a transição). Na esquerda, já dixemos que o PSOE aglutina desde 1977 grupos como o PSP e agentes do socialismo galeguista vinculados maioritariamente ao PSG, enquanto que o PCE/PCG promove a união das organizações à esquerda da hegemonia do PSOE criando Izquierda Unida em 1986 (no contexto do referendo que conduzirá ao ingresso do Estado na Organização do Tratado do Atlântico Norte [OTAN]). A esquerda nacionalista galega, por seu lado, organiza-se com avanços e recuos em várias estruturas de carácter frentista e assemblear nucleadas pola UPG (e participadas, em maior ou menor medida, também polo PSG) até a constituição do Bloque Nacionalista Galego em 1982, ferramenta com a qual o nacionalismo da esquerda inicia o processo de institucionalização no sistema autonómico. Para a o conhecimento da evolução dos partidos políticos na Galiza veja-se Barreiro Rivas *et al* (2003) e ainda, para nos aproximarmos das numerosas organizações políticas activas no período em análise, som de utilidade também os informes “Forzas políticas pra un tempo decisivo” (*Teima* 22, 12-19 de Maio 1977: 10-13) e “Falan os roxos” (*Teima* 23, 19-26 Maio 1977: 10-13), “A esquerda do PC” (*Teima* 24, 26 Maio-2 Junho 1977: 24).

estariam, em primeiro lugar, os evolucionistas, que fám possível a transiçom ao aceitarem a pauta marcada polo governo de Suárez e consentirem com a superaçom do franquismo através de fórmulas nom revisionistas com o regime de Franco; este grupo está composto por moderados e possibilistas do PSOE e do PSP, nacionalistas periféricos centristas e conservadores tanto de Convergència como de Unió Democràtica de Catalunya (CiU, desde 1978) e Partido Nacionalista Vasco (PNV), galeguistas mais ou menos “históricos” na órbita de Galaxia e, após a aceitaçom do sistema de democracia representativa ocidental e dos símbolos do regime (bandeira, monarquia...) também polo PCE/PCG legalizado(s) em 1977²²⁵.

Fora do processo da transiçom (e da posterior construçom da autonomia) ficam na altura os rupturistas de esquerda, que nom reconhecem a legalidade franquista e pretendem a ruptura democrática e a revisom crítica do regime, nom aceitando um regime estatutário para a Galiza e propondo fórmulas de organizaçom política nom necessariamente homologáveis com as existentes na altura na Europa ocidental (aqui está situada a maioria do nacionalismo galego organizado na UPG, no PSG e nas várias plataformas por eles promovidas ou criadas desde 1975: AN-PG, APG, CFPG, BN-PG...) ²²⁶.

Entendemos que esta arrumaçom vem reforçar tanto as afirmaçoms quanto à referida

225Esses galeguistas próximos de Galaxia unicamente actuarán no campo político como grupo organizado através da efémera plataforma Realidade Galega, criada em 1980 para intervirem na fase final do processo de construçom da autonomia política (integrando as listas eleitorais de partidos políticos com ligaçoms estruturais no nível estatal). Porém, entre finais de 1976 e o verao de 1977 podiam sentir-se representados (formalmente através das siglas do PG) polo vice-presidente de Pescanova Valentín Paz-Andrade (Prémio Pedrón de Ouro em 1975 e senador despois das eleiçoms de 1977) na chamada “Comisión de los nueve”, que negociava com o governo de Suárez as condiçoms para a convocatória de eleiçoms gerais em nome da feble Plataforma de Organización Democrática: “el 23 de octubre de 1976, Coordinación Democrática, la Asamblea de Cataluña y otros partidos regionales habían creado una débil Plataforma de Organización Democrática (POD). Suárez, después del referéndum de la LRP [Ley para la Reforma Política], que reforzó su liderazgo, recibió a una representación de la misma para iniciar una ronda de conversaciones que debía aclarar los principios mínimos para celebrar elecciones. Durante esta fase, que se prolongó hasta junio de 1977, los reformistas lograron que los representantes de la POD, denominada la Comisión de los Nueve, reconocieran la Monarquía, la bandera nacional y la unidad de España, y no exigieran responsabilidades políticas. A cambio, el Ejecutivo aceptó la inelegibilidad de sus miembros en las elecciones (salvo el Presidente), la legalización de los partidos políticos y la elaboración de una normativa electoral que resultó aceptable por la oposición” (José Agustín González-Ares Fernández: “Los partidos políticos en la transición democrática española”, conferência pronunciada nas I Xornadas Sociedade e Dereito sobre “A transición española á democracia (1975-1977)” (Ourense, 2-11 de Abril de 2001; acessível em <http://www.agex.es/lospartidospoliticos.htm>; consultado em 21/04/2010).

226A conversa com Barreiro Rivas permite-nos a identificar vários momentos chave, quer na transiçom quer no posterior período de consolidaçom democrática, na integraçom no sistema político dos grupos reticentes: os Pactos da Moncloa assinados em 25 de Agosto de 1977 para tentar estabilizar o processo político e conter a inflaçom (de 47%), a mudançom de posiçom de AP em Setembro de 1980 nos “Pactos do Hostal” e a sua conseguinte aceitaçom da autonomia para a Galiza, o golpe de Estado frustrado de 23 de Fevereiro de 1981, a expulsom do Parlamento galego dos três deputados do Bloque-PSG em 22 de Novembro do mesmo ano por se negarem a acatarem a Constitución Española e a criaçom em 26 de Setembro de 1982 do BNG para incluir no sistema os grupos galegos opostos até essa altura à transiçom.

heteronomia que caracteriza o funcionamento do SLG entre o franquismo e a transição como, em virtude dela, a identificação neste trabalho dum *Pólo da oficialidade* e um *Pólo da resistência* em referência aos quais localizarmos os diferentes tipos de programas e tomadas de posição no SLG de 1974 a 1978. Da mesma maneira, parecem-nos especialmente significativas quanto ao grau de porosidade e interrelacionamento entre a totalidade dos vários espaços (quer sócio-políticos quer geográficos) demarcados de maneira funcional no sistema, as trajetórias de alguns grupos referenciados no campo político, cujas mudanças estratégicas determinaram as tomadas de posição dos seus agentes também nos campos culturais.

Ainda a risco de sermos repetitivos, julgamos paradigmático nesta questão o acontecido com o PCE-PCG e, em menor medida, com o PSOE, este último com escassa incidência nos campos sociais da Galiza até depois das eleições gerais de 1977 (e por isso agrupado nas Org_Pol_Esq), quando vários quadros dirigentes do PSG (o Colectivo Socialista Galego [CSG] de González Laxe, Ceferino Díaz e González Pardo) passam a nutrir as suas fileiras ao mesmo tempo que os resultados eleitorais propiciam a retirada da actividade política de Xosé Manuel Beiras e colocam o partido fundado por Pablo Iglesias como alternativa para gestionar o sistema desde as instituições políticas em processo de adaptação à democracia parlamentar. Este(s) grupo(s) passa(m) da defesa da ruptura democrática (do campo da resistência política, portanto) a se somar(em) à *transição por transacção* (ou “ruptura pactada”, segundo expressou o líder comunista espanhol Santiago Carrillo) promovida, tal como já foi apontado, desde as instituições políticas do Estado pelos agentes reformistas do franquismo decididamente desde o segundo governo da monarquia que preside Adolfo Suárez, principal valedor do processo de reforma institucional “de la ley a la ley” consumado em 1978. Esta mudança de posição, e os seus efeitos quanto às ideias veiculadas através dos campos culturais, pode ser acompanhada claramente através das publicações orgánicas deste grupo na Galiza (PCG_CC.OO.) no período do presente estudo.

Da mesma maneira, no campo do nacionalismo galego não é apenas no PSG onde se produz este transvasamento e reorganização de efectivos, aqui em direcção da adaptação e reconhecimento do novo quadro político administrativo que será consagrado pela Constituição de 1978 (repare-se, por exemplo, em que o poeta Celso Emilio Ferreiro, fundador da UPG e ao lado do PSG nas eleições de 1977, passa nesse momento para o PSOE). Também na altura das eleições de 1977 a UPG assiste, por um lado, a um deslocamento para a resistência política da sua autodenominada “línea proletaria” [UPG-l.p.], chefiada pelo poeta e professor de liceu Xosé Luís Méndez Ferrín (proclamada comunista, independentista e contrária à participação eleitoral; *vid*

Teima 28, 1977: 19-22) e, por outro lado, sofre após este processo eleitoral outra cisom capitaneada polo enxeiro e economista Camilo Nogueira Román, que tinha ingressado no partido durante as greves operárias do ano 1972 encabeçando o grupo viguês Galicia Socialista e funda agora o POG como instrumento com que participar no novo quadro institucional e no processo de construción da prevista autonomía política²²⁷.

Em relação com isto e com a apontada centralidade alcançada polo *sistema de Partidos Políticos* na organização da sociedade civil, devemos indicar ainda que a legislação eleitoral de 1977 reforça propositadamente o papel destas organizações políticas com o objectivo de dar maior estabilidade ao sistema²²⁸ e contribui também, de passagem, para aumentar o grau de identificação da cidadania com os partidos (Fundación Foessa 1981); isto terá como principal conseqüência a rápida transformação da organização do poder, baseada agora em organizações políticas, que penetra em grande medida o conjunto da estrutura social, económica e também cultural, tal como demonstra, neste último ponto, a capacidade do nacionalismo político para regular o funcionamento do SLG em vários dos seus espaços, à margem (ou em contra) da autoridade das instituições culturais com reconhecimento oficial. Esta capacidade reguladora nos campos culturais de organizações políticas com escassa ou nula representação institucional oficial (quer política quer cultural) verifica-se no caso da Galiza durante o período deste estudo, e para além dele, na elaboração e sustentação de normas e modelos próprios (quer estritamente lingüísticos quer culturais em sentido alargado) alternativos e concorrentes com os refrendados polas instituições culturais (ou políticas) oficiais, tal como acontece, por exemplo, com a contestação da Frente Cultural da UPG/ AN-PG entre 1975 e 1977 à celebração do Dia das Letras Galegas impulsado pola RAG desde 1963²²⁹.

227A UPG explica esta crise no “Informe do C[omité].C[entral]. presentado polo Segretario Xeral (UPG 1977: 11): “E foi entón cando apareceu en toda a súa desfachatez e oportunismo o abstencionismo dalgún pequeno burgués [em alusom a Ferrín] que, deica entón, tivera un papel predominante i hexemónico, á vez que moi negativo, na imaxen pública da UPG. O narcisismo intelectual, enchido de fachenda ruín, de alguén que hastra entón ocupara un posto determinante no Comité Central, non estaba en disposición de facer frente á nova situación que iba a esixir un traballo constante, calado, ás veces heroico, moi lonxano da mera piraeta de «enfant terrible». [...]. Tamén se amosou claramente a falta de disciplina, o abstencionismo de algúns obreiros da fenecida Galicia Socialista, que mostraron a súa falta de disposición revolucionaria cando se lles chamou pra se faceren cargo de postos no Comité Central”.

228O temor à desestabilização e o desejo de ordem social das elites que comandam o processo fai que o consenso apareça como um valor forte durante toda a transição e é responsável, em grande medida, do adiamento do processo até o desaparecimento físico do ditador.

229“Quando a Academia dedica o ano de 1975 a comemorar a obra do precursor Manuel Pintos, as associações culturais nacionalistas decidem homenagear o ‘poeta da raça’, Ramón Cabanillas; no ano seguinte é Cabanillas o homenageado pola Academia, e essas mesmas associações agrupadas na frente cultural da Asamblea Nacional-Popular Galega (AN-PG) escolhem como motivo de reivindicação a normalização do idioma; e o mesmo vai acontecer no ano de 1977, por mais que a RAG faga outro chamamento à adesom desse nacionalismo universitário

Ora, para conhecermos qual é a realidade de poder que subjaz no enquadramento partidário deveremos diferenciar a estrutura formal de poder dos partidos (geralmente mais reduzida) da estrutura de poder real, em grande medida dependente do grau de *Conexom simbiótica* existente entre a organização política concreta e a sua base institucional (sobretudo na regulada polo quadro político-administrativo do Estado). Neste sentido, na Galiza do período estudado destaca a organização política da direita (tecnocrática da UCD ou ideológica do PP), que é basicamente equivalente ao poder por ela exercido desde as instituições porque mantém a sua presença nas estruturas do poder do Estado na Galiza, consegue enquadrar na transição tanto os agentes individuais procedentes do regime franquista como grande parte da população dispersa (incluindo uma parte do galeguismo) e dirige o processo de construção da autonomia depois de 1978 de acordo com o poder exercido por estes grupos no Estado (nomeadamente da UCD) e acompanhando as dinâmicas descentralizadoras promovidas sobretudo desde Catalunha e Euskádi.

Neste sentido, devemos anotar que Catalunha e Euskádi, históricos referentes de analogia para o galeguismo, contam na altura da morte de Franco com partidos próprios consolidados (PNV, Unió democrática de Catalunya e Esquerra Republicana de Catalunya [ERC]) e instituições autonómicas que supugérom modelos de resistência no exílio francês durante o franquismo e se encarregárom de preparar a transição, polo qual no início desta tinham grupos políticos organizados, estruturados, representados e reconhecidos. O galeguismo, polo contrário, depois da dissolução da sua estrutura partidária levada a cabo por Galaxia em 1950, nom mantém a continuidade organizativa na metrópole e sistem apenas no exílio americano (afastado e envelhecido) o Consello de Galiza como poder autónomico amparado na legalidade republicana, mas sem reconhecimento efectivo no interior²³⁰; ao lado do Partido Galeguista (PG) refundado em 1978, com escassa incidência, precária organização e falta de apoio inclusivamente entre as elites intelectuais proclamadas as suas herdeiras (leia-se Galaxia), o nacionalismo conta basicamente com o PSG e a UPG, forças de esquerda anticolonial criadas na década de sessenta, com reduzido peso

coa escolha dum dos pais do nacionalismo galego, Antón Villar Ponte, como objecto da sua homenage[m] institucional em 17 de Maio. O último capítulo deste questionamento directo da auctoritas académica para escolher a figura celebrada no Dias das Letras tem lugar em 1979, quando a RAG opta por homenagear o poeta vanguardista Manuel Antonio e recebe a contestação na forma dum manifesto intitulado significativamente «Tirade as vosas suxas mans de Manoel Antonio», mas já agora a oposição procede do provocador Colectivo Poético Rompente de Antón Reixa, Alfonso Pexegueiro, Manuel María Romón e Alberto Avendaño, um grupo periférico dentro desse nacionalismo de esquerdas a que vimos fazendo referênciam (Samartim 2003: 64). A constestação da autoridade académica por parte do nacionalismo significa também, além do mais, a aceitação por parte do nacionalismo dum certo grau de oficialidade à RAG e o reconhecimento dalgum poder simbólico objecto de contestação.

²³⁰Um estado da questom sobre as fontes documentais da oposição política e o exílio galego em Prieto Valdés e Romasanta (1991).

eleitoral (tal como verificado após as eleições de 1977) e com estratégias de oposição activa e de autoexclusão do processo da transição. Este défice organizativo faz com que, a diferença de Catalunha e Euskádi, na Galiza o poder formal seja detido por forças de obediência estatal e que a consciência identitária diferencial não dê como resultado a viabilidade de organizações e estruturas políticas partidárias de âmbito exclusivamente galego capazes de influir desde dentro no sistema em transição; para este facto contribui também uma imagem do poder (entendido em maior medida como mediador que como estruturador) estendida entre parte das elites galegas, capazes contudo de adoptar um certo “galeguismo de oportunidade” que lhes permite gerir dentro de estruturas partidárias participadas ao nível de Estado uma emergente consciência de galegidade promovida, nesta altura, pela imitação de bascos e catalães (com os quais a Galiza partilha, fundamentalmente, o quadro político-administrativo de partida e a reivindicação do idioma próprio), pelo apontado acesso massivo das novas classes médias de origem vilega e rural à Universidade (onde a oposição ao franquismo passava em grande medida pela reivindicação da identidade própria, língua incluída) e pela também referida emigração para a Europa (onde muitas pessoas tomam consciência da sua identidade como mecanismo de resistência contra as sociedades de acolhida e, ao regressarem, exercem certa liderança e trasladam esse sentimento à sociedade no seu conjunto).

Ora, outra vez quanto à *conexão simbiótica* dos grupos políticos, lembremos que ao centro-esquerda do PSOE chegam no fim do período galeguistas do PSG (depois também do âmbito de Galaxia) para participar na construção na Galiza dum modelo hierárquico sem bases institucionais sólidas (a partir de 1979 alcança alguma quota de poder na administração municipal), onde as linhas de poder formal funcionam em paralelo com as reais, dependentes em grande medida da conexão directa com a liderança central no Estado (veja-se o trabalho de Jiménez Sánchez no volume coordenado por Barreiro Rivas em 2003: 263-344). Por seu lado, o nacionalismo tem a organização com uma estrutura mais sólida na UPG e mantém nesta altura um alto grau de coincidência entre a rede formal do poder (a própria organização e a rede que vai conformando no sindicalismo, ecologismo, movimento associativo e vizinhal, etc.) e o seu poder real, alheio ao âmbito da administração pública mas com considerável influência nas organizações sociais e nos campos culturais.

Contudo, a capacidade de incidência do poder político está também em função do grau de autonomia relativa dos grupos que o detêm e da capacidade doutros grupos (concorrentes ou não) para limitarem ou condicionarem a sua expansão e reprodução. Ainda que entre estes

elementos condicionantes estám também a imprensa, alguns interesses profissionais e as organizaoes sociais (desde a Igreja até a multidom de instituioes geradas na sociedade civil, entendida esta no sentido *gramsciano*²³¹), os principais factores que limitam a margem de autonomia do campo do poder político entre o franquismo e a transiçom estám localizados fundamentalmente no campo do poder económico (organizaoes empresariais locais, estatais ou multinacionais; entidades financeiras; etc.).

4.3.1.2. O campo económico

No tocante aos grupos de poder, a propriedade do capital económico fai que o grau de estabilidade do poder industrial e a sua “capacidade de chantagem” ao poder político sejam maiores e mais efectivos que no mundo rural, onde o poder é mais difuso e de carácter conjuntural. No meio rural destaca neste sentido entre 1974 e 1978 o labor do líder centrista ourensam Eulógio Gómez Franqueira, vereador num concelho rural da província de Ourense desde meados de cinquenta e deputado em Cortes pola governamental UCD desde 1977, cujo grupo influi no processo da transiçom em virtude dumha posiçom alcançada ao por em jogo os vários capitais delegados polos cooperativistas da Unión Territorial de Cooperativas Orensanas (UTEKO) e das Cooperativas Orensanas (COREN) que o apoiavam (*vid* Carmona 2005 e 2006).

Levando em conta esta distinom, podemos apontar que o campo económico do período abrangido polo projecto Fisempoga (1968-1982) está caracterizado fundamentalmente polo final do desenvolvimentismo (o *desarrollismo* da tecnocracia franquista) e o início da crise económica que se deixará sentir já com toda a sua virulência no ano 1974 em que começa o período seleccionado para o seu estudo neste trabalho. Assim, se em 1968-1973 assistimos aos últimos anos de crescimento económico do após-guerra mundial e é possível detectar também um menor dinamismo económico em relaçom com o período anterior (com repercussoes no aumento do ritmo da emigraçom galega a Europa), no lapso 1974-1982, por seu lado, encontramos-nos ja com um período caracterizado pola primeira fase da crise económica mundial e estatal. Todavia, esta fase é menos virulenta na Galiza do que no resto do Estado e na Europa (a taxa de desemprego na Galiza situa-se

²³¹Para Gramsci a sociedade civil é a esfera de mediaçom entre a infra-estrutura económica e o aparelho de Estado onde se realiza a figura social da hegemonia. De maneira mais específica, a sociedade civil em Gramsci é “o conjunto de organismos designados vulgarmente como «privados» (...)” (Gramsci 2001: 20), e está formada “pelas organizaoes responsáveis tanto pela elaboraçom quanto pela difusom das ideologias, compreendendo assim o sistema escolar, as igrejas, os sindicatos, os partidos políticos, as organizaoes profissionais, a organizaçom material da cultura (que se dá pelos jornais, revistas, editoras, meios de comunicaçom de massa), etc. Em suma, os ditos «aparelhos privados de hegemonia» -organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autonomos em face da sociedade política (Gramsci 2004: 112)” (Pinheiro, s.d.: 93).

entre 4 e 5%, enquanto no Estado chega a alcançar 14%) devido ao papel do sector público na economia galega, à construção de infraestruturas de transportes terrestres (*vid* Camilo Nogueira *et al* 1980) e, sobretudo, ao peso do sector agrário na economia da Galiza, que significava por volta de 40% ainda em 1982 (com maioria de explorações familiares, o que contribui à umha relativa estabilidade económica e do emprego)²³².

Neste sentido, quanto à *estrutura do emprego* em relação com a estrutura social (de classes), a importância na Galiza do emprego agrário em explorações familiares reduz a taxa de paro neste período de crise, ao haver menos pessoal assalariado e mais trabalho por conta própria (fundamentalmente no agro, mas também na indústria auxiliar e nos serviços). Porém, esta estrutura sócio-económica está em processo de mudança em virtude, sobretudo, da queda do emprego agrário e do já referido exodo de mão de obra rural para as cidades industriais do País e para a emigração europeia²³³, produzindo paralelamente um aumento do peso da indústria e dos serviços nesses lugares e a mudança na estrutura interna desses sectores (desaparecimento da pequena indústria e do pequeno comércio e concentração industrial em grandes empresas); esta estrutura sócio-económica, modula comportamentos sócio-políticos e hábitos de acesso ao consumo de produtos culturais, ao tempo que explica em grande medida a distribuição geográfica (com as correspondentes tipologias predominantes) das instituições culturais referida nestas páginas.

À diferença da emigração americana anterior, essa diáspora europeia tem umha organização relativamente fraca nos enclaves (a excepção de casos pontuais, como Paris ou Genebra, onde se encontram núcleos do PCE/PCG e, na Suíça, também da UPG), não apoia os empreendimentos culturais da metrópole e dedica os investimentos saídos do aforro do trabalho emigrado sobretudo à actividade agrária e, ainda em maior medida, ao sector imobiliário. Neste sentido, é importante destacar a ausência de qualquer tipo de planificação político-económica no sentido de dirigir o investimento do dinheiro procedente do aforro da emigração para o preenchimento das necessidades estruturais da economia galega²³⁴; isto, e os relativamente escassos

232Entre 1982 e 1992 invertem-se as tendências por causa, basicamente, da reconversão industrial, que afecta de forma maciça as cidades de Ferrol e Vigo mas que influencia toda a economia galega, que só iniciará de maneira pausada a recuperação no final deste último período (para a estrutura económica de Galiza veja-se Fernández Leiceaga e López Iglesias 2000).

233No período de maior intensidade migratória, o compreendido entre 1950 e 1975, emigram num fluxo contínuo 500.000 pessoas, perdendo-se 1/5 da população neta da Galiza (*vid* Foessa 1976; ainda sobre emigração galega à Europa: Hernández Borge 2001 e Hernández Borge e González Lopo 2007). “No período compreendido entre 1965 e 1977 o volume da emigración galega pasa de representa-lo 8,7% da emigración española a representa-lo 25,4%” (Sixirei 1988: 145-146).

234“Pero o auténtico beneficiado da emigración será o capital financeiro, especialmente as Caixas de Aforro, pero tamén as entidades bancarias non galegas que absorben as galegas [...]. No 1973 o total de diñeiro depositado en Galicia en Caixas e Bancos chegaba á cantidade de 198.000 millóns de pesetas, que de ser dirixido cara á agricultura

recursos educativos e culturais das persoas emigradas, nom favorece grandes empreendimentos empresarias umha vez retornadas, polo qual acabam proliferando investimentos particulares que exigem, a priori, pouca qualificação profissional. Quanto ao modelo de emigração, este é triangular, sendo o percurso maioritário aquele que parte da aldeia para emigrar à Europa e retornar a umha vila ou cidade galega, o que fai aumentar a construción de *ensanches* e a proliferação de pequenos negócios (nom raro ligados à hotelaria).

Por outro lado, umha parte dos capitais económicos da emigração som investidos na modernização da exploração agrária familiar (isto possibilita a especialização leiteira de parte do agro galego a que assistimos no período deste estudo), na compra de terras ou na aquisição de maquinaria agrícola²³⁵. Neste sentido, será precisamente nesta década de setenta quando podamos falar de desenvolvemento dum modelo de pequenas explorações agrárias ajudado polo dinheiro da emigração (ou polo reinvestimento dos lucros da produción leiteira), já que é apenas nesta altura quando os caseiros e arrendadores acedem à propriedade efectiva da terra que trabalham, até entom maioritariamente em maos de proprietários absentistas (vilegos e profissionais liberais que nalgum caso também eram presidentes das Hermandades de Labradores do franquismo).

Ora, as mudançás que começa a experimentar a estrutura económica da Galiza no período em causa, no sentido do despovoamento e envelhecimento das populações rurais e de diminuição do peso relativo da economia agrária no conjunto do período, nom minora a centralidade atribuída aos repertórios ligados ao ruralismo (nem à emigração) no discurso político e cultural do galeguismo (mui diferente, dito seja de passagem, do peso real na estrutura económica da Galiza da altura), repertórios que tenhem em Xosé Neira Vilas e as suas *Memorias dun neno labrego* o seu produto de maior sucesso no campo editorial desde a sua publicação em Buenos Aires no ano

ou á inversión industrial serviría para sacar o país do seu subdesenvolvemento crónico. Pero só se adicaron ata esse ano en investimentos produtivos en Galicia (entre outros, préstamos) 85.000 millóns, o que significa que 113.000 millóns investíronse fóra de Galicia para financia-lo desenvolvemento industrial doutras áreas españolas e mesmo do estranxeiro, [...]. A importancia dos fondos de financiación cedidos pola economía galega explicase non só pola alta capacidade de aforro, senón tamén pola debilidade da demanda de inversión por debaixo da media española (18,9% e 20,1% en 1975, respectivamente). Por eles Galicia chegou a ser nos anos 70 o único espacio atrasado do Estado español suministrador neto de recursos financeiros, acompañando nesta paradóxica situación de «país rico» a Euskadi, Madrid e Cataluña” (Sixirei 1988: 155-156; que acompaña na sua análise Barral Andrade 1975 e Pardellas 1981).

²³⁵Esta mecanización do campo galego foi financiada -tal como demonstra Claudio López Garrido (1989-1990), na altura importante agente do PSG-, recorrendo escassamente ao crédito bancário e si ao investimento das rendas procedentes da emigração ou doutras actividades industriais que som compaginadas com o trabalho agrário (ou, em menor medida, marinho) dum proletariado convertido assim em “simbiótico”, segundo expressom popularizada nestes anos polo líder da UPG para assuntos político-económicos, o professor da USC Ramón López-Suevos (1975 e 1977). Para a industrializaçom agrária veja-se também Soto Baño (1978).

1961²³⁶ (e reeditado três vezes no período do nosso estudo). Isto é devido em boa medida a que a identificação da Galiza com umha “Arcádia feliz” ligada à terra, à paisagem e à natureza, foi elaborada polo galeguismo de princípios dos anos vinte por agentes vilegos ou urbanos (em muitos casos provenientes da fidalguia, como Ramón Otero Pedrayo) e foi umha ideia assumida e reproduzida também polo nacionalismo de esquerdas organizado a partir dos anos sessenta, também formado em grande parte por pessoas de procedência vilega que nesta altura articulam um discurso (e interiorizam umha *doxa*) de defesa do mundo rural e da natureza mas, tal como já foi comentado neste trabalho (pp. 270-271), como complementar da ideia-força da exploração colonial da Galiza, e promovem (sobretudo desde o PSG) a criação de instituições de carácter ecologista ou ambientalista (associações como ADEGA, o Grupo Ornitolóxico Galego, a SGHN ou, noutro sentido, mesmo o Sindicato Labrego Galego, e publicações científicas com nomes tam significativos como *Bubela* ou *Braña*).

Nestes anos, com o processo de mudança política em curso (balizado no económico entre a crise que começa em 1973 e a reconversão da indústria naval iniciada em 1982), é oportuno ainda lembrar o carácter centralizado das políticas económicas que emanam do Estado e que a economia espanhola é ainda relativamente proteccionista a respeito do exterior e tem colocado o seu norte desde os anos cinquenta num ingresso na Comunidade Económica Europeia (CEE) que nom se consumará até a entrada dos dous Estado ibéricos nesta instituição político-económica internacional em 1986.

No período em foco, entom, o Estado Espanhol é a única instância decisória e com capacidade planificadora na economia galega, e nom existe na Galiza nengumha entidade política autónoma com possibilidades para executar políticas económicas autocentradas. Porém, por decreto de Julho de 1972 o próprio Estado cria, através do Instituto Nacional de Industria (INI, constituído já em 1941), a Sociedad para el Desarrollo Industrial de Galicia [SODIGA], sociedade de desenvolvimento dito regional constituída sobre o modelo francês e que parte dum capital social inicial de 600 milhons de pesetas, “distribuídos entre el INI (53,68%), Bancos Pastor y de Bilbao y las siete Cajas de Ahorros gallegas [Nota: Seis, después de la unificación de las de A Coruña y Lugo, y de Ferrol]” (López Facal 1978: 251). A SODIGA estarám ligados como empregados alguns destacados agentes da esquerda nacionalista, como os economistas Xoán López Facal e o também engenheiro Camilo Nogueira Román (com importante actividade nas greves operárias de Vigo de

236Em concreto, por referirmo-nos apenas ao tempo do nosso estudo, este texto foi reeditado em galego em 1976, 1977 e 1978, traduzido para castelhano em 1974 (em Madrid) e 1977 (na Habana), editado em português em 1977 e publicado em italiano um ano depois.

1972 e na Asociación Cultural dessa cidade), vinculados à UPG antes de 1977 e, como foi apontado, promotores depois doutras organizações políticas (como o POG no tempo deste estudo) com que poder participar no processo autonómico²³⁷.

O referido carácter centralizado da política económica fomenta o enquadramento das elites financeiras e (agro-)industriais nas dinâmicas económicas estatais e nom favorece a formação nem a expansom de grupos de capital autóctono, que nesta altura começam a se desfazerem e se integrarem em projectos ao nível de Estado (Barrié, Banco de Noroeste...) ou a se desprenderem das suas relações com as actividades produtivas de carácter industrial e, com alguma excepção (nomeadamente a Caja de Ahorros Municipal de Vigo), efectuam a viragem para um modelo bancário centrado no capital financeiro.

Estas mesmas entidades financeiras (bancos e caixas de aforros) realizam investimentos nos campos culturais promovendo actividades próprias (concertos, exposições de pintura...) e apoiando economicamente as acções e o funcionamento doutras instituições que participam no sistema na altura, mormente instituições culturais ligadas à administração do Estado (museus, academias, universidade, Igreja...) e, em menor medida, associações culturais locais²³⁸. Porém, é no campo editorial onde se fai sentir com mais intensidade a acção deste tipo de entidades já que, para além do labor de mecenato exercido por meio do subsídio à publicação de livros ou revistas (sobressai neste ponto a Fundación Barrié), as organizações económicas e empresariais som responsáveis directamente por 4,5% da edição do livro galego no período 1974-1978²³⁹.

237De SODIGA dirá López Facal (1978: 251-252) que “fue creada en un contexto de colectiva toma de conciencia de los injustos desequilibrios resultantes del proceso español de desarrollo de la década de los 60, que para Galicia significó emigración, destrucción del sector agrario, crecimiento industrial anárquico y desarticulado, mayor aumento de la dependencia económica, pérdida de peso político, etc., etc. Los criterios que presidieron la creación de SODIGA y las demás sociedades de desarrollo [SODIAN, SODICAN e SODIEX, criadas respectivamente em Andalucía em 1976 e nas Canárias e na Estremadura espanhola em 1977] y la limitación de atribuciones concedidas, junto con la complejidad del problema de desarrollo permiten cuestionar la eficacia y viabilidad de estos instrumentos de actuación, resultado de una situación económica y política superada. Una política de desarrollo de espacios económicos dependiente[s?] exige la formulación de objetivos, estrategia y programas y el poder de realizarlos sólo es posible mediante cambios institucionales profundos, unidos a una articulación política adecuada”.

238Por exemplo, a Caja de Ahorros Municipal de Vigo patrocina as actividades da Asociación Cultural da cidade olívica, que conta em seu favor com a mediação de Xaime Isla Couto, integrante do núcleo dirigente de Galaxia e assessor jurídico da Caixa; a Caja de Ahorros y Monte de Piedad de la Coruña y Lugo, Caixa Galicia desde 1978, patrocina os Concursos da associação crunhesa O Facho, seja o de Contos infantís ou o Nacional de Teatro Infantil; a Caja de Ahorros Provincial de Ourense patrocina as Mostras e os Concursos teatrais organizados em Ribadavia pola Asociación Abrente, que conta neste período igualmente com o apoio económico dos bancos Central, Pastor e de Bilbao, e mesmo com os contributos doutras associações culturais (como a de Vigo em 1974), da USC, da Fundación Barrié ou do sector editorial, nomeadamente de Galaxia (*vid* López Silva e Vilavedra 2002: *passim*).

239A edição ligada às instituições económicas nesta altura está concentrada na publicação em castelhano, onde os 60 exemplares censados supõem 8% da edição total nessa língua e onde destaca especialmente a produtividade do Club de Dirigentes de Empresa da Crunha; o livro em galego, com 10 exemplares censados, apenas alcança 1,2% desta língua (para a relação entre língua e tipo de editor referida ao conjunto do período 1968-1978 veja-se Cordeiro Rua e Samartim 2008, gráficas nas pp. 183-184).

Assim as cousas, quanto aos *grupos de poder industrial e financeiro* que nos anos setenta entram em processo de transformaçom e reduzem a sua capacidade de chantagem ao poder político, Carmona (nas nossas Actas) e López Facal (1978) destaca três agrupamentos principais: o grupo Fernández, ligado ao galeguismo cultural em virtude das relaçons laborais (e informais) estabelecidas com vários agentes que se movimentam no pólo cultural mais oficializado; o grupo Barrié, nucleado em volta da empresa eléctrica Fenosa e do Banco Pastor (e cujas actividades assistenciais e culturais correspondem à Fundación Barrié de la Maza, Conde de Fenosa) e as empresas com maioria de capital público do Estado agrupadas no INI, cujos investimentos industriais na Galiza están relacionados em grande medida com a trajetória dos outros grupos (por seu lado *Teima* 4, 6-13 Janeiro 1977 fala nos “Grupos Pastor, Menéndez e Fernández ¿os tres reis de Galicia?”, pp.8-15). Tanto o grupo Barrié como o Fernández, os que mais nos interessam em virtude da sua relaçom com o SLG da altura, som típicos de economias relativamente fechadas como a galega e a espanhola da altura, já que estes grupos familiares com apoio numha entidade financeira (a caixa de aforros e o Banco Gallego para o grupo empresarial viguês, o Banco Pastor para o grupo financeiro-empresarial sediado na Crunha) que criam redes de empresas diversificadas saem prejudicados com a abertura experimentada nos anos setenta e vem mermada nesta altura a sua influência política e social (apesar, por exemplo, das ligaçons locais, nom orgánicas, entre La Voz de Galicia e o grupo Barrié).

Em concreto, o **Grupo Fernández** tem a sua origem no monopólio do mercado do gado com o exército de Franco no início da guerra civil²⁴⁰. É um grupo mui diversificado formado polos irmaos José, Manuel e Antonio Fernández López (este último com ligaçons ao galeguismo já no pré-guerra). Desde inícios dos anos sessenta aplicam umha dupla estratégia empresarial que passa por manterem o capital indiviso nas empresas fundadas com anterioridade (Pescanova, gerida polo galeguista Valentín Paz-Andrade) e actuarem separadamente nas de nova criaçom. Assim, José Fernández funda Zeltia, que publica um almanaque agrícola em galego (*vid* Alonso Rodríguez e Pérez Rego 2005), e mantém o controlo de Pescanova, e Antonio Fernández funda Fontecelta e entra no sector do cimento. Para além das empresas do grupo no sector da pesca (Pescanova) e da carne (FRIGSA), o grupo optimiza as suas possibilidades de negócio e tem interesses nos transportes (TRANSFESA, para transportar a carne dos matadouros frigoríficos), nos antibióticos (Antibióticos S.A., Farmamar) ou na química (Singenta, Astra Céneca e sobretudo Zeltia, com

²⁴⁰Em 1936 o fundador do grupo fai-se com o matadouro frigorífico do Porrinho fundado polos sindicatos agrários católicos no pré-guerra e expropriado polo franquismo, e com outro similar em Mérida, os únicos destas características no bando sublevado.

quem colabora desde a década de quarenta o galeguista Isidro Parga Pondal, ligado também a Sargadelos). As relações deste grupo com o galeguismo e a cultura passam, como dissemos, polos vínculos de José Fernández López com agentes como José Filgueira Valverde (desde os anos trinta), através de quem participa no financiamento das actividades do Museo de Pontevedra e da colecção Bibliófilos Gallegos. Igualmente, por meio de Álvaro Gil Varela, José Fernández López também se vincula com Xaime Isla Couto (que trabalha como advogado em Zeltia, juntamente com o seu irmao) e subsidia actividades de Galaxia; o mesmo fai o seu irmao Antonio Fernández López, que concede bolsas de estudo e financia o colégio Fingoi, ligado através do professor Carballo Calero ao grupo Galaxia.

Por seu lado, o **Grupo Barrié de la Maza – Banco Pastor** é fundado por Pedro Barrié de la Maza, empresário com grande formação económica (adquirida na Alemanha nos anos anteriores à Grande Guerra) e intelectual (falava quatro idiomas) que criou um grupo financeiro e industrial na Galiza realizando operações de engenharia financeira e economia especulativa contando com o apoio político do regime franquista e tendo como matriz o Banco Pastor²⁴¹. Este banco, claramente industrial durante o franquismo, geria todas as finanças das empresas dum grupo mui interrelacionado e diversificado, que tem interesses desde a construção naval até as pescarias de bacalhau, ou da produção de electricidade à cinematografia (*vid* <http://www.fbarrie.org/fundacion/biografiaPBM.htm>, consultado em 03/02/2010). O grupo muda na transição para o modelo de banca comercial e perde também o seu carácter familiar, ligado às ideias de antiguidade, fortaleza, proximidade... (simbolizada significativamente pola imagem do canastro que aparece na sua publicidade construído com notas e moedas).

Este grupo centraliza todo o seu investimento em obra social e cultural na Fundação Barrié, criada quando morre o fundador em 1971 e presidida desde entom pola sua mulher, Carmela Arias y Díaz de Rábago. Antes da criação da Fundação, o Banco Pastor tinha colaborado com o financiamento de edificações da USC, restaurado igrejas, publicado livros, concedido bolsas de estudo para o estrangeiro, construído vilas alternativas às assulagadas com os encoros de FENOSA, etc. Depois de 1971 é possível acompanhar os investimentos destinados polo grupo à cultura

²⁴¹Barrié tinha feito a sua fortuna em 1942 com o negócio do wolfran (em 1943 funda Fuerzas Eléctricas del Noroeste S.A. [FENOSA]), e entra em Astano para aproveitar-se da situação dumha empresa de construção de barcos de pesca criada em 1941 por alguns engenheiros de Ferrol com problemas crónicos de viabilidade. O INI compra Astano em 1971 e, a partir desse momento, realiza importantes investimentos (salários, modernização de maquinaria...) destinados a socializar perdas e, em última instância, salvar o Grupo Barrié, já que se falisse Astano quebrariam em efeito dominó as outras empresas do grupo e no fim da cadeia o Banco Pastor, o que significaria a falência de grande parte da economia da Galiza da altura.

através da súa memoria anual de actividades, onde verificamos a pluralidade, a diversificación e a abrangencia da política de subsidios da Fundación Barrié. Neste sentido, cumpre apontar que a Fundación Barrié contribuí para o funcionamento corrente da totalidade de Academias e dos Museos e Arquivos da Galiza (sejam públicos ou dependentes de institucións relixiosas), do Instituto José Cornide, da Sociedad Económica de Amigos del País e de institutos universitarios como o ICE e o ILG (incluíndo aquí os traballos do *Atlas Lingüístico*, os cursos de galego ou os encontros que darían orixe ás *Bases para unificación das normas lingüísticas do galego* publicadas en 1977)²⁴².

Igualmente, a Fundación do Banco Pastor tamén apoia economicamente as publicacións e as principais actividades destas institucións oficiais²⁴³, dá bolsas individuais para cursar estudos artísticos no estranxeiro (de música, canto ou pintura), e, através da chamada “Promoción Cultural [de] Clubs Modestos”, subsidia entidades galegas no exterior (por exemplo a Aula Gallega do Ateneo de Madrid en 1975, as obras da biblioteca do Centro Gallego dessa cidade en 1975 e 1977, e dos de Valencia e de Pamplona en 1976 e 1977, ou apoia economicamente o Centro Gallego de Zaragoza neste último ano) e contribuí para o mantimento e as actividades de colégios e asociacións de variado tipo (corais, orfeons, orquestras, asociacións desportivas, *peñas taurinas*...), entre as quais tamén figuran asociacións culturais como a Recreativa Cultural de Sada (para un acto sobre Castelao en 1975) ou o Centro Recreativo e Cultural de Porriño e o Ateneo Ferrolán (para dotación de bibliotecas en 1975 1976 e 1977 e 1978, respectivamente). Cumpre destacar tamén que a Fundación Pedro Barrié de la Maza estende o seu labor de mecenado ao subsidio destinado ao sustento de produtores por medio da institución com carácter vitalicio en 1976 dos Premios que levan seu nome e que, dotados com 250.000 pesetas anuais, som outorgados “a aquellos escritores gallegos que han dedicado la mayor parte de su vida a la exaltación de nuestro país” (*Boletín de la RAG*, 359: 1977: 359)²⁴⁴.

242“Igual que en años anteriores, se celebraron varios cursos de lengua gallega para profesores de E.G.B., se inició un curso de gallego para estudiantes de Facultades Universitarias distintas de las de Letras, así como Cursos de gallego desarrollados en Centros de Enseñanza Media o Asociaciones Culturales de Galicia han estado patrocinados por este Instituto.

Debemos destacar dentro de este apartado las reuniones periódicas entre investigadores del ILG con escritores gallegos y lingüistas pertenecientes a otras instituciones con el fin de llegar a un acuerdo ortográfico lo mas definitivo posible en relación al gallego” ([Memoria da] *Fundación Pedro Barrié de la Maza* 1976: 10-11; mecanografiado, erros ortográficos conforme o original).

243Sem ánimo de sermos exhaustivos, o carimbo da Barrié aparece nas publicacións académicas consideradas (*Abrente*, *Boletín Auriense*, *Boletín de la RAG*) e nas revistas do Instituto José Cornide, do Museo de Pontevedra ou do de Tui; igualmente, a Fundación subsidia a Música en Compostela organizada anualmente na USC, a Bienal Nacional de Arte promovida polo Museo de Pontevedra, as excavacións arqueolóxicas realizadas ao amparo do Museo Provincial de Lugo (que organiza en 1977 o seu XV Congreso Internacional de Arqueología), etc.

244“Se pretende con la creación de estos premios distinguir y estimular la tarea de aquellas figuras que han dedicado lo

Ao lado destes grupos económicos principais, já apresentados para o período 1974-1978, na Galiza actuam umha série de empresas de capital autóctone que declinam nos anos setenta, na altura em que os grupos humanos fundadores desaparecem e som substituídos por gestores; entre estas destacamos algunhas empresas ligadas ao mar, como as conserveiras (sobretudo os irmáns José Maria e Gaspar Massó) e os estaleiros (Vulcano, Barreras, Freire...) ²⁴⁵; igualmente, entre o capital que cria emprego mas nom tem influência destacada no poder político (e que tem relação com os campos culturais fundamentalmente em virtude das publicações sindicais dos seus trabalhadores) apontamos também para as multinacionais do Alumínio (Alcoa), dos hidrocarburos (Petrolíber) e do automóvel (Citröen).

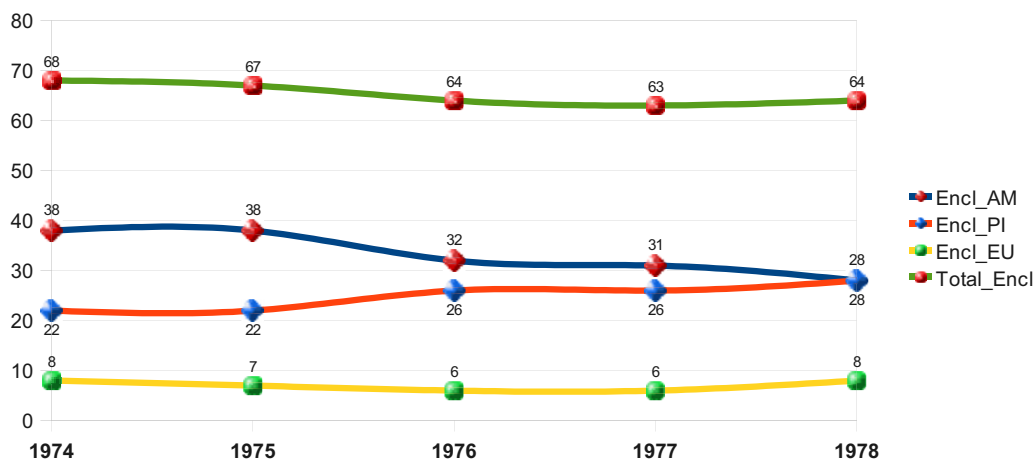
4.3.2. Os enclaves

Fora do *espaço público* da metrópole (Habermas 1991), o SLG estende nesta altura a sua estrutura por vários enclaves dos continentes europeu e americano . Essa estrutura institucional no exterior da Galiza administrativa foi criada polas elites pertencentes aos sucessivos contingentes humanos assentados em vários territórios do mundo desde o início da diáspora da população galega na época contemporânea. De acordo com isto, a estrutura institucional de cada enclave e as práticas literárias e culturais nele desenvolvidas estarão relacionadas em grande medida com as características específicas tanto do contingente humano deslocado como do espaço de acolhida: causas do deslocamento populacional (económicas ou políticas, diferenciando neste sentido emigração e exílio), momento histórico em que é estabelecido o enclave, tipologia dos capitais acumulados polos seus membros, estado dos campos político e cultural do espaço receptor, etc. Este tipo de questons diferenciam entre si os enclaves americanos, europeus e peninsulares, afectam a estrutura cultural localizada em cada território concreto e, portanto, serão levados em conta na nossa exposição ²⁴⁶.

mejor de su existencia a la realización de una importante obra y señera en el panorama artístico y cultural del país gallego, labor casi siempre caracterizada por una generosidad y un desinterés pocas veces compensados en forma adecuada a su categoría y significación en la historia de Galicia. Obra, por otra parte, cuya continuidad tanto importa a todos” (*Correo de Galicia* 201, Março 1976: 6). No seu primeiro ano estes prémios fõrom concedidos ao patriarca das letras galegas Ramón Otero Pedrayo, ao académico e historiador quase centenário Ramón de Altaza Malvárez, e ao escritor e jornalista retornado do enclave bonaerense Eduardo Blanco Amor; em 1977 fõrom premiados o académico Francisco Vales Villamarín e o homem de Galaxia Ánxel Fóle; em 1978 o prémio recaiu em José Ramón Fernández-Oxea (Ben-Cho-Shey), agente do enclave madrileno ligado a Galaxia.

245 Ainda das Actas de Poluliga recolhemos que Joam Carmona aponta, para o âmbito local viguês, que Paulino Freire (Estaleiros Freire) colabora em temas culturais locais subsidiando o Liceu de Bouças; também em Vigo, um destacado agente do PSG, González Amadiós (“Panchulo”), promove a cultura desde a conserveira Reyman. Também entre as conserveiras, a empresa Massó tem na vila de Bueu um museu próprio e colabora com o Museo de Pontevedra através dos contactos informais do empresário com o director, José Filgueira Valverde.

246 Transcrevemos já, conforme o texto original, um fragmento de Sixirei (1995: 242-243) orientativo neste sentido: “Ainda nos atopamos cunha relativamente importante emigración aos países do Prata nos anos Cincuenta, pero xa,



	Publ	Assoc	Editoras	Centros_G	Partidos	Inst_priv	Inst_cult	Inst_Ciência	Colectivos	Inst_Eco	Inst_Pol	Col_prof	TOTAL
Buenos Aires	8	11	3	7	0	1	0	0	0	0	0	0	30
Espanha	5	1	12	2	0	1	0	0	1	1	0	1	24
Barcelona	4	0	4	1	1	0	0	0	0	0	0	0	10
Genebra	5	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	8
Venezuela	3	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	7
Canadá	3	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Euskádi	1	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0	4
Paris	2	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	4
México D.F.	1	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Nova Iorque	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Groningen	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Londres	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Montevideo	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Perúgia	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
TOTAL_Encl	34	13	23	24	1	2	0	1	1	2	0	1	103
Total_Gz	238	87	28	0	27	19	21	15	8	18	7	5	473

Figura 39. Produtividade nos enclaves do SLG (1974-1978).

Projecto Fisempoga - Grupo Galabra (elaboração própria).

Da mesma maneira, no seu conjunto, os enclaves diferenciam-se da metrópole (e da evolução do SLG em geral) polo descenso da participación no SLG das institucións que conforman a poboación para este traballo desde a morte do ditador en 1975. Tal como pode ser apreciado na Figura 39 que colamos acima, este descenso na participación é causado pola redución da produtividade institucional nos enclaves americanos desde 1975 (cuyo diferencial é de -10 entre 1974 e 1978, con 38 e 28 institucións respectivamente), que non é contrarrestado apesar do leve ascenso na produtividade institucional do SLG no conxunto dos restantes enclaves, tanto nos

dende mediados desa década, Venezuela atrae cada vez máis galegos. Por outra banda, algúns países de Europa Occidental, pasan a converterse en foco de atracción para unha enorme masa emigrada [...]. Aquilo non era América. [...] Falábanse linguas incomprensibles. O nivel de desenvolvemento e as formas de vida non tiñan nada que ver co que ficaba atrás. E había poucas posibilidades de promoción persoal. [...] En ningún caso chegouse a formar unha pequena burguesía de orixe galega coma se formou en América, incluída Venezuela, que, polas súas posibilidades de país aberto e en construción, ofrecía máis oportunidades de promoción persoal das que podía haber en Suíza, Alemaña ou Francia”.

sediados na Europa (+1) como, sobretudo, na Península Ibérica (com um diferencial de +2 quer na Espanha quer em Euskádi e de +1 em Barcelona). A energia dedicada ao alargamento da rede institucional do SLG nos outros territórios do Estado Espanhol nom parece suficiente para contrapesar umha simplificação da rede nos enclaves americanos de que só escapa a continuidade de Nova Iorque (os dados reportam o abandono da participação, entre 1974 e 1978, de quatro instituições em Buenos Aires, três em Venezuela, duas no Canadá e umha no México e Montevideu)²⁴⁷.

Devemos esclarecer, porém, que isto nom significa que a estrutura da rede institucional do SCG no conjunto dos enclaves esteja a se contrair nesta altura; polo contrário, após a morte de Franco, o sistema experimenta um incremento considerável na fundação de associações culturais e centros assistenciais (localizados maioritariamente na Europa) que confirma que a expansom e o processo de institucionalização experimentado polo conjunto do sistema afecta também os enclaves²⁴⁸. Assim sendo, e levando em conta as limitações apontadas quanto às dificuldades de acesso às fontes e ao tipo de conhecimento achegado pola bibliografia sobre estes espaços do sistema, a contracção indicada deve ser entendida unicamente quanto a que as actividades

247Ao partirmos na nossa análise quantitativa do tipo de local em que están sediadas as instituições, nom fam parte desta aquelas com sede na Galiza e que están relacionadas com o conjunto do enclaves: a revista oficial *A Ultramar*, a Federación Mundial de Sociedades Gallegas (ambas com sede na Crunha) e as publicações da UPG para a emigração (*Galicia Emigrante*, *Rego* ou *Galicia Hoxe*); todas serán referidas oportunamente ao longo do nosso discurso. Repare-se que, ao terem impacto em todos os enclaves, as tendências apontadas no texto nom variariam com a eventual inclusom destas instituições. Som incluídas, também, no respectivo enclave peninsular as chamadas “Editoras Espanholas”.

248A maioria dos Centros Galegos hoje activos na América foram fundados entre os anos 1911-1930 e, já com o apoio autonómico, entre 1981 e 2000 (Sixirei *et al* 2001 I: 104), enquanto que na Europa a década 1971-1980 acumula mais de 40% do total deste tipo de instituições galegas (Sixirei *et al* 2001 II: 6). Em concreto, no período do presente estudo nos enclaves americanos documentamos a fundação do Centro Gallego de Puerto Rico (1974), do Centro Español de Sada y sus Contornos (Buenos Aires 1974), do Centro Recreativo União do Rio Tea (Salvador da Bahia 1974) e assistimos à fusom numha única entidade da Asociación Tuy-Salceda (Buenos Aires 1976); este mesmo fenómeno dará lugar em Dezembro de 1975 à Asociación Gallega de Buenos Aires, resultada da uniom de seis entidades da colectividade sem que isto signifique, porém, o desaparecimento das entidades asociadas (Centro Coruñés, Peña de Portas y Parroquias del Salnés, Centro Orensano, Unión Tomiñense, Centro Pontevedrés e Centro Residentes de Cuntis [*Correo de Galicia* 199, Dezembro 1975: 1 e *Correo de Galicia* 204, Junho 1976: 1]); esta progressiva concentraçom de entidades experimentada no enclave bonaerense leva ainda em 1979 à criação do Centro Galicia de Buenos Aires, que agrupa no momento da uniom dos quatro centros provinciais da capital argentina um total de 24.643 pessoas asociadas (para um breve panorama do desenvolvimento da colectividade galega bonaerense entre 1879 e 1960 *vid* Palmás 1978). Na Europa, por seu lado, entre 1974 e 1978 fundam-se a Promoción da Cultura Galega (Zürich 1975), o Grupo Galego de Aarau (Suíza 1975), a Asociación Cultural «O Toxo» em Paris (1975) [Enxebre Orde da Vieira (ed.) 1983: 55], o Centro Gallego de Locle (Suíza 1976), a Sociedade Cultural e Recreativa «O Lar Galego» (Rotterdam 1977), a Peña Galega de Munich (1978), o Centro Gallego de Marsella (1978) e a Sociedad Cultural e Recreativa «Lembranzas e Agarimos» (Ede, Holanda, 1978). No Estado Espanhol, onde destaca a intensidade na fundação de associações galegas na Catalunha, no mesmo período surgem o Centro Galego de Tarragona (1976), o Centro Galego de Lleida-Casa de Galicia (1977), a Irmandade «A Nosa Galiza» (Mollet del Vallés 1977), o Centro Galego de Málaga (1977), o Centro Gallego de Alicante (1977), o Centro Galego «Nós» de Sabadell (1978) e a Casa Cultural Galiza de Elgoibar (1978) (informaçom tirada de Sixirei *et al* 2001 I e II: *passim*).

institucionais não têm relação com o SLG nos termos explicitados no presente trabalho e que, neste sentido, está apenas limitada aos enclaves americanos. Isto significa que não foi documentada a participação institucional no campo editorial por meio da publicação de livros ou de revistas, nem a organização, promoção ou acolhimento de eventos que cheguem algum tipo de capital que pôr em jogo no sistema literário (prêmios, concursos, conferências, recitais, apresentação de livros, etc.).

Isto é assim porque entre as atividades habituais das instituições ativas nos enclaves do SLG (fora o importante contingente de editoras espanholas, maioritariamente centros galegos, associações culturais e publicações ligadas a eles) destacam os labores assistenciais (na América), políticos (nomeadamente na Europa) e, em geral, lúdicos, recreativos, gastronómicos e desportivos; por seu lado, entre as tomadas de posição relacionadas com os campos culturais, sobressaem a edição de revistas societárias ou associativas, o mantimento de bibliotecas sociais, a constituição de grupos folclóricos de música e dança, a gravação de programas de rádio, a realização de cursos de idioma galego, a organização de eventos em volta de datas concretas (17 de Maio “Dia Das Letras Galegas”, 25 de Julho “Dia de Galicia” para as instituições oficiais e da “Pátria Galega” ou “Nacional de Galicia” tanto para os nacionalistas como para os galeguistas dos enclaves), os labores de mediação cultural entre o SLG e os sistemas de acolhida (esporádicos para o caso dos enclaves europeus com os seus parassistemas [Torres Feijó 2004a] e numerosos para os peninsulares), etc.

Além disto, a redução do peso relativo e da influência dos enclaves americanos no SLG experimentado após a morte do ditador Francisco Franco tem a ver, para além de com o paulatino processo de concentração da fragmentada rede institucional bonaerense verificado também nesta altura, com a praticamente nula participação dos envelhecidos agentes sediados na América no processo de transição política desde a ditadura centralista até a monarquia parlamentar e a autonomia político-administrativa. Assim, ao tempo que na metrópole estão a ser abertos progressivamente novos espaços sociais democráticos que possibilitam assistir já na Galiza àquelas tomadas de posição que durante o franquismo deviam ser atendidas necessariamente pela rede do sistema localizada fora do Estado Espanhol (e o incremento da edição de ensaio é significativa neste sentido), o enclave americano responsável máximo da retracção (o bonaerense) sofre em Março de 1976 o golpe de Estado chefiado pelo Tenente General Rafael Videla, com o qual dá início na Argentina uma ditadura militar homóloga da instaurada no Uruguai e no Chile já em 1973. Se a esta mudança do centro de actividade política para a península somarmos o regresso à metrópole dos agentes mais activos dos enclaves americanos iniciado já na década de sessenta e as

condições políticas específicas da transição na Galiza -caracterizada pola oposição do nacionalismo de esquerda, a debilidade eleitoral e organizativa do galeguismo político (em que se referenciavam os agentes dos enclaves sediados na América com mais capitais acumulados e maior grau de institucionalização) e a chefia de partidos de âmbito estatal-, poderemos entender tanto a redução da rede institucional nos enclaves americanos como a sua escassa participação no sistema literário e na construção da autonomia política, assim como (digamo-lo de passagem) o reduzido valor simbólico atribuído às realizações dos enclaves americanos após a transição²⁴⁹.

Desta maneira, das instituições com alguma relação com o SLG documentada que som criadas durante o período deste estudo, deveremos destacar a produtividade europeia e peninsular, referenciada na criação de publicações ligadas a grupos de esquerda, nomeadamente à UPG e, em menor medida, ao PCG; ao lado destas, documentamos também a criação de algumas revistas editadas por centros galegos, a fundação da Casa de Galicia en Paris (activa, segundo os nossos dados, desde 1976), o início das actividades do referido Seminario di Cultura Gagliega (Perúgia 1977) e a criação do colectivo literário Loia (Madrid 1978)²⁵⁰.

Pola sua parte, quanto às entidades com maior tradição e capital acumulado nos enclaves, é possível acompanhar tanto o ritmo como os espaços geográficos de expansão da diáspora galega pola data de fundação das suas instituições mais representativas, sobretudo daquelas mais formalizadas e com maior capacidade de institucionalização, os centros galegos²⁵¹. Deles, o Centro

249Todo isto “pode explicar que os grupos do enclave bonaerense [e, na sua medida, os dos restantes enclaves americanos], cujos capitais económico e simbólico contribuírom de maneira fundamental ao mantimento do PSCG [Proto-sistema Cultural Galego] durante o franquismo, nom tivessem desempenhado como tais praticamente nengum papel na passagem do regime franquista para o regime autonómico, [...]; isto quiçá explique [também] que, ao contrário do acontecido em Euscádi e Catalunha, a instauração da autonomia na Galiza nom implicasse a recuperação, nem simbólica, das instituições autonómicas nascidas da II República Espanhola, nomeadamente do Consello de Galiza criado por Castela no exílio americano do Mar del Plata [e tampouco reivindicado polo nacionalismo rupturista de esquerdas]” (Samartín 2009: 2009).

250Destaca pola sua produtividade a rede informativa da UPG para a emigração, que estava formada por unha edição específica do vozeiro *Terra e Tempo* (1971-1974), outra do *Boletín da AN-PG* (1976) e polas publicações *Galicia Emigrante* (1974-1976) e *Galicia Hoxe* (1977); com este grupo também se relaciona *Irmandade*, editada pola Irmandade Galega na Suíza desde 1977 e só localizada para 1978, *Moendo*, promovida em Croninger polo Comité pra Galicia en Holanda (1978) e o folheto *Sempre en Galiza* (Barcelona 1978). Ligadas ao PCE/PCG documentamos os labores editoriais de *Nova Galicia/Galiza* (em Paris, Madrid e Lisboa no ano 1976), a também referida edição em Madrid da revista homónima no ano seguinte, e um único número de *Terra! Boletín informativo da Junta Democrática de Galicia en Caracas* (1974). Entre as revistas relacionadas com centros galegos apontamos para *Aturuxo* e para *Alborada*, dos Centros Galegos de Montreal e Maracaibo (ambas desde 1974 e documentadas também para o ano seguinte), para a publicação do *Centro Galego de Toronto* em 1975 (a mesma instituição edita em 1977 a revista *Celta Social* noticiada em *Teima* 18, 1977: 33) e para um novo *Boletín* interno do Centro Galego de Barcelona (1978).

251“Acogidas a la Ley de Asociaciones del 24 de Diciembre de 1964, sus estatutos, con pocas variantes, regulan sus actividades y su régimen de gestión interna, con expresa exclusión de las actividades políticas.

Su mantenimiento económico se basa sustancialmente en modestas cuotas mensuales, donaciones, o ingresos por festejos y actos sociales variados. [...]

Las principales [actividades que realizan] son las que se derivan de su régimen estatutario, y que están basadas en

Gallego de Buenos Aires foi criado por concentraçom de outras entidades menores já em 1907, apenas um ano depois da oficializaçom da RAG trás o ingente labor promotor realizado polo enclave cubano (com Centro Gallego em Havana desde 1879 mas sem actividade documentada na ilha nos termos expostos para o período em causa)²⁵², e só um ano antes da criaçom doutra instituiçom também inactiva no SLG da altura segundo os dados de que dispomos neste momento, a Xuventude de Galicia em Lisboa, o centro galego europeu mais antigo fora do Estado Espanhol (cujas instalaçoms som ocupadas ao calor da Revoluçom de 25 de Abril de 1974 polo MRPP para estabelecer umha creche). Precisamente, nos territórios do Estado destaca pola sua antiguidade o Centro Gallego de Madrid (1892) e o Centro Galego de Bizkaia em Barakaldo (fundado em 1901 polos emigrantes galegos que trabalhavam nas minas de ferro da margens esquerda do rio Nervión), a que haverá que acrescentar ainda em Euskádi a Casa de Galicia de Bilbao, fundada no pré-guerra (1926) e, já no após-guerra e em Catalunha, o Centro Galego de Barcelona (1948). Na Europa, a primeira instituiçom deste tipo que figura na populaçom seleccionada é a Sociedade A Nosa Galiza [de traballadores emigrantes], fundada em Genebra por agentes próximos do PCE em 1967 e que sofre em 1973 a escisom protagonizada por nacionalistas na órbita da UPG para criarem a Irmandade Galega na Suíza.

Em geral, os enclaves estám caracterizados por umha participaçom irregular, descontínua e relativamente reduzida no sistema literário (sobretudo se considerada em relaçom ao conjunto das suas actividades). Este tipo de intervençom também pode ser verificada através do campo editorial, onde o conjunto da produçom dos enclaves nom alcança 4% do volume total de referências para o subcampo da ediçom em galego (com maior actividade na América)²⁵³. A estes haveria que somar

actos culturales y recreativos de los asociados, con la organizaci3n de conferencias, col3quios [sic], cursos monogr3ficos, exposiciones, manifestaciones, edici3n de revistas o boletines sociales, manteniendo, asimismo, cuadros esc3nicos, masas corales y folkl3ricas, manifestaciones gastron3micas, salones de recreo y locales de descanso o esparcimiento con juegos para los asociados, salas de baile, discotecas, biblioteca, organizaci3n de excursiones y de festejos sociales y patronales, as3 como tambi3n algunas pr3cticas deportivas, 3stas siquiera sean de sal3n, cuando sus instalaciones se lo permiten, y al aire libre si se lo permiten sus posibilidades.

Queda una finalidad humanitaria, hoy un tanto paliada por la Seguridad Social [no Estado Espanhol], pero a3n queda campo para la beneficencia, atendiendo a los socios o coterr3neos que lo necesiten o que lo pidan y dentro de los l3mites posibles” (Francisco Dapena Alfons3n, presidente do Centro Gallego de Barcelona, em *Mundo Gallego* 43, 1977: 11-12; it3licos no original).

252 Temos not3cia de trabalhos de 3mbito interno sobre a presençã galega na ilha (documentaçom, indexaçom de materiais...) realizados por Xos3 Neira Vilas (2010) dentro dumha secçom espec3fica da Academia de Ciencias de Cuba: “A SECCI3N Galega do Instituto de Literatura e Ling33stica da Academia de Ciencias de Cuba, deu remate aos 3ndices das seguintes publicaci3ns: «Vida Gallega», «Vida Gallega en Cuba» e «Suevia», todas elas aparecidas na Illa. Arestora traballan na elaboraci3n dos que corresponden a «Galicia», «El Eco de Galicia», e «A Gaita Gallega». Por outra banda, ven colaborando coa Universidade da Habana en trabalhos l3xico-fon3ticos referidos 3 lingua galega” (*Grial* 53, 1976: 403).

253 Temos censados dezanove livros publicados em galego nos enclaves americanos (onze em Buenos Aires, cinco em Caracas e dous em Montevideu), sete na Europa (quatro em Genebra e um em Lisboa, Paris e Londres) e quatro sa3dos na Espanha de prelos diferentes dos das editoras espanholas, cuja participaçom no campo editorial j3 foi

mais umha dúzia de exemplares publicados em espanhol por centros galegos e patronatos entre 1974 e 1978²⁵⁴. Quanto a isto, ainda levando em conta que a edição em castelhano relacionada com os enclaves é também veiculada através de editoras nom vinculadas directamente às instituições galegas (seja através das “editoras_ espanholas” no Estado, Casuz Editores e Editores Expediente em Caracas, ou da Editorial Sudamericana, Aleleo ou Mastro em Buenos Aires), de acordo com os dados que figuram na Base de Livros do projecto Fisempoga estamos em disposição de afirmar que a produção em livro sediada nos vários enclaves do SLG procede maioritariamente da América, é veiculada maioritariamente em galego e foca assuntos e é responsabilidade de agentes que veriam dificultada a sua edição no Estado por causa dos seus posicionamentos políticos antifranquistas (principalmente até 1975). Este facto reforça a ideia de que os enclaves americanos (nomeadamente) funcionam historicamente como um repositório para o galeguismo, como o lugar que guarda a memória e a actividade do sistema em momentos de dificuldades político-culturais na metrópole (no século XX especialmente de 1936 a 1977) mas também que, umha vez superadas ou diminuídas nos seus efeitos as circunstâncias que empecem o desenvolvimento do SLG no seu centro metropolitano, estes espaços institucionais deixam de ter esta função e som progressivamente desactivados (tal como verificamos para o período 1974-1978).

Neste sentido, em galego nos enclaves som publicados tanto textos políticos como poesia social (no México, em Buenos Aires, Caracas, Genebra ou Madrid, lugares todos em que hai presença de produtores próximos das organizações políticas de esquerda ou som recuperadas propostas políticas do galeguismo republicano do pré-guerra civil), som igualmente promovidos através do campo editorial agentes procedentes da tradição do pré-guerra e do Rexurdimento do século XIX (Castelao e Cabanillas em Buenos Aires, Curros em Londres...) e, ainda no sentido da recuperação da memória do sistema, destacam (nomeadamente em Buenos Aires e Montevideo) a edição de ensaio, narrativa e teatro de temática histórico-identitária²⁵⁵.

referida nestas páginas (um deles responsabilidade da Asociación Cultural Lóstrego e outros três de Brais Pinto, ambas sediadas em Madrid).

254O que fai umha percentagem de 1,5% do conjunto da edição em castelhano. No Estado publicam nesta língua o Centro Gallego de Madrid (1974 e 1975), o de Barcelona (1974) e o Vizcaya en Baracaldo (1974); na América o Centro Gallego de Buenos Aires através da Editorial Galicia (dous livros em 1975 e um em 1977), a Editorial Nós (1974) e o Patronato da Cultura Galega de Montevideo (com duas referências tanto em 1974 como em 1975). Também o PCG publica em Lisboa em 1976 um livro em castelhano do seu líder Santiago Álvarez.

255O interesse neste ponto centra-se na temática medieval, tal como fica patente com a edição em 1976 polo Patronato da Cultura Galega de Montevideo de *Un home de Vilameán. Anatomía dunha revolución*, novela de Bernárdez Vilar ambientada na revolta irmandinha do século XIV e premiada nesse ano no Concurso Literario “Alberto Somoza”, convocado pola emissom radial “Sempre en Galiza” que promove esse Patronato (*Correo de Galicia* 202, Abril 1976: 8); igualmente, a peça teatral *Xelmírez ou a gloria de Compostela* de Daniel Cortezón é editado pola bonaerense Nós em 1974 “ante la imposibilidad de hacerlo en Galicia al no obtenerse la venia gubernativa para ello. [...] El mencionado libro obtuvo el Premio de Teatro Ciudad de Barcelona 1973 y es deseo de sus patrocinadores sea

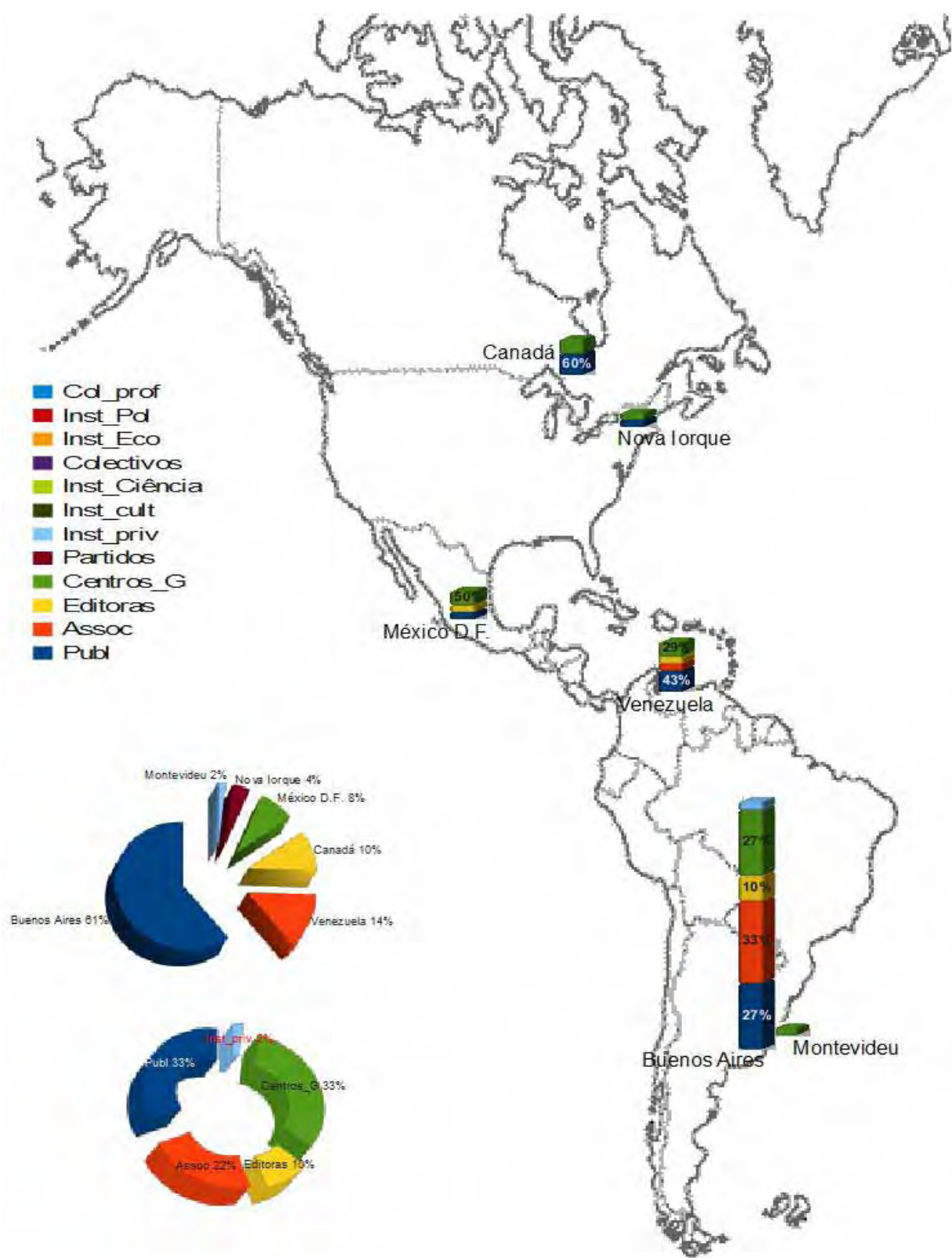
Em síntese, entre as questões gerais que afectam aos territórios do SLG localizados fora da metrópole destacam o carácter descontínuo da participação institucional em actividades literárias e a progressiva redução da incidência no sistema dos enclaves americanos, marcados pelo afastamento (e não apenas geográfico) das dinâmicas político-culturais que condicionam o funcionamento e a organização do sistema no período em causa.

4.3.2.1. Os enclaves americanos

Os enclaves americanos com alguma actividade documentada em relação com o SLG do período em causa recebem contingentes desde os inícios do século XX (e o caso de Buenos Aires) até os anos sessenta (nomeadamente Venezuela), o que, unido ao afastamento geográfico a respeito da metrópole, conforma uma colectividade relativamente antiga e estável, composta por emigrantes e, em menor medida, exilados do pós-guerra civil, vários dos quais voltarão à Galiza do exílio americano entre princípios de sessenta e finais de setenta para desenvolverem ou apoiarem projectos culturais ou empresariais na metrópole, como acontece com os fundadores do grupo cerâmico, artístico e editorial de Sargadelos.

Em geral, o carácter permanente do assentamento significou um maior grau de organização e, portanto, de maior desenvolvimento da rede institucional e da conseguinte capacidade reguladora sobre os campos e os processos culturais; igualmente, a estabilização nas sociedades de acolhida e a redução progressiva dos fluxos de entrada pela via da emigração trouxo consigo o envelhecimento relativo da população dos enclaves americanos e a redução das possibilidades para remudar as suas elites, o que, unido às oportunidades para a promoção sócio-económica oferecidas por sociedades de acolhida caracterizadas pelo crescimento económico, a democracia e a proximidade linguística e cultural com os contingentes emigrados, explica o perfil dos seus líderes (em geral profissionais liberais: empresários, médicos, advogados...), a estrutura institucional dos enclaves, a natureza das actividades assistências e culturais realizadas em e desde os territórios americanos, e as relações políticas e culturais estabelecidas entre estes e a metrópole.

presentado durante las próximas fiestas del Día Nacional de Galicia” (*Correo de Galicia* 179, 10/06/1974: 9).



*Figura 40. Geografia do SLG (1974-1978). América.
 Projecto Fisempoga - Grupo Galabra (elaboração própria).*

A começarmos pola **estrutura institucional** que articula o SLG nos enclaves americanos entre 1974 e 1978, a Figura 40 informa já graficamente da desproporção quanto a quantidade e diversificação de tipologias institucionais existente entre a rede localizada em Buenos Aires (que acolhe mais de 60% das entidades activas no período no continente) e os restantes enclaves americanos. Assim, na capital argentina desenvolve-se um importante e activo entrançado institucional nucleado em volta do Centro Gallego da cidade, presidido desde 1974 por Manuel Pérez (da Agrupación Galicia), em substituição de Eduardo Sánchez Millares (da Agrupación Breogán). O registo da adscrição associativa dos dirigentes do Centro Gallego de Buenos Aires pretende chamar a atenção para o facto de que no ambiente institucional do Centro Gallego de Buenos Aires realizam as suas actividades várias associações que compartilham ou disputam o controlo da organização, como as agrupações A Terra, Breogán, Galicia e Unión Gallega (que conformam a coaligação galeguista e progressista governante no Centro desde 1968) e Celta (na oposição durante todo o período em foco). Ainda, outros grupos mais reduzidos, com presença em várias instituições do enclave galego em Buenos Aires, desenvolvem a sua actividade político-associativa no Centro Galego desde o interior destas agrupações eleitorais, como a Asociación Regionalista “A Terra” ou a Irmandade Galega (esta última foi criada no início da década de quarenta por Castelao como transunto americano do Partido Galeguista e está liderada nesta altura por Bieito Cupeiro e Moisés Dapresa). No alto grau de institucionalização atingido polo Centro Gallego de Buenos Aires repercute também que, para além destas associações e da sua condição de membro correspondente da RAG, da estrutura da entidade dependem directamente ainda outras instituições, como as Ediciones Galicia, a revista do mesmo nome (*Galicia*), que exerce a portavozia oficial da instituição mutualista, e o Instituto Argentino de Cultura Gallega, que organiza as actividades culturais ligadas ao Centro Gallego (ainda que nem sempre com a unanimidade dos vários agentes relacionados com a mais destacada instituição do enclave bonaerense)²⁵⁶.

256 Com efeito, o labor cultural do Instituto nem sempre é valorado positivamente no conjunto do enclave bonaerense, tal como demostra a tomada de posição do director do *Correo de Galicia*, Francisco Regueira, no número correspondente à segunda quinzena de Março de 1975. Aqui, Regueira (1975) critica o Instituto Argentino de Cultura Gallega ao entender que “esta patriótica y cultural institución no cumple debidamente con los altos fines para que ha sido creada, por culpa, claro es, e los hombres que están al frente desde hace años” e aponta um programa de acção cultural para a instituição que passa por seleccionar (em função do “valor literário” e de estarem escritos em galego) e editar “varias obras de distintos géneros literarios que fueron premiadas en los concursos realizados por el Centro en la década del 50. [...] Es necesario crear un premio literario para la novela, género en que nuestra literatura es muy pobre. Este género -prosa-ficción- se presta para enriquecimiento y perfección del idioma. Lo mismo para el teatro, en que estamos paupérrimos”. Para além deste reforço do SLG através da edição em galego de géneros considerados deficitários, este agente marca como estratégia para o trabalho cultural desde o enclave o reforçamento da colaboração com a RAG em virtude de que “Nosotros aquí no podemos, o no sabemos realizar una labor cultural positiva; quienes deben hacerla son los sabios e intelectuales de nuestra patria, es a ellos, pues, a quien

A esta rede institucional integrada directamente na principal entidade mutualista da América, cujo peso determinante na vida sócio-cultural do enclave é possível porque desde a reforma dos seus estatutos na década de cincuenta o Centro Gallego dedica “para fomento y difusión de nuestra cultura el dos por ciento de la cuota social, que dio y da un importe muy apreciable” (*Correo de Galicia* 217, Agosto 1977: 1), debemos acrescentar ainda outras entidades relacionadas estreitamente mas nom organicamente com a institución, como o Grupo e a Editorial Nós e a publicación *Correo de Galicia*, portavoz oficioso do Centro Gallego e das institucións afíns em funcionamento até 1977 (Samartim 2009).

Além destas, a fragmentada estrutura cultural do enclave bonaerense (que, tal como apontado na nota 248, assiste na altura a um processo de concentraçom exemplificado na Asociación Gallega de Buenos Aires) está composta por centros galegos de ámbito provincial ou comarcal, que agrupam os colectivos emigrados de províncias ou localidades concretas da Galiza, polas publicaçoms a eles ligadas e pola Federación de Sociedades Gallegas²⁵⁷. Esta última entidade foi criada em 1921, agrupa desde entom várias associaçoms locais e comarcais e no seu organograma contém outras institucións menores, como o Ateneo Curros Enríquez (que funciona como comissom de Cultura da Federación) e a revista *Galicia*, dirigida no período em foco polo poeta exilado Arturo Cuadrado. No plano ideológico, a Federación mantém (mesmo fisicamente) o legado da República Espanhola no exílio americano e está localizada politicamente mais próxima da esquerda agrupada na Junta Democrática (nucleada polo PCE) e do nacionalismo galego de esquerdas do que o Centro Gallego da cidade, com quem disputa a referencialidade e o reconhecimento dentro da colectividade do enclave bonaerense.

Na outra margem do Río de la Plata, igual que o Centro Gallego encontra as suas homologias institucionais na Casa de Galicia e no Centro Gallego de Montevideo (inactivos neste período para as actividades relacionadas com o SLG, segundo os dados com que contamos), a Federación de Sociedades Gallegas tem um parceiro no Patronato da Cultura Galega, próximo politicamente do nacionalismo de esquerdas e entre cujas actividades deveremos destacar (para

debemos estimular. A este propósito, creemos que el Instituto debiera subvencionar con unos cuantos miles de pesetas mensuales a la Academia Gallega para que esta benemérita institución pueda realizar la gran labor cultural detenida por falta de medios pecuniarios”.

257A história da Federación foi recolhida por Díaz (2007). Os centros galegos e as publicaçoms com eles relacionadas com actividades documentadas vinculadas ao campo literário e censadas, portanto, na nossa base para o período 1974-1978 em Buenos Aires som as seguintes: Centro Pontevedrés, Centro Orensano, Centro Lucense e *Lugo* (localizada até 1976), Centro Gallego del Mar del Plata e *Galicia en el Mar del Plata* (só para 1974), Centro Cultural Betanzos e a revistas *Betanzos* (localizada para 1978), Asociación Benéfica Cultural del Partido de Corcubión e a sua publicaçom *Alborada* (localizada até 1975) e o *Boletín Oficial de la Sociedad Fomento de Porriño y su distrito* (1974).

além da resenhada participação no campo editorial) a terceira edição da Feira do Libro Galego em 1974 (*Correo de Galicia* 182, 15 Setembro: 9) e as XIX e XX Jornadas de Cultura Gallega em 1974 e 1975.

Essa mesma dualidade, com posicionamentos perante o processo político em curso no Estado Espanhol mais próximos da ruptura democrática propugnada pola esquerda (só pola nacionalista galega durante todo o período em foco e para além dele) ou da transição pactada ensaiada desde as instituições do Estado, também é detectável noutros enclaves sulamericanos. Assim, no enclave venezuelano, ao lado do Centro Gallego de Maracaibo, a sua revista *Alborada* (localizada apenas para 1974-1975) e a Hermandad Gallega de Caracas, documentamos também nesta última cidade umha rede institucional em que actuam agentes da esquerda e do nacionalismo (entre os quais destacam polas suas actividades literárias Farruco Sesto Novás e Xosé Sesto López, da UPG) e organizada em volta da associação cultural “Xuventude da Agrupación Galaica” e a editora Poesía á Man; ao lado destas, a revista *¡Terra!*, porta-voz da Junta Democrática de Galicia en Caracas, defenderá desde a capital da Venezuela a vigência do estatuto de autonomia plebiscitado em Junho de 1936.

Do mesmo jeito, também no México é possível distinguir entre o Centro Gallego e a sua publicação *Anduriña* (da qual apenas localizamos exemplares para 1975 e 1976) e, por outro lado, o Padroado da Cultura Galega e a Editorial Vieiros a ele vinculada (com actividade documentada apenas em 1977); relacionado com estas últimas instituições localizadas na esquerda, destaca a figura do estreito colaborador de Castelao, secretário geral do Padroado, director da editorial Vieiros e membro da UPG Luís Soto Fernández (entrevistado na qualidade de tal por Xavier Navaza em *Teima* 26, 9-16 Junho 1977: 24-26), que pronuncia várias conferências na Galiza (*La Voz de Galicia* 02/08/1974) e anuncia para despois de Setembro de 1974 na *Memoria da Casa de Galicia-Unidad Gallega* (1973-1974: 30) a edição dum número especial da histórica revista *Vieiros* (encerrada em 1968) dedicado ao vinte e cinco aniversário da morte do líder galeguista que nom foi localizada para este trabalho.

Fora do subcontinente meridional, a estrutura institucional nos enclaves norte-americanos está composta basicamente por um centro galego e a sua publicação societária. No Canadá, em volta do pólo industrial dos grandes lagos, o Centro Gallego de Montreal publica *Aturuxo* (documentada para 1974-1975) e o Centro Gallego de Toronto umha publicação homónima em 1975 e a revista *Celta Social* em 1977. Em Nova Iorque, por seu lado, a Casa de Galicia de Unidad

Gallega é dinamizada no ámbito cultural polo galeguista exilado Emilio González López e por responsábeis da Comisión de Cultura como Enrique Santamarina ou o redondelám Amado Ricón, e edita umha *Memoria* anual em que participan agentes adscritos a práctica totalidade dos grupos activos na metrópole.

Ainda com as diferenças de enquadramento político apontadas até aqui, é importante destacar que o conjunto das acções realizadas em América polas colectividades galegas, tal como apontámos em Samartim 2009 para o caso do enclave bonaerense e afirmamos agora com carácter geral para o conjunto dos enclaves americanos, tenhem como ponto de uniom fundamental o mantimento de símbolos identitários vindos do passado do galeguismo e de instituições políticas republicanas (como Rosalia de Castro, Alfonso Daniel Rodríguez Castelao ou o Consello de Galiza). Este acompanhamento da tradiçom e do ideário do galeguismo republicano anterior à guerra civil de 1936-1939 contribui para a permanência em terras americanas deste discurso político-ideológico, do discurso lingüístico-identitário e cultural, e mesmo de similares usos lingüísticos que nos anos trinta, enquadrados estes numha prática bilíngüe galego-castelhano determinada por ser esta última a língua geral dos territórios hispano-americanos de acolhida (com a excepçom nos enclaves contemplados neste trabalho do Canadá e os E.U.A., este último, porém, com umha importante actividade pública do contingente de exilados de origem espanhola).

Da mesma maneira, essa fidelidade às propostas do galeguismo republicano, unido ao perfil maioritário das elites dos enclaves americanos descrito anteriormente e às posiçoms por elas ocupadas nas instituições com maior capacidade normativa, explica o posicionamento geral favorável à recuperaçom da democracia representativa e do Estatuto de autonomia para a Galiza após a morte de Franco, *conformando-se* desde a primeira hora com o programa da transiçom implementado desde as instituições políticas do Estado Espanhol (como o galeguismo mais institucionalizado da metrópole) e prevendo um futuro que homologasse o Estado Espanhol com as democracias europeias e o integrasse nas estruturas internacionais do mundo ocidental²⁵⁸.

²⁵⁸Som significativas neste sentido as palavras com que editorializa o *Correo de Galicia* (nº 210, Dezembro 1976: 1) perante os resultados do referendo para a reforma política de Dezembro de 1976: “Le decimos si, al referéndum, porque es una esperanza. Los que somos de vieja prosapia republicana, hubiéramos preferido que este referéndum fuera para consultar a los pueblos de España si prefieren monarquía o república; [...] Ahora, los herederos de la dictadura franquista, [...] no tienen más remedio que disponer, [...] imponiéndole a España un rey, sin consultar a los ciudadanos españoles si están de acuerdo o no con la monarquía y hay que aceptarla. [...]. Pero a la monarquía se le presenta un problema difícil y candente, que, con un sistema republicano federal, es, relativamente, de fácil solución: Los nacionalismos gallego, catalán y vasco, que reclaman sus respectivas autonomías. [...] A pesar de todo, le decimos sí, al discutido referéndum, porque es una esperanza para nosotros de algo mejor. Esta esperanza también la tienen los pueblos de España, que pusieron claramente de manifiesto su reprimido anhelo de libertad, volcándose a votar por la prometida estructura política y social, que si no hay fraude, pondrá a España a la altura de las naciones más adelantadas de Occidente y le permitirá ingresar en el M.C.E. y el la N.A.T.O.”.

Precisamente, é neste quadro de fidelidade política e cultural aos postulados da tradición galeguista e de acordo com as orientacións políticas apuntadas que som estabelecidas as **relaçons bilaterais** entre os agentes e institucións dos enclaves americanos com os seus homólogos da metrópole. Estas relacións están caracterizadas polos labores de asistencia cultural mútua e som muito mais intensas e formalizadas entre as elites que lideram os centros galegos e os agentes da metrópole já activos no galeguismo do pré-guerra, com maior grau de institucionalización na Galiza e posicións de relevo em entidades oficiais (academias, museus, a USC, etc.), do que entre os agentes dos enclaves e a mocidade agrupada em partidos políticos de orientación marxista, todos clandestinos até o final do período em foco (o PCG e o PSG som legalizados em 1977, a UPG e a sua organización de masas, a AN-PG, em 1978) e localizados formalmente quanto ao sentimento de pertença no campo nacional galego (mantenham ou nom relacións estruturais com outras organizacións ao nível do conxunto do Estado ou defendam programas e estratégias de carácter autonomista ou [con]federal).

Sirva como exemplo destas relacións dentro do pólo institucional da oficialidade (representada pola maioría dos centros galegos na diáspora) as múltiples colaboracións de académicos e agentes relacionados com Galaxia nas revistas dos enclaves, a participación como Hóspedes de Honra nas “Jornadas Patrióticas” organizadas desde 25 de Julho de 1947 polo Centro Gallego de Buenos Aires do professor e académico Ricardo Carballo Calero em 1974, do presidente da RAG Sebastián Martínez-Risco no ano seguinte ou do bispo da diocese de Mondonhede-Ferrol Monsenhor Miguel Ángel Araujo Iglesias em 1977 (prelado galeguista na órbita do grupo), ou que o também académico da RAG e da Academia de Bellas Artes «Nuestra Señora del Rosario» Juan Naya Pérez figure durante todo o período como “Representante General del Centro Gallego en España y Coordinador de la información para la revista *Galicia*” na ficha da publicación oficial deste Centro²⁵⁹. Em sentido inverso, documentamos o apoio logístico e económico prestado pola

²⁵⁹Veja-se o resumo sumário das múltiples actividades do Centro Galego de Buenos Aires recollido (de acordo com o original) no *Correo de Galicia* (nº 217, Agosto 1977: 1): “A Otero Pedrayo siguieron García Sabell, gran escritor y ensayista [os dous vinculados a Galaxia], y Alvarez Alvarez, traumatólogo de fama; durante tres décadas, todos los años han llegado a esta capital los más destacados intelectuales de nuestra tierra para las Jornadas Patrióticas, que difundieron y exaltaron, por las más altas tribunas de esta ciudad, nuestra cultura, nuestra historia, y analizaron la compleja problemática de nuestro país.

Pero no fue esto solo lo que se hizo. Se realizó una gran exposición de arte gallego, de pintura y escultura, en la Galería Velázquez. Se crearon, por concurso, cuatro premios literarios y lo mismo para música; se hizo editar un diccionario y una gramática (ésta quedó al margen, la editó después su autor, Carré Albarellos); se creó la Editorial EDICIONES GALICIA, que editó valiosas obras de autores gallegos, y así hasta el presente, a cargo del Instituto Argentino de Cultura Gallega, cuya labor está a la vista.

Se ha cumplido y se cumple la acción cultural que estatuyeron los creadores del Centro, en su acta de fundación, gracias a la perseverancia de los socios conscientes de lo que significa la cultura para elevación espiritual y material de un pueblo o de una colectividad”.

diáspora (sobretudo bonaerense) ao desenvolvemento de projectos e ao sustento de entidades do galeguismo mais institucionalizado do interior, sejam contributos económicos para as tarefas de restauro da Casa de Rosalía em Padrom, da sede da RAG na crunhesa rua Tabernas, ou doaçons de materiais bibliográficos a entidades oficiais galegas (onde destaca mais umha vez a assisténcia à RAG)²⁶⁰.

Igualmente, som significativos neste sentido os labores destinados à consagraçom de produtores implementados nesta altura desde os enclaves americanos. Assim, ao lado da organizaçom dos prémios literários já referidos (veja-se, por exemplo, a nota 255) chamamos a atençom para a institucionalizaçom polo Instituto Argentino de Cultura Gallega em 1975 do “Premio Castelao” (por ocasiom do 25 aniversario da morte do líder galeguista), com o qual é reconhecido nesse ano o chamado “patriarca” da cultura galega, Ramón Otero Pedrayo, sem dúvida o agente que acumula o maior e mais unánime reconhecemento no sistema da altura (*Correo de Galicia* 197, 20 Outubro 1975: 11), tal como demostra a convocatória polas quadro Deputaçoms galegas dum prémio com seu nome em 1977, “dotado con 500.000 pesetas” e destinado a “estimular e premiar o labor de creaci3n artística e literaria en Galicia” (*Grial* 55, 1977: 132). Ao lado deste, apontamos para o “Premio Periodístico Daniel Calzado Poceiro” (organizado também na órbita do Centro Gallego de Buenos Aires, esta vez pola Agrupaci3n Breogán em parceria com a RAG), porque, ao acolher a participaçom de trabalhos escritos tanto em galego como em castelhamo e portugués, julgamos que exemplifica a referida fidelidade aos postulados [político-]lingüísticos sustentados polos galeguistas do pré-guerra²⁶¹.

A assisténcia desde os enclaves americanos a projectos culturais relacionados com os grupos da esquerda galeguista, por seu lado, tenhem um carácter menos formalizado e mais modesto, centrando-se fundamentalmente em colaboraçoms de agentes ligados às organizaçoms da esquerda em revistas dos enclaves ou na ediçom de livros de difícil publicaçom por causa da situaçom

260Som muitos os exemplos neste sentido referenciados nos órgaos de informaçom dos enclaves (entre os quais destaca claramente, no Río de la Plata, o *Correo de Galicia*). Apontaremos apenas aqui as várias informaçoms relacionadas com a visita e a acolhida deparada polas principais instituiçoms do galeguismo da metrópole à delegaçom de centros galegos encabeçada polo presidente do Centro Galego de Buenos Aires em Setembro de 1975 (recolhida na Galiza por exemplo em *Abrente* 9, 1977: 78 ou, no enclave bonaerense, no *Correo de Galicia* 197, 20 Outubro 1975: 3).

261“La Agrupaci3n Gallega-Argentina Breogán, por intermedio de la Real Academia Gallega ha convocado al «Premio Periodístico Daniel Calzado Poceiro», dotado este año con \$10.000 ley [sic], el que fuera instituido por dicha entidad en memoria de su fundador y primer presidente.

Como es sabido el mencionado premio reviste carácter anual y el año pasado fue declarado desierto.

Podrán participar en el certamen aquellos escritores cuyos trabajos hayan sido publicados, en cualquier parte del mundo, en revistas y periódicos escritos en los idiomas gallego, portugués y castellano.

El ganador del premio será conocido en 25 de julio, Día Nacional de Galicia, de acuerdo con el dictamen que produzca el jurado que integran el presidente de la Real Academia Gallega y otros académicos de la misma” (*Correo de Galicia*, Março 1976: 8).

política da Galiza (*vid* notas 255 e 255). A menor intensidade nas relacións entre os agentes dos enclaves americanos e os partidos da esquerda organizados na Galiza tem a ver fundamentalmente com as diferentes estratexias e perfís sócio-políticos maioritarios en un e outro lado do Atlántico, do que resulta que os programas da mocidade marxista (e clandestina na metrópole) tenham relativamente escassa receptividade nas institucións dos enclaves americanos²⁶².

Tal como apuntámos acima, porén, isto non significa que non existam homologías políticas e parcerias entre a esquerda de un e outro lado do Atlántico, tal como o demostran as alianças tecidas entre entidades americanas e europeas participadas por agentes da esquerda en volta do **V Congreso da Emigración Galega**, organizado en Vigo no ano 1976 pola Federación Mundial de Sociedades Gallegas e presidido por Juan Manuel Pérez, tamén máximo responsable do Centro Gallego de Buenos Aires²⁶³.

Se bem os varios Congresos da Emigración Galega organizados desde 1909 tinham como finalidade declarada “facer propostas ós poderes públicos, colaborando para resolve-los problemas que se presentaban á emigración” (Cores Trasmonte 1992: 146-147), eles constituírom tamén foros para a confrontación entre as diferentes orientacións políticas e ideolóxicas presentes nos enclaves galegos, nomeadamente o organizado na Crunha en 1971 e, sobretudo, o de Vigo de 1976. Assim o indica Baldomero Cores Trasmonte (1992: 146-147; *italicos* no original), na altura importante agente do enclave portorriquenho juntamente com Xesús Cambre Mariño:

Nos Congresos de 1959, 1965 e, com algún peso aínda, en 1971, as ideoloxías dominantes dos emigrantes ultramarinos facían presente fórmulas republicanas e galeguistas, cando non mediante unha simple chamada a unha tímida democratización. Xa en 1971 e logo en

262Este extremo fica patente no relativo fracasso político que significou a visita a Buenos Aires de Xosé Luís Méndez Ferrín en 1968, com ocasión de actuar como mantedor dos “Xogos Froroes do Idioma Galego” organizados pola colectividade bonaerense no mesmo ano em que unha coalición de quatro asociacións galeguistas e progressistas recupera a dirección do Centro Galego da cidade; a encomenda do Consello de Galiza de constituición dumha delegación desta feble institución na metrópole a este agente da UPG non tivo transcendência política conhecida (veja-se a nossa nota 28). Tamén em 1968, Celso Emilio Ferreiro (na altura membro da UPG, que tinha emigrado a Caracas dous anos antes) responde com o poemário *Viaxe ao país dos ananos* ao rexeitamento dos líderes do enclave venezuelano e contribui para institucionalizar unha alternativa ao poder oficial representado pola Hermandad Gallega com a fundación do Patronato da Cultura Galega de Caracas.

263“A creación da *Federación Mundial de Sociedades Gallegas*, en Ourense, o 20 de abril de 1968, com motivo dunhas Xornadas Migratorias, deulle unha orientación máis autónoma á organización dos Congresos. Foi moi importante, porque xa o de 1971, o de 1976 e a Asemblea [da Federación Mundial de Sociedades Gallegas de 1974], que practicamente é un Congreso, estiveron organizadas pola Federación, o que significaba unha garantía máis de neutralidade ideolóxica com respecto ó réxime establecido. En cambio, dado o peso da representación americana na Federación e a maior combatividade dos representantes europeos, foi estímulo para introducir un elemento de discrepancia entre os emigrantes americanos, considerados agora como conservadores, fronte ós emigrantes europeos, moito máis preocupados polos aspectos sociais da emigracións [sic]” (Cores Trasmonte 1992: 148; *italico* no original). É possível consultar os obxectivos e a composición da Federación em *A Ultramar* (nº 65, 1974: [1-4]).

1976, estas ideoloxías foron desbordadas polo impacto ideolóxico dos emigrantes europeos [“con máis conciencia social e laboral”] e logo, no de 1976, pola voz aberta dos membros da Galicia interior, pouco expresiva nos Congresos anteriores polo que agora se chaman razóns obvias, aínda que, en parte, presentes, dun xeito indirecto ou solapado.

Em síntese, igual que neste V Congreso da Emigración Galega, as diferentes opcións políticas em xogo no conxunto dos enclaves galegos (a condicionarem, tamén, a estrutura e o funcionamento do SLG nesses espazos) estaban representadas, por un lado, por un proxecto de quadro político-administrativo que incluíse a autonomía para a Galiza e homologasse o conxunto do Estado com as democracias parlamentares europeas, em coerência com o programa proposto nos anos trinta polo galeguismo político e coincidente com a posición representada no Congreso de 1976 polos centros galegos americanos mais antigos e com maior número de asociados (chefados polo Centro Gallego de Buenos Aires, em alianza com o Centro Gallego de Madrid, muito mais próximo dos postulados oficiais do regime)²⁶⁴. Esta posición era discutida polas entidades fundadas ou chefiadas por agentes enquadados em partidos de orientação marxista dominantes nos enclaves europeus organizados nas décadas de sessenta e setenta, que contavam com o apoio das institucións americanas localizadas mais à esquerda (como a bonaerense Federación de Sociedades Gallegas, com o exilado Arturo Cuadrado, redactor do estatuto de 1936, como cabeza visível nesse V Congreso)²⁶⁵.

264A posición maioritária do pólo com maior grau de institucionalización nos enclaves americanos foi expressada através do *Correo de Galicia* (nº209, Novembro 1976: 8): “Eso [“que el congreso no se convirtiera en plataforma del comunismo internacional”]; lembremos neste ponto que na altura a Argentina sofre a ditadura militar do general Videla] lo logró esa mayoría «renuente y conservadora», integrada por la representación del Centro Gallego de Buenos Aires con más de 100.000 asociados, la Casa de Galicia de Montevideo, con 60.000 y la Hermandad Gallega de Caracas con 55.000, para no citar más que a tres de las representaciones.

Frente a este caudal democrático y galleguista puro, había una representación retrógrada y antigallega con apenas unos 30.000 representados, que pueden discriminarse así: Federación de Sociedades Gallegas de Buenos Aires, con 15.000; Amigos de la Unesco de Barcelona, sección gallega, 10; Patronato de Cultura Gallega de México, 5; Centro Gallego de Toronto 200; Nova Galiza de Ginebra 80, Centro Betanzos de Buenos Aires, 1.000; Irmandade Galega na Suiza 100; Casa de Galicia de París, 180; Centro Gallego de Londres, 150; Centro de Estudios de Santiago de Compostela, nada y a ello podríamos agregar otras siglas y más siglas, verdaderas entelequias creadas para dar una imagen de representatividad, pero que sólo son simples sellos de goma y membretes, tras los cuales se escuda la siniestra imagen del comunismo internacional”.

265A oposición política e sindical consensua umha proposta conjunta e fai-na pública no “Comunicado de forzas galegas de oposición ó [V] Congreso da Emigración Galega en Vigo” (*Galicia Emigrante* 15, Agosto 1976: 6-7); nele indica “que a emigración é un problema económico-social que precisa solución política”, ataca a “dictadura do centralismo colonizador”, reivindica a “ruptura democrática a traveso da movilización de masas”, exige um “régimen provisorio de autogobierno en Galicia”, denuncia “as actitudes de representantes do Goberno, que non somentes tratan de manipular o Congreso, dos emigrantes galegos, senón que ademais pretenden perpetuar a emigración orientando descaradamente os traballadores galegos cara a novo[s] países de inmigración”, solidariza-se “cós traballadores emigrados e convócaos a ampliar e profundizar as súas orgaizaciós” e propom “ao Congreso que solicite unha amnistía xeral para tódolos presos i esiliados políticos sen escepciós”, nomeando neste ponto o líder do PCG Santiago Álvarez e a dirigente da UPG Elvira Souto.

Por seu lado, é possível documentar a posición específica do PCE perante este V Congreso da Emigración Galega de 1976 no *Boletín* da Casa de Galicia en París (*Galicia en París* 1976: 2-5) onde, após denunciar que “la emigración

4.3.2.2. *Os enclaves europeos e os peninsulares*

Frente aos enclaves do SLG situados na América, os enclaves europeos están caracterizados pola maior proximidade geográfica com a metrópole e por serem assentamentos mais recentes, ligados à emigração promovida polo desenvolvemento industrial do após guerra mundial a países do centro do capitalismo continental e, portanto, formados por contingentes mais novos que os seus equivalentes americanos. Desta circunstancia deriva o carácter transitório dos assentamentos europeos, conformados por emigrantes (e por alguns exilados) que nom se estabilizam nos territórios de acolhida e regressam do enclave após alguns anos de traballo nom qualificado nas indústrias ou nos servizos dumhas sociedades distantes cultural e lingüisticamente que, por outro lado, também nom favorecem a promoción sócio-profissional, o proceso de adaptación e a integración social das remesas duns emigrantes que, já foi apuntado, em geral nom contribuem economicamente desde os seus lugares de residència para emprendimentos culturais na metrópole.

Todo isto explica, por um lado, um menor grau de organización e institucionalización dos enclaves europeos em comparación com os enclaves americanos, e o perfil sócio-profissional dos seus líderes, em geral traballadores industriais caracterizados por acumular menor capital social e económico que os seus equivalentes americanos. Por outro lado, é no seio desta emigração de carácter operário onde se organizan os núcleos das organizacións antifranquistas de ideología marxista que se movimentan na clandestinidade na Galiza e que aproveitan os regimes democráticos da Europa para investirem as suas energias na promoción no seio dos enclaves das ideas político-culturais que encontram maiores dificultades para circular tanto no Estado Espanhol como nas ditaduras americanas.

Este é, precisamente, um dos elementos diferenciais entre os enclaves sediados no Estado e os restantes assentamentos galegos da Europa, já que, enquanto os primeiros devem desenvolver as suas actividades com os mesmos condicionantes políticos determinados polo proceso de transición e apuntados para a metrópole em páxinas anteriores, os agentes dos enclaves europeos tenhem maiores facilidades (na legalidade democrática dos territórios de acolhida) para a realización de accións destinadas a dar cobertura às estruturas, actividades e discursos das organizacións de esquerda (edicións de libros, folhas voantes ou revistas, conferencias, presentacións públicas,

gallega más importante -la europea- no estuvo suficientemente representada en el Congreso” (pág. 2) e as presuntas manipulacións da “mayoría oficialista en torno a los delegados de los centros gallegos de Buenos Aires y Madrid” (pág.3) conclui que, “pese a lo que acabamos de exponer, este Congreso fue el más positivo de todos los celebrados hasta la fecha. Y lo hubiese sido más aún si hubiesen estado presentes los delegados de la mayoría de la emigración en Europa, emigración compuesta en un 90 por ciento de trabajadores asalariados que, por su condición social, no pueden tener la misma mentalidad que la de algunos de los delegados de los centros oficialistas, ya que estos señores son gente acomodada y no tienen problemas económicos acuciantes”.

comícios, etc.), a ocuparem um lugar prioritário entre as suas estratégias de açom e que em ocasions contam com o apoio de organizaçom homólogos dos países receptores da emigraçom galega²⁶⁶.

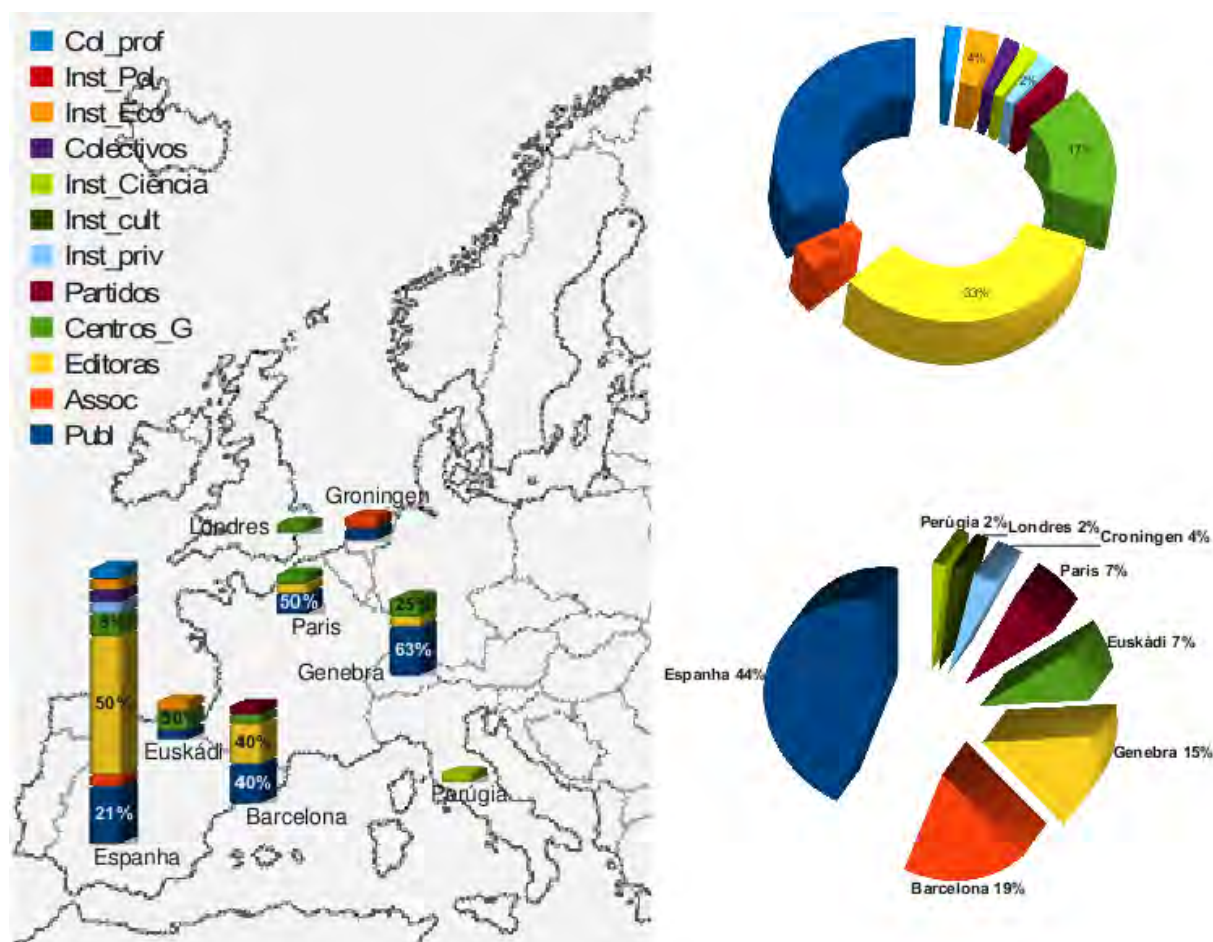


Figura 41. Geografia do SLG (1974-1978). Europa.

Projecto Fisempoga - Grupo Galabra (elaboraçom própria).

Assim, a prática totalidade das sociedades sediadas nos enclaves europeus respondem a esta descriçom geral e, fora o Seminário universitário de Perúgia e o Centro Galego de Londres (o primeiro com relaçom de colaboraçom com membros de Galaxia e o segundo com os agentes próximos do PSG/ Galaxia organizados no Grupo de Tralaballo Galego de Londres), os restantes territórios europeus com presença galega organizada (Paris, Groningen e Genebra) acolhem núcleos

266Encontramos um bom exemplo da preeminência atribuída ao trabalho político sobre o estritamente cultural (nem sempre facilmente diferenciáveis) nos enclaves europeus na apresentaçom da publicaçom do PCG *A Nosa Galiza* de Genebra (Janeiro-Fevereiro 1974: 1 [sic]): “Os aitos culturaes vironse un pouco marxinaos co que respeuta a outras tarefas que eisixian unha soluçom axiña. Agora, con mais tempo, empézanse a levar adiante as iniciativas: Conferencias, Reorganizaçom dos fatos de teatro, coro e danzas e ...o xornal que tedes diante de vos”.

de emigrados integrados na estrutura organizativa tanto da UPG como do PCG. Em Paris, ao lado de membros da UPG como Luís G. Blasco (“Foz”) e outros agentes próximos como o também exilado Ramón Chao (jornalista de Radio France Internationale desde 1975), destaca a estrutura criada polo PCG desde a edición en 1966 da revista *Nova Galicia* na capital francesa (onde residen nesta altura os líderes tanto do PCE como da súa sección galega, o PCG) até a fundación dez anos despois da Casa de Galicia en Paris (que publicará un *Boletín* desde esse mesmo ano 1976, em que o nome da revista citada é utilizado para a editora do partido antes de que o cabeçalho seja trasladado para a península).

No nivel europeo, este grupo mantén tamén algunha presenza na cidade do continente com a maior e mais influente estrutura institucional do SLG de 1974 a 1978, Genebra, neste caso através da Sociedade a Nosa Galiza e da publicación homónima editada por este centro galego desde que foi criado em 1967 por agentes de origem galega vinculados ao PCE (como Anllo, Suso Vaamonde ou o poeta e tradutor José Angel Valente). Porém, ao igual que acontece na Galiza metropolitana, o PCG disputa nesta praça europea o espaço sócio-político com a UPG, grupo nacionalista que promove em 1973 unha cisom de A Nosa Galiza e funda a Irmandade Galega na Suíza (que publica a revista *Irmandade* desde 1977, localizada para 1978), e que tamén elabora ou distribui desde esse momento através de Edicións Roi Xordo (a editora do grupo que chefiava na Suíza o estudante e operário Carlos Xohán Díaz Martínez)²⁶⁷ as várias cabeceiras que fan parte da denominada “prensa do MN-PG prá emigración galega”, conformada na altura por *Galicia Emigrante* (de 1974 a 1976), *Rego. Documentos pro galeguismo hoxe* (1974-1975) e *Galicia Hoxe* (1977)²⁶⁸. Para além deste importante núcleo em Genebra, a rede da UPG tem presença ainda na

267Edicións Roi Xordo, que já tinha publicado em 1973 um poemário de Celso Emilio Ferreiro (fundador e na altura ainda militante da UPG) e o único número da revista de banda desenhada *A Cova das Choias*, elaborada polo Grupo do Castro (ligado a Sargadelos e formado por Xesús Campos, Lois Caparrós e os irmáns Xosé e Rosendo Díaz Arias), edita cinco títulos em 1974 e um em 1975 com textos políticos e poemas de combate de outros membros da UPG, como Méndez Ferrín e Darío Xohán Cabana.

268“A partires do 1974, o Movemento Nacional-Popular Galego vai orgaizándose no seo de [e]struturas de clase como ERGA, CCLL, xérmenes de grupos obreiros, etc.

Tendo en conta esta nova situación, os grupos da UPG no exterior decidiron, co acordo da dirección, do lanzamento dunha publicación oficial da UPG e especialmente dirixida á emigración.

Esta publicación durou dende Marzo do 1974 até Agosto do 1976 e contou com 16 números e un número especial.

Nos tres anos que durou a publicación de GALICIA EMIGRANTE, chegou a espallarse nos seguintes países:

- Europa: Francia, Suíza, Portugal, Alemaña, Inglaterra, Italia, Países Baixos, Noruega, Suecia, Bélxica.

- América: Uruguay, Arxentina, Brasil, Venezuela, México, Cuba, Estados Unidos, Canada. [...]

A tirada media do GALICIA EMIGRANTE foi de 500 exemplares e nalgúns casos chegou a facer 1.000 exemplares.

GALICIA EMIGRANTE podía mercar nas librerías da Europa especializadas nas publicacións clandestinas do Estado Español” (Edición conjunta de *Galicia Emigrante*, “Presentación”, s.d.).

Esta publicación foi substituída por *Galicia Hoxe* até finais de 1977, quando “tendo en conta a nova situación creada na Terra pola tolerancia da «democracia á española» escomenzan a xurdir diferentes publicacións que partindo da

cidade holandesa de Groningen, onde funda no fim do período contemplado neste estudo o Comité pra Galicia en Holanda, responsável pola edición da revista *Moendo* em 1978.

Por seu lado, no espaço administrativo delimitado polo **Estado Espanhol**, é precisamente esta estrutura política compartilhada a que promove os contactos e os assentamentos galegos desde antigo, sobretudo na capital do Estado²⁶⁹. Aos efeitos desta estrutura político-administrativa comum, à continuidade geográfica e à reduçom das dificuldades lingüístico-culturais para a adaptaçom dos contingentes galegos no resto do Estado deve ser acrescentado ainda outro elemento que favorece a chegada de novos contingentes ao assentamento e diferencia os enclaves peninsulares espanhóis dos continentais; referimo-nos ao facto de que aos núcleos operários assentados nos pólos industriais de Madrid, Eúskadi e Catalunha promovidos polos Planes de Desarrollo do desenvolvimentismo franquista, deveremos somar ainda um conjunto nom desprezível de gente moça que vai residir temporariamente noutras cidades do Estado para cursar os seus estudos universitários (fundamentalmente em Madrid, onde a colónia galega em 1974 atingia as 250.000 pessoas [*Mundo Gallego* 39, 1974: 16]). A importância desse sector universitário localizado maioritariamente no enclave madrileno nom reside tanto no seu peso quantitativo como nos capitais que acumulam e nos modos em que os investem; no básico, agindo numha lógica de oposiçom ao franquismo e com umha estratégia que passa pola criaçom e a promoçom de estruturas institucionais que permitam dar cobertura às suas actividades políticas e culturais (partidos, associaçom, colectivos...) à margem do Centro Galego da cidade.

Isto dá como consequência que a estrutura institucional dos enclaves peninsulares esteja caracterizada pola convívio de entidades com alto grau de institucionalizaçom que, nom raro, estão dirigidas pola elite político-económica do enclave em questom (como o Centro Gallego de Madrid, por exemplo) com outras instituiçom com menor trajetória no sistema fundadas por agentes próximos dos grupos políticos (como a nacionalista Asociación Cultural Lóstrego de Madrid, por continuarmos a nossa exemplificaçom com o caso do importante enclave galego na capital do

mesma realidade galega cumpren a función que tiñamos coma ouxetivo com GALICIA HOXE. Esta prensa do MOVIMIENTO NACIONAL-POPULAR GALEGO, que xa existe dende fai anos na clandestinidade, colle un novo pulo. A súa publicación é máis regular, as posibilidades de facela chegar á emigración son máis fáciles, o seu contido e calidade é moito mellor que fai anos. Por todas estas razóns coidamos que o feito de seguir publicando GALICIA HOXE nestes intres non ten razón” (*Galicia Hoxe* 9, Novembro de 1977: “Editorial”, s.p.). Para além das publicaçom das organizaçom sectoriais do grupo, a UPG aposta desde entom por intervir no campo da comunicaçom através do semanário *A Nosa Terra*.

²⁶⁹Lembremos neste sentido, por exemplo, as achegas de Anderson (1983) sobre a importância da emigraçom de funcionários da administraçom do Estado, sempre da periferia para o centro (nunca entre periferias), na construçom das identidades nacionais (sobretudo pós-coloniais) e, também, as datas de criaçom dos principais centros galegos da Península Ibérica contemplados na nossa análise: Madrid em 1892, Barakaldo em 1901, Bilbao em 1926 e Barcelona em 1948 (a eles haveria que acrescentar ainda, em Portugal, a Xuventude Galega de Lisboa em 1908).

Estado).

Deste jeito, no conjunto deste território peninsular localizamos até um total de 38 instituições (o equivalente a 6,6% na estrutura geral do SLG no período em foco) distribuídas, de acordo com os objectivos focados neste trabalho, em três comunidades lingüístico-culturais básicas (que também funcionam, ao lado de Portugal, como referentes de diferente tipo para o SLG historicamente considerado, tal como veremos adiante): Euskádi, Catalunha e Espanha (ver nota 14). Destes três espaços culturais englobados no Estado Espanhol, o maior volume institucional, diversificação tipológica e dispersom geográfica encontraremos-lo na Espanha, onde está situada quase metade da rede institucional galega na Europa (4% do total do sistema) e onde destaca o peso tanto da cidade de Madrid (com praticamente 80% das instituições sediadas na Espanha e mais de 3% do conjunto do SLG entre o franquismo e a transição) como das entidades viradas para o campo editorial, enquanto que metade das instituições do espaço espanhol som editoras e, dessa dúzia, nove têm a sua sede em Madrid.

Quanto a estas questões, remetemos para o dito sobre a antiguidade do enclave madrilenho em relação com a capital do Estado como foco de atracção económica, política, administrativa e universitária e, ainda, apontamos que até metade das entidades localizadas no conjunto do espaço cultural espanhol integram o SLE e intervêm igualmente no SLG, sobretudo procurando o seu quinhom de mercado no campo editorial galego (é o caso da dezena de “editoras espanholas”, sete das quais com sede na capital espanhola), mas também participando em processos de canonização (eis a nomeada Asociación de Críticos de España, também sediada em Madrid) ou mesmo integrando o campo económico e exercendo o mecenato ou participando também directa e esporadicamente no campo editorial (como é o caso do Banco Central, também madrilenho).

De qualquer maneira, a outra metade das instituições relacionadas com o SLG com sede no Estado Espanhol estão vinculadas com este sistema directamente e/ou têm como espaço de acção prioritário os enclaves do SLG. Entre estas, documentamos também a presença na capital do Estado de algumas instituições de impacto preferente no espaço social galego, como as editoras Brais Pinto e Akal (a primeira na órbita da UPG e a última do PCG, esta através das colecções Arealonga e Arealongiña, dirigidas pelo comunista Xesús Alonso Montero), o colectivo e a revista *Loia* (comandados no literário por Manuel Rivas e Lois Pereiro e no artístico por Antón Patiño) e a publicação comunista *Nova Galicia*, trasladada de Paris à capital espanhola em 1977. Todas estas instituições estão relacionadas (com laços de pertença ou de colaboração) com grupos da esquerda

com base na Galiza e participam dum espaço institucional diferente do configurado polo Centro Gallego de Madrid (onde si se inclui a asociación informal lúdico-gastronómica Enxebre Ordem da Vieira e o seu *Anuario*).

Este facto está a apontar tanto para a existência de diferentes estratégias e programas de acción tamén no enclave madrileño como, de passagem, para a posición ocupada por esse centro galego con máis de 4.000 sócios en 1974, enquadrável dentro do pólo cultural máis próximo da oficialidade tal como evidencia a procedencia política dos seus líderes: o seu presidente durante máis de tres décadas é o Tenente General Constantino Lobo Montero e as “presidentas de honor son la señora del Jefe del Estado, doña Carmen Polo de Franco, y doña Carmela Arias y Díaz de Rábago, condesa de Fenosa. Son presidentes de mérito varios ministros y diversas personalidades que se destacaron por su ayuda al Centro [entre eles, tamén, o “patriarca” Ramón Otero Pedrayo]” (*Mundo Gallego* 39, 1974: 16).

Fora isto, a estrutura institucional do SLG na España (repetida de maneira xeral no conxunto dos enclaves) corresponde-se con un Centro Galego que, entre outras actividades lúdicas e culturais, edita tamén unha revista²⁷⁰. Assim acontece no caso dos dous únicos centros espanhóis con actividades documentadas en relación con o SLG no período en foco, a Casa de Galicia de Valladolid (que publica a revista *Abrente*, localizada apenas para 1978) e o Centro Gallego de Madrid (con a publicación de *Mundo Gallego*)²⁷¹.

²⁷⁰Promovendo xeralmente repertorios subsistémicos, claramente no caso do Centro madrileño: “Son muchas las actividades del Centro [Gallego de Madrid]; por ejemplo, este año [1974], las distintas comisiones se han ocupado y se siguen ocupando: del Día de las Letras Gallegas, aniversario de la condesa de Pardo Bazán, de Rosalía de Castro, de Concepción Arenal y veintiuna conferencias de distintos temas. Hemos celebrado diez exposiciones, conciertos, festivales, la clásica romería gallega, cine cultural, desfile de modelos, etcétera. El grupo Rosalía de Castro está compuesto por cincuenta personas que practican el rico folklore gallego. Su actuación es muy solicitada por sociedades y pueblos de Castilla. Han representado a nuestra región en Inglaterra, centro de Europa, Televisión Española y han grabado numerosos discos” (Constantino Lobo Montero en *Mundo Gallego* 39, 1974: 16).

²⁷¹Dirigida polo xornalista Manuel Fraga de Lis desde 1952, editada polo xornal ourensán *La Región* e con a colaboración quase en exclusivo dos agentes do enclave no tempo do noso estudo (entre os quais destaca pola súa produtividade Carlos Barcón) a revista *Mundo Gallego. Órgano Oficial del Centro Gallego de Madrid*, é practicamente monolíngüe en castelano durante o franquismo, comezando a introducir lentamente o galego nos números posteriores a 1975. A publicación noticia a actualidade relacionada con a Galiza ou con os quadros galegos das institucións políticas e culturais oficiais, as actividades do propio Centro Gallego de Madrid ou dos seus homólogos noutros enclaves e informa da promoción dunha concepción subsistémica da cultura galega a respecto da española, patente tanto nos asuntos presentes na publicación (folclore, escritores en castelano de orixe galega como Ramón María del Valle-Inclán ou as já citadas Concepción Arenal e Pardo Bazán, etc.) como nas varias actividades organizadas pola institución (vejam-se, como exemplo, algúns títulos de conferencias: “Gallegos lucenses en América. Siglos XVI y XVIII”, “Gibraltar visto desde la emigración”, “El asturiano Fierros como pintor de Galicia [centenario de su boda con una lucense de Ribadeo]”, “Periodismo político en la España actual”, “Así era la madrileñísima calle de Alcalá en los años veinte”, “Doña Juana Coello Vozmediano [Esposa ejemplar]”; “La aventura española del descubrimiento de América fue así...”, “Concepción Arenal”, “Picasso”, “Goya y su patetismo”, etc. (*Mundo Gallego* 38, 1974: [24])). Para a historia da publicación vejam-se a entrevista ao seu director en *Mundo Gallego* 41 (1975: 23-25).

Umha estrutura similar encontramos-la repetida em Euskádi onde, junto ao referido Banco de Bilbao e ao Centro Galego de Bizkaia en Barakaldo (ambos participam no campo editorial neste período e o Centro Galego convoca também, desde 1967, o Concurso de Contos Breogán en língua galega), documentamos na publicação da Casa de Galicia de Bilbao (*Noso Afán*, localizada para 1977) umha maior proximidade com o galeguismo da esquerda da verificada nas publicações dos centros galegos sediados na Espanha, facto que se patenteia tanto na frequência de uso da língua galega como no modelo lingüístico utilizado (do mesmo tipo popularizante e com pretensões diferencialistas a respeito do espanhol que caracteriza as publicações orgánicas dos grupos da esquerda).

Por seu lado, toda a rede institucional galega em Catalunha (as dez referências que constituem mais de um quarto do total dos enclaves peninsulares, em concreto 26%) está sediada na sua totalidade na capital, Barcelona. Aqui, deixando de parte as quatro “editoras espanholas” que participam no campo editorial galego de acordo com os critério e objectivos já referidos, localizamos no pólo mais institucionalizado o Centro Gallego de Barcelona que, com 2.332 sócios em 1974, preside o arquitecto Francisco Dapena Alfonsín e publica a revista *Alborada*²⁷² e um *Boletín interno* dirigido polo jornalista Xosé-Lois Blanco Campaña (em 1978).

A proximidade com o galeguismo de esquerdas apontada para o caso basco é também verificável para a principal instituição do enclave barcelonês, quer directamente através do perfil político progressista dalguns dos integrantes da direcção do Centro (como o crítico literário e colaborador de *Grial* Xesús González Gómez, por exemplo), quer com o acompanhamento das actividades culturais organizadas pola Comisión de Cultura²⁷³. A isto haveria que somar ainda no

²⁷²*Alborada*, reeditada em 1974 depois de catorze anos sem se publicar (e com números localizados até o ano seguinte), acolhe trabalhos de literatura, arte, cultura, economia, actualidade... em galego e castelhano (esporadicamente também em catalám, como o do crítico Ricard Salvat sobre o teatro de Castelao no nº 4, de 1975) tanto de agentes do enclave como de galeguistas da metrópole, entre os quais destacam produtores na órbita de Galaxia (Pedrayo, Fole, Martínez-Risco, Piñeiro, Del Riego, Carballo Calero...), grupo que tem no professor universitário, crítico e tradutor Basilio Losada o seu principal agente na Catalunha; responsabilidade da Comisión de Cultura do Centro (formada por mediadores entre os sistemas galego e catalám como Daniel Pérez Guerra, Xosé L. Vázquez Sotelo, Xosé M. Costa Gómez ou Xesús González Gómez), a sua edição está apoiada economicamente polo barcelonês Banco de Crédito e Inversiones.

²⁷³Por exemplo, em 1974 esta Comisión organiza as conferências do poeta da UPG Manuel María Fernández Teixeiro (“A emigración na poesía galega”) e do líder do PSG Xosé Manuel Beiras Torrado (“O atraso económico de Galicia”), as exposições e conferências dos pintores Raimundo Patiño (sobre a pintura galega contemporánea) e Alberto Castro Couso (“Castelao no arte galego”), a projecção dos documentários em galego “O Corpiño” e “A Rapa das Bestas” do grupo Cine Lupa de Compostela (ligado à Asociación Cultural O Galo), a apresentação por Basilio Losada na Galeria Sargadelos da cidade d’*O Novo Testamento* traduzido para o galego polo ex-presidente do Centro Manuel Casado Nieto (que também fala no dia 17 de Maio sobre “A Xeneración Nós na cultura galega”), a representação nas suas instalações de *La rosa de papel* de Valle-Inclán (obra “expresionista por su acentuado tono de denuncia”), e “un recital de canciones a cargo de Ovidi Montllor -catalán-, Quintín Cabrera -sudamericano- y Jei Noguero -gallego-, que cantaron lo mejor de su repertorio” “con motivo de la celebración de las fiestas en honor de

enclave barcelonês, já fora do espaço institucional do Centro Gallego, a organização de núcleos activos da UPG na cidade, que fundam a Irmandade Democrática Galega em 1971 (editando a revista *O Mallo* até 1976) e publicam em 1978 um único número de *Sempre en Galicia. Voceiro da Emigración Galega en Barcelona*.

Em relação ainda com o dito até aqui, é oportuno lembrar que os enclaves do SLG no espaço geográfico peninsular estão localizados em territórios de sistemas culturais que desempenham funções referenciais específicas para o galeguismo desde as suas primeiras formulações em meados do século XIX (Beramendi 1991). Estas relações serão abordadas imediatamente na continuação, na última epígrafe deste capítulo.

4.4. Relações do SLG no âmbito peninsular (1974-1978)

Já foi apontado na primeira parte deste trabalho que o processo histórico de construção do SLG é feito, no que di respeito ao seu relacionamento exterior, em relação dialéctica com:

a) um **referente de oposição** identificado num primeiro momento com Castela e desde as primeiras décadas do século XX com Espanha (alegando diferentes graus de conflito ou convivência e de projectos para o superar ou a regular durante o período do nosso estudo);

b) vários **referentes de analogia** identificados em virtude de compartilharem com o SCG programas, afinidades de diverso tipo ou materiais constitutivos, e entre os quais destaca durante toda a história do sistema, no Estado, Catalunha (em muito maior grau do que Euskádi) e, fora deste quadro político-administrativo comum, primeiro Irlanda nos anos vinte e nas décadas de sessenta e setenta as colónias do chamado Terceiro Mundo em processo de descolonização (ao programa emancipador compartilhado [e sucedido] em ambos os referentes apontados hai que acrescentar o celtismo no caso da ilha britânica e o marxismo no referido aos territórios coloniais asiáticos e, sobretudo, africanos); e, por último,

c) um **referente de reintegração** identificado com Portugal, que ocupa umha posição central na configuração do galeguismo desde o regionalismo liberal chefiado por Murguia até o nacionalismo de pré-guerra (quer seja o progressismo democrático desenvolvido ideologicamente por Antón Villar Ponte no seu *Nacionalismo gallego* em 1916 [2006] quer o neo-tradicionalismo articulado por Vicente Risco em 1920 na *Teoría do nacionalismo galego* [2000]) em virtude de compartilhar com o SCG elementos identitários constituintes (tradição, língua, etnia, saudade,

Santiago” (*Alborada* 4, 1975 “Memoria año 1974. Recopilación y redacción: Xesús González y Xosé Valcárcel”, s.p.).

volksgeist ...); no entanto, desde a eclosom na Galiza do nacionalismo marxista anticolonial na década de sessenta, é possível detectar nos programas de vários grupos activos no SCG tanto a secundarizaçom deste elemento como a troca da funçom histórica de referente de reintegraçom pola de referente de analogia (nomeadamente ao calor dos acontecimentos revolucionários do 25 de Abril de 1974) ou de oposiçom (durante o processo de elaboraçom lingüística em andamento desde inícios de setenta), facto que, entendemos, está em dependência directa dos projectos político e lingüístico que cada grupo deseja implementar.

Com efeito, da análise que fazemos desta questom deriva-se que os tipos, os modos e os graus de relaçom do SLG neste período histórico com os outros sistemas peninsulares estão determinados, em primeiro lugar, pelas diferentes lógicas (entendidas como modos de agir em espaços concretos de possibilidades) e programas de açom política que sustentam os grupos participantes no sistema, mormente segundo estejam localizados no pólo da resiliência ou no da resistência²⁷⁴. Por outro lado (em estreita relaçom com o elemento anterior e, nomeadamente, com os vínculos do SLG com os seus referentes de reintegraçom e oposiçom), a classe e intensidade do relacionamento proposto ou efectivado estarám também condicionadas pola posiçom ocupada pola língua galega nos projectos político-culturais de cada grupo (em geral, como norma sistémica, exclusiva ou compartilhada, ou de repertório) e, em virtude disto, também tanto polos condicionantes existentes como pelas estratégias ensaiadas para a implementaçom de programas de açom em relaçom com a(s) língua(s) em causa (de mono/bilingüismo entre castelhano e galego, com relaçons de identidade variáveis deste com o português-brasileiro); de acordo ainda com este último ponto, essas relaçons intersistémicas estão também em funçom do tipo de materiais propostos para a língua da Galiza no processo de elaboraçom lingüística em curso no período que ocupa o nosso estudo e do grau de intercambiabilidade ou identidade entre estes materiais e os da(s) outra(s) língua(s) em foco.

As questons mais directamente relacionadas com o processo de elaboraçom lingüística do galego e com a funçom normativa a ele atribuída no SLG serão abordados no próximo capítulo. Por enquanto, e ainda focando preferentemente o que afecta a determinante questom política, devemos resenhar que os grupos que actuam desde a administraçom cultural oficial ou que, como Galaxia, trabalham virados para a oficializaçom do seu programa, veiculam repertórios nom referenciados

²⁷⁴O relevo dado à consideraçom do carácter colonial da Galiza no discurso dos grupos marxistas organizados em meados da década de sessenta é tal que determina o conjunto das suas práticas desde os primeiros momentos da sua articulaçom, também quanto ao seu relacionamento com o exterior: “A forma direuta de opresión dun estado sòbor dunha nación é o colonialismo. Galicia, Euzkadí, Bretaña, o Ulster, son colonias o mesmo que Angola e Mozambique” (*Terra e Tempo*, Março de 1972: 1).

explicitamente no campo político, rejeitam todo o tipo de relacionamento em chave político-partidária e estabelecem as alianças com os seus homólogos dos sistemas peninsulares que funcionam como referentes em virtude de critérios e atendendo a lógicas referenciadas primariamente no interior dos campos culturais; nesse sentido, as relações intersistémicas dos membros destes grupos são mais autónomas que as estabelecidas pelos grupos da esquerda política que actuam no SLG da altura e, também em contraste com eles e de acordo com os próprios modos de organização e funcionamento interno, com uma maior margem para colaborações no plano estritamente individual.

4.4.1. O Referente de Oposição

É possível explicar o relacionamento de agentes dos grupos mais próximos do pólo da resiliência com o referente de oposição do SLG em função das suas práticas bilingües galego-castelhano. Neste sentido, devemos começar por indicar que os défices relacionados com a ausência da língua galega em campos como o ensino ou a comunicação de massas, unidos à dimensão (relativamente reduzida) do mercado do livro em galego na altura, dificulta a profissionalização dos agentes que pretendam desenvolver uma trajetória literária de maneira monolíngüe em galego. Deveremos levar isto em conta à hora de notarmos a existência de agentes ligados a estes grupos que compaginam uma carreira literária em ambos os sistemas, entre os quais destaca pelo seu alto grau de consagração o jornalista e escritor Álvaro Cunqueiro, vinculado tanto a Galaxia (três títulos em galego na altura) como ao grupo barcelonês Destino, onde mantém uma secção estável, “Laberinto & Cía”, no semanário e meia dúzia de livros em espanhol nesta editora, da dezena que publica em castelhano durante o período em estudo (*vid* Liñeira 2004 e Cunqueiro 2007).

Fora isto, no campo editorial, o apontado relacionamento intersistémico evidencia-se tanto através da colaboração regular nesta língua de vários dos seus agentes com editoras e revistas homólogas de âmbito espanhol, como no próprio catálogo em castelhano das editoras dos grupos que se movem neste espaço institucional e participam no mercado do livro (em) espanhol. Constitui um bom exemplo dessa colaboração com publicações homólogas do SLE tanto de agentes ligados a Galaxia como, sobretudo, a administração cultural do Estado na Galiza, o Tomo [33] correspondente ao ano 1977 da *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, que publica o CSIC e dirige Vicente García de Diego em Madrid (nele participam José Filgueira Valverde, Alfredo García Alén, Leandro Carré, Joaquín Lorenzo, Antonio Fraguas, Ramón Otero Pedrayo...).

A este tipo de relacionamento haverá que acrescentar ainda a presença de agentes provenientes do espaço cultural mais oficializado na estrutura organizativa de publicações literárias especializadas (como o professor da USC Darío Villanueva, membro do conselho de redacção de *Camp de l'Arpa*) ou, ainda, as colaborações mais diversas e esporádicas vinculadas com assuntos que afectam a ambos os sistemas e que, a priori, poderiam interessar ao público alvo das publicações espanholas de referência²⁷⁵.

Da mesma maneira, também pelo que tem de representativo do modo de agir de Galaxia em relação com o seu pretensão afastamento da lógica de acção política (e de como esta acaba, contudo, por condicionar as suas tomadas de posição), deveremos referir a publicação da versão em espanhol do “Manifesto para la supervivencia de la cultura gallega” na revista democrata-cristiã madrilenha *Cuadernos para el Diálogo* em Outubro de 1974 (nº 133, pp.8-11); trazemos agora aqui este apontamento porque o referido “Manifesto...”, redigido em galego por um grupo de agentes sediados em Roma e próximos da doutrina social da Igreja católica e do reintegracionismo, tinha sido enviado para *Grial* mas não foi publicado na revista de Galaxia alegando falta de oportunidade política (em relação com a censura) e recomendando a sua publicação no enclave bonaerense, mas si puido ver a luz no Estado seis meses depois com a sua publicação em *Cuadernos para el Diálogo*²⁷⁶.

Precisamente, essa revista reformista madrilenha, que dedica em 1975 o suplemento do seu nº58 a Castela, dará alguma cobertura também no fim do franquismo às questões de política geral

275Anotemos apenas que os agentes de Galaxia Xosé Luís Franco Grande e Landeira Yrago publicam um trabalho em castelhano sobre a “Cronología Gallega de Federico García Lorca y datos sincrónicos” em *Grial* (nº 45, 1974: 280-307) e, depois, outro sobre “García Lorca en Galicia” em *Ínsula* (nº 339, 1975: 3); a participação deste agente do sistema espanhol no SLG foi tratada também pelo académico da RAG e da “R.A.B.A. «Nuestra Señora del Rosario»” Carlos Martínez-Barbeito em dois números anteriores de *Grial* (nº 43, 1974: 90-98); também o jornalista Xosé Fernández Ferreiro, fundador em Madrid do grupo literário Brais Pinto em finais da década de cinquenta e localizado ideologicamente no galeguismo de esquerdas, publica sobre Valle-Inclán em *Destino* (nº 1899, de 23/02/1974, pág. 34).

276Em “Carta de Ramón Piñeiro a Montero Santalha”, datada em “Compostela 5-IV-1974” (*Agália* 95/96 2009: 169) o líder de Galaxia tinha explicado a sua posição: “Nós estudamos as posibilidades das sua publicación en GRIAL, mas, tal como está redactado, resúltanos imposible. Os criterios da vosa liberdade expresiva -ahí en Roma- non coinciden cos criterios da censura que aquí decide. [...]. Pessoalmente penso que o «manifesto» merece publicarse. Resulta moi interesante que se manifesten os puntos de vista dos xóvenes, e mais aínda cando están meditados responsablemente e expostos com gran claridade. Eu penso que se podería enviar a Buenos Aires para que o publiquen alín nun folleto. Si a idea vos parece ben, podeades enviarlle unha copia a Rodolfo Prada [ligado à editora Nós] [...], a quen eu lle escribirei falándolle do asunto”. A versão portuguesa do “Manifesto...” tinha sido publicada no mês anterior à saída da versão em castelhano no nº 1547 [de Setembro, pp. 30-31] da revista *Seara Nova*, dirigida ainda pelo homem de Galaxia em Portugal Manuel Rodrigues Lapa, mas sem mediação do grupo e por contacto directo com Lapa do Padre José-Martinho Montero Santalha que, consciente dos efeitos que a Revolução dos Cravos pode produzir na recepção, avisa em carta datada em 28 de Maio que “Não estará demais advertir que o nosso manifesto foi elaborado antes do câmbio de régimen em Portugal e que, pelo mesmo, não [sic] está determinado por razões [sic] políticas do momento mas por motivos histórico-culturais” (in Marques *et al* 1997: 345).

que afectam a Galiza (veja-se, por exemplo, a mesa redonda sobre os problemas político-económicos de Galiza publicada em Dezembro de 1974 [pp. 5-11] e umha rápida referência a ela em Muñoz Soro 2006: 162), assim como à oposição ao franquismo localizada na esquerda ideológica, quer às colaborações esporádicas de agentes do nacionalismo galego na órbita do PSG (o único grupo nacionalista de esquerdas organizado em plataformas políticas que integram também partidos de âmbito espanhol, tal como definido neste trabalho) quer à participação de agentes ligados ao comunismo galeguista representado polo PCG²⁷⁷.

Por outro lado, quanto ao afirmado acima sobre o campo editorial, é preciso lembrar que, frente à edição promovida por instituições situadas nos campos político e económico, a política editorial das empresas privadas passa em maior medida por ampliar o mercado para o livro galego através da tradução para castelhano e a edição bilingüe do que pola publicação de livros directamente em espanhol, estratégia em que destaca o PCG e a editora Akal, propriedade do comunista madrilenho de origem galega Ramón Acal (este aspecto foi abordado na epígrafe 3.2.2.2. e em Cordeiro Rua e Samartim 2008)²⁷⁸.

Em geral, entendemos que todos os grupos localizados no pólo cultural de maior adaptabilidade às mudanças produzidas no campo político (e mais algumas organizações periféricas da esquerda rupturista com ligações em estruturas estatais [veja-se adiante o apontamento feito sobre o maoísta Movimento Comunista Galego (MCG)]) participam da ideia da autonomia relativa do SLG e do relacionamento intersistémico nas margens delineadas polo quadro político-administrativo do Estado Espanhol, entidade política que acolheria quatro sistemas

277No primeiro caso encontramos alguma colaboração pontual de agentes como Xesús Cambre Mariño, que escreve sobre a questão da energia nuclear no número extra [44] de Dezembro de 1974 [pp. 53-55] e de Xosé Manuel Beiras, que participa no inquérito sobre a chamada “via portuguesa” à democracia publicado no nº139, de Abril de 1975 [pág. 17]). Quanto aos agentes do PCG, Xesús Alonso Montero recensionou libros galegos em Julho de 1974 (nº130, pág. 409) e escreve sobre Castela em Novembro (nº134, pág. 51), enquanto que Javier Alfaya publica um texto sobre Rafael Dieste no mês de Julho desse mesmo ano (nº129, pág. 52) (sobre a história e a posição da publicação veja-se Muñoz Soro 2006). Estes dous produtores colaboraram também no semanário *Triunfo*, a revista espanhola, de esquerdas e de informação geral, que acumula maior número de ocorrências relacionadas com a Galiza (53 entre 1974 e 1978, por 20 entre 1968 e 1973 e 10 para 1979-1982) e devidas a agentes ligados, fundamentalmente, ao PCG, sobretudo aos jornalistas José Antonio Gaciño, Perfecto Conde Muruais e José Antonio Durán (este último próximo do PSOE e ganhador em 1978 do “Premio Fernández Latorre de Periodismo” que concede o jornal crunhês *La Voz de Galicia*).

278De acordo com a informação que figura na base de livros que manejamos, num campo editorial galego em castelhano mui fragmentado e pouco profissionalizado (com 16% da produção nesta língua sem referência editorial ou atribuível a imprensas-gráficas e publicação de autor), ainda somando a publicação *directa* de Museus e Academias à edição das empresas privadas (com as editoras de Sargadelos e as ligadas ao PCG, Akal e Celta, à cabeça quanto ao volume de publicação) esta nom alcança 14% do total. Por seu lado, as instituições económicas (com o Club de Dirigentes de Empresa como entidade mais produtiva), as administrações do Estado (concelhos e, sobretudo, as quatro Deputacións) e a USC som responsáveis por mais de 20% da produção total do livro galego em castelhano nesta altura.

literários expressados em cada unha das línguas em presenza (castelhana, galego, catalán e basco), reservando para a primeira o carácter de língua de relación intersistémica. Da nosa análise dos materiais deriva-se que o grao de autonomía relativa do SLG neste intersistema pasaría, para os galeguistas, pola cooficialidade de galego e castelhana na Galiza e polo apoio institucional dunha entidade política galega autónoma (reivindicada por estes grupos com base no precedente do Estatuto plebiscitado em 1936) que contribuíse tanto para o reforzo do carácter de norma sistémica da lingua galega e para a súa incorporación paulatina e progresiva a campos en expansión e considerados determinantes para a sobrevivencia e continuidade do sistema (ensino, administración, comunicación de masas, liturgia católica...) mas, ao contrario dos grupos identificados com a resistencia político-cultural anticolonial, sem pôr em causa a existencia dun sistema cultural español na Galiza e dun aparelho de Estado que lle dê cobertura (valorando positivamente a diversidade e pluralidade interna tanto desse sistema cultural como do Estado, ambos identificados como espanhóis)²⁷⁹.

Em qualquer caso, neste espaço está assente a ideia de que “a realidade históricas [sic] española ta [sic] caracterizada pola diversidade das ricas culturas e línguas peninsulares” (Enrique Santamarina “A evolución da lingua determina tamén a evolución social do pobo”, *Casa Galicia-Unidad Gallega* 1975: 22), tal como pantenteia a resposta dada polo líder de Galaxia, Ramón Piñeiro, ao inquérito sobre a eventual existencia dunha cultura española publicado em *Cuadernos para el Diálogo* em Agosto de 1974 (nº[42], “¿Existe una cultura española?”, pág. 85; *itálicos nossos*):

[...] parece igualmente indudable que, en lo que pudo hacerse y se hizo, hay base para hablar de una peculiaridad cultural española, incluyendo en ella, claro está, la labor de los que hubieron de trabajar en la diáspora.

Creo asimismo que uno de los rasgos de esta renovación cultural española, en la que tantos frutos se malograron, es el reconocimiento de su pluralidad interna. Cada día se va haciendo más patente para todos que *la cultura española no se reduce solamente a la*

²⁷⁹Neste sentido, apontamos para a “Petición da Academia de que en Galicia teñan o rango de idiomas oficiais o castelán e máis o galego” (*Boletín de la RAG* 359, 1977: 350-360), unha das escasas tomadas de posición explícitas da RAG no campo político da altura que transcrevemos na íntegra: “Na sesión ordinaria que a Academia celebrou en 22 de febreiro deste ano, un dos acordos máis importantes adoptados na mesma foi o de elevar a Sua Maxestade El-Rei a reverente petición de que patrocine e promova a declaración legal de que en Galicia terán o rango de idiomas oficiais o castelán e máis o galego. Coida recoller con elo a Academia, no que atingue á función cultural que lle ven atribuída, a vontade do pobo galego xa sustancialmente expresada no estatuto de autonomía aprobado pola asamblea de Concello[s] reunida en Santiago de Compostela o 19 de decembro do 1932 e no plebiscito ao que foi sometido o 28 de xuño do 1936, precedente citado como mesmamente expresivo daquela vontade popular de cooficialidade historicamente sentida. E, ao tempo, coida tamén a Academia que a adopción da devandita medida, ademais de seren [sic] de xusticia, contribuirá a fomentar a normal convivencia dos galegos nun dos seus máis capitais aspectos, e a salvagardar un dos valores esenciais do común patrimonio do Estado español”.

expresada en lengua castellana. Otras lenguas peninsulares -el gallego, el catalán, el euskera- tienen también su propio desarrollo cultural, cuyas dificultades fueron y siguen siendo mayores que las enumeradas con carácter general, porque son dificultades que actúan no sólo sobre la obra como tal, sino sobre la lengua misma (exclusión de los medios de comunicación, de la enseñanza, etc.).

Esta posición está sustentada, em geral, polos grupos envolvidos na reforma do regime, como é possível verificar ainda no final do franquismo com ocasiom dos debates sobre a Ley del Libro (publicada definitivamente no BOE de 14/03/1975), segundo refere José R. Vilamor no Suplemento Especial dedicado ao Dia das Letras Galegas polo jornal Crunhês *El Ideal Gallego* em 18 de Maio de 1975 (“El escritor gallego fue sometido al mayor de los silencios”, pág. 2):

El señor Herrera y Esteban [Ministro de Información y Turismo] manifestó en Las Cortes que “respecto del régimen de promoción y fomento de la ley [del Libro], establece abarcar a todos los libros españoles en sus diversas expresiones lingüísticas. Están incluidos así, no sólo los escritores en la lengua castellana, sino también los realizados en cualquiera de las lenguas que coexisten en España con su importante contribución a nuestro rico y variado patrimonio cultural, que es uno e indiviso, y del que somos coparticipes, y conviene recordarlo aquí a todos los españoles”.

Da nossa parte, apontamos apenas que no capítulo 3 deste trabalho, com ocasiom de apresentar a proposta crítica expressada polo professor Darío Villanueva (1992: 15 e ss.) e acompanhando as achegas de González Millán (1994) e de Maria Xesús Rodríguez Fernández (1999), já foi comentada esta ideia dum sistema literário/ cultural espanhol composto e plural, com quatro sistemas interrelacionados (um por cada língua), três deles territorializados e restringidos aos falantes dumha comunidade específica e outro (o castelhano) personalizado e estendido por todo o Estado Espanhol, que o ampara institucionalmente (e *constitucionalmente* desde 1978, García Negro 1991) em virtude do alegado carácter geral da sua norma sistémica (construindo e reforçando, ao mesmo tempo, este carácter).

Vimos também ali que, face a esta proposta, os grupos referenciados no pólo da resistência sistémica (mais claramente no caso da UPG do que do PSG), actuam em virtude de modos e objectivos político-culturais nacionalitários concebidos como anticolonialistas e fam depender as suas açõs e relaõs (estabelecidas em funçom de interesses e homologias político-partidárias também e sobretudo com as outras comunidades peninsulares) do rejeitamento, o contraste e a distinçom com o referente de oposiçom, propugnando como normas sistémicas os critérios que aqui

caracterizamos como *lingüístico* (identificação da cultura galega com a veiculada em língua galega) e *identitário* (identificação da cultura galega com os repertórios considerados polo grupo como nacional-populares). Confronte-se, quanto a isto, a citação recolhida abaixo (“Por unha cultura galega”, *Galicia Emigrante* 7, 1975: 12) com as referências à pluralidade e a gestão da integração do SCG no espanhol feitas, por exemplo, por Ramón Piñeiro no referido inquérito de *Cuadernos para el Diálogo* (nº 42, 1974: 85):

En Galicia hai dúas culturas: a galega i a castelán. [...]. A cultura galega é a da nación galega cun idioma propio: o galego; é unha cultura popular, xa que téñ as súas raíces nas clases populares (obreiros, labregos e mariñeiros, fundamentalmente) pois as outras clases socias de Galicia adoutaron o castelán, por vontade propia ou por imposición.

A Cultura galega é unha resultante [sic] do noso sentir e actuar (resultante histórica), é unha resultante dunha comunidade diferenciada: a nación galega.

A Cultura castelán é a cultura allea que nos é imposta polo Estado Hespagnol, que oprime e trata de reprimir e anular a cultura galega ó traveso da súa maquinaria colonialista. No territorio galego coexisten as dúas culturas: a do Pobo Galego e máila cultura que as clases capitalistas do Estado Hespagnol nos impoñen, có fin de aniquilar a nosa diferenciación e características nacionais, e eisí facernos mansiños prá explotación económica e a dominación política.

Para o caso, os grupos da resistencia propugnan unha práctica monolíngüe em galego, língua para a qual reclaman a *oficialidade*, “non cooficialidade, subliñan” (Víctor F. Freixanes 1977: 32). É precisamente esta reclamação da *oficialidade exclusiva do galego* na Galiza, isto é, a exigência de que na Galiza seja reconhecido o carácter oficial *unicamente* ao galego, sem esta língua partilhar tal consideração legal com o castelhano, o que distingue o programa dito normalizador dos grupos da esquerda nacionalista galega articulada em volta tanto do PSG como, ainda mais rotundamente, da UPG (que coloca significativamente como primeira das “Medidas de tipo cultural i educativo” do seu programa político que “O galego será o idioma oficial *esclusivo* do Estado democrático-popular” [UPG 1977: 38; itálicos nossos]). Este facto diferencia, além do mais, as propostas do nacionalismo rupturista a respeito de todos os outros participantes no SCG, com independência de qual seja a sua localização nos eixos esquerda/direita ou galeguismo/espanholismo, desde Galaxia até o PCG (ou, mesmo, o MCG, força maoista que participa no Consello de Forzas Políticas Galegas até a ruptura desta plataforma unitária em Outubro de 1976 e que, para o que agora interessa, publica em 1977 *A Cooficialidade: pola normalización da*

lingua)²⁸⁰.

Contudo, também acontece que a defesa da cooficialidade nos programas de grupos que actúan no pólo da resiliência (nomeadamente Galaxia) ou que abandonam nessa dirección o pólo da resistencia em determinada altura (como o PCG) é argumentada como unha decisión estratégica de tipo pragmático ou mesmo, no caso do PCG (onde a cooficialidade vai unida com menor ambigüidade ao bilingüismo), desde o reconhecemento “da nosa personalidade nacional e do dereito de autodeterminación” (*Boletín Casa Galicia [en Paris]*, 1977, s.p), considerando esta tomada de posición como a escolha dumha solución provisória e transitória. Esta aposta pola cooficialidade será sustentada no pólo da resiliência, entom, em virtude de ser considerada a mais apropiada para poder transitar dumha maneira nom traumática dumha situación do SCG caracterizada como deficitária para um futuro (sem datar) em que, superadas unhas carências identificadas fundamentalmente com o afastamento do galego (e das clases traballadoras que o falan, no caso dos grupos da esquerda mais resiliente) do sistema de ensino, a implementación da oficialidade enfrontaría menos dificultades das agora existentes (e cujas repercussons, nom por acaso, atingem também o SLG).

Exemplificamos estas posicións coincidentes, defendidas no pólo da resiliência tanto por Galaxia como polo PCG, na resposta dada polo presidente da RAG, senador por designación real desde 1977 e homem forte de Galaxia Domingo García-Sabell no suplemento especial que o semanário *A Nosa Terra* dedica ao Dia das Letras Galegas (“García-Sabell «A xente vai calibrando moi ben...»”, *A Nosa Terra* 16 [especial DLG], 1978: 15; carregado no original):

E referente ás dúas posicións sobre o idioma, ¿o presidente da Academia optaría pola cooficialidade ou polo unilingüismo social? De momento enténdoo como a cooficialidade, eso non tén que ver coas miñas arelas pero é que eu penso que en política a condición esencial é ser realista e gañando posicións ir logo máis adiante. Propuxen, [...], que a miña maneira de entender o bilingüismo era o ensino en castelán a partir do galego, etc. etc. e que se continuase a ensinar en galego nos institutos, en todas partes, co que se vai ir xa a unha especie de monolingüismo, anque pra eso primeiro cómpre acadar a cooficialidade. E decir, non se pode empezar polo tellado.

²⁸⁰“Esta loita pola oficialización do noso idioma, como paso previo cara a súa normalización total, en contraposición á cooficialidade defendida por un amplo sector que se estende dende a dereita fascista á esquerda española, é un feito máis que contribuirá a delimitar, dun xeito claro, a fronteira enre o bloque «nacional-popular» e o bloque «españolista» que, coa súa actitude demagóxica, colabora na confusión do noso pobo”. Desta maneira, o monopólio na defensa do monolingüismo e a oficialidade exclusiva do galego faise no espazo institucional do nacionalismo galego “facendo fincapé no seu carácter anticolonial, presentando o noso idioma como o único que tén dereito a estar presente en tódalas manifestacións da nosa vida, deixando bem claro que a soberanía non pode ser compartida, e que ese dereito correspóndelle única i escrusivamente ao idioma [sic] galego por ser o idioma da nosa nación” (“Polo uso oficial do noso idioma”, *Galicia Hoxe* 5, 1977: 12).

Confronte-se esta resposta com as afirmaçons (sem assinatura) publicadas no já referido (*Boletín Casa Galicia [en Paris]*, 1977, s.p), editado por agentes do PCG no enclave francês na altura em que o grupo estava a abandonar o pólo da resistênciã:

Os traballadores non tiñan acceso as escolas e universidades, as fontes de coñecimento. O resultado desta situación foi que o galego vivo, o falado, non pudo ser legado de xeneración en xeneración a traveso dos libros ou da escola. Nesta carencia reside o feito que hoxe non teñamos unha verdadeira gramática unificada nin unha grande tradición literaria que axude non soio a manter o idioma sinón tamèn a purificalo e a enriquecelo. [...]. Nestas condiciós è claro que si se adoutase o galego como língoa oficial ùneca en Galicia, atoparíamonos con grandes trastornos e dificultades. [...]. O noso entender, a verdadeira solución hoxe en día, sería a adoución do bilingüísmo, ou sexa a cooficialidade do castelán e do galego en Galicia. Ista solución debe ser provisional e debe permitirmos pasar sin traumas a oficialidade do galego coma idioma; porque esa oficialidade non será un feito real mentras o insino na escola primaria, na secundaria e na superior sea empregado o castelán. O insino do galego è fundamental para o uso e a pervivencia do idioma. Si o insino fose en galego, os nosos escritores non terían necesidade de empregar o castelán, o galego escrito sería fàcil e accesible para todos. Entón a nosa língua contribuiría a aumentar o acervo cultural dos pobos hispanos.

Por seu lado, no pólo da resistênciã, quanta maior seja a coerênciã pràtica com essa teoria política anticolonial e monolíngüe (sustentada ao longo de todo o período em foco exclusivamente polo nacionalismo galego), maior será o grau de implementaçom entre os agentes destes grupos nacionalistas da norma tácita de nom colaboraçom nas plataformas dum SLE conceituado como opressor, em virtude da qual estes grupos rejeitam em geral tanto a participaçom em instituiçoms políticas e culturais referenciadas no sistema espanhol como a presença de elementos ou instituiçoms identificados com o SLE na Galiza (nomeadamente a língua castelhana e as instituiçoms culturais oficiais que a promovem), entendendo as estratégias nom coincidentes com esta posiçom como um “xeito de colabouracionismo co sistema, de integraci3n e alianza con il pra paralizar, deter ou confundir alternativas máis consecuentes” (*Terra e Tempo* 33, Janeiro 1976: 1, “Editorial. Pola unidade antifeixista e antimonopolista en Galicia”)²⁸¹.

Por isso as várias associaçoms e agentes activos no espaço político-cultural nucleado pola UPG que conformam o “Frente Cultural Galego” proclamam como ponto central do seu programa a

²⁸¹Repare-se ainda como a integraçom no SCE das culturas expressadas em línguas diferentes da castelhana (ou, textualmente: “el propósito de incorporar las peculiaridades regionales al patrimonio cultural español”) é um dos objectivos explicitados na legislaçom com que o Estado pretende regular o campo do ensino nesta altura (“Decreto 2929/1975, de 31 de octubre por el que se regula el uso de las lenguas regionales españolas”; BOE de 15 de Novembro de 1975).

sua intransigência “no emprego i espallamento do idioma GALEGO en tódolos estamentos sociás”²⁸². Porém, este rejeitamento programático também nom exclui a implementación gradual dum programa de normalizaçom da língua galega que contemple num primeiro momento e nalgum campo de especial relevância para a reproduçom lingüística (como por exemplo o ensino) a presença do castelhano na Galiza, mas esta situaçom será sempre entendida como transitória e conducente à integraçom dos sectores da populaçom de língua castelhana no corpo nacional galego, identificado e coesionado polo único idioma oficial da comunidade (BN-PG [1977]: 35):

A língoa oficial de Galicia será o galego. No ensino, coma en tódalas funcións públicas, empregaráse obrigatoriamente en tódolos seus degraus e niveis o galego, se ben, nunha etapa de transición, dada a existencia de sectores de poboación castelán-falantes, no ensino primario o Goberno Galego, garantizará unha educación en castelán e galego, na medida en que a composición dos alumnos llo permita, com vistas á integración e asimilación armónica dos mesmos na comunidade cultural galega. Nembargantes, haberá unha etapa de transición na que os organismos gubernamentais galegos arbitrarán medidas precisas pra facilitar, no período de tempo máis breve posíbel, a implantación do réxime de oficialidade do galego no territorio nacional de Galicia²⁸³.

De acordo com este programa, as ocorrências de agentes na órbita da UPG em plataformas

282“Coidamos que o idioma è unha das características fundamentás que nos define como nación.

Rexeitamos o bilingüismo. Porque é o xeito máis solapado pra esnaquizar a nosa cultura introducindose nela e liquidandoa dende dentro.

Rexeitamos o idioma castelán en tódolos aitos culturás, tanto públicos como privados” (“Intransixencia no emprego do idioma”, *Irmandiño* 3, Setembro 1974: 1).

283Este segundo ponto da “Política Educativa e Cultural” integra o “Programa de medidas sociais e de política educativa e cultural” e reproduce quase literalmente a epígrafe “Decimonovena” (BN-PG [1977]: 7) das “Bases Constitucionais pra Participación da Nación Galega nun Pacto Federal, e de Goberno Provisorio Galego”, com que o Bloque Nacional Popular Galego (integrado pola UPG e a sua plataforma de massas, a AN-PG) se apresenta às eleiçoms a Cortes de Junho de 1977. Neste programa de Pacto Federal a “Política cultural i educativa” é unha das dezasseis “competencias [exclusivas] nacionais galegas” referidas (BN-PG [1977]: 5).

Veja-se ainda o plano normalizador promovido desde este espaço por ocasiom do Dia das Letras Galegas de 1976 e publicado na imprensa da altura (“10 Mil Firmantes dun Escrito Piden a Normalización da Lingoa Galega”, [recolhido em] *Terra e Tempo* 37, Maio 1976: 3) no qual se afirma que apesar de “ser o idioma galego falado polo oitenta por cento da poboación -e entendido, prácticamente, por todos os galegos-, nin se quere reconocer esta realidade nin ademitir a súa vitalidade, pola que se ve afastado do Ensino, da Eirexa, dos medios de comunicación e da propia Administración. De seguire, pois logo, a esquecer os dereitos que como idioma dun pobo ten, as nosas xentes seguirán a padecer unha colonización idiomática que, desde hai séculos, estános a levar cara a marxinação total”. Entre a meia dúzia de medidas propostas neste texto para resolver esta situaçom, unicamente a referida à imprensa escrita contempla implicitamente a presença (paritária) do castelhano, enquanto que nas referidas ao ensino, a radiodifusom, a TV, a administraçom do Estado na Galiza e a Igreja católica é apontada a inclusom do galego sem nengunha indicaçom de distribuiçom percentual: “b) Que a prensa diaria editada na Galicia bote en galego o cincoenta por cento do seu texto e, a máis de galeguizar os topónimos que o contido dos textos sirva para achegar a todos os lectores as noticias do seu país, así como tamén o conocemento da nosa realidade nos eidos económico, político, cultural e social” (confronte-se, quanto à coincidência dos campos em foco e à ausência de qualquer referencialidade luso-brasileira neste caso, com o “Manifesto para a supervivência da cultura galega” promovido polo grupo comandado por Montero Santalla em 1974 [Torres Feijó 2007: 693-694]).

do SLE som praticamente inexistentes e devem ser procuradas ainda, para o caso do PSG, fundamentalmente nas estruturas pluripartidárias que agrupam no nível do Estado tanto forças políticas socialistas de nacionalidades periféricas como de âmbito espanhol, sejam estas a Confederación Socialista Ibérica (1974) ou a Federación de Partidos Socialistas (1976; com e sem o PSOE, respectivamente [Enrique Barón 1976 e Martínez 1977])²⁸⁴.

Anulado o efeito da eventual solidariedade internacionalista exercida a respeito dos grupos de esquerda de âmbito espanhol em virtude tanto da activação do elemento anticolonial apontado acima como pela relação de concorrência político-partidária pelo mesmo espaço verificada na Galiza entre estas organizações durante a (semi-)clandestinidade do franquismo e a transição (patente fundamentalmente no eixo galeguismo/ espanholismo, mas também no de socialismo/ comunismo, e envolvendo a UPG, o PCG, o PSG e, após 1977, também o PSOE e outros partidos da esquerda), as relações destes grupos políticos com os seus homólogos no território peninsular reduzem-se a Catalunha, Euskádi e Portugal.

4.4.2. Os Referentes de Analogia

O **referente de analogia basco** funciona de maneira mui activa em chave política durante o tardofranquismo para os grupos da esquerda rupturista galega. Isto pode ser afirmado em maior medida para a UPG do que para o PSG, já que este último apenas compartilha espaço na citada (Con)Federación com o seu homólogo socialista de Euskádi (Eusko Sozialistak) e a UPG, por seu lado, estabelece contactos desde inícios de setenta com o grupo armado ETA (depois com o partido surgido em 1977 da VII Assembleia desta organização: Euskal Iraultzarako Alderdia [EIA]) para a constituição da Frente Armada do autodenominado “Partido de vanguarda da classe obreira galega” (segundo figura no artigo 1 dos seus Estatutos [UPG 1977: 53]); esta estratégia armada será

²⁸⁴Fora as relações de carácter profissional (como a participação regular do debuxante nacionalista Xaquín Marín no semanário de esquerdas *Posible* desde a sua criação em 1975) e as colaborações desde o campo da dramaturgia galega com publicações espanholas especializadas e empenhadas na renovação do discurso teatral (como *Pipirijaina* ou *Primer Acto* [veja-se, por exemplo, Manuel Lourenzo: “Ribadavia, piedra de toque”, *Primer Acto* 175, 1974: 74-77]), as ocorrências de agentes vinculados claramente a estes grupos nacionalistas documentadas para o período em foco limitam-se às apontadas nas nossas notas anteriores e a cinco colaborações de temática política ou literária da militante da UPG Maria Xosé Queizán em *Triunfo* entre 1974 e 1975 (também Xosé Luís Méndez Ferrín tinha publicado meia dúzia de colaborações nessa revista madrilena entre 1971 e 1973). No subcampo do livro em castelhano, podemos citar neste momento o ensaio sobre a Igreja galega publicado em Akal em 1978 pelo historiador e membro da AN-PG Francisco Carballo (envolvido também na posta em andamento d'*A Nosa Terra*), a tese de doutoramento defendida em 1974 no departamento de política económica do líder da UPG para assuntos político-económicos e professor da USC Ramón López-Suevos, e a participação de Francisco Rodríguez com um capítulo sobre “La lengua” no livro colectivo *Los Gallegos* (publicado pela madrilena Itsmo em 1976 [pp. 219-240] e incorporado desde a terceira edição do agora titulado *Conflicto lingüístico e ideoloxía na Galiza* como “Engádega”, traduzido para galego sem referência ao original [Laivento 1991: 57-76]).

desarticulada pola policía franquista em 1975 com a morte do activista Moncho Reboiras (Ramón Reboiras Noya, agente da UPG mui activo também nos campos sindical, associativo e cultural), enquanto que a relação da UPG com a esquerda *abertzale* continua durante todo o período no plano político através da organização comunista HASI²⁸⁵.

Ora, será sem dúvida o **referente catalám** o mais produtivo do ponto de vista cultural (repare-se em que o carácter románico de ambas as línguas contribui para umha maior proximidade, dificultada no caso basco pola nula intercompreensão lingüística entre galego e euskara)²⁸⁶. Porém, o sistema catalám funciona de maneira diferente para agentes referenciados nestas organizações políticas do que para os grupos activos no espaço cultural chefiado por Galaxia²⁸⁷, onde também nom deve ser minusvalorado o aproveitamento das demandas políticas de Catalunha e Euskádi no

285Estas alianças estendem-se no plano internacional a outras organizações da esquerda dita revolucionária e anti-colonial europeia agrupadas em volta da Carta de Brest, assinada no dia três de Fevereiro de 1974 por Luís G. Blasco (“Foz”) no nome da UPG e na qual participam na defesa do direito à autodeterminação dos povos europeus e na sua posterior união numha Europa de Estados socialistas soberanos, para além da UPG, organizações de Euskádi (Herri Alderdi Sozialista Iraultzailea [HASI]), Catalunha (Partit Socialista de Alliberament Nacional-Provisional [PSAN-p] e, depois, Esquerra Catalana dels Treballadors, da Catalunha Norte [sediada no Rosselló, sob soberania francesa]), Bretanha (Unvaviezh Demokratel Breizh [UDB]), Eire (Irish Republican Movement [IRM] que agrupa o Sinn Féin e o seu braço armado, o IRA), Gales (Cymru Goch), Sardenha (Su Populu Sardu) e Ocitânia (Lucha Occitana [LOC]) (Beramendi e Núñez Seixas 1996: 220; vejam-se também as matizações de Luís G. Blasco [“Foz”] em “Beramendi e os primeiros tempos da UPG”, *Vieiros* 04/02/2008, acessível em <http://www.vieiros.org/columnas/opinion/327/beramendi-e-os-primeiros-tempos-da-upg>; consultado em 23/04/2010). Aos parceiros políticos exteriores da UPG haverá que unir também o Partido Corso polo Socialismo (*Galicia Emigrante* 4, Setembro 1974: 11-12).

O programa da UPG afirma neste ponto que “O noso sistema de alianzas com calqueira forza política está hoxe guiado polo principio de relación en pe de igualdade, polo principio de antiimperialismo militante. É por eso que, a nivel de Europa, temos firmada a carta de Brest com orgaizaciós e partidos de liberación nacional e social de nacións asoballadas por Estados imperialistas europeus (Bretaña, Gales, Escocia, Irlanda, Euskadi, Países Cataláns, etc.). As nosas relacións son especialmente íntimas com EIA e PSAN-P, cos que temos que chegar a un xeito de actuación conxunta na nova situación política democrático-burguesa pola que atravesa o Estado Español [E. E.] , relacións que se verán axiña prolongadas cos partidos revolucionarios e patrióticos de Canarias.

Cos partidos españois estamos dispostos a relacións sempre que defendan alternativas non xovinistas [sic], e tácticamente coincidiremos com calqueira que defenda medidas que contribuían a debilitar a estrutura unitaria do E. E. e a millorar as condicións materiais das clases traballadoras galegas” (UPG 1977: 41).

286“No nivel cultural as bases som mais débeis [do que no político] e observa-se que é no ámbito galego-catalám onde se conseguem umhas redes estáveis. O protossistema catalám actua para o galego como um referente de emulação, pola posición de vantagem de que usufrui quanto à sua organização político-cultural. Euskadi apresenta-se no plano cultural de maneira mui fraca. Nom se desenvolve um intersistema literário na linha Galiza-Euscadi-Catalunha, que poderia ter servido na defesa dos interesses comuns frente a pressão do sistema literário espanhol. A relação é nitidamente assimétrica. As transferências verificam-se apenas do lado catalám” (Cordeiro Rua 2007: 542).

287O qual nom contradi a existência de referências e contactos comuns a estes espaços, tal como demonstra a figura canonizada de Salvador Espriu, que participa em 1975 numha homenagem a Castelao celebrada na Galeria Sargadelos de Barcelona (“Salvador Espriu fala de Castelao”, in *Grial* 47, 1975: 148), é entrevistado polo mediador Xosé María Costa em 1974 (“Hablando con Salvador Espriu de poesía”, em “Barcelona (Especial para *El ideal gallego*)”, 07/07/1974, pág. 6) e outra vez três anos depois na revista de Galaxia (Costa 1977: 485-489); aqui, para além de louvar a lírica medieval galega, Rosalia de Castro, os homens da Geração Nós (Castelao, Risco, Otero Pedrayo) e “a gran personalidade literaria de Álvaro Cunqueiro”, envia “unha cordial aperta pra os meus amigos Saleta Goy, Manuel María e Inés Canosa” (pág. 489); Espriu mantinha contactos já desde finais dos anos sessenta tanto com o casal da UPG como com a responsável da Galeria Sargadelos de Barcelona (Rodríguez Prado 2005: 454).

pólo autonomista do galeguismo, a reboque da força de arrastre exercida polas reivindicacions autonomistas catalás e bascas na nova configuración do Estado.

Assim, tal como afirmado nos traballos de Poluliga sobre esta questom (nomeadamente os de Cordeiro Rua 2007 e Rodríguez Prado 2005 e 2007), podemos indicar que, ao lado das relacións político-partidárias que ligam o PSG com a Convergència Socialista de Catalunya (despois Partit Socialista de Catalunya-Congrés) e o PSAN-p com a UPG, as relacións com o referente de analogía catalám están sustentadas directamente na referida vantagem catalá na organización político-cultural, e que o desejo de emulación se activa especialmente no que à questom lingüística di respeito e, en menor medida, é detectábel tamén noutros campos, como o editorial, neste caso através dos produtos e modelos importados desde o sistema literário catalám para o SLG.

Em virtude de estarem galego e catalám (e euskara) submetidas a similares dependências a respecto da única língua oficial de todo o Estado (o castelhamo), e englobadas aos efectos da súa incorporación ao sistema de ensino na categoría de “lenguas nativas” a que fai referencia o artigo 17 da Ley General de Educación de 1970, o reconhecemento da vantagem catalá tanto na extensom do uso como no proceso de codificación da língua propia produce nos participantes no SLG, tal como recolle Rodríguez Prado (2007: 672-673), un desejo de emulación lingüística concretizado em que o catalám, ao contrário do que acontece para a língua da Galiza, tem um estándar estável e com tradición, que a língua propia da Catalunha nom é identificada apenas com as classes populares e que a autonomía lingüística do galego (frente ao castelhamo e ao portugués) nom é reconhecida tam unanimemente como acontece com o catalám.

A questom da autonomía da língua da Galiza e das súas relacións com as variedades de Castela e Portugal tem consecuencias sobretudo nos procesos, em curso no período em estudo, de elaboración dum estándar (e dumha ideología) para o galego, e será abordada no próximo capítulo deste traballo²⁸⁸. Quanto ao primeiro asunto, cabe destacar tanto o interese pola codificación do catalám verificado naqueles grupos que, como Galaxia, están envolvidos nesse proceso na Galiza

288Apontamos agora apenas que a idea de que a proximidade lingüística com o portugués nom ajuda ao reconhecemento da autonomía lingüística do galego (juntamente com a referencialidade catalá), está presente no discurso do nacionalismo marxista por boca do seu principal elaborador de ideas sobre a língua e a cultura, Francisco Rodríguez (1976a: 222-223): “El hecho de que el gallego esté muy hermanado con la lengua portuguesa, oficial en una nación vecina, pero que Galicia pertenezca a un Estado cuya lengua oficial es el español, ha hecho, conjuntamente con su peculiar conformación socio-económica y el corolario de la función que cumple a nivel estatal, que el reconocimiento del gallego como idioma no sea tan palpable ni de dominio público como lo es el del catalán. Tanto la Unesco como romanistas estilo B. E. Vidos (véase su *Manual de lingüística románica*) atestiguan lo que decimos. Sin embargo, lo importante es que el análisis de la situación y problemática de las llamadas «lenguas vernáculas» se haga desde la perspectiva del pueblo que las habla [...]”.

(Mas i Perera 1977: “Pompeu Fabra ordenador do idioma catalám”) como a própria intervençom de agentes cataláns no processo de elaboraçom lingüística do galego. Neste caso, as assistências procedentes do espaço cultural em catalám sustentam unanimemente a utilidade normalizadora do facto filológico da unidade lingüística galego-portuguesa, em consonância com a posiçom defendida para o caso catalám-valenciano-malhorquim; esta posiçom favorável às teses sustentadas polo reintegracionismo encontra-se tanto na esquerda soberanista exemplificada por Félix Cucurull (1974: “Possibilidades do galego”) como no catalanismo culturalista representado polo filólogo Joan Coromines (1976: “Sobre a unificaci3n ortográfica galego-portuguesa”)²⁸⁹.

Quanto à segunda questom apontada acima, a consideraçom como um déficit da identificaçom da língua própria unicamente com as camadas populares, está mais presente nos grupos com maior grau de institucionalizaçom do que no galeguismo de esquerdas²⁹⁰, caracterizado pola atribuiçom de valor ao carácter de classe (popular) da língua galega e, quanto ao modelo a imitar, muito mais receptivo das análises das problemáticas sócio-lingüísticas realizadas para os vários territórios do espaço lingüístico catalám integrados no Estado Espanhol tanto por Lluís Vicent Aracil (1965) como polos seus continuadores Rafael Lluís Ninyoles (1969, 1971, 1972, 1975 e 1977) ou Francesc Vallverdú (1970 e 1972)²⁹¹.

289Repare-se em que, tal como aponta o professor Torres Feijó (2007: 694), “no livro *Encuesta mundial sobre la lengua y la cultura gallegas y otras áreas conflictivas: Cataluña, Puerto Rico*, de Alonso Montero (Madrid: Akal, 1974), sem que no inquérito se aluda nem ao português nem a Portugal, nem à questom ortográfica, Carlos Barral [editor e poeta catalám em castelhano], Ramón Carnicer [escritor leonês afincado em Barcelona], [Manuel] Sánchez Guarnier [escritor valenciano em língua catalá] e Ricard Salvat [principal referència do teatro catalám] recomendam por vários modos essa reintegraçom. De resto, os portugueses seleccionados (polo geral, contactos prévios de Alonso Montero, em que nom están Lapa nem Coelho) nom se pronunciam nessa direçom”.

290Tal como demostra outro fragmento do artigo já citado de Enrique Santamarina transcrito aqui conforme ao texto original (*Casa Galicia-Unidad Gallega*, 1974-1975: 20): “en Cataluña pode decirse que lingüísticamente xa cásique non hai crases sociais. Pola outra banda, en Galicia dondo o proceso de desenrolo da personalidade do pobo galego foi lento e retrasado, as crases sociais tan esaxeradamente deliñadas polo uso da lingua vernácula”.

A isto vai referir-se também Xavier Costa Clavell (fundador do grupo Brais Pinto, jornalista, crítico literário, ocasional poeta social-realista, pai do citado Xosé María Costa e, sobretudo, agente galeguista em Barcelona) na mesma revista do enclave nova-iorquino (Costa Clavell 1976: 30; artigo tirado de *Destino*, Novembro de 1975): “El problema lingüístico es en Galicia, con el de la emigraci3n, tal vez el de mayor entidad y envergadura, porque aparece asociado con la raíz de casi todos los conflictos básicos que afectan al país, escindiéndole [sic] y obstaculizando su progreso”.

291Em última instância, se no espaço do galeguismo reformista é expressada a saudade produzida porque, “do ponto de vista económico, a Galiza não é a Catalunha, que não se encontram na base do novo renascimento galego fortes interesses económicos burgueses como os que sustentam o renascimento e a maravilhosa florescência literária do catalão” (Luciana Stegagno Picchio 1974: 80), na parte do nacionalismo anticolonial, empenhado na construçom dumha alternativa política desde posiç3es anticapitalistas, é assumido o facto de que “[...] en Galicia hai burgueses. [...]. Unhas poucas familias, un fato de persoas, moven os fíos de empresas que xuntan a meirande parte do capital galego. Mais é un fato tan reducido que non chega a constituir unha clase social estensa. E logo está a maneira en que opera. Non libra as batallas que a poden enfortecer [...]. Carecéu do sentido da identidade do país, e da súa propia identidade tamén. [...]. Renegóu da nosa cultura e do noso idioma. [...] E eso págase. Dalgún xeito, pogóuno [sic] tamén o país. Pagóuno coa carencia dun desenrolo industrial capitalista coma o que as burguesías doutras latitudes protagonizaron por Europa adiante, en tempos que xa se foron. E que non voltan. Agora é tarde. A Historia

É por isto que o professor Lluís V. Aracil, que foi fundador em 1973 do Grup Català de Sociolingüística e é o responsável das primeiras formulaçons do quadro teórico que será acompanhado nas análises sócio-lingüísticas realizadas polos agentes da esquerda galega desde os anos setenta (conceitos chave como normalizaçom lingüística, minorizaçom, conflito lingüístico...), participa num ciclo de conferências organizado pola AS-PG entre 4 de Novembro e 2 de Dezembro de 1978 sobre a *Problemática das linguas sen normalizar* (AS-PG 1980)²⁹².

Contudo, este aparelho teórico-político da sócio-lingüística catalá chega à Galiza fundamentalmente através das obras de Rafael Ninyoles e Francesc Vallverdú²⁹³, e estende-se sobretudo a raiz da reelaboraçom em castelhano de trabalhos originalmente editados em catalám e publicados despois por editoras espanholas. Destaca neste sentido o livro de Ninyoles *Idioma y Poder Social* (com base em trabalhos de 1969 e 1971 e publicada em 1972 pola madrilenha Tecnos) e, nesse mesmo ano, os *Ensayos sobre el bilingüismo* de Vallverdú (publicados pola barcelonesa Ariel e resultado da reelaboraçom e ampliaçom das *Dues llengües: dues funcions?* editados por Edicións 62 em 1970).

Esta intermediaçom do sistema espanhol favorece o contacto com a sócio-lingüística catalá

difícilmente se refai. Galicia non é Cataluña, pra ben e pra mal” (“Editorial. Un capitalismo provincian”, *Teima* 4, 6-13 Janeiro 1977: 2).

²⁹²Para além de Aracil, entre os participantes neste ciclo estavam Francisco Rodríguez e Pilar García Negro (ambos membros da UPG, professores de ensino secundário e principais activos do grupo para os assuntos lingüísticos) e Pilar Vázquez Cuesta e Ricardo Carballo Calero, professores, respectivamente, das universidades de Salamanca e Santiago de Compostela bem relacionados com o grupo (Vázquez Cuesta promove nesse ano a presença na sua universidade de vários agentes ligados à UPG [vid nota 316]) e defensores ambos na altura de posiçons, quanto ao processo de elaboraçom lingüística em curso, em maior ou menor grau afastadas das dominantes nos grupos com maior grau de institucionalizaçom): “Aracil recordaba como a independizaçom principia por «aprender dun mesmo, aprender o que lle convén e decidir por un mesmo», avogaba pola produçom de modelos orixinais e daba a valer a experiencia como fonte do saber. Francisco Rodríguez diseccionaba o espírito e a letra da Constitución que se promulgaría aquel mesmo ano e denunciaba que a oficialidade real ía seguir sendo a do español como lingua do Estado que seguía a ser unitario, co que o dominio diglósico perviviría en detrimento do galego, a lingua nacional. Na esteira de Ninyoles, desvendaba a intención real da utilizaçom perversa do concepto de lingua materna, como muro limitativo da normalizaçom, e adiantaba un diagnóstico negativo do tristemente célebre «Decreto de bilingüismo», que sería ditado en 1979 por parte do Ministerio de Educación e Ciencia.

Pilar Vázquez Cuesta examinaba a situación lingüística en contextos coloniais como o Perú ou Puerto Rico e, tamén, a depresión de linguas como o francés en Canadá, no Quebec, ou o portugués no período filipino (1580-1640), cunha interesantísima panorámica histórica que deita moita luz, diacrónica e actual, sobre o caso galego. Ricardo Carvalho Calero estudaba a fortuna histórica do galego, a través de tres chanzos ben marcados: a formaçom do mesmo, a dialectalizaçom e a recuperaçom. [...]

A miña exposiçom [de Pilar García Negro], titulada «Unha experiencia pedagóxica de normalizaçom do galego com alumnos español falantes», atívose estritamente aos datos e á aprendizaxe derivada de dous cursos de Lingua e Literatura Española, no Instituto de Ensino Medio da Coruña «Eusebio da Guarda», cursos 1976-1977 e 1977-1978 en concreto” (García Negro 2010: 164 e 166-167).

²⁹³“En 1967 el concepto de diglosia elaborado por Ferguson es objeto de importantes precisiones y correcciones por parte de Fishman. Su doctrina es la que aplicará Ninyoles en 1969 a la dualidad valenciana. Confieso que hasta ese momento no tuve noticias de las teorizaciones en torno a la diglosia. Mi primer contacto con ellas se lo debo principalmente a los libros sociolingüistas catalanes, sobre todo a Rafael Ll. Ninyoles [1971 e 1972] y Francesc Vallverdú [1970]” (Alonso Montero 1973: 34).

dos dous grupos que disputavam a hegemonia na esquerda comunista na Galiza, a UPG e o PCG, chefiados para estas questons polos profesores de língua e literatura espanhola no ensino secundário Francisco Rodríguez Sánchez e Xesús Alonso Montero. Estes agentes nom só referem nos seus trabalhos sobre a situación lingüística da Galiza (Alonso Montero 1973 e Rodríguez 1976) os textos dos referidos profesores cataláns²⁹⁴, mas também disputam os instrumentos de legitimación do seu discurso e, para o assunto que agora nos ocupa, a apropiación do referente sócio-lingüístico catalám²⁹⁵.

Parte deste aparelho teórico é incorporado também, ainda que com menor produtividade, para o campo académico da altura em trabalhos sobre os usos de castelhamo e galego na fala elaborados por colaboradores de Galaxia como Pilar Vázquez Cuesta (1976) ou Carlos González Pérez (1978: 181-188)²⁹⁶, ainda que este sector do galeguismo está mais preocupado polo avanço na incorporación da língua da Galiza a novos campos como o ensino ou a liturgia católica, e pola avaliação e contraste deste proceso com experiências similares nas outras comunidades do Estado²⁹⁷.

294Para além das teses sobre as identidades, os valores culturais e as relações entre colonizador e colonizado expostas por Albert Memmi em 1957 [2008], assim como da sócio-lingüística francesa (sobretudo Calvet 1974), o *Conflicto lingüístico e ideoloxía en Galicia* de Francisco Rodríguez tem como claro modelo o *Conflicte lingüístic valencià* de Ninyoles (1969), de quem é citado unicamente o trabalho publicado em castelhamo em 1972.

295Veja-se a nota 293, a recensom feita por Guillermo Rojo (do ILG) a Alonso Montero (1973) em *Verba* (nº1, 1974: 243-248) e, sobretudo, a resposta desde o campo nacionalista galego ao *Informe -dramático-...* publicada por Francisco Rodríguez em *La Región* de Ourense nos días 1, 2 e 4 de Junho de 1974 (incorporada a Rodríguez 1976: 52-53): “é incompreensible que un home que leeu o «Idioma y poder social» de Ninyoles, libro en tantos aspectos crarexador, riguroso e radical, verbo dunha problemática moi semellante a nosa, chegue a dar certo creto aos prantexamentos lingüísticos de Julián Marías [expressada em *Consideración de Cataluña*, Barcelona, Aymá, 1966]) (trátase da súa teoría dos dous pisos: empregar cada unha das dúas linguas, asegún as funciós, como algo espontáneo, «natural»”.

296“Porém, nengum deles está baseado em dados de fala reais, senom em dados extraídos da literatura culta e da tradición folclórica popular, respectivamente. Assimesmo, curiosamente nengum deles semelha estar dirigido ao tema que em realidade os ocupa -o do uso real da language e a *alternância* do espanhol e o galego na conversa-, senom que dim apontar à explicación de fenómenos sócio-lingüísticos pertencentes a outros planos de análise: as interferências estruturais entre galego e espanhol (Vázquez Cuesta), e a diglósia (González Pérez). Mas os dous trabalhos representan, polo menos, um intento de incorporar o plano da micro-análise da fala à descriçom sócio-lingüística” (Celso Álvarez Cáccamo 1987: 137, nota 11).

297Em ambos os aspectos destaca claramente pola sua produtividade a revista *Encrucillada*, que acolhe numerosos trabalhos sobre “A Igrexa nas nacións e rexións do Estado Español” (nº 2, 1977: 67-82) -onde som referidas Andaluzia, Canárias, Castela, Catalunha, Navarra e País Valenciano-; sobre “A igrexa en Euskadi” (nº3, 1977: 279-283); mais umha vez sobre Catalunha (nº 5, 1977: 480-482) e Canarias (nº 8, 1978: 287-301), e ainda sobre Aragom (nº9, 1978: 409-411) e Malhorca (nº10, 1978: 509-511). Esta publicação incorpora também informaçoms sobre “A Igreja em Portugal” já desde o seu primeiro número (pp. 77-81) e algunha outra “Noticia sobre a Conferencia Episcopal portuguesa” (nº 5, 1977: 469-471), ambas devidas a Montero Santalla, que também elabora “Materiais para a liturxia em galego” (nº 5, 1977: 460-464) e o “Ritual do Bautismo” (nº10, 1978: 512-517). Destacam nesta publicação de Galaxia trabalhos sobre “O galego na liturxia” (nº5, 1977: 442-456) e a relação entre “Lingua e Relixión” (nº10, 1978: 423-445), e vários relacionados com a língua, a religiom e o ensino (no nº1 [1977: 51-59 e 92-95], nº4 [1977: 367-373, 385-392 e 405-406], nº7 [1978: 161-170], nº8 [1978: 241-254] e nº10 [1978: 466-478, 493-494 e 507-508]).

Neste sentido, som significativas as afirmações feitas polos galeguistas sediados em Barcelona Basilio Losada e Costa Clavell, que indicam a transcendência destes défices para a circulação do livro em galego e no funcionamento geral do SLG com ocasiom dos seus depoimentos na mesa redonda-colóquio “O libro en Galego e en Euskera, hoxe”, realizada “no marco da «1ª Fira del Llibre de Barcelona»” em Agosto de 1977 e recolhida no nº 34 de *Teima* por Emilio Prado (1977: 32). Aqui, ambos produtores referem tanto a “planificada maniob[r]a de decapitación cultural na que tivo que ver «a traición da Igrexa galega»” a respeito da língua própria da Galiza (Losada) e “a castración lingüística, no intre en que o neno escomenza a ir á escola” (Costa Clavell), como a ligação existente entre atraso económico e língua galega já apontada nestas páginas aquando a referência à identificação do galego com as classes populares, seja essa ligação devida ao “abandono da lingua pola burguesía” como aponta Losada, seja por causa do “subdesenvolvimento xeral do país galego” tal como afirma Costa Clavell.

Ora, prova ainda da extensom do uso do aparelho teórico-político da sócio-lingüística catalá é que ambos os ponentes conhecem e utilizam a terminologia proposta e entendem que a soluçom para os défices referidos à ausência da língua própria de campos determinantes para um melhor funcionamento do SLG deve ser procurada no campo político e passa necessariamente polo autogoverno:

No coloquio, os membros da mesa, deixaron bem sentado que en ningunha das dúas nacións se trata dun caso de Bilingüismo, senón de diglosia. Tamén vascos e galegos coincidiron en sinalar que a situación actual se superaría no intre en que a escolarización en Galicia e Euskadi se faga nos seus idiomas. En resume, a solución está no Autogoberno.

Por seu lado, também nas actividades das associações culturais promovidas polos grupos de esquerda é possível verificar relaçoms intersistémicas entre a Galiza e Catalunha localizadas naqueles campos nos quais está a tentar ser introduzida a norma sistémica proposta para o SLG. Porém, os agentes que se movem neste espaço associativo priorizam a participaçom no campo musical, no teatral e no cinematográfico, campos nom “livrescos” (lembrem-se as qualificações de “culturalistas” e “elitistas” dedicadas pola mocidade aos agentes mais velhos), relativamente acessíveis e abertos, nom oficializados nem demasiado formalizados na altura, e considerados apropriados para a procurada formaçom e conscienciaçom política dum público massivo²⁹⁸.

²⁹⁸Veja-se o dito para o caso da música por Bibiano, integrante do Movimento Popular da Canción Galega e militante do PCG: “a música hai que vela dentro do contesto cultural. Penso que ten un poder de convocatoria realmente

É, entom, nas actividades relacionadas com a promoçom destes campos, onde devem ser procuradas as presenças, alianças e referencialidades estabelecidas polo SCG com os outros sistemas ibéricos, com menor intensidade no campo dramático no referido ao sistema catalám porquanto “a revolución teatral en Cataluña –no seo dunha sociedade industrializada, de estudantes organizados, cunha sólida rede de teatros, gremios e sociedades auspiciadores da dramática nacional- viría da man dos universitarios, o que non aconteceu na nosa terra” (Lourenço Mória 2010: 289), e em maior medida relacionadas com o campo musical (o movemento Voces Ceibes e a Nova Canción Galega formam-se por emulaçom do movemento da Nova Cançó em catalám [Rodríguez Prado 2007: 675]) e com o cinematográfico (a presenza ibérica nas Xornadas de Cine de Ourense é constante neste período)²⁹⁹.

Neste último caso, é oportuno levar em conta que as problemáticas comuns das periferias som um elemento que contribui para o estabelecimento de alianças também no cinema, estejam as necessidades relacionadas com assuntos internos do próprio campo ou com questons políticas de tipo geral³⁰⁰. Apesar disto, essas problemáticas compartilhadas nom excluem o reconhecimento da posiçom de privilégio detentada também neste campo polo sistema catalám (paralela, mais umha vez, ao reconhecimento dum déficit no sistema próprio), que atinge um maior grau de desenvolvimento institucional (rede de *cine-clubes*, umha “Cooperativa de Cine Alternativo”, etc.) atribuído à estrutura de classes dessa comunidade, ao grau de interiorizaçom da consciéncia

importante. Os festiváis son actos de difusión duns conceptos culturáis e políticos, son actos de concientización importantes. Son consciente, de tódolos xeitos, de que ninguén se conciencia cun recital, mais cumplen o papel de estímulo prás capas populares. Xogan un papel importante na medida en que son actos colectivos, que se non dan noutros sectores da cultura” (X. Sarceda Castro: “Bibiano: A música dende a clase obreira”, *Teima* 17, 7-14 Abril 1977: 31).

299Documentamos a participaçom de realizadores e de críticos procedentes doutros territórios ibéricos (e a funçom heterónoma também reservada para este meio de expressom artística) nas Xornadas de Cine organizadas em Ourense pola Agrupación Cultural Auriense: “Orgaizáronse varias mesas redondas encol do tema. Pronunciaron conferencias Luis Urbez, Pedro M. Laret, A. Pérez Gómez, Fernando Lara, Miguel Porter Moix e Ramón Piñeiro López, nas que trataron das relacións do pobo co cine contemporáneo, co cine español, coa historia do cine e coas diferentes estéticas cinematográficas, da esperiencia do cine catalán e máis tamén das posibilidades dun cine galego no momento actual” (*Grial* 43, 1974: 125). Dous anos mais tarde “Celebráronse en Ourense as *Cuartas Xornadas de Cine* cunha amostra comprida do cine independente ou alternativo dos países e rexións do estado español (máis de medio cento de cortometraxes en idiomas catalán, castelán, vasco e galego) a máis de coloquios e conferencias sobre da problemática actual en relación co cine. Decote coa intención posta en chegar ao auténtico cine galego” (*Grial* 51, 1976: 126; itálico no original).

300Quanto às primeiras, servem de exemplo os encontros estabelecidos “en Barcelona, aproveitando a «III Convención de Cine Infantil de 16 mm.»” para discutir a eventual criaçom dumha “Confederación de Cine Infantil e Xuvenil de todo o Estado” que desse conta da “problemática do neno no intre de se plantexar un cine dirixido ós cativos, un cine que deberá estar chantado [...] na liberdade de creación, na autenticidade e nunha independencia que faga posible que os profesionáis poidan organizar eles mesmos a produción, distribución e esibición das películas” (“Cine para nenos. Unha resposta crítica”, *Teima* 5, 13-20 Janeiro 1977: 33. Umha mostra da segunda questom apontada é que “Xente do cine independente de Castilla, Canarias, Cataluña, País Vasco, e Galicia traballan tamén arredor dun longometraje, dividido en cinco capítulos, sobor do centralismo” (“Cine Galego. As xornadas de Ourense, en abril”, *Teima* 4, 6-13 Janeiro 1977: 30).

identitária própria,   maior capacidade de resist ncia contra as adversidades políticas e mesmo aos contactos com outros sistemas europeos possibilitados polos recursos disponíveis nesse sistema an logo³⁰¹.

Da mesma maneira, Catalunha funciona na altura neste espao associativo t m como referente organizativo, ainda que por enquanto esta afirmaçom só pode ser documentada em relaçom com alguns grupos periféricos como o *Omnium Cultural Galego* criado em 25 de Junho de 1977 para organizar um **Congreso da Cultura Galega** a imita om do *Congr s de Cultura Catalana* celebrado em 1976-1977³⁰². Por m, se o *Omnium Cultural catalám* fundado em 1961 para promover a língua, a cultura e a identidade nacional catalá alcan ou um alargado consenso que o fai perdurar até a actualidade, o seu equivalente galego nom consegue organizar o referido *Congreso da Cultura Galega* ao ser discutida a sua legitimidade (política) para faz -lo polos grupos da esquerda nacionalista galega que monopolizam *de facto* o trabalho no associacionismo cultural de base³⁰³.

301“O cine catalán -as razóns están ben claras se o situarmos nun país que   reivindicado pola mesma burguesía- tivo as posibilidades que outros cines nacionáis non tiveron pra se desenrolar. O poder dos cartos consegue fritos en «permisibilidade» dentro dun orde, aparte do doado acceso  s culturas europeas que abrir n camiño en momentos pechados a cal e canto pra todo o que non vi era envolto en celof n de movemento nacional. Son así os realizadores cataláns a vangarda” ([ lvarez] Pousa 1977).

302“Preguntados se tiñan informaci o do proceso levado en Catalunya pra face-lo *Congreso da Cultura* contestaron afirmativamente, aínda que   redactor desta revista se lle plantexaron serias dúbidas   respecto. «Esa -dixeron- era unha cousa da burguesía catalá... a proba está que terminou nunha fundaci o»” (Bonifacio Borreiros 1977). Seja como for, para além do nome da associaçom e o objectivo concreto focado, se levarmos em conta as secçons em que   arrumado o trabalho do *non nato* *Congreso*, ecoam t m aqui os modos organizativos do *Congr s catalám*, do qual surgem cinco campanhas mobilizadoras relacionadas com a “Defensa del patrimonio natural (Ecologismo), Identificaci o del territorio de habla catalana (Geografía), Uso oficial del catalán (Lengua), Revitalizaci o del folklore y las tradiciones populares (Antropología), Recuperaci o de las instituciones y la autonomía (Política)” (<http://cartelestransicion.blogspot.com/2009/03/el-congres-de-cultura-catalana-1976.html>, consultado em 07/04/2010); por seu lado, “El Congreso [da Cultura Galega], cuya fecha de celebraci o todavía no ha sido fijada, se pronunciará t m sobre otras campañas para el uso oficial del gallego, salvaguardia del patrimonio natural, identificaci o ling i stica, instituciones, desarrollo de una estructura sanitaria acorde a las necesidades y creaci o de medios de difusi o cultural” (*ABC*, 6 Agosto 1977: 34).

O associacionismo catalám e basco (sobretudo o ligado   reinvidica om e defensa do idioma próprio) funcionar m como referentes de analogia para os seus homólogos da Galiza claramente nas décadas de oitenta e noventa, como demonstram as várias campanhas ditas normalizadoras desenvolvidas pola Mesa pola Normalizaci o Ling i stica (associaçom criada em 1986 por organizaçons e particulares preocupados pola defensa do uso público da língua da Galiza) a imita om das suas equivalentes ideadas polos movimentos normalizadores catalám e basco, como por exemplo as carreiras populares a favor da língua: a *Korrika basca* (1980-), a *Correllengua catalá* (1993-) e a *Correl ngua galega* (1996-).

303“O chamado «*Omnium Cultural*», de que os promotores non son coñecidos no  mbito cultural galego (din que   xente achegada   *Opus* e que está subvencionada pola Fundaci o Barrié de la Maza), acus u de oportunista   *Asamblea Popular Galega* que convocou  s forzas políticas e culturais de Galicia pra levar adiante unhas «iniciativas de cultura popular» que preparen o camiño pra ese *Congreso*. Non se fixo caso e así foi como o *Movemento Comunista de Galicia*, o *Frente Cultural da ANPG*, *Bandeira Roxa*, *Partido Comunista de Galicia*, *Liga Comunista Revolucionaria* e a mesma *Asamblea Popular Galega*, así como asociaci os culturais [das vilas] de Maceda, Ver n, Padrón e Cariño, celebraron unha primeira xuntanza en Santiago. Dela saíu o acordo unitario de levar a cabo o proxecto, comprometéndose (a *ANPG* qued u en dar resposta de inmediato) a espallalo a instituci os culturais e asociaci os de veciños do País Galego” (*Teima* 30, 7-10 Julho 1977: 31).

Esta tentativa de promover un Congreso da Cultura Galega que remedasse o realizado no territorio catalán no ano anterior pretende ser implementada, segundo afirma desde o *Omnium* Antonio de Azcárraga Salvadores (em *Teima* 34, 4-11 Agosto 1977: 34), “sin amañs das forzas políticas” por unha asociación que di “traballa[r] apolíticamente” (apesar da constatación de que “son varios os grupos políticos que intentan por todos os medios monopolizar o «congreso da Cultura Galega»”); esta asociación promotora entende, en suma, que está “máis que demostrado que non poden acaparar o congreso aqueles grupos políticos que non superon coordinarse nas derradeiras eleccións, porque cada un deles síntese portador do Galeguismo do xeito exclusivo” e considera “que todos os ambitos culturales a tratar nel deben ser baixo unha soia bandeira, a de Galicia” (*Omnium Cultural Galego* 1977)³⁰⁴.

A estratexia do *Omnium Cultural Galego*, participado por varios dos militantes cindidos do PSG despois das eleccións de 1977 e incorporados ao PSOE en 1978 (como o crunhês Segundo Carlos Pardo-Ciiorraga, por exemplo) é contestada (nom por acaso) pola asociación de masas do PSG (a APG), cortando o camiño à organización deste evento e alegando o “carácter resistencialista” [sic] e “popular” em que, tal como veremos ainda no próximo capítulo desta tese (epígrafe 5.2.), estes grupos entendiam que devia ser enquadra da toda a acción cultural na Galiza da altura (*Teima* 35, 11-18 Agosto 1977: 30).

No campo editorial, por sua vez, chamamos a atención para o labor de mediação de agentes localizados em Barcelona, destacando entre os já referidos o exercido por Basilio Losada, Costa Clavell e polos agentes agrupados em volta do Centro Gallego de Barcelona. Da mesma maneira, para este campo documentamos o desejo de imitação do sistema catalán quanto ao volume e ao desenvolvemento geral de infraestruturas literárias, efecto de contraste que conduce directamente para o reconhecemento do carácter deficitário do SLG também neste campo e em relación nom apenas com o sistema catalán, mas também com o basco (Rodríguez Prado 2007: 673); este atraso relativo é explicado fundamentalmente em função da maior tradição dos outros sistemas literários de referência, que possibilita um diferente aproveitamento da força da inércia e minora as repercussões derivadas da conjuntura política concreta nesses territórios (reconhecendo-

³⁰⁴Em carta encaminhada para o redactor Álvarez Pousa, o membro da junta promotora do Congreso, Xosé Álvarez Temprano (*Teima* 35, 11-18 Agosto 1977: 31) afirma que “Nosos plantexamentos democráticos intentan mobilizar os sectores [sic] sociais nacionais nestes intres de rexurdimento cultural. Todos nos consideramos a cultura como o millor medio pra chegar a calquer plantexamento político e non o contrario como algúns pretenden facernos creer. A derrota nacionalista galega nas derradeiras eleccións foi en parte a consecuencia da falla cultural do noso pobo que votou contra dos seus propios intereses. Por outra parte, moitos políticos síntense portadores do galeguismo de xeito exclusivo. As aspiracións e reivindicación do pobo galego istán hoxe sin ser defendidas porque as forzas nacionalistas galegas nos souperon coordinarse”.

lhes maior autonomia relativa a respeito do campo do poder, portanto)³⁰⁵.

Esta descompensação existente entre os sistemas literários catalán e galego em relação com o respectivo grau de institucionalização do feito literário patenteia-se ainda no facto de que “dous representantes do Pen-Club catalán” assistissem à primeira reunião convocada por Antón Santamarina, Bernardino Graña e Marino Dónega (relacionados respectivamente com o ILG, o nacionalismo e Galaxia) destinada à criação do Pen-Club galego: “Trátase de pular unha alternativa de catro Pen-Clubs dentro do actual Estado Español (un por cultura e lingua) e non un Pen-Club español único, que é o que se quere crear dende certos sectores de Madrid” (“O Pen-Club galego de escritores”, *Teima* 20, 28 Abril-5 Maio 1977: 33).

Ao lado disto, as relacións no campo editorial entre o SLG e o catalán passam também pola colaboración entre editoras de ambos os territorios e pola circulación entre os vários sistemas do Estado de produtos e repertórios por meio da importação/ exportação (recorrendo à tradução ou à edição multilíngüe, como foi apontado no lugar correspondente). Quanto a isto, em virtude do processo de inclusão das línguas vernáculas no sistema de ensino obrigatório permitida pola citada LGE de 1970, os campos editoriais dos sistemas periféricos estão envolvidos na promoção de produtos de temática infanto-juvenil ou de matérias docentes directamente vinculados com este processo. Nesta situação, o galeguismo recorre a várias estratégias (já referidas em 3.2.2.3.), entre as quais apontamos agora para a importação de produtos do sistema catalán, considerados *fiáveis* para o galeguismo em virtude de compartilharem historicamente um similar processo de emergência sistémica sob o mesmo quadro jurídico-político.

Ora, este fenómeno é detectável apenas no pólo do galeguismo que trabalha para a sua institucionalização e de maneira episódica neste período, onde documentamos unicamente a edição pola barcelonesa Edit. 7 ½ do livro *Ona e Ori un día na escola*, elaborado polo Colectivo de Pais e Ensinantes da Escola Roure-Mallorca³⁰⁶. Também som escasas as colaborações entre

305“Pero Galicia, en estos momentos, está falta de un aglutinamiento, de algo que de alguna manera institucionalice estas corrientes. [...] ¿Podremos, como se ha creado la editorial Paurula [sic, Paraula] Nova en Cataluña, que va a ser la Editorial Nacional en catalán? ¿Podremos crear en un plazo relativamente breve, la Editora Nacional en gallego? [...] [repare-se em que, neste contexto, o adjectivo “Nacional” é atribuído a Espanha]. Con todo, a propósito del mundo editorial, hay un hecho muy significativo y de especial relieve para las letras gallegas. Se observa una mayor cantidad de libros editados en catalán, el dos por ciento en 1973 y mas del tres el pasado año [1974], cuando se alcanzaron los quinientos setenta y siete títulos. Igual ocurre con el vascuence, que ha pasado de 87 a 92, mientras que los gallegos han descendido de cincuenta y tres a cuarenta y ocho. El hecho en sí, aisladamente considerado, puede ser síntoma de un retroceso. Sin embargo es necesario tener en cuenta que se estaba a la espera de una Ley del libro y además nos encontrábamos dentro del «primer año de la apertura». Y si bien es verdad que el argumento es válido para las demás regiones reseñadas, no lo es menos, que éstas se encontraban ya en marcha desde hace muchos años” (José R. Vilamor, *Ideal Gallego*, 1975: 2, artigo citado).

306O impacto da literatura infanto-juvenil no SLG (tanto de produção própria como da importada doutros sistemas, nomeadamente do catalán) aumenta consideravelmente após o decreto de bilingüismo de 1979: “podemos verificar

editoras de ambos os sistemas, aspecto este em que documentamos a parceria estabelecida entre Galaxia e a editora barcelonesa Casals (mui activa na edição em solitário de produtos destinados ao ensino nesta altura) para a publicação dum método de lecto-escritura em galego elaborado pola Asociación Católica de Mestres da Crunha³⁰⁷.

4.4.3. O Referente de Reintegração

Quanto à função desempenhada por Portugal como histórico referente de reintegração, é necessário começar por dizer que os contactos intersistémicos e a referencialidade lusa no período em foco estão condicionados, por um lado, tanto pelo processo revolucionário iniciado em Portugal o 25 de Abril de 1974 como pela evolução da transição política encetada no Estado Espanhol com a morte de Francisco Franco em Novembro do ano seguinte e, por outro lado, pelo estado do processo de elaboração lingüística em curso na Galiza (de que nos ocuparemos com maior pormenor no próximo capítulo). Tanto esses dois eventos políticos como o processo codificador referido afectam de diferente maneira e em distinta medida ao pólo do galeguismo culturalista mais institucionalizado que chefia Galaxia e ao espaço político partidário comandado (para os assuntos que nos ocupam neste trabalho) pola UPG, já que enquanto os primeiros rejeitam a intervenção política, estão envolvidos nas tarefas de construção dum estándar para o galego e reduzem o volume e a frequência da sua presença em Portugal depois de 1974-1975 da mam de contactos tradicionais e até entom estáveis como Rodrigues Lapa, os nacionalistas galegos da UPG aumentam a intensidade e a utilidade atribuída ao relacionamento em chave política com Portugal já desde Abril de 1974.

Segundo afirma o professor Torres Feijó (2007: 690) para o caso da presença do sistema português no espaço do SLG ocupado pelo grupo Galaxia, “nem na Editora Galaxia nem na revista *Grial* detectamos variação atribuível ao efeito do PRP [Processo Revolucionário Português]”. Esta afirmação, feita apenas para os anos 1974-1975, pode ser estendida ao conjunto do período do

que, no período 1979-1982, se produz um importante incremento da importação de literatura infanto-juvenil, [...], que chega a fazer desta fonte repertorial a principal para este género no sistema literário galego. Assim, [...], só 23% dos produtos deste género editados durante o período som de responsabilidade exclusivamente galega e só em 40% dos mesmos existe actividade, maior ou menor, de institu[i]ções do sistema galego na actividade importadora [...]. Paralelamente, a maior parte dos produtores que intervinem no sistema galego, no âmbito do infanto-juvenil, som agentes externos (66%), facto que, conjuntamente com os dados anteriores, nos permite concluir que o sistema galego apresenta um reduzido grau de consolidação e carece de autonomia para responder por si próprio às necessidades que se derivam da entrada da língua galega no ensino como cadeira obrigatória” (Figueiras 2009: 78).

³⁰⁷O grupo viguês já tinha estabelecido em finais de sessenta outra parceria, esta muito mais produtiva, com a editora catalá La Galera para participar no campo musical e publicar literatura infanto-juvenil traduzida do catalám. Ao lado do contacto catalám, Galaxia também presta atenção nessa altura à literatura infanto-juvenil portuguesa (em concreto à editora coimbrá Atlántida), que serve de modelo para as publicações deste género por Galaxia em inícios de setenta (Figueiras 2009: 1974-1976).

nosso estudo e da totalidade do pólo do galeguismo com maior grau de institucionalização já que, tal como verificámos, entre a Revolução dos Cravos em 1974 e a aprovação da constituição espanhola em 1978, não se detectam mudanças nem na natureza das colaborações, nem na identidade dos colaboradores, nem na temática dos assuntos lusófonos tratados nas publicações dos grupos que se movem neste espaço; todavia, si cumpre chamar a atenção para o relativamente reduzido número de ocorrências documentadas nas revistas dum sector em que destaca claramente a atenção prestada por *Grial* ao relacionamento galego-luso-brasileiro (com algo mais dumha trintena de referências em cinco anos, juntando as presenças de assunto português e brasileiro)³⁰⁸.

Assim, Galaxia interessa-se fundamentalmente polo modernismo brasileiro (notícias de poetas como Ledo Ivo, Carlos Drummond de Andrade ou os concretistas aparecem nas suas páginas nesta altura) e por narradores como Clarice Lispector e, sobretudo, Guimarães Rosa (cuja referencialidade na Galiza -*A galecidade na obra de Guimarães Rosa*- é objecto também dum livro de Paz-Andrade publicado pela editora de Sargadelos em 1978, com prólogo de Paulo Ronai e epílogo de Álvaro Cunqueiro). Da parte lusa, Galaxia transfere através de *Grial* tanto repertórios procedentes do cânone fixo como outros já secundarizados no sistema fonte (Camilo, Pascoaes...) sem demonstrar especial interesse pola produção portuguesa contemporânea (fora Miguel Torga [*Grial* 56, 1977: 254-255], cuja carreira literária tinha começado já nos anos trinta ligado ao modernismo da *Presença*)³⁰⁹; esta estratégia é explicável em virtude dos interesses do grupo, do

308Confronte-se este volume de referências lusófonas com a dezena de ocorrências em *Grial* relacionadas com o celtismo (o processo autonómico de Escócia e Gales, Ossian em Goethe ou em Cabanillas, o irlandês Yeats ligado à saudade, o galês Dylan Thomas, o gaélico, ...). Quanto à Lusofonia, ao lado das colaborações sobre etnografia do Norte de Portugal do professor Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior (antropólogo ligado à Universidade do Porto, à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e académico da RAG) nos *Cuadernos de Estudios Gallegos* (Tomo 29, 1974-1975: 358 e ss.) que dirige José Filgueira Valverde e no *Boletín Auriense* (Tomo 6, 1976, pp. 319 e ss.) responsabilidade do Grupo Marcelo Macías, a presença luso-brasileira na revista de Galaxia está sustentada nos trabalhos sobre a ideia de língua em Otero Pedrayo e Curros Enríquez encaminhados por Rodrigues Lapa (publicados respectivamente em *Grial* 55 [1977: 32-46] e *Grial* 60 [1978: 165-169]), nos contributos do professor da Universidade de Lisboa Joseph M. Piel sobre onomástica e toponímia (*Grial* 51, 1976: 74-78 e *Grial* 62, 1978: 411-415) e, da parte brasileira, nos artigos sobre Guimarães Rosa responsabilidade do tradutor e professor carioca Paulo Ronai (*Grial* 51, 1976: 109-111 e *Grial* 59, 1978: 45-53). Fora isto, em *Grial* encontramos na altura notícia da publicação dalguns trabalhos, quer dos agentes do grupo em Portugal (como a conferência pronunciada por Lapa na Semana da Cultura Galego-Portuguesa celebradas em Janeiro de 1971 no Museu Machado de Castro de Coimbra [Samartim 2005: 27-28], cuja publicação na revista *Biblos* em 1976 é noticiada em *Grial* 51 [pp.521-523]), quer de agentes galegos sobre literatura portuguesa (como a antologia de *Poesia portuguesa actual* feita em 1976 por Vázquez Cuesta para circular no sistema espanhol [*Grial* 61, 1978: 381]); documenta-se também a morte de produtores (como Ferreira de Castro, Machado da Rosa e Hernâni Cidade), a recordação de antigos eventos luso-galegos (como umha “Evocación portuguesa de Castelao” em que é lembrada a homenagem feita pola *Seara Nova* em 1951 [*Grial* 47, 1975: 150], ou a lembrança da Semana Cultural Galega celebrada no Porto com presença de agentes do Seminário de Estudos Galegos em 1935 [*Grial* 53, 1976: 388-391]) e referências a Camilo Castelo Branco, Leite de Vasconcelos e Teixeira de Pascoaes (este último com maior frequência por causa da sua estreita ligação com o saudosismo, no repertório identitário da Galiza desde a década de dez do século XX).

309Já dixemos que, afora a recuperação da tradição medieval compartilhada, as transferências para o campo editorial galego de produtos portugueses (ou brasileiros) em formato livro som praticamente inexistentes nesta altura. Veja-se

peso crescente do social-realismo no sistema luso da altura e do rejeitamento deste tipo de repertórios por Galaxia, e é implementada apesar dos requerimentos nesse sentido dalgum dos seus agentes em Portugal.

Referimo-nos à solicitude do catedrático de Literatura Portuguesa Moderna da Universidade de Lisboa e crítico literário Jacinto do Prado Coelho (junto com Hernâni Cidade, professor e membro correspondente da RAG desde 1969, também director da revista *Colóquio/Letras*, editada pela Fundação Gulbenkian); este agente luso escreve “No decenario da Revista Grial” fazendo votos para a que a publicação de Galaxia “vá concedendo lugar cada vez maior à literatura portuguesa de hoje” (Prado Coelho 1974: 80); à conseguinte promoção de modelos social-realistas que acarreta este pedido responde Galaxia com a sua própria política editorial (o grupo não publica poesia deste tipo em todo o período abrangido pelo projecto Fisempoga) e, de maneira contundente, o professor da USC e principal crítico literário do grupo, Ricardo Carballo Calero (1974: 269-279), para quem a inclusom no cânone da literatura galega está em função (Samartim 2005: 28) “do respeito pola tradição, da plasmação daqueles elementos que Galaxia considera marcadores identitários (lirismo, humorismo, saudade...) e dum uso entendido como elevado da língua ou, em negativo, da oposição à arte social-realista e ao uso lingüístico «desfarrapado» dos novos escritores ligados ao incipiente e clandestino nacionalismo marxista”³¹⁰.

Si verificamos, por contra, um estancamento após o 25 de Abril da presença do SLG veiculada através de Galaxia no sistema português em relação com os citados Jacinto de Prado Coelho e, sobretudo, Manuel Rodrigues Lapa (próximo do Partido Socialista Português e director da revista *Seara Nova* até Outubro de 1974). Apesar de estes dois agentes de Galaxia em Portugal manterem os seus labores de mediação, eles têm uma escassa cobertura do grupo na Galiza

atrás a epígrafe 3.2.2.2. para uma referência sumária da presença inversa (e como mostra também da assimetria na relação galego-portuguesa de que falaremos adiante, e que já foi apontada também para o caso da relação galego-catalá [nota 286]).

310“As quatro figuras [referidas no trabalho de Carballo] som Otero e Cunqueiro como prosistas e os poetas Bouza-Brey e Díaz Castro: Otero Pedrayo, como sobrevivente do grupo que elevou a cultura galega a um nível europeu (o grupo *Nós*) e porque «a obra de Otero, en eminente parte social, pero craro está, ceibe de todo dogmatismo científico ou político, parecêu conformista, ou neutra, ou aséptica, ou escapista, a aqueles que fuxindo de sí mesmos diluíranse ou teimaban diluírese na masa da colectividade» (Carballo, 1974: 273); Fermín Bouza-Brey, face os vanguardistas Manuel Antonio e Amado Carballo, pola sua poesia «fortemente artellada na *tradición*» (Carballo, 1974: 275; itálicos meus); Álvaro Cunqueiro, polo elemento lúdico, o *lirismo* e o *humorismo*, e pola sua «lonxanía dos problemas vidáis aos proféticos cantores sociais que hoxe enchen o ámbito coas súas voces» (Carballo, 1974: 275); e, por último, Díaz Castro, por acolher no período de após-guerra a *saudade*, porque «é tamén un poeta social. Só que non ten vocación de demagogo, polo que a súa poesía é descriptiva e non normativa» (Carballo, 1974: 277) e porque «A súa obra, de base humanística e labrega, [está] espresada nunha *lingua magnífica, frente ao desfarrapado galego-castelán dos pseudopopulistas*» (Carballo, 1974: 278; itálicos meus)” (citamos por Samartim 2005: 28n, onde Carballo 1974 fai referência ao trabalho do nº 45 de *Grial* citado agora no texto e ao qual voltaremos no próximo capítulo).

em virtude, julgamos, da desconexom produzida entre Lapa e Galaxia a raiz da proposta de reintegraçom lingüística galego-portuguesa feita polo primeiro na revista dirigida por Prado Coelho (*Colóquio/ Letras* 13, 1973: 5-14) e rejeitada por Piñeiro em nome de Galaxia no mesmo ano (*Grial* 42, 1973: 389-402; *vid* também Samartim 2005: 36-42)³¹¹.

Entendemos essa desconexom como umha sançom da organizaçom perante o desvio dos padrons que o grupo está a tentar institucionalizar (*vid* Jepperson 1999: 195), que ela vai unida à aproximaçom do grosso do grupo Galaxia aos postulados do ILG em matéria normativa e que é a responsável por que o interesse pola relaçom descansa, neste caso, fundamentalmente na parte portuguesa, tal como demostra que Lapa continue a enviar trabalhos sobre este assunto para *Grial* ou que Coelho se interesse por noticiar o processo de codificaçom lingüística (posicionando-se a favor da “unificaçom ortográfica” galego-portuguesa em *Colóquio/ Letras* [números 32 e 34, 1976: 98 e 103]) apesar de que Piñeiro nom continue a colaborar com a revista através das “Carta[s] de Santiago de Compostela” com que o líder de Galaxia informava antes de 1973 da “Evolución do problema da lingua” (*Colóquio/ Letras* 2, 1971: 78-80) ou de “A expansi3n crecente da lingua galega” (*Colóquio/ Letras* 8, 1972: 75-77)³¹².

311 Juntamente com Lapa e Prado Coelho, este elemento é também o detonante do progressivo afastamento de membros que, como Ricardo Carballo Calero, tinham ocupado posiç3es centrais na estrutura e nas estratégias de Galaxia.

312 O optimismo piñeirista sobre a situaçom lingüística motivou a referida tomada de posiçom de Lapa em 1973. “Para além dalgumha informaçom pontual, nestes anos a presençã galega em *Colóquio/ Letras* é mais bem escassa: Guerra da Cal utiliza o estándar portuguê em «Da ambiguidade psicológica em 'Lusco-Fusco'» no mesmo número 20 (Junho de 1974) em que Filgueira Valverde escreve em castelhano sobre a «Biografía del IV Centenario camoniano» (pp. 47-53 e 74-78, respectivamente). Por seu lado, Carballo Calero utiliza o modelo normativo proposto pola RAG tal e como tinham feito todos os colaboradores galegos até 1973 para recensionar em Setembro e Novembro de 1975 *Olladas no futuro* de Ramón Piñeiro (nº 27, p. 95) e *Elipsis e outras sombras* de X.L. Méndez Ferrín, militante do nacionalismo comunista (nº 28, p. 97)” (Samartim 2005: 42-43n). A estas haverá que somar a intervençom do académico Leandro Carré Alvarellos posicionando-se em contra da adopçom da ortografia portuguesa e brasileira para o galego alegando motivos pedagógicos (*Colóquio/ Letras* 19, 1974: 77; *vid* Samartim 2005: 43).

Despois de 1975 as colaboraç3es dos membros de Galaxia desaparecem da *Colóquio*, documentando-se apenas umha dúzia de ocorrências relacionadas com a Galiza: as notícias das tomadas de posiçom de Montero Santalha (*et al*, o citado “Manifesto...” publicado na *Seara Nova* 1547, 1974: 30-31) e Carlos Durán e Joan Coromines (*Grial* 53, 1976: 277-282 e 361-364) a favor da unificaçom ortográfica galego-portuguesa já referidas (*Colóquio/ Letras* 32 e 34 [1976: 98 e 103]), o acompanhamento de outros conteúdos de *Grial* (por exemplo “Hernâni Cidade e a Galiza” no nº29 [1976: 102] ou “O centenário de Pascoaes assinalado na Galiza” no nº 38 [1977: 101]) e, sobretudo, as participaç3es de Ernesto Guerra da Cal e Pilar Vázquez Cuesta. O primeiro é um produtor galego sediado nos EUA e próximo das propostas codificadoras de Lapa que tinha participado também por mediaçom de Prado Coelho na redaçom do *Dicionário de literatura: literatura portuguesa, literatura brasileira, literatura galega, estilística literária* (com umha terceira ediçom em 1978) e de quem é reconhecido o seu trabalho crítico como principal queirosianista (“Um monumento ímpar a Eça de Queirós”, nº 39, 1978: 103) e também como poeta em estándar portuguê (“Sonho vivo em paisagem morta”, nº 37, 1977: 69-72) [de *A Trajectória de Ernesto Guerra da Cal nos campos científico e literário* ocupa-se Joel R. Gómez em 2009]. Pilar Vázquez Cuesta, por seu lado, abandona a Universidad Autónoma de Madrid para leccionar Língua e Literatura Portuguesa na Universidad de Salamanca desde o ano académico 1976-1977, destaca por realizar labores de mediaçom galego-hispano-lusa desde o campo académico espanhol (tal como veremos adiante) e, para o caso específico do relacionamento galego-portuguê, por suprir a ausência de Piñeiro e informar numha “Carta da Galiza” das várias actividades político-culturais relacionadas com “O Dia das Letras Galegas” de 1978 (*Colóquio/ Letras* 46, 1978: 89-92).

Por seu lado, a interlocu om de Rodrigues Lapa começa a se produzir desde 1974 com os agentes exc entricos que, como Montero Santalla, apoiam e promovem a sua proposta reintegracionista (veja-se o dito para a publicaçom do “Manifesto para a supervivência da cultura galega” na *Seara Nova* [n  1547, 1974: 30-31]); da mesma maneira, isto fai com que Lapa comece a colaborar já desde esse ano com os grupos políticos da esquerda galega que, como veremos adiante para o caso da publicaçom dum número duplo especial da revista *Vértice* dedicado quase na íntegra   Galiza (n  367-368, de Agosto-Setembro de 1974), incrementam o grau de relacionamento com Portugal através dos seus homólogos no campo político luso e encontram também receptividade  s suas propostas num espaço portugu s cuja interlocu om até a altura estava monopolizada por *Galaxia*³¹³. Em qualquer caso, Rodrigues Lapa continua a promover a presença e a interlocu om galega naqueles lugares onde participa (Loureiro 2005), tal como patenteia a proposta de integraçom na Associa o Portuguesa de Escritores (APE, criada em 1973) de produtores galegos (nomeadamente Guerra da Cal, Otero Pedrayo,  lvvaro Cunqueiro e Celso Emilio Ferreiro) feita polo de Anadia em inícios de 1975 e que nom chegou a frutificar (Torres Feijó 2007).

Porém, apesar da avançada idade dos agentes envolvidos na relaçom (alguns, como Hernâni Cidade ou Machado da Rosa, finados neste período) os contactos de *Galaxia* em Portugal e no Brasil mant m-se ainda activos no espaço académico universitário. Assim o demonstra que Ramón Pi eiro viaje ao Brasil “convidado expresamente polos organizadores do «XV Congreso Internacional de Ling stica e Filologia Rom nicas», celebrado em R o de Janeiro, entre o 25 e o 29 de xulio [de 1977]” e aproveite para pronunciar “diversas conferencias sobre temas galegos nas Universidades Federal e Fluminense de R o, na de Niteroi, e em centros de São Paulo, Brasilia e Belo Horizonte” (*Grial* 58, 1978: 496-498)³¹⁴.

313O conteúdo da referida “Carta da Galiza” assinada por Vázquez Cuesta na revista dirigida por Prado Coelho em 1978 parece-nos significativo neste sentido, e também que na hora de noticiar as celebra ons do Dia das Letras Galegas nessa publicaçom em 1975 se afirme que “Como todos os anos desde 1963, celebrou-se em 17 de Maio de 1975 o Dia das Letras Galegas, tendo desta vez como patrono o poeta Ramón Cabanillas” (*Colóquio/ Letras* 26, 1975: 101); Cabanillas foi a escolha com que a Fronte Cultural da UPG impugnava a autoridade da RAG, que tinha dedicado oficialmente a efeméride esse ano a Manuel Pintos (veja-se *supra* na nota 229 a citaçom de Samartim 2003: 64 e, também, Víctor F. Freixanes 1977).

314A presença de Pi eiro no Brasil deve-se   mediaçom do professor da UFRJ Celso Cunha, que anos antes tinha tomado posiçom sobre a questom ling stica do lado de *Galaxia* (e do ILG) apoiando para o estándar a conju om de tradiçom literária e língua popular: “o galego atual, apesar da s a acentuada polimorfia,   um poderoso transmissor de id ias e sentimentos. [...]   o fruto do trabalho pertinaz dos melhores prosadores e poetas do momento, aqueles que consubstanciam na escrita a norma do falar geral” (Celso Ferreira da Cunha 1974: 78). A viagem de Piñeiro “foi acollida por intelectuais e artistas como a necesaria conexión entre os dous países que se entendem, sin recurrir ao ingl s e ao franc s” (*Grial* 58, 1978: 496); “A preocupación máis viva nos auditorios era, xa que logo, pola língua. [...] Sabian que nos corenta últimos anos as culturas diferentes da castellana sofriran persecución. De ahí que amostrasen a súa satisfaci on ao comprobar que o galego   unha língua que entendem. Houbo algún caso no que, despóis de escoitar a Piñeiro, acheg banse a el para lle pedir que lles falase en galego porque tiñan interés en escoitalo, sin se decatar de que estivera a falar durante toda a conferencia nese idioma. Pensaban que

Igualmente, boa prova deste relacionamento académico para o caso português constitui-o, por seu lado, o ciclo de conferências realizadas a convite do Instituto de Cultura Portuguesa de Lisboa (dirigido por José-Augusto França) polos catedráticos da USC Ricardo Carballo Calero e Constantino García (o primeiro ainda ligado a Galaxia e o segundo director do ILG), que frequentam as universidades do Porto, Coimbra e Lisboa na primeira semana de Maio de 1977 (“Catedráticos da Galiza em Portugal”, *Grial* 61, 1978: 378-379)³¹⁵. Em ambos os casos citados, os agentes galegos dam notícia da situación lingüística da Galiza diante dos seus parceiros lusófonos, percorrem a história literária e cultural da comunidade, reforçam os contactos do(s) seu(s) grupo(s) em Portugal e no Brasil, e promovem a conexom entre os três sistemas alegando intercompreensom e familiaridade (que nom explicitamente unidade) lingüística galego-luso-brasileira.

Ao lado deste relacionamento directo galego-luso-brasileiro, é necessário destacar o labor de **mediaçom hispano-luso** realizado por agentes deste espaço do SLG. Esta mediaçom entre os dous sistemas literários peninsulares com maior legitimaçom político-institucional significa a

se dirixira a eles en portugués.

En xeneral, as conferencias e charlas de Ramón Piñeiro tiñan como oxetivo dar unha imaxe da evolución histórica da cultura galega. [...] Nos coloquios finais todo ía case sempre cara a problemática da lingua como expresión da nosa cultura” (*ibidem* pág. 497). Nesta viagem Piñeiro contacta com “Eduardo Portela, profesor de Teoría e Crítica Literaria, que dirixe a Editorial «Tempo Brasileiro». Trátase dunha figura cultural e intelectual moi importante, interesada en establecer contactos a nivel editorial e cultural en xeneral coa cultura galega. [...] Nélica Piñón, unha das novelistas máis significativas do Brasil”, e aproveita a sua participaçom no Congreso para se relacionar com agentes próximos do grupo também presentes neste evento: a professora italiana Luciana Stegagno-Picchio (quem tinha aderido, subtilmente, à posiçom de Lapa qualificando a língua galega de “elemento básico, denominador comum entre as diversas actividades. Nisto consiste a importância da revista [...], nesta «recuperação literária» do galego, segundo a expressão recentemente usada pelo grande mestre de todos nós, Manuel Rodrigues Lapa”; Stegagno-Picchio 1974: 79), Paul Teyssier (da Sorbona), Joseph M. Piel, Daphne Conte de Carvalho ou “Lindley Cintra, de Lisboa, que [...] non falaría, pois, das dúas normas lingüísticas brasileiro-portuguesas, sinón que introducía a norma galega, acolléndoa como a terceira na problemática da lingua luso-brasileira”, de acordo, portanto, com a posiçom defendida por este lingüista já em 1971 e com a sustentada por Galaxia na altura (*Grial* 58, 1978: 498).

315Carballo Calero e Constantino García som recibidos no Porto por Orlando Romano e José Augusto Seabra, “havendo ocasião para pôr em foco a necessidade de uma colaboração cada vez mais estreita entre os intelectuais de ambos os lados do Minho, através de visitas frequentes e de uma presença constante em revistas de carácter cultural e científico” (*Grial* 61, 1978: 378). Na Universidade de Coimbra “orientaram uma reunião-seminário composta exclusivamente por cerca de três dezenas de professores da Faculdade de Letras, atentos em especial aos problemas da recuperação literária do galego e às suas relações com o português. O acto teve lugar no Instituto de Estudos Espanhóis, e dentre a selecta assistência contavam-se os Profs. Rodrigues Lapa, Paulo Quintela, Paiva Boléo e André Crabbé Rocha. Foi sobretudo a intervenção do Prof. Lapa que mais se evidenciou no decorrer do colóquio final, vivo e profundo, e em que o distinto filólogo chamou a atenção dos presentes para a opinião do escritor galego, Xoán Vicente Viqueira, que precorizava o ensino da língua portuguesa nos liceus da Galiza, como alternativa, durante pelo menos dous anos” (*ibidem* pp. 378-379). No “Centro de Estudos Filológicos da Univ. de Lisboa, que visitaram demoradamente e onde realizaram uma sessão de trabalho com alguns professores-investigadores que estão efectuando as pesquisas na parte portuguesa, sob a direcção do Prof. Lindley Cintra, com a vista à próxima publicação do Atlas lingüístico da Península” (*ibidem* pp. 378-379). Em geral, na visita “houve a oportunidade de focar, para além do mais, a necessidade de um reforço dos laços culturais entre Portugal e a Galiza, através da Colaboração constante e das visitas mais frequentes entre os intelectuais e professores dos dous países tão intimamente ligados” (*ibidem* pp. 378-379).

atualização dumha ideia fabricada polo galeguismo do século XIX e desenvolvida por Daniel Rodríguez Castelao no livro terceiro do *Sempre en Galiza* (texto publicado por primeira vez em Buenos Aires em 1944 e onde o líder do Partido Galeguista recolhe o pensamento político do nacionalismo galego do pré-guerra): a de a Galiza como elo de uniom entre Espanha e Portugal em funçom da sua dupla ligaçom, política e lingüístico-cultural, com o Estado Espanhol e com os territórios da língua e cultura comum galego-portuguesa (Samartim 2005: 30).

Esta mediaçom hispano-portuguesa da maõ de agentes relacionados com o SLG pode ser verificada no campo editorial através de trabalhos como os de Filgueira Valverde sobre *Camoens: conmemoración del centenario de “Os Lusíadas”* (Madrid, Editora Nacional 1975²; a primeira ediçom é de 1958), ou pola ediçom bilingüe castelhana-português da citada antologia de *Poesia portuguesa actual* realizada por Pilar Vázquez Cuesta em 1976 (Madrid, Editora Nacional; noticiada em *Colóquio/ Letras* 33 [1976: 107], recensionada no n.º 44 [1978: 83-84] da mesma publicaçom e anotada em *Grial* 61 [1978: 381])³¹⁶. Detectamos também a reivindicaçom desta posiçom estratégica privilegiada da Galiza no espaço ibérico nas publicaçoms do enclave galego de Buenos Aires, onde é activada por ocasiom da recepçom da queda do regime salazarista em Abril de 1974 e apoiada nos argumentos que sustentam historicamente a consideraçom de Portugal como referente de reintegraçom para o galeguismo, em especial na unidade lingüística galego-portuguesa e na condiçom bilingüe da cidadania galega que daí se deriva e que coloca a Galiza numha posiçom de privilégio face à populaçom do resto do Estado (Cordeiro Rua 2007: 537)³¹⁷.

316A mediaçom da professora Pilar Vázquez Cuesta estende-se à “difusão duma cultura que, entendida no sentido mais amplo, abrange a área lingüística galego-portuguesa” já que, “a seu convite, realizaram conferências na Univ. de Salamanca Jorge de Sena («A poesia portuguesa contemporânea»), Francisco Pereira de Moura e o P.º. Elias Muacala; organizaram-se as «Jornadas de literatura galega contemporânea», com a participaçom dos poetas e romancistas Eduardo Blanco Amor («Un e os seus libros»), Celso Emilio Ferreiro (leitura de poemas), Manuel María (leitura de poemas), Carlos Casares («A xeneración Nós»), Xosé Luís Méndez Ferrín («A narrativa galega de pós-guerra»), Lois Dieguez («Poesia e nacionalismo») e Margarida Ledo («Novela e nacionalismo»); desenrolou-se un I Ciclo de Teatro galego-português, em que participaram o crítico Carlos Porto («Teatro popular português», «Teatro escrito: teatro censurado» e «O teatro independente português: do Fascismo à Liberdade») e os dramaturgos galegos Manuel María («Formas parateatrais galegas»), Daniel Cortezón («Teatro e nacionalismo») e Manuel Lourenzo («Problemas do teatro independente na Galiza»), projectou-se o filme *O outro teatro*, cedido pelo Instituto Português do Cinema, e fez-se uma exposiçom de livros de teatro, cartazes, programas e fotografias oferecidos pela Fundação Calouste Gulbenkian e pelos grupos de teatro independente. Em 5 de Maio actuou na Aula Juan del Enzina o grupo «A Barraca» (“A cultura portuguesa em Salamanca”, *Colóquio/ Letras* 43, 1978: 100-101).

317“Fuerzas lazos de sangre y lengua, historia y luchas, nos unen al destino portugués, aún cuando factores dolorosos quebraron lo que debió ser una unidad nacional. Por eso, en la actualidad Portugal es un cuerpo sin cabeza [em referència ao verso camoniano] y Galicia, aislada en el noroeste hispánico, una cabeza sin cuerpo a la que la hegemonía castellana sigue, quien osa negarlo, castigando por haber tenido los gallegos, a través de sus prohombres más eminentes, el valor de señalar que la integración Ibérica es un mito y una frustración si en ello no entra el territorio lusitano. [...], el meridiano del destino gallego pasa antes por Lisboa que por Madrid [tal como tinha afirmado Vicente Risco no pré-guerra]. Esto es vital el comprenderlo para saber en qué medida interesa a Galicia un Portugal libre que gravitará en un mejor futuro para nosotros” (“Portugal y un futuro condicionado”, *Correo de Galicia*, 10/05/1974: 2).

Esta capacidade mediadora da comunidade galega, que aproveitaria o seu conhecimento de castelhana e (galego-)português para “pôr em diálogo a Península Ibérica, umha vez que, por um lado, esteja superada a vontade hegemónica e centralista de Castela e, por outro, Portugal, regressado da aventura imperial ultramarina, se re-situe no espaço peninsular e se vire para a Europa” (Rodríguez Prado 2007: 666-667), é reinterada no galeguismo bonaerense³¹⁸, é assinalada também por Ramón Piñeiro com ocasiom da “Conferencia [pronunciada] na inauguración da Galería Sargadelos de Madrid” (*Cuaderno del laboratorio de formas*, 1975: 119) e constitui a principal diferença entre a posicòm de Galaxia e a sustentada polos agentes do PCG quanto às relaços entre o SLG e os outros sistemas peninsulares.

Isto é assim porque ainda que no programa de ambos os grupos figure o estabelecimento dum intersistema cultural envolvendo várias comunidades peninsulares (tal como afirmámos em páginas precedentes), as práticas e os discursos lingüísticos e literário-culturais do PCG (que pratica o bilingüismo, adere a propostas de elaboraçom da língua da Galiza com base numha pretensa oralidade popular[izante], e estabelece as suas relaços aproveitando homologias político-partidárias) envolvem apenas os territórios do Estado Espanhol e excluem, em geral, o sistema português³¹⁹. Por contra, os agentes de Galaxia incluem Portugal no desejado intersistema ibérico em virtude das ideias herdadas do galeguismo histórico, isto é, retórica unidade lingüística galego-

318“Nos duele Portugal en lo más hondo de nuestro corazón, porque Portugal es nuestro, nuestro, muy nuestro. Un portugués está tan ligado a nuestra sangre, a nuestra historia, a nuestro idioma, y a nuestros orígenes que un gallego jamás se siente extranjero en el territorio que va desde el Miño al golfo de León, como tampoco un portugués se encuentra incómodo en el territorio, para el hermano de Galicia.

Alguien dijo que Portugal era un cuerpo sin cabeza y Galicia una cabeza sin cuerpo. Razones geopolíticas hablan de integraciones para que la complementación económica sirva con generosidad a los pueblos. Nosotros aquí invocamos nuestra condición de gallegos para repetir con Castela que Iberia sólo podrá considerarse integrada cuando Galicia sirva de puente de amor para la comprensión del problema portugués y nosotros sepamos que Portugal es parte integrada plenamente en iberia” (“Nuestra solidaridad con los portugueses que luchan por la libertad”, *Correo de Galicia*, Setembro 1975: 1).

319No citado *Boletín Casa Galicia [en Paris]* (1977, s.p.) podemos ler que “unha maior actualización da língua galega, que non se pode traducir por un abandono do estudo do castelán, achegaríanos máis a o irmán pobo portugués, o que estreitaría moito máis as relacións entre todos os pobos da península ibérica”. Contudo, a posicòm lingüística do grupo a este respeito é expressada por Alonso Montero em 1973 (pp. 24-25): “gallego y portugués, ramas de un mismo tronco, no son dos lenguas, aunque la unidad no sea tan compacta como en las fechas del gallego-portugués. El portugués, según cálculos recientes, lo emplean 117 millones de personas, cifra que lo convierte en la lengua románica de más hablantes, después del castellano. Supera, por tanto, al francés y al italiano. Idioma tan difundido (Brasil, Angola, Mozambique, etc.) brinda al gallego unas posibilidades culturales realmente fascinantes” que nom som exploradas em nengum momento desta obra nem nas práticas deste grupo (Samartim 2004: 10-11); tampouco no programa normalizador rascunhado por Alonso Montero no seu “Esquema para unha alternativa inmediata. Encol da fala” (*Teima* 22, 12-19 Maio 1977: 44) em que o já na altura ex-membro do PCG reclama a cooficialidade, aponta que “o proceso de *normalización* da lingua, [...] terá o seu principal terreo de xogo na escola e nos medios de comunicación de masas” e reivindica a importancia do ILG na elaboraçom de materiais didáticos e normativos; nem tampouco nas edicòns promovidas polo PCG e destinadas a circular pola Península, que também excluem em geral o português. Outra mostra do alheamento do grupo a respeito do referente português foi indicada na nota 289, em relaçom com a *Encuesta mundial sobre la lengua y la cultura gallegas y otras áreas conflictivas...* elaborada por Alonso Montero em 1974 (veja-se ainda, sobre a relaçom do PCG com a língua galega, Santidrián 2009).

portuguesa (que nom exclui a elaboraçom autónoma da língua da Galiza) e, em relaçom com esta, a apontada posiçom de privilégio para o labor de mediaçom luso-hispano.

Fora este labor mediador hispano-português (nom documentado neste período no espaço da esquerda galega), naqueles grupos e agentes que se movimentam nos espaços culturais mais próximos do pólo da resistência também verificamos a referencialidade de Portugal e, nalgum campo específico como o cinematográfico ou o musical, também do Brasil. Estes grupos políticos da esquerda rupturista que tenham os campos culturais como espaço de actividade encontram em Portugal, em primeiro lugar, um espaço de liberdade em que está a ser ensaiado desde 25 de Abril de 1974 o modelo de sociedade que eles também pretendem construir na Galiza. Se bem o processo democratizador iniciado com a Revolução dos Cravos serve de referente de emulaçom para umha alargada tipologia de grupos antifranquistas no Estado Espanhol³²⁰, o espaço de liberdade e solidariedade internacionalista que este processo revolucionário instaura será aproveitado fundamentalmente pola UPG e, tal como afirma a professora Rodríguez Prado (2007: 669; itálicos no original),

nas revistas [deste grupo] sublinha-se a possibilidade de acesso livre a informaçom de tendências várias; dá-se conta da ida ao cinema e ao teatro português para ver obras proibidas ou censuradas polo Estado Espanhol e também se publicita a apariçom — nomeadamente no Porto, cidade de desterro ou exílio de alguns conhecidos nacionalistas— de espaços de difusom tanto escrita (*Terra e tempo* 6, jan. 1975: 7) como radiofónica (*Galicia emigrante* 7, mar. 1975: 4) da actividade da UPG.

Precisamente, a UPG reforça e consolida a rede de relaçoms que possuía em Portugal imediatamente despois de Abril de 1974, facto para o qual contribui decididamente o exílio da jornalista e poeta Margarida Ledo Andión (2001) em Setembro desse ano para o Porto, onde desenvolve um activo trabalho político-cultural como leitora de galego na Faculdade de Letras da

³²⁰Também para os escassos efectivos democratizadores do interior do exército espanhol agrupados na ilegal Unión Militar Democrática [UMD] criada no verám de 1974 e autodisolta em 1977, tal como afirma o na altura capitán José Fortes Bouzán, coordenador e um dos fundadores do grupo, detido em 1975, julgado em conselho de guerra e expulso do exército com outros nove oficiais em 1976, afiliado fugazmente ao PSOE em 1978 e vereador em Ponte Vedra pola coaligaçom galeguista Unidade Galega [UG] em 1979: “A proximidade de Portugal era moi importante, certas semellanzas de todo tipo, etc. Ademáis, o gran simbolismo do 25 de abril português era, pra todos nós, a imaxe dun pobo topando na rúa o seu propio Exército. Isto era e sigue a ser moi importante” (“Fortes: Conversa cun ex-capitán”, *Teima* 3, 30 Dezembro-6 Janeiro 1977: 18-19, pág. 19). A analogia estabelecida na esquerda dita revolucionária entre a UMD e o Movimento das Forças Armadas [MFA] responsável da revoluçom portuguesa tampouco é alheio ao facto de que “o dia 8 de marçal [de 1976] i en resposta ao chamamento feito pola UPG e ANPG, xuntamente con outras forzas políticas, o pobo galego manifestou nas ruas a sua solidariedade co CAPITAN FORTES e os seus compañeiros, con motivo do comenzo do xuicio” (*Terra e Tempo* 35, Março 1976: 5).

Universidade, aproveitando e ampliando os contactos do grupo em Portugal³²¹. É neste âmbito universitário portuense onde esta integrante da UPG promove, com o apoio de agentes como Avelãs Nunes, Calvet de Magalhães, Óscar Lopes (decano da Faculdade) e Cal Brandão (governador socialista do Porto na altura, de origem galega), a organização das

1^{as} Xornadas de Cultura Galega no Porto, promovidas pela Faculdade de Letras e a cooperativa Árvore [integrada entre outros agentes de esquerda por Nuno Teixeira-Neves, António Jacinto, Arnaldo Saraiva ou Joaquim Vieira] e realizadas entre 19 e 22 de Junho. Nelas se integraram dois colóquios sobre a literatura galega, um com a presença de Jacinto do Prado Coelho, o outro sob a orientação de M. Rodrigues Lapa (*Colóquio/ Letras* 26, 1975: 101).

Julgamos que a participação de Lapa e Coelho (dous agentes tradicionalmente na órbita de Galaxia) nesta actividade auspiciada pela UPG (e financiada pela Fundação Gulbenkian, que também subsidiava a *Colóquio/ Letras* que dirigia Prado Coelho) demonstra a afirmação feita acima em relação com a crescente interlocução destes galeguistas lusos com a esquerda rupturista da Galiza (aqui representada por Vilas Nogueira e López-Suevos, quadros da UPG para assuntos de economia política). Achamos que estes contactos estão favorecidos pela posição mais periférica em que ficam na Galiza estes partidários de avançar na reintegração lingüística galego-portuguesa (perante o progressivo afastamento de posições pró-reintegracionistas da parte de Galaxia), facto ao que contribui a alegada relaxação da colaboração do núcleo do grupo chefiado por Piñeiro com eles; o facto de Lapa e Coelho se resituarem assim numa posição contrária aos postulados lingüísticos progressivamente decantados cara as posições sustentadas pelo ILG no pólo do galeguismo oficialista, favorece a colaboração destes galeguistas portugueses com as forças da oposição, que no SLG está comandada pela UPG, apesar de estarem ambos produtores mui longe de compartilhar com este grupo a afirmação de que “a cultura galega é patrimonio exclusivo das clases populares” (UPG 1977: 48).

321 “Ledo conduzirá umha emissom periódica semanal do Rádio-Clube Português para a Galiza, sintonizável desde este território, onde se fazia propaganda política e cultural nacionalista e pró-UPG. Este partido, aliás, verá mais garantida a sua actuação clandestina ao ter o suporte e o sustento dos camaradas lusos. Nestes meses [de 1975] imprimirom-se em Portugal as “Bases Constitucionais” e o “Programa provisório” da UPG, com apoio, entre outros do aludido [Viale] Moutinho, que constituiu em Portugal um Comité de Solidariedade com a Galiza” (Torres Feijó 2007: 698); Viale fai parte do “grupo coimbrán dos Anibal Almeida, dos Joaquim Namorado [...]” (Ledo Andión 2001: 4). Para além das várias acções político-culturais referidas pela professora Ledo Andión no trabalho citado, apontamos ainda que a UPG aproveita o aludido espaço de liberdade português e os seus contactos para fundar no Norte do país vizinho em Abril de 1975 a sua plataforma de massas, a AN-PG.

Entendemos que esta combinação de colaboração tática e afastamento programático está claramente demonstrada na participação de Rodrigues Lapa no nº 367-368 (Agosto-Setembro 1974) de *Vértice. Revista de cultura e arte*, a publicação coimbrá dirigida na altura por Raul Gomes que intitula este volume genericamente “Galicia com Portugal. U.P.G.” (Torres Feijó 2007: 696). Aqui Manuel Rodrigues Lapa (“Duas atitudes face ao problema do galego”, *Vértice* 367-368, 1974: 580-583) contrapõem o plano normalizador baseado na reintegração lingüística galego-portuguesa articulado polos agentes galeguistas chefiados por Montero Santalla no já referido “Manifesto pola supervivência da cultura galega”, com a “penúria metodológica” ([sic] pág. 581) de três trabalhos sem assinatura aparecidos na revista *Rego. Documentos pro galeguismo* (nº1, 1974: 16), nos quais a UPG nom fai referênciã nengunha à relação lingüístico-cultural galego-portuguesa e sustém que “sóio a radicalización e a aceleración dun proceso revolucionario poden predispoñer a unha situación favorable á normalización do galego”. Da sua parte, Lapa sustém neste trabalho as suas conhecidas teses da integração lingüística galego-portuguesa (sintetizadas ainda para este tipo de público em *Árvore* [nº 2, Julho 1975: 1 e 7] por ocasiom da celebração das referidas 1^{as} Xornadas de Cultura Galega no Porto), defende o estudo do estándar português na Galiza (enquanto “que desde 23 de Agosto de 1973 a legislação educativa espanhola permite a presença da língua portuguesa como matéria optativa no ensino médio em todos os liceus do Estado”, Samartim 2005: 43) e confronta o cerne do programa da UPG com a afirmação de que “a língua de cultura vai contra os hábitos adquiridos do linguajar do povo” (pág. 581).

A resposta da UPG ao professor de Anadia vem da mão do seu líder, Francisco Rodríguez (1976: 45-47) e foi abordada em Samartim 2004 (12-13; para onde remetemos para maior detalhe); no entanto, em relação ao assunto que agora nos ocupa, cumpre dizer que o líder da UPG aceita a unidade lingüística galego-portuguesa como um facto filológico inútil para a normalização nos termos em que a entende este grupo e, neste sentido, combate “o prexuício da cantidade como fautor decisorio pra a normalización dunha língoa” (pág. 46) e alcunha as teses de Rodrigues Lapa e os seus apoiantes de “elitismo”, “imperialismo inconsciente”, “intelectualismo culturalista” e “cosmopolitismo intelectual” (pp. 45-46) ao julgar que nom ponhem “en correlación axeitada idioma e política; mais, esta correlación faina nun senso de aceutación da ideoloxía dominante” (Rodríguez 1976: 46)³²².

³²²A acusação de cosmopolitismo situa a proposta de Lapa no pólo contrário ao internacionalismo proletário que move as relações exteriores do grupo: “Nin siquer certo marxismo é alleo a ista mentalidade que ronda o que poderíamos chamar «internacionalismo utópico» ou «cosmopolitismo utópico» (Rosa Luxemburgo [sic]). En tódolos casos, estáse a vivir con esquemas legados polo democratismo burgués. [...] E decir, pódese facer unha sociedade internacional de pobos ceibes, pro non unha sociedade internacional de pobos asoballados, a non ser que se defenda

Em coerência com isto, a UPG -que nom participa directamente no processo de elaboração lingüística e mantém na altura umha prática lingüística popularizante e a ambigüidade a respeito do grau de autonomia desejado entre galego e português (“sen poñer en dúbida as ventaxas do aportuguesamento do galego hastra os lindes que non traicionen o espírito da língoa”, tinha dito Francisco Rodríguez em 1976 [pág. 46])- , nom contempla Portugal (e a lusofonia no seu conjunto) como referente de reintegração com base na unidade lingüística e cultural galego-luso-brasileira alegada polo galeguismo do pré-guerra e os seus proclamados herdeiros desta altura (nomeadamente os agentes agrupados em Galaxia e Sargadelos); de facto, apesar da referida ambigüidade neste ponto, tanto as práticas como o corpus teórico da UPG remetem para a reivindicação da exclusividade dos materiais lingüístico-identitários próprios, em que é sustentada a diferença a respeito das restantes comunidades peninsulares (também de Portugal)³²³. Assim, a UPG estabelece as suas relações além Minho com grupos da esquerda revolucionária portuguesa em função de homologias e interesses políticos (“siglas que se chamaban, por esta orde de aparición: LUAR, MES [...], MDP, MFA, PCP ”; Ledo Antión 2001: 4) e vê Portugal como mais um referente de analogia (e nom necessariamente o principal) em virtude de compartilhar com estes grupos similares projectos políticos e parelhas luitas contra as respectivas ditaduras ibéricas antes de 25 Abril de 1974; altura na qual, por certo,

elementos da UPG, juntamente com outros procedentes da esquerda portuguesa, tinham já construído umha rede de relações e um conjunto repertorial definidor da sua actuação no campo cultural, em que os textos e o seu funcionamento se referenciavam na denominada poesia social e de resistência (Torres Feijó, 2007: 697).

Entendemos que o tipo e o grau de referencialidade apontado explicam que nos documentos do “Primeiro Congreso” da UPG em 1977, nom exista nengumha referência a Portugal (nem no plano político nem no cultural) e que si sejam anotadas explicitamente as relações “especialmente íntimas” com grupos políticos cataláns, bascos e canários (tal como recolhemos na nossa nota 285); entendemos este facto no sentido de que os territórios do Estado referidos si compartilham com a Galiza a “loita frente ao enemigo común e principal: o imperialismo español”

a prática do internacionalismo pragmatista burgués que vai crear umha especie de cosmopolitismo baseado no imperialismo e na explotación de clase e de pobos” (*Terra e Tempo* 38, Junho 1976: 7).

323“Constituímos umha comunidade de *cultura diferente ó resto da península*, somos polo tanto umha nación” (*Galicia Emigrante* 4, 1974: 6; itálicos nossos, sublinhado no original). Veja-se ainda o dito no próximo capítulo sobre esta questom.

(UPG 1977: 28). Da mesma maneira, as ocorrências documentadas nas publicacións do grupo demostran que a función de referente de analogía é entendida tamén pola UPG como englobando os territorios africanos sob dominio colonial portugués (que luitam com as armas pola súa independencia)³²⁴ e que, enfim, nom está explicitamente activo no espaço ocupado por este grupo da esquerda rupturista neste período qualquer función de Portugal como referente de reintegraçom, a menos que assim entendamos algunha referència a “o país fraternal que é Portugal” e a umha esporádica “concencia da antiga unidade cultural galego-portuguesa” (por acaso nom explicitamente lingüística, mas “cultural”, e localizada no pasado: “antiga”) a qual, além do mais, parece operativa no plano político apenas na referència a que “a liberación nacional galega non desbota o vencellamento federativo de Galicia ós demais pobos da Península” (“Os dez punto da Unión do Pobo Galego”, *Galicia Emigrante* 1, Março 1974: s.p.)³²⁵.

A posicòm a este respeito do outro grupo que se movimenta neste espaço cultural, o PSG, que conjuga o acompanhamento dos postulados históricos do galeguismo em virtude dos seus vínculos com Galaxia com a consideraçom da cultura como “unha creación e máis un patrimonio populares” [“principios do p.s.g. (punto 1)”], diferencia-se levemente da UPG em que o PSG contempla explicitamente a integraçom de Portugal no seu projecto político em virtude da “comunidade de historia e de cultura” galego-portuguesa (*Galicia Socialista* 1, “Santos” [Novembro], 1976: 2, 14 e 15):

o P.S.G. proclama a súa solidariedade cos demais pobos da Península Ibérica, cos que está xunguido nuns casos por comunidade de historia e de cultura [em referència a Portugal], noutros polo feito común de estaremos sometidos, dende hai séculos a deica hoxe, a un Estado unitario centralista e, na maior parte das suas fases históricas, despótico e antidemocrático [“principios..., punto 10”].

Sin prexuício do previo requisito da autodeterminación do pobo galego e demais pobos peninsulares, o P.S.G. postual [sic] unha fórmula federativa prao artellamento do futuro

324“E si a vosa liberdade é tamén a nosa liberdade, a UPG quere facer chegar ao Movimento Militar (que fixo posible a actual coxuntura co seu valor, o seu patriotismo i a súa impecabel técnica profesional) a testemuña da súa admiración e o desexo de que as persoas que participaron e participan nél se manteñan con firmeza no camiño que conduce á liberación do pobo portugués, liberación sin dúbida inseparábel dos da liberación dos territorios oprimidos de Angola, Mozambique e Guiné-Cabo Verde” (“Carta ao Movimento Militar”, *Terra e Tempo*, Março 1974: 2; reproduzida noutras publicacións clandestinas da UPG, como por exemplo em *Galicia Emigrante* 3, 1974: 7).

325Este projecto de unidade ibérica contempla a possibilidade de incluír Portugal no programa da plataforma de massas promovida polo PSG: “Entre as reivindicacións mínimas inmediatas, os homes –e mulleres- da APG inclúen as liberdades políticas, a liberación social e individual da muller, a loita pola desfeita da actual organización administrativa e un novo artellamento estatal co principio federal como punto de partida, *sin excluí-la possibilidade de encadramento do pobo portugués*” (“A.P.G.: Congreso clandestino”, *Teima* 4, 1977: 4; itálicos nossos).

Estado da Península Ibérica [“principios..., punto 11”].

Para além disto, apesar de que tal como afirma o professor Elias Torres (2007: 697), “na relação galego-portuguesa de carácter galeguista, os agentes portugueses adoptavam [em geral] os elementos repertoriais dessa relação tal e como definidos desde o campo galeguista ” (repare-se na edição dita “bilingüe” galega e portuguesa do *Catecismo do camponês* preparada por Viale Moutinho para a Editorial Futura em 1975, no uso do termo “Galicia” na capa do referido número de *Vértice* dedicado à UPG, na aceitação de Cabanillas como padroeiro do Dia das Letras Galegas já anotada, etc.), a aceitação por parte dos grupos lusos da esquerda revolucionária dos termos do relacionamento marcados pelo nacionalismo galego não exclui que os agentes portugueses utilizem (com maior ou menor ambiguidade, igual que os seus homólogos galegos) a retórica da irmandade ou da unidade lingüístico-cultural própria da tradição galeguista e dos agentes que, como Lapa, realizam labores de assistência identitária ao galeguismo desde o sistema luso³²⁶

Além do mais, é importante apontar agora que a “assimetria relacional favorável ao campo galeguista” notada para o SLG do fim do franquismo por investigadores como Torres Feijó (2007: 700) e veiculada fundamentalmente através da presença de agentes da UPG no sistema português durante todo o período em foco neste trabalho, deve ser matizada para outros espaços de actividade cultural destes grupos nacionalistas de esquerda. Assim, a presença lusa na Galiza relacionada com os grupos da esquerda política deverá ser procurada preferentemente no espaço associativo onde, tal como foi indicado para o caso das transferências dos sistemas culturais integrados no Estado Espanhol, será muito mais intensa que no campo literário e estará localizada preferentemente nos

326“De entre os povos da Península, o povo galego apresenta-se mais próximo de nós, portugueses, do que nenhum outro: temos uma *raiz cultural comum, uma língua ainda hoje muito semelhante*, uma evolução económico-social com características afins (lembramos apenas o triste destino de portugueses e galegos como povos emigrantes)” ([apresentação editorial de fragmentos, adaptados para o estándar português, do livro *O atraso económico de Galiza* do líder do PSG Xosé Manuel Beiras] *Vértice* 367/368, 1974: 600; itálicos nossos). “Aqui, portas com portas, há *um pequeno povo que fala a nossa língua e tem uma longa história comum com os do noroeste português*, a quem impõem outra língua e outra história, de Numância a Lepanto; a quem a terra empobrecida expulsa para Bos Aires” (Anibal Almeida: “A circunstância de Portugal”, *Vértice* 367/368, 1974: 660; itálicos nossos). Mais significativas, ainda, julgamos as referências à unidade lingüística galego-portuguesa e à pluralidade do sistema espanhol vindas do campo académico internacional para as publicações da esquerda portuguesa, em quanto que transparentam as mesmas ideias documentadas para o caso do pólo do galeguismo mais oficializado: “Ontem, como hoje, escrever em galego significa assumir uma atitude que implica, desde logo, uma maneira de *entender a cultura e a realidade espanholas como um todo plural e multiforme*. Por outro lado -e isto é necesario tê-lo em muita conta- o idioma galego não é apenas apto para trazer por casa. É *uma língua que nos permite o entendimento e comunicação com mais de cem milhões de homens porque é a mesma que, com pequenas variantes, se fala em Portugal, no Brasil e nos países africanos de expressão portuguesa*”, tinha dito na “Intervenção no convénio «40 anos de poesia em Espanha: entre realismo e vanguarda», organizado pela Bienal de Veneza de 1976” o poeta, ensaísta, antigo membro da redacção de *Vértice* e professor de Língua e Literatura Portuguesa na Universidade “Cà Foscari” de Veneza Manuel Simões (1976: 360; itálicos nossos).

campos musical, teatral e cinematográfico.

Som esclarecedoras, neste sentido, as palavras da professora Rodríguez Prado (2007: 667-668) quando chama a atençom para a ligaçom estabelecida entre a língua galega e as suas possibilidades de veicular umha cultura de massas (necessidade especialmente sentida neste espaço associativo)

através da consideraçom dos produtos e dos mercados portugueses e brasileiros, tanto no campo literário —que já vinha sendo contemplado de modo bastante corrente— como no musical, teatral e de cinema, que desde o fim dos anos sessenta começam a receber atençom como meios susceptíveis de contribuir para a normalizaçom da língua e para a projecçom da cultura galega, às quais nom é alheio o postulado do idioma entendido como galego-português [...] Som contributos para essa extensom da cultura os certames teatrais da Agrupación Abrente de Ribadavia, onde nom faltavam companhias portuguesas e se procuravam novos textos galegos para representar, ou os filmes portugueses e brasileiros passados, junto com as curtametragens galegas, nas Mostras de Cinema Galego de Ourense.

Em relaçom com isto, é oportuno lembrar que as principais questons que afectam ao funcionamento do campo dramático nesta altura nom giram em volta apenas da superaçom de formulas teatrais identificadas com o teatro comercial, institucional, de cámara ou de “arte e ensaio”, pola formaçom actoral (possível desde 1978 na Escola Dramática Galega), pola consolidaçom de companhias de teatro independente e polo caminho cara a autonomia, a autogestom e, sobretudo, cara “unha normalización pró noso teatro que pasa, necesariamente, pola profesionalización”, pola “necesidade de sair dun voluntarismo, dun «amateurismo» que tollía calquera possibilidade de desenvolvemento” (Freixanes 1977a: 46). Ainda assim, os debates na dramaturgia galega também están relacionados com o processo nem sempre unánime de assunçom do monolínguismo em galego e o “teatro popular” como normas balizadoras que o nacionalismo quer aplicar também neste campo; isto é, pola passagem para a identificaçom do teatro galego com o teatro *em* galego e referenciado nos interesses das *camadas populares*, questom esta estabelecida em relaçom com a eventual “función descolonizadora de cada aceno cultural e, pois logo, teatral” (Lourenzo 1976: 31) claramente presente nas acçons dos vários grupos que se movem em volta do pólo da resistência³²⁷.

³²⁷Cilha Lourenço Mória (2010: 288-289) chama a atençom para o alto grau de politizaçom existente em volta do facto teatral apontando que “nestes anos o teatro sentiuse na obrigación de se comprometer; as cabezas visíveis do movimento independente estaban bastante aliñadas e, mesmo cando non había implicacións políticas directas, o propio ambiente provocaba que os espectáculos resultasen políticos -o que facía os locais se encheren-. Alén diso, a alternativa dramática presentada nestes anos manifestou o seu compromiso com Galiza e co ideario independente,

Num contexto em que, tal como apontam López Silva e Vilavedra (2002: 62; itálicos nossos), o Centro Coordenador do Teatro Galego, “en debate coa organización das Xornadas e as Mostras de Teatro de Vigo, instaba ás compañías a un *compromiso de carácter lingüístico e socio-político*”³²⁸, a referencialidade lusa activa-se no campo dramático com as (esporádicas) representacións em Portugal de grupos galegos e com a (limitada) presenza de compañías e, em maior medida, de críticos teatrais do país vizinho nos festivais da Galiza, onde som encenadas também algunhas obras portuguesas e brasileiras, aínda que a presenza lusa nos palcos da Galiza é, contudo, escassa quanto a compañías teatrais, apesar de que “os chamamentos a que a Mostra [de Ribadavia] acollese grupos portugueses viñan reiterándose, por parte da crítica daquel país, xa desde a [sua] terceira edición” (López Silva e Vilavedra 2002: 75, que referem o *Jornal de Noticias* de 23/03/1975)³²⁹. Esta presenza portuguesa nas Mostras galegas leva à discussom da possibilidade de incluir sob a epígrafe de “teatro galego” os grupos procedentes de Portugal tanto nas Mostras teatrais de Ribadavia que organizava a Asociación Cultural Abrente como nas Xornadas-Mostras desenvolvidas em Vigo, em cuja terceira edición em 1977 participa a portuguesa “Cooperativa de Comediantes” (*Teima* 30, 7-10 Junho 1977: 33; itálicos nossos):

Logo da de Ribadavia, a Mostra de Vigo [Terceira mostra de teatro galego, 1-10 Julho 1977] é a concentración mais significativa do que se está a facer no noso teatro. [...] Hai dúas novidades importantes. A presenza do grupo portugués «Cooperativa de Comediantes», compre interpretala como un *vencellamento estreito entre as dúas culturas irmás*, xa que os

que abría enormes posibilidades canto a novas estéticas e linguaxes valentes. Os coloquios, escenarios das maiores diatribas, resultaban practicamente obrigatorios tras as funcións”. Repare-se em que a “primeira clausula das bases da Mostra [de Ribadavia de 1977] [...] indicaba que poderían participar «todos aqueles que estén traballando e se comprometan publicamente a facelo, por un teatro popular i exclusivamente en idioma galego»” (López Silva e Vilavedra 2002: 62).

328“Neste debate, [...], debe ser contextualizada a organización dunha Mostra Paralela de teatro galego en Vigo” (*ibidem*). “Logo da Mostra de Ribadavia, as Xornadas-Mostra de Teatro de Vigo son o acontecemento teatral máis importante de Galicia, tódolos anos [...] os organizadores (os grupos vigueses «A farándula», «Cope», «Bombarda», «Escoitade», «Saudade», «Queizán» e «Máscara 16») traballan estes días nos posíbeis programas cun presuposto estimativo inicial de 1.750.000 pts” (“Teatro galego. Mostra e xornadas en Vigo”, *Teima* 18, 14-21 Abril 1977: 32).

329“O «Entremés [famoso sobre a pesca no río Miño]» [escrito por Gabriel Feijoo Araujo] era un espectáculo que o grupo xa movera por Galicia e mesmo por Portugal, convidado o Teatro Circo polo grupo Seiva Trupe. No país veciño, a montaxe acada a atención crítica e eloxios da man de Alves Costa (desde entón convidado á Mostra [de Teatro Galego de Ribadavia] en calidade de crítico), quen nas páxinas do *Jornal de Noticias* (6-IV-1974) destacaba no espectáculo o sentido do ritmo, o emprego expresivo e rico da mímica e a importancia da música, composta *ad hoc* por Miro [Casavella]” (López Silva e Vilavedra 2002: 46; vejam-se também as referências de Xabier Fábregas ao Teatro Circo em *Destino* 01/06/1974). Nas Mostras de Ribadavia som representadas “A barca do inferno” de Gil Vicente (cujas versom galega foi editada por Castrelos em 1970 e 1975) e “Morte e vida Severina” do brasileiro João Cabral de Melo Neto (ambas por Ditea, em 1974 e 1975; a última também por Artello em 1978); na referida III Mostra de Vigo o crítico Víctor F. Freixanes destaca em *Teima* (nº32, 21-28 Julho 1977: 30) “A presenza da «Cooperativa de Comediantes Rafael de Oliveira», que presentou «Historia de Grades» de Oswald Dragun (premio Casa das Américas [em 1962 e 1966]), [e que] foi se cadra o mais interesante desta III Mostra de Teatro Galego en Vigo [...]”.

organizadores tiñan sempre a posibilidade de meter ós portugueses nas xornadas de teatro que se celebrarán logo no vran, e ás que veñen representantes dos diferentes pobos e culturas da península. *Parécenos isto un feito definitorio, anque poida tamén ser discutible*. A outra novidade é este ano a descentralización da Mostra, que a levan polos bairros vigueses, e non somentes no Auditorio da Caixa de Aforros.

Veja-se também o dito neste sentido por Inma López Silva e Dolores Vilavedra (2002: 75) para a VI Mostra de Teatro que tivo lugar em Ribadavia em 1978:

A presenza como convidados de varios críticos portugueses fixo que se valorasen tamén distintas modalidades de colaboración con Portugal, que pasaban ben por abrir a Mostra a participación de grupos lusos, o que impliaría entender a etiqueta «Mostra de Teatro galego» nun senso lingüisticamente amplo, ben por aterse ó senso xeográfico limitándoa a grupos galegos, coa esporádica presenza dalgún portugués en calidade de convidado. Finalmente, optouse por esta segunda posibilidade, ¿quizais por temor á competencia dun teatro de máis calidade?

Seja qual for a resposta à pergunta colocada por estas investigadoras, e o grau de identidade lingüística reconhecido ou proposto pola organizaçom destes eventos teatrais, a verdade é que o campo teatral português funciona como referente de emulaçom no espaço dramático galego nom apenas pola actualizaçom de repertórios caros aos agentes da resistêcia realizada polos seus homólogos portugueses e pola alegada (e variável) relaçom de irmandade lingüística e cultural entre os territórios de aquém e além Minho, mas também porque a crítica dramática galega encontra no sistema português um exemplo do que poderia ser o teatro na Galiza se contasse com o apoio institucional negado pelas instituicons culturais oficiais, persuadidas segundo esta parte da crítica de que “O teatro independente (loxicamente rupturista, de vangarda ética e estética, expresiva e ideolóxica) non interesa. Se ese teatro se produce, ademáis, como manifestación dunha cultura marxizada, colonizada, que loita por saír adiante e ser ela mesma... aínda interesa menos”³³⁰.

³³⁰Tinha dito X[osé].M[anteiga]. em “Teatro. Vivir da esmola e resistindo” (*Teima* 22, 12-19 Maio 1977: 32-33, pág. 33). Quanto à “presencia do grupo portugués [«Cooperativa de Comediantes Rafael de Oliveira»] na [III] mostra galega [de Vigo,] haina que explicar como unha definición, por parte dos organizadores, do vencello entre as dúas culturas irmás e veu mostra-las grandes *posibilidades de comunicaci3n e intercámbeo de experiencias que pode haber nun futuro mais aberto*. Os portugueses son, entre nós, pesie ás propagandas oficialistas, os grandes descoñecidos. [...] O grupo portugués viña subvencionado polo seu Estado. Eiquí, os grupos de teatro galego, non reciben unha cadela da administración de Madrid, da Subsecretaría de Teatro que, con todo, subvenciona a outros [...]. ¿Cómo se vai entender unha axeitada política cultural en Galicia nos próximos tempos? ¿Qué pode dar de si esa autonomía que din que vai vir? Co exemplo portugués diante e entendendo que a nosa cultura ten dereito histórico a esixir xa unhas atencións e axudas que poñan a andar unha institucións propias e eficaces, o noso teatro pide unha política propia tamén” (Víctor F. Freixanes: “III Mostra de Teatro Galego en Vigo. Compre dar un paso adiante”, *Teima* 32, 21-28 Julho 1977: 30 e 31; itálicos nossos).

Encontramos essa mesma referencialidade com fundo político no campo cinematográfico, onde os agentes da esquerda agrupados nas associações culturais “promovem a criação do movimento cineclubista e a organização de festivais como o de Ourense, destacando figuras como a de Carlos Velo (militante da UPG e exilado) e sobretudo a referência do Cinema Novo e socialmente comprometido do realizador brasileiro Glauber Rocha” (Samartim 2004: 9-10). Exemplificamos esta afirmação com o “I Ciclo «Cinema Novo»” programado em Março de 1977 pelo Cine Club Carballiño, promovido por Miguel Anxo Fernández (1994), não apenas porque aqui são projectados três filmes dos realizadores brasileiros Walter Lima Jr., Glauber Rocha e Nelson Pereira dos Santos, envolvidos neste movimento cinematográfico envolvido na luta contra o atraso das sociedades latino-americanas, mas também porque na breve resenha incluída na Memória do Cine Club Carballiño em que é apresentado ao público o Cinema Novo brasileiro encontramos com a “adaptação/ tradução” de textos escritos originalmente em português (neste caso do Brasil) para o galego, facto que nos permite dar uma explicação a uma situação que acontece de maneira geral no espaço cultural menos formalizado³³¹.

Em geral, entendemos que nesta prática de **adaptação/ tradução de materiais portugueses** ou brasileiros para galego intervinem vários factores. Em primeiro lugar, quando se trata de textos escritos (como neste caso), a falta de *competência* técnica nos padrões português e brasileiro da imensa maioria dos agentes que actuam no SLG (fora os conhecimentos filológicos de uma parte do alunado e do professorado que está ou esteve na Faculdade de Filosofia e Letras da USC), já que o estudo do português está afastado da docência formal e informal na Galiza. A isto deveremos somar o escasso contacto que o conjunto da cidadania da Galiza tem com o intersistema cultural luso-brasileiro, especialmente acentuado no caso de produtos próprios da cultura industrial (livro, filmes, discos) por causa da *inexistência de qualquer circuito de distribuição estável* ou regado de bens materiais (e simbólicos) que opere entre os mercados demarcados pelas estruturas administrativas dos Estados Espanhol e Português (cujo sistema cultural não é raro que actue como mediador entre o brasileiro e outros sistemas peninsulares).

³³¹No exemplo que não ocupa isto acontece com os títulos de alguns filmes: “O gran intre” (“O grande momento”, Roberto Santos 1958), “Río, 40 grados” (“Rio, 40 graus”, Nelson Pereira dos Santos 1955), “Os herdeiros” (“Os herdeiros”, Carlos Diegues 1969) e “Doces cazadores” (“Ternos Caçadores”, Ruy Guerra 1969); mantêm-se no original títulos que se correspondem com realidades tipicamente brasileiras como “O cangaceiro” (Lima Barreto 1953) e “Barravento” (Glauber Rocha 1962) e parecem corresponder-se com gralhas no texto “Os Cafajestes” (“Os Cafajestes”, Ruy Guerra 1962) e “Antonio das Mortes” ([sic] “Antônio das Mortes”, Glauber Rocha 1968). Apontamos ainda que, segundo indicação dos autores, a informação para elaborar a resenha foi tirada de três obras escritas em castelhano, e cujos títulos são também traduzidos para galego: Caparrós Lera (1976), Jeanne e Ford (1974) e Gubern (1973: 123).

Em segundo lugar, em estreita relação com o ponto anterior, o contacto galego-português produz-se mormente por mediação do sistema espanhol; repare-se como, no exemplo proposto, os materiais consultados para elaborar a informação sobre o Cinema Novo estão editados no sistema espanhol e são distribuídos e acessíveis na Galiza apenas em castelhano. Isto faz com que o galego seja aos efeitos do seu relacionamento intersistémico um *sistema mediado* pelo espanhol, o que acontece para o caso luso-brasileiro (como para as transferências de qualquer outro sistema localizado fora das margens do Estado) ainda em maior medida que o apontado acima para o relacionamento com os sistemas catalão e basco (para o conceito e a função da transferência, e da interferência [que será referido abaixo], *vid* Even-Zohar 2005). Produz-se, então, um duplo processo de tradução no qual, partindo do caso em foco, a uma primeira tradução de brasileiro para castelhano (“O grande momento” → “El gran momento”; “Ternos Caçadores” → “Dulces cazadores”; etc.) segue um segundo momento em que se produz a tradução de castelhano para galego (“El gran momento” → “O gran intre”; “Dulces cazadores” → “Doces cazadores”; etc.); para além de esta retradução ser feita em ausência do sistema fonte (que compartilha elementos repertoriais constituintes com o sistema meta, e em maior medida e referenciados de diferente maneira do que com o sistema que funciona como mediador), activam-se neste segundo processo fenómenos nem sempre conscientes (nem unidireccionais) como os que apontamos para o exemplo que nos ocupa:

1) a procura do afastamento e a distinção a respeito do sistema que funciona como referente de oposição leva a não aceitar como próprios elementos repertoriais coincidentes com ele (materiais, normas, modelos) e a os substituir por outros que chegam maior genuinidade aos olhos dos participantes no sistema e de acordo com os seus programas e objectivos (“momento” → “intre”...);

2) os interesses, as estratégias e, em último termo, os programas dos grupos que efectuem a transferência fazem que seja atribuído valor (modelar, regulamentar...) a determinados materiais e elementos repertoriais em prejuízo de outros (o massivo é considerado popular e preferível, e o minoritário é julgado elitista e rejeitável, por exemplo); isto pode minorar a consciência do grau ou do tipo de interferência do outro sistema em concorrência (para o caso galego, o espanhol) e fazer que os elementos do sistema próprio sejam articulados e configurados como um *desvio* operado sobre o referente de oposição (herederos → *herdeiros, graus → *grados, etc.). Isto não só acrescenta o impacto do que em sociolinguística se chama *malentendido cultural*, que ocorre quando duas pessoas falam a mesma língua mas esta é codificada desde modelos culturais diferentes

(o “terno” brasileiro nom é bem o “doce” galego, que tem em “terno/ tenro” a forma equivalente), mas também, nomeadamente, coloca a questom no âmbito da paródia carnavalesca bakhtiniana; isto é, fai que nos encontremos com umha estrutura de signos (agora lingüísticos) que é elaborada em relação com, em função de ou em oposição a outra estrutura identificada com a cultura oficial que pretende ser transgredida (aqui com as mesmas normas e materiais e, portanto, sem sucesso) (Figueroa 1988: 72; itálicos no original):

A transgresión carnavalesca haina que entender como transgresión dunha lei e duns códigos que ó mesmo tempo *instaura outra lei*, mellor dito *une loi autre*, unha lei totalmente distinta da oficial. A transgresión non é unha pura negatividade, senón, ó mesmo tempo, a instauración dunha orde diferente. De non ser así, inscribiríase no eido da lei oficial, que tamén prevé a súa transgresión momentánea; a transgresión carnavalesca sería unha simple parodia consolidadora da lei oficial, e poir isso mesmo prevista e permitida³³².

Por último, e nom por isso menos importante, nom podemos negligenciar o conhecimento e o acceso ao sistema fonte (aqui brasileiro) que eventualmente podem ter os agentes responsáveis pola transferéncia, já que em muitos casos o contacto é directo (por exemplo através da oralidade), o conhecimento suficiente e nom existe qualquer mediação (como acontece, por exemplo, na transcrição de entrevistas na imprensa). Julgamos que quando se derem estas circunstâncias, às questons apontadas acima será necessário acrescentar o carácter secundário atribuído à estandardização neste espaço cultural, onde é considerada umha questom técnica, elitista e de menor transcendência que a extensom do uso do galego em que están empenhados estes grupos; este objectivo, por seu lado, enlaça com o desejo de aceder às maiorias sociais através de campos em que a oralidade tem mais presença que a palavra escrita³³³.

Além desta minoração da elaboração lingüística e conseguinte valorização da oralidade,

332Tal como aponta o professor Torres Feijó (2000: 971n), “o perigo aqui é, pois, o de situar-se como subalterno, sem o pretender”; e ainda, em relação ao caso galego, indica o director do grupo Galabra que “a subalternidade é percebida como tanto maior quanto mais próximo o código utilizado esteja do espanhol, que é o seu RO [Referente de Oposição], e tanto na escrita como na leitura. Conseqüentemente do código utilizado pode inferir-se, juntamente com outros elementos, o grau de independência que é proposto para o sistema” (Torres Feijó 2000: 976n) . O mesmo investigador (Torres Feijó 2004) chama a atenção em relação com isto para como, desde os anos setenta, “de maneira dominante, por parte do poder, foi incutindo-se a ideia do que é galego e do que é português, onde para a primeira esfera se assumem como próprios materiais, normas e modelos espanhóis e polo contrário som rejeitados materiais, normas e modelos galego-portugueses como apenas pertencentes a este último elemento do par”.

333No pólo da resistência é especialmente activa a ideia de que “o fundamental é saber falar, o esquirbir e ler adeprenderase moi doadamente e máis que nada é cousa de costume” (Moendo 1, 1978: 7). Quanto à minorização da estandardização “repare-se em que a baixa consideração pelas questons normativas tem apoio político em que, para Rodríguez (1976: 15), a língua acusa as relações de classe na «gramática normativa, cáseque sempre condicionada polo poder político e pola fala, xa que logo, das crases dominantes» [que, digamo-lo de passagem, na Galiza da altura están instaladas de maneira praticamente unánime no castelhano]” (Samartim 2004: 14).

quando se derem as circunstâncias referidas deverá ser também levado em conta, sobretudo, que a individuação do galego a respeito tanto do castelhano como do português e o brasileiro contemplada no programa de vários grupos activos neste espaço (com as ambiguidades conhecidas quanto a critérios seguidos, materiais envolvidos e resultados esperados do processo de elaboração lingüística [para além do próximo capítulo, veja-se Samartim 2004a e 2005]) nom exclui vínculos mais ou menos estreitos no interior da tríade galego-português-brasileiro; ou, por outras palavras, que a plasmação da autonomia normativa do galego a respeito do português/ brasileiro, nom significa necessariamente que a unidade lingüística galego-portuguesa esteja excluída do programa do grupo que actua dessa maneira (repare-se, neste sentido, na utilidade do conceito de *déficit* projectivo já referido nestas páginas).

Fora isto, o cinema funciona neste espaço associativo como um instrumento de reforço e extensom maciça da identidade social e nacional, de coesom grupal e adoutrinamento dum público que se quer massivo nuns valores políticos identificados como nacional-populares e, neste sentido, é considerado explicitamente um elemento apropriado para a resistência ao “aparato” cultural do Estado³³⁴. Assim sendo, nom só o referido Cinema Novo brasileiro é julgado útil para os objectivos dos agentes que promovem a sua circulação na Galiza (igual que acontece no resto do Estado), senom que também a cinematografia portuguesa realizada umha vez derrubado o salazarismo, juntamente com as experiências dos outros “cines nacionais” do Estado Espanhol veiculam respertórios considerados ajeitados para os fins dos agentes da esquerda que actuan em associaçoms como a Auriense, responsável pola organizaçom das Xornadas do Cine en Ourense através de Lois Pousa e Xosé Paz.

Ora, ao contrário do que acontece com os sistemas político-culturais identificados por estes agentes do nacionalismo de esquerdas para o caso do Estado Espanhol (Catalunha, Euskádi,

334“Os chamados «cines nacionais» -Ourense, 76- foron reivindicados por vez primeira no Estado nas conversas das «IV Xornadas»: os que conciben o fenómeno cinematográfico como instrumento de loita ideolóxica das classes explotadas das distintas nacionalidades do Estado Español. Deste xeito concretábase dende unha realidade plurinacional socio-política o feito do cine [...] nun contexto definido dentro do [...] «cine alternativo»: o que propón un cambio frente á ideoloxía dominante. [...] Os pobos con persoa propia urxen canles de comunicación independentes de cara a súa propia liberación. O cine, [...], é imprescindible na carreira das conquistas populares. Polo mesmo, nas «xornadas» deste ano ensaióuse a maneira de facer converxer cada ano este cine, porque as loitas son as mesmas e porque a linguaxe expresiva delas terá que acoller significacións paralelas e semellantes. Nesta loita de expresión [...] inclúese a consecución dunha infraestrutura propia de cada cine nacional e artelladas todas elas pra realmente chegaren a representar unha forza cinematográfica paralela á que monopolizadamente presenta o chamado «cine de aparato».

Trátase sem máis rodeos dun cine militante, que lle dea canle ós feitos e situacións dende per[s]pectivas de loita de clases, nun contexto de liberación nacional-popular, e sen estar suxeito á disciplina de ningún partido” (Lois Pousa: “V Xornadas do Cine en Ourense. Os cines nacionais, porta aberta”, *Teima* 21, 5-12 Maio 1977: 32). Ou ainda, “o País galego necesita da imaxe pra algún día non lonxano topar co seu propio destino” ([Álvarez] Pousa 1977a).

Canárias e Madrid [metonímia por “Castilla”]; aos quais haveria que acrescentar Galiza e Portugal; de acordo com os “cinemas nacionais” identificados por Pousa em *Teima* 21, 1977: 32), o sistema portuguêz achega aos agentes que actuam no incipiente campo cinematográfico galego um valor acrescentado, a possibilidade de alargar o mercado do cinema galego em virtude das “coincidencias idiomáticas” galego-portuguesas (“V Xornadas do Cine en Ourense. Os cines nacionais, porta aberta”, *Teima* 21, 5-12 Maio 1977: 32):

As «Xornadas do cine en Ourense» acolleron dende a súa cuarta edición o cine das nacionalidades. O que naquela ocasión foi unha mostra desordenada, este ano [1977] concretouse nunha programación pensada pra dar noticia do que se nixo [sic, fixo] durante os últimos meses en Catalunya, Euskadi, Canarias e naturalmente Galicia (TEIMA, nº 20), incluíndo películas de interés especial de Castilla e unha mostra do «cine portuguêz» que terá pra anos vindeiros un lugar importante nas «Xornadas», porque [sic] *coas súas coincidencias idiomáticas o veciño país pode ser un vieiro natural prá distribución do noso cine*. E nisto están os organizadores de Ourense.

Como vemos, a expectativa de criaçom dum mercado alargado em virtude da estreita relación lingüística galego-portuguesa que alegam todos os grupos participantes no SCG (seja esta qualificada como de identidade, coincidência, comunidade, irmandade, proximidade...) nom se reduce apenas ao campo literário (lembre-se o dito neste sentido na epígrafe 3.2.2.2. deste trabalho) mas também alcança outros campos de produçom cultural, como o dramático, o cinematográfico e (veremo-lo adiante) o musical, promovidos especialmente polos grupos da esquerda através das associaçoms culturais em que participam. De facto, tal como verificámos em Samartim 2003, esta ideia das potencialidades da língua da Galiza para introducir umha variada gama de produtos no mercado cultural internacional com base na relação lingüística galego-portuguesa está assente no SCG já em inícios de setenta e é funcional e mais produtivo, sobretudo, no campo musical e no cinematográfico. Lembrem-se, para o caso do primeiro, as afirmaçoms do sociólogo Baldomero Cores Trasmonte na sua “Sociología de la Nova Canción Galega”, publicada nos números 35-38 da revista madrilenha *Chan* em 1971 (nº 37, 1971: 10; carregado no original):

el gallego [...] había sido ya un medio de la cultura de masas en su variante portuguesa o brasileña, y concretamente había alcanzado en **A Bossa nova** y **O Samba** una enorme popularidad. [...] Entre los idiomas peninsulares, a la vista de su posible impacto en el Brasil y su área de influencia, el gallego puede convertirse fácilmente en el primero o el segundo idioma hispánico de la canción ligera.

Porém, a ideia do alargamento de mercados, especialmente sentida em referência ao espaço aberto pola música brasileira, deve enfrentar mais unha vez os numerosos e variados défices que arrasta o conxunto do SCG e que tamén se fan sentir no campo musical, onde a extensión da norma sistémica acompaña a función política e descolonizadora atribuída ao conxunto das realizacións culturais pola mocidade da esquerda, empenhada, aquí, na revalorización da tradición popular e na reapropiación do folclore para o nacionalismo galego, em tanto que esta manifestación cultural estaba desprestigiada no pólo galeguista porque identificada com o franquismo. Em síntese esclarecedora de X. Sarceda Castro (1976: 32):

Namentres nas «democracias occidentais» foi o movemento xurdido da música Rock o que acompañou á ruptura xeracional e levou ás súas xentes posturas de «rebelión» e á adopción de actitudes políticas de esquerdas, e aquí foi a música popular das mans dos «guitarreiros», a que acompañou á concientización da xente. Hai unha explicación. [...] a nosa economía era demasiado precaria coma pra poder mercar bos instrumentos electrónicos e os nosos mozos descoñecían, cáseque por completo, os estudos musicais. O máis doado era coller unha guitarra e aprender dous ou tres acordes. Abondaba, naquel intre, pra comunicármolos os nosos problemas.

Por todo isto en Galicia o revolucionario vai se-la canción popular. O Rock mesmo chegaría a ser considerado coma elemento «Cocacolanizador», e polo tanto non valedeiro pra un país onde a «situación de colonización» era palpábel. Ollamos arreo unha revalorización do folclore tradicional, mais a carón dun proceso de renovación que o sitúa, actualizándoo, na sensibilidade do noso tempo.

Ora, esta renovación do folclore nom tem a ver com a recuperación etnográfica mas com unha modernización repertorial já experimentada polos cantores ligados à esquerda portuguesa que, como Luís Cilia, Vitorino e, sobretudo, José Afonso, que nom só funcionan como modelos dos jovens músicos galegos em virtude de actualizarem repertórios comuns galego-portugueses, mas fundamentalmente por compartilharem o desejo de renovación dos repertórios musicais com base na tradición popular(izada) e o compromiso político dos seus parceiros da Galiza³³⁵. Assim, o

³³⁵Já dixemos em trabalhos anteriores (Samartim 2004: 9) que a música em galego “experimenta um importante impulso na Galiza dos anos setenta graças à homologia com a canção protesto que se estende por todo o Estado nessa altura, mas também por causa da influência de cantores portugueses como Luís Cilia ou José Afonso, que introduzem novos modelos culturais produtivos até o momento non experimentados na Nova Canção Galega (por exemplo, unha nova visom do folclore até entom desprestigiado porque identificado com o franquismo)”. Por outro lado, esse carácter modelar dos cantores portugueses nem sempre traz consigo mimetismo (ou pericia técnica...) da parte galega; assim, na recensom do disco “Estamos chegando ao mar” do cantor Bibiano, Ramón G. Balado afirma que unha parte da crítica tem notado unha “lembanza ao José Afonso, a comparanza ten moito de arriscada, José Afonso é de xeito enxebre a mais non poder, Bibiano conta nos seus arranxos cos instrumentos d’hoxe, eletrónica en abondo, non pretendo decir co Zeca Afonso non os utilice, pero en nada semellan o que Bibiano fai no seu disco,

relacionamento entre agentes dum e doutro lado do Minho efectiviza-se na emulação dos cantores portugueses e também nos contactos pessoais, nas colaboraçõs e na presença de cantores galegos e portugueses em ambas as margens da fronteira que separa politicamente os Estados Espanhol e Português nas terras da Galiza mas que, a julgar polas declaraçõs de agentes lusos como os citados José Afonso ou Luís Cilia, nom consegue anular a afinidade existente entre os sistemas culturais galego e português, em virtude de ambos compartilharem importantes elementos constituintes (principalmente, que nom unicamente, a língua)³³⁶.

Este tipo de vinculaçom e o relacionamento galego-português no campo musical están expressos claramente, por exemplo, nas entrevistas que a revista *Teima* (nº 1 e 18) dedica aos cantores portugueses citados, transcritas no estándar proposto polo ILG (a instituiçom responsábel da correcçom lingüística da publicaçom através de dous dos seus agentes mais activos, Rosario Álvarez e Francisco Fernández Rei [vejam-se acima as reflexõs sobre o processo de adaptaçom/traduçom de materiais portugueses no SLG]). Nestas entrevistas constam as referidas homologias políticas e provas do relacionamento pessoal e musical entre agentes galegos e portugueses (como o de Benedicto com José Afonso, também próximo do poeta da UPG Manuel María [Gómez Torres 2001], ou o de Moscoso e Miro Casabella com Cilia)³³⁷; mas também som referidos outros elementos que sustentam umha determinada ideia sobre a funçom da arte que é compartilhada por agentes de ambos os sistemas, seja esta a “importancia da actividade dos grupos teatraís e cinematográficos, feitos por e prós traballadores, levando á pantalla ou ó escenario os seus problemas reais” (Afonso em *Teima* 1, 1976: 21), seja o “compromiso como vehículo de movilizaci3n de masas, pro ó mesmo tempo como expresi3n dun individuo ou dunha comunidade, como compromiso estético, formal” (Cilia em *Teima* 18, 1977: 32).

poiderase pretender ao mellor de semellanza nas armonías e certos xogos de voces que poderan lembrar un no outro, dende logo *Galicia ten moito que ver con Portugal no folklore*” (*Teima* 4, 6-13 Janeiro 1977: 33).

336 José Afonso afirma em entrevista a Xosé Maria Palmeiro realizada por ocasiom da gira realizada com Vitorino por terras galegas em finais de 1976 que a Galiza “non é, nunca o foi, territorio estranxeiro. E como estar en familia. Existe unha sensibilidade moi pr3xima á nosa, unha receptividade moi grande pr3s problemas de Portugal e as nosas actuaci3ns. [...]. Logo está a afinidade da lingua e da cultura, o atopar dalgún xeito as nosas orixes” (“José Afonso e Vitorino: O compromiso da man da canci3n. «O noso traballo ten de proseguir nunha liña antifascista»”, *Teima* 1, 16-23 Dezembro, 1976: 21). Na mesma direçom, Luís Cilia insiste nesta mesma ideia de nom estranhamento galego-português, apesar de julgar escassos os contactos, quando sustém que “Existe de certo un gran descoñecemento entre os dous pobos irmáns: Galicia e Portugal, pro eu endexamáis me teño sentido estranxeiro en Galicia, cousa que sí me pasa noutras partes do Estado Español” (“Conversa con Luís Cilia. «A política non xustifica un cantante»”, *Teima* 18, 14-21 Abril 1977: 32).

337 “Era a fase de transici3n do salazarismo ó caetanismo e recordo que Benedicto colabor3u connosco moi asiduamente” (José Afonso em *Teima* 1, 1976: 20). Por seu lado Luís Cilia informa que “Nos anos 67 e 68 coñecín ós primeiros cantantes galegos que andaban á procura dunha nova canci3n pra Galicia, dunha nova voz prá súa terra dende posici3ns progresistas: a Moscoso e a Miro Casabella principalmente. Mantiven con eles un vencello importante e, ó traveso deles, coa canci3n e os movementos sociáis que estaban a xurdir neste país voso. Dende aquela endexamáis me sentín desvencellado” (*Teima* 18, 1977: 32).

Em síntese, vemos como em todos os grupos que se movem nos pólos da oficialidade e a resiliência, as práticas e os discursos sobre os tipos de relacionamento proposto entre o SLG e os outros sistemas localizados no espaço público delimitado pelo Estado Espanhol (o SLE, o sistema literário em catalán e, com menor intensidade na relação, o sistema basco) evidenciam que o quadro político-administrativo do Estado delimita um determinado espaço de possibilidades e modos de funcionamento, um quadro de relações em que organizar a convivência dos vários sistemas literários em causa. Estes sistemas são individualizados em função da língua que veiculam e a sua extensão é restringida ao território das comunidades respectivas no caso das línguas diferentes do castelhano e alargada (cultural e juridicamente) ao conjunto da cidadania e dos territórios do Estado para o castelhano (assim trocado em espanhol).

O SLG (igual que os outros sistemas literários diferentes do castelhano e em paralelo com a estrutura proposta para a organização política do Estado) gozaria de autonomia relativa (em grau não explicitado) e conformaria com os restantes um intersistema dito espanhol (ou, de maneira mais alargada, hispânico) em que o castelhano funcionaria como língua geral de comunicação e relação entre os vários sistemas periféricos em foco. A exclusão de Portugal, e o relacionamento em chave política, são as principais diferenças entre os grupos de esquerda que se movem no espaço cultural mais resiliente (com o PCG como grupo com maior impacto) e os herdeiros do galeguismo do pré-guerra civil que, encabeçados por Galaxia, trabalham para manter a sua posição relativamente central no SLG implementando estratégias que passam fundamentalmente pela adaptação ao quadro jurídico-político definido pelas forças que comandam a transição para o futuro Estado Autónimo (mas afastados da exposição pública no campo político) e que defendem a função da Galiza com elemento privilegiado na relação entre Portugal e os sistemas peninsulares englobados no aparato administrativo do Estado Espanhol (em virtude das relações linguístico-culturais que unem, com intensidade diferente segundo os grupos em causa, a Galiza e a Lusofonia).

Por seu lado, para os grupos localizados no pólo da resistência e organizados em volta de partidos políticos de esquerda nacionalista (onde destaca pela sua capacidade de organização e influência no SLG a UPG), o tipo, o modo, a frequência e os espaços do relacionamento com os outros sistemas peninsulares estão em função tanto dos programas e práticas políticas concretas (especificamente linguísticas para o caso do rejeitamento do SLE) como do tipo e do grau de vinculação com forças homólogas de âmbito peninsular (com maior intensidade para as de

Catalunha e Euskádi, em virtude de compartilharem com a Galiza a mesma estrutura do Estado que está a ser impugnado por estas organizações desde a periferia do sistema político). Produze-se também, no espaço associativo que estes grupos animam, transferências para os campos teatral, cinematográfico e musical de produtos e repertórios doutros sistemas ibéricos, sobretudo portugueses, cujo sistema é focado como um lugar preferente para onde alargar o mercado de trocas culturais em virtude da familiaridade lingüístico-cultural, precisamente na altura em que aumenta consideravelmente tanto a referencialidade do sistema luso na Galiza, como a presença galega veiculada pela UPG no Portugal pós-revolucionário.

Em geral, em ambos os espaços, os défices detectados no sistema som referidos por contraste com a situação (de maior avanço no processo de autonomização e institucionalização) em que se encontram outros sistemas peninsulares, com especial destaque para a função de reforço dos sistemas catalão e português; este último oferece, como vimos, a potencialidade de servir para o alargamento dos mercados de um variado leque de produtos culturais (aqui estudado para os literários, dramáticos, cinematográficos e musicais) em virtude de compartilhar com o SLG elementos identitários determinantes para a configuração do SLG (como a língua ou, tal como visto para o campo musical, o folclore). Esta relação lingüístico-cultural não é praticamente funcional no campo político (veja-se o dito para a UPG) e tampouco é contemplada explicitamente nas estratégias, nas práticas e nos planos ditos normalizadores dos grupos mais institucionalizados ou com maior grau de organização interna (representados respectivamente por Galaxia e a UPG nos pólos da resiliência e a resistência), grupos estes que possuem, portanto, a maior capacidade de influenciar o funcionamento e a deriva do processo de construção dum SLG que tem na língua galega o principal elemento identitário diferencial a respeito de *todos* os outros sistemas peninsulares (também do português), e cujos agentes empenham as suas energias na introdução deste material etno-identitário em campos sociais diferentes do literário.

Enfim, em função da centralidade atribuída à língua no conjunto do sistema, as margens do SLG a respeito do SLE serão em maior grau difusas naqueles espaços em que esteja contemplada (prática ou programaticamente) a presença da norma sistémica do referente de oposição no mesmo espaço social que ocupa o sistema próprio (com menor extensão, intensão, institucionalização e naturalização). O consentimento e a adaptabilidade ao quadro jurídico-político mantidos pelos grupos que se movem nos pólos da oficialidade e a resiliência nesta altura³³⁸

338Cabana Iglesias (2009) explicou mecanismo similares na altura de abordar o consentimento com a dominação e as condutas adaptativas na Galiza rural entre 1936 e 1960.

contrastam com as estratégias de resistência político-cultural e a defesa da extensão da língua da Galiza como norma sistémica, da sua presença e uso com carácter exclusivo no SCG, tal como postula a mocidade da esquerda marxista e nacionalista galega nesta altura; estes grupos políticos, chefiados pela UPG desde a posição mais próxima do pólo da resistência sistémica, expulsam da rede relacional que chamamos SLG qualquer elemento em que não reconhecem *identidade galega* tal como está a ser configurada neste espaço (constituída, no básico, pela combinação de língua galega e de compromisso anticolonial, entendido como de defesa e contraste com o referente de oposição identificado com o castelhano/ espanhol).

5. CRITÉRIOS DELIMITADORES E HIERARQUIZADORES NO SLG (1974-1978)

Em capítulos anteriores foi sintetizado o conhecimento pré-existente sobre o funcionamento do SLG entre o franquismo e a transição e analisado o processo por meio do qual esse conhecimento foi construído (referindo ferramentas e procedimentos de abordagem e legitimação, critérios, grupos e interesses envolvidos). Na altura, foram apontados já os avanços que para este conhecimento significam os resultados dos projectos Poluliga/ Fisempoga e foram indicados não apenas os principais défices que enfrenta o SLG entre 1974-1978 (nomeadamente no momento de sintetizarmos o processo de elaboração lingüística e de analisarmos essa questão no campo editorial de 1968-1978), mas também foram apresentadas as ferramentas procedimentais e teórico-metodológicas que resultam dos trabalhos desta equipa do grupo Galabra da USC, em que se referencia esta tese de doutoramento, e que permitem, como julgamos foi verificado, a abordagem dum sistema literário deficitário num período de mudança política (como é o caso do galego no lapso focado neste trabalho). Precisamente, por meio destas ferramentas foram seleccionados, agrupados e caracterizados os agentes que participam entre 1974 e 1978 neste sistema literário periférico da Europa ocidental, um sistema que foi analisado tanto quanto à sua estrutura institucional como ao seu funcionamento, distribuição geográfica, evolução e relações internas e externas.

Neste último capítulo, pretendemos analisar as normas básicas que regem neste sistema literário no período delimitado nesta investigação e o seu nível de aceitação e aplicação nos vários espaços institucionais estabelecidos previamente. Neste sentido, as páginas que seguem recolhem, sintetizam e também desenvolvem várias informações ao respeito já referidas ao longo deste estudo (especialmente em 4.4.) e, mais em concreto, espelham o procedimento de abordagem empregado na epígrafe 3.1.1. (parcialmente divulgada já em Samartim 2009b), tomando como ponto de partida os conhecimentos aí estabelecidos sobre as questões que agora nos ocupam.

Referiremo-nos aqui, nomeadamente, em primeiro lugar à apontada precariedade no conjunto do SLG de 1974 a 1978 do critério lingüístico (postulado como *critério filológico* por Carballo Calero em 1963 e assim denominado pela crítica galega desde então; veja-se o dito na epígrafe 3.1.1. deste trabalho e em Torres Feijó 2002). Esta consideração da língua galega como (única) norma sistémica é sustentada, em geral, pelas práticas e os programas dos grupos activos no pólo da resistência e polos discursos do conjunto do galeguismo mais resiliente em maior medida do

que nas práticas deste último e, sobretudo, do que nas tomadas de posição de alguns agentes virados para o pólo da oficialidade e que devem ser considerados, em todo o caso, nas margens tanto deste movimento como do SLG em virtude dos critérios já expostos neste trabalho de investigação. Em segundo lugar, trataremos da função atribuída ao denominado *critério identitário* no pólo institucional caracterizado pela resistência sistémica (onde destacam pela sua centralidade os discursos sobre a língua, a literatura e a cultura elaborados pela UPG), e também abordaremos alguns exemplos de oposição ou tentativas de superação deste critério derivado do ideário político anticolonial e resistente dos grupos que o sustentam.

Para atingirmos estes objectivos partimos dos mesmos critérios e levantamos informação sobre as mesmas tipologias de corpus referidas na altura de analisarmos o processo de canonização posterior ao período em foco nesta tese de doutoramento (monografias e trabalhos críticos, manuais, histórias da literatura, antologias, etc.; *vid* pp. 82-83). Chamamos a atenção agora, contudo, para o menor peso relativo dos livros de texto e doutros materiais dirigidos explicitamente para o ensino no corpus utilizado especificamente para este último apartado da nossa tese (redução justificada porque, como vimos, a língua e a literatura galegas ainda não estão plenamente incorporadas nesta altura ao sistema de ensino obrigatório) e acrescentamos à nómima dos materiais mais duas novas tipologias, os prólogos e os manifestos, em virtude da pertinência deste tipo de tomadas de posição para o estudo do processo de criação (ou alteração/ destruição) das normas e os valores que regem (ou devem reger, segundo grupos e programas) os campos sociais em foco, neste caso o literário (para a tipologia textual “manifesto” veja-se Sobrino Freire 2001, e para esta e a “antologia” Rábade Villar e Sobrino Freire 2003).

5.1. A Língua Galega como Norma Sistémica (instável)

Na nossa abordagem levamos em conta tanto as práticas lingüísticas dos diferentes grupos envolvidos no processo de construção do SLG entre o franquismo e a transição como os discursos que estes mesmos grupos veiculam quanto à sustentação ou impugnação do *critério filológico*. A este respeito, para o caso dos grupos localizados no **pólo da resistência**, sabemos já do monolingüismo em galego que propugnam e praticam os agentes que participam da identidade colectiva gerada fundamentalmente nos espaços político e associativo (promovidos e animados de maneira intensa pela UPG) em que se socializa preferentemente a mocidade da esquerda nacionalista galega.

Quanto às práticas monolingües neste espaço institucional, indicaremos apenas que todas

as publicacións promovidas desde as institucións localizadas no pólo da resistencia polos grupos que nele permanecen durante todo o período en foco (os adscritos ao nacionalismo galego) están redigidas integralmente na lingua da Galiza, que as editoras ligadas a estes grupos non participan do campo editorial en castelano e que os produtores a eles vinculados teñen o galego como lingua literaria exclusiva e implementan un modelo de lingua non fixado normativamente, mais caracterizado polo reforzo de algúns traços diferencialistas a respecto do seu antagonista (o castelano) e, sobretudo, polo desexo de identificación con as falas das clases populares. Tanto esta tipología lingüística como a defensa e reivindicación do **uso exclusivo da lingua galega** nas accións dos agentes activos no pólo da resistencia sistémica están sustentadas num discurso político anti-colonial que mantén a existencia dunha “relación crara entre o atraso económico, a colonización e a falta de normalización da lingua propia” (“Acraracións encol do problema da lingua galega”, *Rego* 1, 1974: 12).

Neste sentido, os quadros interpretativos em que o nacionalismo nucleado pola UPG sustenta o diagnóstico, o prognóstico e a motivación para a acción no campo lingüístico-cultural (também, portanto, no literario) están tomados de traballos que analizan desde o marxismo o proceso de descolonización em curso na altura em vários territórios do chamado *terceiro mundo* (conceito este proposto polo sociólogo Alfred Sauvy em “Trois mondes, une planète” [*L’Observateur* 14, 1952, nº118, pág. 14]), nomeadamente das edições em espanhol de Frantz Fanon (1963), do seu continuador Renate Zahar (1970) e de Albert Memmi (1972 e 1974 [2008]) (todos referidos explicitamente em *Rego* 1, 1974: 14).

Dentro dum quadro teórico que coloca a língua num lugar privilegiado entre os elementos que justificam a existência da comunidade nacional diferenciada e que legitimam a ação político-cultural conducente à sua descolonização, e sustentando, além do mais, a necessidade do reconhecimento legítimo em exclusiva para este elemento identitário como único meio de garantir a sobrevivência diferenciada da comunidade (pp. 168, 343, 369, 387...) ³³⁹, estes grupos elaboram um programa político baseado, também no plano lingüístico, no combate ao imperialismo e na

³³⁹“Os criterios que definen a unha nación como nación son o idioma, o territorio, a historia, a economía, todo isto é o que forma a cultura dun pobo, o que fai un grupo humano cunhas características diferenciadas. Galicia reúne estas condicións posto que ten un idioma de seu: o galego; ten un territorio concreto: a nosa terra; ten unha historia e economía características e constituimos unha comunidade de cultura diferente ó resto da península, somos polo tanto unha nación. [...] Os galegos non temos poder de decisión sobre os nosos recursos económicos, nin na nosa situación política e estamos dominados culturalmente, así pois, sufrimos unha esplotación económica, unha opresión cultural e unha dependencia política, este asoballamento nas tres facetas é o que significa que somos unha colonia de quen nos asoballa: os grandes capitalistas do Estado Español” (*Galicia Emigrante* 4, 1974: 6; sublinhados no original).

“creación dun Estado Galego. Sóio si a nación galega conquiere o seu Estado, (federado ou non cós outros peninsulares e do mundo) poderá realizarse, a oficialización das máis media e a introducción do galego no ensino. A solución é pois política, Ou Estado galego, ou destrución [sic] do galego” (Rego 1, 1974: 19). Entretanto, e também como meio para alcanzar este objectivo, o grupo mobiliza, coesiona e identifica as suas bases através do próprio trabalho político-cultural³⁴⁰ e de reiterados chamamentos à coerência no uso exclusivo do galego em todos os campos de actividade (Rego 1, 1974: 13 e 19):

A evolución social realmente en pé de igualdade entre os pobos (o derrubamento do imperialismo), tragarán como conseqüencia a normalización de tódalas línguas no futuro. Namentras hai de combater tamén no lingüístico (e ser moi coherentes nisa laboura), tendo concencia de que a oposición á normalización é unha das probas máis evidentes de que loitamos por unha causa cujas motivacións son revolucionarias. [...]. Como alternativa ante a opresión, que se exerce contra da cultura galega, debemos de respotar usando sempre, púbicamente a língoa galega. [...] Empreso, tódolos galegos debemos de tomar concencia desta situación e escomenzar apicando de xeito indondicional ó [sic] que está no noso poder, ou sexa falando sempre galego, ensinando ós nosos fillos en galego, afirmando a nosa realidade de galegos.

A reclamada coerência na exclusividade do uso do galego conduce à defesa no campo político da oficialidade unicamente da língua galega (sem a partilhar com o castelano, o que enfrontará o bloco nacionalista galego com os demais grupos do SLG) e a práticas monolíngües em galego no conjunto dos campos culturais (también no literário); igualmente, a centralidade e a fortaleza deste elemento no programa das organizaçõs resistentes pode conducir ao apagamento ou ocultamento das eventuais (e esporádicas) produçõs de membros do grupo na língua da cultura considerada opressora, quer estas sejam devidas a umha fase prévia à tomada de consciência individual quer a tomadas de posiçom condicionadas por diferentes conjunturas no ambiente ou na trajectória dalgum dos integrantes do grupo (motivos profissionais, académicos, etc.)³⁴¹.

340A UPG foi “quen de subministrar unha *identidade colectiva forte* ao conxunto das organizaçõs por ela tuteladas [vid a epígrafe 4.1.2.3.]. A práctica política creou unha subcultura que fornecía sentido comunitario, de valores, de intereses e de crenzas, aos individuos que se integraban nas diferentes instancias do así chamado Movemento Nacional-Popular Galego (MN-PG). Esta autoidentificación baseábase na mobilización mesma -o curso da acción xera identidade- e na creación de *marcos interpretativos* [...] que confiren sentido aos mundos sociais dos individuos e que teñen unha función discursiva e unha dimensión moitas veces latente. Así, identificábase un problema e imputábanse uns responsables (Galicia como nación colonizada, opresión e explotación das súas clases populares, negación da súa condición de nación soberana por parte da burguesía monopolista dun Estado Imperialista Español aliado do imperialismo americano, en connivencia coas forzas españolistas), establecíase un plano de acción para corrixir a situación (autoorganización, partido, fronte patriótica, sindicatos e organizaçõs sociais propias a prol da autodeterminación) e xerábanse as razóns urxentes para proceder á mobilización a través dunha acentuación agonal da historia de Galicia pasada e presente” (Quintana Garrido 2010: 53-54; itálicos no original).

341Veja-se, para o primeiro caso, na página 87 (nota 56) deste traballo a alegada “tendencia histórica cara ao unilingüismo” esgrimida por Francisco Rodríguez (1996: 7) em relaçom com a progressiva tomada de consciência, individual e colectiva, da identidade diferencial da comunidade galega. Para a segunda questom remetemos para o

Ora, ao lado desta reivindicação da exclusividade da norma sistémica, dixemos que também os materiais seleccionados para conformar essa norma (o modelo de língua tido por normativo polos agentes do nacionalismo localizado na resisténcia) está igualmente em función do discurso político anticolonial desenvolvido pola UPG. Neste sentido, a língua escrita pretende ser o reflexo simbólico dumha dupla necesidade: em primeiro lugar de diferenciación a respeito do veículo lingüístico sustentado polo Estado considerado opressor (o castelhana) e, em segundo lugar e principalmente, de plasmação das variedades atribuídas às clases populares, consideradas estas nom apenas como os grupos sociais que representan de maneira mais genuína a esséncia da nação, mas como as *únicas* a integram o corpo nacional (*Terra e Tempo* 37, 1976: 5):

O noso concepto de nación, resposta a certos dados ouxetivos, de carácter empírico que son os que aparecen na definición de Stalin («O marxismo e a cuestión nacional») [veja-se atrás a primeira nosa deste capítulo e, também, o *Sempre em Galiza* de Castelao (1974 e 1977: 39)] mais engadindo que, neste intre da evolución do capitalismo a nación son as clases populares porque a nación adquire categoría revolucionaria contra o poder burgués, A NACIÓN NON SON TODAS AS CLASES, SONNO SOIO AQUELAS QUE ASUMEN A LOITA DE LIBERACIÓN NACIONAL que, nas circunstancias actuais, é unha loita de liberación social das clases asoballadas. Non é pois, o noso concepto de nación un concepto ESENCIALISTA (idealista) senón CLASISTA (materialista dialéctico), non é tampouco un concepto culturalista -que reduce a problemática nacional a aspectos culturais- senón un concepto socio-político con raíces económicas e de clase.

Em virtude dessa desejada identificación do modelo lingüístico utilizado com os usos lingüísticos atribuídos às clases populares (seleccionadas como sujeito revolucionário), neste grupo convivem as análises da realidade assentes no materialismo histórico com a reivindicação (coerente com a ideia essencialista e organicista de nação sustentada tanto polo galeguismo de pré-guerra como polo nacionalismo anticolonial que emerge na Galiza na década de sessenta do século XX) do “esprito da língoa” (Rodríguez 1976: 46; vejam-se atrás as pp. 359-360) e com tomadas de posição em favor das “normas qu'estén máis conformes co esprito e ca lingua do pobo que foi quen a creóu e a conservóu” (*Moendo* 1, 1978: 7).

Neste sentido, a ideologia lingüística emanada desde os espaço institucional nucleado pola UPG aproxima-se em menor medida da expressada nas normas da RAG de 1971 do que dos postulados promovidos polo ILG desde esse ano, que exerce através dos seus agentes (vários

dito na nosa nota 284 sobre as tomadas de posição de Ramón López-Suevos e Francisco Rodríguez, os dous líderes emergentes da UPG no período em foco, a referência feita ali sobre este último serve também para exemplificar o citado ocultamento de tomadas de posição em castelhana.

próximos do PSG e algum, como Guillermo Rojo, com contactos no PCG) labores de assessoria e correcção linguística em publicações relacionadas com o espaço de Galaxia ou do PSG, a organização política mais vinculada ao grupo viguês e aliada intermitente da UPG (algumas destas publicações estarám, além do mais, viradas para os novos e determinantes campos da informação e do ensino: como *Teima* ou *Vagalume*).

Sabemos que a *ambigüidade quanto à natureza e a forma concretas* que deve adoptar a única norma sistémica proposta por estes grupos é a regra geral no espaço institucional da resistência, e que os seus principais fabricantes e promotores de ideias dedicam fundamentalmente as suas energias a justificar a natureza política do alegado conflito lingüístico e a promover a primacia da extensom do uso (“normalización”) frente à fixação dum modelo normativo concreto (“normativización”)³⁴². Julgamos que nesta estratégia deve influir igualmente o facto de que processo de elaboração lingüística esteja a ser pilotado por instituições oficiais (a Academia e o ILG, onde a UPG nom tem presença directa) que están a ser discutidas desde este espaço e, também, que o nacionalismo anticolonial só poida vir a intervir no referido processo normativizador em 1977, com ocasiom da participação de vários dos seus agentes na elaboração das *Bases prá unificación das normas lingüísticas do galego* promovidas polo ILG (*vid* 3.2.2.2.)³⁴³.

Contudo, é possível documentar neste espaço alguma crítica explícita ao modelo académico com base no argumento da aproximação da língua falada, acompanhada também da defesa da autonomia e a equidistância do galego em relação tanto a castelhano como a português, argumentos estes, como sabemos (Samartim 2005), que afastam a proposta do Instituto universitário da ideia de língua sustentada polos homens de Galaxia através da RAG. Assim, Domingo Prieto

342Repare-se apenas, neste sentido, na argumentação da pergunta dirigida por Antón L. Galocha e Lois Celeiro a Antón Santamarina (fundador da Asociación Cultural «O Galo» de Compostela, próximo do PSG e secretário do ILG) numha entrevista publicada no nº7 d'*A Nosa Terra* (1978: 7; “Antón Santamarina. Estudar, estudar... o idioma”): “Derradeiramente están aparecendo artículos de xente moi variada sobor da normativa do galego. Antes os escritores galegos entendíanse perfectamente todos. E non queremos decir que non seña precisa unha normativa, pro dá a impresión de que se lle está dando moito bombo a eso, deixando de lado algo tan importante como pode ser a normalización...”.

343Um ano antes, Francisco Rodríguez (1976b: 222) tinha criticado os modelos normativos tanto do ILG como da RAG e defendido a elaboração *espontánea* do estándar a partir da língua literária (como sabemos critério central, o da centralidade da língua literária, na proposta académica): “En 1970 la Real Academia Gallega publicó unas *Normas ortográficas do idioma galego* con el fin de estandarizar la lengua escrita. Más tarde, el Instituto de la Lengua Gallega de la Universidad de Santiago elaboró otra normativa, también harto discutible. En todo caso, es la literatura escrita la que espontáneamente va unificando la lengua «culta»”. Digamos, ainda que só seja de passagem, quanto a essa referência à “elaboração espontánea” do estándar galego, que “es característico del nacionalismo lingüístico presentar esta supuesta transformación de dialecto en lengua como algo natural” (Moreno Cabrera 2007: 359); a este facto também nom som alheios os trabalhos de membros do ILG que, depois do período analisado, sustentam a ideia de língua proposta pola instituição também na alegada espontaneidade do estándar (por exemplo, Ramón Mariño [1998: 298; itálico nosso] quando aponta que “foi de moi pouca importancia a contribución dos escritores dos séculos XVI, XVII e XVIII á tarefa da *elaboración espontánea do moderno estándar galego*”).

Alonso recibe positivamente no *Boletín do Comité para Galicia* que promove a UPG no enclave holandês de Groningen a identificación entre lingua galega e mundo rural feita polos membros do ILG Rosario Álvarez Blanco e Francisco Fernández Rei em *Teima* (nº 29, 1977: 10-11)³⁴⁴. Este professor da Universidade de Groningen, que tinha colaborado com *Grial* em inícios de setenta e que também se ocupa da questom ortográfica e da relação grafema-fonema nesta publicação nesse mesmo ano 1977 (Prieto Alonso 1977), exemplifica o dito acima quando afirma que (*Moendo* 2, 1978: 7)

Un axente que tamén axuda a deformar o noso idioma é a ortografía que se vén empregando na mór parte das publicacións en Galego, ou seia a qu'aconsella a Real Academia. A explicación é sinxela pois a [...] estrutura ortográfica non s'axusta à estrutura fonolóxica. [...] Todos conocemos os argumentos explícitos ou implícitos que suxacen ò establecemento da ortografía actual: faguer qu'esta non s'arrede moito nin da do Castelán nin da do Portugués. Pro dadas as diferencias fonolóxicas d'estas tres linguas, quen poderá topar a solución máxica que satisfaga taes esixencias?

Todavía, nom é este produtor quem marca a posición do grupo no tocante à configuração concreta da norma sistémica com que a UPG quer identificar o SLG e, fora do enclave holandês, nengunha publicación da rede institucional criada por esta organización acompanha as suas propostas de maior aproximação ortográfica à língua falada³⁴⁵. Neste sentido, o discurso elaborado por Francisco Rodríguez (1976b: 235-236) para a UPG parece nom oferecer dúvida tanto minusvaloraçom da questom normativa como na inclusom das duas institucións oficiais envolvidas no processo de elaboração lingüística (tanto a RAG como, também, o ILG) entre as criticadas “ideologías culturalistas” e nom entre as “ideologías de la normalización”, atribuídas *em exclusivo* ao “galleguismo de izquierdas” (a funcionar aqui como metonímia do próprio grupo)³⁴⁶.

344Em relação com a consideração da ruralidade como norma de repertório, funcional na elaboração do modelo e da ideia de língua propostos polo Instituto da USC, digamos de passagem que, na recensom que Antonio Regales (*Grial* 62, 1978: 490) fai da presença da “Galiza na *Rundbrief des Deutschen Spanischlehrerverbands*” (nº13, Junho de 1976), este produtor aponta que “ao método *Gallego* põñe[n]selle algunhas obxeccións, como a de aparecer en español no vol.1, o non explicitar o grupo de destinatarios, ou polo feito de «os contidos didácticos reflectiren un meio rural atrasado, e non estaren en absoluto á altura do noso tempo. Evidénciase máis unha vez que non é suficiente pór só un espello diante dunha triste realidade, sen chamar polo seu nome ás causas da miseria». No entanto, considérase o manual como «un importante paso para diante»”.

345Esta posição, coerente ideologicamente com o discurso popular(izante) do nacionalismo anticolonial galego mas ultraperiférica nas suas práticas concretas, está sintetizada na proposta de que, “mentras non topemos esa solución máxica[,] a estrutura lingüística do galego parez aconsellar -ademáis d'outros reaxustes -o emprego de: 1. Un apóstrofo pra representar a elisión. 2. Un guión pra representar certas asimilacións. 3. Un acento grave pra representar certas características fonemáticas” (*Moendo* 2, 1978: 7).

346Também a referida entrevista ao secretário do Instituto da USC n'*A Nosa Terra* (nº7, 1978: 7) vem confirmar esta percepçom. Francisco Rodríguez (1976b: 235-236) parece estar a se referir ao ILG quando identifica as ideologias

Ora, a análise dos materiais tirados do conjunto das publicacións do pólo da resistencia indica que, de 1974 a 1978, estes produtos tendem a relaxar progresivamente a frecuencia de solucións lingüísticas propias da oralidade ou identificadas con as variedades lingüísticas das clases populares (vocalizacións, asimilacións, apócopos...) e a aplicar, despois de 1977, un modelo lingüístico dificilmente distinguíbel do propugnado polas *Bases...* promovidas polo instituto da USC; esta afirmación é máis claramente aplicábel ao caso do PSG (veja-se *Teima*, asesorado lingüísticamente polos citados Rosario Álvarez e Francisco Fernández Rei) do que áquelas publicacións directamente controladas pola UPG, que manteñen unha maior diversidade formal e unha máis intensa presenza de solucións en maior medida popularizantes (quanto a vocalización de grupos cultos, por exemplo) e próximas da oralidade (veja-se *A Nosa Terra*)³⁴⁷.

Seja como for, o nom reconhecemento (nem explícito nem tácito) no pólo da resistencia das regras (agora lingüísticas) emanadas das institucións galeguistas tildadas de “culturalistas” (RAG e ILG) tem a ver, en qualquer caso, con a constatación de que estas entidades nom compartilham a estratexia política marcada neste espazo político-cultural pola UPG, que sustenta a exclusividade do galego (no seu uso e na súa consideración como oficial) e o reforzo deste material etno-identitario como a norma sistémica proposta para identificar o conxunto do SCG. Esta posición, lembramos, é promovida neste espazo da resistencia em virtude dumha teoría e umhas prácticas político-culturais

culturalistas con “una vía de reconocimiento tecnocrático del problema de la lengua, reduciéndolo a términos exclusivamente pedagógicos o psicológicos. Se plantea como asimilar más fácilmente y sin traumas a una población infantil cuya lengua materna no se tiene en cuenta para nada, en contra de los más elementales derechos y normas pedagógicas. [...] Semejantes planteamientos están lastrados, entre otros muchos condicionantes, por una actitud que coloca la lengua, como mero objeto de investigación arqueológica, como entretenimiento de lingüistas, nunca como un organismo vivo y una realidad acuciante”. A estas oponhem-se os defensores de “el derecho a la normalización total de la lengua, entendido como restauración de su uso social y cultural a todos los niveles, acabando con las situaciones diglósicas [que] entra a formar parte del pensamiento de amplios sectores de la población gallega con conciencia política. Admitiendo, por cuestiones tácticas, todos los procesos de bilingüismo o cooficialidad que sean necesarios, se busca la instauración del gallego como idioma vehicular por excelencia de nuestra sociedad, sin negarse a aprender el español si bien como asignatura. Planteamiento que continúa la línea trazada por Castelao. En este sentido, conviene señalar que el análisis tradicional del galleguismo de izquierdas fue siempre más correcto que el de otras fuerzas políticas, debido a que observó los problemas culturales del país interrelacionados con los económicos y los políticos, globalizándolos todos en nuestro contexto concreto”.

Quatro anos despois, na presentación da segunda edición do *Conflicto lingüístico e ideoloxía en Galicia* de Francisco Rodríguez (1980: 7) é reiterada a “inviabilidade real da política bilingüista como política normalizadora” e apuntado que, “nestes tempos, nos que todas as disputas redúcense, en aparencia a cuestións normativo-gráficas, maneira de non discutir nen clarificar os problemas de fondo do noso idioma, cando do Estado está actuando demagoxicamente con armas político-legais na súa contra, a reedición deste libro pode cumprir unha función orientadora, de grande utilidade para situar o eixo central do conflito lingüístico e actuar en consecuencia”.

³⁴⁷Destaca aquí (na liña dos postulados do ILG desde 1971) o uso practicamente exclusivo da preposición “pra” e das súas contrações con o artigo determinado, da solución -BILE(M)> -ble para estes adxectivos e aínda da realización em <-ALES> dos plurais das palabras agudas acabadas em <-L> (solución esta abandonada polo instituto universitario em 1977). Por outro lado, nas publicacións da UPG a segunda forma do artigo proposta polo ILG tem algunha ocorrência apenas con alguns advérbios (por exemplo em “tódolos”, que convive con a proposta académica “todos os”) e parece predominar a forma plena “ao/s” frente à contracta “ó” para indicar a uniom da preposición <a> e o artigo determinado maculino singular.

auto-referenciadas no compromisso anticolonial e é, precisamente, esta estratégia política de exclusiva e rotunda defesa do galego como norma sistémica (e nom umha das suas conseqüências: a impugnaçom do modelo de língua proposto desde as instituïons oficiais) o principal elemento diferenciador das organizaçons nacional-populares comandadas pola UPG (com a aderência, em geral, da rede conformada em volta do PSG) tanto a respeito das secçons galegas das organizaçons da esquerda de âmbito estatal (nomeadamente com o PCG) como das instituïons do galeguismo localizadas no pólo da oficialidade (identificadas neste espaço unicamente com a RAG e a USC).

Isto é assim porque, enquanto fora do pólo da resistência som documentadas práticas bilíngües galego-castellano e a ambigüidade em relaçom à posiçom e a funçom do castelhano no espaço social galego vai deixando passo a umha defesa de propostas de cooficialidade que se quer identificar com o pragmatismo (veja-se o dito na pág. 344), o nacionalismo galego representado por estes grupos coloca como a única maneira de garantir a viabilidade do SCG a descolonizaçom cultural da Galiza, concretizada, para o caso, na defesa estratégica da exclusividade da língua galega em todas as práticas culturais e na extensom da norma sistémica, que o baliza e diferencia, a todos os campos de actidade³⁴⁸. Este é o elemento que separa e justifica a impugnaçom, dentro do campo galeguista, das tomadas de posiçom alcunhadas de “culturalistas” e atribuídas no espaço da resistência sobretudo à academia, por parte das propostas autodenominadas “nacionalistas” monopolizadas polos grupos que se movem neste pólo institucional (nomeadamente pola UPG):

348O trabalho que Francisco Rodríguez (1978a) dedica ao líder do primeiro galeguismo do século XIX Manuel Murguía (*A Nosa Terra* 3, 10/02/1978: [20]) é interessante nom apenas quanto à análise das estratégias legitimadoras deste grupo a respeito da tradiçom (recuperada ou impugnada) mas também quanto à defesa do chamado “unilingüismo social” desde o pólo da resistência e à oposiçom da UPG ao que este grupo qualifica de “ambigüedades, incoherencias e contradiccions” do “seudogaleguismo” (com que som identificadas as tomadas de posiçom em maior medida viradas para a oficialidade ou a resiliência). Aqui, despois de afirmar que Murguía assenta as “febras do galeguismo dereitista do futuro” e de identificar o seu pensamento com a “arela ideal de que fora a pequena-burguesía intelectual quen dirixira certos procesos [de defensa da identidade diferenciada da Galiza]” (de maneira similar à análise dedicada a Curros Enríquez em 1972 [Rodríguez 1972]), o líder da UPG (Rodríguez 1978a; itálicos nossos) afirma que, “no terreo ideal, no cultural e sicolóxico, Murguía afirmase máis radical que no político ou económico. Claro que, neste, *non foi superado polo seudogaleguismo actual, tendo, nembargantes, hoxe, semellantes ambigüedades, incoherencias e contradiccions* outro senso, outra función, porque, sinxelamente, a realidade non é a mesma. Como tiña outro senso e outra explicación entón a non utilización do galego como língua científica, de cultura, nos seus escritos, ou como língua persoal nas súas cartas, inda que non ignoraba idealmente que a restauración do galego estaba condicionada polo feito de que fora de novo utensilio de todas as clases sociáis, é decir, por unha política de unilingüismo social. En calquera caso, a práctica contradictoria, entre defensas ideáis e conducta lingüística individual, no caso dos precursores, non indica máis que a incoherencia social real, material das suas alternativas, inda individualistas, utópicas, redentoristas, nunha palabra, pequeno-burguesas, pro únicas posibles no nivel de conciencia práctica dos individuos desta clase social naquel intre histórico. *O único que a práctica lingüística dos precursores viría demostrar é que o problema lingüístico non é abordable máis que dende presupostos coherentemente nacionáis e populares*”.

A Asociación Cultural de Vigo, integrada na coordinadora [de asociacións culturais que dedicavam o Día das Letras Galegas de 1976 à “Normalización do Idioma”], manifestaba na prensa: «*pensamos que non pode ter prestixio ningún, nin forza algunha, nin dictar normas, unha academia coma a galega que escribe os seus comunicados en castelán e que está pragada de españolistas*». Manifestaban, tamén, que o problema do idioma era un problema político e sociolóxico, opoñendo ao bilingüismo a normalización do galego no ensino, na burocracia, nos medios de comunicación, etc.

Na citaçom anterior (tirada do suplemento especial que *A Nosa Terra* dedica às Letras Galegas em Maio de 1978: “Día das Letras Galegas. Do culturalismo ao nacionalismo”, pág. 10; sublinhados nossos) figuran já os motivos e os assuntos da referida impugnaçom da autoridade académica entre 1975 e 1978. Esta oposiçom às propostas emanadas da RAG (também, como se vê, das lingüísticas)³⁴⁹ em virtude da alegada falta de compromisso político nos termos colocados polo grupo está centrada na celebraçom em 17 de Maio do Día das Letras Galegas e efectiva-se, em primeiro lugar, na promoçom de alternativas desde as asociacións culturais na órbita da Frente Cultural da AN-PG de referentes específicos na tradiçom (Ramón Cabanillas em 1975 [em quanto que “Lembranza dun poeta patriota”, tal titula Lois Diéguez umha colaboraçom no *Correo de Galicia* em Maio de 1976 (pág. 7)], frente ao produtor do século XIX Xosé Manuel Pintos proposto pola RAG e considerado menos “patriota” polo nacionalismo); em segundo lugar, vemos como a autoridade académica é impugnada nos três últimos anos do período em foco através da socializaçom do principal ponto do programa político-cultural do nacionalismo galego (a “normalización”, entendida como oficializaçom única do galego e o monolingüismo) e na defesa da expansom na norma sistémica a campos considerados estratégicos para a sobrevivência e a continuidade do SCG (o ensino e os meios de comunicaçom em galego)³⁵⁰.

349A posiçom da RAG quanto ao rejeitamento dum modelo de língua identificado como popular foi expressada nas NOMIG de 1971 e, um ano mais tarde, polo seu principal redactor, o professor da USC Ricardo Carballo Calero (1972: 23): “Neste bulir de ideas sobre a lingua galega que hoxe reina en Galicia, tense aberto camiño en certos ambientes a orientaçom popularista como soluçom ao problema da espresión literaria. [...] Os escritores teñen traballado desde o Renacemento para devolver ao pobo, na medida do posible, a autenticidade idiomática. Considerar que debe respeitarse relixiosamente a fala popular no estado en que se atopa, é benzoar a desfiguración histórica do idioma, é consagrar a dialectalización dunha lingua pola lingua estatal. É decidir entusiásticamente que o pobo galego debe axionllarse ante o fado histórico que desgaleguizou a súa lingua. O cal é, certamente, unha actitude francamente antipopular”.

350No referido à utilizaçom da tradiçom, veja-se o dito atrás para o caso de Murguia (Rodríguez 1978a) e repare-se em que o grupo fai descansar a sua legitimidade histórica desde o início do seu trabalho organizado na reivindicaçom da figura de Castelao, com quem compartilha o conceito (staliniano) de naçom (Máiz 2000a) e a quem considera “precursor da UPG” (“Se Castelao vivise, sería membro da UPG”, *Terra e Tempo* 5, 1966: 7) e também em que a Frente Cultural da UPG promove no Día das Letras Galegas de 1975 o “reconhecimento á loita en favor de Galicia que toda a súa vida dirixeu os pasos de CABANILLAS” (*Galicia Emigrante* 8, Maio 1975: 20). Quanto à estratégia socializadora do seu programa, perante as tentativas académicas de atrair o nacionalismo ao reconhecimento da autoridade da instituiçom à hora de escolher a figura homenageada cada 17 de Maio (a RAG selecciona o próprio Cabanillas em 1976 e um agente central no galeguismo político-cultural de pré-guerra, Antón Vilar Ponte, em 1977),

Esta reivindicação (política) do carácter de norma sistémica exclusiva da língua galega e a luta pola autoridade legitimadora desde o pólo da resistência produze-se numha altura em que a atribuição da função de única norma sistémica à língua da Galiza apresenta, noutros espaços institucionais, um grau variável de ambigüidade (verificável em práticas e discursos), chegando mesmo este carácter a ser questionado nalgumhas tomadas de posição procedentes, sobretudo, do pólo da oficialidade (de onde, de acordo com Castells [2003: 36], emana a identidade legitimadora). Assim, se no **pólo da resiliência** documentamos práticas culturais bilíngües galego-castelhano fundamentalmente no campo editorial e a presença dessa última língua, ao lado do galego, em várias publicações promovidas polos grupos que fôrom localizados nesse espaço institucional (é o caso de *Grial*, bilíngüe até 1976), essa presença da língua castelhana aumenta consideravelmente nos produtos editoriais promovidos directamente pelas instituições activas no pólo da oficialidade, que publicam maioritariamente livros e revistas unicamente em castelhano (é o caso dos *Cuadernos de Estudios Gallegos*, dirigido por Filgueira Valverde e dependente do Instituto Padre Sarmiento [do CSIC], monolíngüe em castelhano durante todo o período).

No caso dos grupos mais resilientes, caracterizados em oposição às organizações activas no pólo da resistência pola maior adaptabilidade às mudanças do ambiente e a nom exposição dos seus agentes no campo político, dixemos já que tanto Galaxia como Sargadelos promovem para o campo editorial através dos seus selos comerciais e em proporção variável (veja-se atrás a Figura 21) produtos em castelhano com o intuito de ampliar mercados para o *livro galego* (tal como referido em 3.2.2.3.). Precisamente, onde encontramos provas da maior precariedade na definição da língua galega como a única norma sistémica proposta polo galeguismo é em volta da delimitação, desde fora do pólo da resistência, do sintagma “livro galego”, que funciona nos materiais como metonímia de “literatura galega” e foi definido já na pág. 68 deste trabalho aos efeitos de estabelecer os critérios de inclusom de materiais no corpus deste estudo; desta maneira, será tanto nos espaços mais resilientes como no pólo da oficialidade onde a equivalência deste conceito (livro galego / literatura galega) com os produtos vinculados exclusivamente em língua galega (livro em galego/ literatura em galego) estará envolvida dumha maior ambigüidade, em oposição à firmeza neste ponto já referida para as redes institucionais em maior medida identificadas com a resistência.

Verificamos este facto, por exemplo, nas **práticas de catalogação bibliográfica** das

a rede cultural organizada em volta da UPG responde com convocatórias alternativas em favor da “normalización do idioma galego” em 1976, “un ensino galego e popular” em 1977 e, em oposição ao clérigo e cronista do século XIX López Ferreiro, “Por unhos medios de comunicación galegos” em 1978 (Samartim 2003).

instituições ligadas a estes espaços, em concreto nos catálogos das Bibliotecas da USC e da Fundación Penzol. Tal como foi referido na nossa epígrafe 2.2.1. (para onde remetemos; pp. 73-74), para além da língua galega, as normas de catalogação utilizadas nestes espaços institucionais para incluir um produto com “livro galego” têm a ver também com o local ou a instituição editora (sediada na Galiza ou no âmbito dos seus enclaves), com a origem do agente responsável pela produção (produtor nascido na Galiza ou nela residente de longa data) e com a temática veiculada (relacionada com a Galiza).

No período em foco, estes critérios para a inclusão de materiais são acompanhados, para além de nas instituições referidas, na “Bibliografía de Galicia” (recolhida nos *Cuadernos de Estudios Gallegos* 30, 1976-77: 187-263, sob a direcção de Filgueira Valverde) ou, por exemplo, no capítulo que Antonio Odriozola (bibliotecário da Misión Biológica de Galicia) dedica à “Bibliografía” no livro colectivo *Los Gallegos*, publicado pela madrileña Istmo em 1976, coordenado por Gustavo Fabra Barreiro e participado por numerosos agentes distribuídos por diferentes espaços do SLG (Instituições oficiais, Galaxia, enclave bonaerense, UPG...). Aqui, Odriozola (in Fabra Barreiro 1976: 536) enumera os critérios delimitadores utilizados e faz uma ambígua referência à sua amplitude (remarcada por nós em itálico no texto que colamos na continuação):

Los criterios de inclusión de trabajos son muy amplios, *acaso excesivos*. Se recogen todos los libros y folletos independientes de: 1) autor gallego, 2) tema gallego, 3) escritos en gallego, 4) impresos en Galicia. También se reseñan los trabajos correspondientes a los 4 apartados de publicaciones periódicas (incluso en ocasiones los de la prensa diaria) y trozos de libros no específicamente gallegos que tengan algún interés para Galicia.

A existência desta multiplicidade de critérios catalogadores (língua galega, ou local, ou origem, ou temática) possibilita a inclusão de materiais em línguas diferentes do galego (nomeadamente em castelhano) na mesma categoria que os produtos escritos na língua da Galiza, patenteia uma realidade que tem a ver com a existência dum volume considerável de materiais bibliográficos relacionados com a cultura da/na Galiza redigidos em castelhano e, sobretudo, reforça a ambigüidade apontada para esta questão fora do pólo da resistência, ao nos permitir afirmar claramente se esta prática aponta para um défice na consideração do galego como norma sistémica neste espaço institucional ou está limitada a práticas de tipo inclusivo localizadas no campo da

biblioteconomia; seja como for, esta prática bibliográfica remete para critérios catalogadores que se correspondem com o objectivo de arrumação sob umha única epígrafe (“Galicia”, “libro/ fondo galego”) de todos aqueles materiais bibliográficos relacionados num sentido alargado com a Galiza, estejam redigidos em língua galega ou em qualquer outra (fora o galego, maioritariamente em castelhano).

Ao lado da constatação deste facto, é significativo que a secção correspondente à “La Literatura” em de *Los Gallegos* esteja ao cuidado de Basilio Losada, e que este agente de Galaxia em Barcelona acompanhe o *critério filológico* proposto polo seu grupo; e também parece pertinente lembrar, neste sentido, que o produtor responsável pola edição, Gustavo Fabra Barreiro, já se tinha mostrado partidário do *critério filológico* como norma delimitadora do SLG na “Nota preliminar” com que iniciou um volume sobre *Literatura Gallega* em 1973, apesar de este estar incluído numha colecção intitulada *Literatura Española en Imágenes* ou de colocar os matizes já apontados na nossa epígrafe 3.1.1. em relação ao relaxamento no acompanhamento do *critério filológico* no caso de determinados produtores bilíngües ou em momentos especialmente deficitários do SLG (Fabra Barreiro 1973: 3; *italico no original*):

En la presente exposición de la historia de la *Literatura Gallega*, entendemos estrictamente como tal la realizada y escrita en el idioma vernáculo. [...]. Sólo en algunas circunstancias nos referimos a la producción en castellano de ciertos escritores gallegos, dada su proyección especialmente significativa dentro del área cultural de Galicia.

Incluindo o sinal de instabilidade das normas delimitadoras implícito na necessidade de argumentar que se entende por “literatura galega”, encontraremos umha consideração similar um ano depois na *La literatura gallega (1200-1936)* publicada em Madrid pola editora Publicaciones Españolas ao cuidado de Mario Hernández (1974: 4), onde este produtor começa advertindo “que me he centrado en la literatura escrita exclusivamente en gallego, con la excepción de Rosalía, por la necesidad de ampliar la visión de esta máxima escritora”. Mas, a diferença do caso anterior, apesar de referir a opção polo acompanhamento do *critério filológico*, as referências ao relaxamento na aplicação desta norma nom se limitam neste trabalho apenas a Rosalia de Castro, já que Hernández propom também critérios identificadores de natureza essencialista diferentes do lingüístico (que foram incorporados ao referente afirmativo do galeguismo entre os séculos XIX e XX: lirismo, saudade, humorismo, paisagem...) para lhos aplicar a outros produtores em castelhano; por suas palavras (Hernández 1974: 4 e 13)

Y si hay atención superior al verso que a la prosa, justífilo la observación de Piñeiro, quien señalaba en la lírica el signo de la autenticidad de Galicia en el conjunto de la cultura europea.

[...]

Su literatura, atenta más a la lírica y al ensayo, que a la novela o la ciencia, ofrece fuertes personalidades rebeldes a toda clasificación. Desde Feijoo a Rosalía o Valle-Inclán, se desarrolla un ágil entramado donde sobre un fondo de tierra verde, la racionalidad chispeante, la saudade crepuscular, o la ironía más atroz, se mezclan y entrecruzan.

Seja como for, se bem quem fala em libro ou literatura galega desde o pólo da resistencia refere sempre nesta altura produtos escritos unicamente em galego sem entrar em maiores matizações (“Nada do que hai escrito en español por nados en Galicia merez o nome de literatura galega” dirá Francisco Rodríguez em 1979), vemos também que o facto de incluir sob esta(s) epígrafe(s) produtos em castelhano desde os espaços do SLG mais virados para a oficialização nom significa, *necessariamente*, o questionamento da língua galega como norma sistémica, mas sim que é possível que este elemento diferencial vaia acompanhado doutras normas de repertório de carácter essencialista para a completar.

Também fora do âmbito de influência dos partidos políticos da esquerda anticolonial documentamos tomadas de posição que identificam o libro galego com aquele escrito unicamente em galego, sejam estas as citadas ou provenham directamente de produtores no âmbito de Galaxia ou de outros espaços afins do SLG (como do enclave americano, por exemplo)³⁵¹. Quando estes

351Ou da conxunção de ambos, tal como exemplifica o artigo de Ben-Cho-Shey [Xosé Ramón Fernández-Oxea] publicado no *Correo de Galicia* em 10 de Maio de 1974 (pág. 5). Neste traballo, Fernández-Oxea (fundador do grupo Brais Pinto, directivo do Centro Galego de Madrid e representante da editorial Galaxia nessa cidade) sintetiza o “Panorama da literatura galega actual” e, para além da consideração da língua galega como única norma sistémica e da identificação desta com um modelo “sacado da entranha do pobo que é o verdadeiro conservador e cultivador do noso vedraio e ilustre idioma”, reitera vários dos défices do SLG já notados em páginas precedentes deste traballo (nomeadamente em 3.2.2.3.), tais como a falta de apoio oficial ao idioma da Galiza, a ausência do campo jornalístico e a non implementación da Ley General de Educación no referido à inclusion do galego no campo do ensino: “Contribuiron moito ao espallamento e conecemento das publicacións galegas as «Feiras do Libro» que anualmente se veñen celebrando en Madrid, na Cruña i en Vigo, feiras nas que se levan vendido varios milleiros de exemplares e síguense vendendo cada vez máis porque o número de leutores en galego aumenta constantemente apesares da falla de apoio oficial, pois o libro galego [= libro escrito em galego] non samente non conta con iste apoio senón que ten que loitar ca desigual competencia das Bibliotecas escolares, municipais, provinciais, fixas e ambulantes e dos Teleclubs ciscados polo ámbito rural nas que nin por casualidade se atopa un libro galego. No aspecto idiomático continua, cada vez com máis empeño, a colonización castelán de Galicia, pois non é samente que nas bibliotecas oficiais se non atopen libros galegos, senón que aínda non se levou ás escolas o ensino do idioma galego tal e como se dispón na nova Ley de Educación, deica agora incumprida a iste respeito. O espallamento dos libros galegos sería moito máis grande se nas escolas da nosa terra se ensináse aos nenos a leer no idioma que se fala nos seus fogares. Certo que vai habendo cada vez máis escolantes que practican o bilingüismo nas súas escolas, pro non son tantos como fora de desexar e tampouco a prensa galega cumpre como tal senón que

discursos favoráveis à sustentação do critério dito filológico convivem com práticas de promoção de produtos também em castelhano, a explicação alegada desde estes espaços institucionais parte em geral da consideração positiva do carácter bilingüe da comunidade galega; estas tomadas de posição que sustentam o bilingüismo como um bem e umha oportunidade para a cidadania da Galiza nom excluem a defesa mais ou menos explícita da identidade diferenciada da Galiza (nom raro referenciada no âmbito nacionalitário) e oponhem os programas do galeguismo mais resiliente aos do nacionalismo da esquerda anticolonial, para o qual qualquer tipo de bilingüismo “non é máis que un tránsito asimilativo”, e “puro confusionismo” (de acordo com o léxico ao uso neste tipo de organizaçõs políticas identificadas com a vanguarda)³⁵². Em exemplo tirado do *Correo de Galicia* (10/06/1974: 1; itálicos nossos):

para los que sostenemos que no puede considerarse el libro gallego aquel impreso en otro idioma que no sea el nuestro, este libro [Magdalena Stork: La antigua Galicia. Nós, Buenos Aires, 1974] puede considerarse dentro del conjunto de volúmenes editados en castellano y que contemplan aspectos directamente ligados a nuestra nación. Evidentemente nuestro carácter de pueblo bilingüe -porque no trilingüe si consideramos que, con más o menos perfección, nos manejamos idiomáticamente en gallego, portugués y castellano- nos permite darnos estos lujos que en Iberia solamente pueden darse los pueblos hermanos de Euzcadi y Cataluña.

Ora, a afirmação de que alguns sustentam o *critério filológico* (veja-se a textualidade das palavras iniciais sublinhadas na citação recolhida acima: “para los que...”) leva implícita já a referencialidade a que outros nom o fam ou, quando menos, a que esta é umha questom nom resolvida (portanto, outra vez, ambígua) nalguns espaços do sistema onde, para além da língua galega, podem ser implementados critérios identificadores do SLG como os já referidos acima como activos no campo da biblioteconomia galega (a origem dos produtores, o local de edição da obra ou a sua temática), critérios estes, por outro lado, ainda referidos desde os espaços

sigue xunguida ao centralismo idiomático e nin siquera son capaces de escribir ao dereito as toponimias nosas”.

352Tal como aponta a síntese do programa do grupo feita por Francisco Rodríguez (1978a; itálicos no original): “*Como asevera toda a socio-lingüística rigurosa, as solucións que admiten a posibilidade real, nun contexto social determinado, do bilingüismo, están esaltando racionalmente o asimilacionismo*, posto que semellante bilingüismo non é máis ca un tránsito asimilativo. Se as espricaciõs -puro confusionismo- desta política cooficialista se abriran paso, na medida na que conforman unha falsa conciencia, racionalizarían as condicións que produce este suposto bilingüismo, polo que o futuro do idioma sería pouco esperanzador, é decir, *dramático*. [...] A solución real do problema evidentemente conleva a asunción do conflito coma tal conflito. *Esta política é a de OFICIALIZACIÓN DO GALEGO, alternativa que apunta á consecución do unilingüismo social en Galicia*. [...] Evidentemente, cómpre unha planificación lingüística favorable ao noso idioma nos medios de comunicación, na escola, na administración, na vida social, nos eidos da cultura, etc. que teña como obxectivo o logro do unilingüismo social, con *todos os respetos que se queiran polas conductas individuais dos asimilados ao español na etapa de transición*, pro con toda a certeza de que a normalización tén soamente un camiño”.

institucionais em menor medida resistentes em discursos documentados no início do período de estudo do projecto Fisempoga, tal como acontece com ocasiom da recensom da “Escolma posible” de Castelao, feita por Mariano Dónega e editada por Galaxia em 1964, publicada no *Correo de Galicia* (nº 57, 29/02/1968: 7; itálicos nossos) sob a assinatura do agente do enclave bonaerense Alberto Míguez:

Me resulta, en pri[m]er lugar, muy difícil saber lo que se entiende por libro gallego. ¿Escrito EN gallego? ¿Escrito por un gallego? ¿Escrito sobre un tema gallego? *Es un tema espinoso*. A primera vista cualquiera de los tres factores puede otorgar galleguidad a una publicación. Incluso el hecho material de ha[b]er sido impreso y editado en Galicia³⁵³.

Assim sendo, parece-nos oportuno desenvolver ainda esta importante questom da adesom à consideraçom do galego como norma sistémica e da sua estabilidade relativa nos espaços do SLG mais virados para a institucionalizaçom dos seus programas no período em foco neste trabalho. Acudimos ao efeito, em primeiro lugar, à antologia de *Literatura gallega* integrada no *Tesoro Breve de las Letras Hispánicas* e assinada por Guillermo Díaz-Plaja em 1974 porque nela participam também, neste caso realizando funçoms de selecçom de materiais e assessoria do produtor responsável pola ediçom, vários agentes centrais dos principais grupos envolvidos no SLG desse período; tal como figura reflectido nos agradecimentos que encabeçam a obra, estes produtores som “BASILIO LOSADA [Galaxia], que cuidó la parte medieval; [...] ENRIQUE CHAO ESPINA [RAG], JOSÉ L. FRANCO GRANDE [Galaxia e PSG], MANUEL MARÍA [UPG] Y RAMÓN PIÑEIRO [Galaxia e RAG], que atendieron los capítulos de los siglos XIX y XX” (Díaz-Plaja 1974).

Basilio Losada Castro apresenta esta antologia em entrevista realizada polo produtor também ligado ao Centro Galego de Barcelona José María Costa e publicada no *Correo de Galicia* em 10 de Dezembro de 1974 (pág. 10). Aqui, o agente de Galaxia em Catalunha e professor de língua e literatura galega na Universidade de Barcelona sustenta o carácter de única norma sistémica para a língua da Galiza quando justifica a inclusom numha antologia destinada a “dar a conocer a un

353Ainda neste espaço institucional documentamos referências que, mantendo a ambigüidade quanto ao “espinhento” assunto (leia-se nom resolvido, polémico) da activaçom como norma sistémica ou de repertório da língua galega, fam descansar a preferéncia pola ediçom nesta última apenas no valor estratégico e na optimizaçom duns recursos escassos. Assim, por exemplo, Francisco Regueira (1975) assinala entre os factos que sustentam a crítica ao labor cultural do Instituto Argentino de Cultura Gallega (já recolhida no nossa nota 256) que “la historia de Galicia está paralizada desde hace dos años y no se sabe qué es lo que cabe hacer para continuar su edición. [...]. En cambio, se pone mucha diligencia en la edición de obras en castellano que carecen de verdadero valor literario. [...]. De ninguna manera se deben editar obras en castellano, por más gallegos o argentinos que sean sus autores. En castellano, si las obras son buenas, encuentran editor fácil; si son de escaso valor, no tienen porqué editarlas el Instituto, que hoy resultan costosísimas”.

público muy amplio [localizado no âmbito espanhol] una visión panorámica de la literatura gallega”
dalgumha mostra da obra em galego de escritores nascidos na Galiza e identificados preferentemente com a literatura em língua castelhana em função, unicamente, dessa (escassa) produção em galego:

-¿Y qué hacen escritores como Eugenio Montes y Valle-Inclán en una obra de estas características?

- Eugenio Montes publicó un muy interesante, dentro de los movimientos de vanguardia de su época de publicación, libro de poesía gallega y tiene, asimismo, excelentes prosas en gallego. No podía ser excluído. En cuanto a Valle-Inclán, su escasísima obra gallega tiene un interés evidente y conviene mostrar al lector castellano un Valle poeta en gallego.

Esta tomada de posição é similar à que apontámos para este mesmo produtor em 1976³⁵⁴ mas, ao contrário do referido anteriormente para o caso de Fabra Barreiro, nom se corresponde com o discurso neste sentido do editor e responsável último pola antologia, Guillermo Díaz-Plaja (1974: 15-21). Este agente, que participa desde Barcelona no campo da crítica do SLE e com o qual colaboram nesta ocasiom membros localizados tanto nos grupos activos na resistência como na oficialidade e a resiliência, questiona explicitamente no prólogo desta obra o critério lingüístico proposto (lembramos que como *filológico*, isto é científico) desde Galaxia por Carballo Calero em 1963 e, depois de localizar a antologia dentro dos materiais destinados ao reforço das ideias da pluralidade da cultura espanhola (que integraria o chamado “factor galaico”) e do castelhana como língua geral do Estado (ambas já analisadas em páginas anteriores deste trabalho), propugna para o SLG critérios delimitadores de natureza essencialista como os já anotados para o caso de Mario Hernández (1974), sustentados nom unicamente na língua galega mas também na etnicidade: som referidos o celtismo, “La *saudade* -pedimos el socorro de su palabra a Castela- [que] es común a todo el mundo celta” [pág. 20], o *Sentimento da Terra* elaborado por Vicente Risco no pré-guerra sobre as teorias saudosistas de Teixeira de Pascoaes, a morrinha, o lirismo, a religiom, a paisagem e, enfim, um “mundo de misterio, delicadeza y melancolía [que] se despliega en estos textos de

354E à que documentamos ainda três anos depois em *Teima* 34 (4-11 Agosto 1977: 32), onde também som atribuídas a este membro do conselho de redacção de *Grial* as mesmas críticas quanto à “inoperancia da Academia Galega” habituais desde o pólo da resistência (ainda que neste caso imputadas a um integrante do grupo que monopoliza a instituição): “No marco da «1ª Fira del Llibre de Barcelona», hubo unha mesa redonda-coloquio sobor de «O libro en Galego e en Euskera, hoxe»”, nela Basilio Losada “salientou a falta de institucións actuais prá defensa da cultura, dada a inoperancia da Academia Galega. As que funcionaban foron decapitadas despois da guerra. E pra rematar constatou o gran mercado potencial que ten o libro galego, xa que o 80% da poboación fala galego, aínda que o núcleo lector é moi reducido” (segundo recolhe no nº 34 de *Teima* o jornalista e agente do galeguismo de esquerdas em Barcelona Emilio Prado, 1977).

literatura gallega”. Vejamo-lo por suas próprias palabras (Díaz-Plaja 1974: 15-18; sublinhados nossos, itálicos no original):

En la serie que denominamos «Mosaico Español», iniciado con el tomo «Literatura Vasca» (1972), intenta construirse el “testimonio de España como diversidad”, partiendo de las literaturas menos conocidas por estar expresadas en lenguas diversas del castellano. Pero [...] para servir mejor la finalidad informadora que nos proponemos, daremos estas antologías “regionales” en su traducción a la lengua general española [pág. 15].

Es, pues, oportuno, en alguna medida, recordar esquemáticamente lo que pudiéramos llamar el «factor galaico» en la literatura general castellana. [...] Pero más allá de los análisis comparativos formales [...] o temáticos, cuyo elemento definitorio es la *delicadeza*, podría trazarse un programa de más hondo matiz, que anotara las presencias célticas en la espiritualidad peninsular [pág. 17].

A intensificar la presencia de lo galaico contribuye la presencia -proporcionalmente muy superior a la de Cataluña- de escritores gallegos que se expresan en castellano, desde doña Emilia Pardo Bazán a Camilo José Cela, pasando por el gran arco votivo de don Ramón del Valle-Inclán. La tesis que niega a estos creadores condiciones de escritores de la literatura de Galicia -la tesis de A. Carballo Calero [sic], por ejemplo- no me parece suficiente para desconocer cuánto color y sabor regional se incluye en sus páginas, cuya mayor proyección asegura su instrumento lingüístico [castelhana] [pág. 18].

Este discurso de Díaz-Plaja atribuíndo galegüidade (o dito “color y sabor regional”) à obra de produtores galegos em castelhana e discutindo o carácter de norma sistémica que o principal crítico literário de Galaxia tinha postulado já no início da década de sessenta e defendido ainda em trabalhos publicados no período do estudo (Carballo Calero 1975, 1976 e 1977)³⁵⁵, complementa-se com o registo dos dous referentes de analogia historicamente mais produtivos no SLG (o irlandês, baseado na etnicidade compartilhada: o celtismo) e o catalán (sustentado no similar percurso histórico)³⁵⁶. Porém, esta relativização da função delimitadora da língua galega nom significa, na

355Carballo Calero (1978, itálicos nossos) bem poderia referirse a Díaz Plaja quando denuncia o exotismo atribuído de facto à literatura galega por esta crítica excêntrica: “Presenciamos entre asañados e divertidos o espectáculo que nos ofrecen algúns comentaristas das letras galegas, *tan alleos á realidade do noso país, que non saben usar máis parámetros na valoración crítica que os que lles proporcionan os modelos estranxeiros de moda*. [...]”

Estes glosadores e posglosadores, postos a proxectar a súa atención sobre un anaco da realidade literaria galega ao que por calquera razón consideran oportuno referirse, isólano sen escrúpulos do seu contexto, afástanos da literatura galega do seu tempo e transpórtano a un ámbito que lle é totalmente alleo, mais que *é o exótico ambiente cultural en que o glosador se move*”.

356Díaz-Plaja refere, no prólogo (1974: 18; itálicos no original), “el *sentimiento da terra* [sic] [que] inspira de un modo más pleno a la expresión vernácula, que, traducida, halla su expresión en estas páginas antológicas que, partiendo de las raíces medievales, salta sobre unos *siglos oscuros*, estériles, que, en exacto paralelismo con la expresión catalana ocupa los siglos XVI al XVIII [...]. Na apresentação do capítulo destinado a “El Renacimiento de la Literatura Gallega en el siglo XIX” (Díaz-Plaja 1974: 59) fai-se constar tanto “el ejemplo irlandés [que] es decisivo para Galicia y se convierte en un tópico literario” como que “la restauración literaria del gallego se inicia en las mismas fechas que la *Renaixença catalana*”.

prática, a inclusom nesta antologia feita sob a epígrafe de *Literatura Gallega* de nengum contributo nom escrito originalmente nesta língua³⁵⁷, facto para o qual deveremos procurar explicaçom nos programas dos grupos em que se enquadram os agentes responsáveis pola selecçom de materiais, que trabalham com diferentes estratégias para institucionalizarem a língua da Galiza como norma delimitadora do SLG. A defesa e promoçom desta ideia produze-se com maior frontalidade no caso dos nacionalistas da esquerda (com menos que perder e mais a ganhar no SLG da altura) já que os agentes localizados no pólo da resiliência, caracterizados por porem em prática estratégias mais viradas para a autoprotecçom e nom exposiçom pública, e para a adaptaçom e o avanço progressivo dos próprios postulados no seio dumha realidade sócio-política reconhecida como pouco favorecedora dos programas do movimento galeguista, minimizam o risco mantendo umha franja de ambigüidade sobre as questons nom resolvidas e evitam, em geral, explicitar a sua posiçom sobre elas.

Contudo, quem com maior rotundidade questiona a pertinência delimitadora do *critério filológico* no tempo do nosso estudo é, sem dúvida, José Luís Varela na “Introducción Literaria” feita ao livro *Galicia*, editada por Noguer e a Fundación Juan March em 1976 na colecçom “Tierras de España”. Aqui, este Catedrático de Literatura Española da Universidad Complutense de Madrid e discípulo de Vicente Risco (entre cujas principais açons vinculadas com o galeguismo figura a participaçom como convidado de honra nas Jornadas galegas organizadas polo Centro Gallego de Buenos Aires em 1968), compartilha volume com agentes activos no pólo mais oficializado do SLG (Ángel Cabo Alonso ao cuidado da “Introducción geográfica”, Filgueira Valverde da “Introducción histórica” e Chamoso Lamas da “Arte”), defende explicitamente o carácter bilíngüe galego-castelhano da literatura galega e mostra-se contrário à consideraçom da língua galega como única norma sistémica, propondo em troca como critérios delimitadores do SLG o uso indistinto de galego ou castelhano, a temática relacionada com a Galiza, o local de nascimento do produtor e a plasmaçom no produto dum conglomerado de elementos etno-identitários de natureza essencialista agrupados sob a denominaçom de “temple” e conformados polo celtismo, o lirismo, a musicalidade, a religiosidade, a saudade, o ruralismo, o carácter feminino, etc. (Varela 1976: 115; itálicos nossos):

357Isto é assim também para o caso de agentes com exígua produçom em galego. Para além do já apontado para Eugenio Montes, de Manuel Murguía e Ramón María del Valle-Inclán é recolhida a totalidade da sua obra em galego: de Valle-Inclán só a “Cantiga de Vellas”, publicada por primeira vez em *El Noroeste* em Abril de 1910, e só o discurso proferido por Murguía nos Jogos Florais de Tui, organizados pola Asociación Regionalista Gallega em 1891.

La literatura gallega se produce del mismo modo que sus hablantes: de modo bilingüe. Es evidente que lengua y tierra han de ser los elementos decisivos para la inclusión de una determinada obra en la literatura que fuere. Pero ¿se pueden excluir autores como la Pardo Bazán, Fernández Flórez o Valle-Inclán, porque sólo ocasionalmente se hayan expresado en gallego, si el tema y el temple son inequívocamente vernáculos? Es evidente que *tan laxa condición como tema y temple harán prácticamente inalcanzable cualquier intento de una síntesis válida*, si atendemos, además, a estos condicionantes: la musicalidad y el especial modelado de la prosa castellana, observable en algunos escritores gallegos que nunca o esporádicamente han tocado temas galaicos; la larga y extensa emigración trasatlántica de los gallegos, complicada con curiosos casos de entramado estilístico y temático con las literaturas hispanoamericanas de la nueva residencia. ¿Cabe olvidar, en el panorama de las letras gallegas de hoy, la vasta, aguda, polifacética obra de un gallego universal y largamente radicado fuera de España, como Madariaga?

Para além da incluso no SLG, em virtude dos critérios propostos por Varela, de produtos e produtores que (como os citados e ainda outros que serán referidos mais à frente) actualizam o castelhano e, portanto, participan (também) do SLE, interessa-nos especialmente chamar a atenção neste ponto para o facto de que, com a proposta destes critérios identificadores e com o reconhecimento explícito imediatamente a seguir do carácter dificilmente mensurável e objectivável deles (veja-se o segundo trecho marcado em itálico), este produtor dilui as margens do SLG a respeito do SLE e, em consequência, não contribui à individualização do primeiro a respeito do segundo mas à integração e secundarização do SLG no espanhol.

Entendemos que esta tomada de posição está condicionada polos objetivos concretos focados por este material divulgativo e pola localização específica tanto deste produtor como do público alvo a que a obra vai dirigida, o primeiro a ocupar uma posição, quando menos, excêntrica a respeito da rede de relações que identificámos neste trabalho como SLG (e usufruindo de maiores capitais nos campos académico e da crítica do sistema que vimos denominando “espanhol”), e o segundo seleccionado expressamente dentro o mercado do SLE (Varela 1976: 115; itálicos nossos):

Adelantemos, pues, nuestro propósito: satisfacer, más que al erudito, al curioso culto; más al lector de otras regiones o pueblos que al *lector gallego, ya que éste reserva para Madariaga o para Cela otros ámbitos no domésticos, aunque guste de saberlos propios*; el lector de otras lenguas hispánicas agradecerá, sin embargo, la “situación” cronológico-estilística de autores como Camba o Fernández Flórez en el marco que la literatura de su tierra les depara.

Ora, julgamos que o mais significativo da citação recolhida acima em relação ao assunto

que agora nos ocupa é a afirmação da consciência, que Varela atribui ao “lector gallego”, da exclusão do SLG dos produtores nascidos na Galiza que escrevem em castelhano. Apesar de ser o local de nascimento um dos critérios identificadores postulados por este crítico (e da reivindicação da origem destes agentes feita, a juízo de Varela, desde a Galiza), as palavras destacadas acima podem ser entendidas como o reconhecimento por parte deste professor afincado em Madrid da relativa estabilização do *critério filológico* propugnado desde o interior do SLG.

De qualquer maneira, também não deverá ser obviada a relativização da função delimitadora da língua galega feita desde esta historiografia literária de autoria, em primeiro lugar, excêntrica a respeito do SLG e de inspiração, em última instância, romântica em quanto aos critérios valorativos; este tipo de crítica, apesar de reconhecer a identidade diferenciada da literatura e da comunidade galegas (dentro do “marco común de las literaturas peninsulares” e do “ámbito hispano”, respectivamente), minimiza a função aí desempenhada pelo elemento lingüístico autóctone (repare-se abaixo em que o idioma *colabora*, mas não *determina* a identidade diferenciada da comunidade), postula para elas o bilingüismo galego-castelhano e acrescenta outros materiais etno-identitários já referidos e referenciados, como nos casos de Mario Hernández (1974) e Díaz-Plaja (1974), em elementos de repertório tais como o lirismo, o celtismo, o ruralismo, a feminilidade, a saudade, etc. (Varela 1976: 115; itálicos no original, carregado e sublinhados nossos):

Dentro del marco común de las literaturas peninsulares, la de Galicia posee una fisonomía muy diferenciada. El mismo idioma (o la utilización del castellano en grandes escritores gallegos, como doña Emilia o Valle) ofrece un cariz arcaizante y melódico que rima con las costumbres, en general más conservadoras, o con el arte románico, que consiguió un formidable reconocimiento popular. Es decir, que el idioma colabora a esta impresión general de país diferenciado en el ámbito hispano, de pueblo y cultura detenidos en un punto grato de su desarrollo. No olvidemos que la población campesina constituye un ochenta por ciento de su población total. No es tampoco en la épica, propiamente inexistente, ni en el drama donde Galicia se ha expresado con preferencia, sino en la lirica; en ella, la mujer -desde las cantigas de amigo a la propia Rosalía- se ha irrogado la representación de la tierra, cuyo régimen social dominante parecía a Hoyos Sáinz el matriarcado, proceda éste o no del culto a las madres entre los celtas o del papel relevante que priscilianistas conferían a la mujer en el culto, la enseñanza, la predicación y el canto. Lo cierto es que un sentimiento tan peculiar como la saudade tiene en Rosalía de Castro su más bello y radical exponente.

Os agentes localizados no pólo da resistência insurgem-se claramente no período do

presente estudo contra a relativa ambigüidade documentada nesta altura no pólo da resiliência³⁵⁸ e, sobretudo, contra a diluição e o enfraquecimento das margens do SLG a respeito do SLE que significam tomadas de posição como as referidas nas páginas precedentes. Estes grupos da esquerda nacionalista galega combatem aqueles que desde a sua proximidade do SLE propõem o bilingüismo galego-castelhano, questionam o *critério filológico* como norma sistémica capaz de balizar por si só o SLG e alegam como elementos identificadores materiais identitários procedentes do referente afirmativo construído tanto polo galeguismo romântico do século XIX como polo neo-tradicionalismo risquiano de inícios do século XX; estes materiais repertoriais (como o celtismo, o lirismo ou a saudade) som considerados também nos discursos dos grupos em maior medida resilientes mas, nestes casos, nom como normas sistémicas e si como normas de repertório, critérios hierarquizadores que som activados no processo de canonização, fundamentalmente, desde o espaço mais próximo da oficialidade.

Os grupos conformados por esses agentes da esquerda nacionalista galega, para além de afirmarem a necessidade do unilingüismo social e a função da língua galega como norma sistémica e baliza face o sistema considerado agressor e histórico referente de oposição (o espanhol), postulam também, tal como veremos na continuação, a insuficiência do *critério filológico* e, conseqüentemente, a necessidade de o complementar “con outros criterios que o clarifiquen na perspectiva antiasimilacionista, autoafirmadora da nosa comunidade nacional ou asimilacionista, despreciadora, ridiculizadora da mesma” (dirá Francisco Rodríguez em 1979). Estamos, entom, perante a formulação do que foi denominado em páginas precedentes como *critério identitário*.

5.2. O Critério Identitário como norma de repertório (em causa)

O desenvolvimento feito no lugar correspondente deste trabalho (pp. 90 e ss.) sobre a caracterização, os modos, os espaços e os problemas de aplicação do *critério identitário* no SLG permite agora reduzir consideravelmente o espaço dedicado à abordagem da localização e a produtividade deste factor entre 1974 e 1978. Lembramos, contudo, que em páginas precedentes foi indicado que este critério de natureza político-ideológica, consistente na identificação da literatura galega com aquelas práticas consideradas literárias entendidas polos grupos que o promovem como comprometidas com o reforço da identidade diferenciada da comunidade que habita este território peninsular, é colocado como um critério balizador da inclusom/ exclusom no SLG no ano 1970 polo professor e líder da UPG Francisco Rodríguez Sánchez (*Grial* 30, 1970: 455-462). Ali também foi

³⁵⁸“Pero por embaixo das discrepancias hai unha coincidencia de fondo na identificación co a cultura galega ao traveso da identificación co a língua”, tal como afirma Manteiga Pedrares no Ideal Gallego de 18/05/1975 (pág. 7).

apontado por nós (pág. 91) que o denominado critério identitário funciona na prática, de facto, como um critério hierarquizador e nom identificador desde esse momento, isto é, como umha norma de repertório e nom como umha norma sistémica, segundo a terminologia proposta polo professor Elias J Torres Feijó (2004: 429 e 437) e acompañada tanto nesta tese de doutoramento como noutros trabalhos do Grupo Galabra. Da mesma maneira, na altura de apresentarmos esta questom foi também referido que este critério identitário tinha sido desenvolvido ainda por Francisco Rodríguez nas páginas do semanário *A Nosa Terra* em 1979 (concretamente na páginas 20 do número 66 correspondente a 15 de Junho desse ano).

Recorremos em primeiro lugar, precisamente, a este traballo publicado ainda no período abrangido polo projecto Fisempoga porque, apesar de superar nuns meses as margens temporais delimitadas para o seu estudo nesta tese de doutoramento, os termos com que esta questom é exposta polo professor Francisco Rodríguez (1979) sintetizam com muita clareza a posición do seu grupo também entre 1974 e 1978 e permiten-nos poupar maiores explicaçoms ao respeito da caracterizaçom deste assunto no período em foco. Assim, neste traballo, o líder da UPG discute em primeiro lugar “unha práctica histórica e metodolóxica terriblemente escurecedora, que consiste en analizar a problemática galega como un apéndice da española, e xa que logo, con criterios que respostan a outras latitudes”. Após a reivindicaçom da autonomia tanto do SLG a respeito do SLE como das ferramentas metodolóxicas necesarias para o seu estudo, Rodríguez rejeita por desapropriadas para a análise do SLG metodoloxias que partem da autonomia do feito literário e que som utilizadas na altura para a abordagem de “outras literaturas normalizadas”; por contra, este agente postula que no estudo do SLG deve ser levada em conta “a nosa dialéctica particular, tanto socioeconómica coma político-ideolóxica e, por suposto artística”. Desta maneira, a especificidade da literatura galega residirá (para os grupos que alegam a necesidade de resistencia a umha relación do SLG com o SLE entendida como de dependencia e imposiçom) nom apenas no carácter deficitário e dependente do SLG a respeito do espanhol, mas também no proceso pragmático e dialéctico de consecuçom da normalidade que deve ser colocado como objecto de estudo; em concreto, e em referéncia ao período considerado inaugural do século XIX, Francisco Rodríguez (1979) afirma que

A nosa literatura do XIX é fundamentalmente unha literatura no camiño dunha desalienación cultural colectiva, no camiña [sic] da conformación dunha conciencia nacional galega. Ten, entón, unha crara funcionalidade política, e non se poder [sic] sulgar [sic] con criterios que

non teñan esta coordenada moi presente.

A apontada necesidade de estudar o SLG dumha focagem heterónoma (política) e relacionada com a “conformación dunha conciencia nacional galega”, leva inmediatamente Francisco Rodríguez a identificar a literatura galega nom simplemente com aquela escrita em língua galega (tal como postula desde o pólo da resiliência Carvalho Calero ao establecer o critério dito *filolóxico* em 1963 como único científico; Carballo Calero 1981³) mas a *complementar* este critério “empírico” postulando umha outra norma destinada a incluir no SLG apenas aquelas prácticas literárias entendidas (polo grupo) como destinadas à descolonización da Galiza e identificadas, portanto, com a “resposta ao asimilacionismo españolista” (Rodríguez 1979; itálicos nossos):

compre matizar ou clarexar o que debe, consecuentemente, entenderse por literatura galega. *O mellor criterio a ter en conta é aquel que vexa a nosa literatura coma unha resposta ao asimilacionismo españolista.* Carballo Calero tén utilizado un criterio que il anomea «filolóxico» pra decidir o que entra no epígrafe de literatura galega e o que non, xa que «técnicamente é o idioma empregado o que caracteriza ás distintas literaturas». Mais este criterio que, dende o punto de vista empírico, se pode amosar eficaz, adoece dunha falta de complementariedade necesaria. O mesmo Carballo Calero, á hora de xulgar o problema de Valle-Inclán, non acude somente a un criterio idiomático, senón que recorre a outros componentes que clarifican a posición asimilacionista do escritor. [...] ³⁵⁹.

Evidentemente, a fala e [sic] un síntoma sine qua non. Pro o emprego da fala está condicionado por coordenadas ideolóxicas e por actitudes socio-políticas e psicolóxicas moi calrificadoras [sic]. [...]. *Nada do que hai escrito en español por nados en Galicia merez o nome de literatura galega.* Nada desta literatura parte, resposta aos conflitos sociais e individuais dos nosos homes no noso contesto, seña con perspectiva de futuro ou anguria da desolación, pero sempre *dende dentro do grupo.* *A que sí responde e merez o nome de galega ten sempre a nosa lingua como un factor previo, pro ás veces puido ser utilizada con actitudes enxebristas e ridiculizadoras.* Neste último caso, *tampouco estamos diante de literatura que poida anomearse deste xeito, pois é un arma asimilacionista, utilizada polo propio colonizado.* En todo o caso, remataremos afirmando que *o criterio idiomático compre complementalo con outros criterios que o clarifiquen na perspectiva*

³⁵⁹Carballo Calero (1978; itálicos nossos), começa por afirmar num trabalho destinado a defender n'*A Nosa Terra* (nº16, pág. 13) a utilidade da obra do produtor homenageado pola RAG em 1978 (contra a estratègia desenhada pola Fronte Cultural da UPG, que aposta por reivindicar uns “medios de comunicación galegos”) que aqueles jovens agentes da resistencia “que, alleos en maior ou menos [sic] medida aos aspectos puramente artísticos das obras literarias, óllanas preferentemente como documentos histórico-sociais, acharán en López Ferreiro moita información sobre as relacións entre os diversos estamentos que constituían no pasado a sociedade galega”. Mas também aponta inmediatamente para o capital simbólico que dá a sua autoridade científica e afirma que, “este punto, tan interesante, [é] mais da competencia do sociólogo, que evidentemente pode proxectar a súa atención sobre a obra literaria, pero que *non pode xuiciosamente aspirar a monopolizala coa súa crítica.* *O comentarista por excelencia da obra literaria é o filólogo,* entendida esta palabra no seu sentido amplo, que fai referencia ao *enfoque do texto como construción linguística*”.

antiasimilacionista, autoafirmadora da nosa comunidade nacional ou asimilacionista, despreciadora, ridiculizadora da mesma.

Vemos, portanto, como o ideário resistencialista e nacionalitário desenhado pola UPG para a açom política atinge também a definición do conceito “literatura galega”, entendida aqui como aquelas prácticas tidas por literárias que, veiculadas em galego, contribuem (a juízo dos grupos que proponhem este critério) para a descolonização da comunidade galega, no entendimento de que esta está submetida, também culturalmente, polo imperialismo espanhol. Só o acompanhamento deste critério identitário permitirá atingir, entom, a “función descolonizadora” (Lourenzo 1976; veja-se atrás a pág. 366) que produtos e produtores devem cumprir como condição necessária para serem reconhecidos como integrantes do SLG polos grupos activos no pólo da resistência (nomeadamente polo nacionalismo galego).

Da mesma maneira, neste espaço institucional a defesa e reivindicación da función nacionalitária da arte e da cultura em geral (e da literatura em particular) é fusionada com depoimentos que atribuem às prácticas literárias umha función social referenciada nas classes populares (no seu apoio e desalienaçom), objectivo que vai unido a umha práctica literária “ética i estéticamente revolucionaria” e ao compromiso político dos produtores inscritos no SLG em virtude do acompanhamento dos critérios lingüístico e identitário. O poeta de origem luguesa próximo do PCG, Xesús Rábade Paredes, que participará no grupo poético *Cravo Fondo* em 1977, expressa esta posição no *Ideal Gallego* com ocasiom do Dia das Letras Galegas de 1975 (Rábade Paredes 1975; itálicos nossos):

Ser escritor aqui e agora comporta moito de compromiso e seriedade. [...], escribir en galego hoxe, cando o que escribe é solidario cos que padecen a historia, é unha espresión de autenticidade, é unha instalación moral. Quen, diante dunha realidade opresiva e afogante, cale ou asinta está -hai que o decir craro- traicionando a que padece tal opresión, *o pobo, protagonista da historia e úneco héroe que o mundo precisa.*

Ser galego, escribir en galego hoxe, é ter concencia e asumir umha postura crítica diante da historia pasada e presente do país: asumir o momento histórico no que estamos mergullados, o que nos esgaza e nos tocóu vi[v]ir. [...]. Hai que decir que os seutores da cultura máis conscentes do país teñen os ollos ben abertos diante da realidade galega i están no camiño dunha *manifestación literaria ética i estéticamente revolucionaria* que se vai configurando dende a libre xestión de cada escritor. [...] Penso que se está aportando á íntegra evolución da cultura do país toda umha chea de rescates e revisiós cuio papel na *formulación dunha xenuína literatura galega* é decisivo. Esto representa de feito o *vencellamento a umha*

responsabilidade social determinada e, lonxe de existir calquera forma de divorcio coa realidade histórica, estáse respondendo a un directo *compromiso político* [...] i estase a exercer unha crítica seria da situación.

Pra executar da mellor maneira posíbel a ordenación social, o poeta debe situarse na dianteira da súa crase, debe loitar conxuntamente coa crase en tódolos frentes. Debe *desfacer en pedazos a fábula do arte apolítico*. Vede, pois, a participación directa do arte na loita de crases. [...].

Creo na poesía como resposta ás realidades do entorno. [...] no medio desta situación histórica concreta, o poeta, o escritor galego en xeneral, ten que romper coa evasión e coa inconsciencia. Ten a obrigación de evidenciar as realidades da comunidade á que pertence.

Ainda que longa, achamos oportuna a citaçom recolhida acima porque com ela fica evidenciado como a funçom social e a nacionalitária están fundidas no aqui chamado critério identitário, postulado desde o ideário político-cultural dos grupos resistencialistas como norma sistémica e por eles atribuído à cultura galega em geral e à literatura em particular, entendida(s) esta(s) como a(s) veiculada(s) apenas em língua galega (de acordo com os valores -popularismo, ruralidade, etc.- com que estes grupos identificam o sintagma “língua galega”). Nas próprias palabras do grupo responsábel pola elaboraçom deste critério (“Por unha cultura galega”, *Galicia Emigrante* 7, 1975: 12), onde ecoam claramente as formulaçoms feitas desde a revista de Galaxia por Francisco Rodríguez em 1970:

A cultura do pobo galego tén que ser unha cultura nacional porque Galicia ten tódalas características necesarias pra ser unha nación: idioma, territorio, economía propia e xeitos socio-sicolóxicos, reflexados nunha comunidade de cultura.

A cultura galega tén de ser centífica ou seña, que analice a realidade racionalmente pra poder trasformala en función dos intereses das clases populares. Eisí enlazamos o terceiro caráiter, a cultura galega tén de ser popular, pra defender os intereses do pobo galego, deixando a cultura burguesa que está ó servico da ideoloxía das clases opresoras.

UNHA CULTURA NACIONAL, CENTÍFICA E POPULAR ceceiquí [sic] a cultura a desenrolar polo noso pobo cando poida dirixir os seus propios destíños.

O critério identitário assim configurado demostra unha considerável fortaleza nom apenas no início do período em foco neste trabalho e no espaço nucleado pola UPG, mas também no conjunto do pólo da resistêcia e durante todo o lapso temporal caracterizado pola transiçom no quadro político do Estado Espanhol (e para além dele, tal como indicado já neste estudo). Julgamos que a referida oposiçom (nucleada polo PSG) à organizaçom do Congresso da Cultura Galega nos

termos propostos polo Omnium Cultural Galego em 1977 supom unha boa mostra desta afirmación (vid pp. 355-356). Neste caso, evidencia-se como os agentes da esquerda socialista ponhem em jogo os capitais acumulados durante a oposición ao franquismo e também defendem o carácter eminentemente político e focado para a liberación social e nacional assinalado à cultura galega³⁶⁰, ao mesmo tempo que están conscientes da erosom do “carácter resistencialista” que a cultura galega está a sofrer no novo quadro sócio-político em mudança e que as estratégias do momento presente passam polo ensaio de prácticas ofensivas, onde, ao contrário do que acontece no caso do discurso da resistência, os grupos da esquerda nacionalista nom detentam o monopólio (Borreiros 1977; itálicos nossos):

O Congreso da Cultura -explicábase na resposta ó Omnium- terá de se-la culminación dun proceso encetado xa hai tempo de maneira espontánea e continuada hoxe de modo consciente, concebido como un alto no camiño pra reflexionarmos conxuntamente sobre dos pasos dados hastra ese momento. Esa avaliación global do *noso movemento cultural, que hoxe xa escomenza a perde-lo carácter resistencialista que as duras condicións do fascismo lle impuxeron, pra pasar a ser claramente ofensivo hastra o punto de obligar a sectores tradicionalmente indiferentes e desdeñosos a intervir directamente (tal é o caso do Omnium), pra desvia-las súas liñas de avance dos seus verdadeiros obxectivos liberadores, servirá de toma de conciencia colectiva dos nosos erros [sic] e insuficiencias, así coma tamén dos nosos logros*. Deste xeito estaremos en condicións de marcárno-las liñas mestras dun programa de actuación pró futuro que multiplique a eficacia dos nosos esforzos e cubra áreas culturais deica agora desatendidas ou insuficientemente consideradas.

Esta consciéncia da mudançá, juntamente com o desejo de ampliación dos campos de açom e o rascunho das liñas mestras dum programa planificador para o futuro do SCG (mas nom necessariamente desde a implementación do critério identitário), está presente também na intervençom de Xavier Alcalá no debate aberto em *Teima* em volta da celebraçom do Congreso da Cultura Galega finalmente nom realizado. Este agente ligado ao PSG, à asociación cultural «O

360“Fálase de que detrás están entidades bancarias ou algunha fundación ou ben algún organismo oficial. Algunhas persoas de coñecida traxectoria na loita cultural do noso país expresaron a TEIMA o seu temor de que no transfondo houbera unha maniobra pra desacreditar a organizacións -culturáis e políticas- que mantiveron viva a nosa cultura nos tempos de silencio. Trataríase, engaden, de utiliza-la *cultura galega, tradicionalmente vencellada ás loitas populares, pra «despolitizala», é decir, neutralizala, domesticala pra uso da dereita*. [...].

Ninguén sabe nada do seu *compromiso coa cultura galega* pro sí se sabe que da comisión xestora, un membro é empregado do Banco Pastor e outra da Fundación Barrié. Namentras, a Asamblea Popular Galega (APG), que lanzara a idea do Congreso o 17 de nadal de 1976, saíu ó paso do proxecto condenando «este xeito antidemocrático de organizar un Congreso e de instrumentaliza-la nosa cultura, ó tempo que facemos un chamamento ás organizacións populares e traballadores da cultura pra que participen das Iniciativas de Cultura Popular e traballen na perspectiva dun auténtico Congreso» [...] Moitos de nós -decía o comunicado da APG- *preguntámonos onde estaba o Omnium, e os seus compoñentes, durante a longa noite do franquismo, cando defende-la cultura galega era asumir un difícil compromiso*” (Borreiros 1977; itálicos nossos).

Facho» e defensor na altura das teses de integração lingüística propostas em 1973 por Lapa, toma posição a favor da unidade de acção cultural por cima das diferenças políticas e aposta por abandonar o discurso da resistência para tomar a ofensiva numa construção do SCG que deve ser feita em concorrência com o castelhano (o que gera incerteza sobre o futuro do sistema próprio). Para isto, Alcalá considera necessário também o alargamento do SCG (balizado apenas pela norma sistémica do critério lingüístico) a outros campos e, igualmente, propom implementar umha estratégia que tome como ponto de partida a localização da Galiza dentro do Estado e da Europa e leve em conta as ameaças de abandono da língua autóctone (identificada por analogia como “irlandesización”) que para o futuro supom a “falta de conciencia e desprestixio popular” do idioma galego entre a população. Da mesma maneira, esta estratégia de planificação cultural deveria contemplar, a juízo deste engenheiro de telecomunicações de origem castelhana, as potencialidades e oportunidades de internacionalização e reforço sistémico com que conta o caso galego: vinculada culturalmente ao mundo luso-brasileiro e elo de união da península ibérica tanto com latino-américa como com o mundo celta³⁶¹.

Ora, a ideia da cultura e da arte postulada desde o conjunto da esquerda nacionalista como ferramenta de resistência contra a assimilação pelo Sistema Espanhol (e da função a elas atribuída) conduz à promoção desde este espaço institucional daqueles repertórios considerados como apropriados e úteis para os objectivos político-culturais focados pelos grupos que nele se movimentam (sejam estes produzidos na altura ou recuperados da memória do sistema), assim como ao rejeitamento daqueles materiais aos quais não é concedido valor nacional-popular pelos agentes identificados com a oposição à presença na Galiza do SLE (tildado de colonizador pelos

361“Primeiro.- A el [ao Congreso da Cultura Galega] teñen que concorrer tódolos interesados na defensa e desenvolvemente [sic] da cultura, con conciencia de se-la cultura un feito transcendente, nacional, en canto a política é un feito conxuntural, mudábel, partidario.

Segundo.- A fin do congreso debe ser fixar estratexias a corto e longo prazo pra convertir unha cultura supervivinte nunha cultura viva

Terceiro.- Pra que a cultura galega poida vivir, ten que competir coa cultura castelá, en moitos eidos subsidiaria da supercultura ianqui. Pra competir ha de se converter nunha cultura integral, capaz de cubrir tódolos campos de expresión do pensamento e o sentimento

Cuarto.- Todo plantexamento estratéxico ten que partir do contexto complexo que Xeografía e Historia impuxeron á Galicia:

a) A Galicia é un país na estrutura do estado español

b) A Galicia é unha nación minoritaria da Europa

c) A Galicia é a ponte de unión entre a Europa latina e a Europa celta

d) A Galicia é a orixe histórica da «cultura da saudade», ou sexa, da cultura galego-luso-brasileira.

Quinto.- A «liberación democrática» da cultura galega vaise producir nun momento de falta de conciencia e desprestixio popular (o terríbel «*niño, habla bien*» en plena vixencia). Ha ser, xa que logo, importante tira-lo máximo proveito da lección da Historia pra evitarmos unha «irlandesización» do noso problema” (Alcalá 1977; itálicos no original, sublinhados nossos).

grupos nacionalistas galegos)³⁶². Isto explica o sucesso dos repertórios identificados com a poesía social-realista no SLG desde os anos sessenta até o período do presente estudo, altura na qual os materiais promovidos desde o espaço da resistencia de acordo com a funcionalidade social aí reservada para a arte dam claros sinais de esgotamento, continuam a ser cuestionados desde o pólo do sistema mais virado para a autonomia da arte (que reforçan a sua posición com o recurso a repertórios específicos da tradición), e som objecto de tentativas de superaçom também agora desde os grupos do SLG localizados na esquerda política que, como indicamos atrás, apuntan para a necesidade dumha adaptaçom estratégica às novas condiçoms de oportunidade geradas no período pós-franquista, mas continuam a sustentar, como veremos na continuaçom, a vigência do critério identitário (postulado nos discursos destes grupos como norma sistémica e a funcionar como norma de repertório ainda nas suas práticas).

Já desde o início do período em foco, nos modelos que monopolizam a produçom poética até essa altura (a poesía social-realista ou política) som detectados e evidenciados numerosos défices e estereótipos por parte tanto dos discursos emanados do pólo da resiliência capitaneado por Galaxia como, também, das manifestaçoms saídas dos espaçoms do sistema em que este compromisso político é promovido ou visto com simpatia (em virtude da sua utilidade mobilizadora e conscienciadora contra a ditadura franquista, por exemplo)³⁶³.

Dentro do espaço institucional mais resiliente esta questom está presente quer nas afirmaçoms feitas por Basilio Losada (Costa 1974: 10) na altura da apresentaçom para o enclave

362 Lembremos as palabras com que González-Millán (1994: 10) refere as “múltiples funcións asignadas ao discurso literario como un instrumento privilexiado de resistencia cultural. Cos precedentes da poética de Rosalía de Castro ou os versos cívicos de Curros, os mundos literarios daqueles anos [do tardofranquismo] xiraban en torno a espacios imaxinarios moi específicos: as memorias dunha infancia rural ou as experiencias dunha longa noite de silencios [em referència à narrativa *Memorias dun neno labrego* de Neira Vilas e ao poemário *Longa noite de pedra* de Celso Emilio Ferreiro com que é identificado o franquismo]. Determinados textos funcionaban como arquetipos temáticos e formais, canonizados dende os varios sectores do nacionalismo cultural e político como a única transcripción posible da «realidade galega». Esta selección derivaría na lóxica exclusión ou marxinação doutros textos con mundos imaxinarios menos «realistas» ou «miméticos»; eran os anos dunha poética testemuñal, que continuaría, cada vez máis cuestionada, na década dos 80. As condicións socioeconómicas e culturais parecían esixir o cultivo desta poética e unha práctica interpretativa que subliñaba o peso sociopolítico dos códigos literarios”.

363 Veja-se adiante o dito para o “Manifesto do grupo poético «Cravo Fondo»” (Fonte *et al* 1977: [s.p.]) e agora a resenha do poemário de Xosé Lois García (1974) publicada no *Correo de Galicia* (15/03/1975, pág. 9) sob o título “Maldigo la Poesía” (em alusom ao poema de Gabriel Celaya “La poesía es un arma cargada de futuro”, que funciona como o himno em que se referenciam os poetas social-realistas e mui popular na altura após ser musicada polo cantor Paco Ibáñez): “Ó igoal ca maioría dos actuales poetas xóvenes galegos, Xosé Lois García cultiva a poesía social -«hay que tomar partido, partido hasta mancharse» [em mais outra alusom ao referido poema de Celaya]-, temporal, comprometida cunhas penosas realidades.

«Borralleira pra sementar unha verba» é a obra dun home xoven, novel nistas lides, todavía sin uns rexistros auténticamente poéticos, pero con calidade e craridade de ideas [...] Baixo o meu punto de vista, cómprelle enriquecer o seu léxico, atopar un xeito de expresión auténticamente poético -aínda e unha poesía árida, sin pulir-, ler moita poesía e de calquer crase e, sobor de todo, ter moito coidado de non se perder nos consabidos estereotipos. [...] o libro non desentoa dentro do marco da poesía galega xoven, incluso paréceme millor que moitos”.

bonaerense da citada antoloxía de Díaz Plaja (1974), onde refere explicitamente o estancamento e a falta de calidade da poesía galega da altura³⁶⁴, quer no programa canonizador do grupo Galaxia publicado en *Grial* neste ano 1974 tal como tiña sido exposto polo seu principal filólogo e crítico literario, Ricardo Carballo Calero (1974), em conferencia pronunciada na “Semana de Cultura Galego-Portuguesa” celebrada por iniciativa de Rodrigues Lapa em Coimbra em Janeiro de 1971. Tal como apuntamos a este respecto num trabalho anterior (Samartim 2005: 27-28), o professor da USC (Carballo Calero 1974: 271) disserta aqui “sobre o que hoxe, na literatura galega, ten porvir, ofrece probabilidades de permanecer”, e escolhe “catro figuras representativas das respectivas xeracións; [...]. Catro figuras, pois, que, segundo o meu sentir, teñen asegurada algunha forma de permanencia na historia da literatura galega”; esta permanencia no cónone será conseguida, para este agente de Galaxia, em função do respecto pola tradición, da plasmação daqueles elementos que este grupo considera marcadores identitários (lirismo, humorismo, saudade...) e aos quais dedicaram traballos agentes como Pimentel *et al* (1952, os 7 ensayos sobre Rosalía), Ramón Piñeiro (1953, sobre a saudade) ou Celestino Fernández de la Vega (1963, sobre o humorismo) e, sobretudo, é colocado em posição de preeminência como critério hierarquizador um uso entendido como elevado da língua ou, em negativo, da oposição à arte social-realista e ao uso lingüístico “desfarrapado” dos novos escritores ligados ao nacionalismo galego de esquerdas.

Em concreto, as figuras destacadas por Carballo Calero (1974) som Otero Pedrayo e Álvaro Cunqueiro como prosistas (ambos ligados a Galaxia) e os poetas Bouza-Brey e Díaz Castro. Assim, Ramón Otero Pedrayo é seleccionado como sobrevivente do grupo que elevou a cultura galega a um nível europeu (o grupo Nós) e porque “a obra de Otero, em eminente parte social, pero craro está, *ceibe de todo dogmatismo científico ou político*, pareceu conformista, ou neutra, ou aséptica, ou

364Nesta entrevista, o agente de Galaxia em Barcelona sintetiza as principais características do SLG da altura e refere algum dos seus défices, nomeadamente a falta de profesionalidade do escritor (Costa 1974: 10): “Creo que el teatro gallego prácticamente no existe [...]. Lo que hay son intentos, aunque muy prometedores, en gran parte frustrados. Podría haberse incluído algo de Dieste, [...]”.

-¿Puede decirme, en pocas palabras, cuáles son las características de la literatura gallega en el momento presente [?]
 - Veo la poesía estancada, no creo que los poetas jóvenes hagan obra de calidad. En la prosa narrativa hay un gran vacío entre la promoción [d]e Cunqueiro y Fole y las nuevas promociones, los de «Illa Nova», cuya obra es aún inmadura. Neira Vilas, Ferrín y Casares son los narradores más interesantes de la promoción intermedia, pero, especialmente los dos últimos, publican muy especialmente [sic]. Por otro lado, espero con mucho interés alguna nueva novela de Xohana Torres y opino que el narrador joven más interesante de Galicia sigue siendo Blanco Amor [antes tinha dito que “Yo hubiera seleccionado también a Fole, Ferrín, Casares, Mourullo, Neira Vilas, Silvio Santiago y algún otro”]. [...].

- En líneas generales, creo que la literatura gallega pasa por un mal momento. Yo no me atrevería a hacer una antología de los «Novísimos». Creo que, desde hace unos años y ciñéndome a los jóvenes, tiene más interés la obra narrativa que la poética” [...].

- ¿En qué medida condicionan a nuestra literatura las circunstancias que la rodean?

- Decisivamente. No es posible la profesionalidad del escritor gallego. [...]. El escritor gallego es un aficionado que trabaja sin esperar el mínimo rendimiento económico de su obra”.

escapista, a aqueles que fuxindo de sí mesmos [em alusom, quiçá, a *Arredor de si*, o *bildungsroman* de Pedrayo referencial para a assunçom do galeguismo pola mocidade do pré-guerra] diluíranse ou teimaban diluírese na masa da colectividade” (pág. 273); de Fermín Bouza-Brey, face os vanguardistas Manuel Antonio e Amado Carballo (recuperados, nomeadamente o primeiro, por vários dos grupos envolvidos na renovaçom do discurso poético na altura, tal como apontaremos adiante), refere-se a sua poesia “fortemente artellada na *tradición*” (pág. 275)³⁶⁵; de Álvaro Cunqueiro destaca-se o elemento lúdico, o *lirismo e o humorismo*, e a sua “lonxanía dos problemas vidáis aos proféticos cantores sociáis que hoxe enchen o ámbito coas súas voces” (pág. 275); e, por último, Díaz Castro é seleccionado em virtude de acolher no período de após-guerra a *saudade*, porque “é tamén un poeta social. Só que non ten vocación de demagogo, polo que *a súa poesía é descriptiva e non normativa*” (pág. 277; itálicos nossos) e porque “a súa obra, de base humanística e *labrega*, [está] espresada nunha *lingua magnífica, frente ao desfarrapado galego-castelán dos pseudopulistas*” (pág. 278; itálicos nossos).

Vemos, portanto, que contra o carácter heterónomo e prescritivo (politicamente normativo) que os grupos da resistêcia cultural pretendem atribuir à literatura galega, Galaxia selecciona do repositorio identitário galeguista a língua galega como única norma sistémica (já dixemos que expressando este critério lingüístico como “filológico”, isto é, atribuindo-lhe carácter científico) e postula um conjunto variável de marcadores identitários de tipo essencialista como normas de repertório (o lirismo, o humorismo, a saudade, etc.); igualmente, vemos como este grupo coloca numha posição central do seu programa canonizador a continuidade com a tradição galeguista agora questionada pola mocidade da esquerda nacionalista galega naqueles repertórios e agentes (veja-se, por exemplo, o dito para Murguía por Francisco Rodríguez em 1978 [Rodríguez 1978a]) que nom preenchem ajeitamente o critério identitário a juízo dos grupos activos no pólo da resistêcia (de onde emana esta norma).

A distribuiçom e atribuiçom de critérios identificadores e hierarquizadores sustentada por Galaxia contrasta, entom, com as flutuaçoms da funçom de alguns materiais entre normas sistémica

³⁶⁵Esta mesma importância concedida à tradição, como repositorio onde procurar elementos superadores das “diversas tentativas actuais de teatro político”, é referida também por outro homem forte de Galaxia, Francisco Fernández del Riego, através dum breve trabalho sobre o campo da dramaturgia assinado na revista do grupo com o habitual pseudónimo de Salvador Lorenzana (1974): “En Galicia empeza a se sentir a necesidade de crear un teatro novo que, con senso universal, esteña arraizado nas nosas propias esencias. [...]. Ao fin e ao cabo, no teatro se non trata de escandalizar á policía ou aos burgueses, sinón de comunicar significados espirituais a traveso de accións simbólicas craras e ben compostas. A isto renúnciase cando se convirte o escenario nun lugar de actos e de xestos escitantes máis ben que espresivos. [...]. Un verdadeiro anovamento do teatro provirá de quen seipa precurar a novidade. Pero non a traveso da rompedura coa tradición, sinón máis ben a traveso do esforzo de atopar o vencello coa esencia antiga e primeira do teatro”.

e de resptório verificadas nas propostas de agentes mais excêntricos do SLG (como foi apontado na epígrafe anterior para os casos do questionamento do critério lingüístico feita por Díaz Plaja ou Hernández em 1974), que atribuem valores de norma sistémica também a materiais diferentes da língua galega (como os indicados acima e, ainda, o celtismo, o ruralismo, a feminidade, etc.); mas, os critérios delimitadores e canonizadores dos grupos resilientes confrontam-se, sobretudo, com os sustentados nos programas dos grupos localizados no pólo da resistência que, por sua vez, movem-se nesta altura na tensão entre a necessidade de renovar o discurso literário (sobretudo no que ao género poético di respeito) e o mantimento da função social e nacionalitária reservada para a literatura galega (reconhecendo como tal unicamente a escrita em galego) em virtude do programa político-cultural por eles desenhado.

Entendemos que estas tentativas de renovação discursiva dentro das margens trazejadas polo critério identitário e o carácter nacional-popular atribuído polos agentes em maior medida resistentes à cultura galega explica e caracteriza as tomadas de posição dos vários produtores e colectivos literários que surgem nas margens do SLG entre 1975 e 1978 (Rompente e a publicação crunhesa *Nordés* em 1975, Alén e Cravo Fondo em 1977 ou Loia em 1978)³⁶⁶. Remetemos quanto a este assunto para trabalhos anteriores (Samartim 2002) e para a síntese da bibliografia de referência feita no lugar correspondente deste trabalho (epígrafe 3.2.1.) e, em relação a isto, apontamos aqui apenas para algumas questões vinculadas directamente com os objectivos focados nesta epígrafe, nomeadamente para a recepção crítica e o alcance da alegada renovação, e para a relação que esta tem com a tradição.

A começarmos pola **recepção** que o campo da crítica depara aos primeiros ensaios de mudança no discurso poético, documentamos que os produtos elaborados sob estas chaves de convívio entre renovação e compromisso sócio-político publicados polos agentes da mocidade de esquerdas som recebidos positivamente pola crítica da altura desde vários espaços do SLG, mas introduzindo matizes diferenciais segundo a posição mais ou menos próxima da resiliência ou da resistência em que o agente responsável pola crítica estiver localizado. Assim, perante o silêncio dos agentes enquadrados nas instituições culturais do pólo da oficialidade, nos espaços mais afastados

³⁶⁶Esta tendência para o abandono do discurso estritamente social e político não só se percebe nos produtores que agora se somam ao campo literário (como os membros de *Alén* ou vários de *Rompente*); também destacados representantes da poesia social nos anos anteriores, como o membro da UPG Manuel María que, com uma extensa obra poética e dramática publicada já naquela altura, tira do prelo em 1977 os seus *Poemas ao Outono* e inicia assim uma mudança na sua linha poética anterior para uma via intimista, nostálgica e elegíaca, onde aparecem por vez primeira as lembranças do tempo passado e a recriação da infância, assuntos estes que constituirão a temática central das publicações de anos posteriores (Mato Fondo 1991: 6).

da aceitação de critérios canonizadores heterónomos som valorizadas positivamente sobretudo as mostras de renovação e relaxamento das formas (e, eventualmente, do discurso) do social-realismo e o aparecimento doutros elementos repertoriais em maior medida considerados intimistas ou identificados com referências julgadas culturalistas ou eruditas³⁶⁷; enquanto que a continuidade na operatividade do critério identitário e da função nacional-popular atribuída à arte e à cultura, é destacada, por exemplo, por Vázquez Cuesta na portuguesa *Colóquio/ Letras* (1978: 92) ainda no fim do período em foco, quando se posiciona a favor da *renovação formal* do discurso poético, mas sem este abandonar o seu objectivo sócio-político, referendado além do mais na tradição galeguista da chamada poesia “civil”:

E é precisamente o facto de ter conseguido nas suas composições uma grande renovação formal sem por isso abdicar da necessária fidelidade à terra e ao homem, num país que está recuperando as marcas da sua identidade cultural, um dos principais méritos que se quiseram assinalar em Alfonso Pessegueiro [sic] [que publica *Seraogna* no mesmo ano 1976 em que Méndez Ferrín tira também do prelo de Rompente *Con Pólvora e Magnolias*], criador original e ao mesmo tempo figura arquetípica duma geração nova que, ao contrário da castelhana sua contemporânea, não renegou a velha poesia social -que nós costumamos chamar «civil» e que tem na Galiza, desde o século XIX, uma tradição quase ininterrupta-, porque a requeria não a simples conjuntura política mas a sobrevivência duma pátria.

Julgamos que este tipo de tomadas de posição confirmam o peso relativo que mantém no período deste estudo o critério identitário, que também está legitimado na tradição do SLG e que continua a ser reforçado pela crítica afim e actualizado polos produtores dos grupos activos no pólo da resistência³⁶⁸, os quais postulam a renovação mas dentro das margens da ideia de arte contida no critério identitário postulado, como vimos, pelo movimento nacional-popular galego. De facto, se formos procurar concretamente às tomadas de posição daqueles agentes da esquerda que, como os integrantes do colectivo poético *Cravo Fondo*, sustentam e actualizam o critério identitário durante

367Exemplificamos esta posição com duas «Notas» tiradas da revista de Galaxia (*Grial* 56, 1977): “Referíuse [Carlos Casares, um dos agentes novos do grupo com maior projecção, com ocasião da apresentação pública do poemário *Tempo de Compostela*] ás preocupacións vitais da lírica de [Salvador García-]Bodaño [fundador do PSG], que non renunciou a cuestións sociais, e, ademais, ten unha temática amorosa, cunha reveladora evocación á morte” (pág. 254). E ainda, “O GRUPO de Comunicación Poética «Rompente», publicou un volume tituado *Silabario da turbina*, froito do traballo colectivo. O deseño do volume é obra dun «colectivo da imaxe» [Menchu Lamas, Antón Patiño, Jorge Agra e Carlos Berrido]. Recóllense nel textos dos compoñentes do grupo -Alberto Avendaño, Camilo Valdeorras, A. R. Reixa- e outros de Christopher Logue, Maxim Hikmet, Joan Salvat-Papasseit, Georges Poilzer, Pier Paolo Passolini e Manoel Antonio. A experiencia ten interés, e concédeselle doadamente unha certa calidade. De certo supón un ventíño de vida na nosa vida cultural” (pág. 255).

368A importância do valor heterónimo da literatura galega é também assinalada polo professor Simões em *Vértice* (1976: 364): “Pode afirmar-se que a poesia galega, mais do que se preocupar em estar em dia com as correntes modernas, preocupa-se, sobretudo, em corresponder ao clima histórico, social e linguístico da Galiza e em ser uma resposta válida ao seu presente, que está muito longe de ser edénico”.

o franquismo e se agrupam na transición com o fim de “desenrolar unha renovación total da poesía galega” desde o espazo da resistencia³⁶⁹, veremos como esta “nova alternativa dentro da poesía galega” parte dum “sentir político [...] estrictamente nacionalista galego” que rejeita “calquera xeito elitista de entender a poesía”, e que terá como obxectivo “levar a verdadeira poesía [sic] ás crases traballadoras galegas, i é emporiso polo que pretende ser fidel á poesía mesma”; é concretamente desde estes parámetros de compromiso político e heteronomía artística já apresentados no inicio desta epígrafe que o grupo *Cravo Fondo* pretende “saír da poesía oportunista política, que magoa tanto esta loita como a literatura galega mesma”, “dar unha alternativa revolucionaria á poesía galega” e levar a súa renovación “á totalidade que configura a obra literaria: investigación idiomática[,] hachazgo de novas temáticas ... etc.” (Fonte *et al* 1977: “Puntos esenciaes do grupo poético Cravo Fondo. Por Galicia; pola Poesía”, [s.p.]).

Na senda apresentada por Rábade Paredes em 1975, estas ideas som desenvolvidas por este colectivo no “Manifesto do grupo poético «Cravo Fondo»” (Fonte *et al* 1977: [s.p.])³⁷⁰. Nesse “Manifesto” de presentación, o grupo *Cravo Fondo* (de todos os surgidos no SLG na segunda metade de setenta o que mostra unha maior continuidade com o discurso nacional-popular vindicado desde o nacionalismo galego) fai descansar a súa tomada de posición nos postulados dos pensadores da esquerda (Marx, Trostky, Gramsci ou Mao), assume o fracasso dos repertórios social-realistas em virtude de que “a «poesía política» foi guiada por políticos e non por poetas”, reivindica a “poesía combativa e o mesmo tempo de calidade ([de] Rosalía, Curros, Cabanillas)” em oposición aos “poemas miméticos, oportunistas, e non sempre honrados” que caracterizam unha

369Das persoas que fan parte de *Cravo Fondo* (todas nascidas na primeira metade da década de cincuenta excepto Rábade Paredes e Villar Janeiro, que o fan em 1949 e 1940, respectivamente) Rodríguez Barrio, Vergara Vilariño e Rábade Paredes já tinham antecedentes de participación no SLG da altura utilizando materiais propios do social-realismo. Rodríguez Barrio foi antologado em 1972 em *6 novas voces das letras galegas* (Beatriz Pin Díaz *et al* 1972), em 1973 por M^a Victoria Moreno Márquez em *Los novísimos de la poesía gallega/ Os novísimos da poesía galega* (Madrid, Akal, col. Arealonga) e publica em 1973 o poemário *Pranto irmán* (Lugo, Celta, col. Rúa Nova); no período em foco publica *Antifona da Redención* (Rodríguez Barrio 1977). Vergara Vilariño é tamém antologado em *6 novas voces...* e em *Os novísimos...*, publica os poemários *Pra vós* (Lugo, Celta) em 1971, *Encontro cos tiburós* em 1973 e *Orfo de ti en terra adentro* em 1976 (ambas em Lugo, Xistral, col. Val de Lemos). Rábade Paredes é antologado em 1971 em *Galicia, ano 70* (Abad Flores, Odón. Lugo, Celta) e em *Os novísimos...*, publica em 1969 o poemário bilíngüe *Xuntos cara o mañán/ Juntos para el mañana* (prologado por M^a Victoria Moreno Márquez e editado tamém pola luguesa Celta), elabora o epílogo a *Charetas* de Antonio Garcia Hermida (Vigo, Castrelos) em 1973 e, já em 1975, publica em Akal a narração breve *A terra prometida* (na colección Arealonguiña que dirige Alonso Montero). Por súa parte Helena Villar Janeiro publica o poemário *Alalás...* em 1972.

370Veja-se por exemplo: “O arte, a literatura terá, pois, que definirse antre servir á burguesía ou servir ás crases populares. [...]. No caso de Galicia ousérvase isto que estamos a decir, na contraposición antre o arte desenrolado por algús artistas de hoxe -verdadeiramente identificados e comprometidos co seu pobo-, e o arte importando da Europa do século XIX, que se limita a imitar modas alleas; un arte de inferiores, decadente, que está en función dunha burguesía colonizadora que serve de elemento represor ó servício do centralismo” (Fonte *et al* 1977: “Manifesto...”, [s.p.]; sublinhados no original).

“«poesía política», que non foi interiorizada polo pobo, [e que] sí foi asumida pola burguesía e pequena burguesía, sobor de todo estudantes, co cal perdéu cáseque toda a súa forza revolucionaria”, e postula, por fim, o equilibrio entre o elemento popular e as referencias culturalistas (“un axeitado acompañamento entre popularización i elevación”) como estratexia para superar o “descrédito actual” e o “esquecemento” duns repertorios, por outro lado, aínda produtivos³⁷¹.

Julgamos, precisamente, que o mantimento da produtividade do criterio identitario (expressado desde a esquerda anticolonial como norma sistémica) condiciona as tentativas de renovación discursiva ensaiadas desde as posicións máis próximas da doxa emanada do espazo da resistencia, como é o caso de *Cravo Fondo*³⁷². Achamos que isto é así porque esas tomadas de posición conxunta poden ser condenadas desde o interior do subsistema nacionalista se os grupos que balizan os parámetros subjectivos em que se move o criterio identitario non as considerarem o suficientemente representativas da idea de arte nacional-popular que proponhem, alé do máis,

371No mesmo ano 1976 em que a crítica dá por iniciada a renovación do discurso poético galego (veja-se a nossa epígrafe 3.2.1.), do prelo de Xistral saem os *Cantos rodados pra aliados e colonizados* do principal poeta da UPG Manuel María Fernández Teixeiro. Aquí, Manuel María, que após 1977 inicia un camiño poético máis intimista e de maior complexidade formal, utiliza aínda os materiais da “escola” social-realista para condenar “a poesía intimista/ [porque] é unha falsa pista/ que leva ó propio embigo/ e non ó doce abrigo/ dun corazón amigo”, entende que “a poesía/ non é palabrería,/ cursilería,/ teimosía./ A poesía/ é un pan/ pró ser humano”, e promove o programa do seu grupo através da “Invocación a Castelao”, do “Canto ó idioma galego” (“homilde, nidio, popular,/ labrego, suburbial e mariñeiro/ que fas avergoñar/ ó burgués, ó señorito i o tendeiro:/ [...], fala do emigrante e do maldito:/ soio resoas nos lares/ das xentes populares”), do “Poema do aliado”, do “Canto a colonización” ou dum “Responso por unha Academia” da qual renuncia a fazer parte em 1968 em virtude da política de oposição a esta instituição oficial do galeguismo seguida desde o pólo da resistencia (Manuel María ingressará na RAG em 2003, ano em que o nacionalismo reconhece a autoridade académica também para definir os materiais lingüísticos com que deve ser identificada a comunidade; veja-se Samartim 2003).

372Cuyo programa está expressado, por extenso, no seguinte fragmento (Ramiro Fonte *et al* 1977: [s.p.]; sublinhados no original): “Deica agora no caso de Galicia vense caendo unhas veces no populismo que non leva a ningures, outras, nunha literatura demasiado elaborada que se fai inintelixible prás masas populares.

Habería que armonizar popularización i elevación, ó xeito que propón Mao, baseando a elevación na popularización e sendo guiada ísta por aquela. [...].

En Galicia deica agora, sóio en contados casos se dou un axeitado acompañamento entre popularización i elevación. A Poesía «política» incidíu -ou tratóu de incidir- no primeiro deles, máis con resultados desgraciadamente moi probes. Galicia, que ten unha longa esperiencia de poesía combativa e o mesmo tempo de calidade (Rosalía, Curros, Cabanillas), víu convertida a súa lírica máis representativa nun atallo de -chamémolles- poemas miméticos, oportunistas, e non sempre honrados, [...].

A «poesía política» foi un fracaso. O seu descrédito actual, o seu esquecemento -incompreensiblemente rápido- é a proba máis fidel. A «poesía política» foi guiada por políticos e non por poetas, e do seu desastre sóio se salva -a nivel ético- a boa intención ideolóxica que lle trataron de imprimir os seus autores.

Non ostante tamén isto fallóu. A «poesía política» foi esencialmente de denuncia, e eiquí xa xurde a primeira contradición, pois evidentemente a denuncia non ten senso dirixila cara quen a sofre (o pobo). Non é, polo conseguinte, unha poesía dirixida ó pobo. [...]. A «poesía política», que non foi interiorizada polo pobo, sí foi asumida pola burguesía e pequena burguesía, sobor de todo estudantes, co cal perdéu cáseque toda a súa forza revolucionaria. [...].

O artista, o poeta debe servir á loita emancipadora, participar consciente e activamente no proceso revolucionario, ser fiel intérprete das arelanzas do seu pobo. E pra iso o artista o primeiro que ten que facer é ARTE”.

como norma sistémica. Isto explica a dificultade destes grupos para conjugar a “popularización” e a “elevación” (ou que as mudanzas experimentadas sejam mais significativas quanto aos repertórios formais do que aos temáticos)³⁷³.

Ora, já dixemos que desde as posicións mais resilientes dominadas por Galaxia está a ser negado a este criterio o seu valor como norma sistémica e a súa operatividade como norma de repertorio, considerando os materiais nacional-populares aínda actualizados desde a resistencia (mimetismo, imediatez política, uso popularizante da lingua galega, etc.) como mostras da “reiteración epigonal de esquemas esgotados” ou, en palabras de Carballo Calero no “limiar” ao libro do colectivo *Alén* (in Mato Fondo *et al* 1977: 9; itálicos nossos):

Hai indicios de que a poesía lírica galega, atolada na corredoira cega da *reiteración epigonal de esquemas esgotados*, quere recuperar o seu pulo de sempre, esmorecido hoxe, para atinxir, se non os cumios hexemónicos desde os que dominou noutrora o traballo literario, canda menos unha posición de dignidade reconquistada, que a sitúe a nivel de igualdade en relación cos xéneros prosísticos agora instalados na preferencia do lector.

Tal recuperación non será posíbel se os poetas non teñen o valor de se *afastar dos carreiros trilhados, onde xa non hai xeito de avanzar*, para botar-se á procura de outros vieiros, non co vulgar e zopo afán de novidades gregarias, senón co nobre e lizgaio desexo de autenticidade persoal. Eses novos camiños poden estar a unha banda ou á outra dos xa percorridos; mesmo poden estar cara o arrinque destes, porque cando un se atopa *un beco sen saída*, como non salte as tapias que o afunilan, non lle resta outra opción que a de *regresar ao punto de partida para encetar unha nova vía cara a meta*.

O profesor da USC, filólogo de Galaxia e nesta altura máis próximo das teses reintegracionistas de Rodrigues Lapa que do seu propio grupo, auspicia e avaliza en 1977 a tomada de posición dos tres moços universitarios agrupados para a publicación de *Alén* e postula que a necesaria renovación debe ser feita, mas non nas margens do criterio identitario, tal como vimos que pretendían os grupos máis virados para a idea de arte nacional-popular, mas si superando-o por medio do recurso aos materiais procedentes da **tradiçom** galeguista (in Mato Fondo *et al* 1977: 9-10):

Nos versos reunidos neste volume creio observar algúns dos signos indicados. Tres mozos ensaian, cun entusiasmo que semelha do pasado, un lirismo que soa a sincero, o que é

³⁷³Repare-se em versos como: “os fillos do chan morno fuxen pra terra allea/ e a Galicia eslongada dorme na lonxanía./ [...] Os fillos emigraron, e Galicia dormía” (Rábade Paredes, in Fonte *et al* 1977: s.p.), “Eu falo coma cuspo!” dirá Rodríguez Barrio; e “quixo o Xulio [L. Valcárcel] ser/ máis que pomba de paz, martelo nas cadeas / do seu pobo;/ tivo como bandeira a rebeldía,/ como brasón a libertá/ e como úneca razón ó home./ Un día -cando lle petou-, como veu,/ foise...”.

umha primeira condición para ser eficaz. Mais esto non esclui en diferentes medidas, desde logo, a presenza, ás veces espresa, ás veces como inadvertida, de formas, alentos, temas ou métodos filhados na nosa historia poética. Na historia están as raiganhas de todo. Do presente e do futuro. Da tradición e da renovación. Umha tradición que non sexa renovación, non é senón, morte por petrificación. Umha renovación que non sexa tradición, non é senón morte por mutilación.

Já foi indicado nesta epígrafe qual é a tipologia dos materiais da tradición a que o grupo em que se integra Carballo Calero atribuí valor modelar contra a idea prescritiva da arte e o uso tildado de “desfarrapado” que da lingua galega fám, a juízo deste membro de Galaxia, os agentes que actualizan materiais caracterizados como nacional-populares (Carballo Calero 1974: 271-278)³⁷⁴. Dixemos tamén que estes agentes do nacionalismo galego anticolonial procuran legitimidade histórica naqueles produtores que identifican en maior medida com o criterio identitario e, para além da referencia política e artística de Castelao já apontada, foron aquí referidos ao respeito a reivindicación de poetas “civís” (Vázquez Cuesta 1978) como Curros Enríquez, Ramón Cabanillas e Rosalia de Castro³⁷⁵. Vale a pena referir agora, além disso, a activación da tradición vanguardista do SLG (exemplificada paradigmaticamente no poeta Manuel Antonio) que fám grupos como *Alén* ou *Rompente* em maior medida afastados da continuidade com os repertórios social-realistas (ou menos presos de criterios hierarquizadores nacional-populares do que *Cravo Fondo*).

Com efeito, assim como Alfonso Pexegueiro inicia *Seraogna* com um paratexto de Manuel

³⁷⁴Repare-se como Carballo Calero (1978) insiste na utilidade da tradição como fornecedora de modelos lingüísticos fiáveis também desde os meios de difusão do nacionalismo galego de esquerdas, elaboradores dumha ideia de lingua que se quer identificada com os usos das camadas populares: “Mais López Ferreiro, para o que contempla a Galiza desde Galiza, para o que enfoca a literatura galega desde a literatura galega, é un autor que merece a maior consideración. E á mocidade galega que se interesa pola nosa cultura, habería que informala -e non falta quen pretende facelo- de que López Ferreiro foi un dos escritores galegos modernos de que maior proveito pode tirar, se cando fala e escribe en galego esa mocidade, quer falar e escribir o mellor posíbel, e non sinxelamente poder decir que fala e escr[e]be en galego para non ser zafrañada por retrógrada. [...]. Prescindindo do aspecto propriamente artístico e considerado somente o uso da lingua como material comunicativo, hai que remarcar a utilidade da leitura de López Ferreiro polos aprendices de galego. [...]. O sabor popular, o laibo de autenticidade da fala de López Ferreiro, é unha choiva de auga clara, limpa e saudábel que nos pode liberar de moitos lixos e impurezas que hoxe nos larafouzan a pel da nosa aldraxada lingua”.

A aposta lingüística de Carballo está presente tamén no “limiar” e nos trabalhos de *Alén*, grupo que valoriza o referente de reintegração no mundo português e aproxima ao efeito a ortografía dos seus textos do modelo de além Minho e além mar co obxectivo declarado de contribuir para a recuperación da identidade da Galiza incluíndo-a no espaço cultural luso-brasileiro (“Coidamos deste modo axudar, modestamente, ao espalhamento da nosa cultura nun ámbito li[n]güístico no que a nosa identidade debe estar inserta para a súa total realización”; in “Nota dos Autores”, Mato Fonto *et al* 1977: 61). Essa adaptação ortográfica consiste na utilização sistemática dos dígrafos -NH- e -LH- para grafar as consoantes nasal e lateral palatal e do dígrafo -MH- para grafar a nasal velar interior de palabra presente no artigo indeterminado feminino e nos indefinidos tamén femininos “algumha”, “nengumha”, etc.; com algunha hesitação a aproximação afecta tamén às regras de acentuação e ao uso de -B- e -V-.

³⁷⁵A referencialidade de Rosalia pode ser encontrada tamén no nome do grupo *Cravo Fondo*, que remete em concreto para o poema “Unha vez tiven um cravo”, integrado na secção “Vagedás” do livro *Follas Novas* e caracterizado pola experimentação métrica e a temática intimista.

Antonio (a indicar continuidade com a procura de renovação iniciada polo vanguardista de pré-guerra: “Agora eu busco un vello mariñeiro/ ou unha hestoria d'o pailebote branco/ ou calquera cousa...”), os novos produtores que conformam *Alén* indicam a recuperação e a procura de legitimación na tradición mais vanguardista da literatura galega na persoa de Manuel Antonio desde o propio título do libro que os une (clara referencia ao manifesto “Mais Alá” com que o poeta Manuel Antonio e o artista gráfico Álvaro Cebreiro reivindicavam em 1922 a renovação do discurso literário galego nas chaves da vanguarda europeia frente a ideia de arte nacionalitária postulada polos galeguistas agrupados em volta da revistas revistas *Nós* e *A Nosa Terra*; Axeitos 1997); esta influência fai-se evidente também, entre outros, no poema de abertura elaborado por X. Ramón Pena que dá título ao libro e funciona a maneira de mini-manifesto (in Mato Fondo *et al* 1977: 13):

Nós somos aqueles/ que vinhemos das cortinas de fume,/ adormecidos con murmúrios de guerras,/ cercados polos muros./ Fixemos mitos da música/ e quixemos falar coa voz das flores umha vez./ Inventamos líderes,/ fomos vento,/ ronséis buscando relixión de escuma./ Escrevemos novos hinos/ enfundados no místico traxe/ do rock./ Somos así,/ ar tolo,/ furacán/ que busca árbores para arrincar./ Alén.

Em síntese, na altura em que a transição entra numha nova fase política cada vez mais afastada da ruptura com o franquismo e mais virada para umha mudança dirigida desde o interior das instituições oficiais, o espaço da resistência assiste a tentativas de renovação e incorporação de novos repertórios querendo romper coa leitura monológica própria do social-realismo e com a função exclusivamente de combate à assimilação, compromisso social e reforço identitário reservada aos produtos culturais veiculados em língua galega desde o nacionalismo de orientação marxista. Mas verificamos que o peso do critério identitário como norma identificadora do SLG nom favorece estas tentativas nem o abandono neste espaço institucional das linhas discursivas aqui tradicionais, que poderíamos qualificar como “épica da resistência” e identificar com o mantimento da operatividade do critério identitário como principal regra hierarquizadora.

Assim, ao lado das práticas dos colectivos que reivindicam, como *Alén*, o eu lírico, a vanguarda histórica na figura de Manuel Antonio e a localização da Galiza no espaço cultural galego-luso-brasileiro; ao lado das tentativas de conjugar rigor formal, esteticismo e compromisso sócio-político do efémero *Cravo fondo*; e mesmo ao lado de *Rompente*, o grupo que representa a vanguarda mais intervencionista e experimental, que joga com o humor e a fragmentação do discurso poético e reclama em 1979 perante a RAG a nom institucionalização de Manuel Antonio

no Dia das Letras Galegas por meio do manifesto significativamente intitulado “Fora as vosas sucias mans de Manoel-Antonio”; ao lado, dizemos, destas experiências principalmente universitárias, do pólo da resistência do SLG entre 1974-1978 saem maioritariamente repertórios que implementam o critério identitário (veja-se o dito para Manuel Maria) ou que pretendem alterar as formas social-realistas mas sem mudar a função social e identificadora da comunidade atribuída ao conjunto dos produtos do SCG (tal como vimos com *Cravo Fondo*).

A estes repertórios produzidos na altura devem ser acrescentados ainda as várias reedições das obras canonizadas dos vates do “Rexurdimento” do século XIX (principalmente Rosalia, mas também Curros) e do pai do nacionalismo político galego de pré e após-guerra, Afonso Daniel Rodríguez Castelao (a quem deve ser somado Cabanillas, recuperado especialmente, tal como foi indicado, entre 1975 e 1976; veja-se atrás a pág. 186 ou a nossa nota 229). Todos estes produtores funcionam no imaginário mítico do público militante galego como referentes fundacionais e fundamentais da luta pela liberdade nacional e social devido, como já foi apontado, ao importante peso sócio-político que tinha ainda na altura o critério identitário no SLG.

Enfim, para a estabilização como norma sistémica do critério identitário proposto desde o espaço institucional ocupado pelo UPG e o PSG entre 1974 e 1978, nom ajuda a crise e o esgotamento evidenciados nos repertórios social-realistas através dos quais este critério era actualizado de maneira preferente (que nom exclusiva), repertórios, por sua vez, promovidos fundamentalmente através dum género, o poético, que também perde a preeminência detentada na hierarquia dos géneros até os dous últimos anos do nosso estudo, quando é superado no SLG polo ensaio (Figura 22). Verificamos que, apesar disto, este critério postulado como norma sistémica funciona, polo menos, como norma de repertório claramente preferente para os agentes sediados no pólo da resistência durante o período 1974-1978, enquanto que é ignorado desde o pólo da oficialidade e rejeitado frontalmente polos agentes vinculados a Galaxia, empenhados na renovação discursiva com base na recuperação da tradição, na oposição ao carácter prescritivo e heterónimo atribuído desde a resistência à cultura galega, e na utilização dum modelo de língua afastado em maior medida das interferências do castelhano e dos usos popular(izant)es.

6. SÍNTESE CONCLUSIVA

No início desta tese de doutoramento colocámos umha série de objectivos, gerais e específicos, em virtude dumha pergunta investigadora que devia ser respondida ao longo do presente trabalho. Tanto esta pergunta básica como aqueles objectivos diziam respeito a dous ámbitos principais de análise que foram abordados nas páginas precedentes: interessou-nos, por um lado, a criação de conhecimento novo sobre os agentes, as estratégias e os programas envolvidos no funcionamento e desenvolvimento entre 1974 e 1978 dumha rede institucional que denominámos SLG e, por outro lado (ao considerarmos essa abordagem específica como um estudo de caso), ocupámo-nos da apresentação e explicação dum quadro geral de tipo procedimental e metodológico que, essa era a nossa hipótese, devia permitir a sua aplicação ao estudo tanto do SLG do período em foco como de outros sistemas culturais em situação similar à deste sistema deficientemente institucionalizado e submetido a umha forte tensão procedente do campo político em mudança.

Esta dupla focagem foi feita a partir da análise do conhecimento prévio já existente sobre um objecto de estudo configurado na dupla dimensão referida acima e, por sua vez, este conhecimento também foi abordado numha vertente dual; quer dizer, interessou-nos tanto a fixação do conhecimento mesmo, como o acompanhamento do processo da sua construção, isto é, a análise relacional das ferramentas teórico-metodológicas e procedimentais utilizadas para a elaboração desse conhecimento desde o campo da crítica e a historiografia literária que se tem ocupado do SLG entre 1974 e 1978. Estes instrumentos e modos de abordagem são postulados e utilizados em virtude dos vários interesses em jogo nesses campos e são, em última instância, os responsáveis pelas lacunas detectadas no conhecimento pré-existente sobre o SLG do período abrangido na presente tese de doutoramento.

Umha vez feito isto, esse conhecimento construído fora das margens do projecto Fisempoga (em que este trabalho de investigação está integrado) foi contrastado com umha síntese dos avanços realizados no projecto anterior da equipa (Poluliga) em relação a dous assuntos transversais que, além do mais, serviram para apresentar duas questões centrais para o bom entendimento do funcionamento e a configuração do SLG no lapso temporal aqui analisado. Foram referidos, então, em primeiro lugar, o processo de elaboração lingüística em curso no SLG da altura, em função do qual e construído tanto o modelo como a ideia de língua com que os grupos que nele participam pretendem balizar e identificar a comunidade galega e, num segundo momento, foi abordado o funcionamento do campo editorial, aproximação na qual destacámos os défices detectados pelos

agentes que nele participam e as estratégias por eles desenhadas para os superar. Em síntese, isto serviu-nos para ver como a língua galega, a funcionar em espaços determinantes do sistema como o principal elemento etno-identitário diferencial da comunidade, é construída em relação dialéctica (e com graus e níveis de identidade/ alteridade variáveis segundo grupos e programas) com os modelos castelhano e português e com ideologias que referenciam este material repertorial em maior ou menor medida nas falas populares ou na tradição literária moderna; por outro lado, da análise dos défices e estratégias presentes no campo editorial, concluímos que o alargamento dos espaços institucionais em que essa língua tem presença é o principal eixo e objectivo da actividade sócio-cultural da imensa maioria dos grupos activos no SLG entre 1974 e 1978.

Fora isto, é o próprio conhecimento gerado neste trabalho de investigação, ocupado nas questões referidas acima e no desenho da estrutura institucional e na delimitação normativa do SLG entre 1974 e 1978, o que deve ser cotejado com o estado do saber prévio à realização desta tese de doutoramento. Neste sentido, entendemos que este trabalho apresenta alguma novidade em relação, fundamentalmente, aos modos de aproximação do objecto de estudo e ao tipo de conhecimento gerado com a aplicação tanto de métodos e procedimentos específicos como de ferramentas relacionais criadas ao efeito. Quanto a isto, completamos as conclusões apresentadas na altura de abordarmos cada uma das epígrafes em que foi organizado este trabalho, categorizando e sintetizando na continuação aquelas questões que confirmam, matizam, afastam ou discutem quer as nossas próprias hipóteses de partida quer o conhecimento existente no momento de iniciarmos o presente trabalho de investigação:

1) As metodologias relacionais necessitam ferramentas relacionais: Entendemos que existe uma estreita relação entre a utilização dumha metodologia (e dumha tecnologia) específica e as possibilidades de seleccionar, abordar e compreender um determinado objecto de estudo. Por isso, nesta tese de doutoramento contrastámos como as ferramentas relacionais utilizadas (ou construídas) no projecto Fisempoga para a abordagem do SLG permitem atingir um tipo de conhecimento novo, que foca de maneira prioritária as *relações empiricamente verificáveis* entre produtores, instituições, repertórios (e sistemas); este conhecimento está ausente, em geral, da maioria da bibliografia ao uso, a qual (fora as excepções apontadas no lugar correspondente), está preferentemente devotada para a canonização de produtores e repertórios ou para a elaboração de narrativas sobre a identidade diferenciada da comunidade.

Em relação ainda a esta questão, a crescente preocupação dos membros do grupo de investigação que sustenta a equipa do projecto Fisempoga na fundamentação, na verificação e no

contraste dos pressupostos teórico-metodológicos relacionais de que parte nas suas investigações (num campo da ciência caracterizado, além do mais, pelo *stress* metodológico), plasma-se neste trabalho concreto quer nas explicações de tipo procedimental que acompanham o presente estudo quer na base empírica fornecida à pesquisa, que parte da construção dum banco de dados sobre o qual poder realizar abordagens tanto de tipo quantitativo como qualitativo, abordagens e base empírica desconhecidas, também, na bibliografia consultada sobre o objecto de estudo.

2) A arrumação do conhecimento condiciona a geração do próprio conhecimento, e não apenas a sua divulgação: Dos modos de visão e divisão acompanhados na bibliografia secundária analisada neste trabalho desprende-se, em geral, uma organização do conhecimento baseada na *inclusão sucessiva* de categorias (a modo de matrioskas ou caixas chinesas); isto é, tal como verificámos nestas páginas, a abordagem contextual deixa espaço a uma arrumação dos materiais em géneros canonizados, da qual segue o agrupamento em gerações daqueles produtores que acompanham o critério lingüístico e a conseguinte análise da sua produção em função dos temas e os estilos por eles actualizados.

A abordagem relacional e a base empírica deste trabalho permitem superar esta organização do conhecimento e alargar o âmbito de compreensão do nosso objecto de estudo em várias vertentes, todas, por sua vez, estreitamente vinculadas entre si:

a) O estabelecimento do *critério filológico* como única norma sistémica em estádios do SLG como o que foi objecto da nossa investigação (caracterizado, precisamente, pela instabilidade das suas balizas normativas) dificulta abordagens como as feitas neste trabalho, ocupadas no estudo da função desempenhada e da posição ocupada por outros materiais e elementos repertoriais propostos como balizadores ou hierarquizadores quer desde o centro quer desde as margens do sistema em foco (sejam estes o critério identitário, o temático, o geográfico, o de origem ou os materiais procedentes da tradição). Igualmente, a aceitação apriorística deste critério afasta do SLG os grupos que o discutem e impede conhecer o conjunto das tomadas de posição realmente existentes no sistema e o processo dialéctico que conduz à sua configuração actual.

b) A activação do *critério geracional* para agrupar agentes em função do ano de nascimento ou de início da sua actividade literária dificulta a abordagem das relações dos participantes no sistema com a rede institucional que, como vimos nas páginas precedentes, estes mesmos agentes contribuem a criar de acordo com os vários programas e estratégias em jogo. O agrupamento de produtores de acordo com as relações de pertença estabelecidas com as instituições

em que participam e dos produtos em virtude de atributos contrastados empiricamente, e nom, uns e outros, segundo critérios de ordem geracional ou genérico, pom em destaque a função da rede institucional como conformadora nom apenas da estrutura do SLG mas também como demarcadora do espaço de possibilidades em que estes produtores realizam as suas acções e executam os seus programas.

c) A passagem da *abordagem contextual* (histórica e sócio-cultural) para o estudo relacional permite analisar o sistema literário em função do seu relacionamento com os campos do poder e demonstrar empiricamente como a estrutura política e económica da Galiza da altura está a determinar a sua estrutura cultural. Da mesma maneira, portanto, que as abordagens relacionais permitem documentar a *heteronomia* do SLG, também exigem o estudo da literatura integrado na abordagem do conjunto dos campos culturais; neste trabalho, verificámos nesse sentido como os grupos que desenvolvem as suas actividades no SLG trabalham de acordo com diferentes objectivos e estratégias procurando tomar posições conducentes ao controlo do conjunto do sistema cultural e das suas normas de legitimação, e nom limitando as suas acções apenas ao sistema literário.

d) Da mesma maneira, esta mesma focagem relacional obriga a integrar no estudo do SLG espaços institucionais historicamente desatendidos pola crítica e a historiografia literária galega, como os enclaves peninsulares, europeus ou americanos. Quanto a estes últimos, neste trabalho demonstrámos como umha vez superadas ou diminuídas nos seus efeitos as circunstâncias sócio-políticas que empecem o desenvolvimento do SLG na metrópole, os espaços institucionais americanos deixam de ter a função assistencial e de repositório que desempenham em momentos com maiores carências na Galiza, reduzindo consideravelmente o seu peso relativo (e a sua produtividade) no conjunto do SLG; tanto nos enclaves europeus como, sobretudo nos peninsulares sediados no Estado Espanhol e na metrópole, a heteronomia que caracteriza o sistema fai com que evolução da rede institucional identificada com o SLG se produza ao ritmo que marcam os acontecimentos políticos.

e) Estes ou similares acontecimentos políticos afectam também outros sistemas peninsulares e as relações do SLG com eles. O relacionamento intersistémico no âmbito peninsular é estabelecido em função de lógicas e interesses diversos segundo os grupos em foco, e em dependência das parcerias ou homologias contempladas nas práticas e nos programas desses grupos; em todo o caso, estas questons condicionam tanto o próprio relacionamento extrasistémico como o processo de construção do sistema próprio e o diferente valor atribuído nele ao outro sistema peninsular. Neste sentido, Catalunha acumula umha maior unanimidade no seu

reconhecimento como referente de emulação; Portugal (e, em menor medida, a lusofonia) funciona(m) como referente(s) de analogia para a esquerda política identificada com o processo revolucionário do 25 de Abril de 1974, de reintegração para os agentes que aderem ao reintegracionismo lingüístico proposto por Lapa em 1973 (e, em menor medida, para Galaxia e Sargadelos), e de oposição para as propostas codificadoras que desde o campo científico reivindicam a autonomia do galego com base nas falas populares. A função referencial do SCE, por seu lado, estará caracterizada pela ambigüidade fora do espaço ocupado pela esquerda nacionalista e dependerá, em todo o caso, de onde localizarem os diferentes grupos as margens do SLG em relação com ele.

3) Em períodos caracterizados pela tensom e a incerteza no ambiente, a posição face a mudança condiciona as tomadas de posição e as estratégias dos agentes no sistema. Quiçá a ponto em que mais se afastam os resultados desta tese de doutoramento do tipo de conhecimento fixado na bibliografia prévia sobre o funcionamento do SLG entre o franquismo e a transição seja, precisamente, a delimitação do espaço institucional deste sistema e a posterior organização desta rede em três pólos estabelecidos em função da posição tomada a respeito do processo de mudança política (de aceitação, adaptação ou oposição).

a) Esta estratégia investigadora, que dificilmente seria possível sem as ferramentas relacionais construídas no projecto Fisempoga, permite analisar a tipologia e a evolução da rede relacional e verificar como o SLG dilata e diversifica a sua estrutura fundamentalmente no período de maior incerteza no campo político (1975-1977) e em virtude da energia investida, de maneira destacada, polos grupos da esquerda nacionalista galega localizados no pólo da resistência (onde, apesar do sistema contar com menor inércia acumulada, verifica-se um maior impulso). Entre os grupos situados neste espaço destaca a UPG em virtude da sua maior capacidade de mobilização e de monopolizar e promover um discurso político-cultural baseado no anticolonialismo e na resistência à assimilação do SCG (que contribui a formar) no SCE; este discurso anticolonial e resistencialista está acompanhado por práticas ofensivas destinadas ao alargamento dos espaços institucionais do sistema em base a um programa normativo que tenciona identificar o conjunto do SCG com o compromisso lingüístico e sócio-político/ nacionalitário, isto é, com o critério lingüístico e com o identitário.

b) À heteronomia do programa político-cultural da UPG opom-se o grupo que acumula um maior grau de institucionalização no SCG da altura, Galaxia, que mantém a posição de centralidade conseguida no após-guerra graças, sobretudo, à maior inércia acumulada neste espaço

do sistema e à maior capacidade de adaptação do grupo às tensões do ambiente; para isto contribui nomeadamente uma estratégia que passa por manter relações em ambos os extremos do sistema (com a oficialidade e com a resistência), por não expor no espaço político os capitais acumulados no trabalho cultural enquanto durar a incerteza no campo do poder, e por manter uma relativa ambigüidade em práticas e discursos culturais que, contudo, não impede afirmar que este grupo pretende estabilizar no SLG o *critério filológico* proposto por um dos seus membros mais destacados em inícios de sessenta (Ricardo Carballo Calero), e complementá-lo com um alargado leque de materiais repertoriais referenciados na tradição galeguista.

c) Em geral, a diferença quanto as normas propostas desde cada um dos espaços delimitados na estrutura do SLG entre 1974 e 1978 reside no *carácter inclusivo ou exclusivo da língua galega* em relação a outros materiais repertoriais propostos; quer dizer, os grupos localizados no pólo da oficialidade delimitam o SLG activando a língua galega **ou** uma combinação variável doutros materiais repertoriais (celtismo, lirismo, saudade, temática, origem do produtor, lugar de edição...) que poderão acompanhar o castelhano; de acordo com estas propostas viradas para a subsistemização, os limites entre o SLG e o SLE atenuam-se consideravelmente, ao poderem partilhar ambos sistemas a mesma norma sistémica. Por seu lado, aqueles grupos e agentes que realizam as suas actividades culturais nas margens e nas lógicas dos pólos da resiliência e da resistência estabelecem as fronteiras do SLG a respeito do SLE em virtude da língua galega e de algum outro elemento repertorial, seja através de materiais configurados como nacional-populares (isto é, o compromisso com a identidade diferenciada da comunidade e a identificação com as camadas populares) no caso dos grupos resistentes, seja através de materiais procedentes da tradição galeguista em que se reconhecem preferentemente os grupos mais resilientes (o lirismo, o humorismo, o celtismo, a língua literária...)

Em síntese, este trabalho rompe com algumas conformidades presentes na bibliografia sobre a configuração do SLG entre o franquismo e a transição, nomeadamente quanto à fortaleza ou aceitação unânime das normas com que os grupos pretendem delimitar ou hierarquizar o próprio sistema, ou à inexistência de pontos de fricção entre grupos que sustentam posições, projectos, estratégias e *doxas* diferentes e em ocasiões antagónicas. Este afastamento dos campos da crítica e da historiografia literária galega actual verifica-se nos dois eixos em que se move este trabalho, quer no estudo concreto do caso galego, quer na elaboração e acompanhamento de processos, procedimentos e metodologias que deverão possibilitar desenvolvimentos posteriores no âmbito do próprio projecto de investigação em que está inserida esta tese de doutoramento.

7. BIBLIOGRAFIA CITADA

- [AG=] VV.AA. (1974), *Almanaque Galaxia 1950-1975*, Galaxia, Vigo.
- [AGAL=] Associação Galega da Língua- Comissom Lingüística (1983), *Estudo crítico das «Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego»*, Associação Galega da Língua, [A Crunha].
- Agrupación Cultural «O Facho» (1991), *A Coruña na cultura galega*, [Venus Artes Gráficas], A Coruña.
- Aguiar e Silva, V. M. de (1999), *Teoria da literatura*, Almedina, Coimbra.
- Alcalá, X. (1977), “Cara un congreso da cultura galega”, *Teima* 34, 33.
- Alonso Fernández, B.; Obelleiro Piñón, L. & García Negro, M.C. (1996), “O Ensaio histórico e económico”, in Alberte Ansede Estraviz & Cesario Sánchez Iglesias (eds.), *Historia da Literatura Galega*, AS-PG / ANT, Vigo, Vol. 5, pp. 1346-1376.
- Alonso Montero, X. (1973), *Informe dramático sobre la lengua gallega*, Akal, Madrid.
- Alonso Montero, X. (1995), *Lingua e literatura galegas na Galicia emigrante*, Secretaría Xeral de Relacións coas Comunidades Galegas, Santiago de Compostela.
- Alonso Rodríguez, A. & Pérez Rego, D. (2005), “Un Caso destacado de publicaciones periódicas españolas: el Almanaque agrícola ZZ de Zeltia”, *Boletín de la ANABAD* 55(3), 123-126.
- Alvajar López, J. (1988), “Apuntes sobre la Delegacion del Consejo de Galicia en Europa”, *Anuario Brigantino* 11, 125-136.
- Álvarez Blanco, R. & Fernández Rei, F. (1977), “Galego de cidade: a destrución dun idioma”, *Teima* 29, 10-11.
- Álvarez Bravo, B. (2008), *Máis de trinta anos de semente cultural nacionalista na cidade da Coruña: historia da Asociación Cultural Alexandre Bóveda*, Deputación da Coruña - Agrupación Cultural Alexandre Bóveda, A Coruña.
- Álvarez Cáccamo, C. (1987), “Fala, bilingüismo, poder social”, *Agália* 10, 127-150.
- Álvarez Cáccamo, C. (1999), “O Galego frente ao português, ou a lóxica social da diferença”, in Camilo Fernández (ed.), *A lingua e a literatura galegas nos alicerces do terceiro rexurdimento (1976 2000) = La llengua i la literatura gallegues als inicis del tercer ressorgiment (1976 2000)*, Cursos de Lingua e Cultura Galegas, Terrassa, Barcelona, pp. 43-49.

- Álvarez Cáccamo, X. M. & Bernárdez, C. L. (1994), *Cinquenta anos de poesía galega: antoloxía*, 2 vols., Penta, A Coruña.
- Álvarez García, I. (coord.), (1989), *O Libro Galego, onte e hoxe, 1988: Catálogo da Exposición Bibliográfica (Santiago, Maio, 1988)*, Federación de Libreiros de Galicia, Santiago de Compostela.
- Álvarez Pousa, L. (1999), *Prensa ameazada: desde a Transición ó Fraguismo*, Lea, Santiago [de Compostela].
- [Álvarez] Pousa, L. (1977), “V Xornadas do Cine en Ourense. Os cines nacionais, porta aberta”, *Teima* 21, 32.
- [Álvarez] Pousa, L. (1977a), “V Xornadas do Cine en Ourense: pola identidade dun país”, *Teima* 20, 31.
- Álvarez Silvar, G. (1997), *La Migración de retorno en Galicia (1970-1995)*, Xunta de Galicia, [Santiago de Compostela].
- Anderson, B. (1983), *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London, Verso.
- Ansede Estraviz, A. & Sánchez Iglesias, C. (eds.) (1996), *Historia da literatura galega*, Vol. 5, AS PG / A Nosa Terra [ANT], Vigo.
- Aracil, L. V. (1965), *Conflit linguistique et normalisation linguistique dans l'Europe Nouvelle*, Memória apresentada ao Centre Européen Universitaire de Nancy, [multicopiado], València, pp. 23-38.
- Araguas, V. (1991), *Voces Ceibes*, Edicións Xerais de Galicia, Vigo.
- [AS-PG=] Asociación Socio-Pedagóxica Galega (1980), *Orientacións para a escrita do noso idioma*, Xistral, [A Coruña].
- [AS-PG=] Asociación Socio-Pedagóxica Galega (1980), *Problemática das linguas sen normalizar: Situación do galego e alternativas*, Xistral, Santiago [de Compostela].
- Axeitos, X. L. (1997), “A recepción das vangardas en Galicia”, *Boletín Galego de Literatura* 19, 7-55.
- Axeitos, X. L. (2002), “Cultura galega na emigración e no exilio despois de 1939”, in Anxo Tarrío (coord.), *A literatura desde 1936 ata hoxe: narrativa e traducción. Galicia. Literatura*, Hércules, A Coruña, Tomo XXXIV, pp. 356-379.
- Baamonde, A. (1988), “Ensaismo galego, probe pero honrado”, *A Nosa terra. A nosa historia* 3-4, 235-238.

- Baamonde, A. (2002), *Aire para respirar*, Edicións Xerais de Galicia, Vigo.
- Balsebre, A. (2001-2002), *Historia de la radio en España*, 2 vols., Cátedra, Madrid.
- Baltrusch, B. (2008), “Tradución e nación: Galicia entre a lusofonía e o posnacionalismo”, *Grial* 46(179), 60-67.
- Bao Abelleira, X. A. & Vázquez González, S. (coord.) (1997), *Literatura galega do século XX. Desenvolvemento Curricular*, Consellería de Educación e Ordenación Universitaria - Xunta de Galicia, [Santiago de Compostela].
- Barazal, A. P. (2005), *O Protosistema Literario Galego en 1973*, Trabalho de Investigaçom Tutelado [pola profesora M. Carmen Villarino Pardo], Departamento de Filologia Galega, USC.
- Barón, E. (1976), *Federación de partidos socialistas*, Avance, Barcelona.
- Barral Andrade, R. (1975), *O aforro e a inversión na Galicia*, SEPT, Pontevedra.
- Barreiro Fernández, X. R. (1991), *Enseñanza y cultura. Galicia. Historia contemporánea*, Tomo VI, Hércules, A Coruña.
- Barreiro Rivas, X. L. (2001), “Bases analíticas para la comprensión de las políticas sociales en la transición democrática española”, in Reginaldo Souza Santos (org.), *Políticas sociais e transição democrática. Análises comparativas de Brasil, Espanha e Portugal*, Mandacaru/Cetead, São Paulo/ Salvador, pp. 53-89.
- Barreiro Rivas, X. L.; Jiménez Sánchez, F.; Lagares Díez, N. & Rivera Otero, J. M. (2003), *Os Partidos políticos en Galicia*, Edicións Xerais de Galicia, Vigo.
- Bassel, N. (1991), “National Literature and Interliterary System”, *Poetics Today* 12(4), 773-780.
- Bastida Freixedo, X. (2007), “La senda constitucional. La nación española y la Constitución”, in Carlos Taibo (ed.), *Nacionalismo español: esencias, memoria e instituciones*, Los Libros de la Catarata, Madrid, pp. 113-158.
- Beaumont, J. F. (1977), “Prensa y radio del Movimiento continúan en manos del Estado. El Consejo de Ministros de hoy puede pedir su transformación”, *El País*, 01/04/1977.
- Bedau, M. A. (1997), “Weak Emergence”, *Philosophical Perspectives: Mind, Causation, and World*. *Blackwell* 11, 375-399.
- Beiras, X. M. & López Rodríguez, A. (1999), *A Poboación galega no século XX*, Edicións Laiovento, Santiago de Compostela.
- Beiras, X. M.; Fernán Vello, M. A. & Pillado Mayor, F. (1989), *A Nación incesante: conversas con Xosé Manuel Beiras*, Laiovento, Santiago de Compostela.

- Beiras, X. M.; Vello, M. A. & Pillado Mayor, F. (2004), *A estrela na palabra: novas conversas con Xosé Manuel Beiras*, Laiovento, A Coruña.
- Belleau, A. (1983), “Code social et code littéraire dans le roman québécois”, *L'Esprit Créateur* 23(3), 19-31.
- Bello Vázquez, R. (2005), «*Uma Certa Ambição de Gloria*»: *Trajectória, Redes e Estratégias de Teresa de Mello Breyner nos Campos Intelectual e do Poder em Portugal (1770-1798)*, Tese de Doutoramento [orientada polo professor Elias J. Torres Feijó], Departamento de Filologia Galega, USC.
- Beramendi, J. (2007), *De provincia a nación: historia do galeguismo político*, Edicións Xerais de Galicia, Vigo.
- Beramendi, J. G. (1991), “El Partido Galleguista y poco más: organización e ideoloxías del nacionalismo gallego en la II República”, in Justo González Beramendi & Ramón Máiz (comps.), *Los Nacionalismos en la España de la II República*, Consello da Cultura Galega / Siglo Veintiuno, Santiago de Compostela / México, pp. 127-170.
- Beramendi, J. G. (2006), “El nacionalismo gallego en la transición”, in Elena Maza Zorrilla, Concepción Marcos & Rafael Serrano García (coords.), *Estudios de historia: Homenaje al profesor Jesús María Palomares*, Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, Valladolid, pp. 245-258.
- Beramendi, J. G. & Núñez Seixas, X. (1996), *O nacionalismo galego*, Edicións A Nosa Terra, Vigo.
- Bermejo, R. (2005), *La gran transición hacia la sostenibilidad: principios y estrategias de economía sostenible*, Catarata, Madrid.
- Bernárdez, C. L.; Insua, E. X.; Millán Otero, X. M.; Rei Romeu, M. & Tato Fontaíña, L. (2001), *Literatura galega século XX*, A Nosa Terra, Vigo.
- Bertalanffy, L. von (1993), *Teoría general de los sistemas: fundamentos, desarrollo, aplicaciones*, Fondo de Cultura Económica, Madrid.
- Billig, M. (1995), *Banal nationalism*, SAGE, London.
- Blanco Torrado, A. & López Rodríguez, M. (1991), *Doce anos na búsqueda da nosa identidade*, Asociación Cultural Xermolos, [Guitiriz].
- Blanco, C. (1991), *Literatura galega da muller*, Edicións Xerais de Galicia, Vigo.
- Borgatti, S.; Everett, M. & Freeman, L. (2002), *Ucinet for Windows: Software for Social Network Analysis*, Analytic Technologies, Harvard.

- Borreiros, B. (1977), “Omnium Cultural Galego. O anxelismo na porta de un pretendido Congreso”, *Teima* 35, 30.
- Bourdieu, P. (1985), *La distinction: critique sociale du jugement*, Les Editions de Minuit, Paris.
- Bourdieu, P. (1991), “Le Champ Littéraire: Avant propos”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 89, 4-46.
- Bourdieu, P. (1992), *Les règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*, Éditions du Seuil, Paris.
- Bourdieu, P. (1994), *Raisons Pratiques. Sur la théorie de l'action*, Éditions du Seuil, Paris.
- Bouzada, X. (1978), “O libro galego na nosa xeografía”, *A Nosa Terra* 16 (12-18/05/1978) [especial DLG], 12.
- Cabana Iglesia, A. (2009), *Xente de orde. O consentimento cara ao franquismo en Galicia*, tresCtres, Santa Comba, A Coruña.
- Cabo Alonso, A.; Filgueira Valverde, J.; Varela, J. L. & Chamoso Lamas, M. (1976), *Galicia*, Fundación Juan March / Noguer, Madrid / Barcelona.
- Cabo Aseguinolaza, F. (2003), “Geography and literature: on a comparative history of the literatures in the Iberian Peninsula”, *Neohelicon* 30(1), 117-125.
- Cabo Aseguinolaza, F. (2004), “El Giro espacial de la historiografía literaria”, in Anxo Abuín González & Anxo Tarrío Varela (eds.), *Bases metodolóxicas para unha historia comparada das literaturas na Península Ibérica*, Universidade de Santiago de Compostela, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, Santiago de Compostela, pp. 21-43.
- Cabo Villaverde, X. L. & Castro de Paz, J. L. (1996), *Historia do cine en Galicia*, Vía Láctea Editorial, Oleiros, A Coruña.
- Cabrera Iglesias, M. D.; Ferradáns Barreiro, M. dos A. & Picallo Martínez, M. D. (1990), *O mundo editorial galego: revisión dunha década, 1978-1988*, 2 vols., Concellos de Santiago de Compostela e de Vigo, Compostela / Vigo.
- Cal, M. R. (1988), *La Prensa alternativa en la zona «no urbana» de Galicia (1975-1984)*, Tese de Doutoramento, Universidad Complutense, Madrid.
- Cal, M. R. & del Carmen Pérez Pais, M. (1993), *Repertorio bibliográfico sobre a prensa galega*, Edicións Lea, Santiago de Compostela.
- Calvet, L. (1974), *Linguistique et colonialisme: petit traité de glottophagie*, Payot, Paris.
- Cañada, S. (ed.) (1974-2006), *Gran Enciclopedia galega*, 41 vols., Gran Enciclopedia Gallega, Santiago [de Compostela].

- Caño, X. M. del (1990), *Conversas con Manuel María*, Edicións Xerais de Galicia, Vigo.
- Caño, X. M. del (2005), *Conversas con Méndez Ferrín: historia, literatura, nación*, Edicións Xerais de Galicia, Vigo.
- Caño, X. M. del (2009), *Conversas con Alfredo Conde: xuízo, sentenza e condena*, Ir Indo, Vigo.
- Caparrós Lera, J. M. (1976), *Historia crítica del cine*, Magisterio Español, Madrid.
- Capelán Rey, A. (1992), “Lectura a contraño de «A nova narrativa galega»”, de M^a Camino Noia”, *Boletín galego de literatura* 8, 61-77.
- Carbajo Vázquez, J. (2009), “El Partido Socialista Galego: Evolución histórica de un discurso nacionalista bajo la dictadura franquista”, comunicación presentada ao *VII Encuentro de Investigadores sobre el Franquismo. Tercera sesión. Identidades y conflictos territoriales*.
- Carballa, X. (1991), “Escritores e intelectuais galegos poñen en cuestión a decisión de Alfredo Conde”, *A Nosa Terra* 460 (11/01/1991), 17.
- Carballo Calero, R. (1972), “Popularismo”, *Casa Galicia - Unidad Gallega. Memoria 1971-1972*, 23.
- Carballo Calero, R. (1974), “Figuras representativas da literatura galega actual”, *Grial* 45, 269-279.
- Carballo Calero, R. (1975²), *Historia da literatura galega contemporánea 1808-1936*, Galaxia, Vigo.
- Carballo Calero, R. (1976), *Historia de la literatura gallega contemporánea*, Editora Nacional, Madrid.
- Carballo Calero, R. (1978), “López Ferreiro, escritor en galego”, *A Nosa Terra* 16 (12-18/05/1978) [especial DLG], 13.
- Carballo Calero, R. (1981³), *Historia da literatura galega contemporánea 1808-1936*, Galaxia, Vigo.
- Carballo Calero, R. (1982), *Libros e autores galegos. Século XX*, Vol. 1, Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa, A Coruña.
- Carballo Calero, R. & Centelles, E. (1977), *Historia de las literaturas hispánicas. Unidad Didáctica 1/2*, 2 vols., UNED (MEC), Madrid.
- Carballo Calero, R.; Martínez Pereiro, C. P.; Ferreiro, M.; Dobarro, X. M.; Rodríguez, F. & Vázquez Cuesta, P. (1982), *A nosa literatura. Unha interpretación para hoxe (I)*, AS-PG / [promove] A. C. Alexandre Bóveda, A Coruña.
- Carballo Calero, R.; Vilavedra, D. & Pena, M. (eds.) (2006), *Epistolario a Francisco Fernández del Riego*, Galaxia, Vigo.
- Carmona Badía, X.; Nadal Oller, J. (2005), *El Empeño industrial de Galicia: 250 años de historia (1750-2000)*, Fundación Pedro Barrié de la Maza, A Coruña.

- Carmona Badia, X. (coord.) (2006), *Empresarios de Galicia*, Centro de Investigación Económica e Financeira, Fundación Caixa Galicia, [A Coruña].
- Carro Sobral, T. (2003), *O Sistema Cultural Galego em 1977. Presença lusófona. Elaboração de materiais para interpretação*, Trabalho Academicamente Dirigido [polo Professor Carlos Quiroga], Departamento de Filologia Galega, USC.
- Carvalho Calero, R.; Fernán Vello, M. A. & Pillado Mayor, F. (1986), *Conversas en Compostela con Carballo Calero*, Sotelo Blanco, Barcelona.
- Casanova, P. (1999), *La république mondiale des lettres*, Éditions du Seuil, Paris.
- Casares, C. (dir.) (2003), *Catálogo de obras literarias en lingua galega traducidas a outros idiomas. Unha primeira achega*, Consello da Cultura Galega - Sección de Cultura Galega no Exterior, Santiago de Compostela.
- Casas, A. (2002), “A Teoría crítica da cultura e a planificación dos estudos socioculturais (para ler González-Millán)”, *Anuario de estudios literarios galegos*, 29-38.
- Casas, A. (2003), “Sistema interliterario y planificación historiográfica a propósito del espacio geocultural ibérico”, *Interlitteraria* 8, 68-97.
- Casas, A. (2007), “Xoán González-Millán: itinerarios teóricos”, in Helena González Fernández & María Xesús Lama (eds.), *Actas do VII Congreso Internacional de Estudos Galegos. Mulleres en Galicia. Galicia e outros pobos da Península*, Edicións do Castro, Sada, pp. 61-68.
- Castelao, D. R. (1974), *Sempre en Galiza*, Edicións Galiza, Centro Gallego de Buenos Aires, Instituto Argentino de Cultura Gallega, Buenos Aires.
- Castelao, D. R. (1977), *Sempre en Galiza. Obra Completa 2*, Akal, Madrid.
- Castells, M. (2003²), *La era de la información. El poder de la Identidad*, Vol. 2, Alianza Editorial, Madrid.
- CC.OO. (2000), *Prensa clandestina no franquismo*, Fundación 10 de marzo, Santiago de Compostela.
- CC.OO.; Gómez Alén, J. & Santidrián Arias, V. M. (eds.) (1996), *Historia de Comisións Obreiras de Galicia nos seus documentos*, Edicións do Castro, Sada.
- [CSBG=] Centro Superior Bibliográfico de Galicia (2005), *O Libro galego (ata 2003)*, Dirección Xeral de Promoción Cultural, Santiago de Compostela.
- Chalmers, D. (2006), “Strong and Weak Emergence”, in P. Clayton & P. Davies (eds.), *The Re-Emergence of Emergence*, Oxford University Press, Oxford.

- Cintra, L. F. L. (1971) “Nova proposta de clasificación dos dialectos galego-portugueses”, *Boletim de Filologia* 22, 81-116.
- Cisquella, G.; Erviti, J. L. & Sorolla, J. A. (2002), *La represión cultural en el franquismo: diez años de censura de libros durante la Ley de Prensa (1966-1976)*, Anagrama, Barcelona.
- Clayton, P. (2006), “Conceptual Foundations of Emergence Theory”, in Philip Clayton & Paul Sheldon Davies (eds.), *The Re-Emergence of Emergence*, Oxford University Press, Oxford.
- Cochón, I. (2001), “Unha Proposta de superación da orde xeracional oitenta-noventa”, in Anxo Tarrío Varela (coord.), *A Literatura desde 1936 ata hoxe: poesía e teatro. Galicia. Literatura*, Hércules, A Coruña, Tomo XXXIII, pp. 285-287.
- Cochón, I. (2001a), “A Poesía de fin de milenio, o reaxuste dos anos noventa”, in Anxo Tarrío Varela (coord.), *A Literatura desde 1936 ata hoxe: poesía e teatro. Galicia. Literatura*, Hércules, A Coruña, Tomo XXXIII, pp. 366-417.
- Cochón, I. & González, H. (1999), “Rompenste: comunicación e vangarda”, in Dieter Kremer (ed.), *Actas do V Congreso Internacional de Estudos Galegos = Akten des 5 Internationalen Kongress für Galicische Studien: Universidade de Tréveris = Universität Trier: 8-11 de outubro de 1997*, Ediciós do Castro / Centro de Documentación de Galicia da Universidade de Trier, [Sada] / Trier, pp. 1075-1084.
- Colectivo Seitura (1982), *Literatura galega, 3º BUP*, Xerais, Vigo.
- Consello da Cultura Galega (2005), *Catálogo de publicacións periódicas*, Consello da Cultura Galega - Arquivo da Emigración Galega, Santiago de Compostela.
- Constenla Bergueiro, G. (1996), “O Ensaio sociolingüístico”, in Alberte Ansede Estraviz & Cesario Sánchez Iglesias (eds.), *Historia da Literatura Galega, AS-PG / ANT*, Vigo, Vol. 5, pp. 1378-1408.
- Corbacho Quintela, A. (2009), *A aculturação dos galegos do Brasil: o vazío galeguista*, Tese de Doutoramento [orientada polo professor Elias J. Torres Feijó], Departamento de Filologia Galega, USC.
- Cordeiro Rua, G. (2007), “O Iberismo como projecto no campo cultural galeguista nos primeiros setenta”, in Helena González Fernández & María Xesús Lama López (eds.), *Actas do VII Congreso Internacional de Estudos Galegos. Mulleres en Galicia. Galicia e outros pobos da península*, Ediciós do Castro / AIEG / Universitat de Barcelona, Barcelona, pp. 531-543.
- Cordeiro Rua, G. & Rodríguez Prado, F. M. (2002), “Sistema literario galego (SLG) e o mundo lusófono na primeira metade de setenta (1969-1974): Portugal para quê?”, in *[Actas do] VII*

- Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Brown University, Providence, Rhode Island, E.U.A.
- Cordeiro Rua, G. & Samartim, R. L.I. (2008), “O panorama editorial galego no tardofranquismo e na transición”, in Paz Romero Portilla & Manuel-Reyes García Hurtado (eds.), *El libro en perspectiva. Una aproximación interdisciplinaria. III Simposio de Estudos Humanísticos*, UdC-Servizo de Publicacións, A Coruña, pp. 161-193.
- Cores Trasmonte, B. (1981), “Modelos organizativos, participación y conciencia política en Galicia”, *Documentación Social* 45, 127-146.
- Cores Trasmonte, B. (1992), “Os Congresos da emigración galega”, in *Galicia e América: cinco séculos de historia*, Consellería de Relacións Institucionais e Portavoz do Goberno, Consello da Cultura Galega, Santiago de Compostela, pp. 145-149.
- Cores Trasmonte, B. (2001), *O Estatuto de Autonomía de Galicia (1977-1981), os documentos oficiais*, Parlamento de Galicia, Santiago de Compostela.
- Coromines, J. (1976), “Sobre a unificación ortográfica galego-portuguesa”, *Grial* 53, 277-282.
- Costa Clavell, X. (1976), “Una sociedad históricamente escindida: el idioma”, *Casa Galicia - Unidad Gallega*, 30.
- Costa Rico, A. (2007), “A escola que mudou: Dinámicas, innovacións e experiencias na educación en Galicia (1961-2000)”, *Sarmiento. Anuario Galego de Historia da Educación* 11, 7-36.
- Costa, J. M. (1974), “Crónica de Barcelona. Habla Basilio Losada”, *Correo de Galicia* (10/12/1974), 10.
- Costa, X. M. (1977), “Conversa con Salvador Espriu”, *Grial* 58, 485-489.
- Cotarelo, R. (comp.) & Aguila, R. del et al (1992), *Transición política y consolidación democrática. España (1975-1986)*, Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid.
- Cucurull, F. (1974), “Possibilidades do galego”, *Seara Nova* 1539, 22-23.
- Cunqueiro, Á; Liñeira, M. G. (ed.) (2007), *El laberinto habitado: los artículos de Álvaro Cunqueiro en «Destino» (1961-1976)*, Nigratrea, Vigo.
- Cunha, C. F. da (1974), “Órgão da cultura galega em dimensão universal”, *Grial* 43, 78.
- Cupeiro, B. (1989), *A Galiza de alén mar*, Edicións do Castro, Sada.
- Dasilva, X. M. (2001), “Do epigonismo da poesía social realista ós inicios da renovación estética”, in Anxo Tarrío Varela (coord.), *A Literatura desde 1936 ata hoxe: poesía e teatro. Galicia. Literatura*, Hércules, A Coruña, Tomo XXXIII, pp. 242-283.

- Dasilva, X. M. (2002), “Panorama da traducción literaria”, in Anxo Tarrío (coord.), *A literatura desde 1936 ata hoxe: narrativa e traducción. Galicia. Literatura*, Hércules, A Coruña, Tomo XXXIV, pp. 340-353.
- Denzau, A. & North, D. C. (1994), “Shared Mental Models: Ideologies and Institutions”, *KYKLOS* 47(fasc. I), 3-31.
- Díaz Plaja, G. (1974), *Literatura Gallega / Tesoro Breve de las Letras Hispánicas*, Vol. VII, Editorial Magisterio Español, Madrid.
- Díaz, C. (2007), *A esforzada conquista da autonomía 1979-1981: unha ollada desde o socialismo galego*, Galaxia, Vigo.
- Díaz, H. M. (2007), *Historia de la Federación de Sociedades Gallegas: identidades políticas y prácticas militantes*, Biblos / Fundación Sotelo Blanco, Buenos Aires / Santiago de Compostela.
- Diéguez, T. (2005), *Nacionalismo ó pé da letra: os periódicos dos partidos nacionalistas galegos entre 1965 e 1975*, Sotelo Blanco, Santiago de Compostela.
- DiMaggio, P. J. & Powell, W. W. (1999), “Introducción”, in Walter W. Power & Paul J. DiMaggio (comps.), *El Nuevo institucionalismo en el análisis organizacional*, Fondo de Cultura Económica, México, pp. 33-75.
- Dobarro Paz, X. M. (1985), “A literatura infantil”, in Francisco Rodríguez *et al*, *A nosa literatura: unha interpretación para hoxe (II)*, Xistral, A Coruña, pp. 77-91.
- Durán, J. A. (coord.) *et al* (1978), *Galicia. Realidade económica e conflito social*, Banco de Bilbao-Servicio de Estudios, Bilbao.
- Domínguez Alberte, X. C. (1998), “A Diversificación do xénero narrativo dende 1975”, in Xoán Carlos Domínguez Alberte; Begoña Eguizábal Gándara; Amelia Rodrigues Esteves (eds.), *Actas das I Xornadas das Letras Galegas en Lisboa*, Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades, Santiago de Compostela, pp. 87-111.
- Domínguez, C. (2004), “Periodología, cambio literario e historia comparada: apuntes metodolóxicos”, in Anxo Abuín González & Anxo Tarrío Varela (eds.), *Bases metodolóxicas para unha historia comparada das literaturas na Península Ibérica*, Universidade de Santiago de Compostela, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, Santiago de Compostela, pp. [121]-152.
- Enxebre Orde da Vieira (1983), *A galegitude no mundo: Guía de centros gallegos*, Enxebre Orde da Vieira, Madrid.

- Equipo Glifo (1998), *Diccionario de termos literarios. Vol. II (e-h)*, Xunta de Galicia, Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades, [Santiago de Compostela].
- Escarpit, R. (1974), *Hacia una sociología del hecho literario*, Edicusa, Madrid.
- [Espanha=] Ministerio de Información y Turismo de Espanha (1966), “Ley de Prensa e Imprenta (14/1966, 18 Marzo)”, *B.O.E.* (19/03/1966).
- [Espanha=] Jefatura del Estado de España (1978), “Real Decreto Ley 7/1978, de 16 de marzo, por el que se aprueba el Régimen Preautonómico para Galicia / Real Decreto 474/1978, de 16 de marzo, por el que se desarrolla el Real Decreto Ley 7/1978, que aprueba el Régimen Preautonómico para Galicia”, *BOE (nº 66 de 18/3/1978)*, 6502-6503 e 6506.
- Even-Zohar, I. (1985-1986), “La búsqueda de leyes y sus implicaciones para el futuro de la ciencia de la literatura”, *Criterios* 3(13-20), 242-247.
- Even-Zohar, I. (1993), “A Función da literatura na creación das nacións de Europa”, *Grial* 120, 441-458.
- Even-Zohar, I. (1995), “Planificación da cultura e mercado”, *Grial* 126, 181-200.
- Even-Zohar, I. (1998), “Planificación cultural e resistencia na creación e supervivencia de entidades sociais”, *A Trabe de Ouro* IV(36), 481-489.
- Even-Zohar, I. (2002), “Solucións anticuadas e a industria de ideas”, *Anuario de estudios literarios galegos*, 39-53.
- Even-Zohar, I. (2005), *Papers in Culture Reseach*, The Porter Chair of Semiotics, Tel Aviv University, Tel Aviv. Acessível em <http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/index.html>
- Even-Zohar, I. (2007), *Polisistemas de cultura*, Universidad de Tel Aviv: Cátedra de Semiótica, Tel Aviv. Acessível em <http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/index.html>
- Eyré, X. M. (1996), “A Narrativa actual”, in Alberte Ansede Estraviz & Cesario Sánchez Iglesias (eds.), *Historia da Literatura Galega*, AS-PG / ANT, Vigo, Vol. 5, pp. 1538-1568.
- Fabra Barreiro, G. (1973), *Literatura Española en Imágenes. Literatura Gallega*, La Muralla, [Madrid].
- Fabra Barreiro, G.; Otero Pedrayo, R.; González, V.; Paz Andrade, V.; Barreiro Fernández, X. R.; Taboada Chivite, X.; Rodríguez, F.; Losada, B.; Pena, M. del C.; Díaz Fierros, F.; Iglesias Corral, M.; Torres Queiruga, A.; Palmás, R. & Odriozola, A. (1976), *Los Gallegos*, Istmo, Madrid.
- Fanon, F. (1963), *Los condenados de la tierra*, Fondo de Cultura Económica, México.

- Fariña Busto, M. J. & Suárez Briones, B. (coord.) (2000), *Breve historia feminista de la literatura española (en lengua catalana, gallega y vasca) vol. VI*, Anthropos, Barcelona.
- Federación de Gremios de Editores de España (2007), *Comercio interior del libro en España 2006*, Federación de Gremios de Editores de España, Madrid.
- Feldman, D. (1974), “Consideraciones sobre la identificación lingüística de la lengua gallega”, *Grial* 43, 38-48.
- Fernández Baz, M. A. (2003), *A Formación do nacionalismo galego contemporáneo (1963-1984)*, Laiovento, Santiago de Compostela.
- Fernández del Riego, F. (1981³), *Manual de Historia da literatura galega*, Galaxia, Vigo.
- Fernández del Riego, F. (1996), *A Xeración Galaxia*, Galaxia, Vigo.
- Fernández del Riego, F. (2003), *Camiño andado*, Galaxia, Vigo.
- Fernández de la Vega, C. (1963), *O Segredo do humor*, Galaxia, Vigo.
- Fernández Ferreiro, X (1972), “A nova narrativa galega”, *La Voz de Galicia* (12/03/1972).
- Fernández Herráiz, P. & García Uría, I. (1982), *Literatura galega 3º BUP*, [Artes Gráficas VELOGRAF], Santiago de Compostela.
- Fernández Leiceaga, X. & López Iglesias, E. (2000), *Estrutura económica de Galiza*, Edicións Laiovento, Santiago de Compostela.
- Fernández Paz, A. (1999), *A literatura infantil e xuvenil en galego. Crónica dun agromar difícil*, Xerais, Vigo.
- Fernández Rei, F. (1990), “Nacionalismo e dignificación da lingua galega no período 1972-1980”, *A Trabe de ouro* 1, 43-71.
- Fernández Rei, F. (1991), “O Instituto da Lingua Galega (1971-1990). Contribución á investigación e á normalización do galego”, in Mercedes Brea & Francisco Fernández Rei (coords.), *Homenaxe ó Profesor Constantino García*, Departamento de Filoloxía Galega - USC, Santiago de Compostela, pp. 15-46.
- Fernández Rei, F. (2007), “A problemática elaboración do galego moderno”, *A Trabe de Ouro* 72, 11-34.
- Fernández Salgado, B. & Monteagudo, H. (1995), “Do galego literario ó galego común, o proceso de estandarización na época contemporánea”, in Henrique Monteagudo (ed.), *Estudios de sociolingüística galega. Sobre a norma do galego culto*, Galaxia, Vigo, pp. 99-176.

- Fernández Santander, C. & Rodríguez, C. L. (1985), *Franquismo y transición política en Galicia (apuntes para una historia de nuestro pasado reciente) 1939-1979*, Edicións do Castro, La Coruña.
- Fernández Santiago (coord.), Saavedra, M. X. (dir.) (1998), *Repertorio da prensa galega da emigración*, Arquivo da Emigración Galega - Consello da Cultura Galega, Santiago de Compostela.
- Fernández Velho, R. & Sambade Soneira, X. (2006), *Literatura galega do século XX*, A Nosa Terra, Vigo.
- Fernández, M. A. (1994), *Crónica de cine, O Carballiño 1900-1994*, Centro Galego de Artes da Imaxe, A Coruña.
- Figueiras, C. G. (2004), *O Sistema Cultural Galego e a Presença Lusófona em 1979. Elaboração de materiais para a interpretação*, Trabalho Academicamente Dirigido [polo professor Elias J. Torres Feijó], Departamento de Filología Galega, USC.
- Figueiras, C. G. (2006), *O Protossistema Literário Galeguista: Proposta metodológica e linhas de investigação aplicadas a 1968*, Trabalho de Investigação Tutelado [polo professor Elias J. Torres Feijó], Departamento de Filología Galega, USC.
- Figueiras, C. G. (2007), *O Campo Editorial Galego 1968-1982. Primeiras Linhas de Investigação*, Memória final do «II Máster en Edición», USC.
- Figueiras, C. G. (2008), “Nacionalizar com mortos, alfabetizar com estrangeiros. Tradição, produção e importação em sistemas literários em emergência: o caso galego (1968-1982)”, comunicação apresentada ao *IX Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas. Universidade da Madeira, Funchal, 4 a 9 de Agosto de 2008*.
- Figueiras, C. G. (2008b), “As ideias de Galiza e Portugal no processo de elaboração do Estatuto de Autonomia de Galiza de 1981”, in *O Pensamento Luso-Galaico-Brasileiro (1850-2000). Actas do I Congresso Internacional*, IN-CM, Porto, Vol.3, pp. 151-170.
- Figueiras, C. G. (2009), “A literatura infanto juvenil galega no tardo-franquismo”, in Carmen Villarino Pardo, Elias J. Torres Feijó & José Luís Rodríguez, *Da Galiza a Timor. A lusofonia em foco. [Actas do] VIII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas (Santiago de Compostela, 18 a 23 de Julho de 2005)*. Santiago de Compostela, Universidade, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, Vol. III, pp. 1973-1982.
- Figueroa, A. (1988), *Diglosia e texto*, Edicións Xerais de Galicia, Vigo.
- Figueroa, A. (1992), “Literatura nacional e sistema literario”, *Trabe de ouro* 3(11), 399-407.

- Figueroa, A. (1994), "Literatura, sistema e lectura", *Anuario de estudios literarios galegos*, 97-107.
- Figueroa, A. (1996), *Lecturas alleas: sobre das relacións con outras literaturas*, Sotelo Blanco, Santiago de Compostela.
- Figueroa, A. (1999), "Os Textos do pasado e a súa lectura", in Xosé Luís Couceiro (ed.), *Homenaxe ó profesor Camilo Flores*, Universidade de Santiago de Compostela, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, Santiago de Compostela, pp. 406-420.
- Figueroa, A. (2001), *Nación, literatura, identidade: comunicación literaria e campos sociais en Galicia*, Edicións Xerais de Galicia, Vigo.
- Figueroa, A. (2002), "Literaturas minoritarias: autonomía e relacións interliterarias", *Anuario de estudios literarios galegos*, 55-67.
- Figueroa, A. (2008), "Discourse on national identity: notes from Galicia", in *National identities and European literatures = Nationale Identitäten und europäische Literaturen*, Peter Lang, Bern, New York, pp. [203]-220.
- Figueroa, A. & González-Millán, X. (1997), *Communication littéraire et culture en Galice*, L'Harmattan, Paris.
- Filgueiras Fachal, P. (2003), *Aproximazón ao Estudo das Transferéncias Intersistémicas No (Proto)Sistema Literário Galego en 1976. Recollida de materiais e liñas de pesquisa*, Trabalho Academicamente Dirigido [polo professor Elias J. Torres Feijó], Departamento de Filologia Galega, USC.
- Filgueiras Fachal, P. (2005), "Funções de Castelao no Campo Cultural Galego de 1975", comunicación presentada ao *VIII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas (Santiago de Compostela, 18 a 23 de Julho de 2005)*. Santiago de Compostela.
- Filgueiras Fachal, P. (2006), "O Protosistema Literario Galego en 1975. Primeiras aproximacións", Trabalho de Investigación Tutelado [polo professor Elias J. Torres Feijó], Departamento de Filologia Galega, USC.
- Filson, B. (2005), "The 20/60/20 Rule Of Leadership. Dont Go Solving The Wrong Problems".
 Acessível em
[http://www.eioba.com/a12432/the_20_60_20_rule_of_leadership_dont_go_solving_the_wro
 ong_problems.](http://www.eioba.com/a12432/the_20_60_20_rule_of_leadership_dont_go_solving_the_wrong_problems)
- Fishman, J. A. (1967), «Bilingualism wiht and without diglossia; diglossia with and without bilingualism», *Journal of Social Issues* 23, 29-38

- Fonseca, V. M. da (2008), *Produção do conhecimento: O discurso do saber encharcado de poder*, Uberaba, Minas Gerais. Acessível em <http://www.pluridoc.com/Site/FrontOffice/default.aspx?module=Files/FileDescription&ID=4121&lang=PT>
- Fonte, R. (1994-1997), “O Ensaio”, *Anuario de estudios literarios galegos*, 151-155 (1994), 139-142 (1995), 165-169 (1996), 175-178 (1997).
- Fonte, R.; Rábade, X.; Barrio, X. R.; Valcárcer, X. L.; Valcárcel, X. M.; Vergara, F. & Janeiro, H. V. (1977), *Cravo Fondo*, Follas Novas, Compostela.
- Forcadela, M. (1993), *Manual e escolma da Nova Narrativa Galega*, Sotelo Blanco, Santiago de Compostela.
- Forcadela, M. (1996), “A Poesía de posguerra”, in Alberte Ansede Estraviz & Cesario Sánchez Iglesias (eds.), *Historia da Literatura Galega*, AS-PG / ANT, Vigo, Vol. 5, pp. 1058-1088.
- Fortin, N. (1994), *Une littérature inventée. Littérature québécoise et critique universitaire (1965-75)*, Presses de l'Université Laval, Sainte Foy.
- Foucault, M. (1977), *La voluntad de saber. Historia de la Sexualidad*, Siglo XXI, México.
- Fowler, B. (1997), *Pierre Bourdieu and Cultural Theory. Critical Investigation*, Sage, London.
- Franco Grande, X. L. (2004), *Os Anos escuros: a resistencia cultural dunha xeración*, Galaxia, Vigo.
- Freixanes, V. F. (1977), “17 de maio: as Letras Galegas. Politiza-la cultura”, *Teima* 24, 32.
- Freixanes, V. F. (1977a), “V Mostra de Teatro Galego. O encontro de Ribadavia”, *Teima* 26, 46.
- Freixanes, V. F. (1988), “La frontera del 75”, *Reseña* 184, 118-119.
- Freixanes, V. F. (1999), “1978-1988: La infraestructura de las letras”, *Ínsula* 629, 4-7.
- Freixanes, V. F. (2003), “Conversa con Francisco Fernández del Riego e Xaime Isla Couto. Corenta anos de Grial”, *Grial* 157, 50-57.
- Freixeiro Mato, X. R. (1997), *Lingua galega, normalidade e conflito*, Edicións Laidvento, Santiago de Compostela.
- Frías Conde, F. (2003), *A literatura eonaviega contemporánea (Notas sobre literatura galega de Asturias)*, MDGA (Mesa prá Defensa del Galego de Asturias), Eilao.
- Fundación Foessa (1974), *Selectividad y educación*, nº15, [Fundación Foessa, Madrid].
- Fundación Foessa (1976), *Estudios sociológicos sobre la situación social de España 1975*, Fundación Foessa, [Madrid].

- Fundación Foessa & Linz Storch de Gracia, J. J. (1981), *IV Informe Foessa: informe sociológico sobre el cambio político en España (1975-1981)*, Euroamérica, Madrid.
- García, C. (1971): “Orixen e problemas do método do galego”, *Grial* 32, 129-141.
- García, C. (1974), “A lingua galega hoxe. A súa situación no ensino”, *Grial* 44, 148-156.
- García, D. A. (coord.) (2000), *Para unha Galiza independente: ensaios, testemuños, cronoloxía e documentación histórica do independentismo galego*, Abrente, Compostela.
- García, X. L. (1974), *Borralleira pra sementar unha verba*, Xistral, Monforte de Lemos.
- García Domínguez, M. T. (1999), “A Emigración galega cara a América durante a segunda metade do século XX”, in Pilar Cagiao Vila (compil.), *Galegos en América e «americanos» en Galicia: as colectividades inmigrantes en América e a súa impronta na sociedade galega: séculos XIX-XX*, Xunta de Galicia, [Santiago de Compostela], pp. 61-93.
- García González, A. (2009), *Historia de la empresa de La Voz de Galicia (1939-1992)*, Libros en Red, [A Coruña].
- García González, M. (2009), *A imagem da Galiza através dos visitantes portugueses. Literatura, Turismo e Identidade*, Trabalho de Investigação Tutelado [polo profesor Elias J. Torres Feijó], Departamento de Filología Galega, USC.
- García Negro, M. P. (1991), *O galego e as leis: aproximación sociolingüística*, Edicións do Cumio, Vila Boa.
- García San Miguel, L. (1981), *Teoría de la transición: un análisis del modelo español, 1973-1978*, Editora Nacional, Madrid.
- Gaspar Porras, S. (2002), “A novela desde 1975”, in Anxo Tarrío (coord.), *A literatura desde 1936 ata hoxe: narrativa e tradución. Galicia. Literatura*, Hércules, A Coruña, Tomo XXXIV, pp. 151-213.
- Giddens, A. (1987), *Social Theory and Modern Sociology*, Polity Press, Cambridge.
- Gómez Alén, J. & Santidrián Arias, V. (1999), “O compromiso Cívico do intelectual: Xesús Alonso Montero e «Nova Galicia»”, in Rosario Álvarez & Dolores Vilavedra (coords.), *Cinguidos por unha arela común. Homenaxe ó profesor Xesús Alonso Montero*, USC. Publicacións, Santiago de Compostela, pp. 1201-1211.
- Gómez Sánchez, A. & Queixas Zas, M. (2001), *Historia xeral da literatura galega*, A Nosa Terra, Vigo.
- Gómez Torres, C. (2001), *Manuel María: os traballos e os días*, Edicións Laiovento, Santiago de Compostela.

- Gómez Torres, C. (2005), *O Tempo vital de Manuel María: unha crónica sociolingüística de Galiza baixo o franquismo e na restauración democrática*, A Nosa Terra, Vigo.
- Gómez, J. R. (2002), *Fazer(-se) um Nome. Eça de Queirós Guerra da Cal: Um duplo processo de canonicidade literária na segunda metade do século XX.*, Ediciós do Castro, Sada, Compostela.
- Gómez, J. R. (2009), *A Trajectória de Ernesto Guerra da Cal nos campos científico e literário*, Tese de Doutoramento [orientada polo professor Elias J. Torres Feijó], Departamento de Filología Galega, USC.
- González Encinar, J. (1982), *Galicia. Sistema de partidos y comportamiento electoral 1976-1981*, Akal, Madrid.
- González Herrán, J. M. (coord.) (2003), *Escritores galegos na literatura española. Galicia. Literatura*, Vol. XXXV, Hércules, A Coruña.
- González Pérez, C. (1978), “A diglosia na nosa etnografía”, *Grial* 60, 181-188.
- González Pérez, C. (2007), *Xosé María Álvarez Blázquez: 1915-1985: poeta, novelista, investigador, divulgador, editor*, Toxosoutos, Noia, A Coruña.
- González Refojo, M. A.; Romar Carracedo, E. (coord.) (1999), *Lingua galega e literatura: programación didáctica de referencia: educación secundaria obrigatoria*, Consellería de Educación e Ordenación Universitaria, Santiago de Compostela.
- González Xil, X. M. (2001), “As relacións Literatura-arte”, in Anxo Tarrío Varela (coord.), *A Literatura desde 1936 ata hoxe: poesía e teatro. Galicia. Literatura*, Hércules, A Coruña, Tomo XXXIII, pp. 419-439.
- González-Millán, X. (1990), “Cantares gallegos: o rexurdimento dun sistema literario menor”, in Karthleen N. March (ed.), *Homenaje a R. Martínez López*, Ediciós do Castro, Sada, pp. 23-31.
- González-Millán, X. (1991), “Unha Etnopoética para unha literatura periférica”, in Antonio Carreño (ed.), *Actas do Segundo Congreso de Estudos Galegos = Proceedings of the Second Galician Congress: homenaxe a José Amor y Vázquez (Brown University, novembro 10-12, 1988)*, Galaxia, Vigo, pp. 339-347.
- González-Millán, X. (1992), “A Configuración historiográfica dunha literatura marxinal”, in *Actas do I Congreso Internacional da Cultura Galega*, Dirección Xeral de Cultura, [Santiago de Compostela], pp. 445-452.
- González-Millán, X. (1994), *Literatura e sociedade en Galicia (1975-1990)*, Xerais, Vigo.

- González-Millán, X. (1994a), “Do nacionalismo literario a unha literatura nacional. Hipóteses de traballo para un estudio institucional da literatura galega”, *Anuario de estudios literarios galegos*, 67-81.
- González-Millán, X. (1994b), “Cara a unha teoría da traducción para sistemas literarios «marxinais», a situación galega”, *Viceversa* 1, 63-72.
- González-Millán, X. (1995), “A Cuestión dos xéneros na periferia literaria: Ámbitos de investigación”, *Trabe de ouro* 3(23), 343-352.
- González-Millán, X. (1996), *A narrativa galega actual (1975-1984). Unha historia social*, Xerais, Vigo.
- González-Millán, X. (1998), “A Reconfiguración do espazo literario galego actual, transformacións e desafíos”, in Manuel F. Vieites *et al*, *Do novo teatro á nova dramaturxia (1965-1995)*, Edicións Xerais de Galicia, Vigo, pp. 15-32.
- González-Millán, X. (1998a), “O Criterio filolóxico e a configuración dunha literatura nacional: achegas a un novo marco de reflexión”, *Cadernos de lingua* 17, 5-24.
- González-Millán, X. (2000), *Resistencia cultural e diferenza histórica: a experiencia da subalternidade*, Sotelo Blanco, Santiago de Compostela.
- González-Millán, X. (2000a), “Producción, clasificación e comercialización da literatura, os catálogos de Edicións Xerais de Galicia (1980-1995)”, *Anuario de estudios literarios galegos*, 11-41.
- González-Millán, X. (2001), “Os problemas dunha lectura (poli)sistémica da literatura”, in Isabel Lozano Renieblas & Juan Carlos Mercado (eds.), *Silva. Studia Philologica in honorem Isaías Lerner*, Castalia, Madrid, pp. 301-313.
- González-Millán, X. (2002), “As imaxes emerxentes dunha cultura pública galega: dificultades e desafíos”, *Letras Peninsulares*, 249-268.
- González-Millán, X. (2002a), “Nacionalismo literario y teoría del campo literario: la experiencia gallega de las últimas décadas”, in Silvia Bermúdez, Antonio Cortijo Ocaña & Timothy McGovern (eds.), *De naciones sin estado a la España postnacional*, Society of Spanish and Spanish American Studies, Boulder, pp. 223-236.
- González-Millán, X. (2003), “Exilio, literatura e nación”, *Anuario de estudos literarios galegos*, 16-27.
- Gramsci, A. (2001), *Cadernos do Cárcere*, Vol. 4, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Gramsci, A. (2004), *Escritos Políticos*, Vol. 1, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

- Gubern, R. (1973), *Cine Contemporáneo*, Salvat, Barcelona.
- Guillén Álvarez, R.; Gutiérrez Izquierdo, R.; Iglesias Álvarez, A.; Moo Pedrosa, X. M.; Navaza Blanco, G.; Rodríguez Gómez, L. & Rodríguez Rodríguez, A. (2004), *Lingua e literatura 1. Proposta didáctica*, Vol. 1, Xerais, Vigo.
- Gunderson, L. & Holling, C. S. (2002), *Panarchy: understanding transformations in human and natural systems*, Island Press, Washington D.C..
- Gutiérrez García, S. (2004), “Consideracións sobre o período medieval na historiografía literaria galega”, *Boletín galego de literatura* 31, 29-47.
- Gutiérrez Izquierdo, R. (2000), *Lecturas de nós. Introducción á literatura galega*, Edicións Xerais de Galicia, Vigo.
- Gutiérrez Izquierdo, R.; Navaza, G. & Rodríguez, L. (1991), *Literatura galega 3º BUP. Historia. Antoloxía de textos*, Xerais, Vigo.
- Gutiérrez Izquierdo, R.; Navaza Blanco, G.; Rodríguez Gómez, L.; Guillén Álvarez, R. & Moo Pedrosa, X. M. (2003), *Bacharelato 2. Lingua e literatura galega*, Vol. 2, Xerais, Vigo.
- Habermas, J. (1991), *The structural transformation of the public sphere, an inquiry into a category of Bourgeois society*, The MIT Press, Cambridge.
- Hanneman, R. A. & Riddle, M. (2005), *Introduction to social network methods*, University of California, Riverside.
- Harlow, B. (1987), *Resistance literature*, Methuen, New York.
- Hernández Borge, J. (2001), “Dúas correntes migratorias galegas da segunda metade do século XX, a continental e a interior”, *Letras galegas en Deusto: dez anos de estudos galegos, 1991-2001*, Universidad de Deusto, [Bilbao], pp. 145-157.
- Hernández Borge, J. & González Lopo, D. L. (coords.) (2007), *Pasado e presente do fenómeno migratorio galego en Europa: actas do coloquio: Santiago de Compostela, 17-18 de novembro de 2005*, Sotelo Blanco, Santiago de Compostela.
- Hernández, M. (1974), *La literatura gallega (1200-1936)*, Publicaciones Españolas, Madrid.
- Herrero, R. (2000), “La terminología del análisis de redes. Problemas de definición y de traducción”, *Política y Sociedad* 33, 199-206.
- Hohendahl, P. H. (1989), *Building a National Literature. The Case of Germany, 1830-1870*, Cornell University Press, Ithaca and London.

- Holling, C. *et al* (2002), “Discoveries for Sustainable Futures”, in L.H. Gunderson & C.S. Holling (eds.), *Parnarchy. Understanding Transformations in Human and Natural Systems*, Island Press, London.
- Holling, C. & Gunderson, L. (2002), “Resilience and Adaptive Cycles”, in *Parnarchy. Understanding Transformations in Human and Natural Systems*, Island Press, London.
- Holling, C. S. (2004), “From complex regions to complex worlds”, *Ecology and Society* 9(1): 11).
- Holling, C.; Berkes, F. & Folke, C. (1998), “Science, sustainability, and resource management”, in F. Berkes & C. Folke (eds.), *Linking social and ecological systems: management practices and social mechanisms for building resilience*, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 342-362.
- Hueso, Á. L. (1996), *Historia do Cine en Galicia*, Vía Láctea, A Coruña.
- Hürlimann, B. (1968), *Tres siglos de literatura infantil europea*, Juventud, Barcelona.
- [ILG=] Instituto de la Lengua Gallega (1971, 1972 e 1974), *Gallego*, 3 vols., ILG-USC, Santiago de Compostela.
- [ILG=] Instituto de la Lengua Gallega (1977), *Bases prá unificación das normas lingüísticas do galego [resume dos seminarios celebrados na Universidade de Santiago de Compostela desde decembro de 1976 a xuño de 1977]*, ILG-USC, Santiago de Compostela.
- [INLE=] Instituto Nacional del Libro Español (1974 e 1978), *Catálogo de libros en galego*, INLE, Madrid.
- Jeanne, R. & Ford, C. (1974), *Historia ilustrada del cine*, 3 vols., Alianza, Madrid.
- Jepperson, R. L. (1999), “Instituciones, efectos institucionales e institucionalismo”, in Walter W. Powell & Paul J. DiMaggio (comps.), *El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional*, Fondo de Cultura Económica, México, pp. 193-215.
- Job, F. P. (2003), *Os sentidos do trabalho e a importância da resiliência nas organizações*, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.
- Jusdanis, G. (1991), *Belated modernity and aesthetic culture: inventing national literature*, University of Minnesota Press, Minneapolis.
- Kiberd, D. (1995), *Inventing Ireland*, Jonathan Cape, London.
- Lafont, R. (1967), *La Révolution régionaliste*, Gallimard, Paris.
- Lambert, J. (1995), “Translation, Systems and Research: The Contribution of Polysystem Studies to Translation Studies”, *TTR: traduction, terminologie, rédaction* 8(1), 105-152. Acessível em www.erudit.org/revue/TTR/1995/v8/n1/037199ar.pdf

- Lambert, J. (2006), *Functional approaches to culture and translation: selected papers by José Lambert*, John Benjamins, Philadelphia.
- Lamont, M. & Fournier, M. (1992), *Cultivating Differences. Symbolic Boundaries and the Making of Inequality*, The University of Chicago Press, Chicago and London.
- Lamont, M. & Lareau, A. (1988), “Cultural Capital: Allusions, Gaps and Glissandos in Recent Theoretical Developments”, *Sociological Theory* 6(2), 153-168.
- Lamont, M.; Kaufman, J. & Moody, M. (2000), “The Best of the Brightest: Definitions of the Ideal Self among Prize Winning Students”, *Sociological Forum* 15(2), 187-224.
- Lapa, M. R. (1973), “A Recuperação literaria do galego”, *Grial* 41, 278-287.
- Lapa, M. R. (2001), *Cartas a Francisco Fernández del Riego sobre a cultura galega*, Galaxia, Vigo.
- Leal Gómez, B. (2006), *Historia da literatura galega*, Edicións Lóstrego, Verim / Santiago.
- Ledo Andión, M. (2001), “As quintas feiras, no Norte día a día ...”, in *I Congreso Internacional «O Exilio Galego»*, Arquivo da Emigración Galega, Consello da Cultura Galega, Santiago de Compostela, pp. 1136-1142.
- Leira, X. (2000), *Manuel Mera, a paixón militante: lembranzas e reflexións dun dirixente do nacionalismo galego*, Edicións Xerais de Galicia, Vigo.
- Lemieux, V. & Ouimet, M. (2008), *Análise estrutural das redes sociais*, Instituto Piaget, Lisboa [Trad. de *L'analyse structurale des réseaux sociaux*, Les Presses de l'Université de Laval, Laval (Quebec), 2004].
- Lemire, M. & Lord, M. (1986), *L'institution littéraire*, Institut Québécois de Recherche sur la Culture. Centre de Recherche en Littérature Québécoise, Quebec.
- Levin, S. (2000), *Fragile dominion: complexity and the commons*, MM. Perseus, Cambridge.
- [LGD=] VV.AA. (1974), *O Libro Galego a Discusión. Crónica sobre o primer seminario encol do libro galego, coas ponencias presentadas e as conclusións a que chegou, celebrado no Museo Carlos Maside en Xulio de 1972*, Edicións do Castro, Sada, A Coruña.
- Liñares Giraut, X. A. (1997), *Vinte anos trobando coa cultura: Afonso Eanes (1976-1996)*, Asociación Cultural Afonso Eanes, Negreira.
- Liñeira, M. (2004), “A sección de Álvaro Cunqueiro no semanario catalán *Destino*: Os cans feis das verbas «Laberinto y Cía»”, *Anuario de estudos literarios galegos*, 40-51.
- Linz, J. J. (2002), *Fascism, breakdown of democracy, authoritarian and totalitarian regimes: coincidences and distinction*, Centro de Estudios Avanzados en Ciencias Sociales, Madrid.

- López Carreira, A. (1988), “Historiografía galega, un balance optimista”, *Nosa terra. A Nosa Historia* 3-4, 237.
- López Facal, X. (1978), “El poder industrial. Grupos y monopolios”, in Durán, J. A., *Galicia. Realidad económica y conflicto social*, Banco de Bilbao, Servicio de Estudios, A Coruña, pp. 243-266.
- López García, X.; Neira Cruz, X. A.; García Orosa, B.; Fernández Parrat, S.; Tedín Mouzo, R. & Puñal Rama, B. (coord.) (2001), *La Prensa diaria en Galicia (1976-2000)*, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico (USC), Santiago de Compostela.
- López Garrido, C. (1989-1990), “Mecanización agraria na Galiza : fontes de financiamento e formas de pago”, *Análise empresarial* 8 e 9, 55-66 e 81-85.
- López Iglesias, E. (1994), *Demografía e estruturas agrarias, análise da dinámica demográfica e das mudanzas nas estruturas fundiarias da agricultura galega, 1950-1993*, Tese de Doutoramento [orientada polo catedrático Xosé Manuel Beiras Torrado], Departamento de Economía Aplicada], USC.
- López Silva, I. & Vilavedra, D. (2002), *Un Abrente teatral: as mostras e o concurso de teatro de Ribadavia*, Galaxia, Vigo.
- López-Suevos, R. (1975), *Cara unha visión crítica da economía galega*, Edicións do Ruedo, A Coruña.
- López-Suevos, R. (1977), *Excedente económico e análise estrutural*, Galaxia, Vigo.
- López, T. (1999), “Arredor da «Nova narrativa»”, *Trabe de ouro* 37, 37-58.
- López, T. (1992), “Lírica medieval galego portuguesa e neotrobadorismo na «época Nós»”: coordenadas da poesía de Fermín Bouza Brey”, *Anuario de estudios literarios galegos*, 31-68.
- López, T. (2009), “Identidade nacional e tradición medieval, arredor do-s neotrobadorismo-s primeiras lecturas dos cancioneros, a perspectiva nacional”, in Laura Tato Fontaiña & M^a do Amparo Tavares Maleval (eds.), *Estudos galego brasileiros 3: lingua, literatura, identidade*, UERJ / Universidade da Coruña, Rio de Janeiro / A Coruña, pp. 153-167.
- López, X. & García Arosa, B. (2002), “La evolución de la prensa en Galicia (1976-1996)”, *Zer. Revista de Estudios de Comunicación* 12.
- Lorenzana, S. (1974), “A tendencia do teatro contemporáneo”, *Grial* 46, 510.
- Lorenzo, A. M.; Ramallo, F. & Casares Berg, H. (2008), *Lingua, sociedade e medios de comunicación en Galicia*, Consello da Cultura Galega, Santiago de Compostela.

- Losada, B. (1968), “O Futuro da Prosa Literaria Galega”, in *O Porvir da Lingua Galega*, Círculo de las Artes. Instituto de Estudios, Lugo, pp. 57-65.
- Losada, B. (1985), “E non hai ensaio”, *Grial* 23(89), 337-339.
- Losada, B. (1987), “Literatura Gallega”, in Basilio Losada *et al*, *Letras españolas 1976-1986*, Castalia & Ministerio de Cultura, Madrid, pp. 261-282.
- Loureiro, C. (2003), *O Sistema Literario e cultural galeguista en 1971. Diálogo coa Lusofonía. Elaboración de materiais para a súa interpretación*, Trabalho Academicamente Dirigido [polo professor Elias J. Torres Feijó], Departamento de Filologia Galega, USC.
- Loureiro, C. (2005), “O projecto de Manuel Rodrigues Lapa para a Galiza. Planificación cultural e estratégias de interacción. Uma proposta de novos principios de visión e divisão da realidade galega”, Comunicação apresentada no *VIII Congreso da Asociación Internacional de Lusitanistas*, Santiago de Compostela, 18-23 de Julho, USC/ AIL.
- Loureiro, C. (2006), *Trajectoria e Estratégias do prof. Manuel Rodrigues Lapa no Proto-Sistema Cultural Galego do Tardofranquismo (1968-1975)*, Trabalho de Investigación Tutelado [polo professor Elias J. Torres Feijó], Departamento de Filologia Galega, USC.
- Loureiro, C. (2007), “Rosalia de Castro e Emilia Pardo Bazán no campo cultural galeguista dos primeiros setenta”, in Helena González Fernández & María Xesús Lama López (eds.), *Actas do VII Congreso Internacional de Estudos Galegos. Mulleres en Galicia. Galicia e outros pobos da península*, Edicións do Castro / AIEG / Universitat de Barcelona, Barcelona, pp. 201-213.
- Lourenço Mória, C. (2010), “A xénese do teatro independente galego: A conquista da identidade”, in M. Amparo Tavares Maleval & Laura Tato (eds.), *Estudos Galego Brasileiros 4: Lingua, Literatura, Identidade*, Universidade da A Coruña, Servizo de Publicacións, A Coruña, pp. 277-292.
- Lourenzo, M. (1976), “Teatro. Invitación ó baile”, *Teima* 3, 31.
- Lourenzo, M. & Pillado Mayor, F. (1979), *O teatro galego*, Edicións do Castro, Sada.
- Luna Sanmartín, X. & Pillado Maior, F. (2007), *No pazo de Laivento. Conversas con Francisco Pillado Maior*, Espiral Maior, A Coruña.
- Maceira Fernández, X. M. (1995), *A Literatura galega no exilio: consciencia e continuidade cultural*, Edicións do Cumio, Vigo.

- Magguilli, C. (2005), “Transferências francesas no proto-sistema literário galego (1969-1975)”, comunicación presentada ao *VIII Congreso da Asociación Internacional de Lusitanistas (Santiago de Compostela, 18 a 23 de Julho de 2005)*. Santiago de Compostela.
- Máiz, R. (1982), “Aproximación a la trayectoria político ideológica del nacionalismo gallego”, *Revista Internacional de Sociología* 44, 513-548.
- Máiz, R. (1996), “Nación de Breogan: Oportunidades políticas y estrategias enmarcadoras en el movimiento nacionalista gallego (1886-1996)”, *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)*, 92, 33-75.
- Máiz, R. (1997), “Nacionalismo y movilización política: un análisis pluridimensional de la construcción de las naciones”, in *Nacionalismo y movilización política*, Zona Abierta, Madrid, pp. 167-218.
- Máiz, R. (2000), “«España» y «Estado Español» en el discurso político del Nacionalismo Gallego Histórico (1886-1993)”, *Historia y Política* 3.
- Máiz, R. (2000a), *A Idea de nación en Castela*, Edicións Xerais de Galicia, Vigo.
- Máiz, R. (2002), “Partidos políticos e eleccións en Galicia”, *Dez-eme* 5, 7.
- Máiz, R. (2003), *La Construcción mediática de la nación: marcos interpretativos identitarios en la prensa gallega (1977-1981)*, Icaria, Barcelona.
- Máiz, R. (2003a), “Teoría política: poder, moral, democracia”, in Aurelio Arteta, Elena García Guitián & Ramón Máiz (eds.), *Poder, legitimidad y dominación*, Alianza, Madrid, pp. 64-95.
- Mannheim, K. (1928), “Das problem der generationen”, in Herman Luchterhand, *Wissenssoziologie*, Neuwied, Berlin.
- Manteiga Pedrares, X. (1975), “O pensamento galego de hoxe”, *Ideal Gallego* (18/05/1975), 7.
- March, J. G. & Olsen, J. P. (1976), *Ambiguity and Choice in Organizations*, Universitetsforlaget, Bergen.
- March, J. G. & Olsen, J. P. (1989), *Rediscovering institutions: the organizational basis of politics*, The Free Press, New York.
- Mariño, R. (1998), *Historia da lingua galega*, Sotelo Blanco, Santiago de Compostela.
- Mariño, R.; Alonso Girgado, L.; Pozo Garza, L.; Carro, X.; Vilavedra, D.; Rábade Paredes, X.; Blanco, C., Álvarez Cáccamo, X. M. & Pedro Hernández, X. (1992), *Literatura galega do século XX. Comentario de textos para C.O.U.*, Galaxia, Vigo.

- Marques, M. A. *et al* (1997), *Correspondência de Rodrigues Lapa. Selecções (1929-1985)*, Minerva, Coimbra.
- Martínez, J. M. (1977), *Federación de Partidos Socialistas*, Albia, Bilbao.
- Martínez López, R. (1987), *A literatura galega no exilio*, Publicacións da Fundación Otero Pedrayo, Trasalba.
- Martínez Tejero, C. (2006), *O Discurso do «Faro De Vigo» e o seu Posicionamento em Relaçom ao Proto-Sistema Cultural Galeguista. Anos 1968-1969*, Trabalho Academicamente Dirigido [polo professor Elias J. Torres Feijó], Departamento de Filologia Galega, USC.
- Martínez Tejero, C. (2008), *Bases para o estudo dum sistema cultural emergente e a imprensa: o caso do «Faro de Vigo» e o Sistema Cultural Galego em 1970*, Trabalho de Investigaçom Tutelado [polo professor Elias J. Torres Feijó], Departamento de Filologia Galega, USC.
- Martínez Tejero, C. (2009), “O estudo de Sistemas Culturais Emergentes através da imprensa periódica. O caso do jornal «Faro de Vigo» em 1970”, in Manuel Carlos Silva *et al* (eds.), *[Actas do] X Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Sociedades desiguais e paradigmas em confronto (Braga, Universidade do Minho, 4-7 de Fevereiro de 2009)*, Universidade do Minho, vol. 1 [*Lusofonia e (neo)colonialismo. Culturas e valores, identidades linguísticas e estudos pós-coloniais*], pp. 232-237.
- Mas i Perera, P. (1977), “Pompeu Fabra ordenador do idioma catalán”, *Grial* 57, 349-354.
- Mascato, A. (2002), *Paco del Riego: unha historia da restauración política e cultural*, Edicións do Cumio, Vigo.
- Mato Fondo, M. A. (1991), *A Mazá e a cinza (a poesía galega após 1976)*, Edicións do Cumio, Vila Boa.
- Mato Fondo, M. (1996), “A Poesía contemporánea a partir de 1975”, in Alberte Ansede Estraviz & Cesario Sánchez Iglesias (eds.), *Historia da Literatura Galega*, AS-PG / ANT, Vigo, Vol. 5, pp. 1506-1536.
- Mato Fondo, M. A. & Fernández Pérez-Sanjulián, C. (1992), *Literatura galega: Textos escollidos*, Bahia Edicións.
- Mato Fondo, M. A.; Pallarés, P. & Salinas Portugal, F. (1988), *Literatura do século XX*, Via Láctea, A Coruña.
- Mato Fondo, M. A.; Pena, X. R. & Salinas Portugal, F. (1977), *Alén*, Follas Novas, Compostela.
- Maure Rivas, X. (1987), *Galicia sen libros: informe sobre o libro galego. 1986*, Consello da Cultura Galega, [Santiago de Compostela].

- Meadows, D. L.; H., M. D.; Randers, J. & Behrens, W. W. (1972), *Limites do crescimento um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*, Ed. Perspectiva, São Paulo.
- [MEC-XG=] Comisión Mixta Ministerio de Educación & Xunta de Galicia (1979), *Programación de lingua [e literatura] galega pra ensino básico*, Vol. 1, Publicacións da Xunta de Galicia, Santiago de Compostela.
- [MEC-XG=] Comisión Mixta Ministerio de Educación & Xunta de Galicia (1980), *Programación de Lingua e Literatura Galegas pra BUP*, Vol. 4, Publicacións da Xunta de Galicia, Santiago de Compostela.
- [MEC-XG=] Comisión Mixta Ministerio de Educación & Xunta de Galicia (1980b), *R. D. de 20 de xullo e O. M. de 1 de Agosto de 1979 polos que se regula a incorporación da Lingua Galega ao sistema educativo en Galicia*, Vol. 0, Publicacións da Xunta de Galicia, Santiago de Compostela.
- Meinecke, F. (1970), *Cosmopolitanism and the national state*, Princeton University Press, Princeton (New Jersey).
- Melucci, A. (1998), “Raíces para hoy y para mañana: los movimientos etnonacionalistas en las sociedades complejas”, *Inguruak* 21, 25-48.
- Memmi, A. (1972), *El Hombre dominado. Un estudio sobre la opresión*, Cuadernos para el Diálogo, Madrid.
- Memmi, A. (1974), *Retrato del colonizado precedido por el retrato del colonizador*, Cuadernos para el Diálogo, Madrid.
- Memmi, A. (2008), *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Méndez Ferrín, X. L. (1984), *De Pondal a Novoneyra*, Edicións Xerais de Galicia, Vigo.
- Méndez Ferrín, X. L.; Salgado, X. M.; Casado, X. & Quessada, X. (1989), *X. L. Méndez Ferrín*, Sotelo Blanco Edicións, Barcelona.
- Mera, M. et al (1997), *ERGA: Estudantes Revolucionários Galegos. Un lume que prendeu. dezaioito artigos da militancia de ERGA para lembrar o 25º Aniversario da sua constitución (1972-1997)*, Comités Abertos de Facultade, Santiago de Compostela.
- Meyer, J. W. & Rowan, B. (1999), “Organizaciones institucionalizadas: La estructura formal como mito y ceremonia”, in Walter W. Powell & Paul J. DiMaggio (comps.), *El Nuevo*

- institucionalismo en el análisis organizacional*, Fondo de Cultura Económica, México, pp. 79-103.
- Moi, T. (2002), *Sexual/ Textual Politics. Feminist Literary Theory*, Routledge, London.
- Moisan, C. & Perkes, C. (1991), “Works of Literary History as an Instance of Historicity”, *Poetics Today* 12(4), 685-696.
- Moisan, C. & Saint Jacques, D. (1987), “Présentation [L’autonomisation de la littérature]”, *Études littéraires* 20(1), 9-16.
- Monteagudo, H. (1985), “Dez anos de poesía galega, 1975-1985”, *Grial* 23(89), 268-297.
- Monteagudo, H. (1994), “Aspectos sociolingüísticos do uso escrito do galego, o castelán e o latín na Galicia tardomedieval (ss. XIII-XV)”, in Elvira Fidalgo & Pilar Lorenzo Gradín (eds.), *Estudios galegos en homenaxe ó profesor Giuseppe Tavani*, Xunta de Galicia, Centro de Investigacións Lingüísticas e Literarias Ramón Piñeiro, Santiago de Compostela, pp. 169-185.
- Monteagudo, H. (ed.), (1995), *Estudios de sociolingüística galega sobre a norma do galego culto*, Galaxia, Vigo.
- Monteagudo, H. & Bouzada, X. (2002), *O Proceso de normalización do idioma galego (1980-2000)*, Consello da Cultura Galega, Sección de Lingua, Santiago de Compostela.
- Montero Santalla, J.M.; Busto Salgado, A.; Cabaleiro, M.; Curráis, J.; García Álvarez, J. M.; García Castro, J.; García Otero, M.; Gómez Gude, J. J.; Martínez Valcárcel, R.; Portela, M.; Romero Pose, U.; Salgado, J. A. & Trillo, J. (1974), “Manifesto para a supervivência da cultura galega”, *Seara Nova* 1547, 30-31.
- Montero Santalla, J.M. (1976), “Unificación ortográfica galego-portuguesa”, *Grial* 51, 1-13.
- Montero-Santalla, J.M. (1979), *Directrices para a reintegración lingüística galego-portuguesa*, Gráfer, Ferrol.
- Morais, C. (1996), *Crónica de Fonseca: unha aproximación ao movemento estudantil universitário galego na dilatada década dos setenta*, Edicións Laiovento, Santiago de Compostela.
- Morais, C. & Cancio, M. (1996), *A Luita dos pisos, 1979-80: unha aproximación*, Edicións do Castro, Sada.
- Moreno Cabrera, J. C. (2007), “El nacionalismo lingüístico español”, in Carlos Taibo (ed.), *Nacionalismo español. Esencias, memoria e institucións*, Los libros de la Catarata, Madrid, pp. 351-376.
- Moretti, F. (2005), *Graphs, Maps, Trees: Abstract Models for a Literary History*, Verso, London.

- Mouriño Cagide, X.; Quevedo Rodríguez, M.; Álvarez Blanco, R. (coord.) (1991), *Historia da literatura galega. 3º BUP*, Santillana, Madrid.
- Muljačić, Ž. (1988), “Émergence et genèse des langues romanes”, in Dieter Kremer (ed.), *Actes du XVIII Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, Max Niemeyer, Tübingen, pp. 186-193.
- Muljačić, Ž. (1991), “L'approccio relativistico”, *Rivista italiana dei Dialettologia. Lingue dialetti società* 15, 183-190.
- Muñoz Soro, J. (2006), *Cuadernos para el Diálogo (1963-1976): una historia cultural del segundo franquismo*, Marcial Pons, Ediciones de Historia, Madrid.
- Navaza, G. (2002), “Catro narradores: Fole, Cunqueiro, Blanco Amor e Neira Vilas”, in Anxo Tarrío (coord.), *A literatura desde 1936 ata hoxe: narrativa e traducción. Galicia. Literatura*, Hércules, A Coruña, Tomo XXXIV, pp. 23-85.
- Neira Vilas, X (2010), *Presenza galega en Cuba*, Edicións Xerais de Galicia, Vigo.
- Ninyoles, R. L. (1969), *Conflicte lingüístic valencià*, Tres i quatre, València.
- Ninyoles, R. L. (1971), *Idioma i prejudici*, Moll, Mallorca.
- Ninyoles, R. L. (1972), *Idioma y poder social*, Tecnos, Madrid.
- Ninyoles, R. L. (1975), *Estructura social y política lingüística*, València.
- Ninyoles, R. L. (1977), *Cuatro idiomas para un estado (el castellano y los conflictos lingüísticos en la España periférica)*, Editorial Cambio 16, Madrid.
- Nogueira, C.; Soto Baño, L. & López Facal, X. (1980), *O Poder industrial en Galicia*, Xerais, Vigo.
- Nogueira, M. X. (2001), “A Poesía de fin de milenio, os anos oitenta”, in Anxo Tarrío Varela (coord.), *A Literatura desde 1936 ata hoxe: poesía e teatro. Galicia. Literatura*, Hércules, A Coruña, Tomo XXXIII, pp. 290-363.
- Nogueira, M. X. & Nicolás, R. (2007), *Antología de Poesía Gallega (1/2) = Antoloxía de Poesía Galega (1/2)*, Dirección Xeral de Creación e Difusión Cultural, Santiago de Compostela.
- Noia, M. C. (1994), “Historia da traducción en Galicia no marco da cultura europea”, *Viceversa* 1, 13-62.
- Noia, M. C. (2002), “A narrativa de posguerra”, in Anxo Tarrío (coord.), *A literatura desde 1936 ata hoxe: narrativa e traducción. Galicia. Literatura*, Hércules, A Coruña, Tomo XXXIV, pp. 88-148.
- Noia, M. C. (2002a), “A Función da traducción nun sistema literario marxinal”, *Anuario de estudios literarios galegos*, 105-119.

- Noia, M. C. (2004), “A tradución literaria en Galego”, in *Palabra-fogo-alma. Traducir e Crear: Textos da V edición do Seminario Internacional de traducción de Rianxo 2004*, Espiral maior, Culleredo, pp. 11-26.
- Nooy, W. de (2003), “Fields and networks: correspondence analysis and social network analysis, in the framework of field theory”, *Poetics* 31, 305-327.
- Nooy, W. de (2005), “Culture in networks”, in *The Collection and Analysis of Network Data. Summer School of the Quantitative Methods in the Social Sciences Programme of the European Science Foundation*.
- Nooy, W. de (2006), “Stories, Scripts, Roles, and Networks”, *Structure and Dynamics: eJournal of Anthropological and Related Sciences*, 1-22.
- Nooy, W. de; Mrvar, A. & Batagelj, V. (2005), *Exploratory Social Network Analysis with Pajek*, Cambridge University Press, Cambridge.
- North, D. (1993) [reimp. 1995], *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*, Fondo de Cultura Económica, México.
- Núñez Seixas, X. M. (1995), *Nacionalismos y regionalismos ante la formación y consolidación del estado autonómico español (1975-1995): una interpretación*, UNED, Madrid.
- Núñez Seixas, X. M. (2004), “Patriotas y demócratas: sobre el discurso nacionalista español después de Franco (1975-2005)”, *Gerónimo de Uztariz* 20, 45-98.
- Oakerson, R. J. (1992), “Analyzing the commons: a framework”, in D.W. Bromley (ed.), *Making the commons work: theory, practice, and policy*, ICS Press, San Francisco, pp. 41-59.
- Observatorio da Cultura Galega (2008), *Anuario de estadísticas culturais 2006*, Consello da Cultura Galega, Santiago de Compostela.
- Odum, E. (1992), *Ecología: Bases científicas para un nuevo paradigma*, Vedral, Barcelona.
- Odum, E. & Sarmiento, F. (1998), *Ecología: el puente entre ciencia y sostenibilidad*, McGraw Hill Interamericana, México.
- Omnium Cultural Galego (1977), “Por un Congreso da Cultura Galega”, *Teima* 35, 31.
- Padgett, J. F. (2006), *Organizational Genesis in Florentine History: Four Multiple network Processes*. Acessível em <http://home.uchicago.edu/~jpadgett/pub.html>
- Pageaux, D. H. (2007), *Littératures et Cultures en dialogue*, L'Harmattan, Paris.
- Palmás, R. (1978), *A emigración galega na Arxentina*, Edición do Castro, Sada.
- Pardellas, X. (1981), *A emigración*, Escola Aberta, Marín.
- Paz Gago, C. & Vilavedra, D. (1996), “El Teatro gallego actual”, *Primer Acto* 262, 18-23.

- Pazó, N. & Vilavedra, D. (2000), “El Teatro gallego después de 1975”, *Cuadernos hispanoamericanos* 599, 21-37.
- Pazos Justo, C. (2009), “Trajectória de Alfredo Guisado e a sua relação com a Galiza (1910-1921)”, Tese de Mestrado [orientada polos profesores Elias J. Torres Feijó e Carlos Cunha], Universidade do Minho, Braga.
- Pérez Magdalena, R. (2002), *A aprendizaxe da lingua galega no ensino non regrado de adultos*, Consello da Cultura Galega, Centro de Documentación Sociolingüística de Galicia, Santiago de Compostela.
- Pérez Mondelo, X. (2004), “Os Cigurros: un exemplo de acción cultural e compromiso cívico en terras de Valdeorras nos anos 70”, *A Trabe de ouro* 57, 79-88.
- Pérez Pena, M. S. (2005), *Prensa e transición política en Galicia: a contribucion dos xornais ao proceso de construción identitaria*, Tese de Doutoramento [orientada polo professor Luís Álvarez Pousa], Departamento de Ciencias da Comunicación, USC.
- Pérez Rodríguez, L. (2001), “O teatro na emigración”, in Anxo Tarrío Varela (coord.), *A Literatura desde 1936 ata hoxe: poesía e teatro. Galicia. Literatura*, Hércules, A Coruña, Tomo XXXIII, pp. 513-527.
- Petersen, J. (1946), “Las generaciones literarias”, in Emil Ermatinger *et al*, *Filosofía de la ciencia literaria*, Fondo de Cultura Económica, México, pp. 137-194.
- Pichel Lourenzo, A.; López Varela, E. & Rodríguez Rodríguez, E. (1990), *Andaina 3. Literatura galega*, Bruño, A Coruña.
- Pimentel, L. *et al* (1952), *7 ensayos sobre Rosalía*, Galaxia, Vigo.
- Pin Díaz, B. *et al* (1972), *6 novas voces das letras galegas*, Ediciones Celta, Lugo.
- Piñeiro, R. (1953), *Pra unha filosofía da saudade*, Galaxia, [Vigo].
- Piñeiro, R. (1971): “GALLEGO 1, Instituto de la Lengua Gallega”, *Grial* 33, 363-364.
- Piñeiro, R. (2006), “Cartas de Ramón Piñeiro a Basilio Losada”, *Grial* 171, 60-69.
- Piñeiro, R. & Losada, B.; Lama, M. X. & González, H. (eds.) (2009), *Do sentimento á conciencia de Galicia: correspondencia 1961-1984*, Xunta de Galicia / Galaxia, Santiago de Compostela / Vigo.
- Pinheiro, P. C. (s.d.), “O concepto de sociedade civil”, pp. 75-98. Acessível em <http://www.ebah.com.br/sociedade-civil-antonio-gramsci-pdf-a36500.html>.

- Pino Ramos, S. (2003), “Presença da Lusofonia no (Polis)istema Literário Galego em 1972. Elaboraçon de materiais”, Trabalho Academicamente Dirigido [polo professor Elias J. Torres Feijó], Departamento de Filología Galega, USC.
- Pino Ramos, S. (2007), “Editoras da Península e o produto cultural galego no tardofranquismo”, in Helena González Fernández & María Xesús Lama López (eds.), *Actas do VII Congreso Internacional de Estudos Galegos. Mulleres en Galicia. Galicia e outros pobos da península*, Ediciós do Castro / AIEG / Universitat de Barcelona, Barcelona, pp. 283-298.
- Pires, Á. (1997), *Échantillonnage et recherche qualitative: essai théorique et méthodologique*, Gaëtan Morin, Montréal.
- Plaza Molina, G. (1981), *Arte en Galicia: La década del «boom» (1970-1980)*, Ed. do Castro, Sada La Coruña.
- [PLG=] VV.AA. (1968), *O Porvir da Lingua Galega*, Círculo de las Artes. Instituto de Estudios, Lugo.
- Powell, W. W. & DiMaggio, P. J. (comps.) (1999), *El Nuevo institucionalismo en el análisis organizacional*, Fondo de Cultura Económica, México.
- Prada Rodríguez, J. (2004), “Orígenes y gestión del proceso autonómico gallego”, *Anales de Historia Contemporánea* 20, 237-256.
- Prado, E. (1977), “A normalización do euskera e do galego”, *Teima* 34, 32.
- Prado Coelho, J. de (1974), “Orientadora de uma cultura em crescimento”, *Grial* 43, 80.
- Prego, V. (1996³), *Así se hizo la Transición*, Barcelona, Plaza & Janés.
- Prieto Alonso, D. (1977), “Un problema ortográfico e un estudio lingüístico”, *Grial* 56, 142-147.
- Prieto Valdés, F. & Romasanta, A. (1991), “Oposición política al franquismo y exilio en Galicia: Estado de la cuestión”, *Espacio, Tiempo y Forma, S. V, Hª Contemporánea* IV, 117-138.
- Queixas Zas, M. (1999), *Breve historia da literatura galega*, A Nosa Terra, Vigo.
- Quessada, X. & Sotelo Blanco, O. (1991), *Conversas con Xaime Quessada*, Sotelo Blanco, Barcelona.
- Quintana Garrido, X. R. (2010), *Un longo e tortuoso camiño. Adaptación, crise e cambio no BNG 1971-2009*, Galaxia, Vigo.
- Quintáns Suárez, M. (1997), “O Camiño de Xavier Lama no teatro galego actual”, in Xavier Lama (ed.), *O peregrino errante que cansou ó demo*, IGAEM, Santiago de Compostela, pp. 59-127.
- Rábade Paredes, X. (1975), “Facer literatura en Galicia”, *Ideal Gallego* (17/05/1975), 3.

- Rábade Villar, M. do C. & Sobrino Freire, I. (2003), “O manifesto e a antoloxía como discursos de intervención no sistema literario galego (1975-2000)”, *Anuario de estudos literarios galegos*, 60-65.
- Radío, S. E. (1986), *Didáctica da lingua e literatura galega*, Galiza Editora, Ourense.
- [RAG=] Real Academia Gallega (1971), *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*, RAG, A Coruña.
- [RAG=] Real Academia Galega (1977), *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*, RAG, A Cruña.
- [RAG / ILG=] Real Academia Gallega / Instituto da Lingua Galega (1982), *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*, RAG/ ILG-USC, Santiago de Compostela
- Rammel, C. & Staudinger, M. (2002), “Evolution, variability and sustainable development”, *International Journal of Sustainable Development. World Ecology* 9(4), 301-313. Acessível em <http://www.informaworld.com/smpp/content~db=all~content=a911977472>
- Raña, R. (1996), *A Noite nas palabras: unha aproximación á poesía galega de posguerra*, Sotelo Blanco, Santiago de Compostela.
- Rebouças, G. N. M.; Filardi, A. C. L. & Vieira, P. F. (2006), “Gestão integrada e participativa da pesca artesanal: potencialidades e obstáculos no litoral do estado de Santa Catarina”, *Ambiente & sociedade* 9(2).
- Rees, C. van (1983), “Advances in the Empirical Sociology of Literature and the Arts: The Institutional Approach”, *Poetics* 12, 285-310.
- Rees, K. van & Dorleijnb, G. J. (2001), “The eighteenth century literary field in Western Europe: The interdependence of material and symbolic production and consumption”, *Poetics* 28, 331-348.
- Regueira, F. (1975), “Con muchísimo respeto”, *Correo de Galicia* (15/03/1975), 9.
- Reis, C. (1992), “Criação literaria e periferismo cultural: para una ideologia da marginalidade”, in *Actas do I Congreso Internacional da Cultura Galega*, Dirección Xeral de Cultura, [Santiago de Compostela], pp. 461-466.
- Ribera Llopis, J. M.(coord.), (1982), *Literaturas catalana, gallega y vasca*, Vol. 23, Editorial Playor, Madrid.
- Riobó, P. P. (1999), *O Teatro galego contemporáneo (1936-1996)*, Biblioteca Arquivo Teatral «Francisco Pillado Mayor», A Coruña.

- Risco, V.; Beramendi, J. (ed.) (2000), *Teoría do nacionalismo galego*, Fundación Vicente Risco & Sotelo Blanco, Santiago de Compostela.
- Rivas, M. (1977), “Poñerlle pés á lingua escrita”, *Teima* 22, 41-43.
- Rodríguez, F. (1970), “Carácter da Literatura Galega: O exemplo da obra de Rosalía”, *Grial* 30, 455-462.
- Rodríguez, F. (1972), *A evolución ideolóxica de M. Curros Enríquez*, Galaxia, Vigo.
- Rodríguez, F. (1976), *Conflicto lingüístico e ideoloxía en Galicia*, Xistral, Pontevedra.
- Rodríguez, F. (1976a), “La lengua”, in Gustavo Fabra *et al*, *Los Gallegos*, Istmo, Madrid, pp. 219-240.
- Rodríguez, F. (1978), “A cooficialidade, unha nova táctica asimilista”, *A Nosa Terra* 16 (12-18/05/1978) [especial DLG], 11.
- Rodríguez, F. (1978a), “O exemplo de Murguía. Galeguismo e práctica política”, *A Nosa Terra* 3, 20.
- Rodríguez, F. (1979), “A especialidade da nosa historia e da nosa literatura”, *A Nosa Terra* 66, 20.
- Rodríguez, F. (1980), *Conflicto lingüístico e ideoloxía en Galicia*, Edicións Xistral, Compostela.
- Rodríguez, F. (1985), “Que é a literatura galega?”, in Francisco Rodríguez, Claudio Rodríguez Fer, Francisco Salinas Portugal, Francisco Pillado Mayor, Manuel Lourenzo & Xosé M^a. Dobarro Paz, *A nosa literatura: unha interpretación para hoxe (II)*, Edicións Xistral, A Coruña, pp. 7-20.
- Rodríguez, F. (1990), *Literatura galega contemporánea (problemas de método e interpretación)*, Edicións do Cumio, Vilaboa, Pontevedra.
- Rodríguez, F. (1996), “Definición, características e periodización da literatura galega”, in Alberte Ansele Estraviz & Cesario Sánchez Iglesias (eds.), *Historia da Literatura Galega*, AS-PG / ANT, Vigo, Vol. 1, pp. 5-32.
- Rodríguez, F. & Mexuto, X. (2006), *A nación galega existe: conversas con Francisco Rodríguez*, A Nosa Terra, Vigo.
- Rodríguez, J. A. (2005), “Análisis estructural y de Redes”, *Cuadernos Metodológicos* 16.
- Rodríguez, L. & Fernández Castro, X. M. (eds.) (2008), *Ámbitos de traducción. Encontro de Escritores Galegos (5º. 2007. A Coruña)*, Deputación Provincial da Coruña, A Coruña.
- Rodríguez Alonso, M. (2004), “Lengua y Literatura Gallegas”, in Josep-Antoni Ysern i Lagarda (ed.), *Introducción a las lenguas y literaturas catalana, gallega y vasca*, UNED, Madrid, pp. 309-554.

- Rodríguez Alonso, M.(coord.) (2002), *Historia de la Literatura Gallega*, Acento Editorial, Madrid.
- Rodríguez Fer, C. (1986), *Nueva poesía gallega*, Cuadernos del Norte, 3.
- Rodríguez Fer, C. (1989), *Poesía galega: crítica e metodoloxía*, Edicións Xerais de Galicia, Vigo.
- Rodríguez Fernández, M. X. (1999), «Luzes de Galiza» no Sistema Literario Galego (1985-1995), Tese de Mestrado [orientada polo prof. Elias J. Torres Feijó], Departamento de Filología Galega, USC.
- Rodríguez Galdo, M. X. (dir.) (1992), *Galicia e América. Cinco séculos de historia*, Consello da Cultura Galega, Santiago de Compostela.
- Rodríguez Gómez, L. (1983), *Invitación á narrativa. Antoloxía da narrativa actual*, Xerais, Vigo.
- Rodríguez Gómez, L. (1986), *Desde a palabra, doce voces. Nova Poesía Galega*, Sotelo Blanco, Santiago de Compostela.
- Rodríguez Prado, F. M. (2003), “Presença(s) de Salvador Espriu no sistema cultural galeguista”, in *[Actas do] Simpósio Internacional Salvador Espriu*, Universitat de Barcelona, Barcelona.
- Rodríguez Prado, F. M. (2004), “Inovações repertoriais no campo cultural galeguista na década de 70 e as transferências do mundo luso afro brasileiro”, in *[Actas do] VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (CES-FEUC), Coimbra.
- Rodríguez Prado, F. M. (2007), “Portugal e Catalunha no sistema cultural galeguista através das revistas no tardofranquismo”, in Helena González Fernández & María Xesús Lama López (eds.), *Actas do VII Congreso Internacional de Estudos Galegos. Mulleres en Galicia. Galicia e outros pobos da península*, Edicións do Castro / AIEG / Universitat de Barcelona, Barcelona, pp. 665-676.
- Rodríguez Prado, F. M. (2007a), “Presença da literatura portuguesa no tardofranquismo e na transição espanhola: o caso das publicações periódicas *Insula* e *Triunfo*”, in *[Actas do] Congreso Las relaciones lingüísticas y literarias entre Portugal y España desde los inicios del siglo XIX hasta la actualidad*, Universidad de Salamanca, Salamanca.
- Roig Rechou, B. A. (1984), “As Noveliñas Lar: unha lección para o kiosco galego”, *Dorna* 7, 17-23.
- Roig Rechou, B. A. (coord.); Domínguez Pérez, M. & Mociño González, I. (1998), *Producción da literatura infantil e xuvenil en galego*, Xunta de Galicia, Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades, Santiago de Compostela.
- Roig Rechou, B. A.; Agrelo Costas, E.; Cabaleiro Carro, A.; Campos Villar, X.; López Pérez, M. X.; Raviña Rosende, A.; Romero Triñanes, M. & Soto López, M. I. (2000), “Descrición e

- avaliación da investigación sobre literatura infantil e xuvenil galega”, in *Literatura infantil y juvenil: tendencias actuales en investigación*, Servicio de Publicacións. Universidade de Vigo, Vigo, pp. 105-120.
- Roig Rechou, B. A. (2002), “A literatura infantil e xuvenil en Galicia”, in Anxo Tarrío (coord.), *A literatura desde 1936 ata hoxe: narrativa e traducción. Galicia. Literatura*, Hércules, A Coruña, Tomo XXXIV, pp. 380-501.
- Roig Rechou, B. A. (2002a), “Acheга para unha periodización da literatura infantil e xuvenil galega na actualidade”, in Silvia Bermúdez, Antonio Cortijo Ocaña & Timothy McGovern (eds.), *De naciones sin estado a la España postnacional*, Society of Spanish and Spanish American Studies, Boulder, pp. 109-126.
- Román Marugán, P. (1987), *El Partido Socialista Obrero Español en la transición española organización e ideología (1975-1982)*, Tese de Doutoramento, Universidad Complutense, Madrid.
- Romero, J. J. (1999), “Estudio introductorio. Los nuevos institucionalismos: sus diferencias, sus cercanías”, in Walter W. Powell & Paul J. DiMaggio (comps.), *El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional*, Fondo de Cultura Económica, México, pp. 7-29.
- Rubiralta Casas, F. (1998), *De Castelao a Mao: o novo nacionalismo radical galego (1959-1974), orixes, configuración e desenvolvemento inicial da UPG*, Laivento, Santiago de Compostela.
- Ruibal, E.; Pazó, C.; Labraña, C. & Gracián, Á (2008), “Escrita para teatro e representación no contexto galego”, in Isabel Mociño González & Marta Neira Rodríguez (coord.), *Do livro à cena*, Deriva, Porto, pp. 102-116.
- Safran, W. & Máiz, R. (eds.) (2002), *Identidad y autogobierno en sociedades multiculturales*, Ariel, Barcelona.
- Saldaña, A. (2008), “Notas para una crítica del nacionalismo cultural”, in Leonardo Romero Tobar (ed.), *Literatura y nación: la emergencia de las literaturas nacionales*, Universidad de Zaragoza, Prensas Universitarias, Zaragoza, pp. 107-132.
- Salinas Portugal, F. (1985), *A «Nova Narrativa Galega»*, Edicións Xistral, Lugo.
- Samartim, R. L.I. (2002), “O sistema literário galego num seu ano zero contemporâneo (1977) e o mundo lusófono: A revista «Teima»”, in *[Actas do] VII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, AIL Brown University, Providence, Rhode Island, E.U.A.

- Samartim, R. L.I. (2003), “O «Dia das Letras» no Sistema Literário Galego: O caminho para o reconhecimento da autoridade da Academia”, *FORUM* 33, 59-69.
- Samartim, R. L.I. (2003a), *A Dona do tempo antigo: mulher e campo literário no Renascimento português (1495-1557)*, Edicións Laiovento, Santiago de Compostela.
- Samartim, R. L.I. (2003b), “À procura do vento português: escritos e escritores galeguistas em Portugal no tardofranquismo”, Comunicação apresentada ao *V Congresso da Associação Alemã de Lusitanistas* (25-28 de Setembro), Universidade de Rostock, Rostock.
- Samartim, R. L.I. (2004), “Conflito sócio lingüístico, código e sistema intercultural galego-luso-afro-brasileiro na Galiza: a fabricaçom de possibilidades no tardofranquismo”, in *[Actas do] IX Congresso Internacional da Abralic*, ABRALIC, Porto Alegre [no prelo].
- Samartim, R. L.I. (2004a), “Presença e referência portuguesas nas estratégias sócio-culturais dos grupos políticos na Galiza tardofranquista”, in *[Actas do] VIII Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*, Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (CES - FEUC), Coimbra.
- Samartim, R. L.I. (2004b), “Construir o (re)conhecimento”, *Agália* 79/80, 271-273.
- Samartim, R. L.I. (2005), “Ideia de língua e vento português na Galiza do tardofranquismo: O caso de Galaxia”, *Agália* 83-84, 9-53.
- Samartim, R. L.I. (2007), “Portugal em «Chan» e «Grial» como projectos culturais galeguistas: 1969-1971”, in Helena González Fernández & María Xesús Lama López (eds.), *Actas do VII Congreso Internacional de Estudos Galegos. Mulleres en Galicia. Galicia e outros pobos da península*, Edicións do Castro / AIEG / Universitat de Barcelona, Barcelona, pp. 559-570.
- Samartim, R. L.I. (2008), “Estratégias de planificação cultural no campo editorial (ou das relações entre os projectos do fim da ditadura e o mercado do livro na Galiza autonómica)”, comunicação apresentada ao *IX Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas. Universidade da Madeira, Funchal, 4 a 9 de Agosto de 2008*.
- Samartim, R. L.I. (2008a), “O princípio da inércia. A fabricaçom de possibilidades no final do franquismo”, *Longa Lingua* 19, 18-25.
- Samartim, R. L.I. (2009), “O discurso (lingüístico-)identitário e a lusofonia em «El Correo de Galicia» (1968-1975)”, in Carmen Villarino Pardo, Elias J. Torres Feijó & José Luís Rodríguez, *Da Galiza a Timor. A lusofonia em foco. [Actas do] VIII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas (Santiago de Compostela, 18 a 23 de Julho de*

- 2005), Santiago de Compostela, Universidade, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, Vol. III, pp. 2001-2010.
- Samartim, R. L.I. (2009a), “Métodos e ferramentas para o estudo dum sistema cultural emergente em tempos de mudança política: o caso galego (1968-1982)”, in Manuel Carlos Silva *et al* (eds.), *[Actas do] X Congreso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Sociedades desiguais e paradigmas em confronto (Braga, Universidade do Minho, 4-7 de Fevereiro de 2009)*, Universidade do Minho, vol. 1 [*Lusofonia e (neo)colonialismo. Culturas e valores, identidades linguísticas e estudos pós-coloniais*], pp. 117-126.
- Samartim, R. L.I. (2009b), “Critérios canonizadores num sistema literário deficitário (o caso galego para 1974 1978)”, *Veredas* 12, 81-106.
- Samartim, R. L.I. (2009c), “Língua somos. A construción da ideia de língua e da identidade colectiva na Galiza (pré)constitucional”, comunicación apresentada ao *IX Congreso da AIEG: «Galiza nos Contextos Globais: Perspectivas para o Século XXI»*, 13-17 xullo, AIEG, Vigo, Compostela, A Coruña.
- Samartim, R. L.I. & Cordeiro Rua, G. (2009), “O Pensamento Cultural Galego em Referência a Portugal: Posiçom e Funçom de Ideias e Grupos no Tardofranquismo e na Transiçom”, in *Actas do I Congreso Internacional «O Pensamento Luso Galaico Brasileiro entre 1850 e 2000»*, IN-CM, Lisboa, pp. 171-198.
- Samartim, R. L.I. (2010), “Défices projetivos e estratéguas de planificación cultural no campo editorial dum sistema periférico (Galiza: 1968-1978)”, in M^a Amparo Tavares Maleval & Laura Tato Fontaiña (eds.), *Estudos Galego Brasileiros IV. Lingua, Literatura, Identidade*, UdC. Servizo de Publicacións, A Coruña, pp. 255-276.
- Samuelle, C. & Freixanes, V. F. (1993), *Conversas con Manuel Meilán*, Edicións Xerais de Galicia, Vigo.
- Santidrián Arias, V. M. (1998), “Fontes e arquivos para a historia social de Galicia: o arquivo histórico de Comisións Obreiras de Galicia (Fundación 10 de marzo)”, in M^a del Pilar Carrillo Lista *et al*, *Historia nova V: contribución dos Xoves Historiadores de Galicia*, Asociación Galega de Historiadores, Santiago de Compostela, pp. 215-234.
- Santidrián Arias, V. M. (2002), *Historia do PCE en Galicia, (1920-1968)*, Edicións do Castro, Sada.
- Santidrián Arias, V. M. (2009), “Lingua e movemento obreiro en Galicia”, *Grial* 183, 78-91.
- Santos Gayoso, E. (1990-1995), *Historia de la prensa gallega (1800-1986)*, 2 vols. Edicións do Castro, Sada.

- Sapiro, G. (2007), "Pour une approche sociologique des relations entre littérature et idéologie", *COnTEXTES 2*. Acessível em <http://contextes.revues.org/index165.html>
- Sarceda Castro, X. (1976), "A música. A procura da nosa voz", *Teima* 3, 32.
- Sarceda Castro, X. (1977), "Bibiano: A música dende a clase obreira", *Teima* 17, 29-30.
- Scott, W. R. & Meyer, J. W. (1999), "La organización de los sectores sociales: Propositiones y primeras evidencias", in Walter W. Powell & Paul J. DiMaggio (comps.), *El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional*, Fondo de Cultura Económica, México, pp. 154-190.
- Seara, T. & Bermúdez, T. (2002), "A narrativa breve desde 1975", in Anxo Tarrío (coord.), *A literatura desde 1936 ata hoxe: narrativa e traducción. Galicia. Literatura*, Hércules, A Coruña, Tomo XXXIV, pp. 215-279.
- Sela-Sheffy, R. (1990), "The Concept of Canonicity in Polysystem Theory", *Poetics Today* 11(3), 511-522.
- Sela-Sheffy, R. (1997), "Models and Habitus as Hypotheses in Culture Analysis", *Canadian Review of Comparative Literature / Revue Canadienne de Littérature Comparée* XXIV(1), 35-47.
- Sela-Sheffy, R. (2002), "Canon Formation Revisited: Canon and Cultural Production", *Neohelicon*, XXIX(2), 141-159.
- Simões, M. (1976), "A poesía galega actual", *Vértice* 390-391, 360-364.
- Sixirei Paredes, C. (1988), *A Emigración*, Galaxia, Vigo.
- Sixirei Paredes, C. (1995), *Galeguidade e cultura no exterior*, Xunta de Galicia, [Santiago de Compostela].
- Sixirei Paredes, C.; Campos Álvarez, X. R. & Fernández Martínez, E. (2001), *Asociacionismo galego [no exterior]*, 2 vols., Xunta de Galicia, [Santiago de Compostela].
- Sobrino Freire, I. (2001), "El manifiesto artístico. Una aproximación al estudio de su funcionamiento en el campo de producción cultural", *Proyecto Ensayo Hispánico*. Acessível em <http://www.ensayistas.org/critica/manifiestos/iria.htm>
- Soneira Beloso, B. (2007), *Unha Ollada ó Laboratorio de Formas ós 44 anos da súa creación [un emprendemento pensado por exiliados no Río de la Plata]*, Edicións do Castro, Sada A Coruña.
- Soto, M. & Carreira, X. M. (1978), "Entrevista con Marino Donega, Conselleiro de Cultura da Xunta Preautonómica de Galicia", *Ritmo* 48(485), 43-45.

- Soto Baño, L. (1978), “La industrialización agraria”, in José Antonio Durán (coord.), *Galicia. Realidad económica y conflicto social*, Banco de Bilbao, Servicio de Estudios, pp. 267-288.
- Soto López, I. (2002), “O Ensaio e a Crítica desde 1936”, in Anxo Tarrío (coord.), *A literatura desde 1936 ata hoxe: narrativa e traducción. Galicia. Literatura*, Hércules, A Coruña, Tomo XXXIV, pp. 281-337.
- Souto, E. (1994), *Sócio-didáctica lingüística: notas para o ensino do galego*, Edicións Laiovento, Santiago de Compostela.
- Souza, M. T. S. & de Oliveira Cervený, C. M. (2006), “Resiliência Psicológica: Revisão da Literatura e Análise da Produção Científica”, *Revista Interamericana de Psicología/ Interamerican Journal of Psychology* 40(1), 119-126.
- Stegagno Picchio, L. (1974), “Uma construção sólida e de uma grande coerência”, *Grial* 43, 79.
- Suárez Díaz, V. (2007), “Para um desenho da investigação do protossistema cultural galeguista em 1972. Exposição de materiais e linhas fundamentais a seguir”, Trabalho de Investigação Tutelado [polo professor Elias J. Torres Feijó], Departamento de Filologia Galega, USC.
- Suárez Díaz, V. (2008), “De cruzar o charco a atravessar os Pirineus. Repercussões das mudanças dos fluxos migratórios no campo cultural galeguista (1968-1972)”, comunicação apresentada ao *IX Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas. Universidade da Madeira*, Funchal, 4 a 9 de Agosto de 2008.
- Sucasas, X. (1965), “A Lingoa i os libros: María Xosé Queizán na Nova Narrativa Galega”, *Vieiros* 3.
- Taibo, X. I. (1977), “Prensa política en Galicia”, *Teima* 19, 32-33.
- Taibo, X. I. & Rivas, M. (1977), *Os partidos políticos na Galiza*, Ediciones do Rueiro, A Coruña.
- Tarrío Varela, A. (1986), “Rosalía, Curros, Pondal: Literatura e colonización”, in *Actas do Congreso Internacional de estudos sobre Rosalía de Castro e o seu tempo*, Consello da Cultura Galega, Santiago de Compostela, pp. 395-401.
- Tarrío Varela, A. (1988), *Literatura gallega*, Ed. Taurus, Madrid.
- Tarrío Varela, A. (1994), *Literatura galega. Aportacións a unha Historia crítica*, Xerais, Vigo.
- Tarrío Varela, A. (1997), “A Literatura galega na Galicia exterior = La literatura gallega en la Galicia exterior”, in *A Galicia exterior = La Galicia exterior*, Consellería de Cultura e Comunicación Social-Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, pp. 44-65.

- Tarrío Varela, A. (1997a), “A Literatura galega entre 1900 e 1990 = La literatura gallega entre 1900 y 1990“, in *Galicia, 1900-1990 = Galicia, 1900-1997 [sic]*, Consellería de Cultura e Comunicación Social, Santiago de Compostela, pp. 37-59.
- Tarrío Varela, A. (1998), “Periodización da literatura galega”, *Actas das I Xornadas das Letras Galegas en Lisboa*, Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades, Santiago de Compostela, pp. 15-24.
- Tarrío Varela, A. (2008), “Literatura, nación y geografía: espacios culturales en la Galicia contemporánea (1840-1936)”, in Leonardo Romero Tobar (ed.), *Literatura y nación: la emergencia de las literaturas nacionales*, Prensas Universitarias de Zaragoza, Zaragoza, pp. [245]-273.
- Tarrío Varela, A. (coord.) (2001), *A literatura desde 1936 ata hoxe: poesía e teatro. Galicia. Literatura*, Vol. XXXIII, Hércules, A Coruña.
- Tarrío Varela, A. (coord.) (2002), *A literatura desde 1936 ata hoxe: narrativa e traducción. Galicia. Literatura*, Vol. XXXIV, Hércules, A Coruña.
- Tarrow, S. (1994), *Power in Movement: Social Movements, Collective Action and Politics*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Tarrow, S. (1996), “Making Social Science Work Across Space and Time : A Critical Reflection on Putnam's Making Democracy Work”, *American Political Science Review* 90(2), 389-397.
- Tato Fontaiña, L. (1996), “O Teatro actual”, in Alberte Ansede Estraviz & Cesario Sánchez Iglesias (eds.), *Historia da Literatura Galega*, AS-PG / ANT, Vigo, Vol. 5, pp. 1410-1440.
- Tato Fontaiña, L. (2001), “O teatro desde 1936”, in Anxo Tarrío Varela (coord.), *A Literatura desde 1936 ata hoxe: poesía e teatro. Galicia. Literatura*, Hércules, A Coruña, Tomo XXXIII, pp. 442-511.
- Thiesse, A. (1999), *La Création des identités nationales: Europe XVIII^e XX^e siècle*, Editions du Seuil, Paris.
- Toro, S. de & Nogueira, C. (1991), *Camilo Nogueira e outras voces: unha memoria da esquerda nacionalista*, Edicións Xerais de Galicia, Vigo.
- Torres Feijó, E. J. (1995), *A Galiza em Portugal, Portugal na Galiza através das revistas literarias (1900-1936)*, Tese de Doutoramento [orientada polo catedrático José Luís Rodríguez], Departamento de Filología Galega, USC.
- Torres Feijó, E. J. (2000), “Norma lingüística e intersistema cultural: o caso galego”, in Juan M. Carrasco González; M. Jesús Fernández García & M. Luísa Trindade Madeira Leal (eds.),

Actas del Congreso Internacional de Historia y Cultura en la Frontera, 1^{er} Encuentro de Lusitanistas Españoles, Universidad de Extremadura, pp. 967-996.

- Torres Feijó, E. J. (2002), “Como sair do cerco: a legitimaçom galeguista da literatura galega por Carvalho Calero e a génese da sua centralidade no campo da crítica literária”, in Teresa López & Francisco Salinas (eds.), *Actas do Simposio Ricardo Carvalho Calero «Memoria do Século»*, Departamento de Galego-Portugués, Francés e Lingüística da Universidade da Coruña / Asociación Sócio-Pedagóxica Galega, pp. 31-66.
- Torres Feijó, E. J. (2002a), “O estudo do mundo lusófono no sistema literário galego: bases metodológicas para o estudo dos sistemas emergentes e as suas relaçons intersistémicas”, in *[Actas do] VII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Brown University, Providence, Rhode Island, E.U.A.
- Torres Feijó, E. J. (2003), “Portugal nas velas da construçom nacionalista galega contemporânea”, Comunicaçom apresentada ao *V Congresso da Associação Alemã de Lusitanistas (25-28 de Setembro)*, Universidade de Rostock, Rostock.
- Torres Feijó, E.J. (2004), “Portugal, para quê? Para umha interpretaçom do corpus identitário galego: potencial e carências no relacionamento galego-português”, in Rubén Lois, & Xosé Constenla (eds.), *Galiza-Portugal: a reorganizaçom territorial do ocidente atlántico do Ocidente ibérico*, Ed. Laivento, Santiago de Compostela [no prelo]. Acessível em <http://www.agal-gz.org>
- Torres Feijó, E. J. (2004a), “Contributos sobre o objecto de estudo e metodologia sistémica: Sistemas literários e literaturas nacionais”, in Anxo Abuín González & Anxo Tarrío Varela (eds.), *Bases metodolóxicas pra unha historia comparada das literaturas da península ibérica*, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, pp. 423-444.
- Torres Feijó, E. J. (2004b), “Potencialidades na indústria de ideias na Galiza actual para o relacionamento galego-luso-afro-brasileiro”, in *[Actas do] VIII Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*, Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (CES-FEUC), Coimbra.
- Torres Feijó, E. J. (2004c), “A fabricaçom de ideias sobre o mundo lusófono na literatura galega na década de 70”, in *[Actas do] IX Congresso Internacional da Abralic*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre [no prelo].

- Torres Feijó, E. J. (2005), “Projecto Poluliga”, comunicación presentada ao VIII Congreso da Asociación Internacional de Lusitanistas (Santiago de Compostela, 18 a 23 de Julio de 2005), USC.
- Torres Feijó, E. J. (2007), “O 25 de Abril e as suas inmediatas conseqüências para e no campo cultural galeguista”, in Helena González Fernández & María Xesús Lama (eds.), *Actas do VII Congreso Internacional de Estudos Galegos. Mulleres en Galicia. Galicia e outros pobos da Península*, Edicións do Castro, Sada, pp. 689-701.
- Torres Feijó, E. J. (2009), “A investigación do Grupo Galabra e os Estudos Lusófonos na Universidade de Santiago de Compostela”, in Centro de Estudos Humanísticos. Universidade do Minho (ed.), *IX Colóquio de Outono. CENSURA E INTER/DITO. CENSORSHIP AND INTER/DICTION*, Universidade do Minho, Braga, pp. 275-287.
- Torres Feijó, E. J. (2009a), “A fabricación de ideas sobre o mundo lusófono na literatura galega na década de 70: construción en perspectiva”, *Navegacións* (2)1, 24-30.
- Tsebelis, G. (1990), *Nested Games. Rational Choice in Comparative Politics*, University of California Press, Berkeley.
- [UPG=] Unión do Pobo Galego (1977), *Primeiro Congreso da Unión do Pobo galego (U.P.G.)*, Edicións Terra e Tempo.
- [USC=] Universidade de Santiago de Compostela (1995), *Gallaecia Fulget (1495-1995): cinco séculos de historia universitaria*, Universidade, Santiago de Compostela.
- Valcárcel, M. (1984), “Apuntes para a historia do cineclubismo galego”, *Entregas de Comunicación Cultural* 7.
- Valcárcel, M. (2002), “Prensa cultural e literaria, editoriais e institucións culturais desde 1939”, in Anxo Tarrío (coord.), *A literatura desde 1936 ata hoxe: narrativa e traducción. Galicia. Literatura*, Hércules, A Coruña, Tomo XXXIV, pp. 503-551.
- Vallverdú, F. (1970), *Dues LLengües, dues funcións?*, Edicións 62, Barcelona.
- Vallverdú, F. (1972), *Ensayos sobre el bilingüismo*, Ariel, Barcelona.
- Varela, J. L. (1976), “Introducción Literaria”, in Ángel Cabo Alonso, José Filgueira Valverde, José Luis Varela & Manuel Chamoso Lamas, *Galicia*, Fundación Juan March / Noguer, Madrid / Barcelona, pp. 115-146.
- Varela Iglesias, J. L. (ed.), (1995), *A Literatura do exilio galego en América*, Fundación Alfredo Brañas, Santiago de Compostela.

- Vázquez Cuesta, P. (1976), “Interferencias lingüísticas entre gallego y castellano”, *Actes du XIII^e Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes [ténue à l'université Laval (Québec, Canada) du 29 août au 5 septembre 1971]*, Les Presses de L'université Laval, Québec, pp. 443-455.
- Vázquez Cuesta, P. (1978), “Carta da Galiza. «O Dia das Letras Galegas»”, *Colóquio/ Letras* 46, 89-92.
- Vázquez Cuesta, P. (1980), “Literatura gallega” in José María Díez Borque (ed.), *Historia de las literaturas hispánicas no castellanas*, Taurus, Madrid, pp. 619-896.
- Velázquez Álvarez, A. & Aguilar Gallegos, N. (2005), *Manual Introductorio al Análisis de Redes Sociales. Medidas de Centralidad. Ejemplos prácticos con UCINET 6.85 y NETDRAW 1.48*, Universidad Bolivariana de Chile, Santiago de Chile.
- Venâncio, F. (2006), “Bibliografía da língua na Galiza”. Acessível em www.agal-gz.org.
- Verdugo Matê, R. (1998), *A indústria editorial em Galiza (1973-1996)*, Edicións Laiovento, Compostela.
- Vidal-Beneyto, J. (2007), *Memoria democrática*, Foca, Madrid.
- Vieites, M. F. (1996), *Manual e Escolma da Literatura Dramática Galega*, Sotelo Blanco, Santiago de Compostela.
- Vieites, M. F. (1998), *La Nueva dramaturgia gallega: antología y estudio preliminar*, Asociación de Directores de Escena de España, Madrid.
- Vieites, M. F. (ed.); González-Millán, X.; Villalaín, D.; Vilavedra, D.; Pazó, C. & Sanjiao Otero, F. (1998), *Do novo teatro á nova dramaturxia*, Xerais, Vigo.
- Vilavedra, D. (1995), *Manual e escolma do relato galego: unha ollada dende os nosos días*, Sotelo Blanco, Santiago de Compostela.
- Vilavedra, D. (coord.) (1995-2004), *Diccionario da literatura galega*, Vol. 1 (1995), Vol. 2 (1997), Vol. 4 (2004), Galaxia, Vigo.
- Vilavedra, D. (1996), “La Narrativa gallega de los 80. Una década de búsqueda”, *Revista de lengua y literatura catalana, gallega y vasca* IV (1994-1995)(4), 231-236.
- Vilavedra, D. (1998), “El teatro gallego después de 1975: una incipiente madurez”, *Revista de Lenguas y literaturas catalana, gallega y vasca* V (1996-1997)(5).
- Vilavedra, D. (1999), *Historia da literatura galega*, Galaxia, Vigo.
- Vilavedra, D. (2000), *Sobre narrativa galega contemporánea: estudos e críticas*, Galaxia, Vigo.

- Vilavedra, D. (2002), “Xénero narrativo e identidade en Galicia: unha achega diacrónica”, *Anuario de estudios literarios galegos*, 121-137.
- Vilavedra, D. (2003), “Literatura”, in *Gran Enciclopedia Galega*, El Progreso-Diario de Pontevedra, [Galiza], T. XXVI, pp. 56-90.
- Vilavedra, D. (2006), “El crisol de Abrente”, *ADE: teatro* 112, 72-81.
- Villanueva, D. (coord.) (1992), “Los Nuevos nombres: 1975-1990”, in *Historia y crítica de la literatura española*, Crítica, Barcelona.
- Villanueva, D. (coord.), (2000), *La Edad Media, Galicia. Literatura*. Vol. XXX, Hércules, A Coruña.
- Villar Ponte, A. (2006), *Nacionalismo gallego: nuestra «afirmación» regional: apuntes para un libro / hechos por Antonio Villar Ponte*, Librería Couceiro, [Santiago de Compostela].
- Villarino Pardo, M. C. (1994), *Aproximación à obra de Nélida Piñon, «A República dos Sonhos»*, Tese de Doutoramento [dirigida polo catedrático José Luís Rodríguez], Departamento de Filología Galega, USC.
- Villarino Pardo, C. M. (2002), “A conexom cultural galego brasileira nos inícios da década de 1970 (1971-1974)”, in *[Actas do] VII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Brown University, Providence, Rhode Island, E.U.A.
- Villarino Pardo, C. M. (2004), “Funçom e posiçom de alguns produtores e produtos literários de galegos no Brasil: anos 1970-1980”, in *[Actas do] IX Congresso Internacional da Abralic*, ABRALIC, Porto Alegre [no prelo].
- VV.AA. (1978), *Galicia 2002 a través da imaxinación creadora: Seminario de traballo*, Instituto de Estudios e Desenrolo de Galicia (USC), Santiago de Compostela.
- VV.AA. (1992), “Os congresos da emigración galega”, in *Galicia & América. Cinco séculos de Historia*, Consellería de Relacións Institucionais e Portavoz do Goberno: Consello da Cultura Galega, Santiago de Compostela, pp. 145-149.
- VV.AA. (2002), “Manuel María. Unha vida moendo brétemas”, *A Nosa Terra* 1014, 12.
- Walsh, F. (2005), *Fortalecendo a Resiliência Familiar*, Roca, São Paulo.
- Weick, K. (1976), “Educational Organizations as Loosely Coupled Systems”, *Administrativa Science Quartely* 21(1), 1-19.
- Weller, W. (2007), “Karl Mannheim: Um pioneiro da sociologia da juventude”, *XIII Congresso Brasileiro de Sociologia (29 de maio a 1 de junho de 2007)*, UFPE, Recife.
- Williams, R. (1979), *Marxismo e Literatura*, Zahar, Rio de Janeiro.

- Xendro, E.; Fernández Paz, A. & Lastra Muruais, X. (1993), *Lingua e literatura galegas: proxecto curricular Labia*, Edicións Xerais de Galicia, Vigo.
- [Xunta de Galicia=] Comisión de Lingüística da Xunta de Galicia (1980), *Normas ortográficas do idioma galego*, Xunta de Galicia, Santiago de Compostela.
- [Xunta de Galicia=] Consellería de Educación de Ordenación Universitaria (1992), *Lingua galega e Literatura; Lengua castellana y Literatura: diseños curriculares base: educación secundaria obrigatoria*, Xunta de Galicia, Santiago de Compostela.
- [Xunta de Galicia=] Consellería de Educación e Ordenación Universitaria (1993), *Lingua galega e literatura: diseño curricular base: bacharelato*, Santiago de Compostela.
- [Xunta de Galicia=] Consellería de Presidencia da Xunta de Galicia (1982), “Decreto de 17 de novembro de 1982, nº173/82 (Presidència). Normas sobre uso e ensino da lingua”, *D.O.G.*
- Zahar, R. (1970), *Colonialismo y enajenación: contribución a la teoría política de Frantz Fanon*, Siglo Veintiuno, México.
- Zucker (1983), “Organizations as Institutions”, in S. B. Bacharach (comp.), *Research in the Sociology of Organizations*, JAI Press, Greenwich, Conn., pp. 1-42.

8. APÊNDICE

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>¡Terra!</i>	1974	Caracas	Publicaçom	enclave_am.	PCG_CC.OO. / Encl_AM	
<i>[Concelhos]</i>	1974-1978	[Galiza]	Inst._Política	7 cidades	Inst_Of	
<i>[Organizaçoms_Políticas_Direita]</i>	1975-1978	[Galiza]	Partido_Sind.	espanhol	Org_Pol_Dir	Gómez Franqueira, Eulogio/ Meilán Gil, José Luis/ Moro, Víctor/ Sancho Rof, Jesús/ Rosón Pérez, Antonio/ Balañas Fernández, Carlos Amable/ Rosón Ferreiro, Victorino / Yebra, Perfecto
<i>[Organizaçoms_Políticas_Esquerda]</i>	1975-1978	[Galiza]	Partido_Sind.	espanhol	Org_Pol_Esq	Vázquez Vázquez, Francisco/ Fernández Moreda, Salvador/ Seara Vázquez, Modesto/ González Laxe, Fernando.
<i>[Tipografías_Gráficas]</i>	1974-1978	[Galiza]	Editora	galego	Outro	
<i>10 de Marzo</i>	1974-1978	Ferrol	Publicaçom	7 cidades	PCG_CC.OO.	
<i>A ultramar</i>	1974-1975	Crunha	Publicaçom	outro	Inst_Of / Encl_EU / Encl_AM	Sánchez Mosquera, Luis
<i>A.C.I.CO.</i>	1976	Crunha	Publicaçom	7 cidades	Assoc_Cult	
<i>Abrente [A.B.A.N.S.R.]</i>	1974-1978	Crunha	Publicaçom	galego	Inst_Of	Chamoso Lamas, Manuel/ Bugallal y Marchesi, José Luis
<i>Abrente [Casa Galicia Valladolid]</i>	1978	Valhadolide	Publicaçom	enclave_p.i.	Encl_PI	Torres Rodríguez, Manuel/ González, Xoán Manuel/ Rodríguez Chas, Jesús
<i>Academia Galega de Ciencias</i>	1977-1978	Compostela	Inst._Ciencia	galego	Inst_Of	
<i>Academia Gallega de Jurisprudencia y Legislación</i>	1974-1978	Crunha	Inst._Ciencia	galego	Inst_Of	Martínez-Barbeito, Carlos/ Martínez-Risco y Macías, Sebastián/ Iglesias Corral, Manuel
<i>Acta Científica Compostelana</i>	1974-1978	Compostela	Publicaçom	galego	USC	
<i>Acta Química Compostelana</i>	1977-1978	Compostela	Publicaçom	galego	USC	

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Actividad Discográfica</i>	1974	[Galiza]	Publicaçom	galego	Outro	
<i>Adiante [SOG]</i>	1974	Vigo	Publicaçom	galego	UPG	
<i>Adiante [UPG]</i>	1975	Vigo	Publicaçom	7 cidades	UPG	
<i>Adiante [Vulcano]</i>	1973	Vigo	Publicaçom	7 cidades	PCG_CC.OO.	
<i>Agricultura Gallega en [ano], La</i>	1976-1978	Ourense	Publicaçom	galego	Outro	Fernández Martínez, Gonzalo
<i>Agrupación «A Terra» pro Centro Gallego de Buenos Aires</i>	1974-1978	Buenos Aires	Ass_ Cultural	enclave_am.	C.G._B.A.	Varela, Florencia/ Fernández Pato, Elías/ Abreira, José Bieito/ Iglesias Pérez, Manuel/ Alonso Núñez, Daniel/ Martínez de Fernández, Leonor/ Gómez, José Alberto/ Rosón, Enrique/ Blanco Ledo, Celso/ R. Fernández, Claudio/ Lastriz López, Alfredo/ Núñez, Antonio/ Sarandeses, Antonio/ Rivera, José/ Núñez de Maison, Leonor/ Dorado, Manuel/ Sobreira, Luis/ Vaamonde, Santiago/ Carballo, Juan Antonio/ Canda, José/ Álvarez de Vicente, Ángela/ Vicente, Juan José/ Martínez, Aquilino/ Vega de Díaz, Leonor/ López Penelo, G./ Fernández López, Manuel/ Nogueiras Núñez, Javier/ Mosteiro, Manuel M.
<i>Agrupación «Celta» do Centro Galego de Buenos Aires</i>	1974-1978	Buenos Aires	Ass_ Cultural	enclave_am.	C.G._B.A.	
<i>Agrupación «Galicia» pro Centro Gallego de Buenos Aires</i>	1974-1978	Buenos Aires	Ass_ Cultural	enclave_am.	C.G._B.A.	Pérez y Pérez, Juan/ Manuel Rivet, Óscar R.
<i>Agrupación «Unión Gallega» pro Centro Gallego de Buenos Aires</i>	1974-1978	Buenos Aires	Ass_ Cultural	enclave_am.	C.G._B.A.	Baltar, Alfredo/ Adrio, Alberto/ Sánchez Fraga, Eugenio/ Martínez Mareque, Luis/ Barreiro, Juan
<i>Agrupación Artística «La Farándula»</i>	1974	Crunha	Ass_ Cultural	7 cidades	Assoc_Cult	Iglesias de Souza, Luis
<i>Agrupación Cultural «Abrente»</i>	1974-1978	Ribadavía	Ass_ Cultural	galego	Assoc_Cult	García Fernández, Rubén/ Escudero Gómez, Carmen/ Rodríguez Cortés, Lucinda/ Escudero Centrón, Luisa del Carmen/ Álvarez Cabo, Alejandro/ Chao Gómez, Fco. Javier/ García Fernández, Rita M./ Dávila Pérez, Margarita/ Lorenzo Abrales, Manuel/ Escudero Gómez, Carmen/ Rodríguez Cortés, Lucinda/ Chao Pino, Ernesto/ Álvarez

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Agrupación Cultural «Alexandre Bóveda»</i>	1976-1978	Crunha	Ass_ Cultural	7 cidades	UPG / Assoc_Cult	Cabo, Rosa/ García Fernández, M. Pilar/ Barea Cascallar, Laura/ Chao Rey, José Luis/ Álvarez Valeiras, Alejandro García Negro, M. Pilar/ Valcárcel Vega, Ramón/ Veiguela Martínez, Elena/ Figueiras, Manuel/ Álvarez, Magdalena/ García Juárez, M. Soledad/ Rodríguez Pena, Manuel/ Fernández Fernández, Uxío/ López Gómez, Felipe Senén/ García Santamaría, Asunción/ Rodríguez Bolaño, Mercedes/ Cuba López, Xan/ Rama López, Ramón/ Reiriz Figueiras, Xosé Ramón/ Niño Rico, Enrique/ Vázquez Veras, Margarida/ Espona Blanco, Xosé/ Santos Gayoso, Xaime/ Armesto Barbeito, Xosé Lois/ Veloso Cermeño, Manuel
<i>Agrupación Cultural «Auriense»</i>	1974-1978	Ourense	Ass_ Cultural	7 cidades	Assoc_Cult / PSG	Merino Gómez, Pedro/ Docampo Figueiral, Santiago/ Ferro Couselo, Xesús/ Otero Pedrayo, Ramón/ Barxa Álvarez, Nemesio/ Lorenzo Fernández, Xaquín/ Fernández Álvarez, Bieito/ González Salgado, Eleuterio/ Rey Domínguez, Salvador/ Fernández Sánchez, Antón/ Guitián Rodríguez, Carlos
<i>Agrupación Cultural «Breogán»</i>	1974-1976	Ourense	Ass_ Cultural	7 cidades	Assoc_Cult / PCG_CC.OO.	
<i>Agrupación Cultural «Francisco Lanza»</i>	1974-1978	Ribadeu	Ass_ Cultural	local	Inst_Cult_Lc / PSG	Gutiérrez Fernández, Eduardo
<i>Agrupación Cultural «O Facho»</i>	1974-1978	Crunha	Ass_ Cultural	7 cidades	Assoc_Cult / PSG	Vázquez Fandiño, Sabela/ Rodríguez Pardo, Xosé Luis/ Santiago Montero, Antón/ de Pena Castelo, Tomás/ Bembibre Regueiro, Xosé/ Mella Rodríguez, Luis F./ Méndez Palacios, Ernesto/ Gómez Vázquez, Amalia/ Pernas Cora, Miguel/ Andión Fernández, Rafael/ Rodríguez Varela, Pilar/ Alcalá, Xavier/ López, Siro/ Martínez Suárez, Eduardo/ Rodríguez Caamaño, Agustín/ Otero Gordido, Carmen/ Caamaño Suárez, Manuel/ Monterroso Devesa, Xosé María/ Villar Calvo, Xaquín
<i>Agrupación Cultural «O Galo»</i>	1974-1978	Compostela	Ass_ Cultural	7 cidades	Assoc_Cult / PSG	García-Bodaño, Salvador
<i>Agrupación Cultural Betanceira</i>	1974-1978	Betanços	Ass_ Cultural	local	Inst_Cult_Lc	
<i>Agrupación de Libreiros de Vigo</i>	1977	Vigo	Ass_ Cultural	7 cidades	Assoc_Cult / Literatura /	

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
					Economía	
<i>Agrupación do Teatro Galego</i>	1978	Vigo	Ass._ Cultural	galego	Teatro Assoc_Cult	
<i>Agrupación Fotográfica Galega</i>	1974-1978	Vigo	Ass._ Cultural	galego	Assoc_Cult	
<i>Agrupación pro Centro Galego «Breogan»</i>	1974-1978	Buenos Aires	Ass._ Cultural	enclave_am.	C.G._B.A.	Calzado Veloso, Daniel/ Riádigos, Eliseo/ Alonso, José/ Vales, Alberto/ López, Camilo/ Campos, Constante/ García Vilanova, José/ Penelo, Alfredo/ Falguera, Blanca/ F. de Álvarez Veiga, Eduardo/ González Ledo, Julio/ Caneda, José Expósito/ Poceiro, Higinio/ Fontoira, Luís Ángel/ Orrea, José A./ Ansede, Antonio/ Pazos, Alejandro
<i>Agrupación Teatral «Valle Inclán»</i>	1974-1978	Ourense	Ass._ Cultural	galego	Teatro / Assoc_Cult	Alvarado Feijoo-Montenegro, Segundo
<i>Agrupación Teatral Independiente «Aula Teatral»</i>	1974-1978	Ourense	Ass._ Cultural	galego	Teatro	Blanco Gil, José Manuel/ Vázquez Pereira, J. M. Modesto/ Alvarado Feijoo-Montenegro, Segundo
<i>Aguilar [Editorial]</i>	1977-1978	Madrid	Editora	espanhol	Edit_Esp.	
<i>Akal Editor</i>	1974-1978	Madrid	Editora	espanhol	PCG_CC.OO. / Edit_Esp.	Alonso Montero, Xesús/ Acal, Ramón
<i>Albe-Galicia</i>	1977	Vigo	Ass._ Cultural	galego	Ensino	García Martínez, Xosé Ramón
<i>Alborada [B.A., Corcubión]</i>	1974-1975	Buenos Aires	Publicaçom	enclave_am.	Encl_AM	Cupeiro, Benito/ Fernández, Valentín/ Baño, Manuel Antonio/ Suárez, Avelino/ Paz, Celestino/ Pazos, Manuel/ Cupeiro, Benito/ Flores, Ricardo/ Martínez, Inés B. de
<i>Alborada [C.G. Maracaibo]</i>	1974-1975	Maracaibo	Publicaçom	enclave_am.	Encl_AM	Pérez Estévez, A.
<i>Alborada [C.G., Barcelona]</i>	1974-1975	Barcelona	Publicaçom	enclave_p.i.	Encl_PI	Pérez Guerra, Daniel/ Castro Valdonar, María Xesús/ Costa Gómez, Xosé M ^º / González Gómez, Xan Xesús/ Valcárcel Sánchez, Xosé/ Dapena Alfonsín, Francisco/ Vázquez Sotelo, Xosé-Lois/ Antonio Varela, Tito/ Lorenzo Martínez, Abelardo
<i>Alento [UTEG]</i>	1976-1978	[Galiza]	Publicaçom	galego	UPG	
<i>Alento [XCG]</i>	[1974]-1977	[Galiza]	Publicaçom	galego	PCG_CC.OO.	Vidal, Cosme G./ Martínez, Lis/ Pazos, Ramón/ R. Dios, Luciano/ de

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Altamira</i>	1974-1978	Ponte Vedra	Publicaçom	7 cidades	Outro	Fernández López, Xoán
<i>Alvarellos Editora</i>	1977-1978	Lugo	Editora	galego	Outro	Alvarellos Iglesias, Enrique
<i>Anduriña [C.G. México]</i>	1975-1976	México D.F.	Publicaçom	enclave_am.	Encl_AM	
<i>Anuario da Vieira</i>	1974-1978	Madrid	Publicaçom	enclave_pi.	Encl_PI	Santín Diaz, Enrique/ González Seara, Luis/ Martínez-Barbeito, Carlos/ Perona Larraz, Luis/ Calvo Pereira, Gonzalo/ Pérez Parallé, Xosé M.
<i>Arquivo Histórico Provincial de Pontevedra</i>	1974-1978	Ponte Vedra	Inst._Cultura	galego	Inst_Of	López Gómez, Pedro
<i>Arquivo Histórico Provincial de Pontevedra [memória]</i>	1975-1978	Ponte Vedra	Publicaçom	galego	Inst_Of	Escudero Sanguos, Julio/ López Gómez, Pedro/ Barahona Riber, M. Dolores
<i>Arrabaldo</i>	1977	Crunha	Publicaçom	7 cidades	UPG	
<i>Arribada</i>	1977-1978	Crunha	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	
<i>Asamblea [CC.OO. construçom]</i>	1977	Vigo	Publicaçom	7 cidades	PCG_CC.OO.	
<i>Asamblea de Parlamentarios de Galicia</i>	1977-1978	Compostela	Inst._Política	galego	Inst_Of / Org_Pol_Dir / Org_Pol_Esq	Bustelo García del Real, Francisco/ Cabanillas Gallas, Pfo/ Cacharro Pardo, Francisco/ Carro Martínez, Antonio/ Cela, Camilo José/ Couceiro Taboada, José Manuel/ Díaz Fuentes, Antonio/ Eguibar Rivas, Andrés/ Fernández Calviño, Baldomero/ Fernández de la Mora, Gonzalo/ Fernández España, M. Victoria/ Fontoira Surís, Manuel/ Gago Lorenzo, José Antonio/ García García, José/ García-Sabell, Domingo/ Gómez Franqueira, Eulogio/ González Seara, Luis/ González Vázquez, Luis/ Graño Amarelle, Juan Antonio/ Harguindey Banet, Gerardo/ Iglesias Corral, Manuel/ Meilán Gil, José Luis/ Montero Rodríguez, Celso/ Moreno González, Elena M ^a / Moro Rodríguez, Víctor/ Paz-Andrade, Valentín/ Pérez Puga, David/ Piñeiro Amigo, José Manuel/ Quiroga Suárez, José/ Reverter Sequeiros, Estanislao/ Riestra París, Miguel/ Rivas Fontán, José/ Rodríguez Reza, José/ Rosón Pérez, Antonio/ Sánchez Castiñeiras, Cándido/ Sancho Rof, Jesús/ Suárez Núñez, José María/ Sueiro Pico, Carlos/ Trillo Torres, José Antonio/ Ulloa Vence, Julio/ Vázquez Guillén, Antonio/ Vázquez Vázquez,

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Asamblea Nacional-Popular Galega [AN-PG]</i>	1975-1978	[Galiza]	Partido_Sind.	galego	UPG / PSG	Francisco/ Vilarinho Salgado, Nona Inés/ Yebra Martull-Ortega, Perfecto/ Zelada de Andrés Moreno, Fermin
<i>Asamblea Popular Galega [APG]</i>	1976-1977	[Galiza]	Partido_Sind.	galego	PSG	Diéguez, Lois/ Fragueta, Manuela/ Pérez López, Fernando/
<i>Asemblea do Teatro Galego</i>	1977-1978	[Galiza]	Ass._Cultural	galego	Teatro / Assoc_Cult	
<i>Asociación «O Tengo»</i>	1975-1978	Moanha	Ass._Cultural	local	Inst_Cult_Lc	
<i>Asociación Amigos da Cultura</i>	1974-1978	Ponte Vedra	Ass._Cultural	7 cidades	PSG / Assoc_Cult	
<i>Asociación Amigos de los Pazos</i>	1974-1978	Vigo	Ass._Cultural	galego	Assoc_Cult	López Chaves, Juan Manuel
<i>Asociación Benéfica Cultural del Partido de Corcubión</i>	1974-1978	Buenos Aires	Ass._Cultural	enclave_am.	Encl_AM	Baño, Manuel Antonio/ Cabarcos, Manuel/ Graño, Juan/ Lavandeira, Aurelio/ Lemus Leis, Manuel/ Montero, Manuel/ Paz, Manuel/ Pérez Castiñeira, José/ Pérez, Anacleto/ Sivarredonda, Román A./ Suárez Trigo, Jesús/ Suárez, Alfredo/ Suárez, Avelino/ Villar, Rogelio
<i>Asociación Católica de Mestres</i>	1974	Crunha	Ass._Cultural	galego	Igreja / Ensino	Espiña Gamallo, Manuel
<i>Asociación Cinematográfica Coruñesa</i>	1976	Crunha	Ass._Cultural	7 cidades	Assoc_Cult	
<i>Asociación Cultural «O Eixo»</i>	1974-1978	Compostela	Ass._Cultural	galego	UPG / Assoc_Cult	
<i>Asociación Cultural «O Eixo»</i>	1974-1978	Compostela	Ass._Cultural	galego	UPG / Assoc_Cult	Vidal, Santiago/ Bernárdez Cancelas, Daniel/ Fernández Places, Andrés/ Fernández Sabín, Ricardo/ González Pérez, Xosé Manuel/ Piñeiro, Xesús/ Sendón, Manuel G.
<i>Asociación Cultural «Terra de Melide»</i>	1976-1978	Melide	Ass._Cultural	local	Inst_Cult_Lc	
<i>Asociación Cultural de</i>	1974-1978	Vigo	Ass._Cultural	7 cidades	Assoc_Cult	Nogueira Román, Camilo/ Álvarez Domínguez, Bautista

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Vigo</i>					/UPG	
<i>Asociación Cultural Iberoamericana de la Coruña</i>	1974-1978	Crunha	Ass._Cultural	7 cidades	Assoc_Cult	González Garcés, Miguel
<i>Asociación de Críticos de España</i>	1976-1978	Madrid	Col._Profission al	espanhol	Assoc_Cult	
<i>Asociación de la Prensa [de Vigo]</i>	1974-1978	Vigo	Col._Profission al	7 cidades	Imprensa	
<i>Asociación de la Prensa de La Coruña</i>	1974-1978	Crunha	Col._Profission al	7 cidades	Imprensa	
<i>Asociación de la Prensa de Lugo</i>	1974-1978	Lugo	Col._Profission al	7 cidades	Imprensa	
<i>Asociación de la Prensa de Orense</i>	1974-1978	Ourense	Col._Profission al	7 cidades	Imprensa	
<i>Asociación de Teatro de Cámara «Diteca»</i>	1974-1978	Compostela	Ass._Cultural	galego	Teatro	Magán Blanco, Agustín/ Paz Sueiro, Xosé María/ Vaamonde Caneda, Xosé/ Valiño Segade, Manuel
<i>Asociación Galega da Muller</i>	1976-1978	Compostela	Ass._Cultural	galego	Org_Pol_Esq	Cal Atán, Elena
<i>Asociación Gallega de Buenos Aires</i>	1975-1978	Buenos Aires	Ass._Cultural	enclave_am.	Encl_AM	
<i>Asociación para a Defensa Ecolóxica de Galiza [ADEGA]</i>	1976-1978	Compostela	Ass._Cultural	galego	PSG / Assoc_Cult	Yuste Grijalbo, F. Xavier/ Rodríguez Pardo, Xosé Luis/ Beiras Torrado, Xosé Manuel/ Rodríguez Pardo, Xosé Luis/ Dalda González, Jenaro/ Fontenla Rodríguez, José Luis/ Quiroga, Domingo/ Bar Boo, José/ Martínez, Jenaro/ González Laxe, Fernando/ Bermejo Martínez, Francisco
<i>Asociación Pro-Música de Cámara de Galicia «Manolo Quiroga»</i>	1974-1978	[Galiza]	Ass._Cultural	galego	Assoc_Cult	
<i>Asociación Regionalista «A Terra»</i>	1974-1978	Buenos Aires	Ass._Cultural	enclave_am.	Encl_AM	

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Asociación Socio-Pedagóxica Galega [AS-PG]</i>	1976-1978	Crunha	Ass._Cultural	galego	UPG / Assoc_Cult / Ensino	
<i>Astano Obrero</i>	1975-1978	Ferrol	Publicaçom	7 cidades	PCG_CC.OO.	
<i>Ateneo «Santa Cecilia» de Marín</i>	1976-1978	Marín	Ass._Cultural	local	Inst_Cult_Lc	
<i>Ateneo [Ferrolán]</i>	1978	Ferrol	Publicaçom	7 cidades	Assoc_Cult	
<i>Ateneo Curros Enríquez [Fed. Soc. Gal]</i>	1974-1978	Buenos Aires	Ass._Cultural	enclave_am.	Encl_AM	Cernadas, José/ Fernández, Carmen/ Fernández, Juan/ Gabián, Miguel Ángel/ González, Herminia/ Peña, Trinidad
<i>Ateneo da Coruña «Curros Enríquez»</i>	1977-1978	Crunha	Ass._Cultural	7 cidades	Assoc_Cult / UPG	
<i>Ateneo de Moaña</i>	1974-1978	Moaña	Ass._Cultural	local	Inst_Cult_Lc	
<i>Ateneo de Ourense</i>	1974-1978	Ourense	Ass._Cultural	7 cidades	Assoc_Cult / PCG_CC.OO.	Peña-Rey, Manuel/ Manzano, Azisclo
<i>Ateneo de Pontevedra</i>	1974-1978	Ponte Vedra	Ass._Cultural	7 cidades	Assoc_Cult	Zulueta de Haz, Alfonso
<i>Ateneo Ferrolán</i>	1976-1978	Ferrol	Ass._Cultural	7 cidades	Assoc_Cult	Álvarez Bouza, Fernando/ Lamas, Natalia
<i>Aturixio [Montreal]</i>	1974-1975	Montreal [Canadá]	Publicaçom	enclave_am.	Encl_AM	
<i>Aula de Teatro da Universidade</i>	1976-1978	Compostela	Inst_Cultura	galego	Teatro / USC	Gómez Segade, Miguel Ángel
<i>Auriense [Grupo de Teatro]</i>	1974-1978	Ourense	Ass._Cultural	galego	Teatro / Assoc_Cult	Guede, Manuel/ Picouto, Millán
<i>Avantar [Agrupación Cultural]</i>	1974-1978	Carvalhinho	Ass._Cultural	local	Inst_Cult_Lc	Sánchez Iglesias, Cesáreo
<i>Avantar [Grupo Teatral]</i>	1974-1978	Carvalhinho	Ass._Cultural	galego	Teatro / Inst_Cult_Lc	
<i>Axúxere</i>	1974-1975	Ourense	Publicaçom	7 cidades	Imprensa / Ensino	Martín, Paco/ Balboa, Xan/ Sarry, Ulises L.

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Azimut</i>	[1974-1978]	Ponte Vedra	Publicaçom	7 cidades	Org_Pol_Esq	
<i>Banca López Quesada</i>	1978	Crunha	Inst._Economia	galego	Economia	
<i>Banco Central</i>	1974-1978	Madrid	Inst._Economia	espanhol	Economia	
<i>Banco de Bilbao</i>	1974-1978	Bilbao	Inst._Economia	espanhol	Economia	
<i>Banco de Galicia</i>	1974-1978	Vigo	Inst._Economia	galego	Economia	
<i>Banco del Noroeste</i>	1974-1978	Crunha	Inst._Economia	galego	Economia	
<i>Banco Pastor</i>	1974-1978	Crunha	Inst._Economia	galego	Economia	
<i>Barbeiro, O</i>	[1976]-1977	Rianjo	Publicaçom	local	UPG	
<i>Betanzos [C.C.B. B.A.]</i>	1978	Buenos Aires	Publicaçom	enclave_am.	Encl_AM	Beadé, Andrés
<i>Bloque Nacional-Popular Galego [BN-PG]</i>	1978	[Galiza]	Partido_Sind.	galego	UPG	
<i>Boletín [COAG]</i>	1974-1978	Compostela	Publicaçom	galego	COAG	
<i>Boletín Auriense</i>	1974-1978	Ourense	Publicaçom	galego	M_Macias / Inst_Of	Conde-Valvís Fernández, Francisco/ Dios Martínez, Manuel de/ Fariña Busto, Francisco/ Ferro Couselo, Xesús/ Gallego Domínguez, Olga/ Lorenzo Fernández, Xaquín/ Ogando Vázquez, Xulio Fco./ Prieto Rodríguez, Laureano/ Rivas Fernández, Juan Carlos/ Rodríguez Colmenero, Antonio/ Rodríguez Gracia, Vicente/ Seara Morales, Santiago/ Sierra Rodríguez, Xosé Carlos/ Taboada Chivite, Xesús/ Taboada Cid, Manuel
<i>Boletín Casa de Galicia [en París]</i>	1976-1978	París	Publicaçom	enclave_eu.	Encl_EU / PCG_CC.OO.	Mata, José A./ Garrido, Ramón
<i>Boletín CC.OO. de Ferrol</i>	1974-1978	Ferrol	Publicaçom	7 cidades	PCG_CC.OO.	
<i>Boletín da AN-PG</i>	1976	Compostela	Publicaçom	galego	UPG / PSG	
<i>Boletín da APG</i>	1976	[Galiza]	Publicaçom	galego	PSG	
<i>Boletín da Asociación Católica de Mestres</i>	1974	Crunha	Publicaçom	galego	Ensino / Igreja	Espiña Gamallo, Manuel
<i>Boletín da Asociación</i>	1974-1978	Vigo	Publicaçom	interno	Assoc_Cult /	

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Cultural de Vigo</i>					UPG	
<i>Boletín de Información Bibliográfica</i>	1976-1978	Compostela	Publicaçom	galego	USC	Casado Linajeros, Julio/Casalderrey García, Manuel-Luis/ Castro Sacido, Juana/ Díaz de Rábago y Pérez, José M./ Prado Díaz, David/ de Redondo Santos, M. del Pilar/ Ríos Fernández, Miguel A./ Sobrado Fernández, Luis M.
<i>Boletín de Información Sindical do Sindicato Galego da Sanidade</i>	1978	[Galiza]	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	
<i>Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Lugo</i>	1974-1978	Lugo	Publicaçom	galego	Inst_Of	Vázquez Seijas, Manuel/ Fernández de la Vega, Celestino/ Gil Varela, Álvaro/ Gómez Pereira, Mauro/ Peinado Gómez, Narciso/ Trapero Pardo, José
<i>Boletín de la RAG</i>	1974-1978	Crunha	Publicaçom	galego	Inst_Of	Martínez-Risco y Macías, Sebastián/ Vales Villamarín, Francisc
<i>Boletín del Seminario «Fontan-Sarmiento» de Hagiografía, Toponimia y Onomástica de Galicia</i>	1978	Compostela	Publicaçom	galego	Inst_Of	
<i>Boletín do Partido Obreiro Galego [POG]</i>	1978	[Galiza]	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	
<i>Boletín Informativo [SAG]</i>	1978	Negreira	Publicaçom	local	Org_Pol_Esq/ Inst_Cult_Lc	
<i>Boletín Informativo da Comisión Obreira das Fábricas Artísticas, Artiscar e Alonartí</i>	1977-1978	Vigo	Publicaçom	7 cidades	PCG_CC.OO.	
<i>Boletín Informativo das Comissões Mariñeiras</i>	1976-1978	[Galiza]	Publicaçom	galego	PCG_CC.OO.	
<i>Boletín informativo de los estudiantes de la universidad gallega</i>	1975	Compostela	Publicaçom	galego	USC	
<i>Boletín Informativo de</i>	1976-1978	Compostela	Publicaçom	7 cidades	PCG_CC.OO.	

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Trabajadores de la Banca de Santiago</i>						
<i>Boletín Oficial da Xunta de Galicia</i>	1978	Compostela	Publicaçom	galego	Inst_Of	Rosón Pérez, Antonio
<i>Boletín Oficial de la Sociedad Fomento de Porriño y su distrito</i>	1974	Buenos Aires	Publicaçom	enclave_am.	Encl_AM	
<i>Boletín S.T.E.G.</i>	1977-1978	[Galiza]	Publicaçom	galego	UPG / Ensino	
<i>Boletín Sindicato Provincial del Profesorado de E.G.B.</i>	1978	Lugo	Publicaçom	7 cidades	Org_Pol_Esq / Ensino	
<i>Brais Pinto [Editorial]</i>	1974-1978	Madrid	Editora	galego	UPG	Patiño, Reimundo/ Arias, César
<i>Braña</i>	1977-1978	Compostela	Publicaçom	galego	SGHN	Díaz-Fierros Viqueira, Francisco
<i>Braseiro, O</i>	1977	Souto Maior	Publicaçom	local	UPG / Inst_Cult_Lc	
<i>Bubela</i>	1975	Compostela	Publicaçom	galego	SGHN	
<i>Cabaceiros, Os</i>	1974-1978	Maceda	Ass._Cultural	local	Inst_Cult_Lc	
<i>Cadernos de Formación do Partido Socialista Galego</i>	1976-1977	[Galiza]	Publicaçom	galego	PSG	
<i>Cadro, O</i>	1974-1978	Moanha	Publicaçom	local	UPG / Inst_Cult_Lc	
<i>Caja de Ahorros de Galicia</i>	1978	Crunha	Inst._Economia	galego	Economia	
<i>Caja de Ahorros Municipal de Vigo</i>	1974-1978	Vigo	Inst._Economia	galego	Economia	Isla Couto, Xaime
<i>Caja de Ahorros Provincial de Lugo</i>	1974-1978	Lugo	Inst._Economia	galego	Economia	
<i>Caja de Ahorros</i>	1974-1978	Ourense	Inst._Economia	galego	Economia	

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Provincial de Orense</i>						
<i>Caja de Ahorros y Monte de la Piedad de la Coruña y Lugo</i>	1975-1978	Crunha	Inst._Economía	galego	Economía	
<i>Caja de Ahorros-Monte de Piedad de Santiago</i>	1974-1978	Compostela	Inst._Economía	galego	Economía	
<i>Caja Rural Provincial de Orense</i>	1978	Ourense	Inst._Economía	galego	Economía	
<i>Caja Rural Provincial de Pontevedra</i>	1974-1978	Ponte Vedra	Inst._Economía	galego	Economía	
<i>Candea [Grupo Teatral]</i>	1974-1978	Noia	Ass._Cultural	galego	Teatro / Assoc_Cult	Agrelo Hermo, Xosé
<i>Canle</i>	1974-1975	[Galiza]	Publicaçom	interno	UPG	
<i>Canto negro</i>	1977	Compostela	Publicaçom	interno	USC	
<i>Carballeira, O</i>	1977-1978	Bueu	Publicaçom	local	UPG / Inst_Cult_Lc	
<i>Cartel de Monecos [Grupo Teatral]</i>	1974-1978	[Galiza]	Ass._Cultural	galego	Teatro	
<i>Casa de Galicia de Bilbao</i>	1977	Bilbao	Centro_Galego	enclave_p.i.	Encl_PI	
<i>Casa de Galicia de Unidad Gallega</i>	1974-1978	Nova Iorque	Centro_Galego	enclave_am.	Encl_AM	Alonso, Arturo/ Arévalo, Hipólito/ Calvo, Antonio/ Casais, Domingo/ Castiñeira, Francisco/ Concheiro, José L./ Diz, Diego/ Fernández, Constantino/ Fernández, Secundino/ Fernández, Víctor/ Florez, Emilio/ Freire, Fernando/ García, Antonio/ García, José/ Gil, Constantino/ Gil, Francisco/ Golpe, Manuel/ Gómez, José/ González López, Emilio/ González, Juan González, Mary C./ González, Tomás/ Gutiérrez, Miguel/ Illanes, Carlos/ Lago, José/ Manteiga, Andrés/ Martínez, Steven/ Meizoso, Manuel/ Montero, Henry/ Nuñez, José M./ Orro, Marcelino/ Orro, María/ Pan, Eduardo/ Pena, Manuel/ Pereira, Aladino/ Pita, Antonio/ Ramos, José/ Ricón Virulegio, Amado/ Ricón, Carlos/ Rodríguez, Ramón/ Romero, Manuel/ Salorio, Antonio/ Santamarina,

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Casa de Galicia de Valladolid</i>	1978	Valladolid	Centro_Galego	enclave_p.i.	Encl_PI	Enrique/Uriarte, Alberto/ Vázquez, Carlos/ Vázquez, Ramón
<i>Casa de Galicia en Paris</i>	1976-1978	Paris	Centro_Galego	enclave_eu.	Encl_EU / PCG_CC.OO.	
<i>Casa Galicia. Unidad Gallega [Memória]</i>	1974-1978	Nova Iorque	Publicaçom	enclave_am.	Encl_AM	Ricón Virulegio, Amado
<i>Casino Cultural do Carballiño</i>	1974-1978	Carvalhinho	Ass._Cultural	local	Inst_Cult_Lc	
<i>Castelao [Agrupación Cultural]</i>	1977-1978	Monforte de Lemos	Ass._Cultural	local	UPG / Inst_Cult_Lc	
<i>Catavento [Agrupación Cultural]</i>	1976-1978	Noia	Ass._Cultural	local	Inst_Cult_Lc	
<i>Cátedra de Lengua y Literatura Gallega de la Escuela Universitaria (USC)</i>	1975-1978	Compostela	Inst_Ciència	galego	USC	Marco, Aurora
<i>Cátedra de Lingüística y Literatura Gallega</i>	1974-1978	Compostela	Inst_Ciència	galego	USC	Carballo Calero, Ricardo
<i>CC.OO. Informa</i>	1977-1978	Ferrol	Publicaçom	7 cidades	PCG_CC.OO.	
<i>Ceibe</i>	1976-1978	Vigo	Publicaçom	galego	UPG	
<i>Celta [Social]</i>	1977	Toronto	Publicaçom	enclave_am.	Encl_AM	Cacheiro, Carlos/ Jato, J. Rafael
<i>Celta Ediciones</i>	1974-1978	Lugo	Editora	galego	PCG_CC.OO.	Alonso Montero, Xesús/ Esteban González, Francisco
<i>Centro</i>	1977	Ourense	Publicaçom	galego	Org_Pol_Dir	
<i>Centro [Cultural] Betanzos</i>	1974-1978	Buenos Aires	Centro_Galego	enclave_am.	Encl_AM	
<i>Centro Coordinador do Teatro Galego</i>	1975-1977	[Galiza]	Ass._Cultural	galego	Teatro / Assoc_Cult	

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Centro de Estudios Fingoi</i>	1974-1978	Lugo	Inst._Privada	galego	Galaxia	Carballo Calero, Ricardo
<i>Centro de Estudios Jacobeos</i>	1974-1978	Compostela	Inst._Cultura	7 cidades	Igreja	
<i>Centro Galego de Barcelona. Boletín interno da Sociedade</i>	1978	Barcelona	Publicaçom	interno	Encl_PI	Ferrío Diéguez, Francisco A./ Blanco Campaña, Xosé-Lois/ Garrote, A./ Vázquez Sotelo, Xosé-Lois
<i>Centro Galego de Bizkaia en Barakaldo</i>	1974-1978	Barakaldo	Centro_Galego	enclave_p.i.	Encl_PI	
<i>Centro Gallego de Barcelona</i>	1974-1978	Barcelona	Centro_Galego	enclave_p.i.	Encl_PI	Casanova Chaos, Antón/ Casar Rodríguez, Salvador/ Castro Valdomar, María Xesús/ Costa Gómez, Xosé M ^º / Dapena Alfonsín, Francisco/ Domínguez Cabana, Emilio/ Fernández Echevarría, Xesús/ González Gómez, Xan Xesús/ Lijó Pérez, Antonio/ López López, Ramiro/ López Valcárcel, Avelino/ Lorenzo Fernández, Abelardo/ Pérez Díaz, Emilio/ Pérez Gómez, Dimas/ Pérez Guerra, Alfonso/ Pérez Guerra, Daniel/ Reguera López, Lois/ Rodríguez Rodríguez, Xosé R./ Sánchez Tabarés, Ramón/ Valcárcel Sánchez, Xosé/ Varela López, Tito/ Vázquez López, Xulio/ Vázquez Rodríguez, Claudio/ Vázquez Sotelo, Xosé-Lois
<i>Centro Gallego de Buenos Aires</i>	1974-1978	Buenos Aires	Centro_Galego	enclave_am.	C.G._B.A./ Encl_AM	Baltar, Alfredo/ Bouzo, Juan Carlos/ Calzado, José A./ Caputo, Juan Carlos/ Chenlo, Ramón/ Expósito Poceiro, Higinio/ Fernández Goyanes, Joaquín/ Maquieira Antón, Guillermo/ Míguez Illobre, Evaristo/ Naya Pérez, Juan/ Pereira, Ramón/ Pérez y Pérez, Juan Manuel/ Ríos, José Antonio/ Rodríguez, Juan Carlos/ S. Saco, Valeriano/ Sánchez Castro, Jesús/ Sánchez Fraga, Eugenio/ Sánchez Millares, Eduardo/ Vázquez, Jesús Ricardo
<i>Centro Gallego de Lonches</i>	1974	Londres	Centro_Galego	enclave_eu.	Encl_EU	Folgueiras, Marcial/ Diaz, Manolo
<i>Centro Gallego de Madrid</i>	1974-1978	Madrid	Centro_Galego	enclave_p.i.	Encl_PI	Lobo Montero, Constantino
<i>Centro Gallego de Maracaibo</i>	1974-1978	Maracaibo (Venezuela)	Centro_Galego	enclave_am.	Encl_AM	Álvarez, José L./ Caramés, Eduardo/ Casal, Ángel/ Maceiras, Vicente/ Muñoz, Félix/ Porto, Emilio/ Saa, Manuel/ Sende, Eusebio/ Villaverde, José

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Centro Gallego de México</i>	1974-1976	México D.F.	Centro_Galego	enclave_am.	Encl_AM	
<i>Centro Gallego de Montreal</i>	1974-1975	Montreal (Canadá)	Centro_Galego	enclave_am.	Encl_AM	
<i>Centro Gallego de Toronto</i>	1975-1977	Toronto	Centro_Galego	enclave_am.	Encl_AM	
<i>Centro Gallego de Toronto [publ.]</i>	1975	Toronto	Publicaçom	enclave_am.	Encl_AM	Janeiro, Manuel
<i>Centro Gallego del Mar del Plata</i>	1974-1978	Buenos Aires	Centro_Galego	enclave_am.	Encl_AM	
<i>Centro Lucense de Buenos Aires</i>	1974-1978	Buenos Aires	Centro_Galego	enclave_am.	Encl_AM	Arcos Valcárcel, Manuel/ Braggio López, Carlos/ Clive López, Roberto/ Coria, Roberto L./ Devessa, Antonio/ Duro, Héctor I./ Fernández Cocña, José/ García Melle, Avelino/ García, Manuel/ Garea, Guillermo/ González, Antonio/ González, José/ Lamazares, Dario/ López Pin, José/ Martínez, Bautista/ Mesa, José María/ Moure, José M. V./ Nuñez, José M./ Pombo, José R./ Reinoso, Manuel/ Riveiro, Víctor Manuel/ Sampedro, Luis J./ Seoane, Modesto/ Serén Pardo, Salustiano/ Taibo García, Antonio/ Vilela, Jaime
<i>Centro Lucense de Buenos Aires</i>	1974-1978	Buenos Aires	Centro_Galego	enclave_am.	Encl_AM	
<i>Centro Orensano de Buenos Aires</i>	1974-1978	Buenos Aires	Centro_Galego	enclave_am.	Encl_AM	Cupeiro, Benito
<i>Centro Pontevedrés de Buenos Aires</i>	1974-1978	Buenos Aires	Centro_Galego	enclave_am.	Encl_AM	Rey, Cándido
<i>Centro Rexional de Investigación e Desenvolvemento Agrario [de Mabegondo]</i>	1974-1978	Abegondo	Inst_Ciència	galego	Inst_Of	
<i>Chispa, A</i>	1976	Ourense	Publicaçom	7 cidades	PCG_CC.OO.	
<i>Choupos, Os [Agrupación Cultural]</i>	1974-1978	Verim	Ass_Cultural	local	Inst_Cult_Lc	

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Cine Club Carballiño</i>	1974-1978	Carvalhinho	Ass. Cultural	local	Inst_Cult_Lc	Castro González, Xosé Francisco de/ Castro González, Carlos de/ Diz Rodríguez, Xosé Lois/ Fernández Fernández, Miguel Anxo/ Miras Portugal, Xoán Antón
<i>Cine Club Carballiño [Memória]</i>	1976-1978	Carvalhinho	Publicaçom	local	Inst_Cult_Lc	
<i>Cine Club Padre Feijoo</i>	1974-1978	Ourense	Ass. Cultural	7 cidades	Assoc_Cult	Paz Rodríguez, José/ Álvarez Pousa, Luís
<i>Cine Club Pontevedra</i>	1977-1978	Ponte Vedra	Ass. Cultural	7 cidades	Assoc_Cult	
<i>Circular Informativa [SGHN]</i>	1978	Compostela	Publicaçom	galego	SGHN	
<i>Círculo Cultural, Mercantil e Industrial de Vigo</i>	1975-1978	Vigo	Inst. Economía	7 cidades	Economía	
<i>Círculo das Artes de Lugo</i>	1974-1978	Lugo	Ass. Cultural	7 cidades	Assoc_Cult	Falcón Rodríguez, Ramón/ Pardo Valiña, Manuel/ Varela Méndez, Ramón/ Varela Pérez, Mauro
<i>Círculo de Información y Estudios Sociales (CIES)</i>	1978	Ponte Vedra	Inst. Privada	galego	PSG / Galaxia	Portela, César/ Bar Boo, José/ Beiras García, Antonio
<i>Círculo Ourensán-Vigués</i>	1974-1978	Vigo	Ass. Cultural	galego	Assoc_Cult	Ledo, Bieito/ Freixanes, Vitor F./ Labarta, Uxío/ Perozo, Xosé Antonio/ Roig Rechou, Blanca-Ana
<i>Círculo Recreativo-Cultural de Porriño</i>	1974-1978	Porriño	Ass. Cultural	local	Inst_Cult_Lc	
<i>Club Cultural «Valle-Inclán»</i>	1974-1978	Lugo	Ass. Cultural	7 cidades	Assoc_Cult	
<i>Club de Dirigentes de Empresa de la Cámara de Comercio de la Coruña</i>	1974-1978	Crunha	Inst. Economía	7 cidades	Economía	
<i>CNT [portavoz Ourense]</i>	1977-1978	Ourense	Publicaçom	7 cidades	Org_Pol_Esq	
<i>Colectivo [de Comunicación Poética] Rompenite</i>	1975-1978	Vigo	Colectivo	galego	Literatura	Avendaño, Alberto Lamas, Menchu Patiño, Antón Pexegueiro, Alfonso Reixa, Antón Romón, Manuel

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Colectivo Alén</i>	1977	Compostela	Colectivo	galego	Literatura	Mato Fondo, Miguel A./ Pena, Xosé Ramón/ Salinas Portugal, Francisco (Carballo Calero, Ricardo)
<i>Colectivo Cravo Fondo</i>	1977	[Galiza]	Colectivo	galego	Literatura	Fonte, Ramiro/ López Valcárcel, Xesús M./ López Valcárcel, Xulio/ Rábade Paredes, Xesús/ Rodríguez Barrio, Xavier/ Vergara Vilarinho, Félix/ Villar Janeiro, Helena
<i>Colectivo Loia</i>	1978	Madrid	Colectivo	galego	Literatura	Patino, Antón/ Lamas, Menchu/ Pereiro, Lois/ Pereiro, Xosé Manuel/ Rivas, Manuel
<i>Colectivo-Denuncia</i>	1977	Crunha	Publicaçom	7 cidades	Org_Pol_Esq	
<i>Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia [COAG]</i>	1974-1978	Compostela	Col._Profession al	galego	COAG / PSG	Almuiña Díaz Bar Boo, José Basanta Ramos, Alberto Fernández-Albalat Lois, Andrés Gallego Jorroto, Manuel García Braña, Celestino García-Lastra Rivera, Vicente González Beramendi, Justo Jiménez Passolas, Eugenio Morenas Aydillo Pérez-Lorente Quirós, Tomás Portela Fernández-Jardón, César Reboredo Santos, Andrés Silva Suárez, Miguel Suances Pereiro, Javier
<i>Colleita [MGR]</i>	1976	[Galiza]	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	
<i>Comarca (del Eo), La</i>	1974-1978	Ribadeu	Publicaçom	local	Inst_Cult_Lc / Imprensa	Mejeras Díaz, Juan A.
<i>Comisión Provincial de Monumentos</i>	1974-1978	Lugo	Inst._Cultura	7 cidades	Inst_Of	Fernández de la Vega, Celestino/ Gil Varela, Álvaro/ Gómez Pereira, Mauro/ Peinado Gómez, Narciso/ Trapero Pardo, José/ Vázquez Seijas, Manuel
<i>Comisións Campesiñas</i>	1974-1978	[Galiza]	Partido_Sind.	galego	PCG_CC.OO.	
<i>Comisións Labregas</i>	1974-1977	[Galiza]	Partido_Sind.	galego	PSG	
<i>Comisións Mariñeiras</i>	1974-1978	[Galiza]	Partido_Sind.	galego	PCG_CC.OO.	
<i>Comisións Obreiras de Galicia [CC.OO.]</i>	1974-1978	[Galiza]	Partido_Sind.	galego	PCG_CC.OO.	
<i>Comité pra Galicia en Holanda</i>	1978	Groningen	Ass._Cultural	enclave_eu.	UPG / Encl_EU	Prieto Alonso, Domingo
<i>Comités de Axuda á Loita Labrega</i>	1971	[Galiza]	Partido_Sind.	galego	UPG	

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Compostellanum</i>	1974-1978	Compostela	Publicaçom	galego	Igreja	Suquía, Ángel
<i>Concilio Pastoral de Galicia</i>	1974-1978	[Galiza]	Inst._Cultura	galego	Igreja	Ona de Echave, Antonio/ Araujo Iglesias, Miguel Ángel/ Cerviño y Cerviño, José/ Delicado Baeza, José/ Regueira Leal, José Antonio/ Temiño Saiz, Ángel
<i>Consejo Económico Social Sindical de Galicia</i>	1975-1976	[Galiza]	Inst._Economía	galego	Economía	
<i>Consello de Forzas Políticas Galegas [CFPG]</i>	1976-1977	[Galiza]	Partido_Sind.	galego	UPG / PSG / Org_Pol_Esq	
<i>Coro Toxos e Froles</i>	1978	Ferrol	Colectivo	galego	Assoc_Cult	
<i>Correo de Galicia, El</i>	1974-1977	Buenos Aires	Publicaçom	enclave_am.	Encl_AM / Imprensa	Regueira, Francisco
<i>Correo Gallego, El</i>	1974-1978	Compostela	Publicaçom	galego	Imprensa	Barrera Fernández, Feliciano
<i>Cruxol [POG]</i>	1978	Crunha	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	
<i>Cuadernos da Escola Dramática Galega</i>	1978	Crunha	Publicaçom	galego	Teatro	Lourenzo, Manuel/ Pillado Mayor, Francisco
<i>Cuadernos de Educación Política</i>	1976	[Galiza]	Publicaçom	galego	UPG	
<i>Cuadernos de Estudios Gallegos</i>	1974-1978	Compostela	Publicaçom	galego	Inst_Of	Rodríguez González, Ánxel/ Arias Vilas, Felipe/ Barreiro Fernández, Xosé Ramón/ Calo Lourido, Xosé Ramón/ Carballo Calero, Ricardo/ Filgueira Valverde, Xosé/ Fraguas Fraguas, Antón/ García Alén, Alfredo/ González Reboredo, José Manuel/ Llano Cabado, Pedro de/ Millán González-Pardo, Isidoro/ Ortega Romero, M ^a do Socorro/ Pensado Tomé, Xosé Luís/ Río Barja, Francisco/ Villares Paz, Ramón
<i>Cuadernos del Museo Mindoniense</i>	1978	Mondonhedo	Publicaçom	galego	Igreja / Inst_Cult_Lc	
<i>Cuadernos para Educadores</i>	1974-1978	Crunha	Publicaçom	galego	P_Maestros	
<i>Democracia Campesina</i>	1974-1978	[Galiza]	Publicaçom	galego	PCG_CC.OO.	

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Democracia Obreira</i>	1974-1978	Lugo	Publicaçom	7 cidades	PCG_CC.OO.	
<i>Departamento de Producción Forestal de Lourizán</i>	1974-1978	Ponte Vedra	Inst._Ciencia	galego	Inst_Of	
<i>Despertad</i>	1977-1978	Vigo	Publicaçom	7 cidades	Org_Pol_Esq	
<i>Diario de Pontevedra</i>	1974-1978	Ponte Vedra	Publicaçom	galego	Imprensa	
<i>Difusora de Cultura</i>	1976	Valencia	Editora	espanhol	Edit_Esp.	
<i>Diputación Provincial de La Coruña</i>	1974-1978	Crunha	Inst._Política	galego	Inst_Of	
<i>Diputación Provincial de Lugo</i>	1974-1978	Lugo	Inst._Política	galego	Inst_Of	
<i>Diputación Provincial de Ourense</i>	1974-1978	Ourense	Inst._Política	galego	Inst_Of	
<i>Diputación Provincial de Pontevedra</i>	1974-1978	Ponte Vedra	Inst._Política	galego	Inst_Of	
<i>Domingo de Andrade [Agrupación Cultural]</i>	1976-1978	Cee	Ass._Cultural	local	Inst_Cult_Lc	
<i>Eco Franciscano, El</i>	1977-1978	Compostela	Editora	galego	Igreja	
<i>Ed. Barca de Caronte</i>	1974-1978	Compostela	Editora	galego	Outro	
<i>Ed. Limbo</i>	1977-1978	Ourense	Editora	galego	Outro	
<i>Ediciones Aleleo</i>	[1976]-1978	Buenos Aires	Editora	enclave_am.	Encl_AM	
<i>Ediciones Anaya</i>	1974-1978	Salamanca	Editora	espanhol	Edit_Esp.	
<i>Ediciones Galicia</i>	1974-1978	Buenos Aires	Editora	enclave_am.	C.G._B.A.	
<i>Ediciones RIALP</i>	1974-1978	Madrid	Editora	espanhol	Edit_Esp.	
<i>Edicións A Voz do Pobo</i>	1977-1978	[Galiza]	Editora	galego	PCG_CC.OO.	

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Edicións A Nosa Terra</i>	1977-1978	Vigo	Editora	galego	UPG	Sánchez Iglesias, Cesáreo
<i>Edicións Castrelos</i>	1974-1978	Vigo	Editora	galego	Galaxia	Álvarez Blázquez, Xosé María Álvarez Blázquez, Álvaro Cabana, Darío Xohán
<i>Edicións Cuco-Rei</i>	1974-1978	Crunha	Editora	galego	Sargadelos	Seoane, Luís
<i>Edicións do Ruciro</i>	1975-1978	Crunha	Editora	galego	Outro	Lourenzo, Manuel Salgueiro, Andrés
<i>Edicións Obradoiro</i>	1974-1978	Compostela	Editora	galego	Outro	Guerra Cañizo, Ana María
<i>Edicións Roi Xordo</i>	1974-1978	Genevra	Editora	enclave_eu.	UPG / Encl_EU	Díaz Martínez, Carlos Xohán
<i>Edicións Sálvora</i>	1978	Compostela	Editora	galego	Outro	Rodríguez Arce, Amador Nouel Brache, Grace A.
<i>Edicións Terra e Tempo</i>	1974-1978	Compostela	Editora	galego	UPG	
<i>Edicións Xistral</i>	1974-1978	Lugo	Editora	galego	UPG	Fernández Teixeira, Manuel María/ Ánxel Xohan
<i>Edicións do Castro</i>	1974-1978	Sada	Editora	galego	Sargadelos	Díaz Pardo, Isaac/ Seoane, Luís
<i>Edinforme</i>	1975	Crunha	Publicaçom	galego	Ensino	
<i>Editora Nacional</i>	1974-1977	Madrid	Editora	espanhol	Edit_Esp.	
<i>Editorial Bibliófilos Gallegos</i>	1974-1978	Compostela	Editora	galego	Inst_Of	Cordero Carrete, F.R./ Filgueira Valverde, Xosé
<i>Editorial Casals</i>	1975-[1978]	Barcelona	Editora	espanhol	Edit_Esp.	
<i>Editorial Compostela</i>	1976-1978	Compostela	Editora	galego	Outro	
<i>Editorial Galaxia</i>	1974-1978	Vigo	Editora	galego	Galaxia	Álvarez Blázquez, Emilio/ Beiras García, Antonio/ Caamaño Suárez, Manuel/ Cabanillas Enríquez, Ramón/ Carballo Calero, Ricardo/ Dónega Rozas, Marino/ Fernández de la Vega, Celestino/ Fernández del Riego, Francisco/ Fernández López, Antonio/ Fernández Oxea, Xosé Ramón/ Ferro Couselo, Xesús/ Fole, Ánxel/ Franco Grande, Xosé Luís/ García Suárez, Ricardo/ García-Sabell, Domingo/ Gil Varela, Álvaro/ Isla Couto, Xaime/ Martínez-Risco y Macías, Sebastián/ Otero Pedrayo, Ramón/ Fernández Penzol-Labandera, Fermín/ Pérez González, Rufo/ Piñeiro López, Ramón/ Rey Rodríguez, Salvador/ Rof Carballo, Juan/ Sixto Seco, Agustín/ Viñas Cortegoso, Luís

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Editorial Nós</i>	1974-[1975]	Buenos Aires	Editora	enclave_am.	Encl_AM	
<i>Editorial Pico Sacro</i>	1974-1978	Compostela	Editora	galego	PSG / Teatro	Pérez Romero, Miguel
<i>Editorial SEPT</i>	1974-1978	Vigo	Editora	galego	Galaxia	Caeiro, Lois/ Isla Couto, Xaime/ Rey Lama, Gonzalo/ Sixto Seco, Agustín/ Zulueta de Haz, Alfonso
<i>Editorial Vieiros</i>	1977	México	Editora	enclave_am.	Encl_AM / UPG	Soto, Luis
<i>Eixo [C.A.Stgo]</i>	1976-1978	Compostela	Publicaçom	7 cidades	Economia	José Ramón Sánchez López, José L.
<i>Eixo [SOG]</i>	1975-1978	Vigo	Publicaçom	galego	UPG	Guerra García, Salustiano
<i>En Pé</i>	1976	Ferrol	Publicaçom	7 cidades	PCG_CC.OO.	
<i>Encrucillada</i>	1977-1978	Vigo	Publicaçom	galego	Galaxia	Acuña Garrido, Xesús/ Alvilares Moure, Xosé/ Blanco Maciñeira, Xosé-Luis/ Blanco Torrado, Alfonso/ Campo Freire, Xoaquín/ Carballo Carballo, Francisco/ Chao Rego, Xosé/ Díaz Raña, Ramón/ Domínguez, Xosé-Fco/ Espiña Gamallo, Manuel/ Fernández López, M ^a Xesús/ Fuente, Bruno/ Gandoy, Antón/ García Cendán, Bernardo/ García Cortés, Carlos/ Gómez Vilasó, Antonio/ Guizán Sánchez, Mariano/ Magariños Sueiro, Alfonso/ Manteiga Pedrares, Xosé/ Mayo, Eduardo/ Miguélez Díaz, Xosé-Antón/ Miramontes, Antonio/ Montero Santalla, Xosé-Martiño/ Moreiras Santiso, Xosé/ Pérez López, Segundo/ Regal Ledo, Bernardo/ Rielo, Nicanor/ Rodríguez Pampín, Xosé Manuel/ Santos, Benito/ Torres Queiruga, Andrés/ Vidal Estévez, Engracia/ Vila, Ana/ Wirtz, Pilar/ Zulueta de Haz, Alfonso
<i>Ersino</i>	1977-1978	Lugo	Publicaçom	interno	USC	
<i>Ensino Popular</i>	1977	[Galiza]	Publicaçom	galego	PSG / Ensino	
<i>Enxebre Orden da Vieira</i>	1974-1978	Madrid	Inst_Privada	enclave_p.i.	Encl_PI	
<i>Enxurrada</i>	1978	Marim	Publicaçom	local	UPG / Inst_Cult_Lc	
<i>Equipo de Estudos «Trasmallo»</i>	1975-1978	[Galiza]	Colectivo	galego	PSG	González Laxe, Fernando Pardellas, Julio Verde Pardo, José
<i>Erguédevos</i>	1977	[Galiza]	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Escoita</i>	1976-1978	Crunha	Publicaçom	7 cidades	PCG_CC.OO.	
<i>Escola Aberta</i>	1978	Arzua	Inst_Privada	galego	Ensino / PSG	García-Bodaño, Salvador
<i>Escola de Teatro d'O Galo</i>	1974-1978	Compostela	Ass_Cultural	7 cidades	Teatro / Assoc_Cult	Concheiro Caamaño, Antón
<i>Escola Dramática Galega</i>	1978	Crunha	Inst_Privada	galego	Teatro	Lamapereira, Antón/ Guisán Seixas, Xoán/ López Eiris, Xoán/ Lourenzo, Manuel/ Pillado Mayor, Francisco
<i>Escola Popular Galega</i>	1978	Vigo	Ass_Cultural	galego	Ensino	
<i>Esperanza</i>	1977	Crunha	Publicaçom	interno	Outro	
<i>Estudantes Revolucionarios Galegos (ERGA)</i>	1974-1978	[Galiza]	Partido_Sind.	galego	UPG	López Carreira, Anselmo/ Mera, Manuel/ Miranda, Xosé/ Pato, Chus/ Rios, Xulio/ Suárez Canal, Alfredo
<i>Estudios Penales [y Criminológicos]</i>	1977-1978	Compostela	Publicaçom	galego	USC	Escudero Sanguos, Julio/ López Gómez, Pedro/ Barahona Riber, M. Dolores
<i>Everest</i>	1974-1978	Madrid	Editora	espanhol	Edit_Esp.	
<i>Farándula, A [Grupo Teatral]</i>	1974-1978	Vigo	Ass_Cultural	galego	Teatro	Hernández Rúa, Eduardo/ Pazó, Cándido
<i>Faro de Vigo, El</i>	1974-1978	Vigo	Publicaçom	galego	Imprensa	
<i>Federación de Libreiros de Galicia</i>	1976-1978	Compostela	Ass_Cultural	galego	Assoc_Cult / Literatura / Economía	Couceiro Rivas, Xesus
<i>Federación de Sociedades Gallegas</i>	1974-1978	Buenos Aires	Centro_Galego	enclave_am.	Encl_AM	
<i>Federación Galega de Sociedades Filatélica</i>	1977-1978	Tui	Ass_Cultural	galego	Assoc_Cult	
<i>Federación Mundial de Sociedades Gallegas</i>	1974-1978	Crunha	Ass_Cultural	outro	Encl_AM / Encl_EU / Encl_PI	Pérez y Pérez, Juan Manuel
<i>Feixe</i>	1977	Ourense	Publicaçom	galego	Ensino	

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Ferramenta</i>	1975	Ferrol	Publicaçom	7 cidades	PCG_CC.OO.	
<i>Ferrol Diario</i>	1974-1978	Ferrol	Publicaçom	galego	Imprensa	
<i>Fillo de Breogán, O</i>	1977	Crunha	Publicaçom	galego	PCG_CC.OO.	Pepe
<i>Folga</i>	1974-1977	Compostela	Publicaçom	galego	PCG_CC.OO.	
<i>Follas de resistencia poética</i>	1976-1977	Vigo	Publicaçom	galego	Literatura	
<i>Follas Roxas</i>	1976	[Galiza]	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	
<i>Fontardión [CNT]</i>	1978	Capela	Publicaçom	local	Org_Pol_Esq/ Inst_Cult_Lc	
<i>Forja Comunista</i>	1974-1976	[Galiza]	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	
<i>Fouce (A)</i>	1974-1978	Lugo	Publicaçom	galego	UPG / PSG	
<i>Francisco Lanza [Grupo Teatral]</i>	1974-1978	Ribadeu	Ass._ Cultural	galego	Teatro / Inst_Cult_Lc	
<i>Frente Libre</i>	1976	Compostela	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	
<i>Fronte Cultural [Galego/da AN-PG]</i>	1974-1978	[Galiza]	Ass._ Cultural	galego	UPG	Barro, Pepe/ Blanco, Carne/ Cabana, Darío Xohán/ Celeiro, Lois/ Diéguez, Lois/ Estévez, Perfecto A./ Fernández Teixeira, Manuel Maria/ Galocha González, Xosé Manuel/ Iglesias, Bieito/ Ledo Andión, Margarida/ López Carreira, Anselmo/ Millán Picouto Picouto, Emiliano/ Pousa, Xosé Ramón/ Reboiras Noia, Ramón/ Rodríguez Fer, Claudio/ Sánchez Iglesias, Cesáreo/ Senén, Felipe/ Valcárcel, Marcos/ Vázquez, Xosé Lois
<i>Fundación Pedro Barrié de la Maza [Memória]</i>	1974-1978	Crunha	Publicaçom	interno	Economía	
<i>Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa</i>	1974-1978	Crunha	Inst._Economía	galego	Economía	Arias Mosquera, Vicente/ Arias y Díaz de Rábago, Carmela/ Arias y Díaz de Rábago, Joaquín/ Barrera de Irimo, Antonio/ Barrié de la Maza, Gertrudis/ Benzo Mestre, Fernando/ Cabanillas Gallas, Pío/ Casas Peláez, Justiniano/ Castañón de Mena, Juan/ Escudero del Corral, Ángel/ Galván Cabanas, Francisco/ Gómez Fernández, Francisco/ Gómez-Dégano y Ceballos-Zúñiga, José Luis/ González de la Maza, Amelia/ Jessen Pastor, Arne/ Linares Martín de Rosales, Ramón/

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Fundación Penzol</i>	1974-1978	Vigo	Inst._Privada	galego	Galaxia	Martínez Martínez, Dionisio/ Pastor de Jessen, Margarita/ Primo Yufera, Eduardo/ Salorio Suárez, Fernando/ Silva Melero, Valentín/ Trenor Trenor, Federico/ Vázquez Mallo, Enrique
<i>Fungueiro, O</i>	1976-1977	Cangas	Publicaçom	local	UPG / Inst_Cult_Lc	Fernández Albor, Xerardo/ Fernández del Riego, Francisco/ Fernández Penzol-Labandera, Fermín/ Gallego Domínguez, Olga/ Gil Varela, Alvaro
<i>Fuxan os Ventos</i>	1974-1978	[Galiza]	Colectivo	galego	UPG	
<i>Galego!</i>	1974	Compostela	Publicaçom	7 cidades	Org_Pol_Esq	
<i>Galeria Ceibe</i>	1974-1978	Crunha	Inst._Privada	7 cidades	Outro	
<i>Galeria Torques</i>	1977-1978	Compostela	Inst._Privada	7 cidades	Outro	
<i>Galerias Sargadelos</i>	1974-1978	[Galiza]	Inst._Privada	espanhol	Sargadelos	Díaz Pardo, Isaac
<i>Galicia [C.G. B.A.]</i>	1974-1978	Buenos Aires	Publicaçom	enclave_am.	C.G._B.A.	Baltar, Alfredo/ Fernández, Valentín/ Naya Pérez, Juan/ Pérez y Pérez, Juan Manuel
<i>Galicia [Fed.Soc.Gal. B.A.]</i>	1974-1978	Buenos Aires	Publicaçom	enclave_am.	Encl_AM	Cuadrado, Arturo
<i>Galicia Emigrante</i>	1974-1976	Genevra	Publicaçom	outro	UPG / Encl_EU / Encl_AM	
<i>Galicia en el Mar del Plata</i>	1974	Buenos Aires	Publicaçom	enclave_am.	Encl_AM	Bugallo Alonso, Secundino
<i>Galicia en esta hora</i>	1974-1978	Vigo	Publicaçom	galego	Imprensa	
<i>Galicia en loita</i>	1974-1978	Compostela	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	
<i>Galicia Hoxe</i>	1977	Genevra	Publicaçom	enclave_eu.	UPG / Encl_EU	
<i>Galicia Obreira</i>	1977-1978	Crunha	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	Burgos, Xosé L./ Amigo, Xosé M./ Bouza, X./ Calderón, Xan/ Calero, Xerome/ Caramés Bouzán, Xosé/ Couceiro, Xan Carlos/ Dios Diz, Manuel/ Fariña, Xan/ Fernández Moreno, X./ Filio García, Argimiro/

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Galicía Sindical</i>	1977-1978	Compostela	Publicaçom	galego	PCG_CC.OO.	Ibarra, Nieves/ Landeira, Antón/ Liste Buxán, Marcelino/ Miralles, Celia/ Moreiras, Xosé/ Novo Fernández, Fermín/ Pérez Dávila, Xavier/ Solla, Fernando/ Soutelo Vázquez, Carlos
<i>Galicía Socialista [PSG]</i>	1976-1978	Crunha	Publicaçom	galego	PSG	Abuín Redondo, Xesús/ Baltanás, Leonardo
<i>Galicía Socialista [PSOE]</i>	1976-1977	[Galiza]	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	
<i>Gallaecia</i>	1975-1978	Compostela	Publicaçom	galego	USC / Sargadelos	Alonso del Real y Ramos, Carlos/ Diaz, Xosé/ Vázquez Varela, J.M.
<i>Giannini Ediciones</i>	1977-1978	Crunha	Editora	galego	Outro	
<i>Gráfico, O</i>	1976-1978	Ponte Vedra	Publicaçom	7 cidades	PCG_CC.OO.	
<i>Grial</i>	1974-1978	Vigo	Publicaçom	galego	Galaxia	Carballo Calero, Ricardo/ Dónega Rozas, Marino/ Fernández de la Vega, Celestino/ Fernández del Riego, Francisco/ García Suárez, Ricardo/ García-Sabell, Domingo/ Landeira Yrago, José/ López Nogueira, X. M./ Losada Castro, Basilio/ Piñeiro López, Ramón/ Suárez Llanos, Camilo G.
<i>Grupo «Marcelo Macías»</i>	1974-1978	Ourense	Colectivo	galego	M_Macias	Conde-Valvis Fernández, Francisco/ Dios Martínez, Manuel/ Faríña Busto, Francisco/ Gallego Domínguez, Olga/ Lorenzo Fernández, Xaquín/ Ogando Vázquez, Xulio Fco./ Prieto Rodríguez, Laureano/ Rivas Fernández, Juan Carlos/ Rodríguez Colmenero, Antonio/ Rodríguez Gracia, Vicente/ Seara Morales, Santiago/ Sierra Rodríguez, Xosé Carlos/ Taboada Cid, Manuel
<i>Grupo de Teatro «O Facho»</i>	1974-1978	Crunha	Ass_ Cultural	galego	Assoc_Cult / Teatro	Cartelle, Ramiro/ Rabón Lamas, Xosé Manuel
<i>Grupo de Teatro Tespis</i>	1974-1978	Crunha	Ass_ Cultural	galego	Teatro	Redondo Santos, Xosé
<i>Grupo Imaxe</i>	1974-1978	Crunha	Ass_ Cultural	7 cidades	Assoc_Cult	Piñeiro, Carlos L./ Abad, Manuel/ Amil, Carlos/ Brandela, Antonio/ Casado, Félix/ Cuesta, Juan/ García, Argimiro/ Gayol, Luís/ Iglesias, Xavier/ Jove, Carmen/ Lens, Marcial/ Olmo, Maruchi/ Prieto, Manuel/ Ruppen, Víctor/ Vázquez Montoro, Suso/ Vilanova, María Vilanova, Xosé A. Villaverde, Xavier

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Grupo Nós</i>	1974-1978	Buenos Aires	Ass._Cultural	enclave_am.	Encl_AM	
<i>Grupo Ornitológico Galego</i>	1974-1976	Crunha	Ass._Cultural	galego	SGHN	Fernández Esteller, José Luis/ Penas Patiño, J.M./ Rodríguez Silvar, J.
<i>Grupo Trasno</i>	1976-1978	Porrinho	Ass._Cultural	local	Inst_Cult_Lc	
<i>Grupo Universitario de Cámara de Compostela</i>	1977-1978	Compostela	Inst._Cultura	galego	USC	Arias, Manuel/ Méndez, José Antonio F./ Villanueva, Carlos
<i>Guieiro [PPG]</i>	1976	[Galiza]	Publicaçom	galego	Org_Pol_Dir	
<i>Guieiro [UMG]</i>	1978	Compostela	Publicaçom	galego	UPG	
<i>Heraldo de Vivero</i>	1974-1978	Viveiro	Publicaçom	local	Inst_Cult_Lc / Imprensa	Canosa Suárez, Ramón/ Martínez Fernández, Ángel/ Trapero Pardo, José
<i>Hermandad Gallega de Venezuela</i>	1974	Caracas	Centro_Galego	enclave_am.	Encl_AM	Iglesias, Juan Antonio
<i>Hermandad Gallega de Venezuela [publ.]</i>	1974	Caracas	Publicaçom	enclave_am.	Encl_AM	Iglesias, Juan Antonio
<i>Histrión 70</i>	1974-1978	Ourense	Ass._Cultural	galego	Teatro	
<i>Hoja del Lunes de La Coruña</i>	1974-1978	Crunha	Publicaçom	7 cidades	Imprensa	
<i>Hoja del Lunes de Lugo</i>	1974-1978	Lugo	Publicaçom	7 cidades	Imprensa	
<i>Hoja del Lunes de Orense</i>	1974-1978	Ourense	Publicaçom	7 cidades	Imprensa	
<i>Hoja del Lunes de Vigo</i>	1974-1978	Vigo	Publicaçom	7 cidades	Imprensa	
<i>Hormiga Enana, La</i>	1977	[Galiza]	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	
<i>Ideal Gallego, El</i>	1974-1978	Crunha	Publicaçom	galego	Imprensa	
<i>Igreja Católica</i>	1974-1978	[Galiza]	Inst._Cultura	galego	Igreja / Inst_Of	
<i>INLE</i>	1974-1978	Madrid	Editora	espanhol	Edit_Esp.	
<i>Instituto de</i>	1974-1978	Sada	Inst._Privada	galego	Sargadelos	Díaz Pardo, Isaac

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Investigación Técnica e de Sistemas de Comunicación</i>						
<i>Instituto Argentino de Cultura Gallega</i>	1974-1978	Buenos Aires	Inst_Privada	enclave_am.	C.G._B.A.	Adrio, Alberto/ Alonso Pérez, Antonio/ Cupeiro, Benito/ Domínguez, José/ Fernández Prol, Alfonso/ Fraga, Perfecto/ Iglesias, Fernando/ Martínez Lamela, Manuel/ Molinari, Víctor Luis/ Pampillón, Segundo/ Pérez y Pérez, Juan Manuel/ Prada, Rodolfo/ Rodiño Escudero, Antón/ Rodríguez, Juan Carlos S./ Saco, Valeriano/ Varela Sánchez, Jesús
<i>Instituto de Ciencias de la Educación [ICE]</i>	1974-1978	Compostela	Inst_Ciència	galego	USC	
<i>Instituto de Estudios e Desenrollo de Galicia</i>	1976-1978	Compostela	Inst_Ciència	galego	USC	
<i>Instituto de Estudios Orensanos Padre Feijoo</i>	1974-1978	Ourense	Inst_Cultura	7 cidades	Inst_Of	Álvarez, Luis/ Ferrer Garrido, David/ Martínez Vázquez, Ángel/ Olano, Eduardo/ Trabazo, Luis
<i>Instituto de Investigaciones Pesqueras</i>	1974-1978	Vigo	Inst_Ciència	galego	Inst_Of	
<i>Instituto de la Lengua Gallega [ILG]</i>	1974-1978	Compostela	Inst_Ciència	galego	USC / Galaxia / Inst_Of	Álvarez Blanco, Rosario/ Arias Diaz de Rábago, Joaquín/ Carballo Calero, Ricardo/ Couceiro, Xan Carlos/ Díaz y Díaz, Manuel/ Dónega Rozas, Marino/ Fernández Albot, Xerardo/ Fernández Rey, Francisco/ Filgueira Valverde, Xosé/ García Garrido, Manuel/ García González, Constantino/ Otero Túñez, Ramón/ Rojo, Guillermo/ Santamarina Fernández, Antón
<i>Instituto Galego de Información [IGI]</i>	1977-1978	Compostela	Inst_Privada	galego	Sargadelos / Imprensa	Díaz Pardo, Isaac
<i>Instituto José Cornide de Estudios Coruñeses</i>	1974-1978	Crunha	Inst_Cultura	7 cidades	Inst_Of	Míguez Tapia, Enrique/ Chamoso Lamas, Manuel/ Gil Merino, Antonio/ Luengo, José María/ Martínez-Barbeito y Morás, Isabel/ Rodríguez Maneiro, Manuel/ Sanjurjo Carricarte, Eduardo/ Vales Villamarín, Francisco
<i>Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos</i>	1974-1978	Compostela	Inst_Cultura	galego	Inst_Of	Álvarez, Lucas/ Arias Vilas, Felipe/ Balañas Fernández, Carlos Amable/ Barreiro Fernández, Xosé Ramón/ Bouza Brey, Fermín/ Carballo Calero, Ricardo/ Chamoso Lamas, Manuel/ Filgueira Valverde, Xosé/ Fraguas Fraguas, Antón/ García Alén, Alfredo/ González Reboredo,

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Intelsa Obreira</i>	1975-1978	Crunha	Publicaçom	7 cidades	PCG_CC.OO.	
<i>Intersindical Nacional Galega [ING]</i>	1977-1978	[Galiza]	Partido_Sind.	galego	UPG / PSG	José Manuel/ Maroño Barreiro/ Martínez López, Ramón/ Martínez Risco, Vicente/ Millán González-Pardo, Isidoro/ Moralejo Laso, Abelardo/ Ortega Romero, M ^o do Socorro/ Otero Pedrayo, Ramón/ Pedret Casado/ Pensado Tomé, Xosé Luís/ Río Barja, Francisco/ Rodríguez González, Ánxel/ Taboada Chivite, Xesús/ Varela Jácome, Benito/ Zamora Vicente, Alonso
<i>Irmandade [Genevra]</i>	1978	Genevra	Publicaçom	enclave_eu.	UPG / Encl_EU	
<i>Irmandade Democrática Galega</i>	1974	Barcelona	Partido_Sind.	enclave_p.i.	UPG / Encl_PI	
<i>Irmandade Galega (Buenos Aires)</i>	1974-1978	Buenos Aires	Ass._Cultural	enclave_am.	Encl_AM	Cupeiro, Benito/ Mera, Manuel
<i>Irmandade Galega na Suíza</i>	1974-1978	Genevra	Centro_Galego	enclave_eu.	UPG / Encl_EU	Díaz Martínez, Carlos Xohán
<i>Irmandiño</i>	1974-1975	[Galiza]	Publicaçom	galego	UPG / Assoc_Cult	
<i>Jarcia</i>	1974-1978	Crunha	Publicaçom	7 cidades	Ensino	
<i>Júcar [Editorial]</i>	1974-1978	Madrid	Editora	espanhol	Edit_Esp.	
<i>Labor Galego</i>	1978	Ferrol	Publicaçom	7 cidades	Outro	
<i>Laboratorio de Formas de Galicia</i>	1974-1978	Sada	Inst_Privada	galego	Sargadelos	Baltar, Antonio/ Blanco-Amor, Eduardo/ Cuadrado, Arturo/ Díaz Pardo, Isaac/ Dieste, Rafael/ Fernández-Albalat Lois, Andrés/ Laxeiro/ Núñez Búa, José/ Seoane, Luís/ Tobío Fernández, Luís/ Valenzuela, Ramón de/ Varela, Lorenzo/ Vilanova, Alberto
<i>Laboratorio Geológico de Laje</i>	1974-1978	Sada	Inst_Privada	galego	Sargadelos	Cardoso, Martín/ Parga Peinador, José Ramón/ Parga Ponda, Isidro/ Rodríguez Baltar, Carlos/ Torre Enciso, Uxío
<i>Laboratorios de Orientación Educativa</i>	1974-1978	Crunha	Publicaçom	galego	P_Maestros	

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Landra</i>	1978	Ferrol	Publicaçom	galego	PSG	
<i>Librería Follas Novas</i>	1977-1978	Compostela	Editora	galego	Outro	
<i>Librería y Editorial Galí</i>	1974-1978	Compostela	Editora	galego	Outro	
<i>Librigal [editora]</i>	1975-1976	Crunha	Editora	galego	Outro	
<i>Libro de Oro [Librodouro]</i>	1975-1978	Vigo	Editora	galego	Outro	
<i>Libros de la frontera, Los</i>	1976	Barcelona	Editora	espanhol	Edit_Esp.	
<i>Limbo</i>	1977-1978	Ourense	Editora	galego	Outro	Catoira, Manuel
<i>Loia [col. Poético]</i>	1974-1978	Madrid	Publicaçom	galego	Literatura	Patiño, Antón/ Pereiro, Lois/ Rivas, Manuel
<i>Loita</i>	1974-1978	Crunha	Publicaçom	galego	PCG_CC.OO.	
<i>Loita Obreira</i>	1974-1976	Vigo	Publicaçom	7 cidades	PCG_CC.OO.	
<i>Lonxe</i>	[1974]-1976	Compostela	Publicaçom	interno	USC	
<i>Lóstrego (Ass. Cultural)</i>	1974-1978	Madrid	Ass_Cultural	enclave_p.i.	UPG / Assoc_Cult / Encl_PI	Alonso Estravis, Isaac/ López Pérez, Emilio/ Sánchez Iglesias, Cesáreo
<i>Lucus</i>	1974-1978	Lugo	Publicaçom	galego	Inst_Of	Díaz Rodríguez, Constantino/ García Rodríguez, Eduardo/ Sieira Bustelo, Constantino/ Trapero Pardo, José
<i>Ludimagister</i>	1975	Crunha	Publicaçom	galego	Inst_Of	
<i>Lugo</i>	1974-1976	Buenos Aires	Publicaçom	enclave_am.	Encl_AM	Díaz Saavedra, José B.
<i>Lugo Sindical</i>	1975	Lugo	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	Gallego Morandeira, Francisco
<i>Lume</i>	1974-1978	Compostela	Publicaçom	galego	UPG / Ensino	
<i>Lumieira [Agrupación Cultural]</i>	1974-1978	Carvalho	Ass_Cultural	local	Inst_Cult_Lc	
<i>Mallo, O</i>	1974-1976	Barcelona	Publicaçom	galego	UPG	García Fernández, Xosé Lois
<i>Marineros</i>	1976-1978	[Galiza]	Publicaçom	galego	PCG_CC.OO.	

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Martin-Códax [Grupo Teatral]</i>	1974-1978	Vigo	Ass. Cultural	galego	Teatro	
<i>Mas-Ivars</i>	1976-[1978]	Barcelona	Editora	espanhol	Edit_Esp.	
<i>Medicina Galaica</i>	1978	Crunha	Publicaçom	galego	Inst_Of	García-Sabell, Domingo/ Pérez Hervada, Eduardo
<i>Medulio [Agrupación Cultural]</i>	1974-1978	Ferrol	Ass. Cultural	7 cidades	Assoc_Cult	
<i>Memoria / Banco de Galicia</i>	1974-1978	Vigo	Publicaçom	interno	Economia	
<i>Memoria / Caja de Ahorros de Galicia</i>	1978	Crunha	Publicaçom	interno	Economia	Balás Loureiro, José/ Catoira Garaboa, Jaime/ Iglesias Martelo, Vicente/ Lebón Sánchez, José/ López-Companioni y Pérez, Manuel/ Lorenzo Pérez, Antonio/ Rodríguez Rodríguez, Dositteo/ Silvarrey Grandío, Manuel/ Varela Penedo, Manuela
<i>Memoria / Caja de Ahorros Provincial de Lugo</i>	1974-1978	Lugo	Publicaçom	interno	Economia	Andón Cebreiro, Manuel/ Arias Núñez, José/ Carroceda González, Alejandro/ Diaz Prieto, Francisco/ García Rodríguez, Eduardo/ Gil Varela, Álvaro/ Guisasaola Vázquez, Manuel/ Ibáñez Méndez, Jesús/ Lama Gonzáles, Francisco/ Losada Campo, Manuel/ Pallín García, Eulogio/ Pita Pedreira, Agustín/ Pol González, Antonio/ Regal Vázquez, José/ Varela Piñeiro, Daniel
<i>Memoria y cuenta general de la Caja de Ahorros-Monte de Piedad de Santiago</i>	1974-1978	Compostela	Publicaçom	interno	Economia	Crespán Goicoechea, Fco. Javier/ Gómez Fernández, Manuel/ Hernández Rodríguez, José/ López-Veiga Ponte, Rodolfo/ Louzao Iglesias, Mercedes/ Lucas Álvarez, Manuel/ Paradelá Beltrán, José Luis/ Tallón Rego, Manuel/ Vidán Torres, Juan/ Villar Landeira, Modesto
<i>Memoria... Caja Rural Provincial de Pontevedra</i>	1976	Ponte Vedra	Publicaçom	interno	Economia	
<i>Memoria... Agrupación Cultural «O Facho»</i>	1974-1977	Crunha	Publicaçom	interno	Assoc_Cult / PSG	
	1974-1978	Crunha	Publicaçom	interno	Economia	Arias Mosquera, Vicente/ Arias y Diaz de Rábago, Carmela/ Arias y Diaz de Rábago, Joaquín/ Blanco Losada, Alberto/ Escauriaza Urioste, Javier/ García Ares, Juan/ García de Diego, Vicente/ Gómez Fernández, Francisco/ Jessen Pastor, Arne/ Linares Martín de Rosales, Ramón/ Mañas López, Francisco/ Molleda Represa, Antonio/ Naya Piñeiro,

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Memoria... Banco Pastor</i>						Teodoro/ Pablo Burgoa, Ignacio de/ Pardo Pita, Gonzalo/ Porras del Corral, Alfonso/ Salorio Suárez, Fernando/ Souto Mourenza, Abelardo/ Valiño Vázquez, Agustín/ Vázquez Mallo, Enrique
<i>Mercantil, El</i>	1975-1978	Vigo	Publicaçom	7 cidades	Economia	Blanco Fernández, Enrique
<i>Metrala</i>	1975-1976	Ponte Areias	Publicaçom	local	Org_Pol_Dir/ Inst_Cult_Lc	
<i>Mintreiro verdadeiro [pro ano...], O</i>	1974-1978	Palas de Rei	Publicaçom	galego	Outro	Regadio, José
<i>Misión Biológica de Galicia</i>	1974-1978	Ponte Vedra	Inst_Ciència	galego	Inst_Of	
<i>Mocedades Socialistas Galegas</i>	1974-1978	[Galiza]	Partido_Sind.	galego	PSG	
<i>Moendo</i>	1978	Groningen	Publicaçom	enclave_eu.	UPG / Encl_EU	Artímez, Pura/ Basalo, Secundino/ Beade, Ramón/ Prieto Alonso, Domingo/ Reigada, Xosé Pedro/ Serantes, Manuel/ Traseira Rodil, Neves
<i>Montecasino [Ediciones]</i>	1976	Zamora	Editora	espanhol	Edit_Esp.	
<i>Moret [Editorial]</i>	1974-1978	Crunha	Editora	galego	Outro	
<i>Movimiento de Maestros</i>	1978	Ponte Vedra	Publicaçom	interno	Ensino / Org_Pol_Esq	Barros, Miguel
<i>Muller e a Loita, A</i>	1974-1978	Vigo	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	
<i>Mundo galego [C.G. Madrid]</i>	1974-1978	Madrid	Publicaçom	enclave_p.i.	Encl_PI	Fraga de Lis, Manuel/ González Sevilla, Emilia/ Pardo Villar, Samuel
<i>Museo Arqueológico e Histórico</i>	1974-1978	Crunha	Inst_Cultura	7 cidades	Inst_Of	López Gómez, Felipe Senén
<i>Museo Arqueológico Provincial de Orense</i>	1974-1978	Ourense	Inst_Cultura	galego	M_Macias / Inst_Of	Fariña Busto, Francisco
<i>Museo Catedralicio y Diocesano</i>	1978	Mondonhedo	Inst_Cultura	galego	Igreja / Inst_Cult_Lc	
<i>Museo de Arte</i>	1974-1978	Sada	Inst_Privada	galego	Sargadelos	

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Contemporánea Carlos Maside</i>						
<i>Museo de Pontevedra, El</i>	1974-1978	Ponte Vedra	Publicaçom	galego	Inst_Of	Arias y Díaz de Rábago, Joaquín/ Castro Álvarez, José/ Fernández López, José/ Fernández-Novoa Rodríguez, José/ Filgueira Valverde, Xosé/ Fontanals Barón, Álvaro/ García Alén, Alfredo/ García Sánchez, Augusto/ Gil Varela, Álvaro/ Ground, Marjorie/ Moreno de Alborán Reyna, Salvador/ Nalda y Díaz de Tuesta, Antonio/ Núñez Pascual, Alejo/ Odrizola Pietas, Antonio/ Peláez Casalderey, José Luis/ Portela Paz, Agustín/ Puig Gaité, Antonio/ Queizán Taboada, Joaquín/ Quiroga Losada, Emilio/ Rial López, Pedro/ Riestra del Moral, Antonio/ Sobrino Buhigas, Carlos
<i>Museo do Pobo Galego</i>	1976-1978	Compostela	Inst._Cultura	galego	Inst_Of / Galaxia / Sargadelos	Arias Vilas, Felipe/ Filgueira Valverde, Xosé/ Fraguas Fraguas, Antón/ Lorenzo Fernández, Xaquín/ Martínez López, Ramón/ Otero Pedrayo, Ramón/ Piñeiro López, Ramón/ Rodríguez Fraiz, Antonio/ Taboada Chivite, Xesús
<i>Museo Provincial de Lugo</i>	1974-1978	Lugo	Inst._Cultura	galego	Inst_Of	Arias Vilas, Felipe
<i>Museo Provincial de Pontevedra</i>	1974-1978	Ponte Vedra	Inst._Cultura	galego	Inst_Of	
<i>Museo Quiñones de León</i>	1974-1978	Vigo	Inst._Cultura	7 cidades	Inst_Of	Illarri Gimeno, Ángel
<i>Museo y Archivo Histórico Diocesano</i>	1974-1978	Tui	Inst._Cultura	galego	Igreja / Inst_Cult_Lc	Delicado Baeza, José/ Gómez Sobrino, Jesús
<i>Ningures</i>	1977	[Galiza]	Publicaçom	galego	Literatura	Arias, Valentín
<i>Norde</i>	1977-1978	[Galiza]	Publicaçom	galego	UPG	
<i>Nordés</i>	1975-1978	Crunha	Publicaçom	galego	Literatura	Barros, Tomás/ Conde, Isidro/ Pozo Garza, Luz/ Seoane, Luís
<i>Nordeste</i>	1975-1978	Ortigueira	Publicaçom	local	Inst_Cult_Lc / Igreja	
<i>Norte</i>	1975	Ferrol	Publicaçom	7 cidades	Outro	
<i>Nosa Galiza, A</i>	1974-1975	Genevra	Publicaçom	enclave_eu.	Encl_EU / PCG_CC.OO.	

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Nosa Loita, A</i>	1975-1978	Crunha	Publicaçom	7 cidades	PCG_CC.OO.	Acosta Beiras, Xoaquín/ Alonso, María/ Álvarez, Isabel/ Amigo, A./ Arrizado, Paco/ Auzmendi, Lourdes/ Barro, Xosé/ Bellas, Fernando/ Brais Briset, Ignacio/ Cambre Mariño, Xesús/ Campos, Guillermo/ Carracedo, X.A./ Celeiro, Luís/ Cusi, F./ Dasilva, A.P./ Díaz, Carlos/ Durán, Carlos/ Folgueira, Marina/ Fontenla Rodríguez, José Luís/ Franco, Fernando/ Gacño, X.A./ González, Lalo/ Ibarzábal, E./ Iparraguirre, Pilar/ Ledo Andión, Margarida/ López Galocha, Antón/ López García, Xosé/ López Gómez, Felipe Senén/ Marín, Xaquín/ Maside, Xulio/ Minguell, Jordi/ Morales Quintana, Xosé Enrique/ Olariaga, Antón/ Palmás, Ricardo/ Piño/ Pousa Estevez, Xosé Ramón/ Pousa, Mario/ Ramos, Fernando/ Seoane, Luís/ Sucasas, Alfonso/ Varela García, César/ Veiga, Emilio/ Viña, Moncho
<i>Nosa Terra, A</i>	1977-1978	Compostela	Publicaçom	galego	UPG / Imprensa	
<i>Nosa Voz, A [Barreras]</i>	1974-1978	Vigo	Publicaçom	7 cidades	PCG_CC.OO.	
<i>Noso Añán</i>	1977	Bilbao	Publicaçom	enclave p.i.	Encl_PI	
<i>Noso Mar, O</i>	1975	[Galiza]	Publicaçom	galego	PCG_CC.OO.	
<i>Nova Galicia [PCG]</i>	1974-1975	Paris			Encl_EU / PCG_CC.OO.	Álvarez, Santiago/ Barro, Manuel/ Coninck, M. Albert
<i>Nova Galicia [PCG]</i>	1977	Madrid	Publicaçom	galego	PCG_CC.OO. / Encl_PI	Barro, Manuel
<i>Nova Galicia/Galiza [ed. PCG]</i>	1976	Paris*	Editora	outro	PCG_CC.OO. / Encl_EU / Encl_PI	Álvarez, Santiago/ Barro, Manuel
<i>Nova Galiza [PCG]</i>	1978	Compostela	Publicaçom	galego	PCG_CC.OO.	Andeiro, Xan/ Arias Veira, Pedro/ Barros Guimeráns, Carlos/ Cancio, Miguel/ Magariños, Alfonso/ Máiz, Ramón/ Pérez Touriño, Emilio/ Pintos, Xoán Luís
<i>Obradoiro [CC.OO.]</i>	1975	Ourense	Publicaçom	7 cidades	PCG_CC.OO.	
<i>Obradoiro [COAG]</i>	1978	Compostela	Publicaçom	galego	COAG	Álvarez-Ude de la Torre, José/ Castro Vila, Manuel/ Freire Pérez, Raúl/ García Braña, Celestino/ García Velasco, Carlos/ Garrido Rodríguez, Xaime/ González Cebrián, Juan/ Llano Cabado, Pedro de/ Martínez Suárez, Xosé Lois/ Puentes Colorado, Santiago/ Seara Morales,

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
						Santiago
<i>Omnium Cultural Galego</i>	1977-1978	Crunha	Ass_ Cultural	galego	Assoc_Cult	Álvarez Temprano, Antonio/ Azcárraga Salvadores, Antonio de/ Pardo-Ciorraga, Segundo Carlos
<i>Ourense</i>	1977-1978	Ourense	Publicaçom	galego	Inst_Of	Álvarez Méndez, Silverio/ Fernández Rodríguez, César/ Ferrer Garrido, David/ García Manzano, Manuel/ González Blanco, Hermógenes/ Moreiras Álvarez, Cesário/ Platero Paz, Xosé/ Rego Nieto, Manuel/ Rey-Stolle de la Peña, Antonio
<i>Pachres y Maestros</i>	1974-1978	Crunha	Publicaçom	galego	P_Maestros / Igreja /Ensino	Garrido Suárez, Fernando
<i>Padroado da Cultura Galega</i>	1977	México D.F.	Centro_Galego	enclave_am.	Encl_AM	Rodríguez, Elixio/ Soto, Luis
<i>Padroado do Pedrón de Ouro</i>	1964	Padrom	Inst_Privada	galego	Galaxia	
<i>Partido Comunista Galego [PCG]</i>	1974-1978	[Galiza]	Partido_Sind.	galego	PCG_CC.OO.	Alonso Montero, Xesús/ Álvarez, Santiago/ Aragaus, Vicente/ Barez, Rafael/ Barros, Carlos/ Benedicto/ Bibiano/ Casabella, Miro/ Guerreiro, Ánge/ Manzano, Azisolo/ Moscoso/ Peña-Rey, Manuel/ Rojo, Guillermo/ Quessada, Xaime/ Valenzuela, Ramón de
<i>Partido Socialista Galego (PSG)</i>	1974-1978	[Galiza]	Partido_Sind.	galego	PSG	Álvarez Gándara, Alfonso/ Arias, César/ Arias, Valentín/ Barro, Teresa/ Beiras Torrado, Xosé Manuel/ Caamaño Suárez, Manuel/ Fernández del Riego, Francisco/ Franco Grande, Xosé Luis/ García-Bodaño, Salvador/ González Amadiós, Francisco/ González Laxe, Fernando/ López Garrido, Claudio/ Losada, Armando/ Lugris, Ramón/ Orjales Pita, Mario/ Pérez-Barreiro Noya, Fernando/ Refoxo, Óscar F./ Rodríguez Pardo, Xosé Luis/ Saco, Cesáreo/ Viñas Cortegoso, Luis
<i>Patrimonio Nacional</i>	1974	Madrid	Editora	espanhol	Edit_Esp.	
<i>Patronato da Cultura Galega</i>	1974-1976	Montevideu	Centro_Galego	enclave_am.	Encl_AM	Canabal Fuentes, Jesús/ Cancela Freijo, José/ Crestar, Antón/ Meilán Martínez, Manuel/ Pereira, Fernando
<i>Patronato Rosalia de Castro</i>	1974-1978	Compostela	Inst_Privada	galego	Galaxia	Iglesias Iglesias, Luis/ San Martín Domínguez, Octavio/ Sixto Seco, Agustín
<i>Pazo de Mariñán</i>	1975-1978	Crunha	Publicaçom	galego	Inst_Of	Rodríguez Mas, Antonio/ Rodríguez Madero, Lino/ Roldán, Manuel

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Pen Clube Galicia</i>	1977	Compostela	Ass_ Cultural	galego	Literatura	Casares, Carlos/ Dónega Rozas, Marino/ González Tosar, Luis/ Graña, Bernardino/ Heinze, Úrsula/ Rábade Paredes, Xesús/ Santamarina, Antón/ Toro, Suso de/ Villar Janeiro, Helena
<i>Peto, O</i>	1977-1978	[Galiza]	Publicaçom	galego	UPG	
<i>Pino, El</i>	1977	Vigo	Publicaçom	7 cidades	Ensino	Meijide, Gonzalo
<i>Plaza & Janés</i>	1975-1977	Barcelona	Editora	espanhol	Edit_Esp.	
<i>Poder Obreiro [USO]</i>	[1974]-1978	Ferrol	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	
<i>Podium [OJE]</i>	1974-1975	Compostela	Publicaçom	7 cidades	Org_Pol_Dir / Inst_Of	
<i>Poesía á Man</i>	1975	Caracas	Editora	enclave_am.	Encl_AM / UPG	Sesto López, Xosé
<i>Pontevedra [Mov. Maestros]</i>	1978	Ponte Vedra	Publicaçom	interno	Ensino / Org_Pol_Esq	
<i>Pope, El</i>	1974-1975	Vigo	Publicaçom	galego	Imprensa	Armesto, José Francisco/ Martínez de las Heras, Víctor/ Vázquez Gil, Bernardo M.
<i>Porto & Cia. Editores</i>	1974-1978	Compostela	Editora	galego	Outro	
<i>Pradia, A</i>	1978	Vilalva	Publicaçom	local	PSG / Inst_Cult_Lc	
<i>Prensa Didáctica</i>	1976-1978	Crunha	Publicaçom	galego	P_Maestros / Imprensa	
<i>Progreso, El</i>	1974-1978	Lugo	Publicaçom	galego	Imprensa	
<i>Promocions Culturais Galegas S.A.</i>	1978	Vigo	Inst_Privada	galego	UPG / Imprens	Acosta Beiras, Xoaquín/ Álvarez Domínguez, Bautista/ Campo Freire, Xoaquín/ Carballo Carballo, Francisco/ Fernández Teixeira, Manuel Maria/ Fontenla Méndez, Xosé Luis/ Fontenla Rodríguez, José Luis/ Goy García, Saleta/ Morales Quintana, Xosé Enrique/ Senén, Felipe/ Varela García, César/ Vázquez Pintor, Xosé
<i>PSG informa, O</i>	1976	[Galiza]	Publicaçom	galego	PSG	
<i>Publicaciones del Museo Quinones de León</i>	1978	Vigo	Publicaçom	7 cidades	Inst_Of	

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Puntal, O</i>	1976-1977	Crunha	Publicaçom	galego	PCG_CC.OO.	Anta Seoane, Adolfo/ Alcántara García, Fco. José/ Brea Pasín, Arturo/ Bugallal y Marchesi, José Luis/ Chamoso Lamas, Manuel/ Fernández Argüelles, Julio/ Fernández Méndez, José/ Fernández-Cabrera García, Francisco/ Fernández-Gago Varela, Carlos/ Filgueira Valverde, Xosé/ García-Sabell, Domingo/ Gil Varela, Álvaro/ González Cebrián, Juan/ Groba Groba, Rogelio/ Iglesias Álvarez, Antonio/ Iglesias de Souza, Luis/ Lata Montoiro, Castor/ López García, Juan Luis/ Martínez-Barbeito, Carlos/ Mosquera Gómez, Luis/ Naya Pérez, Juan/ Pastor de Jessen, Margarita/ Pons-Sorolla y Arnau, Francisco/ Posada Curros, José/ Prieto Nespereira, Julio/ Quintas Goyanes, Luis/ Reboredo López, Manuel Andrés/ Rey Pedreira, Santiago/ Rodríguez Maneiro, Manuel/ Rodríguez Nache, M. Luisa/ Rodríguez Sánchez, Luis/ Santiago Majo, Rodrigo Alfredo de/ Sobrino Buhigas, Carlos/ Trapote Mateo, Ángel/ Vales Villamarín, Francisco/ Vázquez Seijas, Manuel/ Villar Mateo de Arenaza, María de/ Yzquierdo y Vivas, Mariano
<i>Real Academia de Medicina y Cirugía de Galicia</i>	1974-1978	Compostela	Inst_ Ciéncia	galego	Inst_Of	Álvarez Blázquez, Xosé María/ Artaza y Malvárez, Ramón de/ Blanco-Amor, Eduardo/ Bugallal y Marchesi, José Luis/ Carballo Calero, Ricardo/ Carré Alvarellos, Leandro/ Casares, Carlos/ Chamoso Lamas, Manuel/ Chao Espina, Enrique/ Cunqueiro, Álvaro/ Dieste, Rafael/ Dónega Rozas, Marino/ Fernández del Riego, Francisco/ Ferro Couselo, Xesús/ Filgueira Valverde, Xosé/ Fole, Ánxel/ Fraguas Fraguas, Antón/ García-Sabell, Domingo/ Gil Merino, Antonio/ Iglesias Iglesias, Luís/ Lorenzo Fernández, Xaquín/ Mariñas del Valle, Xenaro/ Martínez López, Ramón/ Martínez-Risco y Macías, Sebastián/ Meijide Pardo, Antonio/ Moreiras, Eduardo/ Naya Pérez, Juan/ Otero Pedrayo, Ramón/ Parga Pondal, Isidro/ Paz-Andrade, Valentín/ Piñeiro López, Ramón/ Portela Pazos, Salustiano/ Taboada Chivite, Xesús/ Torre Enciso, Uxío/ Trapero Pardo, José/ Vales Villamarín, Francisco/ Vázquez Seijas, Manuel/ Vidal Abascal, Enrique
<i>Real Academia Gallega [RAG]</i>	1974-1978	Crunha	Inst_ Cultura	galego	Inst_Of	
<i>Real Sociedad</i>	1974-1978	Compostela	Inst_ Economía	galego	Economía /	

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Económica de Amigos del País</i>					Inst_Of	
<i>Región, La</i>	1974-1978	Ourense	Publicaçom	galego	Imprensa	
<i>Rego</i>	1974-1975	Genevra	Publicaçom	outro	UPG / Encl_EU / Encl_PI / Encl_AM	
<i>Ren</i>	1977-1978	[Galiza]	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	
<i>Revista «Instituto José Cornide» de Estudios Coruñeses</i>	1974-1978	Crunha	Publicaçom	7 cidades	Inst_Of	
<i>Revista de Economía y Empresa</i>	1978	Compostela	Publicaçom	galego	USC / Economía	Arias Santos, Isaac/ Prado Freire, Camilo
<i>Revista del «Instituto José Cornide» de Estudios Coruñeses</i>	1974-1978	Crunha	Publicaçom	7 cidades	Inst_Of	Gil Merino, Antonio
<i>Revista Semanal</i>	1976-1978	Crunha	Publicaçom	galego	Imprensa	
<i>Revolta</i>	1976	[Galiza]	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	
<i>Revolución [XCG]</i>	1976-1978	Ferrol	Publicaçom	7 cidades	PCG_CC.OO.	
<i>Roladas 2, As</i>	1978	Vigo	Publicaçom	galego	Ensino	Loquis, Xosé
<i>Rosalía de Castro [Grupo Teatral]</i>	1974-1978	Vigo	Ass._Cultural	galego	Teatro / Assoc_Cult	
<i>Roxo, O</i>	1975-1978	[Galiza]	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	Cordero, Serafin/ Martínez Marzoa, Felipe/ Massó, J./ Príncipe, Carlos/ Rey, Fina/ Rocha, Pedro/ Saa, Rita de/ Sineiros, Manolo/ Toxo, Ignacio/ Valle-Inclán, Xaquín del/ Villot, Cullo
<i>Sacho, O</i>	1974	[Galiza]	Publicaçom	galego	UPG	
<i>Salnés Socialista</i>	1977	Salnés	Publicaçom	local	PSG	
<i>Saúde</i>	1977-1978	[Galiza]	Publicaçom	galego	UPG	

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Semán da Cultura Galega</i>	1978	Crunha	Publicaçom	7 cidades	Inst_Of	
<i>Semente [ERGA]</i>	1976	[Galiza]	Publicaçom	galego	UPG / Ensino	
<i>Sementeira [Agrupación Cultural]</i>	1974-1978	Viveiro	Ass._Cultural	local	Inst_Cult_Lc	
<i>Seminario «Fontán-Sarmiento» de Hxgiografía, Toponimia y Onomástica de Galicia</i>	1974-1978	Compostela	Inst._Cultura	galego	Inst_Of	Rodríguez Rodríguez, Manuel
<i>Seminario de Estudos Cerámicos de Sargadelos</i>	1974-1978	Sada	Inst._Privada	galego	Sargadelos	Díaz Pardo, Isaac/ Varela, Andrés
<i>Seminario de Estudos Galegos</i>	1976-1978	Compostela	Inst._Privada	galego	Sargadelos / Galaxia / USC	Abad Flores, Odón L./ Barreiro Fernández, Xosé Ramón/ Carballal Pernas, Ramón/ Costa Rico, Antón/ Díaz Pardo, Isaac/ Díaz-Fierros Viqueira, Francisco/ Fernández del Riego, Francisco/ Fernández-Albalat Lois, Andrés/ Fraguas Fraguas, Antón/ García Martínez/ García-Lombardero/ Gil Merino, Antonio/ Guitián Ojea, Francisco/ Jiménez Gómez, Santiago/ Martínez López, Ramón/ Piñeiro López, Ramón/ Río Barja, Francisco/ Santamarina Fernández, Antón/ Tobío Fernández, Luis
<i>Seminario di Cultura Gagliega</i>	1977-1978	Perúgia (Itália)	Inst._Ciência	outro	Encl_EU	Caucci von Saucken, Paolo G.
<i>Sempre en Galiza</i>	1978	Barcelona	Publicaçom	enclave_p.i.	UPG / Encl_PI	Fernández Teixeira, Manuel Maria
<i>Septembre [PCEr]</i>	1975	[Galiza]	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	
<i>Serra, A</i>	1977-1978	Crunha	Publicaçom	7 cidades	PCG_CC.OO.	
<i>Sindicato dos Traballadores do Ensino de Galicia</i>	1977-1978	[Galiza]	Publicaçom	galego	UPG / Ensino	
<i>Sindicato Galego de Sanidade</i>	1977-1978	[Galiza]	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	
<i>Sindicato Galego dos Traballadores do Mar</i>	1974-1978	[Galiza]	Partido_Sind.	galego	UPG	

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Sindicato Labrego Galego [SLG-CC.LL.]</i>	1977-1978	[Galiza]	Partido_Sind.	galego	PSG / UPG	
<i>Sindicato Obreiro Galego [SOG]</i>	1975-1978	[Galiza]	Partido_Sind.	galego	UPG / PSG	
<i>Socialista galego, O</i>	1978	Compostela	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	
<i>Socialistas en Loita</i>	1974-1978	Vigo	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	
<i>Sociedade «A Nosa Galiza» [de traballadores emigrantes]</i>	1974-1975	Genevra	Centro_Galego	enclave_eu.	Encl_EU / PCG_CC.OO.	Anllo Corredoira, Eduardo/ Curz, Aurelio/ Pérez Oya, José Fernando/ Vaamonde, Suso/ Valente, José Ángel
<i>Sociedade Cultural «Afonso Eans»</i>	1976-1978	Negreira	Ass._Cultural	local	Inst_Cult_Lc	Barreiro Luaña, José/ Brenlla Outeiro, Digna/ Buergo del Río, Joaquín/ Caamaño Ferreiro, Jesús/ Castro Gómez, Manuel/ Fabeiro Mosquera, Plácido/ García Fuentes, Juan/ Giraut Forján, Carmen/ Gómez Álvarez, M. del Carmen/ Gómez Martínez, Roberto/ Iglesias Turnes, Manuel/ López Gómez, José Manuel/ López Tuñas, José Manuel/ Romarís Pereira, José Antonio/ Silva Caamaño, M. Rosa/ Turnes Paredes, José/ Varela Areoso, Juan
<i>Sociedade Cultural «O Britón»</i>	1977-1978	Foz	Ass._Cultural	local	Inst_Cult_Lc	
<i>Sociedade Galega de Historia Natural [SGHN]</i>	1977-1978	Compostela	Ass._Cultural	galego	USC / SGHN	Arias Vilas, Felipe/ Beiras Torrado, Xosé Manuel/ Bermejo Díaz de Rábago, Santiago/ Cortizo Nieto, Miguel/ Díaz-Fierros Viqueira, Francisco/ González Gurriarán, Eduardo/ Jove Ferreiro, Xosé/ Labarta, Uxío/ Lorenzo Fernández, Xaquín/ Quintáns, Manuel/ Rosón Ferreiro, M. del Carmen
<i>Sociedade Galega de Publicacións</i>	1976-1977	Compostela	Inst_Privada	galego	Galaxia / Imprensa	García-Sabell, Domingo
<i>SODIGA</i>	1974-1978	[Galiza]	Inst_Economia	galego	Economia	Barcia García-Villamil, Camilo/ López Facal, Xoán/ Nogueira Román, Camilo
<i>Solidaridad [CNT]</i>	1976	Crunha	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	
<i>Solpor [Agrupación Cultural]</i>	1974-1978	Cela Nova	Ass._Cultural	local	Inst_Cult_Lc	

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Suplementos especiais</i>	1974-1978	[Galiza]	Publicaçom	7 cidades	Imprensa	
<i>Táboa Democrática</i>	1976-1977	[Galiza]	Partido_Sind.	galego	PCG_CC.OO./ Org_Pol_Esq	
<i>Teaching Area</i>	1974-1978	Crunha	Publicaçom	7 cidades	P_Maestros	
<i>Teatro Antroido</i>	1974-1978	Compostela	Ass._Cultural	galego	Teatro / PSG	Ponte, Laura Vidal Boloño, Roberto
<i>Teatro Artello</i>	1976-1978	Vigo	Ass._Cultural	galego	Teatro	
<i>Teatro Circo [de Artesáns]</i>	1974-1977	Crunha	Ass._Cultural	galego	Teatro / Assoc_Cult	Lourenzo, Manuel
<i>Teima</i>	1976-1977	Compostela	Publicaçom	galego	PSG / Galaxia/ PCG_CC.OO./ Org_Pol_Esq / Imprensa	Aller López, Xaime/ Aller, Enrique/ Álvarez Blanco, Rosario/ Álvarez Pousa, Luís/ Arias, Valentín/ Bar Boo, José/ Barral, Ramón/ Beiras Torrado, Xosé Manuel/ Bouzada, Xan/ Cabanas, Xosé M./ Camacho, Alexandre P./ Campos, Guillermo/ Carballo Carballo, Francisco/ Casares, Carlos/ Chao Rego, Xosé/ Chao, Ramón Luís/ Clemente, Ramón/ Conde, Perfecto/ Cores Trasmonte, Baldomero/ Costa Clavell, Xavier/ Díaz, Ceferino/ Equipo Andalán/ Equipo Cort/ Equipo Trasmallo/ Espino, X.M./ Fernández del Riego, Francisco/ Fernández Rey, Francisco/ Fernández, Domingo/ Freixanes, Vítor F./ Gallego Jorroto, Manuel/ Gálvez, Gregorio/ García Palmeiro, Xosé M ^a / García-Bodaño, Salvador/ García-Sabell, Domingo/ Gómez Vilasó, X. M./ González, Xoán Manuel/ Lamas, Santiago/ López Facal, Xan/ López Garrido, Claudio/ López Nogueira, X. M./ López Rico, Mario/ López, Siro/ Loquis, Xosé/ Magariños Sueiro, Alfonso/ Manteiga Pedreres, Xosé/ Marín, Xaquín/ Mariñas del Valle, Xenaro/ Marpía, Xosé/ Martínez, X.L./ Montero Santalla, Xosé-Martiño/ Navaza, Xavier/ Orjales Pita, Mario/ Palmás, Ricardo/ Pereira, Fernando/ Pérez-Barreiro Noya, Fernando/ Pino, Daniel/ Platero Paz, Xosé/ Portela, César/ Porto, Carlos/ Pousa Antelo, Avelino/ Quiroga, Domingo/ Ramos Espejo, A./ Randulfe, Fernando M./ Rivas Fraga, Alfonso/ Rivas, Manuel/ Rous, Xoan/ Ruibal, Arturo/ Sánchez Izquierdo, Alfonso/ Torre, Rafael L./ Torres, Xurxo/ Vázquez, Emilia/ Vega Buxán, Jesús/ Vence Lois, Ánxel/ Ventura, Vicent/ Vilamor, Xosé R./ Vilarinho, Xosé P./ Xiz, Xulio/ Yáñez, Manuel/ Yuste Grijalbo, F. Xavier

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Teleclub Galicia</i>	1974-1978	Crunha	Publicaçom	galego	Inst_Of	Pérez Montes, Ezequiel
<i>Terra [CC.LL.]</i>	1975-1976	[Galiza]	Publicaçom	galego	PSG	
<i>Terra [Com. Dem. Info.]</i>	[1975]-1976	Compostela	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	
<i>Terra e Tempo</i>	1974-1978	Crunha	Publicaçom	galego	UPG	
<i>Terra e Tempo [UPG l.p.]</i>	1977-1978	[Galiza]	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	Méndez Ferrín, Xosé Luis
<i>Teucro</i>	1975	Ponte Vedra	Publicaçom	7 cidades	Org_Pol_Dir	Figueroa González, Juan
<i>Tixola</i>	1977-1978	[Galiza]	Publicaçom	galego	Ensino	
<i>Toupeira, A [LCR]</i>	1977-1978	[Galiza]	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	
<i>Trouta</i>	1977-1978	Crunha	Ass._Cultural	galego	Teatro	Medal, Suso/ Simón, Antonio Fco./ Uriarte, Gonzalo M.
<i>Tuy</i>	1975-1978	Tui	Publicaçom	galego	Igreja / Inst_Cult_Lc	López Sobrino, Jesús
<i>U.S.O.</i>	1977	Crunha	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq / Igreja	
<i>Unidade na Pesca</i>	1976-1978	Vigo	Publicaçom	galego	PCG_CC.OO.	
<i>Unidade Obreira [ASCON]</i>	1977-1978	Vigo	Publicaçom	7 cidades	PCG_CC.OO.	
<i>Unidade Obreira [Citroën]</i>	1974-1978	Vigo	Publicaçom	7 cidades	PCG_CC.OO.	
<i>Unión da Mocidade Galega [UMG]</i>	1978	[Galiza]	Partido_Sind.	galego	UPG	
<i>Unión de Traballadores da Banca de Galicia</i>	1974-1978	[Galiza]	Partido_Sind.	galego	UPG	
<i>Unión de Traballadores da Sanidade Galega</i>	1974-1978	[Galiza]	Partido_Sind.	galego	UPG	
<i>Unión de Traballadores do Ensino de Galicia</i>	1974	[Galiza]	Partido_Sind.	galego	UPG / Ensino	
<i>Unión do Pobo Galego</i>	1974-1978	[Galiza]	Partido_Sind.	galego	UPG	Agrelo Hermo, Xosé/ Allegue Aguete, Pilar/ Alonso, Xavier/ Álvarez

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
[UPG]						Dominguez, Bautista/ Arxona, Xosé A./ Bouzas Lariño, Xan/ Camarot Veira, Fernando/ Carballo Carballo, Francisco/ Casal Rosendo, Xosé/ Chao Terceiro, Manuel/ Custola, Xaime/ Diéguez, Lois/ Fernández Barcia, Xosé Manuel/ Fernández Sánchez, Antón/ Fernández Teixeira, Manuel Maria/ Ferreiro, Celso Emilio/ García Yáñez, Manuel/ González Martínez, Xosé («Pepiño»)/ Iglesias Prieto, Xosé Antón/ Ledo Andión, Margarida/ López Facal, Xaquín/ López Pérez, Emilio/ López-Suevos, Ramón/ López, Hilario/ Leopoldo Lores, Francisco/ Luaces, Pedro/ Martínez Rodríguez, Manuel/ Méndez Ferrín, Xosé Luis/ Méndez Fraguas, Manuel/ Mera, Manuel/ Muñiz de las Cuevas, Ramón/ Nogueira Román, Camilo/ Patiño, Reimundo/ Pavón, Xosé Manuel/ Queizán, María Xosé/ Reboiras Noia, Ramón/ Rodríguez Martínez, Xosé Manuel/ Rodríguez Sánchez, Francisco/ Romasanta Vilarchao, Antón/ Sánchez, Antón/ Santasmarinas Raposo, Prudencia/ Soto, Luis/ Souto Presedo, Elvira/ Valcárcel Vega, Ramón/ Varela, César/ Vázquez Barquero, Marisa/ Vilas Nogueira, Xosé
<i>Unión Galega de Artistas</i>	1974-1978	[Galiza]	Partido_Sind.	galego	UPG	
<i>Unión Nacional</i>	1977	Crunha	Publicaçom	7 cidades	Org_Pol_Dir	
<i>Universidad de Santiago de Compostela [USC]</i>	1974-1978	Compostela	Inst_Ciència	galego	USC / Ensino	Carballo Calero, Ricardo/ Díaz y Diaz, Manuel/ García Garrido, Manuel/ García González, Constantino/ Otero Tuñez, Ramón
<i>Universidad Laboral</i>	1974-1978	Ferrol	Inst_Ciència	galego	Inst_Of / Ensino	
<i>Universidad Nacional de Educación a Distancia [UNED]</i>	1976-1978	Ponte Vedra	Inst_Ciència	galego	Inst_Of / Ensino	
<i>Universidade Roxa [LCR]</i>	[1974]-[1975]	Compostela	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	
<i>Vagalume</i>	1975-1978	Ponte Vedra	Publicaçom	galego	Ensino	Cuña, Miguel/ Fortes Bouzán, Xosé/ García de Leániz, María Isabel/ Méndez Doménech, Xosé Maria/ Moldes, Manuel/ Pexegueiro, Alfonso/ Rodríguez, Manuel
<i>Valle-Inclán [Grupo Teatral]</i>	1974-1978	Lugo	Ass_Cultural	galego	Teatro / Assoc_Cult	

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Vamos Caminando</i>	1974-1978	Compostela	Publicaçom	interno	Ensino	Abuín de Tembra, A./ Amigo Rodríguez, F./ Castelaio, M./ E. de Z./ García Porto, J./ González Rey, G./ Labandeira García/ Mascato García/ Nogueira Gandáségui, A./ Novoa Blanco, A./ Paredes Catoré, J./ Paz Gago, José M ^º / Porto Nartallo/ Porto Rodríguez, J./ Ramos Fernández, Dolores/ Sendón Lestón, J./ Sousa Jiménez, J./ Trillo Couto/ Vega García, A.
<i>Vanguardia Obrera [PCEm-I]</i>	1974-1978	[Galiza]	Publicaçom	galego	Org_Pol_Esq	
<i>Vento Mareiro [Agrupación Cultural]</i>	1974-1978	Cambados	Ass. Cultural	local	Inst_Cult_Lc	
<i>Verba</i>	1974-1978	Compostela	Publicaçom	galego	USC	García González, Constantino/ Santamarina Fernández, Antón
<i>Vigo Obreiro</i>	1974-1977	Vigo	Publicaçom	7 cidades	PCG_CC.OO.	
<i>Vocairo de Albe-Galicia</i>	1977	Vigo	Publicaçom	galego	Ensino	
<i>Vocairo de divulgación</i>	1978	Compostela	Publicaçom	galego	SGHN	
<i>Vocairo do Comercio</i>	1977-1978	Vigo	Publicaçom	galego	PCG_CC.OO.	
<i>Vocairo Labrego, O</i>	1975	[Galiza]	Publicaçom	galego	PCG_CC.OO.	
<i>Voces Ceibes</i>	1974	[Galiza]	Colectivo	galego	PCG_CC.OO.	Alonso Montero, Xesús/ Álvarez, Tino/ Araguan, Vicente/ Barreiro Gil, Xavier/ Benedicto/ Bibiano/ Casabella, Miro/ Conde, Alfredo/ Ferreiro, Celso Emilio/ Moscoso, Xerardo/ Rojo, Guillermo/ Vaamonde, Suso/ Valderrama, Margariña/ Xavier
<i>Voz de Galicia, La</i>	1974-1978	Crunha	Publicaçom	galego	Imprensa	
<i>Voz de Ortigueira, La</i>	1974-1978	Ortigueira	Publicaçom	local	Inst_Cult_Lc / Imprensa	Fojo Salgueiro, David/ Fojo Díaz, Jesús
<i>Voz do Condado, A</i>	1977-1978	Salvaterra do Minho	Publicaçom	local	Inst_Cult_Lc	
<i>Voz do Obreiro, A</i>	1977	Vigo	Publicaçom	galego	PCG_CC.OO.	
<i>Voz do Pobo, A</i>	1974-1978	Crunha	Publicaçom	galego	PCG_CC.OO.	
<i>Xarabal</i>	1976	Vigo	Publicaçom	7 cidades	PCG_CC.OO.	

NOME	ACTIVIDADE	LOCAL	TIPOLOGIA	ÁMBITO	GRUPO	PRODUTORES
<i>Xeira</i>	1978	Compostela	Publicaçom	galego	Assoc_Cult	
<i>Xeira [Feira do Livro]</i>	1977	Vigo	Publicaçom	interno	Literatura	Franco, Fernando/Freixanes, Vitor F./Mantecón, F.
<i>Xerne</i>	1975-1976	Crunha	Publicaçom	galego	UPG	
<i>Xermen</i>	1974	Crunha	Publicaçom	galego	UPG	
<i>Xermolos</i>	1977-1978	Guitiriz	Publicaçom	local	Inst_Cult_Lc	
<i>Xermolos. Asociación Cultural de Guitiriz</i>	1977-1978	Guitiriz	Ass._Cultural	local	Inst_Cult_Lc	
<i>Xornal da Feira do Libro Galego</i>	1975	Ribadeu	Publicaçom	interno	Inst_Cult_Lc / Literatura	
<i>Xunta de Galicia</i>	1978	[Galiza]	Inst_Política	galego	Inst_Of	Casal Vila, Benjamin/ Dónega Rozas, Marino/ Fernández Calviño, Baldomero/ Fernández de la Mora, Gonzalo/ Meilán Gil, José Luís/ Montero Rodríguez, Celso/ Morciras Álvarez, Cesário/ Pais Romero, Ramón/ Pardo Montero, José M ^a ./ Quiroga Suárez, José/ Rivas Fontán, José/ Rosón Pérez, Antonio/ Sanmartín Losada, Migue// Sueiro Pico, Carlos/ Trillo Torres, José Antonio
<i>Xunta, A</i>	1974	Vigo	Publicaçom	7 cidades	UPG	
<i>Xuntanza [Genosa]</i>	1977-1978	Crunha	Publicaçom	7 cidades	PCG_CC.OO.	
<i>Xuventude [OJE]</i>	1974-1978	Silheda	Publicaçom	local	Org_Pol_Dir / Inst_Of	
<i>Xuventude da Agrupación Galega</i>	1978	Caracas	Ass._Cultural	enclave_am.	Encl_AM	
<i>Xuventudes Comunistas de Galicia [XCG]</i>	1977-1978	[Galiza]	Partido_Sind.	galego	PCG_CC.OO.	
<i>Zorza</i>	1976-1977	Lugo	Publicaçom	7 cidades	USC	

9. ÍNDICE(S)

9.1. Índice de figuras

<i>Figura 1. Estrutura do conceito de nação</i>	21
<i>Figura 2. Esquema da Base de Instituições (1974-1978)</i>	52
<i>Figura 3. Esquema da Base de Livros (galego 1974-1978)</i>	55
<i>Figura 4. Esquema da Base de Revistas (1974-1978)</i>	56
<i>Figura 5. Esquema da Base de Imprensa (1974-1978)</i>	57
<i>Figura 6. Formulário da Base de Imprensa (1974-1978)</i>	58
<i>Figura 7. Formulário da Base de Revistas (1974-1978)</i>	59
<i>Figura 8. Formulário do Catálogo de Revistas (1974-1978)</i>	59
<i>Figura 9. Formulário do Catálogo de Instituições (1974-1978)</i>	60
<i>Figura 10. Formulário para Eventos (1974-1978)</i>	60
<i>Figura 11. Formulário para Trajectória (1974-1978)</i>	61
<i>Figura 12. Formulário do Catálogo de Livros (galego 1974-1978)</i>	62
<i>Figura 13. Formulário da Base de Livros (galego 1974-1978)</i>	62
<i>Figura 14. O livro galego (1974-1978)</i>	71
<i>Figura 15. Produção geral de Poluliga (2001-2008)</i>	157
<i>Figura 16. Produção individual de Poluliga (2001-2008)</i>	158
<i>Figura 17. Produção do livro galego (1968-1978)</i>	180
<i>Figura 18: Incorporação de novos produtores e editoras (1968-1978)</i>	182
<i>Figura 19: Fragmentação da produção (1968-1978)</i>	183
<i>Figura 20: Especialização lingüística segundo tipo de produto (1968-1978)</i>	183
<i>Figura 21: Especialização lingüística segundo tipo de editor (1968-1978)</i>	184
<i>Figura 22: Livro em galego segundo o género [$>5\%$] (1968-1978)</i>	185
<i>Figura 23: Tradução e bilingüismo no CEdG (1968 a 1978)</i>	191
<i>Figura 24: Tipologia da edição privada do livro em galego (ano 2006)</i>	196
<i>Figura 25: Tipologia institucional. Censo prévio</i>	203
<i>Figura 26. Tipologia institucional. Âmbito espanhol (censo)</i>	210
<i>Figura 27. Tipologia institucional. Âmbito português (censo)</i>	213
<i>Figura 28. Tipologia institucional. População restrita</i>	220

<i>Figura 29. Tipologia institucional. Tipo de âmbito</i>	221
<i>Figura 30. O SLG entre 1974 e 1978 (Agrupamentos Institucionais)</i>	227
<i>Figura 31. Pólos do SLG</i>	235
<i>Figura 32. O Pólo da Oficialidade</i>	237
<i>Figura 33. O Pólo da Resiliência</i>	246
<i>Figura 34. O Pólo da Resistência</i>	253
<i>Figura 35. Produtividade institucional. Tipologias (SLG 1974-1978)</i>	263
<i>Figura 36. Produtividade institucional. Grupos (SLG 1974-1978)</i>	275
<i>Figura 37. Evoluçom do SLG (1974-1978)</i>	278/279
<i>Figura 38. Geografia do SLG (1974-1978). Galiza</i>	282
<i>Figura 39. Produtividade nos enclaves do SLG (1974-1978)</i>	313
<i>Figura 40. Geografia do SLG (1974-1978). América</i>	320
<i>Figura 41. Geografia do SLG (1974-1978). Europa</i>	330

9.2. Índice Geral

1. INTRODUÇÃO	1
2.- QUADRO PROCEDIMENTAL E METODOLÓGICO PARA O ESTUDO DO SLG (1974-1978)	12
2.1. Métodos e Ferramentas para a Abordagem do SLG (1974-1978)	16
<i>2.1.1. Ferramentas teórico-metodológicas</i>	22
<i>2.1.2. Ferramentas relacionais</i>	47
2.2. Função e Fixação do Corpus	65
<i>2.2.1. Livro galego</i>	68
<i>2.2.1.1. O livro em galego</i>	72
<i>2.2.1.2. O livro galego em castelhano</i>	73
<i>2.2.1.3. O livro galego noutras línguas</i>	75
<i>2.2.2. Publicações periódicas</i>	76
<i>2.2.3. Bibliografia secundária</i>	79
3. BIBLIOGRAFIA E CONHECIMENTO CANONIZADO SOBRE O SLG (1974-1978)	81
3.1. Construção do Conhecimento	83
<i>3.1.1. Discursos críticos</i>	84
<i>3.1.2. Procedimentos de abordagem</i>	112

3.2. Estado da Questom	130
3.2.1. Resultados da Bibliografia Secundária	132
3.2.2. Resultados de Poluliga	154
3.2.2.1. Análise contrastiva	157
3.2.2.2. O proceso de elaboración lingüística (Galiza 1968-1978)	165
3.2.2.3. Défices projectivos e estratégias planificadoras (o Campo Editorial Galego de 1968 a 1978)	176
4. ESTRUTURA E REDE DE RELAÇONS DO SLG (1974-1978)	198
4.1. Anatomia do SLG (1974-1978)	200
4.1.1. Fixaçom da Populaçom	206
4.1.2. Grupos e Espaços institucionais	224
4.1.2.1. O Pólo da Oficialidade	236
4.1.2.2. O Pólo da Resiliência	245
4.1.2.3. O Pólo da Resistência	252
4.2. Produtividade do SLG (1974-1978)	262
4.3. Geografia do SLG (1974-1978)	281
4.3.1. A Metrópole	282
4.3.1.1. O campo político	290
4.3.1.2. O campo económico	304
4.3.2. Os Enclaves	312
4.3.2.1. Os enclaves americanos	319

<i>4.3.2.2. Os enclaves europeus e os peninsulares</i>	329
4.4. Relaçons do SLG no mbito peninsular (1974-1978)	336
<i>4.4.1. O Referente de Oposiçom</i>	338
<i>4.4.2. Os Referentes de Analogia</i>	347
<i>4.4.3. O Referente de Reintegraom</i>	358
5. CRITÉRIOS DELIMITADORES E HIERARQUIZADORES NO SLG (1974-1978)	385
5.1. A língua galega como norma sistémica (instável)	386
5.2. O Critério Identitário como norma de repertório (em causa)	406
6. SÍNTESE CONCLUSIVA	424
7. BIBLIOGRAFIA CITADA	430
8. APNDICE	475
9. ÍNDICE(S)	519
9.1. ndice de Figuras	519
9.2. ndice Geral	521